

CARLOS ALBERTO ÁVILA ARAÚJO

**ANÁLISE TEMÁTICA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM
COMUNICAÇÃO NO BRASIL BASEADA EM UM
SISTEMA CLASSIFICATÓRIO FACETADO**

BELO HORIZONTE
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA UFMG
JULHO DE 2005

CARLOS ALBERTO ÁVILA ARAÚJO

**ANÁLISE TEMÁTICA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA
EM COMUNICAÇÃO NO BRASIL BASEADA EM UM
SISTEMA CLASSIFICATÓRIO FACETADO**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação.

Área de concentração: Produção, organização e utilização da informação

Orientador: Prof. Dr. Eduardo José Wense Dias
ECI/UFMG

BELO HORIZONTE
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA UFMG
JULHO DE 2005



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

FOLHA DE APROVAÇÃO

“ANÁLISE TEMÁTICA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM COMUNICAÇÃO NO BRASIL BASEADA EM UM SISTEMA CLASSIFICATÓRIO FACETADO”.

Carlos Alberto Ávila Araújo

Tese submetida à Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos à obtenção do título de **“Doutor em Ciência da Informação”**, linha de pesquisa **“Organização e Utilização da Informação (OUI)”**.

Tese aprovada em: 14 de julho de 2005.

Por:

Prof. Dr. Eduardo José Wense Dias – ECI/UFMG (Orientador)

Profa. Dra. Madalena Martins Lopes Naves - FACISA

Profa. Dra. Ná Regina Chitto Stumpf – FABICO/UFRGS

Profa. Dra. Vera Regina Veiga França – FAFICH/UFMG

Profa. Dra. Maria Eugênia Albino Andrade – ECI/UFMG

Profa. Dra. Lídia Alvarenga – ECI/UFMG

Aprovada pelo Colegiado do PPGCI

Profa. Maria Eugênia Albino Andrade
Coordenadora

Versão final Aprovada por

Prof. Eduardo José Wense Dias
Orientador

Agradecimentos

Ao longo do período de realização do doutorado, nas várias discussões sobre o conhecimento científico (sua natureza, seus processos de construção e de divulgação, o surgimento de teorias e descobertas), apresentou-se para mim de forma evidente sua natureza coletiva: as idéias não surgem do nada, nem são produto de um único sujeito. Como na famosa frase de Newton, “se vi mais longe, é porque estava, de pé, sobre os ombros de gigantes”.

É por isso que, vendo o trabalho pronto e olhando para trás, para as várias etapas que antecederam sua finalização, percebo a contribuição e a colaboração de inúmeras pessoas.

Dessa forma, meu primeiro grande agradecimento é à UFMG, de uma forma geral. Dela saí jornalista, em 1996; mestre em Comunicação, em 2000; e, neste momento, concluo minha tese de doutorado, em 2005. Nela desenvolvi, ainda, uma série de atividades, como estágio de trabalho, monitorias, atividade de aperfeiçoamento em pesquisa e estágio docente, além da possibilidade de participação em diversos eventos, congressos, simpósios, palestras, defesas.

A qualidade da minha formação, e o conhecimento que tenho da qualidade de outros cursos e institutos oferecidos e desenvolvidos por ela, me trazem muito orgulho. Num momento de tantas dificuldades atravessadas pelas instituições públicas, reforço minha convicção nos méritos de uma instituição pública de excelência como a UFMG.

Dentro da UFMG, meus agradecimentos vão para dois grandes grupos. O primeiro é ao Departamento de Comunicação Social da Fafich, onde cursei a graduação e o mestrado. Agradeço de forma coletiva aos professores e funcionários deste departamento e, especificamente, aos professores e bolsistas do GRIS, o Grupo de Estudo e Pesquisa em Imagem e Sociabilidade, que foi minha verdadeira "escola de Comunicação". Em especial, agradeço à Vera por tudo, pela decisiva influência que teve na definição dos meus rumos, e por continuar sendo minha grande referência de professora e pesquisadora.

O segundo agradecimento é à Escola de Ciência da Informação, que me acolheu em 2002. Completamente desconhecido no local, e também sem conhecer os demais, fui aos poucos sendo recebido e me envolvendo numa série de atividades: representação no Colegiado, representação na diretoria da Ancib, as disciplinas que ministrei no curso de Biblioteconomia, participação em eventos e mesas redondas, os ricos debates com colegas

de procedências diversas. Difícil listar todas das pessoas que acabaram se envolvendo e colaborando nesta caminhada, mas destaco principalmente alguns funcionários da ECI que foram fundamentais em diversos momentos: Goreth, Viviany, Lucimeire, Vanda, Cláudia, Sônia, Rosália, Roberto, Luiz Henrique.

Muitos professores forneceram importantes momentos de reflexão ao longo do curso de doutorado. De alguns deles fui aluno, como Lídia, Madalena, Maria Eugênia, Marlene, Ana Cabral, Lígia, Ísis e Koti Raghavan, da Universidade de Madras, Índia, professor visitante no ano de 2003. Com outros, como Regina, Helena, Cida, Alcenir, Gercina, Beatriz, Ricardo e Marta Aun, tive alguns bons momentos de interlocução ao longo do curso. Todos, de uma forma ou de outra, tiveram sua parcela de contribuição para a conformação final desta tese.

Aos meus colegas de doutorado, Renato, Marco Antônio, Terezinha, Denise, Baroni e Maria Inês, pela disposição constante em ajudar, sugerir, complementar. E à memória de nossa falecida colega Fátima.

Ao meu orientador, professor Eduardo, por tanta coisa. Sua enorme paciência para com as minhas várias mudanças de rumo, indecisões e meu espírito aflito; sua solicitude irrestrita, estando sempre presente e pronto para me atender em todas as situações; o clima de liberdade e diálogo com que conduziu todas as sessões de orientação; a confiança que depositou em mim no momento de sustentar escolhas à primeira vista tão estranhas ou, no mínimo, incomuns.

Outro agradecimento importante é à Fapemig, que me proporcionou a oportunidade de me dedicar exclusivamente ao doutorado com a concessão de uma bolsa de estudos. E ao pessoal das bibliotecas e xerox da ECA/USP, Unisinos, UFBA, ECO/UFRJ, PUC-RS, Fabico/UFRGS, IAC/Unicamp, UnB, Umesp, PUC-SP, Fafich/UFMG e da própria ECI, por toda a boa vontade e cooperação na obtenção do material necessário, apesar do tempo apertado.

Por fim, agradeço imensamente à minha família e aos meus amigos, por coisas que vão muito além desta tese mas estiveram presentes em todo o período de realização do doutorado. Particularmente Íris, Rocival e José Alimatéia se envolveram diretamente com alguns dos trabalhos realizados. Sou imensamente grato pela disposição com que se puseram a realizar uma série de “pequenos grandes” trabalhos. E a Isabelle, companheira que me ajudou em tantas tarefas durante todos os momentos e soube ser compreensiva nas horas necessárias.

*“A tarefa não é contemplar
o que ninguém ainda contemplou,
mas meditar, como ninguém ainda meditou,
sobre o que todo mundo tem diante dos olhos”*

Schopenhauer

Aos meus pais, Rocival e Dione

A Íris

Aos meus irmãos, Alessandra, Júnior, Cecília e Luana

Aos novos membros da família, Victor e Samuel

A Isabelle

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	11
LISTA DE TABELAS	12
LISTA DE QUADROS	14
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	15
RESUMO	17
1. INTRODUÇÃO	
Apresentação da proposta de pesquisa	20
2. A CIÊNCIA COMO OBJETO DE PESQUISA	
2.1. Caracterização do conhecimento científico	25
2.2. Estudos sobre a ciência e o fazer científico	36
2.3. A formação das disciplinas científicas	43
2.4. Tentativas de classificação das ciências	51
2.5. A importância das teses e dissertações	55
3. TEORIA DA CLASSIFICAÇÃO	
3.1. Conceito e tipos de classificação	59
3.2. Evolução das teorias da classificação bibliográfica	66
3.3. Elementos para a construção de sistemas facetados	73
3.4. Sistema facetado para a quantificação temática de uma área	79
4. A COMUNICAÇÃO COMO DISCIPLINA CIENTÍFICA	
4.1. Evolução histórica e institucional da área de comunicação	82
4.2. Estudos sobre as temáticas da produção científica em comunicação	92

5. ANÁLISE FACETADA DA ÁREA DE COMUNICAÇÃO	
5.1. Agrupamento de termos	103
5.2. Cálculo das frequências dos termos e das classes	118
5.3. Resultados da análise facetada	127
6. ANÁLISE DAS DIVISÕES-PADRÃO DA COMUNICAÇÃO	
6.1. Classificação Decimal de Dewey	133
6.2. Classificação Decimal Universal	138
6.3. Lista de Cabeçalho de Assunto da Library of Congress	142
6.4. Unesco Thesaurus	145
6.5. Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq	147
6.6. Currículo mínimo e Diretrizes curriculares	151
6.7. Núcleos de pesquisa da Intercom	160
6.8. Grupos de trabalho da Compós	166
6.9. Resultados da análise das divisões-padrão	170
7. ANÁLISE DOS MANUAIS DE TEORIA DA COMUNICAÇÃO	
7.1. Listagem das várias teorias da comunicação	173
7.1.1. Critérios para a escolha dos manuais de Teoria da Comunicação	177
7.1.2. Critérios para a organização dos autores em escolas e das escolas entre si	182
7.1.3. Manuais estrangeiros com tradução para o português	183
7.1.4. Manuais estrangeiros sem tradução para o português	196
7.1.5. Manuais brasileiros	204
7.1.6. Tendências e regularidades dos manuais analisados	218
7.2. Modelos de comunicação presentes nas diversas teorias	225
7.2.1. A comunicação como efeito/função/influência/persuasão	226
7.2.2. A comunicação como transmissão/transporte de informações	234
7.2.3. A comunicação como ideologia/dominação/indústria/mercadoria	237
7.2.4. A comunicação como interação/diálogo	244
7.2.5. A comunicação como cultura	249
7.2.6. A comunicação como técnica/mediação	256
7.2.7. A comunicação como significação/semiose/sentido	258
7.3. Resultados da consulta aos manuais de teoria da comunicação	265

8. CONSTRUÇÃO DO SISTEMA FACETADO	
8.1. Definição das facetas	267
8.2. Primeira faceta: modelos de comunicação	275
8.2.1. Primeiro foco: comunicação como efeito/função/influência/persuasão	276
8.2.2. Segundo foco: comunicação como transmissão/transporte de informações	278
8.2.3. Terceiro foco: comunicação como ideologia/dominação/indústria/mercadoria ..	278
8.2.4. Quarto foco: comunicação como interação/diálogo	280
8.2.5. Quinto foco: comunicação como cultura	281
8.2.6. Sexto foco: comunicação como técnica/mediação	282
8.2.7. Sétimo foco: comunicação como significação/semiose/sentido	283
8.3. Segunda faceta: abrangência, contexto ou âmbito relacional	285
8.4. Terceira faceta: meios, suportes, veículos ou mídias	297
8.5. Quarta faceta: conteúdos ou mensagens	320
8.6. Quinta faceta: ciências e disciplinas de interface	327
8.7. Sexta faceta: habilitações profissionais na área de comunicação	332
9. APLICAÇÃO DO SISTEMA FACETADO ÀS TESES E DISSERTAÇÕES	
9.1. Ocorrência das facetas	343
9.2. Ocorrência dos focos	346
9.3. Variações dos valores obtidos	360
9.4. Avaliação geral da aplicação do sistema	382
9.5. Comparação com outros mapeamentos	391
10. CONCLUSÃO	405
ABSTRACT	410
REFERÊNCIAS	412

LISTA DE FIGURAS

1. Processo de conhecimento na experiência religiosa	28
2. Processo de conhecimento na experiência artística	29
3. Exemplo de derivação conceitual conforme o modelo aristotélico	67
4. Exemplo de classificação cruzada apresentado por Dodebei	68
5. Síntese da presença de conceitos ligados à comunicação na CDD	137
6. Formas de divisão da comunicação enquanto interação social presentes na CDU	141
7. Síntese da presença de conceitos ligados à comunicação na LC.....	144
8. Áreas do conhecimento da tabela do CNPq utilizadas como focos da faceta 5	331
9. Mapeamento temático da pesquisa em Comunicação no Brasil proporcionado pelo uso do sistema de classificação facetado	390

LISTA DE TABELAS

1. Produção científica em Comunicação, por décadas	89
2. Síntese dos quadros relativos às temáticas da pesquisa brasileira em Comunicação, segundo classificação adotada por Kunsch e Dencker	93
3. Temáticas da produção científica em Comunicação documentada pelo Portcom até 1995, segundo classificação adotada por Lopes	96
4. Assuntos estudados nas teses e dissertações em Comunicação no Brasil (1992-1996), segundo classificação adotada por Stumpf e Capparelli	99
5. Assuntos estudados nas teses e dissertações em Comunicação no Brasil (1992-1996), segundo classificação adotada por Peruzzo	100
6. Agrupamento dos termos presentes no índice de STUMPF; CAPPARELLI, 1998 ..	105
7. Agrupamento dos termos presentes no índice de STUMPF; CAPPARELLI, 2001 ..	111
8. Quantidade de termos presentes em cada grupo nos índices de STUMPF; CAPPARELLI, 1998 e STUMPF; CAPPARELLI, 2001	117
9. Frequência de uso dos termos presentes no índice de STUMPF; CAPPARELLI, 1998	119
10. Lista dos termos mais frequentes no índice de STUMPF; CAPPARELLI, 1998	119
11. Síntese das contagens de frequências de classes de termos presentes no índice de STUMPF; CAPPARELLI, 1998	122
12. Frequência de uso dos termos presentes no índice de STUMPF; CAPPARELLI, 2001	123
13. Lista dos termos mais frequentes no índice de STUMPF; CAPPARELLI, 2001	123
14. Síntese das contagens de frequências de classes de termos presentes no índice de STUMPF; CAPPARELLI, 2001	127
15. Casos de aplicação e não-aplicação das facetas	345
16. Somatório e percentual dos focos da faceta 1	347

17. Somatório e percentual dos focos da faceta 2	350
18. Somatório e percentual dos focos da faceta 3	352
19. Somatório e percentual dos focos da faceta 4	354
20. Somatório e percentual dos focos da faceta 5	357
21. Somatório e percentual dos focos da faceta 6	359
22. Frequência dos focos da faceta 1 nas teses e nas dissertações, separadamente	361
23. Frequência dos focos da faceta 2 nas teses e nas dissertações, separadamente	362
24. Frequência dos focos da faceta 3 nas teses e nas dissertações, separadamente	362
25. Frequência dos focos da faceta 4 nas teses e nas dissertações, separadamente	364
26. Frequência dos focos da faceta 5 nas teses e nas dissertações, separadamente	366
27. Frequência dos focos da faceta 6 nas teses e nas dissertações, separadamente	367
28. Frequência dos focos da faceta 1 nos cinco anos analisados, separadamente	367
29. Frequência dos focos da faceta 2 nos cinco anos analisados, separadamente	368
30. Frequência dos focos da faceta 3 nos cinco anos analisados, separadamente	368
31. Frequência dos focos da faceta 4 nos cinco anos analisados, separadamente	370
32. Frequência dos focos da faceta 5 nos cinco anos analisados, separadamente	372
33. Frequência dos focos da faceta 6 nos cinco anos analisados, separadamente	373
34. Frequência dos focos da faceta 1 nos PPGCOMs, separadamente	374
35. Frequência dos focos da faceta 2 nos PPGCOMs, separadamente	375
36. Frequência dos focos da faceta 3 nos PPGCOMs, separadamente	376
37. Frequência dos focos da faceta 4 nos PPGCOMs, separadamente	377
38. Frequência dos focos da faceta 5 nos PPGCOMs, separadamente	379
39. Frequência dos focos da faceta 6 nos PPGCOMs, separadamente	380
40. Cálculo do desvio-padrão de cada faceta em relação às três variáveis	381
41. Assuntos estudados nas teses e dissertações em Comunicação no Brasil (1992-1996), segundo classificações adotadas por STUMPF; CAPPARELLI e por PERUZZO	393

LISTA DE QUADROS

1. Publicações da área de Comunicação no Brasil	90
2. Grupos de termos mais relevantes para a área de Comunicação, baseados na frequência de uso dos termos presentes nos índices de STUMPF; CAPPARELLI, 1998 e STUMPF; CAPPARELLI, 2001	132
3. Subáreas que compõem a área de Comunicação na Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq	148
4. Grupos de Estudo e Projetos da Intercom – 1983	161
5. Grupos de Trabalho da Intercom – década de 1990	162
6. Núcleos de Pesquisa da Intercom – 2001	163
7. Evolução dos Grupos de Trabalho da Compós	167
8. Formas como a comunicação é dividida nas divisões-padrão analisadas	171
9. Correntes teóricas da Comunicação presentes em cada um dos manuais de Teoria da comunicação analisados	218
10. Identificação das correntes teóricas da Comunicação por nomes dos pesquisadores, país de surgimento/desenvolvimento e época	220
11. Níveis de comunicação indicados na bibliografia consultada	293
12. Lista de assuntos da CDD utilizados como focos para a faceta 4	325

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- Abepec – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Comunicação
- ALAIC – Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación
- Ancib – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
- BT – Broader term
- Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CDD – Classificação Decimal de Dewey
- CDU – Classificação Decimal Universal
- CFE – Conselho Federal de Educação
- Compós – Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação
- CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- CRG – Classification Research Group
- ECA- Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo
- ECO – Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro
- GEP – Grupo de Estudo e Projetos
- GT – Grupo de Trabalho
- IAMCR – International Association for Mass Communication Research
- IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
- IES – Instituição de Ensino Superior
- IFCA – International Federation of Mass Communication Associations
- Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
- LCSH- Library of Congress Subject Headings
- MCM – Meios de comunicação de massa
- MEC – Ministério da Educação
- NOMIC – Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação
- NT – Narrower term

NP – Núcleo de Pesquisa

Portcom – Rede de Informação em Comunicação dos Países de Língua Portuguesa

PPGCOM – Programa de Pós-Graduação em Comunicação

PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

RT – Related term

SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

UF – Used for

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Umesp – Universidade Metodista de São Paulo

UnB – Universidade de Brasília

Unesco – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organisation

Unicamp – Universidade Estadual de Campinas

USP – Universidade de São Paulo

RESUMO

Objetiva-se a construção de um sistema classificatório facetado para o mapeamento quantitativo temático da produção científica da área de Comunicação. Para tanto, são discutidas, inicialmente, as questões teóricas gerais: a ciência e as tentativas de classificação do conhecimento científico; aspectos da Teoria da classificação e, dentro dela, da Teoria da classificação facetada; a Comunicação como disciplina científica. Foram utilizados três métodos para a construção do sistema facetado: análise facetada com termos retirados de documentos da área; estudo de obras e classificações de referência gerais e específicos da área; análise de manuais de Teoria da comunicação. Com isso, passa-se à construção do sistema, com as definições das facetas e dos focos. As facetas definidas são: modelo de fenômeno comunicativo; abrangência ou âmbito relacional; meios, suportes, veículos ou mídias; assuntos das mensagens intercambiadas pelos interlocutores; disciplinas científicas com as quais a Comunicação faz interface; habilitações profissionais. Como forma de teste, aplica-se o sistema a um conjunto de 754 dissertações e teses, defendidas entre 1992 e 1996 nos programas de pós-graduação em Comunicação existentes no país, comparando os resultados com dois outros estudos que fazem mapeamentos temáticos utilizando o mesmo *corpus*, o estudo de Stumpf e Capparelli, publicado em 2000, e o de Peruzzo, publicado em 2002. Os principais resultados encontrados são: a) O sistema facetado permite a identificação do percentual de diferentes modelos de Comunicação e a comparação entre eles. O foco “significação” atinge maior frequência (38,99%), seguido de “efeitos/funções” (18,29%), “cultura” (11,37%) e “técnica” (9,99%); b) A real dimensão dos estudos sobre “comunicação de massa” aparece no sistema, com 60,78%, na medida em que são confrontados com aqueles que não são, como “comunicação institucional” (22,31%) e “comunicação comunitária” (12,77%); c) A construção de uma faceta específica para os meios permite identificar os dois meios mais estudados, “jornal” (15,47%) e “livro” (14,66%) de forma separada dos termos

“jornalismo” e “literatura”, indicando sua real presença nos estudos e permitindo comparação com outros meios. Os três focos com maior frequência, a seguir, são: “televisão” (13,05%), “comunicação face a face” (cuja inclusão foi possível a partir do sistema facetado, 8,03%) e “cinema” (5,62%); d) A identificação dos assuntos externos à Comunicação mas que constituem assuntos das mensagens presentes nos fenômenos comunicativos permite a comparação entre termos que guardam o mesmo tipo de relação com a área de Comunicação. As maiores frequências são: “processos e grupos sociais” (13,70%), “educação” (8,36%), “política” (7,40%), “artes recreativas e performáticas” (incluindo esportes e programação de rádio e TV, 6,03%) e “economia” (incluindo questões sindicais, 5,62%); e) O sistema facetado permite ainda que sejam isoladas as frequências relativas às disciplinas com as quais a Comunicação faz interface e os valores delas sejam comparados apenas entre si. Os maiores valores encontrados são: “Semiótica” (28,46%), “Filosofia” (11,26%), “Psicanálise” (10,67%) e “Semiologia” (8,30%). Os termos deste grupo não se confundem com os do grupo anterior, pois guardam um tipo de relação diferente com a Comunicação; f) Tem-se uma visão geral sobre a incidência dos trabalhos relativos às habilitações profissionais, permitindo que estudos sobre “radialismo”, “cinema” e “editoração” sejam contabilizados. O foco “jornalismo” atinge maior valor, 43,68%, seguido de “relações públicas” (15,06%) e “publicidade e propaganda” (14,46%). Por fim, analisa-se o conjunto de resultados apontando os limites e as possibilidades proporcionadas pela aplicação de um sistema facetado para o mapeamento temático quantitativo de uma disciplina científica.

1. Introdução

Embora tenha iniciado minha carreira profissional como jornalista, e minha primeira experiência no ensino superior tenha sido em disciplinas de Jornalismo, na verdade minha verdadeira paixão sempre foram as Teorias da Comunicação. Não é a toa que, assim que pude, me tornei professor dessa área, passando a atuar nas disciplinas de Teoria da Comunicação, Sociologia da Comunicação, Cultura Brasileira e em diferentes disciplinas de metodologia de pesquisa em Comunicação.

Meus interesses sempre estiveram voltados para esta direção: a evolução histórica das várias correntes teóricas dedicadas ao estudo da Comunicação, os problemas epistemológicos e científicos da área, as possibilidades de construção dos objetos de pesquisa. Uma questão que particularmente passou a ocupar o centro de minhas preocupações é a das subáreas que compõem o campo, o relacionamento entre essas subáreas, os principais autores e modelos teóricos de cada uma.

Essa questão se tornou particularmente relevante quando, na coordenação do curso de Comunicação Social das Faculdades Integradas de Caratinga (FIC), me vi, junto com os demais professores do curso, com o desafio das primeiras turmas que iriam se formar e, para tanto, precisariam desenvolver, no último semestre do curso, os projetos experimentais, que consistem no desenvolvimento de uma pesquisa na área de Comunicação.

Fiquei encarregado de estruturar essa atividade, e uma das tarefas era a de propor listas ou elencos de assuntos possíveis para os alunos, com as possibilidades de orientação pelo corpo docente e, para o corpo docente, propor determinadas possibilidades de recortes, problematizações, e mesmo bibliografias.

Ao mesmo tempo, o curso vivia o momento de montar toda a documentação para receber a Comissão de Reconhecimento do MEC, e ficou a meu cargo a organização de todos os programas de disciplinas que já tinham sido oferecidas no curso, e a atualização dos textos que explicavam a estrutura do curso, a integração entre as disciplinas e as demais atividades, a interrelação entre os vários conjuntos de conhecimentos presentes no curso de Comunicação, etc.

Estes dois momentos aconteceram numa época particular, o segundo semestre de 2001, quando comecei a pensar que havia chegado o momento de tentar o ingresso num curso de

doutorado. Coincidentemente, nesse mesmo período, a FIC estava em processo de diálogo com a Escola de Ciência da Informação da UFMG (ECI/UFMG) para a criação de um mestrado interinstitucional. Alguns professores da ECI estiveram em Caratinga para apresentar as linhas de pesquisa da escola. Aproveitei para, descompromissadamente, assistir a algumas destas apresentações. Numa delas, li a expressão “organização do conhecimento”, me interessei e perguntei do que se tratava. Diante da resposta, e de algumas indicações bibliográficas, comecei a me inteirar do assunto e a desenvolver um grande interesse pela área, que parecia atender ao conjunto de questionamentos que eu trazia. Realizar o doutorado em Ciência da Informação mostrava-se como excelente oportunidade para desenvolver um trabalho aplicado ao campo da Comunicação.

Apresentação da proposta de pesquisa

Desde o início do meu doutorado, em junho de 2002, até pouco depois do Exame de Qualificação, em janeiro de 2004, a proposta de pesquisa desta tese passou por várias reformulações. O projeto de pesquisa aprovado na seleção para o doutorado previa a realização de uma pesquisa sobre os principais assuntos e autores citados da pesquisa em Jornalismo no país, utilizando-se dois métodos bibliométricos: a co-ocorrência de descritores e a análise de citações.

Após o ingresso no curso, tomei contato com a área de Organização e Uso da Informação, seus teóricos, métodos, estudos e conceitos. Cursei duas disciplinas que foram muito importantes na minha “entrada” nesta nova área de conhecimento: “Tratamento da informação”, com meu orientador, professor Eduardo, e “Bases teóricas do processo classificatório”, com a professora Madalena Naves. Nestas disciplinas, tomei contato e comecei a me interessar pela Teoria da classificação facetada, do indiano Shiyali Ramamrita Ranganathan.

Foi decisivo, nesse sentido, a vinda do professor visitante Koti Raghavan, da Universidade de Madras, Índia. Fui seu aluno, e também da professora Lídia Alvarenga, na disciplina “Thesaurus and facet analysis” e mantive, com ele, intensa interlocução no período em que estive aqui, o que me encaminhou de forma definitiva para o desejo de construção de um sistema facetado para a área de Comunicação, principalmente após o exame de outras

classificações do campo. Meu trabalho final nesta disciplina foi um exercício de aplicação de uma metodologia de classificação facetada a um pequeno conjunto de dissertações e teses em Comunicação, e desde então fiquei empolgado com as possibilidades de me debruçar sobre um esforço realmente sistemático de construção de tal sistema.

Ao mesmo tempo, aprofundei meus estudos sobre Bibliometria fascinando-me por esta área. Tomei contato com as pioneiras leis formuladas no campo (Lotka, Bradford e Zipf), com as reformulações posteriores feitas por vários autores, como Price, e pelas aplicações no campo de análise de citações a partir de Eugene Garfield. Dediquei-me, junto com meu orientador, ao estudo de questões estatísticas para poder trabalhar adequadamente com indicadores bibliométricos. E mantive também uma boa interlocução com Rubén Urbizagástegui Alvarado, bibliotecário da Universidade da Califórnia em Riverside, especialista em Bibliometria, quando este esteve no Brasil durante o ano de 2003.

Enquanto isso, ainda, iniciei um valioso debate com a equipe do Portcom, a Rede de Informação em Comunicação dos Países de Língua Portuguesa, órgão da Intercom, Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, principalmente com as professoras Sueli Ferreira, da USP, e Ida Stumpf, da UFRGS. A partir desse contato, e conhecendo todo o trabalho que vem sendo feito de documentação científica para a área de Comunicação, passei a querer trabalhar com toda a área de Comunicação, e não especificamente com a área de Jornalismo.

Como resultado dessa caminhada, no final de 2003, meu desejo era realizar uma pesquisa com dois trabalhos: a construção de um sistema de classificação facetado para a área de Comunicação, aplicando-o ao conjunto de todas as dissertações e teses em Comunicação já defendidas no país, desde a década de 1970 até 2002; e a realização de um estudo bibliométrico de uma amostra dessas dissertações e teses, identificando os diversos indicadores de citações (elite, frente de pesquisa, idade da literatura utilizada, etc). Por fim, seria realizado um trabalho de conjugação destes dois esforços, buscando-se ver os autores mais citados em cada uma das facetadas encontradas.

No dia 14 de janeiro de 2004, a banca do meu Exame de Qualificação me alertou para o risco de tentar realizar um trabalho tão amplo e acabar, por fim, fazendo uma pesquisa superficial. Entre todas as sugestões da banca, destacou-se a idéia de me dedicar apenas à construção do sistema facetado, que, feita de forma aprofundada e sistemática, com a necessária discussão dos conceitos e dos relacionamentos entre eles, não seria apenas uma

etapa para a realização de um trabalho, mas seria, ela própria, o trabalho realizado, sendo a posterior aplicação ao conjunto de dissertações e teses uma etapa seguinte.

Nessa ocasião, desisti da realização do trabalho bibliométrico, pelo menos para o doutorado, pois ainda é algo que pretendo fazer em outro momento da minha trajetória de pesquisa. Do mesmo modo, noutra ocasião da caminhada, desisti da intenção de aplicar o sistema facetado a todas as teses e dissertações em Comunicação já defendidas no Brasil, promovendo um recorte e me dedicando apenas às aquelas defendidas entre os anos de 1992 e 1996. Com isso, poderia comparar meus resultados com o de outros dois estudos realizados tendo o mesmo *corpus* como objeto empírico. Mas também a intenção de aplicar o sistema ao conjunto de teses e dissertações já defendidas desde a década de 1970 permanece, principalmente considerando-se que o trabalho de levantamento de toda a listagem já foi realizado.

Pode parecer estranho começar essa introdução apresentando o que a tese não é, mas deve-se entender essa explicitação das várias etapas como um panorama de tudo o que ela poderia ter sido. Com isso, tem-se um pequeno histórico de seu processo de produção e torna-se mais fácil compreender o que de fato ela é.

Esta é uma tese que propõe a construção de um sistema de classificação facetado para a área de Comunicação, tomada como um campo científico. Para tanto, são realizadas algumas discussões teóricas específicas, que constituem os capítulos dois, três e quatro. Seguem-se os passos dados para a construção do sistema, que correspondem aos capítulos cinco, seis e sete. A apresentação do sistema propriamente dito encontra-se no capítulo oito, e sua aplicação a um conjunto de 754 teses e dissertações se efetiva no capítulo nove. A estrutura da tese e a definição do conteúdo de cada capítulo são apresentadas a seguir.

O capítulo dois apresenta o conhecimento científico, distinguindo-o de outras modalidades do conhecimento. São apresentados estudos sobre o conhecimento científico e, especificamente dentro destes, aqueles voltados para a sua classificação e organização – a formação das disciplinas científicas. Por fim, são destacadas as particularidades das dissertações e teses, tipos de documentos científicos utilizados, no capítulo nove, para a aplicação do sistema classificatório construído nesta tese.

O capítulo três introduz a Teoria da classificação, sua evolução, seus autores e seus princípios, com especial ênfase para a Teoria da classificação facetada de Ranganathan. Embora se tenha buscado, nesta tese, não a construção de um capítulo teórico específico mas sua diluição ao longo do texto, com os conceitos sendo convocados à medida de sua

necessidade, mostrou-se necessário haver pelo menos um momento de apresentação formal da história e dos principais marcos teóricos da classificação facetada. Por fim, apresenta-se, do ponto de vista teórico, a proposta deste trabalho: a construção de um sistema de classificação facetado com uma finalidade específica: o mapeamento quantitativo temático de uma disciplina científica em particular.

O capítulo quatro apresenta o objeto desta pesquisa: a Comunicação enquanto uma disciplina científica. São abordados autores que discutem a evolução histórica da institucionalização do campo, no Brasil, desde o século XIX, até sua consolidação acadêmica na década de 1970, quando se tem cursos de graduação e pós-graduação, periódicos e associações científicas, um conjunto significativo de pesquisadores e uma vasta e regular produção científica e profissional.

Uma vez apresentadas as três dimensões que esta tese abarca (a Comunicação, enquanto disciplina científica, que será objeto de um trabalho de classificação), passa-se às etapas de construção do sistema facetado. São três trabalhos, definidos a partir de uma metodologia proposta por CAVALCANTI (1978).

O primeiro destes trabalhos ocupa o capítulo cinco e consiste na análise facetada a partir de termos retirados de documentos da área. Contudo, em vez de se proceder à retirada de termos de um conjunto de documentos, optou-se por trabalhar com termos já retirados, de um conjunto de teses e dissertações em Comunicação, por dois pesquisadores que publicaram catálogos destas teses e dissertações (STUMPF; CAPPARELLI, 1998 e 2001). Estes termos foram agrupados em classes conforme suas características, e procede-se a um trabalho de análise da validade dessas classes para a constituição de clivagens ou divisões do campo da Comunicação.

No capítulo seis está o segundo trabalho realizado: a análise de obras e sistemas de referência para a identificação de como eles dividem a Comunicação. Foram analisados sistemas de classificação gerais (como a Classificação Decimal de Dewey, a Classificação Decimal Universal, a Lista de Cabeçalho de Assuntos da *Library of Congress*, o Unesco Thesaurus e a Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq) e específicos da área de Comunicação (os currículos mínimos e as novas Diretrizes Curriculares para cursos de graduação em Comunicação, os núcleos de pesquisa da Intercom e os grupos de trabalho da Compós).

No capítulo sete promove-se uma análise de 18 manuais de Teoria da Comunicação, partindo da constatação de que não existe uma teoria geral ou única, mas várias com

diferentes definições do que é um fenômeno comunicativo. Tentando-se agrupar essas definições, chega-se a sete modelos presentes na maior parte dos manuais. A seguir, são apresentados os elementos e definições que compõem cada um desses modelos.

O capítulo oito utiliza-se da contribuição dos resultados encontrados nas três etapas de trabalho anteriores para a construção do sistema facetado para a área de Comunicação. Em primeiro lugar são definidas as seis facetas e os relacionamentos entre elas. A seguir, é realizada uma discussão para cada faceta com o objetivo de definir seus respectivos focos.

Com o sistema facetado concluído, procede-se à sua aplicação a um conjunto de documentos. Foram escolhidas, para tanto, as 754 teses e dissertações em Comunicação defendidas no país entre 1992 e 1996, para que se possa comparar os resultados com aqueles obtidos por STUMPF; CAPPARELLI (2000) e PERUZZO (2002), que utilizaram o mesmo conjunto de documentos em seus respectivos mapeamentos temáticos da área de Comunicação.

No capítulo seguinte, que constitui a conclusão, faz-se um balanço dos resultados obtidos, confrontando-os com as discussões iniciais da tese e propondo sugestões de outras pesquisas na área. Esta tese não deve ser vista, de forma alguma, como um ponto final, mas sim como um primeiro produto de uma carreira de pesquisa que está apenas começando.

2. A ciência como objeto de pesquisa

Neste capítulo, analisa-se as particularidades da ciência enquanto forma de conhecimento, identificando os vários tipos de estudos que a tomam como objeto de problematizações. A seguir, são discutidas três questões específicas sobre o conhecimento científico: a formação dos campos disciplinares, as tentativas de classificação das ciências e a particularidade das teses e dissertações enquanto formas de apresentação do conhecimento científico.

2.1. Caracterização do conhecimento científico

A ciência e o conhecimento científico são definidos de maneiras diferentes pelos diversos autores que se lançam à tarefa de refletir sobre eles. Algumas definições são bastante semelhantes, outras levantam algumas diferenças. Contudo, a maior parte dos que buscam definir a ciência concorda que “ao se falar em conhecimento científico, o primeiro passo consiste em diferenciá-lo de outros tipos de conhecimento existentes” (LAKATOS; MARCONI, 1986, p. 17).

Antes de se apresentar cada uma das formas de conhecimento, convém explicitar o que se entende por conhecimento e por processo de conhecer:

Conhecer é atividade especificamente humana. Ultrapassa o mero ‘dar-se conta de’, e significa a apreensão, a interpretação. Conhecer supõe a presença de sujeitos; um objeto que suscita sua atenção compreensiva; o uso de instrumentos de apreensão; um trabalho de debruçar-se sobre. Como fruto desse trabalho, ao conhecer, cria-se uma representação do conhecido – que já não é mais o objeto, mas uma construção do sujeito. O conhecimento produz, assim, modelos de apreensão – que por sua vez vão instruir conhecimentos futuros (FRANÇA, 1994, p. 140).

A autora destaca, assim, os principais elementos envolvidos no processo de conhecer: o sujeito que conhece, a “coisa” conhecida (que, uma vez conhecida, torna-se “objeto”, isto é, a “coisa”, elemento da realidade, da perspectiva de quem a conhece, para quem se torna

“objeto”)¹, o movimento do sujeito em direção ao objeto (que é o próprio processo de conhecer) e os instrumentos utilizados neste processo. Um último elemento é apresentado pela autora, o fato de que todo processo de conhecimento se dá no cruzamento de duas dinâmicas opostas, duas atitudes básicas:

(...) a abertura para o mundo, a cristalização (ou enquadramento) do mundo. Conhecer significa voltar-se para a realidade, e ‘deixar falar’ o nosso objeto; mas conhecer significa também apreender o mundo através de esquemas já conhecidos, identificar no novo a permanência de algo já existente ou reconhecível. O predomínio de uma ou outra dessas tendências tem efeitos negativos, e é através de seu equilíbrio que se pode alcançar o conhecimento ao mesmo tempo atento ao novo e enriquecido pelas experiências cognitivas anteriores (FRANÇA, 2001, p. 43).

É a partir destes aspectos (os elementos que compõem o processo de conhecer e as duas dinâmicas envolvidas nesse processo) que podem ser distinguidos diferentes tipos ou formas de conhecimento. A primeira forma de conhecimento normalmente identificada pelos autores que se dedicam à conceituação de ciência é o “senso comum”. Trata-se de uma forma de conhecimento adquirido no cotidiano, empírico por excelência, normalmente adquirido por meio da experiência.

É um conhecimento produzido e aprendido por intuição, acidente ou uma observação causal, mas pode ser também resultado de um esforço deliberado para a solução de um problema. É um conhecimento limitado pois “não é sistemático, nem eficiente e não permite identificar conhecimentos complexos ou relações abstratas” (GRESSLER, 2003, p. 27).

Para Lakatos e Marconi (1986, p. 18), o senso comum, também denominado conhecimento vulgar ou popular, é um modo corrente e espontâneo de conhecer que “não se distingue do conhecimento científico nem pela veracidade nem pela natureza do objeto conhecido: o que os diferencia é a forma, o modo ou o método e os instrumentos do ‘conhecer’”.

As autoras destacam as seguintes características do senso comum: ele é superficial, sensitivo, subjetivo, assistemático e acrítico (Ibidem, p. 19). E, mais adiante, levantam

¹ Uma outra distinção, semelhante a esta que opõe coisa a objeto, é realizada por CHAUI (1981a, p. 16-18) que distingue a “coisa-em-si”, aquilo que existe na realidade, e a “coisa-para-nós”, isto é, a realidade que é apreendida por um sujeito, a realidade que é possível de ser apreendida, pois toda apreensão da realidade é feita por um sujeito específico e, portanto, condicionada por fatores históricos, sociais, culturais, biológicos e cognitivos.

outro conjunto de características dessa forma de conhecimento: valorativo, reflexivo, assistemático, verificável, falível e inexato.

A caracterização do senso comum como uma forma de conhecimento acrítica, que não reflete sobre si mesmo, e assistemática, pois não tem a preocupação de uma sistematização e organização de idéias num conjunto coerente, consistindo antes uma série de conhecimentos dispersos e desconexos, também é destacada por Demo, para quem o senso comum

não possui sofisticação. Não problematiza a relação sujeito/objeto. Acredita no que vê. Não distingue entre fenômeno e essência, entre o que aparece na superfície e o que existe por baixo. Ao mesmo tempo, assume informações de terceiros sem as criticar (DEMO, 1985, p. 30).

Ainda sobre o senso comum, deve-se destacar seu caráter imediatista, colado às necessidades imediatas, a “dose comum de conhecimentos, da qual dispomos para nossas atividades rotineiras” (DEMO, 1985, p. 31) e o fato de ele ser “transmitido de geração para geração por meio da educação informal e baseado em imitação e experiência pessoal” (LAKATOS; MARCONI, 1986, p. 17).

Embora sem métodos críticos e sem sistematização, mas sendo colado às necessidades imediatas e fruto da intuição e da experiência, o conhecimento derivado do senso comum existe numa constante tensão entre os pré-conceitos, os modelos consagrados que se transmitem ao longo das gerações sem o devido questionamento de sua validade ou de suas reais relações de causa e efeito, e o dinamismo e a espontaneidade que formulam a todo momento novas teorias e novos modelos explicativos. Enfim, apresenta as duas dinâmicas de conhecimento: a abertura e a cristalização.

Uma outra forma de conhecimento destacada por diversos autores é o pensamento religioso, que inclusive acompanha a humanidade desde os seus primórdios:

Um dos processos mais antigos e, ao longo dos séculos, mais comumente adotado pelo homem, na busca de conhecimento e verdade, é o do apelo à autoridade ou à tradição e aos costumes. A autoridade estava nas mãos de chefes de tribo, dignatários religiosos, de políticos ou sábios; a verdade seria o que afirmavam os que detinham o poder (GRESSLER, 2003, p. 26).

O conhecimento religioso ou teológico se caracteriza por ser valorativo, inspiracional, sistemático, não verificável, infalível e exato (LAKATOS; MARCONI, 1986, p. 21). O

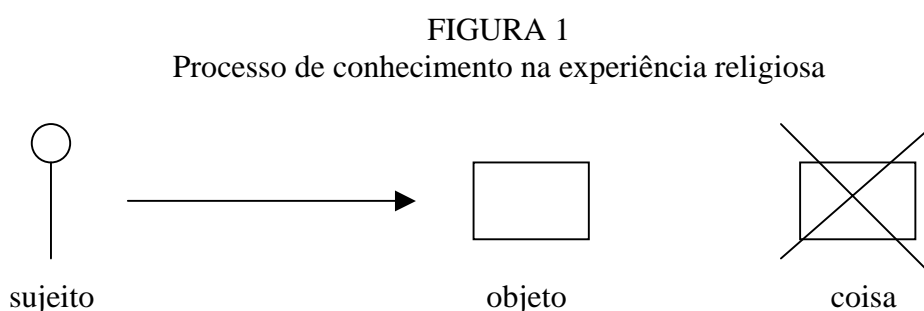
princípio da autoridade é fundamental para seu funcionamento, pois ele se apóia em doutrinas com proposições sagradas, reveladas pelo sobrenatural, que consistem em verdades indiscutíveis já que, na experiência religiosa, “está sempre implícita uma atitude de fé perante um conhecimento revelado” (Ibidem, p. 21).

O conhecimento religioso pressupõe um sujeito que a tudo conhece e tudo sabe e, portanto, o desafio do conhecimento colocado para os sujeitos não é o de conhecer e produzir verdades sobre o mundo, mas sim compreender uma verdade que já está pronta, revelada, concedida. O homem é menos sujeito do conhecimento, na medida em que não pratica experimentações ou busca novas formulações, mas apenas busca compreender cada vez mais um corpo de conhecimentos que se lhe apresenta já organizado, sistematizado, com regras, hierarquias e leis.

Ao mesmo tempo, trata-se de um tipo de conhecimento não falseável, isto é, que não permite a verificação porque vem da transcendência. E, exatamente por essa característica, representa uma forma de conhecimento que evolui muito lentamente, tende a ser estacionário.

Uma boa demonstração dessa concepção é a frase de Santo Agostinho que diz que “aquilo que a verdade descobrir não pode contrariar aos livros sagrados, quer do Antigo quer do Novo Testamento” (ARANHA; MARTINS, 1993, p. 101). Assim, o conhecimento é entendido, por Santo Agostinho, como ato da iluminação divina (ANDERY et al, 2004, p. 145).

Uma forma de se representar a dinâmica de conhecimento instaurado pela religião é apresentada na FIGURA 1, na qual se percebe que, na experiência religiosa, o sujeito se relaciona não com “coisas” da realidade que ele vai tentar conhecer, mas com “objetos” que surgem a ele já interpretados e explicados pela doutrina religiosa.

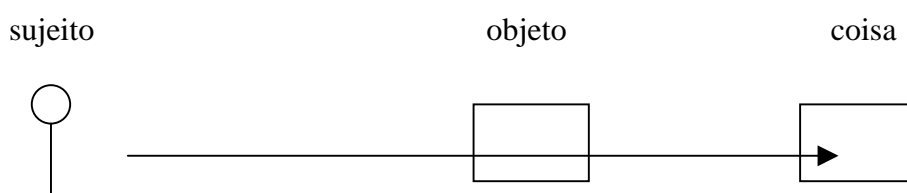


Uma outra forma de conhecimento levantada por alguns autores (FRANÇA, 1994, p. 141; SANTAELLA, 2001, p. 103) é a experiência artística. Diferentemente do senso comum e do conhecimento religioso, a arte consiste numa forma de conhecimento subjetiva e não objetiva, isto é, não se propõe a ser “a verdade”, não propõe explicações universais e generalizáveis. Antes, é a forma de conhecimento mais ciente de que constrói representações da realidade, afirmações inexatas, propositalmente imprecisas e indiretas. Ela possui métodos e técnicas, mas é, por definição (embora tal característica seja ideal e não ocorra necessariamente na maioria das situações) espontânea, dinâmica e aberta. A arte não apresenta discursos fechados e definitivos sobre a realidade, mas, antes, formula enunciados abertos às diferentes interpretações, convoca os sujeitos para, com o uso da imaginação, produzirem diferentes representações daquilo que lhes é apresentado. A arte, assim, está muito mais voltada para a primeira dinâmica do processo de conhecer, para o “descobrimento” do mundo.

Barilli argumenta que a experiência estética proporcionada pela arte pode se dar também em outros campos. O autor dá, como exemplo, o ato de comer, que em princípio é um ato da ordem biológico-fisiológica, pertencente à esfera da natureza e não da cultura. Entretanto, esse ato pode converter-se em experiência estética desde que se faça intervir as três características da experiência estética: a novidade, a totalização e a ritmicidade. Assim, o ato de comer não como aquela refeição normal e vulgar de todo dia, marcado pela pressa e pela economia, mas como uma prática em que os pratos surpreendem, em que há um empenho em recolher daquela experiência um grande número de elementos, pode se transformar numa experiência estética (BARILLI, 1994, p. 49-50).

O processo de conhecimento instaurado pela arte pode ser visualizado na FIGURA 2, em que se percebe o processo de conhecimento por meio da arte em que as manifestações artísticas são apresentadas aos sujeitos enquanto “coisas”; na relação com os objetos e produtos artísticos cada sujeito vai elaborar sua interpretação, construindo então “objetos”:

FIGURA 2
Processo de conhecimento na experiência artística



Outros autores costumam destacar ainda uma outra forma de conhecimento, que é o conhecimento filosófico. Lakatos e Marconi o apresentam como um dos quatro tipos de conhecimento, caracterizado por ser valorativo, racional, sistemático, não verificável, infalível e exato. Contudo, é mais comum encontrar a filosofia não exatamente como uma forma de conhecimento da realidade, como as outras, mas como uma forma de conhecimento que avalia as demais formas de conhecimento, que estuda a natureza e os limites das diferentes manifestações do conhecimento humano: “A filosofia trata das idéias – idéias sobre o mundo, sobre as pessoas, idéias sobre o viver (...) A filosofia se preocupa de modo geral com o modo como sabemos as coisas e com o que podemos saber” (RAEPPER; SMITH, 2001, p. 13).

Alguns autores ainda identificam, como uma outra forma de conhecimento distinta das demais, a ideologia. É o caso de DEMO (1985, p. 31), que distingue a ideologia como forma de conhecimento composta de enunciados que justificam relações de poder. Essa é uma concepção de ideologia oriunda do pensamento marxista, que define a ideologia como “a transposição involuntária para o plano das idéias de relações sociais muito determinadas” (CHAUÍ, 1981a, p. 10). Essa definição de ideologia não destaca tanto as características do conhecimento ideológico (que pode ser mais ou menos sistematizado, sofisticado, coerente) mas sim seu “efeito” sobre a realidade e a sociedade, ou seja, a forma como se dá a inserção desse conhecimento nas relações sociais:

Fundamentalmente, a ideologia é um corpo sistemático de representações e de normas que nos ‘ensinam’ a conhecer e a agir. A sistematicidade e a coerência ideológicas nascem de uma determinação muito precisa: o discurso ideológico é aquele que pretende coincidir com as coisas, anular a diferença entre o pensar, o dizer e o ser e, destarte, engendrar uma lógica de identificação que unifique pensamento, linguagem e realidade para, através dessa lógica, obter a identificação de todos os sujeitos sociais com uma imagem particular universalizada, isto é, a imagem da classe dominante (CHAUÍ, 1981b, p. 3).

Concebida dessa forma, mostra-se mais coerente pensar na ideologia não como uma forma de conhecimento distinta das demais, mas como uma dimensão do conhecimento que pode estar presente em todas as formas de conhecimento. Tanto o senso comum quanto a religião ou a arte podem funcionar como discursos ideológicos em determinados contextos. Assim também a ciência pode se revestir de uma dimensão ideológica, como aliás salientam vários autores. ALVES (1987, p. 11) alerta para o fato da ciência ter virado um mito e, como tal, induzir o comportamento e inibir o pensamento. GRESSLER (2003, p.

32) também identifica a possibilidade da ciência se tornar um “produto ideológico”. E ainda LACEY (1998, p. 14) critica a idéia de neutralidade e imparcialidade do conhecimento científico, constatando que a ciência não é “livre de valores” e que ela assume uma postura ideológica quando busca se legitimar e negar a legitimidade de conhecimentos alternativos, pelo modo como transforma a natureza e a sociedade, e quando ocorre desigualdades e dominação pelo modo como o conhecimento é gerado e estruturado.

Torna-se mais fácil compreender a ciência após a delimitação das outras formas de conhecimento. Afinal, o conhecimento científico nasce da proposta de um conhecimento diferente dos demais, porque busca compensar as limitações do conhecimento religioso, artístico e do senso comum. A busca de um conhecimento mais confiável da realidade está presente desde a pré-história:

Mas, o que é ciência? Quando o homem do paleolítico encontrou um mamute, percebeu imediatamente que não podia enfrentá-lo. Fugiu correndo e, na incoerência aterrorizada da corrida, caiu e feriu o joelho num sílex. Compreendeu que o sílex era mais duro que o joelho. Ora, o homem é o único animal que reuniu essas diversas experiências para formular uma hipótese de trabalho (...) [após construir uma arma para enfrentar o mamute, o homem] concebera uma hipótese de trabalho e verificara experimentalmente o seu valor. Era sem dúvida uma atividade científica (LABORIT, 1988, p. 23).

Contudo, a maior parte dos autores que definem ciência a identificam com um momento específico da história da humanidade:

Um novo tipo de abordagem do problema do conhecimento desenvolveu-se a partir do século XV (...) Já o método de investigação difundido por Galileu é mais do que simples indução ou dedução. Compreende uma série de procedimentos para testar criticamente e selecionar as melhores hipóteses e teorias para explicar a realidade (GRESSLER, 2003, p. 27).

Ao apontar o surgimento do método científico no século XV, a autora não descarta que, desde a idade antiga, já houvesse habilidades e preocupações com uma linguagem técnica e uma argumentação lógica fundamentada na razão – como bem demonstra, por exemplo, a geometria desenvolvida pelos gregos. Contudo, Gressler particulariza o projeto científico como uma forma específica de conhecer a realidade desenvolvida com a contribuição de uma série de personagens, destacando-se sobretudo três:

A necessidade de se ter fundamentos sobre o processo de investigação e sobre a certeza dos resultados despertou o interesse de pensadores, já no início do século XVI, em três povos distintos do Ocidente. Na França, René Descartes pautou sua defesa no método dedutivo; na Inglaterra, o grande teorizador da experimentação, Francis Bacon, deu uma configuração doutrinária à indução experimental, procurando ensinar alguns métodos rudimentares de observação e apontamentos e na Itália, Galileu Galilei, preocupado em instituir um pensamento baseado na experimentação, resolveu pôr à prova alguns ensinamentos de Aristóteles (GRESSLER, 2003, p. 28).

A fundamentação do projeto de construção do conhecimento científico se deu então a partir do trabalho destes três pensadores. Descartes (1596-1650), em obras como “O discurso do método” e “Meditações”, propôs como ponto de partida de todo conhecimento a busca da verdade primeira que não pudesse ser posta em dúvida. Por isso, converte a dúvida em método: “Se duvido, penso; se penso, existo” (Cogito, ergo sum). Com isso, Descartes promove um “questionamento radical do princípio de autoridade como forma de conhecimento”, pois sua atitude coloca em suspenso as verdades adquiridas por via da tradição e da revelação, isto é, do senso comum e da religião (QUINTANEIRO; BARBOSA; OLIVIERA, 1996, p. 09). Ao mesmo tempo, o pensador francês promove a razão, informada pelas regras do método, à condição de guia supremo do processo de conhecer. Ao teorizar sobre a racionalidade, ele promove uma separação entre mente e corpo, entre matéria e pensamento, e entre a razão e as demais formas de conhecimento, nascendo daí a ruptura da ciência com o sensível, a natureza, a imaginação e o sagrado:

Para Descartes, o conhecimento sensível (isto é, sensação, percepção, imaginação, memória e linguagem) é a causa do erro e deve ser afastado. O conhecimento verdadeiro é puramente intelectual, parte das idéias inatas e controla (por meio de regras) as investigações filosóficas, científicas e técnicas (CHAUÍ, 1996, p. 116).

Descartes opera uma redução da subjetividade humana a seus aspectos racionais, o que resultou numa imagem do cientista como alguém que não pertence a uma coletividade, que não estabelece relações, como se fosse apenas uma mente pensante, um cérebro – é a idéia do cientista isolado do mundo (ALVES, 1987, p. 10-11). Também é de Descartes o mérito de propor, como método científico, a redução da complexidade, isto é, separar para estudar, dividir o objeto de conhecimento em suas menores unidades e estudar cada uma dessas unidades separadamente.

Já Francis Bacon (1561-1626) tem no “*Novum organum*” uma obra fundamental em que compreende a ciência como um novo órgão, um novo sentido do pensamento. Com ele tem início o caráter “prometéico” da ciência: não um saber contemplativo e desinteressado, mas um saber instrumental, que possibilite a dominação da natureza:

Bacon acreditava que o avanço dos conhecimentos e das técnicas, as mudanças sociais e políticas e o desenvolvimento das ciências e da Filosofia propiciariam uma grande reforma do conhecimento humano, que seria também uma grande reforma na vida humana. Tanto assim que, ao lado de suas obras filosóficas, escreveu uma obra filosófico-política, a *Nova Atlântida*, na qual descreve e narra uma sociedade ideal e perfeita, nascida do conhecimento verdadeiro e do desenvolvimento das técnicas (CHAUÍ, 1996, p. 116).

Bacon propôs uma separação entre a ciência e as humanidades (estas preocupadas com a justiça, com as pessoas, com a natureza, com o sagrado) e foi forte propulsor do empiricismo, difundindo a crença de que o ponto de partida de todo conhecimento deveria ser a observação, a descrição fiel da realidade, isenta de julgamentos e interpretações.

Por fim, Galileu Galilei (1564-1642) é reconhecido por muitos como o pai do método científico. Seu trabalho é menos filosófico do que o dos dois pensadores citados anteriormente, mas foi sobretudo ele quem enfatizou a atitude empírica na pesquisa científica e, rompendo com as indicações de Aristóteles que eram tomadas sem questionamentos por outros pesquisadores, buscou medir os fenômenos e fazer observações quantitativas. Dentre suas diversas contribuições (como a lei da inércia) destaca-se a teoria heliocêntrica, por meio da qual pôde comprovar as idéias de Copérnico, e pela qual foi submetido a julgamento durante a Inquisição em Roma, em 1633. Foi obrigado a se retratar publicamente do conceito de rotação da Terra em torno do Sol. Nessa ocasião, contudo, após se retratar, teria dito, em voz baixa e olhando para o solo, a frase “*eppur si move*” (“mas ela se move”), o que se tornou um dos lemas do pensamento científico. Deve-se a Galileu ainda o início do projeto da *Mathesis universalis*, isto é, a busca de um ideal matemático. Outra frase sua, “O livro da natureza está escrito em caracteres matemáticos” (ALVES, 1987, p. 80), demonstra sua intenção de construir um conhecimento em que as relações entre os objetos conhecidos se expressem em linguagem matemática – o que resultaria na produção de um conhecimento exato e preciso.

A ciência, pois, é uma forma de conhecimento que, compreendida num sentido mais específico, surge historicamente no século XVI, dentro do processo da Modernidade de

ruptura com o mundo feudal e eclesiástico, embasada filosoficamente pelo Iluminismo e originada com o Renascimento. “O discurso científico tem a intenção confessada de produzir conhecimento, numa busca sem fim da verdade” (ALVES, 1987, p. 170). Para conseguir alcançar esse conhecimento mais adequado, mais fiel à realidade, a ciência busca o desejado equilíbrio entre as duas dinâmicas do conhecimento, isto é, a constante renovação e a consolidação dos conhecimentos já construídos.

Lakatos e Marconi (1986, p. 20) identificam como características do conhecimento científico: ser factual (lidar com ocorrências e fatos reais), contingente (a veracidade ou falsidade do conhecimento produzido pode ser conhecida através da experiência), sistemático (ordenado logicamente num sistema de idéias), verificável (o que não pode ser comprovado não é do âmbito da ciência), falível (não é definitivo, absoluto) e aproximadamente exato (novas descobertas podem reformular o acervo de idéias existentes).

Essas características são também levantadas por Alves. Para o autor, contudo, não se deve falar em ruptura do conhecimento científico com o senso comum. Embora eles sejam “muito diferentes” um do outro (ALVES, 1987, p. 37), “existe uma continuidade entre o pensamento científico e o senso comum” (Ibidem, p. 17). Com isso, o autor argumenta que a ciência não deve ser vista como uma forma de conhecimento completamente distante do fazer humano, dotada de autoridade inquestionável. Entre as características da ciência, ainda conforme o autor, destacam-se a busca de ordem, a formulação de modelos e leis que explicam o funcionamento dos fenômenos e da natureza, o abandono dos valores e a busca de um saber objetivo, o uso de hipóteses e de experimentação que permite medir os eventos com precisão e o rigor do pensamento com a utilização do raciocínio lógico. Alves identifica ainda duas características essenciais. A primeira é a busca por um conhecimento geral, universal, aplicável a todos os casos: “Sempre que passamos do passado para o futuro, ou do particular para o geral, nós *ampliamos* aquilo que sabemos” (ALVES, 1987, p. 116). Busca-se tanto as regularidades e uniformidades quanto, também, a possibilidade da previsão. A segunda é a falseabilidade, isto é, os enunciados científicos podem ser testados para se confirmar se são verdadeiros ou falsos. Uma proposição verificável “é aquela sobre a qual, a partir de testes, podemos tomar uma decisão sobre sua verdade ou falsidade” (Ibidem, p. 176).

Entre os objetivos da ciência estão a busca do controle prático da natureza, a descrição e compreensão do mundo e a possibilidade de predição (GRESSLER, 2003, p. 37).

Posteriormente, ela se alia à técnica – é quando ela realmente “se destaca” (Ibidem, p. 24) e passa a resultar numa série de avanços nos modos de produção da sociedade, tendo seu ápice na Revolução Industrial do século XVIII com grandes inventos como a lançadeira (1733), o tear mecânico (1738), a máquina a vapor (1768), a locomotiva (1813), o barco a vapor (1821) e muitas outras que alteraram de forma significativa as formas de produção e de vida das sociedades. Ao mesmo tempo, o conhecimento científico se desenvolve e busca sua legitimidade a partir de sua institucionalização nas universidades, conselhos, associações, congressos; institutos, publicações e eventos.

No século XX a ciência vai ser questionada em vários de seus princípios e suas propostas. De acordo com SANTOS (1996), o “paradigma dominante”, que é o modelo de ciência surgido no século XVI, caracterizado pela luta apaixonada contra todas as formas de dogmatismo e autoridade, pela busca de leis e da objetividade e pelo uso da matemática como instrumento privilegiado de análise (apenas o que é quantificável é cientificamente relevante) passa a sofrer um processo de perda de confiança. Para o autor, isso acontece a partir de dois tipos de condições.

O primeiro tipo são as condições teóricas, isto é, descobertas científicas que colocam em evidências limitações do modelo tradicional. Entre essas descobertas o autor destaca as contribuições de Einstein, Heisenberg e Bohr, Gödel, Prigogine e outros que derrubam, entre outros pilares do “paradigma dominante”, o mito da objetividade, da possibilidade de se estudar um objeto sem perturbá-lo, e a idéia de tempo e espaço absolutos.

O segundo tipo são as condições sociais. Diversas experiências do século XX, como as duas grandes guerras, as experiências totalitárias, os desastres ecológicos, a submissão da ciência aos interesses militares e econômicos, levaram a uma perda do interesse no conhecimento científico tal como vinha sendo produzido.

Conforme o autor, essas duas condições estariam levando a uma crise do paradigma dominante e à emergência de um novo paradigma. Outros autores têm discutido a questão: WERSIG (1993, p. 229) percebe a emergência, no século XX, de um novo tipo de ciência, denominada por ele “ciência pós-moderna”, voltada não para a compreensão do modo de funcionamento da natureza, como a ciência clássica, mas para a resolução de alguns problemas causados pela ciência moderna e suas tecnologias; Morin e LeMoigne apresentam a proposta do pensamento complexo como a forma mais adequada de produção do conhecimento, compreendendo-o como uma evolução da ciência clássica em vários aspectos como, por exemplo, a superação da compartimentalização dos saberes (MORIN;

LeMOIGNE, 2000, p. 199-213); também CAPRA (1987) percebe uma grande revolução em todas as ciências com a crise do modelo cartesiano. Para outros autores, contudo, não se estaria vivendo um momento de crise da ciência. É o caso de Gomes que alerta para um certo modismo atual de se identificar uma “crise dos paradigmas da ciência moderna”:

(...) poder-se-ia detectar tal crise apenas se estivéssemos vivendo uma ruptura revolucionária generalizada. Não me parece haver qualquer coisa desse tipo no ar. A ciência contemporânea dedica-se ao labor cotidiano da investigação, discute suas descobertas a partir de categorias comuns, submete-se a discussões com pressupostos comuns, publica em periódicos com compreensões comuns de cientificidade... Pode ser que pessoas mais atentas notem algum furor revolucionário varrendo convicções anteriores; eu consigo ver um tempo de ciência normal, normal até demais, com costumes preguiçosos e arraigados, com distribuição em formas tradicionais de prestígio e reconhecimento (GOMES, 2003, p. 319).

De toda forma, percebendo-se um momento de crise ou apenas um processo de continuidade, o que se pode verificar é que a idéia, nascida com a Modernidade, de ciência como um conhecimento completamente objetivo (capaz de conhecer um objeto sem qualquer perturbação por parte do sujeito que o conhece), em busca de leis definitivas e absolutas, deu lugar a uma compreensão da atividade científica como um “produto social” (GRESSLER, 2003, p. 32), dotado de uma “matriz coletiva” (ALVES, 1987, p. 206), que lida com “objetos construídos” (DEMO, 1985, p. 45). Essa evolução da forma de se encarar a ciência foi possível sobretudo a partir do momento em que a ciência tornou-se, também ela, objeto de estudo, a partir da intervenção de diferentes disciplinas.

2.2. Estudos sobre a ciência e o fazer científico

A realização de estudos sobre a produção de conhecimento científico e a necessidade de avaliação do trabalho dos pesquisadores, dos produtos e dos processos de divulgação científica foi um fator condicionante, ao longo do século XX, da evolução de toda uma área do conhecimento. Essa área não se desenvolveu de maneira uniforme, mas, antes, consistiu na realização de diferentes pesquisas com várias naturezas, métodos e filiações teóricas. Nela se encontram tradições tão diversas como a bibliometria, a história da

ciência, a sociologia da ciência, a teoria do conhecimento e as preocupações epistemológicas e filosóficas dentro de cada área específica, entre outras. Em comum, todas guardam uma questão: a necessidade de crítica e avaliação do conhecimento científico, de ordenação de uma área, de identificação dos principais autores, de identificação das tendências e dos assuntos que estão sendo estudados – necessidade agravada pela proliferação e pelo crescimento vividos no século XX, com o aumento da literatura e da população científica.

Entre os vários campos de estudos dedicados às investigações sobre a produção científica estão os estudos sobre a comunicação científica, isto é, sobre as formas como os cientistas se comunicam entre si, trocam informações e referenciam uns aos outros na produção do conhecimento científico. Afinal, entre o início da pesquisa e sua publicação (normalmente em artigo de periódico) há várias instâncias de comunicação e divulgação, em diferentes níveis de abrangência e formalidade. O objetivo dos estudos nessa área é conhecer essas atividades de comunicação e divulgação que precedem a publicação do artigo – para estudar os periódicos deve-se conhecer a intensa atividade de comunicação que o precede. Os estudos “clássicos” em comunicação científica compreendem os estudos sobre os colégios invisíveis e sobre o fluxo de informação.

Os colégios invisíveis foram estudados por Price, Crane, Crawford, Zaltman, Kohler, Gaston e muitos outros (MUELLER, 1994, p. 310-311), e podem ser definidos como grupos não formais de cientistas que estão, num dado momento, trabalhando em torno de um mesmo problema ou área de pesquisa e que se comunicam entre si sobre o andamento de seus trabalhos. Normalmente os cientistas estão geograficamente dispersos – daí a designação “colégio invisível”. Os primeiros estudos empíricos, realizados por Merton, Menzel, Price, buscaram verificar a existência de colégios invisíveis e suas características. Price, por exemplo, detectou a existência de elites dominantes no âmbito destes grupos. A hipótese dos colégios invisíveis e elites, contudo, nem sempre foi confirmada nos trabalhos que se seguiram (Mullins). Em outros casos foi ampliada - por Crane, por exemplo, que descobriu que as elites também se comunicam com pesquisadores de fora do colégio; por Griffith, que desenvolveu um modelo probabilístico; e por Granovetter, que identificou “laços fracos” nas redes de comunicação. Destacam-se ainda os estudos sobre o momento em que se forma o colégio invisível, (Crane, Price, Mulkay), a partir dos quais se verificou que as relações sociais entre os cientistas são diferentes em cada estágio e se

identificou as etapas do processo de institucionalização de uma área emergente de pesquisa.

Quanto às formas de se realizar esses estudos, Cronin apresenta três técnicas para perceber ligações entre cientistas: estudos sociométricos, estudos microssociológicos (observação, estudo de caso) e análise de citações. Para Crane, as relações informais podem explicar os resultados bibliométricos (os colégios invisíveis teriam uma contrapartida na literatura científica por meio das citações), sendo também indicadores as participações em bancas, os painéis em congressos, entre outras atividades (MUELLER, 1994, p. 311).

Já os estudos sobre o fluxo da comunicação científica representam esforços para identificar e representar o fluxo total da informação científica e foram desenvolvidos por autores como Garvey, Griffith, Menzel, Paisley e Lipetz (MUELLER, 1994, p. 312-313). Os sistemas de comunicação científica são normalmente divididos em dois domínios, o formal (meios impressos, artigos, livros, etc) e o informal (oral, face a face, congressos), sendo o informal precursor do formal. MEADOWS (1999, p. 116ss), analisando esses vários canais, os classifica de acordo com suas características e levanta as vantagens e desvantagens de cada um. Sobre os canais formais, o autor destaca sobretudo o fato de haver um registro duradouro, que pode ser armazenado e recuperado, e que pode atingir um público maior, com uma seleção de conteúdo de iniciativa do usuário e com pouco retorno para o autor. Já os meios informais não produzem informação fixada e recuperável, circulam de forma restrita, com acesso limitado; nestes casos, a seleção do conteúdo é de iniciativa do informante e há bastante retorno para o fornecedor da informação.

Entre as tentativas de representação do fluxo do conhecimento figuram como pioneiras as pesquisas de Garvey, desde 1966, que buscaram seguir a trajetória de sucessivas comunicações relacionadas a um projeto específico, desde seu início até alguns anos depois de seu término – correlacionando os meios de divulgação utilizados e os prazos – para determinar a estrutura da comunicação científica. Ele pôde perceber três fases principais: o início (comunicação informal, palestras, congressos), o ponto culminante (publicação em periódico) e os desdobramentos (abstracts, índices, citações, incorporação em tratados e livros texto). Cada fase teria objetivos próprios, tais como a obtenção de informações para testar e refinar os resultados encontrados até o momento, a inserção de seus resultados no corpo estabelecido do conhecimento de sua área.

Lievrouw também identifica três estágios: a concepção (que se dá nos processos de comunicação interpessoal, a partir dos laços pessoais), a documentação (com a publicação

de relatórios e a preocupação com regras de normalização) e a popularização (com a divulgação para a sociedade em geral). Para este autor, quatro devem ser os “programas de pesquisa” para a pesquisa em comunicação científica: estudos sobre artefatos, estudos de usuários, estudos de redes e estudos de laboratórios (MUELLER, 1994, p. 314).

Estes dois ramos de estudo fazem parte do primeiro dos quatro “modelos teóricos para o estudo da comunicação científica”, conforme apresentado por RAMOS (1994). Este primeiro modelo é denominado pelo autor “modelo difusionista” e é desenvolvido sobretudo no âmbito da Ciência da informação, voltado para a geração, o uso e a transmissão da informação na comunidade científica. Sua fundamentação está na concepção de Ziman, para quem, na ciência, cada um constrói seu trabalho a partir do trabalho dos outros, num processo de colaboração competitiva, fruto do debate e confronto de idéias e conceitos. Este modelo engloba tanto os processos de debate interpessoal (com os colégios invisíveis, membros de uma comunidade intelectual não institucionalizada) quanto a dinâmica da comunicação científica, com o trâmite da comunicação informal para a formal (produtos), o fluxo da comunicação informal até a sua integralização na literatura. Este modelo tem ainda outro exemplo, o modelo epidêmico de transmissão de idéias de Goffman, e pode ser utilizado principalmente para o planejamento de sistemas de serviços de informação, estudos de crescimento da literatura, estudos bibliométricos de autores mais produtivos, mais citados, periódicos com mais artigos.

Os outros três modelos apontados pelo autor são: o “modelo paradigmático”, construído a partir da teorização de Kuhn sobre os paradigmas científicos, e que estuda a ciência a partir da estrutura cognitiva do mundo científico num dado momento histórico; o “modelo dialético”, desenvolvido principalmente por Habermas e por Bourdieu, e que percebe a ciência como uma atividade voltada para a produção de regras, numa perspectiva histórico-hermenêutica, analisando o campo científico como lugar de luta entre agentes desigualmente dotados de capital científico; e o “modelo culturalista”, que compreende a ciência não apenas como ofertante de conhecimento técnico, mas também como manipuladora do imaginário social – modelo atento à dinâmica social da ciência desenvolvido por, entre outros, Mulkay e Holton.

Outras teorias voltadas para o estudo da comunicação científica são a teoria do crescimento epidêmico da literatura de Goffman (OLIVEIRA, 1975, p. 8), os trabalhos sobre vulgarização científica de Moscovici, Roqueplo e Jourdan (RAMOS, 1994, p. 344), e sobre as comunidades científicas (cujo precursor, ainda em 1957, é Robert K. Merton).

Destes últimos nasceu a tradição de pesquisa conhecida como Sociologia da ciência, que na década de 60 se desenvolveu com pesquisadores como Crane, David, Encel e Storer, e que se preocupa

com fatores como: motivação, reconhecimento, comportamento, visibilidade, criatividade, que afetam a produtividade dos cientistas, quer no referente às propriedades psicológicas individuais, quer num contexto institucional e organizacional na pesquisa (MUELLER, 1984, p. 8).

Atualmente estão em destaque os “estudos de laboratório” de cunho etnográfico iniciados por Latour e Woolgar (análise do cotidiano da atividade científica, das práticas cotidianas, dos ritos, dos “ciclos de credibilidade” e motivações). No âmbito dos estudos sociológicos sobre a ciência, a proposta de Latour e Woolgar, “da macro para a microanálise da ciência” (HOCHMAN, 1994, p. 214) marca o início de uma linha de estudos influenciada principalmente pelo interacionismo simbólico e pela etnometodologia. Nessa linha se desenvolve uma nova postura:

É preciso rever essas atitudes epistemológicas em relação à ciência. Então, “vá ao laboratório e veja”, sugerem Latour, Woolgar e Knorr-Cetina, à produção do conhecimento científico. Isto implica uma recusa a qualquer privilégio epistemológico em face da descrição etnográfica das práticas científicas. Em vez de impor categorias e conceitos estranhos ao mundo dos observados, os autores defendem que o fenômeno deve ser analisado contextualmente, tendo em vista o que os participantes/observados consideram como relevante (HOCHMAN, 1994, p. 214).

Outros campos atuais de estudo são: o “Programa Forte da Sociologia do Conhecimento” (que estuda a relação entre o conhecimento científico e o contexto social, tendo em Bloor e Barnes, da Escola de Edimburgo, seus principais representantes); a perspectiva construtivista de autores como Knorr-Cetina (que estuda a ciência a partir da noção de “arena transepistêmica”); as análises no âmbito da sociologia funcionalista norte-americana, que têm em Robert Merton, com seus estudos sobre os imperativos institucionais da ciência, um de seus principais expoentes.

Outras temáticas incorporadas ao campo de pesquisa são as relativas aos condicionamentos das pesquisas por interesses privados políticos e comerciais (CROSSEN, 1996), à divulgação científica como atividade de difusão do conhecimento, partilha social do saber e atividade de reformulação discursiva (ZAMBONI, 2001; CUNHA, 2001), à importância

do periódico científico (MIRANDA, PEREIRA, 1996; STUMPF, 1996), bem como os estudos sobre divulgação científica centrados nos papéis educacional, cívico e de mobilização popular que a ciência tem, ou deveria ter (ALBAGLI, 1996, p. 397) e sobre a inserção da ciência na problemática da “sociedade da informação” (TAKAHASHI, 2000; MATTELART, 2002).

Deve-se destacar ainda um outro ramo de estudos que possui o conhecimento científico como objeto. Trata-se da Bibliometria, técnica quantitativa e estatística de medição dos índices de produção e disseminação do conhecimento científico “tal como procede a Demografia ao recensear a população” (FONSECA, 1986, p. 10). Surgida no início do século como sintoma da necessidade do estudo e da avaliação das atividades de produção e comunicação científica, ela se desenvolve inicialmente a partir da elaboração de leis empíricas sobre o comportamento da literatura, sendo que, entre os principais marcos de seu desenvolvimento, estão o método de medição da produtividade de cientistas de Lotka (1926), a lei de dispersão do conhecimento científico de Bradford (1934) e o modelo de distribuição e frequência de palavras num texto de Zipf (1949).

Inicialmente voltada para a medida de livros (quantidade de edições e exemplares, quantidade de palavras contidas nos livros, espaço ocupado pelos livros nas bibliotecas, estatísticas relativas à indústria do livro), aos poucos foi se voltando para o estudo de outros formatos de produção bibliográfica, tais como artigos de periódicos e outros tipos de documentos, para depois ocupar-se, também, da produtividade de autores e do estudo de citações. Conforme FIGUEIREDO (1977, p. 18), a Bibliometria desde sua origem é marcada por uma dupla preocupação: a análise da produção científica e a busca de benefícios práticos imediatos para bibliotecas (desenvolvimento de coleções, gestão de serviços bibliotecários).

A utilização de métodos quantitativos na busca por uma avaliação objetiva da produção científica é o ponto central da bibliometria:

Deixando de lado os julgamentos de valor, parece clara a importância de se dispor de uma distribuição que nos informe sobre o número de autores, trabalhos, países ou revistas que existem em cada categoria de produtividade, utilidade ou o que mais desejarmos saber (PRICE, 1976, p. 39).

A três primeiras leis bibliométricas conheceram, com o avançar das décadas, diversas reformulações. A lei de Lotka, por exemplo, foi reestruturada a partir da lei do elitismo de

Price. Estudos atuais têm sido realizados (COOPER; BLAIR; PAO, 1993) buscando identificar *core lists*, isto é, núcleos de periódicos mais produtivos, de uma determinada área, em revisões que confirmam ou reformulam a Lei de Bradford. Também a lei de Zipf foi bastante reformulada, por Kendall (que faz um paralelo entre Zipf e Bradford) e Brookes (criador da distribuição Bradford/Zipf, que postula que um largo número de “fontes” contribuem com “itens” casuais para um “campo” determinado). Outros autores que acrescentaram contribuições à Lei de Zipf foram Booth, Donohue e Mandelbrot (RAO, 1986, p. 181). O método foi sendo aperfeiçoado, ainda, principalmente com estudos de frequência e co-ocorrência de descritores.

A área mais importante da bibliometria é a análise de citações, que pode ser definida como a técnica que investiga as relações entre os documentos citantes e os documentos citados considerados como unidades de análise, no todo ou em suas diversas partes (autor, título, origem geográfica, ano, idioma de publicação). Na década de 60, com a utilização do computador, a técnica, que já havia sido realizada desde séculos anteriores, ganha novo fôlego, sendo o ano de 1963 considerado um grande marco, com o surgimento do primeiro índice de citações, o Science Citation Index (SCI) por Eugene Garfield, fundador do ISI – Institute of Scientific Information. Para avaliar a importância de periódicos foi criado no âmbito do ISI o índice de fator de impacto.

Esse tipo de análise permite a identificação e descrição de uma série de padrões na produção do conhecimento científico. Com os dados retirados das citações pode-se descobrir: autores mais citados; autores mais produtivos; elite de pesquisa; frente de pesquisa; fator de impacto dos autores; procedência geográfica e/ou institucional dos autores mais influentes em um determinado campo de pesquisa; tipo de documento mais utilizado; idade média da literatura utilizada; obsolescência da literatura; procedência geográfica e/ou institucional da bibliografia utilizada; periódicos mais citados; “core” de periódicos que compõem um campo; entre outros.

Atualmente diversos indicadores de ciência e tecnologia são produzidos e utilizam contribuições bibliométricas, tais como o Science and Technology Indicators (EUA), o Science & Technology Indicators (Ásia), o S&T Indicators for the European Research Area (Europa) e o Main Science and Technology Indicators (dos países da OECD).

2.3. A formação das disciplinas científicas

Entre as várias questões e aspectos analisados nos estudos sobre a ciência e a produção científica, destacam-se aqueles voltados para as tentativas de classificação da ciência e também para a compreensão dos processos de constituição de suas sub-áreas ou disciplinas. De acordo com FRANÇA (2002, p. 17), disciplinas “são domínios do conhecimento já consolidados, são campos científicos que já estabeleceram uma tradição”. A disciplina é, assim, um “pedaço” específico do conhecimento, do conjunto de saberes da humanidade, que se torna singular, particular, distinto, seja em relação aos conceitos que postula/utiliza, ao conjunto de informações e dados que contém, às metodologias que empreende ou ao conjunto de fatos e fenômenos do mundo aos quais recorre.

A preocupação com a formação de conjuntos definidos e limitados de conhecimentos (organização dos saberes humanos em ramos) é trabalhada por vários autores sob distintos enfoques, entre os quais se destacam aqueles vinculados à história da ciência e à teoria da classificação. Esse tipo de estudo, na verdade, vai além da ciência moderna, buscando analisar as divisões e classificações do conhecimento desde momentos históricos anteriores. Ou seja, os estudos sobre as divisões disciplinares da ciência fazem parte, na verdade, de um amplo leque de estudos que têm como objetivo estudar as várias divisões e especializações do conhecimento humano como um todo – do qual a ciência moderna é apenas uma parte.

Não é possível precisar quando, na história da humanidade, teve origem a fragmentação do saber. Sabe-se, contudo, que, nas eras primitivas, pré-civilizadas, o conhecimento humano era *total*, isto é, não distinguia tipos de saberes nem hierarquia entre eles. Era um conhecimento tácito e essencialmente colado à experiência, vinculado aos elementos com os quais cada ser humano se relacionava. Essa situação primeira é descrita por Pierre Lévy e Michel Authier a partir da metáfora da “árvore mística”:

Quando os humanos ainda viviam no Paraíso, havia no meio do Jardim uma árvore mística cuja vida era misteriosamente ligada aos seus feitos e gestos. Cada nascimento de um pequenino homem acrescentava uma radícula à árvore e cada morte fazia desaparecer uma fibrila de suas raízes. (...) A árvore crescia com a humanidade. (...) Assim, todos os humanos vivos formavam as raízes da árvore mística e todos eram dela jardineiros (...) (LÉVY; AUTHIER, 1995, p. 89-90).

A metáfora ilustra um certo momento da humanidade em que o saber e o conhecimento eram socialmente compartilhados sem que existisse posse de saberes por parte de uns ou de outros, ou hierarquias ou divisões destes saberes. Não existia ainda uma especialização, uma diferenciação, assim como não existia uma divisão do trabalho. É exatamente com a organização dos homens em agrupamentos ou sociedades (ainda que em graus até mesmo rudimentares de organização, como as tribos, ou em graus mais complexos, como nas primeiras cidadelas) e a divisão das tarefas entre os vários membros destas sociedades que se começa a pensar na idéia de conhecimentos úteis, conhecimentos diferenciados para situações específicas. Lévy e Authier metaforizam esses acontecimentos com a idéia da “queda da árvore mística”:

Mas chegou uma estação (nesta época, as geleiras estavam bem ao norte) em que a brisa da noite trazia mensagens inéditas, incompreensíveis. Algo havia imperceptivelmente mudado no ar do Jardim. Uma fenda crescia entre o espaço e o tempo. Os Deuses mudaram de feição. Não era mais o Paraíso. (...) Uma casta estabeleceu-se acima dos outros homens. Com uma grande quantidade de escravos, ela dirigia as escavações de longos canais de irrigação, a ereção de diques contra a cólera e o transbordamento dos rios. Os administradores faziam subir as muralhas, templos, pirâmides e torres para parar o tempo, eternizar a glória dos reis e contemplar mais de perto as estrelas. Na sombra dos palácios, os escribas gravavam em suas estantes o crescimento das tropas, o registro dos escravos e a contagem dos grãos nos silos. Possuídos pelo jogo de um incessante cálculo, os escribas quiseram também contar o saber: desenharam, então, uma árvore do conhecimento do seu campo e se embriagaram com este seu novo poder (LÉVY; AUTHIER, 1995, p. 90-91).

A complexificação das atividades humanas leva à necessidade de ampliação das atividades desenvolvidas, a um grau tal que se torna impossível que alguém detenha todos os conhecimentos “estocados” de uma determinada comunidade. E, no desenvolvimento de atividades mais específicas por parte de cada um (o desenvolvimento de técnicas, de procedimentos, de estratégias), começa a aumentar a quantidade de conhecimentos e saberes sobre cada uma destas atividades, de modo que cada ser humano já não executa mais uma tarefa da mesma forma (ou com a mesma otimização) que outro, não apenas por diferenças de habilidades ou experiências, mas também pelo *acesso* a determinadas informações e saberes. Ainda de acordo com Lévy e Authier, “se é justo dizer que cada um sabe, é preciso imediatamente acrescentar que ninguém sabe tudo. Em relação à imensidão de saberes que circulam, crescem e se multiplicam entre os humanos, cada um ignora infinitamente mais coisas do que tem noção” (1995, p. 101).

O processo de especialização, de aprofundamento do conhecimento sobre algo (uma atividade qualquer) por parte de alguém é acompanhado pelo processo de não-conhecimento de outras atividades e saberes por parte deste mesmo alguém, que delega a outra pessoa a realização de determinada atividade. Começa a haver pessoas que não detêm todos os conhecimentos e saberes relacionados à sua experiência, e que precisam, portanto, de um *especialista*, isto é, daquele que possui os saberes relacionados a uma atividade específica.

Na literatura sobre história e filosofia da ciência (SERRES, 1989; ALVES, 1987; OMNÉS, 1996; ALFONSO-GOLDFARB, 1994; KRAGH, 1989), esse momento inicial, descrito por Lévy e Authier como a “árvore mística”, representa o momento histórico em que a única forma do homem estocar e elaborar conhecimentos é aquela conhecida como “senso comum”.

A necessidade do homem de uma compreensão mais aprofundada do mundo, bem como a necessidade de precisão para a troca de informações, acaba levando à elaboração de sistemas mais estruturados de organização do conhecimento. Gérard Fourez destaca que, no início, os homens se comunicavam a partir de uma linguagem que utilizava um código restrito, em que os objetos do mundo são descritos sem uma preocupação com o alcance das descrições - não havendo, pois, uma reflexão elaborada. É a linguagem do dia-a-dia, “útil na prática e que não leva adiante todas as distinções que se poderia fazer para aprofundar o meu pensamento” (FOUREZ, 1995, p. 18). Mas, com o tempo, passaram a desenvolver um código “elaborado”, com o objetivo de tornar as noções mais precisas e sistematizar os campos de conhecimento. Aqui se tem a origem dos “conceitos”, noção fundamental para a formação dos campos disciplinares.

De acordo com outro autor, “a ciência tem as suas origens nas necessidades de conhecer e compreender (ou explicar), isto é, nas necessidades cognitivas” (MASLOW, 1979, p. 206). De um conhecimento difuso, espalhado, assistemático e desorganizado, passa-se a um trabalho de arranjo segundo certas relações, de disposição metódica. Esse processo é fundamental para a composição de campos específicos do conhecimento.

Michel SERRES (1989), no tratado que organiza sobre a história da ciência, apresenta as principais eras científicas ou do conhecimento, isto é, eras marcadas por uma grande sistematização dos conhecimentos: a Matemática no Egito Antigo e Mesopotâmia, a Grécia Clássica, a Intermediação Árabe, a Teologia da Idade Média e a Ciência Moderna (que, em

sentido estrito, é a única forma de conhecimento que realmente pode ser classificada como “científica”).

No século XVI, com o início da ciência moderna na Europa, o processo de construção de disciplinas científicas se aprofunda:

A complexidade do universo e a diversidade de fenômenos que nele se manifestam, aliadas à necessidade do homem de estudá-los para poder entendê-los e explicá-los, levaram ao surgimento de diversos ramos de estudos e ciências específicas (LAKATOS; MARCONI, 1986 p. 24).

Embora se possa dizer que “não existe um ‘lugar de nascimento’ daquela realidade histórica complicada que hoje chamamos de ciência moderna” (ROSSI, 2001: 09), uma vez que a nova forma de conhecimento é fruto do trabalho de autores de diversas nacionalidades e contextos, existe uma força de agregação do projeto científico que é sua orientação marcada pelo racionalismo de Descartes e pelo empirismo de Bacon e Galilei (LARA, 1986). O projeto racional proporciona um acúmulo de conhecimentos, teorias e métodos, que vão exigindo separações, tratamentos diferenciados, posturas específicas: “Não se ‘observa’ do mesmo modo um neutrino, um micróbio, uma cratera sobre a Lua, uma nota de música, um gosto de açúcar ou um pôr-do-sol” (FOUREZ, 1995, p. 41). Sob a justificativa de que objetos diferentes reclamam conceitos de naturezas diferentes, produziram-se cisões e compartimentalizações no conhecimento científico. A maior delas é a que separa as ciências em inorgânicas (que estudam o mundo físico), orgânicas (que estudam o mundo biológico, isto é, tudo aquilo que tem vida) e superorgânicas (que estudam o mundo social). Depois, com a distinção entre objeto material (o fenômeno propriamente dito, o que está no mundo, o “*ens reale*”) e objeto formal (o objeto construído, recortado por uma ciência), abre-se caminho para a construção de várias ciências, já que uma definição científica “é a releitura de um certo número de elementos do mundo por meio de uma teoria” (FOUREZ, 1995, p. 46).

Contudo, uma análise do processo de fortalecimento das disciplinas que queira ir além da visão da ciência “como um processo absoluto e de modo algum histórico” (FOUREZ, 1995: 59) vai incorporar toda a dimensão política, sociológica e histórica que levou à criação de disciplinas e à consolidação de fronteiras e campos do saber. O ponto de partida para essa visão é a análise de Rossi, que aponta para o fato de que as universidades não estiveram no centro da pesquisa científica:

A ciência moderna nasceu fora das universidades, muitas vezes em polêmica com elas e, no decorrer do século XVII e mais ainda nos dois séculos sucessivos, transformou-se em uma atividade social organizada capaz de criar as suas próprias instituições (ROSSI, 2001, p. 10).

A criação das academias e posteriormente dos institutos de pesquisa (p. 337-386) representa não apenas o movimento de “renúncia ao trabalho solitário” (p. 371) como, principalmente, o fortalecimento de campos específicos do saber científico, com a reunião daqueles que partilhavam interesses, conceitos e métodos, e sua distinção em relação a outros. Ou seja, as Academias e agrupamentos científicos de que fala Rossi são essencialmente “disciplinares”.

Essa análise é confirmada pela historiografia de DEUS (1979, p.12), que analisa a importância da ciência para o desenvolvimento do capitalismo, desde a astronomia de Copérnico, que “mina o aparelho espiritual feudal controlado pela Igreja”, passando pelas orientações marítimas para os comerciantes à procura de novos mercados, chegando à industrialização, quando a ciência torna-se força produtiva, e passa a ser apropriada pelo Estado. Esse processo acontece com o concurso fundamental do agrupamento dos cientistas em organizações disciplinares:

Os primeiros cientistas eram indivíduos mais ou menos isolados, profissionais das universidades ou simples amadores (...). Graças às boas ligações e à maleabilidade política, conseguem pouco a pouco agrupar-se em sociedades científicas e ir ocupando os lugares de controle das velhas universidades medievais. (...) A consolidação da ciência, particularmente marcada do século XVII, significou antes de mais nada a consolidação das instituições científicas, a criação de comunidades científicas cada vez mais estáveis, auto-reprodutivas, auto-suficientes (DEUS, 1979, p. 15).

De acordo com CHALMERS (1994), a organização de cientistas em comunidades científicas fechadas e disciplinadas vai ser discutida e analisada por diversos autores, como Imre Lakatos, Karl Popper e Paul Feyerabend, nas décadas de 1960 e 1970, no âmbito da filosofia da ciência, a partir de discussões que vêem o conhecimento científico como questão política e destacam seu papel ideológico. DEUS (1979, p. 17) destaca também a contribuição de autores da sociologia da ciência, tais como Robert MERTON (1979) com sua análise dos imperativos institucionais da ciência (entre os quais se destaca o “cepticismo organizado”) e de Thomas KUHN (1975), que analisa as comunidades científicas como o suporte material e real do saber institucionalizado.

Entre esses vários autores e correntes de estudo que têm a ciência e particularmente a formação de disciplinas científicas como objeto, merecem destaque as contribuições de dois autores que têm tido um impacto fundamental no direcionamento dos estudos contemporâneos. O primeiro deles é Bourdieu, cuja importância é salientada a seguir:

Em artigo bastante conhecido, Pierre Bourdieu introduz a noção de campo científico, em clara oposição ao conceito de comunidade científica de Kuhn, apesar de incorporar muitos dos seus termos. Para Bourdieu, a noção de comunidade científica autônoma, insulada e auto-reprodutora, com cientistas neutros e interessados somente no progresso da sua disciplina, esconde, mais que elucida, a dinâmica das práticas científicas na sociedade moderna (HOCHMAN, 1994, p. 208).

O autor está se referindo à aplicação, por Bourdieu, de sua teoria dos campos sociais à ciência, definindo esta como um “campo científico”. BOURDIEU (1983) define o campo social como um espaço configurado pelas relações que ocorrem entre os atores sociais. Nessas relações podem ser identificadas as posições que os atores ocupam uns em relação aos outros. Trata-se, na verdade, da retomada dos princípios marxistas relativos ao conflito e à determinação das condições sociais de produção, o que abre caminho para uma abordagem sociológica da ciência que entende que “o conhecimento científico, enquanto produto, é afetado pelas condições de um contexto específico” (SILVA, 2002, p. 109) ou, em outros termos, que a verdade científica “reside numa espécie particular de condições sociais de produção” (BOURDIEU, 1983, p. 122).

Essa compreensão permite entender a formação dos campos disciplinares como resultado não propriamente de progressos e questões “científicas”, mas como resultado dos processos de luta, de utilização e busca por recursos e “capital simbólico”, pela lógica de “distinção”. Essa distinção pode ser compreendida como instâncias de consagração e de prestígio que se relacionam com o grau de aceitação no campo, o que implica, entre outras práticas, a aceitação das regras da prática científica:

O campo científico exige dos seus participantes um saber prático das leis de funcionamento desse universo, isto é, um *habitus* adquirido pela socialização prévia e/ou por aquela praticada no próprio campo (SILVA, 2002, p. 119).

O *habitus*, uma das categorias de Bourdieu, diz respeito àquilo que está introjetado em cada indivíduo, que foi construído por suas experiências e história de vida, mas também é possível identificar um *habitus* coletivo ou de grupo.

Cientistas estão constantemente em luta por autoridade e reconhecimento, traçando variadas estratégias e efetuando ações em uma ou outra direção para atingir seus objetivos. As lutas se dão em torno da apropriação de um capital específico do campo e/ou pela redefinição daquele capital. Nesse esforço, criar ou fortalecer novas áreas ou campos de pesquisa (disciplinas) pode ser, em determinados momentos, a atitude mais interessante ou “lucrativa” dentro do “jogo científico”. São contextos específicos de reações e contra-reações à estrutura de posições dentro de um campo que motivam a criação de novos campos e a migração de alguns cientistas para estes novos campos, dando assim origem a novas disciplinas que, com o tempo, vão buscar se legitimar enquanto campos do conhecimento. Nesse processo, é fundamental a formação de uma “infra-estrutura” de discursos e de uma dinâmica de institucionalização que garanta a legitimidade dos novos campos científicos criados.

Do ponto de vista da filosofia da ciência, um dos autores mais importantes voltados para a problemática dos discursos científicos e de sua legitimidade é Michel Foucault. Sobre esse autor é importante destacar que

Ao considerar a questão da história e da filosofia do ponto de vista de Foucault, é preciso primeiramente levar em consideração que seu interesse não diz respeito à ciência propriamente, mas ao saber; não à sua racionalidade imanente, mas às condições externas de possibilidade de sua existência (PORTOCARRERO, 1994, p. 45).

Ao utilizar a expressão “saber”, Foucault salienta o fato de que o discurso científico não é formado apenas por ciência propriamente dita (pelas teorias e conceitos científicos), mas por uma quantidade imensa de saberes políticos, administrativos, institucionais, culturais, literários, artísticos, etc. Com isso se abre a possibilidade de análise da ciência para além dos seus próprios critérios de cientificidade, pois são exatamente essas condições de “cientificidade” ou de “verdade” que vão ser analisadas pelo autor. Composto esse conjunto de saberes que o autor identifica como estando presentes na prática científica, Foucault vai então trabalhar com o discurso científico enquanto “formação discursiva”:

A caracterização de um conjunto de discurso pertinente a uma vertente específica do saber, vista por Foucault como uma ‘formação discursiva’, é reconhecida e amplamente aceita por estudiosos da área da análise do discurso e acha-se extensamente trabalhada no livro do referido autor (ALVARENGA, 1996, p. 255).

O livro ao qual a autora se refere é “Arqueologia do saber”, cuja primeira edição data de 1969, em que o autor empreende seu grande projeto de buscar as regras de formação de discursos dentro de um campo específico de conhecimento: “a arqueologia pode assim – e eis um de seus temas principais – constituir a árvore de derivação de um discurso” (FOUCAULT, 1972, p. 181). O método da arqueologia do saber busca uma abordagem dialógica entre o “dado” e o “não-dado”, fazendo emergir o que fica oculto, os componentes históricos e contextuais (ALVARENGA, 1996, p. 254). Busca-se, com isso, a superação do positivismo, compreendendo a ciência dentro dos limites do que é possível dizer. Em alternativa às categorias de “objetividade” e “verdade”, Foucault busca compreender a ciência como *locus* de luta entre sistemas competitivos, isto é, como um conhecimento que possui um suporte institucional, reforçado por práticas sociais, preciso e definido (controlado).

Ainda para Foucault, “um campo discursivo não se caracterizaria pelos *objetos* que estuda, pelas *modalidades de enunciação*, pelos *conceitos* ou pelas *temáticas* privilegiados, mas sim pela maneira pela qual se formam os seus objetos” (ALVARENGA, 1994, p. 256). A formação de objetos de um campo discursivo se dá pela demarcação das superfícies primeiras de emergência (que limita o domínio desse campo), pelas instâncias de delimitação (campos institucionais e disciplinas), pelas grades de especificação (relações entre instituições e processos sociais) e pela análise das relações entre esses planos. Tudo isso nos dá o contexto no qual se origina o conhecimento. Os critérios de cientificidade seriam apenas uma das formas, entre outras existentes, e que, como ela, são histórica e contextualmente dependentes, de legitimação de saberes e discursos.

Dentro dessa formulação teórica, cumpre destacar que

A arqueologia não despreveria disciplinas, tomando-se aqui ‘disciplina’ como ‘conjunto de enunciado que empresta sua organização a modelos científicos que tendem à coerência e à demonstratividade e que são recebidos, institucionalizados, transmitidos e ensinados como ‘ciência’’. As disciplinas, segundo o autor, ‘podem servir de iscas para a descrição de positivities’ (ALVARENGA, 1996, p. 256).

Ou seja, também em Foucault, a formação de disciplinas pode ser vista como produto do desenvolvimento histórico e social da ciência, sendo mais um elemento da realidade a ser estudado e descrito do que uma categoria “científica”. Ao colocar em suspensão a categoria de “cientificidade”, o mesmo faz o autor em relação à idéia de “disciplina”, que passa a ser compreendida dentro de um espectro teórico mais amplo e mais crítico.

2.4. Tentativas de classificação das ciências

Paralelamente aos estudos sobre a forma como se constituíram campos disciplinares no âmbito do conhecimento científico (mas não apenas dele) e sobre o significado desse processo, há também tentativas de se organizar e separar os campos de conhecimento. Essas tentativas de mapear as várias áreas e traçar as fronteiras entre elas é também anterior à formação da ciência moderna e, por essa razão, também se voltam para as outras formas de conhecimento humano.

Essas tentativas são mapeadas principalmente pelos autores que trabalham com teoria da classificação, entre os quais se destaca SPEZIALI (1973). Entre as várias tentativas de se estabelecer “disciplinas” ou áreas disciplinares, o autor destaca que é possível perceber, já na Grécia Clássica, a necessidade de classificar e descobrir relações e conexões escondidas para se obter uma visão total da realidade e explicar o mecanismo do universo. Para Pitágoras, por exemplo, a geometria, a aritmética e a música são as principais ciências que permitem descobrir os segredos do número e da harmonia, sendo sempre necessário começar por eles para se reconstruir a realidade.

Platão, introduzido no método pitagórico, pensa que as idéias podem ser ordenadas de acordo com sua extensão (denotação) em relação inversa à sua intensidade (compreensão): começando com idéias gerais e vagas, chega-se a idéias mais claras e específicas. Platão introduz a idéia de uma hierarquia, composta de gênero e espécie, ainda que, para ele, ambos sejam inseparáveis. Ele aplica o termo *mathemata* não só para as ciências exatas mas também para as artes técnicas e mecânicas, bem como para artes como a música e a ginástica – todas as disciplinas capazes de educar o homem. Platão concede um lugar privilegiado para a ciência propriamente chamada matemática.

Somente com Aristóteles vamos encontrar a separação entre gênero e espécie, que vai se tornar a base da lógica aristotélica. As espécies são as especificações dos gêneros – ambos aparecem na dedução, na indução e na teoria do conceito. Essa hierarquia será encontrada em todos os tipos posteriores de classificação.

Para Aristóteles existem três grandes grupos de ciências: as teóricas (física e filosofia); as práticas (ética e política); as poéticas (estética). Para ele, toda a realidade só é conhecida por meio da classificação e todas as ciências são subordinadas à filosofia. Entre seus discípulos merece destaque Demetrius de Phalerum, um dos organizadores da Biblioteca de Alexandria, que introduziu divisões e subdivisões do conhecimento com o objetivo de permitir especializações em um dado campo de estudos.

Na Roma Antiga merecem destaque os trabalhos de Posidonius de Apamea (século II a.C.) e Marcus Terentius Varro (século I a.C.). Este último propôs um programa de estudos amplo, estendido por várias áreas, organizado no “Disciplinarium” (cerca de 50 a.C.), cuja classificação previa: gramática, dialética, retórica, geometria, aritmética, astrologia, música, medicina e arquitetura. Pouco depois (77 d.C.), Plínio apresenta com seu “História Natural” um modelo de classificação com ramos das ciências.

Ainda na Antigüidade podem ser encontradas outras demarcações de fronteiras. Os árabes preservaram a ciência grega e também fizeram algumas contribuições originais. Esse corpo de conhecimento foi introduzido na Europa pelos mouros, a partir da Espanha, sendo sua distinção mais relevante entre as ciências árabes (como a poesia e a arte da oratória) e as ciências estrangeiras (astronomia, medicina e matemática).

A China possui uma série de exemplos de classificação em trabalhos enciclopédicos, como o “Erh-ya” produzido na Dinastia Han (século II a.C.), com 19 categorias; o “Shih-ming”, de Liu Hsieh, com 27 divisões; o “Tzu-hui”, de 1615, produzido por Mei Ying-tsu, um dicionário que organiza as palavras ordenando-as a partir de analogias gráficas; e o “K’ang-hsi” (século XVIII), que serve de base para as modernas enciclopédias chinesas.

Na Índia também sempre houve trabalhos procurando englobar a totalidade do conhecimento. Nos primeiros séculos d.C., por exemplo, o “Dharma’sãstra” dividia-se em campos da cosmologia, regras sociais, funções humanas e leis. Outros exemplos são as enciclopédias “Abinavagupta” (século XI) e “Somadeva” (século XII).

Já a Idade Média, na Europa, é marcada pelos estudos do “Quadrivium”, que distingue as áreas da aritmética, da música, da geometria e da astronomia, todas tomadas como requisitos preliminares para o estudo da filosofia e da teologia. Produzido em Paris, o

“Didascalion” contém uma classificação das ciências que é um típico exemplo da cultura da Alta Idade Média: a filosofia encerra todo o conhecimento, e é subdividida em ciências teóricas (matemática, física, teologia), práticas (privadas ou públicas), de serviços mecânicos (navegação, agricultura, caça, medicina, teatro) e lógica (gramática e retórica). No século XIII Roger Bacon, continuando o trabalho de Robert Grosseteste, coloca a matemática na base das ciências da natureza. Sua classificação é a seguinte: a) gramática e lógica; b) matemática; c) filosofia da natureza; d) metafísica e ética. Na época de transição da Idade Média para a Idade Moderna, um importante sistema de classificação das ciências é desenvolvido por Francis Bacon:

Deve-se, porém, a Francis Bacon na *Chart of learning* (1605), a maior contribuição ao estudo dos modernos sistemas de classificação. Em sua obra *Advancement of Learning* baseada também no Trivium e no Quatrivium, de Cassiodoro, ele classificou as ciências segundo as faculdades intelectuais da Memória – Imaginação – Razão, originando, respectivamente, a História – Poesia – Filosofia (BARBOSA, 1969, p. 47).

A partir do século XVI, com o início da ciência moderna, esse processo de fragmentação do conhecimento vai se acelerar com a institucionalização das disciplinas científicas. Lakatos e Marconi apontam para a emergência de diversas tentativas de classificação das ciências, como as promovidas por Comte, Carnap, Bunge e Wundt (LAKATOS; MARCONI, 1986, p. 24). Diversos autores vão procurar sistematizar e legitimar as fronteiras entre as várias ciências, principalmente na França (SPEZIALI, 1973). Em meados do século XIX, surge o sistema de Comte, com papel decisivo nas classificações posteriores:

(...) o estabelecimento do conceito moderno de hierarquia das ciências e o princípio da filiação, pelo qual cada ciência depende da precedente, vem de Augusto Comte, que adotou a ordem dos conhecimentos humanos, como sendo uma ordem de complexidade decrescente e complexidade crescente. Suas séries começam com Matemática, decrescendo para a Astronomia, Física, Química, Biologia e Sociologia (BARBOSA, 1969, p. 47).

No mesmo período, o físico Ampère propôs uma tabela de todos os campos do conhecimento, composta de três tabelas com domínios e subdomínios, dividindo cada ciência em ciências de segunda e terceira ordem, num sistema com 128 disciplinas. Em 1851, A. A. Cournot introduz uma separação entre leis estruturais e critérios históricos.

Identifica três grandes áreas da ciência: a teórica, a histórica e a prática. Cada uma é composta pelos seguintes tipos de ciência: matemática, física, biológica, mental e simbólica, e política.

Pouco depois, em 1864, Herbert Spencer propõe a idéia de que todo conhecimento varia com o objeto, elaborando uma classificação das ciências de acordo com seu grau de abstração em relação ao objeto. Obteve, assim, uma série linear do abstrato ao concreto, da seguinte forma: ciências abstratas (lógica e matemática, que lidam com a aparição dos fenômenos); ciências abstrato-concretas (mecânica, física e química, que investigam as causas dos fenômenos); ciências concretas (interessadas apenas nos resultados). Por fim, em 1865 surge a primeira classificação histórica com o “Manuel du libraire et de l’amateur de livres”, de Jacques-Charles Brunet.

Em outros países também se deu esse processo. Vários filósofos e cientistas alemães e ingleses também lidaram com a questão da classificação das ciências. Na Alemanha, destaca-se Schopenhauer que distingue as ciências empíricas (a posteriori) das ciências puras (a priori) e outros como Hegel, Helmholtz, Dilthey, Münsterberg, Adler, Wundt, Ostwald e Tillich. Na Inglaterra destacam-se Bentham, Stuart Mill, Pearson, Giddings. Nos Estados Unidos, Charles Peirce ordena as ciências de descobertas, de revisão e práticas, numa seqüência decrescente de importância. Na União Soviética destaca-se a proposta de Bonifatii Kedrov, de um sistema fechado e cíclico. E, em 1920, Adrien Naville elabora uma classificação não com base em nomenclaturas mas sim com base em idéias principais dos grupos de ciências e suas interrelações. Apresenta, assim, três grandes classes: a) teóricas (matemática, física, química, biologia, psicologia e sociologia); b) históricas (história natural, teoria da evolução, geografia humana); c) canônicas (regras, artes, beleza, verdade).

Até aqui, foram apresentadas tentativas de classificação da ciência que costumam ser denominadas “classificações filosóficas” (SVENONIUS, 1985), isto é, um tipo de classificação criado pelo pensamento filosófico com a finalidade de definir, esquematizar e hierarquizar o conhecimento a partir de critérios epistemológicos.

O apogeu da institucionalização dos campos disciplinares que constituem a ciência se dá com a criação, no final do século XIX, dos sistemas de classificação universais ou enciclopédicos, que, cobrindo todos os ramos do conhecimento, determinam e legitimam domínios de conhecimento limitados e estáveis. Esse segundo tipo de classificação é conhecido como “classificação bibliográfica” e possui uma preocupação mais específica, a

possibilidade de organização de documentos em algum sistema de informação (bibliotecas, catálogos, etc). As mais conhecidas são a Classificação Decimal de Dewey, criada em 1876, e a Classificação Decimal Universal, criada em 1895 por Otlet e LaFontaine. A partir desse momento a classificação das ciências torna-se, então, objeto da Teoria da classificação.

2.5. A importância das teses e dissertações

A atividade científica se materializa numa ampla variedade de produtos. Dois desses produtos são as dissertações de mestrado e as teses de doutorado. Elas possuem características específicas que as diferenciam de outras modalidades de produtos científicos. Deve-se destacar que, com as características que lhes são peculiares, elas podem servir como o espelho da produção científica de uma área, tendo em vista a representatividade desse tipo de produto no âmbito da produção científica de uma forma geral:

Teses e dissertações são tipos de documentos que apresentam uma pesquisa original sobre determinado tema. Observa-se que a terminologia brasileira é o contrário da norte-americana. Nos EUA utiliza-se o termo dissertação (*dissertation*) para o trabalho de conclusão do doutorado e tese (*thesis*) para o mestrado. Esse documento é divulgado após a exposição feita pelo aluno, perante banca examinadora, ter sido por esta aceita em sessão pública realizada numa faculdade ou universidade. É um tipo de documento importante pois, geralmente, é o coroamento de pesquisa feita durante anos (CUNHA, 2001, p. 31).

Na definição acima constam os elementos mais importantes que caracterizam as teses e dissertações: a questão da nomenclatura, a necessidade da aprovação de uma banca e a exigência de originalidade. Elas representam uma instância de pesquisa sistematizada, que exhibe continuidade e possui controle, uma vez que os projetos precisam ser aprovados no exame de seleção, de qualificação e defendidos perante banca examinadora. Além, naturalmente, da última frase, que destaca o fato de serem pesquisa com maior duração, envolvendo não apenas o estudante mas também o orientador. Mas há ainda uma outra

característica definidora desse tipo de registro da produção científica, que aponta que a tese:

é, de certa maneira, a ‘obra-prima’ dos colegas de antanho que aspiram a se tornar doutores. A prova escrita (...) de que se está, dentro de uma determinada área, capacitado a levar a termo uma pesquisa; de dominar uma técnica; de contribuir para o avanço do conhecimento, da reflexão, da análise ou da criação (BEAUD, 1997, p. 10).

As dissertações e teses são, assim, realizadas por pesquisadores discentes, isto é, que são alunos de um determinado programa de pós-graduação (no caso do mestrado são, normalmente, juniores, pesquisadores em início de carreira). Dada essa condição, precisam, enquanto pesquisadores, provar sua capacidade de conduzir uma pesquisa e, por não terem a autonomia de um cientista, precisam estar em sintonia com as linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação, em termos dos assuntos estudados, autores citados, referenciais teóricos adotados e procedimentos metodológicos utilizados. BUFREM considera as teses e dissertações “fontes privilegiadas de produção de conhecimento” (1996, p. 6) por sua característica de formação de recursos humanos capazes de atuar na área de produção científica.

Outra questão central é a da originalidade, da contribuição para o acervo de conhecimentos de uma área específica, tal como define DAVINSON (1977, p. 27), que aponta que “in librarianship circles it is conventional wisdom to accord to theses and dissertations a high value as repositories of important new or re-appraised knowledge”². Essa também é a posição de duas autoras brasileiras, conforme é destacado a seguir:

Dissertações e teses ocupam um papel relevante na produção científica não apenas em decorrência da formação de R.H. subjacente, mas pelo produto resultante em si mesmo (Gracelli & Castro, 1985). A importância deste produto decorre de, por via de regra, trazerem contribuições realmente inovadoras, especialmente os doutorados, quer por exigência pessoal, quer institucional, quer por tradição, quer para atender a preceitos legais (WITTER, PÉCORÁ, 1997, p. 77).

Enfim, pode-se perceber que há uma série de elementos que ao mesmo tempo particularizam as teses e dissertações enquanto produção científica, mas que também lhes

² Tradução do autor: “nos círculos biblioteconômicos, é uma concepção comum que dissertações e teses possuem um alto valor como repositórios de um conhecimento novo ou re-avaliado”.

conferem importância a ponto de serem representativas como diagnóstico do estado da arte de um determinado campo. Esses vários aspectos podem ser resumidos na citação seguinte, que articula tanto os fatores ligados ao processo em que se desenvolvem as teses e dissertações (iniciação do pesquisador, busca de titulação, avaliação por uma banca) quanto ao conteúdo mesmo delas (a contribuição original que trazem para o enriquecimento do campo ao qual pertencem), na definição desse tipo de documento:

A definição de tese tem duas dimensões. Em primeiro lugar, ela é um instrumento de pesquisa destinado a promover a aquisição de novos conhecimentos com objetivos de interpretação, predição e controle do fenômeno em estudo. Em segundo lugar, ela é uma atividade acadêmica necessária à obtenção de um título de pós-graduação ao nível de mestrado ou doutorado (LEITE, 1978, p. 1).

Uma outra característica das teses e dissertações é o seu caráter essencialmente monográfico, isto é, são pesquisas que tratam de um único tema. Essa característica é particularmente relevante para a pesquisa proposta nesta tese, pois o que se pretende é utilizar um instrumento de classificação para documentos na área de comunicação. Se é possível lidar com documentos que tratem de apenas um tema, obtém-se uma condição melhor para a verificação da eficácia do sistema de classificação construído. Essa característica está presente na seguinte definição de tese:

A tese de doutoramento é considerada o tipo mais representativo do trabalho científico que deve ser monográfico. Trata-se da abordagem de um único tema, exigindo uma pesquisa própria à área científica em que se situa, com os instrumentos metodológicos específicos (SEVERINO, 1980, p. 153).

O autor destaca também a característica das teses de terem que, necessariamente, pertencer a uma área de conhecimento específica, com a possibilidade de serem penalizadas caso isso não ocorra – o que é mais um fator a torná-las objeto adequado para a primeira utilização de um sistema classificatório construído especificamente para uma disciplina científica. Essas duas características se repetem para as dissertações:

Também a dissertação de mestrado deve cumprir as exigências da monografia científica (...) Deve ser elaborada de acordo com as mesmas diretrizes metodológicas, técnicas e lógicas do trabalho científico como na tese de doutoramento. A diferença fundamental em relação à tese de doutoramento está no caráter de originalidade do trabalho (...) Tanto a tese de doutoramento

como a dissertação de mestrado devem ser, pois, monografias científicas que abordem temas únicos bem delimitados (SEVERINO, 1980, p. 154).

Contudo, apesar dessa importância, dissertações e teses são instrumentos e fontes pouco consultados e utilizados. Algumas razões são apontadas para isso. Para CUNHA (2001, p. 31), isso ocorre “devido à reduzida tiragem, quase sempre custeada pelo próprio pesquisador, e também pela falta de um mais amplo controle bibliográfico”. Já para DAVINSON,

academic theses provide a fascinating field of study for the librarian, who is frequently told, sometimes quite stridently, that not enough use is made of such materials, and that at least a part of the reason is the librarian's instinct to preserve this fragile and often unique material whole and unsullied by burying it deep in stores (1977, p. 7)³.

Enfim, considerando todos estes fatores e as características das teses e dissertações, evidencia-se ser possível utilizá-las como um dos referenciais adequados para a identificação do “estado da arte” de um campo científico.

³ Tradução do autor: “teses acadêmicas proporcionam um fascinante campo de estudo para o bibliotecário, a quem é freqüentemente reclamado, algumas vezes de forma alarmada, o fato de que não é feito um uso suficiente desses materiais, e que parte da explicação deste fato é o instinto do bibliotecário de preservar esses frágeis e muitas vezes únicos materiais inteiros e intactos, enterrando-os no fundo de caixas”.

3. Teoria da classificação

Neste capítulo são vistos os princípios que regem os processos de classificação. Inicialmente, busca-se verificar o que é classificação e os tipos de classificação existentes. A seguir, analisa-se a evolução das teorias e sistemas de classificação, identificando a importância da Teoria da classificação facetada. Os elementos que compõem essa teoria são revisados a seguir, e depois particularizados para uma situação específica: o mapeamento quantitativo temático de disciplinas científicas.

3.1. Conceito e tipos de classificação

Classificação é um processo definido como “dividir em grupos ou classes, segundo as diferenças e semelhanças. É dispor os conceitos, segundo suas semelhanças e diferenças, em certo número de grupos metodicamente distribuídos” (PIEDEDE, 1977, p. 09). Essa definição, embora possa variar um pouco de acordo com o autor, traz o elemento essencial que caracteriza um processo de classificação: a formação metódica e sistemática de grupos, a ação organizante de ordenar um determinado conjunto de seres ou coisas em agrupamentos menores, a partir de características semelhantes partilhadas por alguns (que os incluem dentro de determinado grupo) e não compartilhada pelos demais (que não pertencem a esse grupo). Nesse processo, elege-se um critério de divisão, promovem-se distinções e aproximações, estatutos e avaliações.

O ato de classificar possui uma natureza instintiva. Todo ser humano classifica o tempo todo as outras pessoas e os objetos do mundo, com quem e com os quais se relaciona, incessantemente. Todas as suas ações no mundo são trespassadas por atos classificatórios, conforme exemplifica Costa:

Encontramos inúmeros exemplos de classificações inscritas e actantes nos mais variados domínios das relações sociais, tal como se nos apresentam no quotidiano. Basta pensar na maneira como as pessoas tratam umas as outras, ou se referem a terceiras, atribuindo estatutos de superioridade ou inferioridade social, considerando umas distintas e outras vulgares, umas sérias e outras

desonestas, umas competentes e outras incapazes, umas merecedoras de mais respeito e outras de menos, e por aí afora (COSTA, 1997/98, p. 66).

De acordo com o autor, a ação de classificar – promover distinções e identificações, estatutos, avaliações - é parte constitutiva das sociedades, na medida em que estão por toda parte, impregnam a vida social de forma onipresente – daí o autor designá-las como “classificações sociais”, isto é, não apenas sociais porque são feitas por pessoas vivendo em sociedade, mas principalmente porque as classificações “são parte intrinsecamente constitutiva das sociedades” (Ibidem, p. 65).

Autores ligados à Sociologia do conhecimento e aos estudos sobre o cotidiano apontam a onipresença dos atos classificatórios e sua natureza social de várias formas. Berger e Luckmann relatam que, nas interações cotidianas, utilizamos a todo momento “esquemas tipificadores”, que são formas de apreensão do anonimato do outro, anonimato esse preenchido por características que julgamos pertencer à classe à qual este outro pertence (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 46-53). Heller também destaca o fato de que o homem já está inserido na vida cotidiana ao nascer, e que esta se compõem de uma série de significações hierárquicas que distinguem e separam os vários aspectos heterogêneos da realidade (HELLER, 1992, p. 17ss). E Mannheim propõe, como tarefa da sociologia do conhecimento, a compreensão das origens sociais dos modos de pensamento dos homens comuns em seu cotidiano, ressaltando a tensão que se expressa entre as formas de pensar e de lidar com a realidade do indivíduo e os modos gerais de pensar e classificar da sociedade:

É incorreto dizer que um indivíduo isolado pensa; antes, é mais correto insistir em que ele participa no pensar acrescentando-se ao que outros homens pensaram antes dele. (...) O indivíduo se encontra em uma situação herdada, com padrões de pensamento a ela apropriados, tentando reelaborar os modos de reação herdados, ou substituindo-os por outros, a fim de lidar mais adequadamente com os novos desafios surgidos das variações e mudanças em uma situação (MANNHEIM, 1982, p. 31)

Também LANGRIDGE (1977, p. 11), analisando o cotidiano de um casal fictício, enfatiza os inúmeros atos de classificação que cada pessoa realiza ao longo de sua vida, concluindo que “o fato de que a maioria das pessoas não percebe o quanto classifica é meramente um indício da natureza fundamental do processo de classificação”. Essa é, aliás, uma das principais características desse tipo de classificação: seu caráter naturalizado, aceito sem

problematizações por parte dos indivíduos – tal como se processa, de resto, todo o conhecimento do senso comum. Também Costa ressalta essa característica:

Verifica-se, assim, que estas classificações são informais, que são usadas em permanência na interação social, que estão inscritas nos padrões culturais vigentes em cada contexto social. Classificamos muitas vezes sem nos darmos conta de que classificamos. Mas, muitas outras vezes, damos-nos bem conta de que o fazemos (COSTA, 1997/98, p. 67).

Existem sistemas de classificação mais e menos elaborados. Algumas distinções podem ser bastante simplistas, como aquelas dicotômicas que separam as pessoas em ricos e pobres, a música em boa ou ruim, os políticos em “de direita” ou “de esquerda”. À medida em que se acrescenta outras possibilidades de distinção (por exemplo, “classe média”, “classe média alta”, “classe média baixa”; “música erudita”, “música popular”, “música da cultura de massa”; “políticos de centro”, de “centro-esquerda”, “de centro-direita”) nota-se um trabalho de refinamento da percepção dos objetos – os agrupamentos vão se tornando mais específicos.

Costa destaca outras características das classificações sociais. Em primeiro lugar, essa atribuição de estatutos presente no dia-a-dia acaba ditando modelos de relacionamento, gerando mapas cognitivos da sociedade (modos de se orientar nela). Além disso, os sistemas de classificação dos relacionamentos sociais informais se caracterizam por serem, normalmente, não reflexivos e, muitas vezes, nem mesmo verbalizados. Não se deve pensar, contudo, que exista apenas um sistema de classificação social em vigor na sociedade – o que ocorre é a convivência de alguns sistemas mais consensuais e outros menos. Os sistemas sociais possuem categorias e subcategorias, o que revela uma gradação entre as distinções. Os rótulos e identificações atribuídos por elas são mutáveis, dinâmicos, conforme a atuação dos grupos sobre as categorias com que se classificam.

Essas classificações sociais incidem sobre as pessoas, as ações, os acontecimentos e as obras. São utilizadas todo o tempo nas interações e inscritas em padrões culturais. Possuem, ainda, um caráter performativo, na medida em que sempre se desencadeiam efeitos, seja de forma espontânea ou deliberada. COSTA (1997/1998, p. 68-69) identifica quatro dimensões constitutivas das classificações sociais:

- a) As classificações sociais como padrões de cultura socialmente partilhados (são variáveis de cultura para cultura, isto é, são socialmente contingentes);

- b) Classificações sociais como modo de perceber o mundo, tanto o físico quanto o social (essa percepção depende da experiência de vida da pessoa, mas esta já é classificada, arranjada, simplificada, através de instrumentos culturais compartilhados);
- c) Classificações sociais como instrumentos de ação social (nas interações, as classificações produzem efeitos);
- d) Classificações sociais como objeto da transmissão social (são apreendidas e interiorizadas em processos de socialização efetivados por instituições como a escola, a profissão, a família, a TV, a biblioteca, entre outros).

O autor destaca uma série de estudos dedicados à natureza social da classificação. Um deles é o trabalho de Durkheim e Mauss, voltados para as “formas primitivas de classificação”, a partir de observações junto a tribos australianas e americanas, além do sistema divinatório chinês. Os autores defendem a tese de que os sistemas culturais de classificação se constituem com base nas formas de organização social. As organizações sociais (divisões de tarefas, ocupação do espaço) tendem a ser retraduzidas em sistemas de classificações. Por outro lado, os sistemas de classificação tendem a se estender a todas as esferas da vida social – o que significa, pois, que existe uma lógica de retroação entre os padrões culturais e a sociedade. A eficácia dos sistemas de classificação social se dá em razão do fato de estas carregarem a pressão que os coletivos sociais exercem sobre os seus membros.

Outro trabalho relevante é o de Bourdieu, para quem “as condições de existência tendem a incorporar-se em sistemas de disposições, os quais geram por sua vez, nas sucessivas situações da vida social, práticas classificáveis e apreciações classificadoras” (COSTA, 1997/98, p. 71). Bourdieu também percebe, pois, uma ligação entre as desigualdades sociais e os sistemas de classificação, concluindo que as relações sociais acabam por tomar a forma de lutas de classificação que operam em vários domínios: as apreciações artísticas, os gostos alimentares, as formas de expressão dos sentimentos amorosos, as preferências políticas, as adesões religiosas, os envolvimento esportivos, etc.

Burke identifica ainda outros vários estudos voltados para a compreensão das características e do modo de funcionamento das classificações sociais:

(...) de Durkheim em diante os antropólogos desenvolveram uma tradição de levar a sério as categorias ou classificações das outras pessoas, investigando seus contextos sociais. A tradição inclui estudos clássicos como *O pensamento chinês* (1934), de Marcel Granet, e *O pensamento selvagem* (1962), de Claude

Lévi-Strauss. Granet, por exemplo, apresentou as categorias chinesas *yin* e *yang* como exemplos de pensamento concreto ou pré-lógico. Lévi-Strauss rejeitou a idéia do pré-lógico, mas também ele destacou as categorias concretas dos chamados povos primitivos, como os índios americanos, que fazem uma distinção análoga ao nosso contraste entre “natureza” e “cultura” com as categorias do “cru” e do “cozido”.

Ainda de acordo com Costa, é no campo do cotidiano, do vivido, das relações informais, que está o repertório base das outras classificações, o ingrediente decisivo para os demais sistemas de classificação (mais formais e explícitos). Com isso, o autor aponta a existência de outros tipos de classificação, mais elaborados, que buscam ir além dos esquemas cotidianos.

Burke reconhece a existência de várias maneiras de classificar o conhecimento, ao longo da história da humanidade, sendo as distinções mais comuns: conhecimento teórico x prático; conhecimento público x privado; conhecimento legítimo x proibido; conhecimento alto x baixo; conhecimento liberal x útil; conhecimento especializado x geral; conhecimento dos livros x “das coisas”; conhecimento quantitativo x qualitativo. Nas palavras do autor, “no início da Europa moderna, o conhecimento era classificado por grupos diferentes de maneiras também diferentes” (BURKE, 2003, p. 79). O autor destaca esse momento histórico como especificamente relevante, quando se verificou um esforço sistematizado de divisão e organização do conhecimento, desde as “árvores do conhecimento”, no século XVI, até os três subsistemas que serviram para a classificação do conhecimento no âmbito das universidades européias: a organização dos currículos, a ordem das bibliotecas e a estrutura das enciclopédias.

Entre essas classificações mais elaboradas, que buscam explicitar e refletir sobre os critérios de classificação utilizados, estão diferentes tradições de reflexão. Svenonius separa aquelas oriundas de filósofos, enciclopedistas, epistemólogos e outros, voltados para uma classificação filosófica do conhecimento, daqueles preocupados com a organização de documentos, sua disposição física e sua recuperação. A estes últimos, a autora denomina “classificação bibliográfica” (SVENONIUS, 1985).

Outros autores fazem uma distinção semelhante. Barbosa, por exemplo, identifica, de um lado, as classificações filosóficas, voltadas para uma classificação mais elaborada, sofisticada, dos conhecimentos humanos, mas sendo “profundamente teóricas, constituindo agrupamentos dos conhecimentos humanos segundo o ponto-de-vista de seus idealizadores” (BARBOSA, 1969, p. 43). De outro, as classificações bibliográficas,

também preocupadas com essa questão, mas centradas no objetivo de “dar aos livros um lugar determinado nas estantes” (Ibidem, p. 47), buscando uma ordenação e arranjo úteis para o arquivamento e o acesso a documentos – o caráter de funcionalidade é o definidor desse tipo de classificação.

Por fim, Piedade também divide os sistemas de classificação conforme a finalidade, sendo as classificações filosóficas (ou classificação das ciências, ou classificação do conhecimento ou, ainda, classificação metafísica) voltadas para a definição e a hierarquização do conhecimento humano e as classificações bibliográficas dirigidas para “a ordenação dos documentos (livros, etc.) nas estantes ou nos arquivos” e “a ordenação das referências nas bibliografias ou das fichas nos catálogos” (PIEADADE, 1977, p. 61).

Existem vários tipos de distinções de tipos de classificações bibliográficas. Por exemplo, há uma distinção entre a natural, “a que se fundamenta em propriedades essenciais, ‘inerentes’ à coisa em si”, e a artificial, “baseada na seleção arbitrária de um aspecto accidental ou forma de procedimento que não são fisicamente inseparáveis dos objetos a classificar” (SHERA; EGAN, 1969, p. 53). Outro tipo de distinção diz respeito aos limites relativos ao sistema criado::

Tomando por base suas finalidades, os sistemas de classificações bibliográficas também podem ser divididos em: a) *gerais* – quando abrangem todos os ramos do conhecimento humano, como o de Dewey, a CDU etc; b) *especializados* – quando abrangem um determinado ramo do conhecimento, tal como a Medicina, Agricultura, etc., ou quando abrangem um determinado tipo de material, isto é, discos, mapas, dispositivos, filmes, etc (BARBOSA, 1969, p. 49).

Os sistemas de classificação bibliográfica constituem um dos objetos e aspectos centrais do tratamento da informação. No âmbito da grande área de conhecimento denominada Biblioteconomia e ciência da informação (DIAS, 2000, p. 70), o tratamento da informação ocupa importância central, seja enquanto processo, prática profissional ou mesmo subárea de pesquisa. Isso porque a questão da recuperação da informação, que está na origem da constituição do campo (SARACEVIC, 1996, p. 44), pressupõe um trabalho de organização dos documentos em que a informação está registrada. Tratar a informação diz respeito ao processo de organizá-la, situá-la numa coleção, de forma a facilitar o acesso a essa informação.

Normalmente a área de tratamento da informação é dividida em dois grandes grupos. O primeiro deles é conhecido como catalogação, catalogação descritiva ou metadados (no caso de informações contidas em documentos eletrônicos). Consiste no tratamento descritivo da informação, isto é, na utilização de elementos extrínsecos aos documentos (ARAÚJO, 1994, p. 93), tais como o autor, o título, o local de edição, o editor, data, para a recuperação de informação, a partir da construção de catálogos numa base de dados.

A segunda grande área do tratamento da informação é aquela relacionada com o tratamento temático da informação, que busca identificar os documentos a partir de seus aspectos intrínsecos, isto é, da tematicidade, concernência, atinência ou sobrecidade – enfim, o assunto (ARAÚJO, 1994, p. 93). Essa área é usualmente conhecida como classificação, indexação ou tratamento semântico, e é tanto mais importante (pois o tipo de consulta e pesquisa feitas pelos usuários normalmente se dá a partir da busca por um assunto) quanto mais difícil de ser realizada, pois o assunto de um documento não é tão objetivo e unívoco quanto seus aspectos descritivos (autor, título, etc) que não variam em função do sujeito que toma contato com o documento.

Embora muitos autores não reconheçam distinção entre classificação e indexação, essas duas áreas se referem a processos diferentes, na visão de outros autores (p. ex. MONTEIRO, 2003). Assim é que a classificação se vê envolvida com a questão da criação de classes, de uma estrutura de grupos em que os assuntos se organizam (portanto, prioriza a lógica, recebendo contribuições principalmente da teoria do conceito), e a indexação se volta prioritariamente para a questão dos termos utilizados para a descrição dos assuntos, para a dimensão semântica da representação dos assuntos (priorizando, portanto, a lingüística, a dimensão da linguagem, recebendo contribuições, entre outras, da teoria da terminologia)⁴. A relação entre ambas é de complementaridade, sendo que não pode existir indexação sem classificação:

“As linguagens documentárias construídas para indexação e recuperação de informação devem ser baseadas na estrutura conceitual de um determinado campo temático ou áreas de domínio e não em assuntos representados por palavras, já que cada significado deve ser representado por uma única forma verbal” (DODEBEI, 2002, P. 77).

⁴ Cumpre destacar, conforme DAVISON (1966, p. 46), que a classificação, a catalogação e a indexação são reconhecidas como parte de um mesmo assunto, a “organização do conhecimento”. Visão semelhante é a de CAVALCANTI, que afirma que “embora a indexação seja, teoricamente, diferente da catalogação e da classificação, na prática essas três técnicas são convergentes. Buscam, todas, a armazenagem e a recuperação de informações, sejam elas de autores, sejam elas temáticas” (1978, p. 14).

Essa estrutura conceitual, fundamental para todo o trabalho de organização da informação realizado pela Biblioteconomia e ciência da informação, vai ser fornecida exatamente pelo trabalho sistemático de classificação.

3.2. Evolução das teorias da classificação bibliográfica

As teorias da classificação bibliográfica buscam promover uma classificação sistemática, lógica, que reflete crítica e filosoficamente sobre os elementos de ligação que servem para a reunião de conceitos. É na lógica aristotélica (LANGRIDGE, 1977, p. 24) que são encontradas as primeiras contribuições para a formulação de uma teoria da classificação.

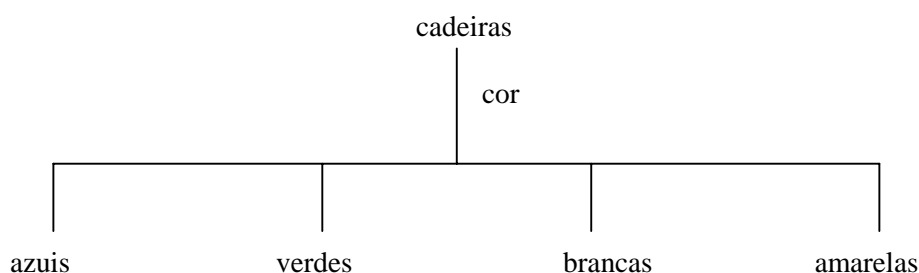
A primeira contribuição de Aristóteles diz respeito à divisão dicotômica dos objetos em gênero e espécie. Trata-se de uma hierarquização conceitual que divide um tema geral em espécies a partir da aplicação de uma característica classificatória.

Para que existam gêneros e espécies é imprescindível a existência de um princípio classificatório ou “característica de uma classificação”, que é o “elemento que serve para reunir os grupos segundo as semelhanças que apresentam” (BARBOSA, 1969, p. 14). Essa é a segunda contribuição de Aristóteles para a teoria da classificação: a elaboração dos cinco predicados, isto é, os cinco tipos de relações existentes num arranjo lógico:

- Gênero: classe ou grupo de seres ou objetos que possuem um determinado número de características em comum;
- Espécie: ser ou coisa que possui uma diferença específica que a distingue de seu gênero próximo; a espécie é obtida do gênero pelo acréscimo de uma diferença;
- Diferença: é a característica que serve para gerar uma espécie; cada acréscimo de diferença gera uma nova espécie;
- Propriedade: algo próprio de cada elemento de uma classe mas que não é imprescindível à definição da classe;
- Acidente: qualidade não obrigatória a todos os elementos de uma classe, isto é, que pode ou não estar presente em um conceito.

A FIGURA 3 apresenta um exemplo de como os cinco predicados se relacionam num processo classificatório:

FIGURA 3
Exemplo de derivação conceitual conforme o modelo aristotélico



Neste exemplo, “cadeiras” representa o gênero; cor representa a diferença; cadeiras azuis, cadeiras verdes, cadeiras brancas e cadeiras amarelas são as espécies; azul, verde, branca e amarela são propriedades das cadeiras; grande, média e pequena são acidentes. Ou seja, uma cadeira azul pode ser grande ou pequena, isso não afeta seu pertencimento na espécie “cadeiras azuis”. Nos sistemas de classificação construídos a partir dessa lógica,

“as espécies são, portanto, obtidas pela diferença específica, ou seja, as qualidades ou atributos que, somados ao próprio gênero, as distinguem. Diremos, então, que a cada derivação conceitual as espécies daí decorrentes adquirem pelo menos *um* atributo a mais que seu gênero próximo, tornando-se mais intensas ou compreensíveis na medida em que aumenta o número de diferenças” (DODEBEI, 2002, p. 80).

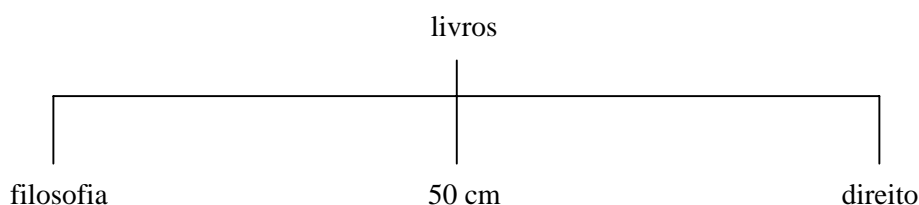
Os predicados estão envolvidos na construção de uma estrutura de classificação. Alguns princípios lógicos são requeridos, ainda, para uma adequada estrutura conceitual. Conforme Dodebei, três são esses princípios lógicos. O primeiro é o princípio da completude, que determina que: “a divisão do conceito deve ser completa, adequada e ordenada por complexidade crescente, isto é, enumerar todas as espécies de que o gênero se compõe, do simples ao complexo ou do abstrato ao concreto” (DODEBEI, 2002, p. 82). A autora apresenta um exemplo: caso se tenha, como classe, “educação”, e se queira dividi-la pelos níveis de instrução, é preciso que todas as espécies possíveis sejam enumeradas – no caso, “pré-escolar”, “1º grau”, “2º grau” e “3º grau”.

O segundo é o princípio da irredutibilidade, segundo o qual “a divisão deve garantir que a cada dedução conceitual os conteúdos sejam irredutíveis entre si, isto é, não se deve enumerar mais do que os elementos verdadeiramente distintos entre si, de maneira que

nenhum esteja compreendido no outro” (Ibidem, p. 82). A autora fornece outro exemplo: caso se tenha como gênero “homem” e se queira dividir esse gênero pelo local de nascimento, podem ser geradas, como espécies, “americanos”, “brasileiros”, “cariocas”. Neste caso há um erro, pois o conceito de “cariocas” está subordinado ao conceito de “brasileiros” e não pode ocupar o mesmo lugar na derivação conceitual.

O terceiro princípio, e o mais importante, é o da mútua exclusividade, que postula que “para cada derivação conceitual deve-se usar apenas uma característica do conceito” (Ibidem, p. 83). O exemplo da autora é reproduzido abaixo, na FIGURA 4:

FIGURA 4
Exemplo de classificação cruzada apresentado por Dodebei



FONTE: DODEBEI, 2002, p. 83.

O erro lógico, aqui, é que foram consideradas duas características de derivação ao mesmo tempo: o assunto do livro e seu tamanho. Para serem respeitados os princípios lógicos, em primeiro lugar, os livros devem ser divididos pelo assunto e, a seguir, pelo tamanho – ou vice-versa. BARBOSA (1969, p. 24) também se refere a essa propriedade, afirmando que a característica escolhida deve “ser consistente ou exclusiva”, isto é, deve-se dividir um assunto apenas por um critério de divisão, para a seguir se usar outro. De acordo com a autora, quando isso não acontece, tem-se uma “classificação cruzada”, em que um assunto tanto pode estar numa classe como em outra ou outras. Um outro autor ressalta, ainda, a importância de se respeitar o princípio da exclusividade mútua em sistemas classificatórios:

“Apenas um princípio de divisão deve ser usado de cada vez para produzir classes mutuamente exclusivas. Se elas se sobrepõem então é impossível se ter certeza a que classe um determinado objeto pertence. Esse erro é conhecido como classificação cruzada” (LANGRIDGE, 1977, p. 24).

O autor apresenta um exemplo. Sua grande classe é “pessoas” que, dividida, resultou nas classes “jovens”, “de meia idade”, “idosas”, “homens” e “mulheres”. Homens jovens, por exemplo, neste caso, podem tanto ser colocados em “jovens” como em “homens”. As características (idade e gênero) “devem ser aplicadas uma de cada vez, em qualquer ordem que satisfaça ao propósito em questão” (LANGRIDGE, 1977, p. 25).

Estas noções estão na base da definição de classificação como hierarquia (SHERA; EGAN, 1969, p. 55) e foram fundamentais na formulação dos primeiros sistemas de classificação bibliográfica, normalmente conhecidos como sistemas de classificação hierárquicos por organizarem os conceitos em estruturas de gênero/espécie, identificando características essenciais e acidentais. Nesses sistemas, a estrutura conceitual é obtida pela aplicação sucessiva de características de divisão. Entre os primeiros sistemas de classificação bibliográfica, os mais importantes são os de Cutter, a Classificação Decimal de Dewey (CDD), a Classificação Decimal Universal (CDU) e a classificação da *Library of Congress* (MENDES, 1995, p. 41).

Na primeira metade do século XX, a teoria da classificação vai conhecer uma outra concepção de classificação. Alguns autores estabelecem que se trata do momento em que a teoria tradicional é confrontada com a teoria moderna, ou que a teoria descritiva é confrontada com a teoria dinâmica (CAMPOS, 2001, p. 31). A grande novidade é o desenvolvimento da teoria da classificação facetada:

“A Teoria da Classificação Facetada é desenvolvida por Shiyali Ramamrita Ranganathan na década de 30, a partir da Colon Classification, tabela de classificação elaborada para a organização do acervo da Biblioteca da Universidade de Madras, na Índia (...) Ranganathan foi aquele que conseguiu estabelecer princípios para uma nova teoria da classificação bibliográfica e o fez tendo como base o próprio conhecimento” (CAMPOS, 2001, p. 26, 28).

Se as teorias da classificação podem ser divididas conforme a finalidade (filosóficas e bibliográficas) e estas últimas, conforme a amplitude de aplicação (gerais ou enciclopédicas e especializadas) ou o tipo de característica (naturais e artificiais), após a Teoria da classificação facetada elas também podem ser divididas, de acordo com a forma de apresentação, em enumerativas (hierárquicas) e analítico-sintéticas.

O diferencial do sistema classificatório proposto por Ranganathan é a utilização de uma estrutura dinâmica, multidimensional, com a introdução do termo faceta “que ficou sendo,

nos modernos estudos sobre teoria da classificação, o substituto de característica” (BARBOSA, 1969, p. 16).

Seu ponto de partida foi uma outra idéia de Aristóteles, a definição das dez categorias do ser, isto é, as formas sob as quais os seres e objetos se apresentam, ou “os fatos que constatamos das coisas, quando as examinamos” (PIEDADE, 1977, p. 11). Para Aristóteles, os objetos do mundo podem se manifestar sob dez maneiras: substância ou matéria (homem, cachorro, pedra, casa, etc); qualidade (azul, virtuoso, etc); quantidade ou extensão (grande, comprido, dois quilos, etc); relação (mais pesado, escravo, duplo, mais barulhento, etc); tempo ou duração (ontem, 1970, de manhã, etc); lugar ou localização (aqui, Brasil, no pátio, etc); ação ou atividade (correndo, cortando, falando, etc); paixão ou sofrimento da ação (derrotado, cortado, etc); maneira de ser (saudável, febril, etc); posição (horizontal, sentado, etc) (ARISTÓTELES, 1947, p. 338; DODEBEI, 2002, p. 96-97). Todas elas podem ser utilizadas como características classificatórias, isto é, para a distinção entre os seres e o estabelecimento de grupos.

Refletindo sobre essas categorias em suas obras (principalmente em *Five Laws of Library Science*, de 1931, e *Prolegomena to Library Classification*, de 1937), Ranganathan percebe que cada uma delas pode servir de princípio classificatório mas, nos sistemas utilizados até então, hierárquicos e monolíticos, apenas uma categoria podia ser utilizada por vez como característica de classificação”.

Assim, se for tomado como exemplo um conjunto de cadeiras, pode-se pensar em agrupá-las de diferentes formas. Usando a categoria quantidade, seriam separadas as grandes das médias e das pequenas. Usando a categoria qualidade, pensada aqui como a cor, separar-se-iam as brancas das azuis e verdes. Ou, ainda, usando a categoria sofrimento de ação, separar-se-iam as produzidas manualmente das produzidas industrialmente. Num sistema hierárquico, contudo, não podem ser utilizados esses três princípios ao mesmo tempo, mas apenas um. Se for escolhida a categoria quantidade, então se terá, para o gênero cadeira, espécies grandes, médias e pequenas. Em cada espécie haverá cadeiras de diferentes cores. Se for a intenção, agora, separar por cores, terá de ser aplicado um novo princípio de classificação *dentro* das espécies já formadas, que agora se convertem em gêneros. Haverá, assim, cadeiras pequenas brancas, pequenas azuis e pequenas verdes; médias brancas, médias azuis e médias verdes; grandes brancas, grandes azuis e grandes verdes. Ou seja, a categoria qualidade, definida neste exemplo como relativa à cor, fica aqui dispersa em relação ao gênero geral “cadeira”. Caso se queira ter todas as brancas juntas e separadas

das verdes e das azuis, deve-se abandonar o primeiro princípio classificatório e substituí-lo por outro. Não se pode, dessa forma, dividir as cadeiras entre as brancas, as azuis e as pequenas. Aqui há um erro lógico de classificação, a aplicação de diferentes critérios classificatórios, gerando conceitos de natureza diferente que convivem na mesma operação classificatória. A categoria “pequena” não compartilha com as demais a característica que define a classe.

Ao mesmo tempo em que refletia sobre essa questão, Ranganathan percebeu, na época em que estudou na Inglaterra, que a CDD era largamente utilizada, mas frequentemente adaptada e modificada. Quando, a partir de 1931, começou a compor um novo sistema, idealizou uma estrutura bem mais elástica do que as já existentes, isto é, que permitisse a síntese, o agrupamento de vários componentes para a especificação do assunto. Para isso, adota o uso de dois pontos como símbolo para correlacionar idéias diferentes. Sua classificação, a Colon Classification (“Classificação de dois pontos”), foi publicada pela primeira vez em 1933.

O que importa, aqui, não é exatamente a Colon, mas o princípio que anima sua construção: o conceito de “faceta”, definida como “a totalidade das subdivisões resultantes da aplicação de uma única característica” (PIEDADE, 1977, p. 22). A utilização do termo “faceta” não implica apenas uma mudança terminológica, mas uma mudança na concepção do processo classificatório:

“Segundo Ranganathan, analisar um assunto por *facetas* significa que cada aspecto desse assunto pode ser visto como as manifestações de certas *características* ou *facetas* que obedecem a postulados pré-determinados. O sistema torna-se, assim, multidimensional e ilimitado” (BARBOSA, 1969, p. 166).

Esse raciocínio permite a simultaneidade de critérios classificatórios sem que se incorra nos “sérios defeitos” da “classificação cruzada” (PIEDADE, 1977, p. 16), porque o que muda é a estrutura do sistema, que passa a aceitar a convivência de subdivisões de naturezas diferentes dentro de cada assunto.

Aplicado pela primeira vez na Colon Classification, o princípio de classificação facetada vai sendo aperfeiçoado a cada nova edição da Colon até que, em 1952, a quarta edição apresenta pela primeira vez as cinco categorias fundamentais, válidas para qualquer área do conhecimento, conhecidas como PMEST:

“Ranganathan, na sua Colon Classification, determinou apenas cinco facetas a que chamou de: P (Personalidade), M (Matéria), E (Energia), S (Space - local) e T (Time - época). Mais tarde, verificando que elas não eram suficientes para classificar assuntos muito complexos, criou os *ciclos* (rounds) e *níveis* (levels). Isso significa que as facetas PME podem aparecer mais de uma vez em certos assuntos, desde que o primeiro ciclo tenha se completado, o que só é possível depois que a faceta Energia aparece” (BARBOSA, 1972, P. 76).

Em 1948 é fundado, em Londres, o *Classification Research Group* (CRG), que passa a defender a utilização das classificações facetadas, criando inclusive diversas classificações especializadas, isto é, para campos específicos do conhecimento. Em 1958, Douglas J. Foskett publica *Library classification and the field of knowledge* e, em 1960, Brian Vickery publica *Faceted Classification: a guide to construction and use of special schemes*. O CRG propõe, então, uma “ordem padrão de citação”, reformulando o PMEST de Ranganathan. Esta ordem compreende as seguintes categorias: todo (objeto do assunto, ou produto final), tipos, partes, materiais, propriedades, processos, operações e agentes, aos quais podem ser acrescentados espaço e tempo, bem como a forma de apresentação (FOSKETT, 1996, p. 158).

Outros sistemas de classificação criados após a Colon vão incorporar, aos princípios da Teoria da classificação, contribuições da lingüística (como no caso do PRECIS, criado por Austin, membro do CRG), das ciências cognitivas (como no caso da indexação relacional de Farradane) ou da filosofia e da lógica (como o POPSI, do indiano Battacharrya). Estas contribuições advém exatamente das ciências que mais contribuem com as questões da classificação temática de documentos, já que “todas as fases do processo [de análise de assunto] sofrem interferência de fatores lingüísticos, cognitivos e lógicos” (NAVES, 2001, p. 193).

No Brasil, a Teoria da classificação facetada “foi introduzida juntamente com o ‘Curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação’, realizado pelo IBBD/UFRJ a partir de 1970” (BARBOSA, 1972, p. 73). A partir desse período, diversas dissertações de mestrado defendidas nesta instituição consistiam em construções de sistemas facetados para áreas específicas como por exemplo biologia (ASSUNÇÃO, 1972), odontologia (ROSA, 1972), ginecologia (SANTOS, 1979) e estudos sobre café (MONTALVO, 1983).

Nos anos seguintes, diversos campos e setores de pesquisa vão estabelecer diálogo ou se apropriar dos princípios da teoria da classificação facetada, tais como a metodologia para a construção de tesouros facetados (AITCHISON; GILCHRIST, 1979), a Teoria do conceito

(DAHLBERG, 1978), os estudos em montagem de bases de dados especializadas e automatizadas (NEELAMEGHAN, 1997), a abordagem dos *boundary objects* no âmbito da teoria da classificação e representação do conhecimento (ALBRECHTSEN & JACOB, 1998), as pesquisas em estruturas de classificação (KWASNIK, 1998) e o mapeamento de sentenças e uso de tabelas de classificação para a evidenciação de facetas (BEGHTOL, 1998).

Entre essas várias aplicações, destaca-se a utilização dos princípios de classificação facetada no mapeamento temático de campos científicos, tal como realizado nos estudos de visualização de literaturas (WHITE; McCAIN, 1997) e nas pesquisas em *domain analysis* (HJORLAND, 2002, BEGHTOL, 1995). No contexto brasileiro, vários são os estudos que buscam problematizar e mapear campos específicos do conhecimento científico. Alguns utilizam explicitamente contribuições da Teoria da classificação facetada, outros não realizam uma discussão sobre critérios de classificação mas acabam se servindo, intuitivamente e de forma superficial, da idéia de faceta. Entre esses vários trabalhos podem ser citados, como exemplos, na área de ciência da informação, trabalhos de OLIVEIRA (1998), WITTER & PÉCORA (1997), MUELLER & PECEGUEIRO (2001), FROTA (1998) e BUFREM (1996). Outros exemplos, em outras áreas de conhecimento, são as pesquisas que buscam mapear os assuntos estudados em áreas como contabilidade (RICCIO; SAKATA; CARASTAN, 2002), gerência de operações (ARKADER, 2003), marketing (VIEIRA, 2003), finanças (LEAL et al, 2003) e recursos humanos (TONELLI et al, 2003). Há ainda pesquisa desse tipo voltadas para o mapeamento temático das pesquisas de uma instituição específica (SOUZA et al, 2003, GOMES, 2003).

3.3. Elementos para a construção de sistemas facetados

De acordo com Foskett, para a elaboração de um sistema de classificação facetado, devem ser desempenhadas as seguintes atividades:

- a) estudo cuidadoso da literatura sobre o assunto para determinar suas linhas gerais e o seu desenvolvimento;
- b) pela análise do conteúdo do assunto, determinação de suas facetas;
- c) nas facetas, seguindo uma seqüência útil, listagem dos focos que as compõem;

- d) determinação da ordem de citação (ordem de precedência ou prioridade das facetas), que é aplicada quando se faz a síntese para assuntos compostos;
- e) estudo da disposição das facetas dentro do esquema, que deverá mostrar claramente onde um assunto, simples ou composto, poderá ser encontrado (FOSKETT, 1996, 147-171).

O conjunto dessas etapas evidencia um duplo trabalho: a definição das facetas ou classes (e de seus componentes, os focos) e o relacionamento entre as classes na composição do sistema. Esse duplo trabalho é explicitado por Shera e Egan ao apresentar os dois sentidos que possuem o verbo “classificar”:

1. Estabelecer ou conceber uma classe ou classes de uma pluralidade de coisas. Significa que as semelhanças das coisas formam o núcleo da classe e, desde então, outras coisas com as mesmas semelhanças serão referidas ou designadas para aquela classe.
2. Ordenar as classes ou relacioná-las dentro de um sistema de acordo com um princípio ou conceito, objetivo ou interesse. Significa não só que as coisas sejam classificadas e que as classes sejam formadas, mas ainda que as próprias classes sejam ordenadas e sistematizadas (SHERA; EGAN, 1969, p. 51).

Em relação à primeira tarefa, a construção das classes ou facetas, diversas teorias levantam uma série de questões relevantes. Vickery, assim como Foskett, coloca como primeira tarefa o levantamento das facetas da área específica em que se está atuando (VICKERY, 1980, p. 40) mas, que, num primeiro momento, o que se tem é um conjunto de termos próprios desta área:

A essência de uma classificação especial consiste numa série de tabelas que apresentam os termos de uma determinada área do conhecimento, agrupados em facetas distintas. (...) Uma forma de especificar as áreas seria através das “coisas” ou entidades das quais os assuntos tratam (VICKERY, 1980, p. 39).

Depois, o autor aponta para a necessidade de se transformar esses termos em facetas (Ibidem, p. 57). Os termos levantados precisam depois ser trabalhados na formação de conceitos. O conceito pode ser entendido como “todo processo que torne possível a descrição, a classificação e a precisão de objetos cognoscíveis” (INÁCIO FILHO, 1995, p. 65). Sua transformação em categoria é um processo, pois as categorias são “leis fundamentais do pensamento” e “fornecem subsídios teóricos para o processamento da investigação” (Ibidem, p. 67). O que diferencia ambas é que “a categoria é um conceito

que ocupa uma posição-chave no contexto de uma teoria determinada. Essa posição-chave é definida pelo processo ou pelo enfoque” (Ibidem, p. 68).

Esse processo de passagem do conceito para a categoria é explicitado por Dahlberg a partir da idéia de “elementos dos conceitos”. Para a autora, um conceito se forma a partir dos enunciados que se fazem sobre ele. Cada enunciado contém um elemento ou característica do conceito, podendo-se “definir a *formação de conceitos* como a reunião e compilação de enunciados verdadeiros a respeito de determinado objeto” (DAHLBERG, 1978, p. 102).

A autora destaca duas dimensões ou propriedades a serem consideradas sobre os conceitos. A primeira se estrutura a partir das noções de extensão e intensão oriundas da semiótica peirceana, sendo a extensão a propriedade de um termo ou conceito de cobrir um vasto campo de objetos (grande generalidade) e a intensão a limitação dentro de um campo, o aprofundamento de características particulares restritas a um grupo menor ou a apenas um objeto (grande especificidade). Assim, a intensão representa a soma total das características e a extensão, a soma total de conceitos mais específicos.

Outra distinção opõe objetos individuais - “toda vez que um objeto é pensado como único, distinto dos demais, constituindo uma unidade inconfundível” – de gerais, que “prescindem das formas do tempo e do espaço” (Ibidem, p. 101). Essa distinção está na origem da distinção entre conceitos gerais e conceitos individuais dentro de um sistema de classificação.

Assim, por exemplo, “universidade” é um objeto geral, prescinde das dimensões de tempo e espaço, pode ser aplicado para designar uma série de objetos específicos – nesse sentido tem uma extensão muito grande. Caso se use “universidades federais”, diminui-se a extensão e aumenta-se a intensão, porque um enunciado a mais pode ser coletado – o termo não designa mais todas as universidades, mas apenas aquelas federais. Caso se pense em “Universidade Federal de Minas Gerais”, aí se tem um objeto individual. O termo designa uma entidade específica, localizada no espaço (situada na Avenida Antônio Carlos, em Belo Horizonte) e no tempo (fundada em 1927), com um reitor específico, com um corpo de professores e funcionários específicos. O termo deixa de valer para qualquer objeto e passa a poder ser aplicado a apenas um. Nesse sentido, a intensão é máxima e a extensão é mínima.

Considerando-se essas duas propriedades, e também que a formação de conceitos se dá na reunião de enunciados verdadeiros sobre ele (os enunciados são características ou atributos dos conceitos), deve-se avaliar os tipos de características ou de enunciados. Esse é o passo

necessário para a criação das categorias, ou facetas, que promovem as possibilidades de ligação de cada conceito com o assunto que está sendo classificado.

Conforme a autora, ainda, essas características podem ser de duas espécies: as essenciais ou necessárias (aquelas que são necessárias para a definição do conceito, servem para diferenciar o objeto ao qual esse conceito se refere de outros objetos) e as acidentais, adicionais ou possíveis (não são características que definem o objeto desse conceito). As características essenciais também se dividem em duas espécies: as características constitutivas da essência (se não existir a característica o objeto do conceito não existe) e as características consecutivas da essência (a característica não é algo que constitui o objeto mas, por ser o objeto o que é, traz como consequência ter essa característica). Também as características acidentais são de duas espécies: características acidentais gerais (atributo que varia para os objetos do conceito mas todos têm sua manifestação) e características acidentais individualizantes (que formam os conceitos individuais). “A ordem das características depende sempre dos objetos cujos conceitos são constituídos pelas mesmas características” (DAHLBERG, 1978, p. 103).

Por fim, é necessário que se determine o tipo dos enunciados que são feitos sobre os conceitos. As espécies de características podem ser várias, sendo as dez categorias aristotélicas um bom exemplo, “útil para aplicação de categorias simples mas não exclui a possibilidade de combinações entre elas”. Contudo, deve-se destacar que “Dahlberg faz uma releitura dessas categorias, reagrupando-as no que denomina supercategorias” (DODEBEI, 2002, p. 98). As supercategorias, para Dahlberg, são: entidades (princípios, objetos imateriais, objetos materiais), propriedades (quantidades, qualidades, relações), atividades (operações, processos, estados) e dimensões (tempo, espaço, posição).

Uma vez vistos os passos e os fatores que interferem na formação dos conceitos, segue-se a tarefa de organizar os conceitos, identificando as relações que eles estabelecem uns com os outros. Afinal, para a escolha das categorias relevantes em que se deve dividir um assunto dentro de um campo do conhecimento, é essencial também realizar uma discussão sobre as relações entre os conceitos, pois “com o auxílio destes tipos de relacionamento é possível estabelecer comparações entre os conceitos de modo a organizá-los não só nos sistemas de classificação mas também nos tesouros” (DAHLBERG, 1978, p. 104). Assim, as características dos conceitos não têm por função apenas a definição dos conceitos, mas também sua ordenação classificatória.

A autora identifica as seguintes relações entre os conceitos DAHLBERG (1978, p. 104-105):

a) Relações lógicas (baseadas na posse de características comuns):

- Identidade (as características são as mesmas);
- Implicação (o conceito A está contido no conceito B);
- Intersecção (os dois conceitos coincidem em algum elemento);
- Disjunção (nenhuma característica em comum);
- Negação (o conceito A possui características cuja negação está no conceito B).

b) Relações semânticas:

- Relações hierárquicas (a relação de gênero e espécie, quando “dois conceitos diferentes possuem características idênticas e um deles possui uma característica a mais que o outro”);
- Relações partitivas (que existem entre um todo e suas partes, ou um produto e os elementos que o constituem);
- Relações de oposição (de contradição ou contrariedade);
- Relações funcionais (conceitos que expressam processos).

Outra distinção é feita por CAVALCANTI (1978, p. 43) que apresenta as relações de equivalência (sinônimos e quase-sinônimos), hierárquicas (que podem ser genéricas ou partitivas) e associativas (ou de afinidade), que podem ser de conceitos opostos, genéticas (quando um objeto precede o outro), de coordenação (quando são derivados de um mesmo termo genérico), de causa e efeito, de relação instrumental, de relação material (quando uma coisa dá origem a outra) e de similaridade.

Uma etapa importante, ainda, na construção de um sistema de classificação facetada para uma área específica é a escolha das facetas relevantes para aquela área de conhecimento e para os objetivos propostos: “a quantidade de facetas derivadas varia de assunto para assunto, e dependerá das necessidades do grupo que vai usá-la, isto é, o grupo para o qual o sistema estiver sendo elaborado” (BARBOSA, 1972, p. 75).

A discussão sobre facetas ou categorias está presente tanto em trabalhos teóricos gerais (como os de Aristóteles, Ranganathan e do CRG) como em estudos aplicados a campos específicos do conhecimento. Aristóteles definiu as dez categorias já citadas. Ranganathan propôs o PMEST e os membros do CRG o reformularam propondo a ordem padrão. Todas essas opções devem ser analisadas, e também aquelas propostas por outros autores, como Roget, que identificou como mais relevantes as facetas relações abstratas, espaço, matéria,

intelecto, afeições e volições, e Grolier, que definiu três: tempo, espaço e ação (DODEBEI, 2002, p. 98-99).

Devem ser analisados, ainda, sempre que possível, estudos aplicados a campos específicos do conhecimento, como o de Vickery, que no estudo das ciências do solo utilizou como facetas: partes do solo, estrutura, constituintes originais do solo, propriedades, processos intervindo no solo, operações sobre o solo, técnicas de laboratório, e uma última denominada “geral” (VICKERY, 1975, p. 181). Ou, ainda, o estudo de Foskett sobre a fabricação de embalagens, tendo como facetas: produtos, partes, materiais, operações, e um conjunto de subdivisões comuns que podem ser aplicadas a qualquer parte do esquema (VICKERY, 1975, p. 189). Outro exemplo é o de Pendleton que, no estudo de seguros, elegeu como facetas: ramos do seguro, propriedades seguradas, pessoas seguradas, riscos, operações, organizações (BARBOSA, 1972, p. 77). No Brasil, além das já citadas dissertações de mestrado defendidas no IBICT, e depois em outros programas de pós-graduação em Ciência da Informação de todo o país, podem ser consultados aqueles levantados por CAMPOS (2001, p. 105ss) em áreas como literatura, economia industrial e engenharia civil.

Barbosa também apresenta um roteiro com os passos que devem ser seguidos para a elaboração de um sistema facetado, destacando que, após a definição do assunto, do levantamento de termos e do levantamento das facetas, deve haver o levantamento das subfacetas e sua ordenação (BARBOSA, 1972, p. 76-79). Assim, além da definição e da forma de relacionamento entre as facetas, deve-se pensar também na ordenação dos focos (os termos dentro da faceta) e no relacionamento entre eles. Foskett apresenta alguns princípios gerais: ordem cronológica, evolucionária, complexidade crescente, tamanho, espacial, por categoria preferida, canônica ou alfabética (FOSKETT, 1973, p. 78-81).

Conclui-se assim, a partir da contribuição dos vários autores vistos acima, que se pode estruturar o processo de construção de um sistema facetado a partir das seguintes etapas:

- a) De formação de conceitos: escolha do conceito, coleta dos enunciados verdadeiros sobre ele, seleção dos enunciados redundantes ou que estão contidos nos outros, determinação dos enunciados essenciais e acidentais e determinação dos tipos de enunciados;
- b) Relações entre os conceitos: determinação dos tipos de conceitos, determinação das relações entre eles; análise de intensão e extensão dos conceitos; observação dos

princípios lógicos de classificação (completude, irredutibilidade e exclusividade mútua).

- c) Organização do esquema facetado: definição do assunto e das fronteiras; levantamento de facetas; levantamento das subfacetas; decisão da ordem de citação das facetas e subfacetas; agrupamento das subfacetas.

3.4. Sistema facetado para quantificação temática de uma área

Os sistemas facetados podem ser construídos para atender a diferentes finalidades. A mais comum é dirigida para a sua utilização em bibliotecas e outros sistemas de informação com o objetivo de organizar os documentos e propiciar formas dinâmicas e diferenciadas de acesso a estes. Contudo, esse não é o único objetivo possível.

Outra forma de aplicação da teoria facetada se dá no mapeamento de temáticas estudadas num campo ou disciplina científica específica, e na quantificação destas temáticas para a produção de um diagnóstico desse campo ou disciplina – como fazem os já citados estudos em *domain analysis*.

Utilizar os princípios da classificação facetada para a quantificação de temas estudados numa área de conhecimento pressupõe um tipo de trabalho com especificidades próprias. A primeira dessas especificidades diz respeito ao impacto que os três princípios lógicos da derivação conceitual possuem na totalização das frequências. Para evidenciar como isso acontece, será utilizado um exemplo hipotético, no caso, mais uma vez, as cadeiras.

Supondo-se que, num determinado conjunto de cadeiras, fossem somadas as azuis, as brancas, as pequenas e as médias, obtendo, por exemplo, 20% de cadeiras azuis, 35% de brancas, 20% de pequenas e 25% de médias. Essa informação não diz o suficiente pois, se é sabido que 20% de cadeiras são azuis, esse dado *deveria* informar que 80% são de outras cores. Mas se 45% das cadeiras foram “indexadas” em categorias de tamanho, não se possui a informação sobre a cor delas, de forma que é possível existirem outras cadeiras azuis no meio daquelas classificadas como “pequenas” ou “médias”. Isso significa que dizer que 20% das cadeiras são azuis não é uma afirmação segura – é possível que esse número seja maior.

A recíproca é verdadeira: nada garante que, entre as 55% de cadeiras classificadas pela cor, existam apenas pequenas, ou médias, ou grandes. Pode-se ter uma cadeira pequena entre aquelas classificadas como “azuis” e, então, o percentual de cadeiras pequenas deveria ser maior do que 20.

Enfim: uma distribuição estatística entre assuntos pesquisados num conjunto de trabalhos precisa realizar a soma entre categorias obtidas por meio de um mesmo princípio classificatório, isto é, relativos a uma mesma *faceta* do assunto. Esse problema lógico, como visto, é conhecido como “classificação cruzada”. Ele gera vários tipos de complicação. Além das distorções no somatório das freqüências de cada característica, ela também causa confusão na definição da forma de contabilização de cada cadeira: caso se tenha uma cadeira azul média, por exemplo, não é evidente em qual grupo ela deve ser contabilizada, podendo haver duas opções.

É esse raciocínio que está na base da proposta desta pesquisa, na medida em que se quer construir um sistema facetado para a área de Comunicação e utilizar esse sistema para a comparação com os resultados obtidos em outros trabalhos de mapeamento temático da Comunicação que utilizam outras formas de classificação.

Muitos estudos que buscam mapear campos específicos do conhecimento científico, e aqui se incluem alguns relativos à área de Comunicação, optam por não realizar uma discussão conceitual e acabam utilizando, como lista de assuntos para a contagem de freqüência, termos obtidos a partir de critérios classificatórios diferentes, promovendo classificações cruzadas. Normalmente resolvem essa questão classificando os estudos a partir da característica que se evidencia com maior importância (quando um estudo pode ser contabilizado em mais de uma classe).

Deve-se ressaltar, mais uma vez, que não está sendo considerado aqui que o sistema facetado é melhor do que os sistemas utilizados pelos outros autores (que serão vistos no próximo capítulo), nem que tenha resultados mais confiáveis. Até porque os mapeamentos realizados pelos outros autores não constituem sistemas de classificação e nem se propõem a isso, e nesse sentido atendem bem aos objetivos propostos. O que se quer descobrir com a utilização de um sistema facetado é outra possibilidade de coleta e leitura dos dados, identificando outros resultados e buscando identificar aquilo que os demais mapeamentos não puderam captar.

A proposta de trabalho desta tese leva em consideração, pois, todos os aspectos envolvidos na construção de um sistema facetado, vistos no tópico anterior, e o tipo de objetivo

específico que se quer atingir com a criação do sistema facetado (o mapeamento e quantificação temática do campo da Comunicação). Como forma de unificar todas as propostas levantadas, como etapa inicial, e a partir da qual se estrutura toda a pesquisa, é a proposta de Cavalcanti para a listagem e seleção dos termos que vão compor o sistema. A autora apresenta três métodos:

- a) Analítico: Baseado no exame de uma série de documentos, dos quais são extraídas as palavras significativas;
- b) Sintético: baseado na reunião de termos colhidos em dicionários, índices de obras, nomenclaturas, glossários, esquemas de classificação, etc;
- c) A priori: baseados em listas apresentadas por especialistas no assunto.

Conforme salienta a autora, contudo, “o método mais adequado será uma combinação dos três” (CAVALCANTI, 1978, p. 32). Esses três métodos serão a linha mestra da pesquisa a ser realizada, havendo, depois, o momento de confluência dos dados, quando será realizado o trabalho de construção do sistema, em que os princípios apontados no tópico anterior serão considerados.

4. A comunicação como disciplina científica

Este capítulo apresenta a disciplina científica que é objeto desta tese: a Comunicação Social – daqui por diante denominada apenas “Comunicação”. Destaca-se as etapas de sua formação histórica e institucionalização, enquanto prática social autônoma e especializada, num primeiro momento, até sua constituição em disciplina acadêmica e, posteriormente, em campo de pesquisa científica. Logo depois são apresentados alguns estudos que buscam mapear quantitativamente os assuntos estudados na área de Comunicação. A análise destes estudos, porém, será realizada apenas no capítulo 9, em confronto com os resultados encontrados na pesquisa.

4.1. Evolução histórica e institucional da área de comunicação

A idéia de “que os homens sempre se comunicaram, que os primeiros agrupamentos humanos, aquilo que podemos intuir como o embrião da vida social, apenas se constituíram sobre a base das trocas simbólicas, da expressividade dos homens” (FRANÇA, 2001, p. 41) é consensual entre os estudiosos da comunicação. Diversos autores identificam a comunicação como um processo social básico, componente fundamental da interação entre os homens (HOHLFELDT, 2001, p. 61; GONTIJO, 2001, p. 14; LIMA, 1983, p. 88). Nesse sentido, é impossível determinar o início de práticas comunicativas na história da humanidade, a não ser que se procure pela comunicação enquanto uma prática especializada, autônoma, que aciona uma série de saberes e técnicas particulares.

Tomando-se como referência apenas o Brasil, a maior parte dos pesquisadores costuma determinar as origens de uma prática distinta da “conversação do espaço social” (BRAGA, 2001, p. 15) no século XIX. BELTRÃO (2001, p. 97) examina as atividades indígenas antes da colonização e durante o período colonial, apontando para o pioneirismo dos jesuítas enquanto estrategistas da comunicação, isto é, no “domínio da informação”. MELO (2003, p. 289), buscando as origens de um pensamento propriamente

comunicacional no país, enfatiza a importância de Frei Joaquim do Amor Divino (conhecido como Frei Caneca) como “o precursor de uma teoria brasileira da comunicação”.

Ainda que diversas práticas mais especializadas e pensamentos sistematizados sobre a comunicação tenham sido efetivados ao longo de todo esse período, é em 1808 que se costuma identificar o início de uma prática singularmente especializada no campo da comunicação, com a criação do primeiro jornal, o Correio Braziliense, por Hipólito da Costa, pois

(...) há, a princípio, a evidência histórica de um percurso institucional singular das práticas comunicativas que só pode ter-se diferenciado institucionalmente daquele das demais práticas socialmente legitimadas se alojado e auto-referenciado em um espaço próprio de existência, em um espaço próprio de existência, em um espaço necessariamente organizado numa estrutura particular de recursos materiais, de normatizações, de habilidades e de regras de discursividade com a sociedade, com o seu ‘público’ imaginado e concretamente conquistado (RIBEIRO, 2001, p. 69).

Também em 1808 é editado o primeiro jornal no país (pois o Correio Braziliense era impresso em Londres, dada a proibição da existência de tipografias no país até então), a Gazeta do Rio de Janeiro. Conforme aponta MALANGA (1977, p. 18-19), logo no primeiro número saiu o primeiro anúncio publicado no país. Até então, antes da existência de jornais ou impressos no país, os anúncios eram lidos por padres na hora da missa, pregados nas portas das igrejas ou transmitidos oralmente nas ruas.

As duas atividades, de jornalista e de publicitário, se desenvolvem ao longo do século XIX sem se configurarem em práticas especializadas. De um lado, porque não há uma distinção entre os dois fazeres – quem redige as notícias, também redige os anúncios. Segundo porque quem executa essas duas atividades não possui uma formação específica nem mesmo um saber específico – são advogados, médicos, políticos, escritores ou mesmo pessoas sem estudo.

Ainda que não exista uma profissão específica e autônoma de “jornalista” ou de “publicitário”, essas duas atividades começam a ser desenvolvidas por pessoas que começam a produzir um razoável estoque de conhecimento técnico. Destacam-se, desse período, tentativas de reflexão e sistematização dos conhecimentos nessas áreas realizadas pelo publicista Fernandes Pinheiro, em 1859, e pelos jornalistas José Higino Duarte Pereira, em 1883, e Alfredo de Carvalho, em 1899 (MELO, 2003, p. 114).

É no final do século XIX que os jornalistas vão começar a se organizar enquanto classe profissional, disso resultando, em 1908, a criação da Associação Brasileira de Imprensa, ABI, que convoca, dez anos depois, o I Congresso Nacional de Jornalistas.

Paralelamente, uma outra profissão na área de comunicação surge no país. Em 1914, a empresa canadense *The São Paulo Tramway Light and Power Company Limited* cria um departamento de relações públicas (KUNSCH, 1997, p. 19). Outras iniciativas isoladas se seguem nos anos seguintes, principalmente na esfera governamental.

Diversos autores (FRANÇA, 1998, p. 26ss; MATTELART, 1994, p. 30ss; KUNSCH, 1986, p. 123; MALANGA, 1997, p. 23) concordam que é apenas no século XX, com o fenômeno da industrialização e da urbanização, o desenvolvimento da imprensa de massa e das tecnologias de comunicação, que as profissões em comunicação se convertem em força econômica, atividade especializada, abandonando as formas artesanais e “românticas” de produção.

A profissão de editor, por exemplo, só se consolida nas primeiras décadas do século XX, com a fundação das editoras comerciais e o funcionamento da indústria cultural (DESSAUER, 1979, p. 18-19). O jornalismo conhece uma verdadeira modificação: “são os grandes jornais, surgidos [no mundo] em meados do século XIX, a ‘imprensa de baixo preço’, atingindo milhões de leitores, que inauguram de fato o jornalismo moderno” (FRANÇA, 1998, p. 26). Até então o jornalismo vive sua pré-história, com formas artesanais de produção e circulação, embora marcado por tentativas de autonomização e institucionalização (RIBEIRO, 1996).

Sobre as relações públicas, KUNSCH (1986, p. 123) salienta que, com o avanço industrial e tecnológico e o aperfeiçoamento dos meios de comunicação de massa, essa atividade surge e se desenvolve no início do século XX. Também MALANGA (1977, p. 20-21) destaca que a publicidade é resultado direto da industrialização, que provoca uma produção em massa que precisa ser vendida também massivamente. No Brasil, dois marcos decisivos em relação ao desenvolvimento das profissões em comunicação, no que diz respeito à percepção de sua importância pelo poder público, ocorrem na década de 30: a criação do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, em 1934, e do Departamento de Imprensa e Propaganda, DIP, em 1939.

O que ocorre, enfim, com os campos profissionais, é sua constituição enquanto tais a partir da automatização e do crescimento das indústrias que determinaram uma ruptura nas relações entre empregados e empregadores, tendo como consequência o fato de que os

contatos pessoais, familiares e paternalistas que até então prevaleciam nas atividades industriais cedessem espaço para relações contratuais, impessoais, indiferenciadas (REGO, 1984, p. 18).

Outro campo profissional, de certa forma autônomo aos demais, se dá com o desenvolvimento dos meios eletrônicos de comunicação. O rádio chega ao Brasil quase simultaneamente ao contexto mundial, em 1919, com a Rádio Clube de Pernambuco. A primeira emissão acontece no Rio de Janeiro, em 1922, sendo fundada, no ano seguinte, a primeira emissora do país (SAMPAIO, 1971, p. 19ss). Rapidamente, outras cidades passaram a contar com emissoras de rádio. Em 1933 foi formada a primeira rede, com doze emissoras. Na década de 1940 há um grande impulso comercial e profissional na área, quando “a radiodifusão brasileira, voltada para uma elite intelectual e social (...) se torna grande fenômeno de comunicação de massa” (PINHO, 2000, p. 17). Com o rádio, abre-se um novo campo de atuação profissional além daqueles relacionados com os veículos impressos, ampliando também o público potencial das mensagens comunicativas, incorporando também as classes pouco ou nada alfabetizadas.

Na década seguinte, mais precisamente em 1950, Assis Chateaubriand implantava a televisão no Brasil. As primeiras emissoras começam a funcionar ao longo da década, mas é apenas nos anos 60 que o novo meio, assim como o rádio, torna-se um veículo de massas, na verdade o mais importante deles, sendo o primeiro a atingir 100% do território nacional. A televisão vai buscar no rádio os profissionais e os modelos de programação para se estruturar no início, até se autonomizar na década de 60. Em ambas as áreas, ainda que existissem noticiários e propagandas, o que ocorreu (SAMPAIO, 1971) foi uma crescente especialização no sentido de se ter o profissional de rádio e, depois, o profissional da televisão, num processo marginal em relação aos desenvolvimentos profissionais que ocorriam em outros campos profissionais (o jornalismo, por exemplo, foi durante muito tempo sinônimo de jornalismo impresso, ainda que houvesse, no país, radiojornais desde 1926 e telejornais desde 1953).

O cinema (cf. GOMES, 1980) é produzido, até a década de 1960, ainda sob a égide da criatividade, da improvisação e do talento individual, sendo realizado principalmente a partir de iniciativas pessoais. É a partir da década de 1960 que começa a haver um maior profissionalismo não apenas em relação à carreira de cinematografista mas também em relação às várias especialidades envolvidas em sua produção.

A primeira profissão da área só vem a ser regulamentada em 1938. Trata-se da profissão de jornalista, pelo decreto-lei número 910. É na década de 1960 que aparece o mais importante mecanismo a institucionalizar as práticas profissionais da área de comunicação: as legislações que regulamentam as profissões. Por meio destas legislações são definidas as atividades e campos de atuação particulares de cada profissional. A legislação que define todos os aspectos relacionados a cada uma das profissões é a seguinte: Jornalismo – Decreto-lei nº 972 de 17 de outubro de 1969, e Decreto-lei nº 83284, de 13 de março de 1979, que dá nova regulamentação ao Decreto-lei nº 972; Relações Públicas – Lei nº 5377, de 11 de dezembro de 1967, Decreto-lei nº 63283, de 26 de setembro de 1968, que aprova o regulamento da Lei nº 5377; Publicidade e propaganda – Lei nº 4680, de 18 de junho de 1965 e Decreto-lei nº 57690, de 1º de fevereiro de 1966, que aprova o regulamento da Lei nº 4680 (SANTOS, 1979; MOURA, 2002, p. 14-15). Posteriormente a legislação da área é completada com o Código Brasileiro de Telecomunicações e a legislação relativa à profissão de radialista, à Telebrás, ao Instituto Nacional do Livro e à Embrafilme.

Paralelamente à institucionalização da área pela legislação, desenvolve-se o sistema de ensino superior em comunicação. A idéia de um curso superior para a área foi colocada em 1918, no I Congresso Nacional de Jornalistas (SAMPAIO, 1984, p. 178). Houve uma defasagem de quase vinte anos até a existência de um primeiro curso de jornalismo, na década de 1930, no âmbito da Universidade do Distrito Federal, mas esse curso teve vida efêmera. Conforme MELO (2003, p. 296), é apenas em 1947 que a área adquire *status* de disciplina acadêmica, com a criação da primeira faculdade de jornalismo. No ano seguinte, a Faculdade Nacional de Filosofia, no Rio de Janeiro, também cria um curso de jornalismo. A década seguinte é identificada como o momento de início de uma atividade regulamentar de pesquisa em comunicação no país, com “pesquisas funcionalistas baseadas em métodos quantitativos: de conteúdo (dos meios, principalmente imprensa); de audiência (IBOPE e MARPLAN) e de efeitos (sondagens de audiência e motivações)” (LOPES, 1990, p. 43). Não se trata, contudo, de uma modalidade de pesquisa propriamente científica, pelo contexto e pelos objetivos com que se desenvolve, embora já utilizando técnicas e métodos científicos.

Entre 1948 e 1968 passaram a existir diversas escolas de jornalismo em todo o país. Contudo, em 1962, foi homologado pelo Conselho Federal de Educação o ensino de Comunicação Social, em nível de graduação (MOURA, 2002, p. 77). O resultado é que, nos anos seguintes, surgiram as primeiras faculdades de comunicação: a Faculdades dos

Meios de Comunicação de Massa da UnB, cujo projeto data de 1962, a Escola de Comunicações Culturais da USP, criada em 1966, e a Escola de Comunicações da UFRJ, criada em 1967. Mas é apenas em 1969, com o novo currículo mínimo de Comunicação estabelecido pelo Conselho Federal de Educação, pela resolução CFE 11/69, que os demais cursos superiores de jornalismo passam todos a adotar a denominação “comunicação social”. Assim, apenas nesse momento “os cursos passaram a ser denominados faculdades de comunicação social ou departamentos, sobretudo nas universidades federais ou estaduais” (NUZZI, 1992, p. 30).

Buscando compreender o processo de institucionalização da área, LIMA (1983, p. 87ss) discute os vários sentidos que o termo “comunicação” possui. Ele destaca um primeiro sentido, ligado ao significado da palavra, ao seu sentido etimológico; um segundo sentido, como processo social básico, como elemento constitutivo da natureza humana e que sempre esteve presente na história da humanidade; e um terceiro sentido, identificado com as profissões de comunicação e com o desenvolvimento dos meios técnicos. Apenas num quarto sentido a comunicação se refere a um campo especializado do conhecimento científico, e esse sentido é cronologicamente posterior aos demais.

Assim, na visão do autor (LIMA, 2001, p. 25), o desenvolvimento dos meios de comunicação e a evolução das práticas profissionais são os fatores fundamentais que promovem a institucionalização do campo da comunicação. A formação de um espaço acadêmico (cursos superiores) e de um pensamento científico (as teorias da comunicação) ocorre posteriormente. Essa visão é confirmada na argumentação de outra autora sobre a constituição da comunicação como campo científico:

O próprio espaço acadêmico foi inaugurado ou estimulado por um investimento de ordem pragmática: cursos profissionalizantes na área de comunicação – o de jornalismo, sobretudo – antecederam a criação das teorias, que vieram quase a reboque, complementando a formação técnica e abrindo-a para sua dimensão humanista e social (FRANÇA, 2001, p. 48).

Apesar do surgimento dos primeiros cursos superiores em comunicação na década de 1960, ainda não é nesse período que a área pode ser caracterizada como um campo científico institucionalizado pois,

(...) três características são indícios da maturidade de uma área do saber e marcam o seu grau de institucionalização e desenvolvimento: a existência de

literatura científica e profissional, a existência de uma associação ou sociedade científica e a existência de cursos regulares para a formação de novos profissionais e pesquisadores (MUELLER; CAMPELLO; DIAS, 1996, p. 337).

Também Oliveira relaciona a necessidade de uma infra-estrutura para a análise do grau de institucionalização de um campo de pesquisa:

Além dos fundamentos teóricos que dizem respeito à sua estrutura interna, a ciência precisa de condições externas favoráveis ao seu desenvolvimento. Pode-se identificar alguns elementos que compõem uma infra-estrutura mínima para o desenvolvimento das atividades científicas: instituições fortes; recursos humanos qualificados; e canais de comunicação e intercâmbio científico (OLIVEIRA, 1998, p. 52).

Dessa forma, apenas na década de 1970 se pode dizer que a área de Comunicação atinge maturidade como área de saber. A pesquisa científica, até então esporádica e realizada a partir de iniciativas pessoais, se institucionaliza, com a criação dos primeiros programas de pós-graduação. Em 1972 são criados os programas da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) e da Escola de Comunicações da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO-UFRJ). Em 1974, surge o mestrado da Faculdade de Comunicação Social da Universidade de Brasília (UnB). E, em 1978, o mestrado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), até então considerado como mestrado em letras, modifica sua denominação passando a compor o campo da comunicação. Neste mesmo ano é criado o programa da Faculdade de Comunicação Social do Instituto Metodista de Ensino Superior de São Bernardo do Campo (FACOM-IMS).

Outro marco fundamental desta época é a criação da primeira associação científica, a Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), em 1977, como esclarece um dos pesquisadores diretamente envolvidos com a sua fundação:

A fundação da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (...) atende a duas ordens interligadas de fatores (...). Em primeiro lugar a entidade surgiu, à semelhança de outras associações científicas que intensificaram suas atividades no mesmo período, preocupada em eliminar a dispersão que prevalecia entre profissionais e pesquisadores ligados à área de comunicação social. Nesse sentido, sua criação foi marcada por uma tendência que pretendia dar *organicidade política* (...). Em segundo lugar, paralelamente à característica apontada acima, a INTERCOM pretendia aprofundar os estudos sobre a comunicação social do ponto de vista interdisciplinar, isto é, proceder à sua avaliação crítica e ao seu aprofundamento teórico (FARO, 1992, P. 37).

Entre as várias atividades desenvolvidas pela entidade estão a realização de um congresso anual, que seguiu ininterruptamente até os dias atuais, e a preocupação com a documentação da pesquisa e da produção científica da área, com o início da publicação das edições da Bibliografia Brasileira de Comunicação (número 1 em 1977 e o número 2 compreendendo os anos de 1978 e 1979).

Ainda na década de 70, a produção de literatura dá um salto: se entre 1880 e 1960 são contabilizados 80 registros (entre livros, periódicos e teses), apenas na década de 70 foram totalizados 476 registros, como se pode verificar na TABELA 1:

TABELA 1
Produção científica em comunicação, por décadas

Década	Número de registros	Década	Número de registros
1880-1889	2	1930-1939	3
1890-1899	2	1940-1949	2
1900-1909	2	1950-1959	14
1910-1919	2	1960-1969	50
1920-1929	3	1970-1979	476

FONTES: KUNSCH, DENCKER, 1997, p. 26-30).

Na década de 70 também são instituídas legalmente, pela Resolução 03/1978 do Conselho Federal de Educação, as habilitações profissionais do curso de comunicação social. São elas jornalismo, publicidade e propaganda, relações públicas, rádio e televisão e cinema. Os cursos que, até então, possuíam a habilitação editoração foram autorizados a mantê-la.

Na década de 80 a produção científica em Comunicação continua se expandindo. São computados (KUNSCH, DENCKER, 1997, p. 36) 1845 registros, assim distribuídos: 732 livros, 496 teses (395 de mestrado, 81 de doutorado e 20 de livre-docência) e 617 artigos de periódicos. No caso destes últimos, ressalte-se que eles “assumem grande importância na divulgação dos resultados da pesquisa acadêmica, sendo registrados de forma regular na década de 1980” (1997, p. 35). Nesta década é criado mais um programa de pós-graduação da área, no Instituto de Artes da Universidade Estadual de Campinas, em 1986.

Na década de 80 começa a preocupação com a documentação, o registro e a sistematização da produção científica em comunicação no país. São publicadas mais seis edições da Bibliografia Brasileira de Comunicação. Em 1981 é criado o PortCom, Centro de Documentação da Comunicação dos Países de Língua Portuguesa, órgão responsável por

toda a sistematização e documentação da produção científica brasileira em comunicação. Em 1982 começa a produção de inventários (obras de referência com perfis de pesquisadores brasileiros) com a publicação de *Quem é Quem na Pesquisa em Comunicação no Brasil*. Em 1985 começa a produção de índices remissivos com a publicação do primeiro *Índice Remissivo de Assuntos e Autores*, pelo PortCom, com apoio do IBICT e do CNPq. Em 1988 é lançado o projeto do PortData, base de dados da produção científica brasileira na área de comunicação.

Mas é na década de 90 que se observa uma grande expansão da atividade científica em Comunicação no país: nesse período são criados sete programas de pós-graduação (com mais sete após a virada do ano 2000, perfazendo o total atual de 20).

Outro fato fundamental é a criação de uma nova associação científica de pós-graduação, a Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, Compós, em 1991. A partir do ano seguinte a entidade passa a realizar congressos anuais, sempre tendo os trabalhos publicados em anais e coletâneas, além de estabelecer o início do diálogo entre os vários programas de pós-graduação através dos seminários inter-programas e ajudando na viabilização de diversos intercâmbios de professores para ministrar cursos em outros PPGCOMs. É da Compós também a iniciativa de discussão dos critérios de clivagem da área, isto é, sua divisão em subáreas, e passa por ela a aprovação de novos programas de pós-graduação antes do reconhecimento conferido pela Capes (FAUSTO NETO; PRADO; PORTO, 2001).

Além disso, é nesse período que são criados 31 dos 42 periódicos atualmente existentes em circulação no país, como se pode constatar no QUADRO 1:

QUADRO 1
Publicações da área de Comunicação no Brasil

(Continua)

Nome do periódico	IES a que se vincula	UF	Início
Anuário Unesco de Comunicação	Umesp	SP	1997
Cadernos da Pós-Graduação	Unicamp	SP	1997
Cadernos UFS – Comunicação	UFS	SE	1995
Cadernos de Comunicação	UFSM	RS	1996
Ciberlegenda	UFF	RJ	1998
Cinemais	-	RJ	1996
Comunicarte	PUCCamp	SP	1982
Comunicação & Contemporaneidade	Univ. Cruz Alta	RS	1999
Comunicação & Educação	USP	SP	1994
Comunicação & Espaço Público	UnB	DF	1997

QUADRO 1
Publicações da área de Comunicação no Brasil

(Conclusão)

Nome do periódico	IES a que se vincula	UF	Início
Comunicação & Informação	UFG	GO	1999
Comunicação & Política	-	RJ	1983
Comunicação & Sociedade	Umesp	SP	1978
Contracampo	UFF	RJ	1997
Eco	UFRJ	RJ	1993
Ecos Revistas	Univ. Católica Pelotas	RS	1997
e.Pós	UFRJ	RJ	2000
Estudos de Cinema	PUC-SP	SP	1998
Fronteiras	Unisinos	RS	1999
Galáxia	PUC-SP	SP	2001
Geraes	UFMG	MG	1979
Ícone	UFPE	PE	1995
Incomun	Univ. Católica Santos	SP	1997
Interface	Unesp	SP	1997
Intexto	UFRGS	RS	1998
Líbero	Fac. Cásper Líbero	SP	1998
Lugar Comum	UFRJ	RJ	1997
Lumina	UFJF	MG	1998
Nexos	Univ. Anhembi	SP	1997
Novos Olhares	USP	SP	1998
PCLA	Umesp	SP	1999
Revista de Biblioteconomia e Comunicação	UFRGS	RS	1986
Revista Brasileira de Ciências da Comunicação	-	SP	1984
Revista Comunicações e Artes	USP	SP	1970
Revista Famecos	PUC-RS	RS	1993
Sessões do Imaginário	PUC-RS	RS	1995
Significação	USP e Univ. Tuiuti	SP/PR	1973
Signo	UFPb	PB	--
Studium	Unicamp	SP	1999
Textos de Cultura e Comunicação	UFBA	BA	1991
Trama	Univ. Estácio de Sá	RJ	2001
Vozes e diálogo	Univali	SC	1997

FONTE: STUMPF; CAPPARELLI, 2001.

NOTA: Os periódicos Cinemais, Comunicação & Política e Revista Brasileira de Ciências da Comunicação não se vinculam a instituições de ensino superior.

Uma avaliação dessa expansão vivida pelo campo na década de 90 é realizada por Margarida Kunsch:

No campo acadêmico, sobretudo a partir dos anos 90, houve um salto quantitativo e qualitativo bastante significativo nos cursos de graduação e pós-graduação. Alguns indicadores confirmam isso. O número de universidades e

instituições de ensino superior com o curso de comunicação perfazia um total de 150. Os cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) são cerca de 20, dos quais 12 reconhecidos pela Capes – Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior – e os demais em funcionamento aguardando aprovação. Todo esse crescimento alia-se também a um avanço da pesquisa, que vem ocorrendo sobretudo nas universidades públicas e confessionais, tanto nos cursos de pós-graduação quanto nos de graduação (KUNSCH, 2000, p. 199).

Um diagnóstico semelhante, porém mais detalhado, é apresentado a seguir. É possível perceber a centralidade do crescimento da pós-graduação como indicador do crescimento do campo, bem como identificar as três principais características desse processo:

O campo acadêmico da comunicação no Brasil é atualmente constituído por 163 faculdades de comunicação, que oferecem 356 cursos de graduação nas seguintes habilitações: 118 de publicidade, 116 de jornalismo, 68 de relações públicas, 35 de rádio e televisão, 5 de cinema, 5 de produção editorial e 9 de comunicação social. A pós-graduação, onde se realiza a pesquisa acadêmica nos níveis de mestrado e doutorado, é constituída por 14 programas oficiais, que oferecem 20 cursos, sendo 12 de mestrado e 8 de doutorado. São 371 os professores-pesquisadores que atuam nesses cursos. Dos programas, 8 são públicos e 6, privados. (...) Em termos de organização institucional, as características mais marcantes da pós-graduação são: 1) o forte crescimento na década de 90, quando passou de 8 para 20 cursos; 2) a regionalização, através da constituição de diversos pólos geograficamente disseminados; e 3) o rápido crescimento do número de instituições privadas (LOPES, 2000, p. 54-55).

Assim, a área de comunicação entra no novo século tendo registrado um crescimento incessante em termos de produção e de esforços para sistematizar e compreender essa produção. São alguns destes esforços que serão analisados no tópico a seguir.

4.2. Estudos sobre as temáticas da produção científica em comunicação

Todo esse crescimento do campo da comunicação levou a uma proliferação de trabalhos e estudos que tentam mapear, avaliar e conhecer melhor esse campo. É exatamente a partir desses estudos – e da crítica a esses estudos, buscando uma metodologia alternativa de forma a evidenciar outros aspectos da questão – que se desenha a proposta deste projeto de pesquisa.

Um dos primeiros trabalhos realizados, utilizando um grande conjunto de documentos científicos da área de Comunicação, é o de Kunsch e Dencker, publicado em 1997, relativo à toda a produção científica registrada pelo Portcom até o final da década de 1980. Sobre a forma como se deu a listagem dos assuntos, explicam as autoras que

a temática abordada nos documentos registrados foi classificada em uma entrada definida pelo assunto principal. Caso o critério adotado fosse o de registro múltiplo, teríamos um número mais abrangente de temas, porém não correspondente ao número de documentos existentes e registrados pelo inventário (KUNSCH; DENCKER, 1997, p. 30).

As autoras apresentam o mapeamento temático da produção científica brasileira por períodos históricos, sendo que cada quadro possui uma lista de assuntos própria, diferente dos demais – as autoras não trabalharam com a mesma lista de assuntos para cada período analisado. A TABELA 2 apresenta uma fusão dos vários quadros apresentados pelas autoras:

TABELA 2
Síntese dos quadros relativos às temáticas da pesquisa brasileira em Comunicação ,
segundo classificação adotada por KUNSCH e DENCKER

(Continua)

Temática	1880 - 1949	1950 - 1959	1960 - 1969	1970 - 1974	1975 - 1979	1980 - 1989
Antropologia	-	-	-	1	-	-
Arquitetura	-	-	-	-	3	-
Arte/artes plásticas	-	-	-	2	8	-
Artes gráficas	-	-	-	-	2	8
Biblioteconomia/document./museu	-	-	-	-	6	-
Cartaz	-	-	-	-	2	-
Cibernética/informática/telemática	-	-	-	1	5	-
Ciências sociais e comunicação	-	-	-	-	-	35
Cinema	1	2	7	5	20	190
Comunicação	-	-	-	-	28	-
Comunicação científica	-	-	-	-	2	40
Comunicação comunitária	-	-	-	-	1	-
Comunicação de massa	-	-	1	11	12	41
Comunicação – difusão fluvial	-	-	-	1	-	-

TABELA 2
 Síntese dos quadros relativos às temáticas da pesquisa brasileira em Comunicação ,
 segundo classificação adotada por KUNSCH e DENCKER

(Continua)

Temática	1880 - 1949	1950 - 1959	1960 - 1969	1970 - 1974	1975 - 1979	1980 - 1989
Comunicação – difusão rural	-	-	-	4	-	-
Comunicação – difusão viária	-	-	-	1	-	-
Comunicação empresarial/institucional	-	-	-	-	-	56
Comunicação expressiva/gesto/exp.corp.	-	-	-	-	5	-
Comunicação e cultura	-	-	-	-	-	89
Comunicação e educação	-	-	-	-	-	60
Comunicação e política	-	-	-	-	3	54
Comunicação e recepção	-	-	-	-	-	13
Comunicação e religião	-	-	-	-	-	35
Comunicação/ideologia/poder	-	-	-	-	-	30
Comunicação internacional	-	-	-	-	-	16
Comunicação interpessoal	-	-	-	-	-	-
Comunicação não-verbal	-	-	-	-	-	-
Comunicação popular/altern./emerg.	-	-	-	1	2	39
Comunicação rural	-	-	4	-	18	43
Comunicação social	-	-	-	2	-	-
Comunicação verbal	-	-	-	-	-	17
Comunicação visual	-	-	-	-	-	24
Cultura (+ kitsch)	-	2	3	-	9	-
Cultura popular (xilogravura)	-	-	8	3	27	-
Editoração	-	-	-	2	2	44
Ensino	-	-	-	-	1	-
Ensino de comunic. e das sub-áreas	-	-	-	-	-	45
Ética da comunicação	-	-	-	-	-	15
Fotonovela	-	-	-	1	1	-
Fotografia	-	-	-	-	-	34
Gêneros e cultura de massa	-	-	-	-	-	-
História da comunicação	-	-	-	-	-	14
História em quadrinhos	-	-	-	3	8	16
Imprensa	-	2	15	6	24	76
Indústria cultural	-	-	-	2	4	17
Informação	-	-	-	1	-	-

TABELA 2
Síntese dos quadros relativos às temáticas da pesquisa brasileira em Comunicação ,
segundo classificação adotada por KUNSCH e DENCKER

(Continua)

Temática	1880 - 1949	1950 - 1959	1960 - 1969	1970 - 1974	1975 - 1979	1980 - 1989
Jornalismo	13	4	-	12	17	185
Jornais de bairro	-	-	-	1	-	-
Lazer	-	-	-	-	3	-
Legislação da com./direito/censura	-	-	-	-	9	34
Lei de imprensa/liberdade de expressão	1	2	-	-	3	-
Leitura (hábitos – pesquisa)	-	-	-	1	-	-
Linguagem	-	-	4	-	-	-
Linguística	-	-	-	4	5	-
Literatura e poesia	-	-	-	1	13	-
Literatura de cordel (e oral)	-	-	-	3	8	-
Livro (livro didático)	1	1	-	1	5	-
Marketing	-	-	-	-	-	37
Movimento social	-	-	-	-	2	-
Música	-	-	-	1	6	-
Música popular	-	-	-	4	5	-
Opinião pública	-	-	-	-	1	12
Outros	-	-	3	-	3	-
Pesquisa	-	-	-	1	-	-
Pesquisa em comunicação	-	-	-	-	-	42
Políticas de comunicação	-	-	-	-	-	25
Psicologia da comunicação	-	-	-	-	-	8
Publicidade e propaganda	-	-	1	2	13	78
Rádio	-	-	2	2	6	36
Rádiodifusão	-	1	-	-	-	-
Relações públicas	-	-	1	3	5	95
Religião	-	-	-	2	8	-
Revistas	-	-	-	1	1	-
Semiótica/semiologia	-	-	-	-	6	35
Teatro	-	-	-	9	23	-
Tecnologia da comunicação	-	-	-	-	-	45
Telecomunicações	-	-	-	-	2	5
Telenovela	-	-	-	2	-	22

TABELA 2
Síntese dos quadros relativos às temáticas da pesquisa brasileira em Comunicação ,
segundo classificação adotada por KUNSCH e DENCKER

(Conclusão)

Temática	1880 - 1949	1950 - 1959	1960 - 1969	1970 - 1974	1975 - 1979	1980 - 1989
Televisão	-	-	1	4	4	101
Teoria da comunicação	-	-	-	5	-	33
Vanguarda	-	-	-	-	3	-
Vídeo	-	-	-	-	-	20

FONTE: KUNSCH; DENCKER, 1997, p. 27-36. NOTA: A tabela 2 foi criada a partir de seis tabelas apresentadas pelas autoras. Como nem todos os assuntos constam de todas as tabelas, há campos em que se verifica a ausência de valores. Nestes casos, o que ocorre é a ausência do assunto na tabela relativa àquele período. Os números indicam a quantidade de documentos (livros, teses e artigos) sobre aquela temática no período indicado.

Uma atualização desse trabalho foi realizada por Lopes e publicada no ano 2000. A autora trabalha com um total de 6175 textos, entre livros, teses, dissertações e artigos de periódicos, que compõem a documentação científica registrada pelo Portcom até o final de 1995. O mapeamento temático do campo é apresentado a seguir, na TABELA 3:

TABELA 3
Temáticas da produção científica em comunicação documentada pelo Portcom até 1995,
segundo classificação adotada por LOPES

(Continua)

Linhas de pesquisa	Até 1959	1960 - 1969	1970 - 1979	1980 - 1989	1990 - 1995	Total
Jornalismo e imprensa	24	19	92	415	66	616
Comunicação e cultura popular	3	17	79	233	26	358
Com. e cultura de massa/ind. Cultural	0	13	38	252	22	325
Cinema	5	8	35	218	46	312
Televisão	0	3	21	202	42	268
Comunicação lingüística	1	9	69	137	46	262
Propaganda	0	4	17	104	31	156
Comunicação e política	1	4	11	98	28	142
Comunicação e educação	1	3	13	79	36	132
Comunicação rural	3	21	40	49	19	132
Bibliografia e documentação	1	0	3	115	6	125

TABELA 3
 Temáticas da produção científica em comunicação documentada pelo Portcom até 1995,
 segundo classificação adotada por LOPES

(Conclusão)

Linhas de pesquisa	Até 1959	1960 - 1969	1970 - 1979	1980 - 1989	1990 - 1995	Total
Políticas de comunicação	0	0	4	95	6	105
Comunicação e novas tecnologias	0	1	15	51	38	105
Rádio	1	1	15	65	16	98
Comunicação e religiosidade	1	2	17	51	15	86
Ensino de comunicação	0	0	4	74	7	85
Relações públicas	0	1	8	51	13	73
Artes plásticas	-	5	17	22	27	71
Teoria da comunicação	0	1	20	34	16	71
Editoração	1	0	9	30	29	69
Pesquisa de comunicação	0	3	8	48	6	65
Comunicação organizacional	0	0	3	38	22	63
Comunicação e ciência	0	2	7	34	11	54
Teatro	-	10	11	21	5	47
Música	-	3	11	14	11	39
Lazer e turismo	1	2	6	23	2	34
Comunicação e memória social	-	-	-	-	20	20
Comunicação e relações de gênero	-	-	-	-	16	16
Comunicação e recepção	-	-	-	-	14	14
Fotografia	-	-	-	-	11	11
Comunicação e etnia	-	-	-	-	10	10
Comunicação e imaginário infantil	-	-	-	-	7	7
Comunicação e cultura urbana	-	-	-	-	7	7
Consumo	-	-	-	-	4	4
Total	43	114	534	2496	1895	5082

FONTE: LOPES, 2000, p. 58.

Após apresentar o quadro que aponta para uma diversidade de temáticas, Lopes identifica algumas grandes áreas temáticas presentes nas várias linhas de pesquisa. Fazendo o somatório dessas grandes áreas, ela identifica como primeira grande área a temática do massivo (objeto de 48,6% dos textos, sendo que, dentro dela, os meios de comunicação de massa, como imprensa, cinema, televisão, propaganda e rádio, são objeto de 39,1% dos

textos), seguida pela temática do popular (10,4% dos textos), da política (6,6% dos textos), da linguagem (6,7% dos textos) e da tecnologia (5,6% dos textos). Numa outra forma de agrupamento das linhas de pesquisa, a autora percebe a grande concentração de textos com temática vinculada às habilitações profissionais (46,3% dos textos), em contraste com as linhas de teoria e pesquisa (apenas 2,5% do total).

Outro trabalho relevante é o de Ida Stumpf e Sérgio Capparelli. Os autores realizaram um completo inventário das dissertações e teses em Comunicação no Brasil, relativo ao período compreendido entre 1992 e 1996, lançando, em forma de livro, a lista destes trabalhos, com os respectivos resumos. Na introdução desse livro, os autores indicam que

(...) o trabalho se constitui num dos produtos de um estudo mais amplo que estamos realizando, referente à avaliação da pesquisa e da pós-graduação em comunicação no Brasil, relativa aos anos de 1992 a 1996. Entre os objetivos específicos que visamos atingir com este estudo mais amplo está a análise da produção discente dos cursos. (...) Os índices de autores e de orientadores foram fáceis de realizar. Já o índice de assuntos apresentou algumas dificuldades. A maior delas é de que não existe ou ainda não temos notícia até o momento, de um vocabulário controlado ou um thesaurus que sirva de base para a indexação por assuntos na área de comunicação (STUMPF; CAPPARELI, 1998, p. 05-07).

A citada continuidade do trabalho desenvolvido se dá exatamente na direção de um mapeamento quantitativo temático da área, que leva em consideração as dificuldades apresentadas na indexação por assuntos. Em outro trabalho (STUMPF; CAPPARELI, 2000) os autores apresentam o resultado do somatório de assuntos da área, utilizando exatamente as 754 dissertações e teses cujos resumos foram apresentados na obra anterior. Sobre a escolha dos termos para compor o sistema, os autores explicam que utilizaram os 20 assuntos mais frequentes das teses e dissertações analisadas, de uma lista de quase duas centenas de termos que representavam os assuntos. Foram obtidos muitos termos porque cada trabalho foi representado por mais de um assunto. Sobre a origem dos termos, esclarecem os autores que

para compor a lista de palavras-chave, utilizamos como base o índice temático da Bibliografia Brasileira de Comunicação, publicado pela INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – e do Banco de Dados da COMPÓS – Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação -, acrescentando ainda termos que nos pareceram pertinentes para a recuperação dos trabalhos por assuntos. A lista não é

completa nem por demais específica porque o objetivo foi enquadrar os trabalhos dentro de grandes temas, sem a preocupação de chegar a minúcias para sua representação e recuperação. Com vistas a facilitar a indexação, tanto utilizamos palavras-chave que dizem respeito aos assuntos mais gerais, perspectivas teóricas e/ou metodológicas, quanto interfaces presentes nos trabalhos (STUMPF; CAPPARELI, 2000, p. 243).

O resultado da contabilização dos 20 assuntos mais frequentes das teses e dissertações é apresentado na TABELA 4, logo abaixo:

TABELA 4
Assuntos estudados nas teses e dissertações em comunicação no Brasil (1992-1996),
segundo classificação adotada por STUMPF e CAPPARELLI

Assunto	N	%	Assunto	N	%
Semiótica	100	18,2	Imprensa	39	5,2
Literatura	77	10,2	Comunicação organizacional	36	4,8
Televisão	62	8,2	Imagem	36	4,8
Jornalismo	60	8,0	Psicanálise	36	4,8
Arte	56	7,4	Narrativa	24	4,5
Discurso jornalístico	55	7,3	Música	33	4,4
Educação	45	6,0	Recepção	31	4,1
Novas tecnologias	45	6,0	História	30	4,0
Cultura	41	5,4	Filosofia	29	3,8
Cinema	39	5,2	Linguagem	26	3,4

FONTE: STUMPF; CAPPARELLI, 2000, p. 248.

Outro trabalho relevante, centrado no mesmo objetivo, é o de Cicilia Peruzzo, que se debruça sobre as mesmas 754 dissertações e teses para realizar o mapeamento temático e sua quantificação. A autora preferiu construir uma lista própria de termos, em vez de utilizar os termos de uma base de dados existente:

Optamos em não utilizar os macrodescritores da base de dados do PORTCOM/PORTDATA, mantida pela INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, nem da base de dados da produção acadêmica da UESP – Universidade Metodista de São Paulo, baseadas no Thesaurus da UNESCO, nem das categorias utilizadas por Margarida M.K. Kunsch e Ada M. Dencker (1997) para classificar a produção científica brasileira em comunicação na década de 80, pelos seguintes motivos: 1º) porque ao invés de classificar os trabalhos em amplas categorias,

preferimos identificar as temáticas mais específicas de modo a facilitar uma visão mais precisa dos temas. 2º) porque, em razão das mudanças rápidas na área da comunicação, ocorre o desaparecimento de determinadas temáticas e a inclusão de outras havendo, portanto, a necessidade de atualização (PERUZZO, 2002, p. 54-55).

Tendo utilizado o trabalho de Stumpf e Capparelli como referência, a autora constrói um sistema com mais termos representando os assuntos das teses e dissertações. O resultado do estudo da autora é apresentado na TABELA 5, a seguir:

TABELA 5
Assuntos estudados nas teses e dissertações em comunicação no Brasil (1992-1996),
segundo classificação adotada por PERUZZO

Assunto	N	%	Assunto	N	%
Jornalismo	107	14,2	Teatro	11	1,5
Literatura	71	9,4	Desenv. das tecnologias da com.	10	1,3
Televisão	37	4,9	Pintura/Xilogravura	10	1,3
Cultura	36	4,8	Marketing	10	1,3
Estética	36	4,8	Psicanálise/Inconsciente	10	1,3
Publicidade/Propaganda	33	4,4	Teorias e metodologias da com.	10	1,3
Relações Públicas	33	4,4	Comunicação Científica	10	1,3
Cinema	32	4,2	Outros	10	1,3
Com. Popular/Alternativa	22	2,9	Comunicação e Saúde	9	1,2
Música	20	2,7	Corpo e Comunicação	8	1,0
Meios/Tec. de com. na educação	20	2,7	Comunicação Rural	5	0,7
Sociologia/Ciência Política	19	2,5	Dança	5	0,7
Linguagem e Significação	18	2,4	Empresas/Instituições de com.	5	0,7
Filosofia	15	2,0	Religiões e com. religiosa	4	0,5
Pensadores/Jornalistas/Artistas	14	1,8	Humor	4	0,5
Com., tecnologias e arte	14	1,8	Futebol/Esporte	4	0,5
Educação	14	1,8	Grafite	3	0,4
Fotografia	13	1,7	Tradução	3	0,4
Inf. no capitalismo/Ind. Cult.	12	1,6	Comunicação Grupal	2	0,3
Rádio	12	1,6	Política Cultural	2	0,3
Arquitetura	12	1,6	Transcodificação	2	0,3
Editoração	12	1,6	Cerâmica/Escultura	2	0,3
Vídeo	11	1,5	Romantismo/Modernidade	2	0,3

FONTE: PERUZZO, 2002, p. 56-60.

Os dois últimos mapeamentos temáticos do campo da comunicação apresentados acima serão analisados cuidadosamente no capítulo 9. Contudo, uma primeira análise será feita logo a seguir, relativa aos quatro trabalhos citados, pois é a partir da crítica a um aspecto específico destas quatro classificações que se desenvolverá toda a pesquisa posterior. Essa primeira análise se dá a partir da identificação de duas características comuns a estes quatro mapeamentos.

A primeira característica diz respeito à coexistência, na lista de assuntos de cada um deles, de termos de naturezas distintas, isto é, categorias obtidas a partir de critérios classificatórios diferentes. Assim, por exemplo, é comum em todos os quatro a existência de assuntos que representam outras disciplinas científicas com as quais a comunicação faz interface, como antropologia, psicanálise, história, educação e filosofia. Sua presença como assuntos da produção científica em comunicação não apenas evidencia a interdisciplinaridade que caracteriza o campo, mas marca a existência de estudos que pertencem ao campo da comunicação e que promovem, ainda, um olhar que utiliza conceitos oriundos de uma outra ciência – sendo esse movimento eleito o assunto central do trabalho. É o caso, por exemplo, na classificação de Stumpf e Capparelli, dos 36 trabalhos listados na categoria “Psicanálise”, ou dos 29 dentro de “Filosofia”. Contudo, é bem possível que alguma pesquisa encaixada em outra categoria, como por exemplo cinema (isto é, que tenha como principal assunto o cinema), tenha utilizado conceitos ou abordagens de outra área, mas esse movimento não é contabilizado porque, neste caso, cinema acabou sendo o preponderante.

Da mesma forma, jornalismo, publicidade, relações públicas e editoração têm em comum o fato de serem diferentes habilitações profissionais do campo da comunicação. Assim, foram contabilizados nestas classes trabalhos cujo principal assunto tenha sido uma habilitação profissional, independente do fato de terem ou não realizado movimentos interdisciplinares, isto é, buscado conceitos em outras ciências realizando interfaces. Um estudo sobre jornalismo pode até ter utilizado contribuições da psicanálise ou da filosofia, mas isso não vai aparecer na estatística final porque ele foi considerado apenas como “jornalismo”. Só que, aqui, há um complicador: no somatório final das frequências, a quantidade de trabalhos encontrados nas categorias “psicanálise”, “história” ou “filosofia” vai ser somado à quantidade encontrada em “jornalismo” e “publicidade”.

Esse problema lógico, como visto no capítulo anterior, é conhecido como “classificação cruzada” (no âmbito da Teoria da classificação) e será discutido posteriormente, no capítulo 9, quando os quatro mapeamentos temáticos apresentados aqui serão analisados.

Só é relevante se saber o percentual de trabalhos que recorrem à psicanálise, à semiótica ou à filosofia em relação ao total de trabalhos que recorrem a alguma outra ciência, ou àqueles que não recorrem a nenhuma, mas não em relação àqueles que se debruçam sobre o jornalismo ou a publicidade. Da mesma forma, é relevante se saber o total de trabalhos dedicados à habilitação jornalismo apenas em relação às outras habilitações profissionais do campo (publicidade, relações públicas, editoração, etc).

Os quatro mapeamentos temáticos apresentados possuem ainda uma outra característica. Uma dissertação ou tese que tenha por assunto, por exemplo, “recepção de telejornalismo” pode tanto figurar na classe “recepção” como na “jornalismo” ou, ainda, “televisão”. Ao ser contabilizado em uma delas, o trabalho deixa de ser contabilizado nas demais, provocando uma distorção nos dados encontrados. Isso acontece porque o sistema classificatório prevê a entrada dos documentos em apenas um assunto, e assim se é obrigado a eleger um assunto principal, deixando as outras possibilidades de fora da contabilização.

Essas duas características apontadas pelas quatro classificações aqui apresentadas não as invalidam, de forma alguma. Todas elas possuem seu mérito como mapeamentos temáticos do campo da comunicação. Contudo, o que se quer enfatizar aqui é a possibilidade de se obter outro tipo de resultado, caso se utilize um outro tipo de sistema classificatório que reformule as duas características citadas acima. Em suma, o que se quer propor após esse primeiro exame dos trabalhos de Stumpf e Capparelli, Peruzzo, Lopes e Kunsch e Dencker é a realização de um mapeamento temático da área da comunicação a partir de um sistema facetado, acreditando-se que, com isso, seriam obtidos resultados diferentes que poderiam se somar aos demais trabalhos na compreensão dos temas pesquisados na área. Assim, a proposta que ora se desenha procura pensar na utilização das técnicas e teorias da Ciência da informação para a organização temática do campo da Comunicação, realizando uma discussão sobre os critérios de classificação e divisão do campo e a possibilidade de um trabalho de modelagem conceitual para a construção de facetas – o que permitiria a montagem de um sistema multidimensional. Para a montagem de tal sistema procede-se à utilização de três métodos, que são apresentados nos três capítulos seguintes.

5. Análise facetada da área de comunicação

O presente capítulo realiza a primeira das etapas definidas para a construção do sistema facetado. Para fazer a análise facetada da área de Comunicação, em primeiro lugar, são analisados termos encontrados nas bibliografias editadas por Stumpf e Capparelli. Os termos são agrupados e, depois, são calculadas as frequências tanto dos termos quanto das classes criadas. Por fim, são apresentados todos os resultados dessa etapa.

5.1. Agrupamento de termos

Realizar análise facetada de uma área de conhecimento ou disciplina científica é um trabalho que envolve as seguintes etapas: num primeiro momento, define-se um conjunto de documentos pertencentes a essa área para serem utilizados como fornecedores de termos; a seguir, são buscados termos que representam o assunto ou conteúdo destes documentos (estes termos ainda não são descritores); uma vez obtida uma grande lista de termos, estes são agrupados em conjuntos de acordo com sua natureza; e, por fim, esses grupos de termos são relacionados entre si, compondo um esquema ou mapa conceitual referente ao assunto que está sendo trabalhado. Posteriormente, estando pronto o sistema, deve-se proceder a um trabalho de definição dos termos que compõem o sistema.

Para realizar essa tarefa, pensou-se, num primeiro momento, em juntar uma série de documentos da área de comunicação (livros, artigos de periódicos ou mesmo teses e dissertações) e retirar, deles, termos para realizar o trabalho de análise facetada. Em vez disso, optou-se por utilizar a ampla bibliografia de teses e dissertações em Comunicação organizada por Stumpf e Capparelli, em que os termos utilizados para representar os assuntos dos documentos foram obtidos a partir de uma consulta às bases de dados da Intercom e da Compós, com acréscimos feitos pelos próprios autores.

Optou-se por essa forma de trabalho por que o sistema de classificação facetado construído nesta tese será aplicado às mesmas dissertações e teses. Assim, como seria mais adequado que o levantamento de termos fosse feito de forma independente do processo de construção

do sistema facetado, utilizar a lista de palavras-chave de Stumpf e Capparelli mostrou-se uma melhor opção. Ao mesmo tempo, por constituir uma lista de termos livres, sem organização hierárquica ou sistematização (como ocorre nos tesouros e vocabulários controlados), o trabalho de Stumpf e Capparelli permite que se realize, a partir dele, o trabalho de análise facetada.

A primeira bibliografia, publicada em 1998, traz os resumos de 754 teses e dissertações defendidas em todos os PPGCOMs entre 1992 e 1996. Além disso, traz um índice de assuntos a partir dos quais os documentos podem ser localizados. Esse índice possui 165 termos (155 entradas, isto é, termos que remetem para uma ou mais teses e dissertações, e 10 remissivas, isto é, termos que remetem a outros termos e não a teses e dissertações)⁵.

Já no segundo volume, publicado em 2001 e relativo aos anos de 1997 a 1999, constam os resumos de 835 teses e dissertações. Há também um índice de assuntos, no qual constam 367 termos (341 entradas e 26 remissivas).

Para realizar a análise desses dois conjuntos de termos, foram realizadas três tarefas. A primeira foi a listagem de todos os termos presentes no “índice temático” da bibliografia de Stumpf e Capparelli. Os termos encontrados foram, então, agrupados em conjuntos a partir de sua natureza – por exemplo, termos que designam disciplinas científicas, termos que designam meios de comunicação, termos que designam gêneros ou estilos artísticos e literários, etc. Nos casos em que houve dúvida quanto à natureza de um termo (se seria, por exemplo, um processo ou uma disciplina científica), foi consultado o resumo da tese ou dissertação para saber em qual sentido o termo estava sendo tomado. Nos casos em que, mesmo assim, não foi possível determinar a natureza do termo, foram consultados dicionários técnicos e livros teóricos para elucidação da questão.

Deve-se destacar que alguns termos são utilizados com sentidos diferentes nas dissertações e teses. Optou-se por considerar o sentido utilizado com maior frequência. Por fim, pode-se objetar que a inclusão dos termos nas classes criadas foi realizada sem uma discussão conceitual rigorosa e cuidadosa sobre o sentido de cada um dos termos e das classes criadas. Como essa é uma etapa preliminar para a construção do sistema facetado, considerou-se ser desnecessário promover, aqui, a discussão conceitual de cada termo e classe criada.

⁵ Os termos utilizados pelos autores para representar os conceitos presentes nas teses e dissertações não podem ser denominados “descritores” pois não fazem parte de um tesouro, são apenas termos livres que remetem para os documentos.

A seguir, para se avaliar a importância dos termos e das classes criadas para a descrição de assuntos de documentos pertencentes ao campo da comunicação, foram calculadas suas frequências, de forma a determinar conceitos/termos essenciais para o campo e conceitos/termos muito específicos, que se aplicam a apenas uma ou muito poucas dissertações e teses. Tendo em vista a existência de algumas diferenças entre os termos utilizados na primeira bibliografia (publicada em 1998) e os da segunda (publicada em 2001), as análises serão feitas separadamente, ainda que, em muitos casos, haja semelhanças. Com isso, pode-se também utilizar uma das bibliografias como “instrumento de controle” dos resultados obtidos na análise da outra.

O primeiro volume da bibliografia de Stumpf e Capparelli apresenta 165 termos (155 entradas e 10 remissivas). Agrupando-se esses termos por suas semelhanças e diferenças, foram encontrados 12 grupos. Eles são apresentados na TABELA 6:

TABELA 6
Agrupamento dos termos presentes no índice de STUMPF, CAPPARELLI, 1998
(Continua)

Grupo	Termos presentes	N.T.
Categoria/classe de pessoas	Adolescentes, Crianças, Grupos Étnicos, Índios , Negros	5
Ciências, disciplinas e teorias	Análise de conteúdo, Análise do discurso, Antropologia, Arquitetura, Arte, Astronomia, Cibernética, Comunicação, Ecologia, Economia, Economia Política, Educação, Epistemologia, Estética, Ética, Filosofia, História, Informática, Matemática, Medicina , Psicanálise, Psicologia, Semiótica, Sociologia, Teoria da comunicação	25
Categorias de fenômenos e processos humanos e sociais	Autoritarismo, Censura, Cidadania, Ciência, Cotidiano, Cultura, Cultura popular, Democracia, Erotismo, Esportes, Gênero, Humor, Identidade, Identidade cultural, Identidade nacional, Ideologia, Legislação, Memória, Mercado de trabalho, Mito, Moda, Modernidade, Modernização, Movimento social, Política cultural, Pornografia , Pós-Modernidade, Política, Racismo, Religião, Representações, Ritos, Saúde, Sexualidade, Sindicalismo, Sociedades científicas, Subjetividade, Universidade, Urbanismo	39
Dimensão social da comunicação	Audiência , Cultura de massa, Imaginário, Indústria Cultural, Liberdade de imprensa, Opinião pública, Política de comunicação	7
Fazer profissional na área de comunicação	Assessoria, Editoração, Ensino de comunicação, Fotojornalismo, História da imprensa, Imprensa, Imprensa sindical, Indústria fonográfica, Jornalismo, Jornalismo científico, Jornalismo econômico, Jornalismo esportivo , Jornalismo político, Jornalismo sensacionalista , Jornalistas, Marketing, Mercado editorial, Pesquisa em comunicação, Produção gráfica, Publicidade, Relações públicas, Telejornalismo	22
Meios, veículos ou suportes da comunicação	Audiovisuais, Cinema, Dança, Discos, Embalagem, Eventos, Fotografia, Grafite, Hipermídia, Histórias em quadrinhos, Holografia, Jornal, Livros, Meios de comunicação, Mídia, Música, Novas tecnologias, Pintura, Rádio, Revistas, Teatro, Televisão, Vídeo	23

TABELA 6
Agrupamento dos termos presentes no índice de STUMPF, CAPPARELLI, 1998
(Conclusão)

Grupo	Termos presentes	N.T.
Tipos de comunicação	Comunicação alternativa, Comunicação científica, Comunicação de massa, Comunicação empresarial , Comunicação interpessoal, Comunicação organizacional, Comunicação popular, Comunicação rural	8
Gêneros/estilos artísticos	Melodrama, Sensacionalismo, Simbolismo	3
Técnica/métodos	Biografia	1
Processos da comunicação	Criação, Escrita, Leitura, Radiodifusão, Recepção, Tradução	6
Produtos da comunicação	Crítica, Discurso jornalístico, Documentário, Fotonovela, Informação, Literatura, Marcas, Novela , Poesia, Programação, Propaganda, Propaganda eleitoral, Radionovela, Telenovela, Videoclip, Videotexto	16
Dimensão simbólica da comunicação	Discurso, Grafismo, Imagem, Linguagem, Linguagem cinematográfica, Linguagem visual, Oralidade, Retórica Narrativa	9
Instituições de comunicação	Rede Globo	1
TOTAL		165

FONTE: Tabela elaborada a partir de dados presentes em STUMPF, CAPPARELLI, 1998. Os termos em negrito são as remissivas, num total de 10.

A classe “categorias/grupos de pessoas” apresenta conceitos que dizem respeito a determinados agrupamentos humanos, selecionados a partir de alguma característica, no caso a idade, o sexo ou a raça. Os trabalhos representados por esses termos tratam desses agrupamentos seja enquanto assunto das mensagens comunicativas (mensagens sobre mulheres, sobre negros, etc) seja enquanto atores do processo comunicativo (troca de mensagens entre negros, entre índios, etc). Ou seja, pode-se perceber dois tipos de uso para os conceitos agrupados nessa classe que, ainda assim, por apresentarem a mesma natureza, foram agrupados.

A classe “ciências, disciplinas e teorias” agrupa os termos que representam áreas do conhecimento científico. Algumas delas constituem ciências propriamente ditas, já consolidadas, e que estão presentes nos trabalhos normalmente como área de suporte ao estudo realizado, em conjunto com a comunicação. É o caso, por exemplo, de Economia, Medicina, Psicologia, entre outras. Algumas vezes, não se trata de ciências constituídas mas de disciplinas científicas, como por exemplo Epistemologia, Ética e Estética, que são ramos da Filosofia. Como o objetivo da análise facetada é apenas a criação dos grupos e não a formação de uma hierarquia entre os termos, essas várias ciências, disciplinas e

mesmo teorias específicas serão agrupadas conjuntamente – e, com isso, evita-se a discussão sobre cada uma delas, o que não caberia nos limites do trabalho de análise facetada.

Da mesma forma, foram agrupadas nessa classe as teorias que apareceram como termos, algumas delas reconhecidamente pertencentes ao campo da comunicação (como, por exemplo, Semiótica), outras reconhecidamente não-pertencentes (Psicanálise, Economia Política) e outras cuja inclusão ou não na área de comunicação é polêmica (seria o caso, por exemplo, da Análise do Discurso). Incluiu-se, até, Comunicação e Teoria da Comunicação, termos que aparecem como entradas de alguns documentos. A separação entre ciências, disciplinas ou teorias não é relevante nesse momento, mas sim a criação de uma classe onde são agrupados termos que representam não objetos de estudo, mas conjuntos de conhecimentos acionados pelas teses e dissertações para a explicação de seus objetos empíricos.

Já a classe “categorias de fenômenos e processos humanos e sociais” agrupa o conjunto de conceitos referentes à vida humana e social que constituem objeto de pesquisa de várias ciências sociais, não se restringindo ao campo da comunicação. Assim, o racismo, o humor, o erotismo, o mercado de trabalho, os ritos podem ser tanto objeto de estudo da Comunicação quanto da Sociologia, da Antropologia, da Ciência Política, etc. Não há nada nesses conceitos que os restrinja ao campo da comunicação. Eles não se relacionam, sequer, com as conceituações da área de comunicação (nas várias conceituações de fenômeno comunicativo ou do objeto de estudo da comunicação nunca constam termos como estes – racismo, erotismo, humor, etc.

Tanto é assim que, nas teses e dissertações, os conceitos desse grupo normalmente são apresentados como *em relação* com a comunicação: comunicação e racismo, comunicação e erotismo, comunicação e mercado de trabalho, etc. O termo ciência foi inserido neste grupo pois não se refere a uma ciência específica ou à contribuição da metodologia científica para o estudo realizado, mas sim para a dimensão social da ciência, isto é, a ciência enquanto parte da vida social.

Há um conjunto de termos que se referem a veículos de comunicação, isto é, a dispositivos materiais que permitem a inscrição de material significante e sua publicização, difusão ou transporte. Esses termos foram agrupados na classe “meios, veículos ou suportes da comunicação”. Alguns deles representam mídias, no sentido estrito da palavra, tais como rádio, televisão, vídeo. Outras vezes esse sentido é alargado para abarcar processos em que

não há um meio técnico como suporte, mas o próprio processo se estrutura como um dispositivo material, como no caso de teatro, dança e eventos (que são um produto específico, um instrumento da atividade de relações públicas, tal como o jornal, o vídeo institucional, etc). Também embalagem foi contabilizada nesse grupo, pois é um meio ou suporte onde o publicitário vai inscrever uma série de mensagens, ainda que seja, já ela própria, uma mensagem.

Um outro conjunto de termos guarda uma relação muito próxima com o conjunto anterior, a ponto de se confundir com ele. Diz respeito ao conjunto de produtos que é veiculado, difundido, publicizado ou transportado num fenômeno comunicativo. Esse conjunto representa exatamente aquele material significante que é inscrito nas materialidades agrupadas na classe anterior. Naquela, constam os meios - o livro, o rádio, a televisão. Já nesta classe foram agrupados os produtos que são transmitidos nesses meios: literatura ou poesia, através do livro ou do jornal; radionovela ou propaganda eleitoral, pelo rádio; música, pelo disco, pelo rádio ou pela TV; telenovela ou documentário, pela televisão. Praticamente todos esses produtos podem ser transmitidos por mais de um meio, como é o caso, por exemplo, do documentário mas, também, da marca, resultado do trabalho publicitário.

Pode-se explorar aqui as possibilidades de uma confusão entre as duas classes anteriores, que se encontram, realmente, bastante misturadas. Sob outro ponto de vista, poder-se-ia considerar revista, jornal, história em quadrinhos e fotografia como produtos comunicativos, definindo-se como meio o impresso. Não estaria errada essa classificação. Contudo, optou-se por defini-los, neste trabalho, como meios, tipos específicos de meios impressos com formatos e estruturas próprias. Do mesmo modo, poder-se-ia argumentar que pintura, grafite e música poderiam ser classificados como produtos. Também não seria incoerente essa classificação, considerando-se como suportes as telas ou muros (no caso de pintura e grafismo) e o rádio ou os instrumentos musicais, no caso da música. Optou-se por classificá-los como meios, prevendo a possibilidade de que diferentes obras ou produtos possam ser transmitidos por meio de uma forma específica de linguagem que é a pintura, o grafite ou a música. Para todos estes casos, buscou-se nos resumos das teses e dissertações o sentido dado aos termos, no momento de se fazer a opção entre inseri-los em um ou outro grupo.

Há também um caso singular: cinema pode referir-se tanto ao meio quanto ao conteúdo: optou-se aqui por preservar cinema como relativo ao meio, deixando para designar o

conteúdo termos como filmes e documentário (isto é, aquilo que passa ou pode vir a passar nas telas do cinema). E há ainda o caso de alguns termos listados nestas duas classes, de meios e produtos, que poderiam também ter sido classificados como disciplinas, como música e dança. Também nestes dois casos o uso mais freqüente nas teses e dissertações foi considerado.

Outra classe criada, que guarda íntima relação com a de produtos, é a que identifica gêneros ou estilos literários, artísticos, midiáticos. O gênero também se refere ao conteúdo, à mensagem, isto é, àquilo que é comunicado, transmitido, difundido. O gênero ou estilo, contudo, diz respeito a uma estrutura que se repete num conjunto de obras, produzindo determinado “efeito de sentido”. Assim, a partir de um mesmo meio (por exemplo, o livro) podem ser veiculados diferentes produtos (por exemplo, poesia ou crônicas). Esses produtos podem pertencer a um ou outro estilo (simbolismo, por exemplo). A diferença fundamental é que o gênero não é um produto a ser transmitido, mas uma propriedade, uma característica dos produtos. Apenas três termos relativos a gêneros ou estilos apareceram nesta primeira bibliografia.

Há uma classe onde foram agrupados os termos relativos ao “fazer profissional da comunicação”. Nessa classe se encontram conceitos que descrevem tanto a área de atuação quanto seus profissionais e seus produtos. É o caso, por exemplo, de editoração, produção gráfica, publicidade, relações públicas. Estes termos designam tanto os profissionais de editoração, de publicidade, etc, quanto os processos e, ainda, os produtos. O mesmo vale para o jornalismo, habilitação profissional que conta com grande número de termos, pois há termos específicos para as práticas jornalísticas, para os profissionais que atuam no campo e para os produtos jornalísticos de acordo com o meio (telejornalismo, fotojornalismo), de acordo com o assunto da cobertura ou editoria (jornalismo econômico, jornalismo esportivo, imprensa sindical). Foram mantidas aqui áreas de atuação específicas que podem ser de mais de uma habilitação profissional (assessoria, marketing), bem como atividades que constam entre as atividades profissionais da área de comunicação, mesmo não constituindo habilitação específica (ensino de comunicação, pesquisa em comunicação). Estas, mais uma vez, poderiam ter sido classificadas em outro grupo, optando-se por colocá-las neste em virtude de, nas teses e dissertações a que se referem, serem destacados os aspectos profissionais, da atividade e do produto do ensino e da pesquisa, tal como acontece em relação às habilitações profissionais. Também foram incluídas nessa classe categorias relativas ao ambiente de atuação dos profissionais, de

produção das peças e circulação dos produtos, tais como mercado editorial, imprensa e indústria fonográfica, bem como termos referentes especificamente ao profissional – como no caso de “jornalistas”. Deve-se ressaltar, ainda, a inclusão do termo “história da imprensa” nesta classe, por se tratar de um aspecto específico de um termo incluído nesta classe, a imprensa.

Uma classe específica foi criada para agrupar os processos e operações postos em prática a partir da comunicação. São ações desempenhadas tanto pelos profissionais que atuam nos meios (criação, tradução), pelos próprios meios (radiodifusão) ou pelas pessoas que recebem as mensagens (recepção, leitura).

A classe “dimensão social da comunicação” agrupa termos relativos a instâncias, entidades ou fenômenos da vida social diretamente ligados às práticas comunicativas, porque devem a eles sua existência ou configuração – diferentemente dos termos presentes na classe de categorias sociais, pois política, religião e ritos, ainda que profundamente alterados e afetados pelas práticas comunicativas, têm uma existência independente. Nesta classe estão presentes termos como liberdade de imprensa, opinião pública, audiência e indústria cultural, termos presentes no discurso das ciências sociais exatamente a partir da comunicação.

Em contrapartida, uma outra classe foi criada para abrigar os termos relativos ao regime simbólico da comunicação, aos diversos termos que designam processos de significação, de linguagem, de elementos significantes. Nesta classe estão termos que são utilizados, muitas vezes, até mesmo como sinônimo das mensagens ou conteúdos transmitidos na comunicação, guardando, cada um deles, suas especificidades conceituais (como no caso dos termos imagem, discurso, linguagem, narrativa); ou, então, termos que se relacionam a regimes discursivos específicos, marcados por determinada estrutura, intencionalidade ou modo de produção, como é o caso de linguagem cinematográfica ou linguagem visual. Aqui foram inseridos, ainda, termos que se referem a uma determinada dimensão ou componente das mensagens comunicativas (oralidade, grafismo, retórica).

A classe “tipos de comunicação” abrange todos os termos que possuem a palavra comunicação, acrescida de outro termo que designa sua abrangência ou o seu contexto de realização: a comunicação que ocorre no meio científico, dentro de uma organização, de forma alternativa aos grandes meios de comunicação, massiva, entre outras.

Uma classe foi criada para abrigar o termo “biografia”, compreendido como um método de estudo utilizado por nove teses e dissertações presentes na bibliografia. Essa classe foi nomeada como “técnicas/métodos de estudo”.

Por fim, há uma classe para o único nome próprio presente entre os termos. É o caso de Rede Globo, único termo que se refere a uma entidade singular – “objetos individuais” (DAHLBERG, 1978), únicos, distintos dos demais, porque caracterizados no tempo e no espaço. Todos os demais, agrupados nas outras classes, representam objetos gerais, pois prescindem de tempo e espaço, são coletivos. Conforme CAVALCANTI (1978, p. 35), nesse caso trata-se de um termo que designa não um conceito, mas uma entidade individual.

Já a bibliografia lançada em 2001, referente aos anos de 1997 a 1999, apresenta 367 termos (dos quais 341 são entradas). Eles são apresentados na TABELA 7:

TABELA 7
Agrupamento dos termos presentes no índice de STUMPF, CAPPARELLI, 2001
(Continua)

Grupo	Termos presentes	N.T.
Pessoas estudadas	Aguiar, Joaquim; Cásper Líbero; Collor de Mello, Fernando; Fernandez, Hélio; Hahnemann, Samuel; Lapa, Manuel Rodrigues; Lima Sobrinho, Barbosa; Pereira, Astrojildo; Poyares, Walter Ramos; Senna, Ayrton; Van Helmont, Joan	11
Produtores de obras e peças de comunicação	Almodóvar, Pedro; Andrade, Mário; Antunes Filho, José; Artaud, Antonin; Ascher, Nelson; Babo, Lamartine; Bambozzi, Lucas; Baravelli, Luiz Paulo; Barba, Eugênio; Bessa-Luís, Augustina; Beuyes, Joseph; Bishop, Elizabeth; Buñuel, Luis; Calegari, Virgílio; Calixto, Benedito; Campos, Haroldo; Caruso, Chico; Castro Alves, Antônio; Cavaquinho, Nelson; Clark, Lígia; Conte, Júlio; Crepax, Guido; Cronenberg, David; Diderot; Espanca, Florbela; Fassbinder, Rainer; Greenaway, Peter; Grotowski, Jerzy; Hitchcock, Alfred; Huidoboro, Vicente; Kieslowski, Krzystof; Lenz; Lessing; Lima Barreto, Afonso; Lispector, Clarice; Lynch, David; Machado de Assis, Joaquim; Maranhão, Haroldo; Marcel Duchamp; Melo Neto, João Cabral; Mendes, Murilo; Mestre Didi; Miranda, Carmen; Moniz Vianna, Antônio; Neves, João das; Nutels, Noel; Oiticica, Hélio; Oliveira, Manoel; Person, Luiz Sérgio; Pessoa, Fernando; Proust; Ramos, Nuno; Reichenbach, Carlos; Riefenstahl, Leni; Rocha, Glauber; Rodrigues, Nelson; Rossi, João; Rulfo, Juan; Salgado, Sebastião; Sant’Anna, Sérgio; Schendel, Mira; Sherman, Cindy; Tagliaferro, Magdalena; Tarantino, Quentin; Tarkovski, Andrei; Torquato Neto; Toscani, Oliviero; Tostes, Celeida; Trevisan, João Silvério; Veloso, Caetano; Verde, Cesário; Veríssimo, Luiz Fernando; Viola, Paulinho; Wall, Jeff; Whiteread, Rachel; Ziraldo	76
Técnica/métodos	Biografia, Pesquisa qualitativa	2

TABELA 7
Agrupamento dos termos presentes no índice de STUMPF, CAPPARELLI, 2001
(Continua)

Grupo	Termos presentes	N.T.
Produtos da comunicação	Anúncios, Charge, Crítica, Crônica, Discurso jornalístico, Discurso publicitário, Documentário, Filme , Informação, Literatura, Marcas , Minisséries, Novela , Poesia, Programação, Propaganda, Propaganda eleitoral, Reportagem, Telenovela, Texto, Videoclip, Vinhetas	22
Ciências, disciplinas e teorias	Administração, Agenda setting, Análise de conteúdo, Análise do discurso, Antropologia, Arquitetura, Arte, Biblioteconomia, Ciências cognitivas , Ciências da informação, Ciências sociais, Computação , Comunicação – teorias, Ecologia, Economia, Economia política, Educação, Epistemologia, Estética, Ética, Filosofia, Geografia, História, Informática, Marxismo, Medicina , Museologia, Psicanálise, Psicologia, Semiologia, Semiótica, Sociologia, Teorias da comunicação , Turismo	34
Categoria/classe de pessoas	Adolescentes, Crianças, Grupos Étnicos, Homossexuais , Índios , Infância , Juventude, Minorias, Mulher , Negros , Terceira idade	11
Teóricos	Bakhtin, Mikhail; Barbero, Jesús Martín; Barthes; Benjamin, Walter; Campbell, Joseph; Foucault, Michel; Freud, Sigmund; Heidegger; Lacan; Mattelart, Armand; Mill, John Stuart; Morin, Edgar; Nietzsche; Peirce, Charles Sanders; Verón, Eliseo; Wittgenstein, Ludwig	16
Gêneros/estilos artísticos	Barroco, Kitsch, Melodrama , Minimalismo, Modernismo, Sensacionalismo , Simbolismo, Surrealismo, Tropicalismo	9
Locais	Argentina, Estados Unidos, Japão, Peru	4
Dimensão simbólica da comunicação	Cor, Design, Design gráfico, Discurso, Hipertexto, Imagem, Linguagem, Linguagem cinematográfica, Linguagem documentária, Linguagem publicitária, Linguagem visual, Narrativa, Oralidade, Poética, Retórica, Signos, Som	17
Meios, veículos ou suportes da comunicação	Audiovisuais, Base de dados, Cinema, Curta metragem, Dança, Discos, Documento, Fotografia, Hipermídia, História em quadrinhos, Internet, Jornal, Livros, Mídia, Multimídia, Música, Novas tecnologias , Out-door, Pintura, Rádio, Revistas, Teatro, Tecnologias de informação, Tecnologias digitais, Televisão, Televisão a cabo, Vídeo	27
Tipos de comunicação	Comunicação alternativa, Comunicação científica, Comunicação de massa, Comunicação empresarial , Comunicação interpessoal, Comunicação organizacional, Comunicação popular, Comunicação rural, Comunicação sindical, Comunicação social	10
Categorias de fenômenos e processos humanos e sociais	Acervo, Autoritarismo, Biblioteca, Carnaval, Censura, Cidadania, Cidade , Ciência, Classe social, Cognição, Comunidade, Conhecimento, Consumidor, Consumo, Contemporaneidade, Cooperativismo, Corpo, Cotidiano, Criatividade, Cultura, Cultura popular, Democracia, Ensino , Erotismo, Espaço, Espaço urbano, Esportes, Estado, Etnia , Evangelismo, Futebol , Gênero, Globalização, Humor, Identidade, Identidade cultural, Identidade nacional, Ideologia, Imaginação , Inconsciente, Legislação, Meio ambiente , Memória, Mito, Moda, Modernidade, Movimento social, Museu, ONG, Paradigma, Poder, Política, Política cultural, Pornografia , Pós-Modernidade, Religião, Representações, Ritos, Saúde, Sedução, Serviços turísticos, Sexualidade , Sindicalismo, Sociabilidade, Sociedade, Subjetividade, Tecnocultura, Tecnologias, Tempo, Tradição, Universidade, Urbanismo, Urbanização, Violência, Virtualidade	75

TABELA 7
Agrupamento dos termos presentes no índice de STUMPF, CAPPARELLI, 2001
(Continua)

Grupo	Termos presentes	N.T.
Dimensão social da comunicação	Audiência, Cultura de massa, Espaço público, Imaginário, Indústria cultural, Interatividade, Opinião Pública, Política de comunicação, Realidade virtual, Rede	10
Fazer profissional na área de comunicação	Dramaturgia, Ensino de comunicação, Fotojornalismo, Imprensa, Imprensa alternativa , Imprensa sindical, Indústria fonográfica, Jornalismo, Jornalismo científico, Jornalismo econômico, Jornalismo esportivo , Jornalismo político, Jornalismo sensacionalista, Marketing, Mercado editorial, Ombudsman, Pesquisa em comunicação, Publicidade, Radiojornalismo, Redação publicitária, Relações públicas, Telejornalismo	22
Processos da comunicação	Criação, Digitalização, Dublagem, Escrita, Interpretação, Kinescopia, Leitura, Persuasão, Planejamento, Radiodifusão, Recepção, Tipografia, Tradução, Zapping	14
Instituições de comunicação	Federação Nacional dos Jornalistas, MTV, RBS, Rede Globo, Rede Record, SBT	6
Instituições	Mercosul	1
TOTAL		367

FONTE: Tabela elaborada a partir de dados presentes em STUMPF, CAPPARELLI, 2001. Os termos em negrito são as remissivas, num total de 26.

A principal diferença encontrada na lista de termos da segunda bibliografia diz respeito ao número de termos: 367, um aumento de 202 termos, isto é, mais que o dobro de termos da lista anterior. Esse aumento se refletiu no número de grupos criados: 18 grupos, um aumento de cinco em relação aos 13 encontrados anteriormente.

O aumento do número de grupos se deve principalmente à criação de classes que agrupam termos referentes a objetos individuais. Na primeira bibliografia havia apenas um termo referente a entidades individuais, o termo “Rede Globo”, colocado na classe “instituições de comunicação”. Já na segunda bibliografia esse número aumenta para 114. Esses 114 termos referentes a objetos individuais, particularizados por sua inserção no tempo e no espaço, foram divididos em seis classes.

Dentre essas seis classes compostas de termos relativos a objetos individuais, a primeira é composta pelos autores das peças ou obras que são analisadas nas teses e dissertações. Assim, um documento sobre um livro de Clarice Lispector possui, como entrada, o nome da autora do livro. Destaque-se que os nomes das pessoas utilizados como termos aqui não representam o assunto dos documentos. Não se trata, voltando ao exemplo, de uma tese *sobre* Clarice Lispector – ainda que se possa considerar que a obra de um autor acaba se confundindo com o próprio autor, muitas vezes, o autor da obra não é o assunto enquanto

biografia. Os 76 termos pertencentes a essa classe trazem nomes de autores de poesias, peças de teatro, músicas, crônicas, esculturas, fotografias, filmes, desenhos, quadrinhos, entre outros. Os nomes dos produtos (o filme tal, a peça tal) não foram utilizados como entradas ou remissivas. Deve-se destacar ainda o fato de que, mesmo tendo uma grande frequência (76), algumas vezes autores de obras deixaram de figurar entre as entradas e remissivas – como, por exemplo, John Cage, numa dissertação de 1998.

A segunda classe agrupa pessoas que consistiram objeto de estudo da tese ou dissertação em questão, independente do fato de serem produtores ou não de mensagens comunicativas. É a vida da pessoa, seus feitos, sua influência em determinado processo, que são estudados, e, nesse caso, o documento tem por assunto a própria pessoa. É o caso de teses ou dissertações sobre Ayrton Senna ou Fernando Collor. Nesse caso, os nomes dessas pessoas constituem termos do índice.

Um terceiro grupo, também composto por nomes de pessoas, foi agrupado na classe “teóricos”. Neste caso, os termos representam nomes de pessoas que elaboraram teorias, conceitos ou métodos que foram utilizados na análise empreendida pela tese ou dissertação. A diferença com relação ao primeiro grupo é que, aqui, a obra do autor não é o objeto da análise, mas o referencial teórico que auxilia a análise. É o caso de Freud, Foucault, Mattelart e outros. Não foram seus produtos que foram analisados, mas suas idéias foram o referencial teórico a partir do qual o estudo em questão se desenvolveu. Também nesse caso muitos termos não constam do índice. Afinal, todas as teses ou dissertações utilizam autores para compor seu referencial teórico. Só geraram entradas e remissivas referentes a nomes de autores os documentos que, nos títulos ou resumos, destacam os nomes desses autores, o que só aconteceu 16 vezes.

Outras vezes foram os locais geográficos onde acontecem os fenômenos comunicativos que foram utilizados como entradas ou remissivas (Argentina, Peru) e, para estes, foi criada uma classe própria, “locais”. Por fim, há algumas instituições que aparecem como termos do índice. Estas foram divididas em duas classes: uma que apresenta instituições de natureza geral (política, econômica, cultural, etc), em que aparece apenas um termo, Mercosul; e outra que apresenta instituições especificamente relacionadas com a comunicação (como a Fenaj, uma federação de jornalistas, ou emissoras de TV como a Rede Globo, SBT e Rede Record).

Somando-se essas seis classes, verifica-se que quase um terço (30,06%) dos termos da segunda bibliografia refere-se a conceitos ou objetos individuais. Na primeira bibliografia, o único termo nessa situação representa 0,60% do total de termos.

Os demais termos, isto é, os que designam objetos gerais, somam, na segunda bibliografia, 253 termos, o que representa um aumento de 55,8% do número de termos em relação à edição anterior da bibliografia (164 termos referentes a objetos gerais). A primeira bibliografia apresentou 165 termos divididos em 13 grupos. Excluindo-se a classe relativa à Rede Globo, são 164 termos relativos a conceitos gerais ou coletivos para 12 grupos. A segunda bibliografia possui 254 termos coletivos ou gerais, que foram reunidos em 12 grupos.

A classe “categorias/grupos de pessoas” aparece novamente, porém agora com mais termos (onze no total; na edição anterior eram cinco) com a inclusão dos termos homossexuais, mulher, infância, juventude, terceira idade, além de um geral para minorias.

A classe “ciências, disciplinas e teorias” também aumentou, de 25 para 34, com a inclusão tanto de outras disciplinas e ciências (Biblioteconomia, Computação, Ciências Cognitivas) como de teorias bem específicas (Agenda Setting, Semiologia). Ainda assim, três termos da primeira bibliografia não se repetiram na segunda (Cibernética, Matemática, Astronomia).

A classe “Categorias de fenômenos e processos humanos e sociais” também cresceu em número de termos, de 39 para 75, com a inclusão de outros termos como futebol, evangelismo, corpo, consumo. Os termos da primeira bibliografia que não se repetiram no segundo são: censura, cultura, mercado de trabalho, modernização, racismo e sociedades científicas.

A classe relativa aos meios ou suportes do processo comunicativo apresentou pequena variação, de 23 para 27 termos. Da primeira classificação constavam embalagem, eventos, holografia e meios de comunicação, que ficaram ausentes da segunda bibliografia. Esta, por sua vez, trouxe nove novos termos, a maioria relacionada com as novas tecnologias digitais da informação: tecnologias digitais, tecnologias da informação, internet e multimídia, além de televisão a cabo, base de dados, documento, curta metragem e outdoor.

A classe destinada aos produtos da comunicação também apresentou pouca modificação, indo de 16 para 22. Ainda assim, quatro termos da primeira bibliografia não constam na segunda (fotonovela, grafismo, radionovela e videotexto), enquanto a segunda, por sua vez,

traz oito novos termos (anúncios, charge, crônica, filme, minisséries, reportagem, texto e vinhetas).

O conjunto de termos relativos a gêneros ou estilos de produtos da comunicação, que na primeira bibliografia era composto por apenas três termos, teve na segunda bibliografia importância maior, com nove termos (dos quais oito são entradas).

Já a classe “tipos de comunicação” apresentou pequeno acréscimo de termos. Todos os termos presentes na primeira bibliografia (num total de oito) foram mantidos. Na segunda bibliografia passaram a constar comunicação sindical e comunicação social, totalizando dez termos.

A classe destinada para “técnicas/métodos de estudo” na segunda bibliografia passou a incorporar mais um termo, pesquisa qualitativa, chegando a um total de dois termos.

O conjunto de termos relativos ao fazer profissional na área de comunicação apresentou também poucas modificações. Constavam da primeira bibliografia, sem se repetir na segunda, os termos assessoria, editoração, história da imprensa, jornalistas e produção gráfica. Na segunda bibliografia há cinco termos que não constam da primeira: dramaturgia, imprensa alternativa, *ombudsman*, radiojornalismo e redação publicitária. Como resultado, a classe manteve seus 22 termos.

A classe de processos da comunicação foi ampliada de seis para 14 termos, com a inclusão de termos relativos a operações desempenhadas pelos profissionais em comunicação (dublagem, digitalização, kinescopia, tipografia, planejamento, persuasão) como também pelo público em geral (interpretação, *zapping*).

A classe referente à dimensão social da comunicação registrou um crescimento de sete para dez termos. Da primeira bibliografia, apenas o termo “liberdade de imprensa” não consta também da segunda. A segunda bibliografia introduziu os termos espaço público, interatividade, realidade virtual e rede.

Por fim, a classe denominada “dimensão simbólica da comunicação” registrou um aumento de 9 para 17 termos. Apenas um termo presente na primeira bibliografia não se repetiu na segunda (grafismo), com o acréscimo de termos referentes a regimes discursivos específicos (linguagem publicitária), a elementos específicos presentes no interior das mensagens (design, som, cor) ou a termos amplos utilizados como sinônimo de mensagem dentro de contextos teóricos particulares (signos).

A quantidade de termos presentes em cada um dos grupos criados a partir da análise empreendida, referente às duas bibliografias, está na TABELA 8, apresentada a seguir:

TABELA 8
Quantidade de termos presentes em cada grupo nos índices de
STUMPF, CAPPARELLI, 1998 e STUMPF, CAPPARELLI 2001

Classe de termos	Bibliografia de 1998	Bibliografia de 2001	Total de termos
Categoria/classe de pessoas	5	11	12
Ciências, disciplinas e teorias	25	34	38
Categorias de fenômenos e processos humanos e sociais	39	75	78
Dimensão simbólica da comunicação	9	17	20
Fazer profissional	22	22	27
Meios, veículos ou suportes	23	27	29
Tipos de comunicação	8	10	10
Gêneros/estilos artísticos	3	9	9
Técnica/métodos	1	2	2
Produtos da comunicação	16	22	24
Processos da comunicação	6	14	14
Dimensão social da comunicação	7	10	11
Instituições de comunicação	1	6	6
Instituições	0	1	1
Pessoas estudadas	0	11	11
Produtores de peças	0	76	76
Locais	0	4	4
Teóricos	0	16	16
TOTAL	165	367	389

NOTA: A coluna relativa ao total de termos indica o total de termos singulares, isto é, não contando duplamente os termos que aparecem nas duas bibliografias.

Num primeiro momento, pode-se pensar que os grupos ou classes mais importantes para a descrição de documentos sobre Comunicação são aqueles com maior número de termos. Por este raciocínio, “categorias de fenômenos e processos humanos e sociais” seria a classe mais importante, por possuir 78 termos, seguida de “produtores de peças”, com 76, “ciências, disciplinas e teorias”, com 37, e “produtos da comunicação”, com 30. Contudo, o simples fato de haver um grande número de termos numa classe não diz da frequência com que os termos dessa classe são utilizados para descrever o assunto das teses e dissertações. É possível (e realmente isso acontece, como será visto a seguir) que uma classe tenha apenas uns poucos termos, mas esses termos sejam muito utilizados como

entradas e remissivas – e o contrário, uma classe com grande quantidade de termos, mas todos eles utilizados apenas uma ou poucas vezes.

5.2. Cálculo das frequências dos termos e das classes

O trabalho seguinte consiste na contagem das frequências com que os termos de cada grupo criado no processo de análise facetada são utilizados para remeter às teses e dissertações. O objetivo deste trabalho é avaliar a importância de cada uma das classes originadas a partir do agrupamento de termos de natureza semelhante, de forma a embasar o sistema facetado a ser criado, fornecendo uma lista dos principais grupos em que deve ser dividida a área de comunicação.

Para tanto, foi calculada a frequência com que os termos foram utilizados – quantas dissertações e teses eles representam em números absolutos, isto é, contando-se a totalidade de teses e dissertações identificadas pela totalidade dos termos presentes em cada grupo.

Como forma de evitar que grupos com muitos termos fossem beneficiados em relação a grupos com poucos termos, foi calculada também a média de remissões a teses e dissertações dos termos de cada grupo. Com isso, busca-se evidenciar grupos que possuam termos mais representativos do conteúdo de teses e dissertações em comunicação dos grupos que possuam termos menos representativos.

Nesta mesma linha de raciocínio, foram isolados apenas os termos do índice que possuem maior frequência e, uma vez mais, analisados os grupos que contêm esses termos. Assim, eliminou-se da contagem uma imensa quantidade de termos presentes no índice de termos de Stumpf e Capparelli, termos estes com pouca representatividade no campo da comunicação.

Por fim, como forma de conferência das contabilizações, será feito o mesmo processo em relação à bibliografia publicada em 2001, para confirmação dos resultados. O resultado da primeira análise realizada com os termos da primeira bibliografia é apresentado a seguir, na TABELA 9.

TABELA 9
 Frequência de uso dos termos presentes no índice de STUMPF, CAPPARELLI, 1998

Grupo	Ocorrência de cada termo	Total do grupo	Média
Categorias de pessoas	6 + 19 + 16 + 0 + 0	41	8,2
Ciências, disciplinas e teorias	3 + 17 + 7 + 12 + 56 + 1 + 5 + 13 + 7 + 3 + 3 + 45 + 6 + 25 + 14 + 29 + 30 + 3 + 1 + 0 + 36 + 5 + 100 + 2 + 3	426	17,04
Categorias de fenômenos e processos humanos e sociais	5 + 1 + 5 + 18 + 5 + 41 + 20 + 10 + 4 + 5 + 23 + 7 + 21 + 5 + 7 + 9 + 5 + 10 + 1 + 23 + 1 + 19 + 8 + 10 + 5 + 0 + 9 + 25 + 1 + 23 + 6 + 7 + 20 + 1 + 11 + 1 + 17 + 15 + 15	419	10,74
Dimensão social da com.	0 + 6 + 17 + 9 + 2 + 2 + 2	38	5,42
Fazer profissional na área de comunicação	1 + 4 + 8 + 3 + 4 + 39 + 10 + 2 + 60 + 7 + 2 + 0 + 5 + 0 + 4 + 18 + 2 + 5 + 2 + 19 + 17 + 8	220	10
Meios, veículos e suportes	1 + 39 + 9 + 1 + 2 + 2 + 15 + 2 + 2 + 4 + 1 + 9 + 6 + 4 + 14 + 33 + 45 + 12 + 17 + 22 + 13 + 62 + 25	340	14,78
Tipos de comunicação	24 + 8 + 4 + 0 + 4 + 36 + 5 + 9	90	11,25
Gêneros/estilos	4 + 5 + 9	18	6
Técnica/métodos	9	9	9
Processos da comunicação	24 + 6 + 3 + 4 + 31 + 6	74	12,33
Produtos da comunicação	7 + 55 + 4 + 1 + 13 + 77 + 0 + 0 + 25 + 14 + 12 + 1 + 1 + 10 + 2 + 2	224	14
Dimensão simbólica da comunicação	19 + 4 + 36 + 26 + 7 + 9 + 6 + 2 + 34	143	15,88
Instituições de comunic.	3	3	3
Total		2044	12,38

NOTA: Na segunda coluna, estão indicadas as frequências de cada um dos termos do grupo correspondente. A média foi obtida pela divisão da soma das frequências pelo número de termos de cada grupo.

Em relação à primeira bibliografia, as classes com maior número de termos são: “categorias de fenômenos e processos humanos e sociais” (39), “ciências, disciplinas e teorias” (25), “meios, veículos ou suportes da comunicação” (23), “fazer profissional na área de comunicação” (22) e “produtos da comunicação” (16).

Essa ordem se altera quando se contabiliza as frequências com que esses termos ocorrem na representação dos assuntos das dissertações e teses. Utilizando-se os números absolutos, os dois primeiros grupos continuam os mesmos, mas com ordem inversa. A classe “ciências, disciplinas e teorias” passa a ocupar a primeira posição, com 426 ocorrências, seguida de “categorias de fenômenos e processos humanos e sociais”, com 419 ocorrências. Isso significa que os termos da classe relativa a ciências e disciplinas têm um peso ainda maior do que os do grupo relativo aos processos humanos e sociais. E aumenta a distância em relação aos demais. O terceiro grupo, referente aos meios e veículos, possui 340 ocorrências. Mantém a terceira colocação em frequência de termos, posição que

mantinha em relação à quantidade de termos. Bem atrás dele estão os outros grupos, referentes aos produtos da comunicação (224) e ao fazer profissional (220). Também aqui há uma inversão de posição: os produtos ocupando a quarta posição e o fazer profissional ficando na quinta. Estes cinco grupos de termos apresentam resultados que os distanciam bastante dos demais grupos.

Esses números vão se alterar significativamente, contudo, nas médias de frequências dos termos de cada grupo. Classes menos relevantes nas outras duas contagens possuem um desempenho melhor nesta contagem: “Dimensão simbólica da comunicação” possui a segunda melhor média (15,88), “processos da comunicação” a quarta (12,33) e “tipos de comunicação” a quinta (11,25). Os grupos “ciências, disciplinas e teorias” (17,04) e “meios, veículos e suportes” (14,78) ocupam o primeiro e terceiro lugares, respectivamente, mas “ciências, disciplinas e teorias” e “fazer profissional”, a sétima e oitava colocações.

Uma última análise, antes de se proceder à interpretação geral de todas essas quantias referentes aos termos, diz respeito aos termos mais utilizados, isto é, àqueles que se referem a um maior número de documentos. Foi realizado um trabalho de análise separada destes termos, que são apresentados na TABELA 10:

TABELA 10
Lista dos termos mais frequentes do índice de STUMPF, CAPPARELLI, 1998
(Continua)

Termo	Grupo a que pertence	Frequência
Semiótica	Ciências, disciplinas e teorias	100
Literatura	Produtos da comunicação	77
Televisão	Meios, veículos ou suportes da comunicação	62
Jornalismo	Fazer profissional na área de comunicação	60
Arte	Ciências, disciplinas e teorias	56
Discurso jornalístico	Produtos da comunicação	55
Novas tecnologias	Meios, veículos ou suportes da comunicação	45
Educação	Ciências, disciplinas e teorias	45
Cultura	Fenômenos e processos humanos e sociais	41
Imprensa	Fazer profissional na área de comunicação	39
Cinema	Meios, veículos ou suportes da comunicação	39
Psicanálise	Ciências, disciplinas e teorias	36
Comunicação organizacional	Tipos de comunicação	36
Imagem	Dimensão simbólica da comunicação	36
Narrativa	Dimensão simbólica da comunicação	34
Música	Meios, veículos ou suportes da comunicação	33
Recepção	Processos da comunicação	31
História	Ciências, disciplinas e teorias	30

TABELA 10
 Lista dos termos mais freqüentes do índice de STUMPF, CAPPARELLI, 1998
 (Conclusão)

Termo	Grupo a que pertence	Freqüência
Filosofia	Ciências, disciplinas e teorias	29
Linguagem	Dimensão simbólica da comunicação	26
Estética	Ciências, disciplinas e teorias	25
Poesia	Produtos da comunicação	25
Política	Fenômenos e processos humanos e sociais	25
Vídeo	Meios, veículos ou suportes da comunicação	25
Comunicação alternativa	Tipos de comunicação	24
Criação	Processos da comunicação	24
Gênero	Fenômenos e processos humanos e sociais	23
Mito	Fenômenos e processos humanos e sociais	23
Religião	Fenômenos e processos humanos e sociais	23
Revistas	Meios, veículos ou suportes da comunicação	22
Identidade	Fenômenos e processos humanos e sociais	21
Saúde	Fenômenos e processos humanos e sociais	20
Cultura popular	Fenômenos e processos humanos e sociais	20
Discurso	Dimensão simbólica da comunicação	19
Modernidade	Fenômenos e processos humanos e sociais	19
Publicidade	Fazer profissional na área de comunicação	19
Crianças	Classes de pessoas	19
Marketing	Fazer profissional na área de comunicação	18
Ciência	Fenômenos e processos humanos e sociais	18
Análise do Discurso	Ciências, disciplinas e teorias	17
Imaginário	Dimensão social da comunicação	17
Rádio	Meios, veículos ou suportes da comunicação	17
Relações Públicas	Fazer profissional na área de comunicação	17
Subjetividade	Fenômenos e processos humanos e sociais	17
Grupos étnicos	Classes de pessoas	16
Fotografia	Meios, veículos ou suportes da comunicação	15
Universidade	Fenômenos e processos humanos e sociais	15
Urbanismo	Fenômenos e processos humanos e sociais	15
Ética	Ciências, disciplinas e teorias	14
Mídia	Meios, veículos ou suportes da comunicação	14
Programação	Produtos da comunicação	14
Comunicação	Ciências, disciplinas e teorias	13
Informação	Produtos da comunicação	13
Teatro	Meios, veículos ou suportes da comunicação	13
Arquitetura	Ciências, disciplinas e teorias	12
Pintura	Meios, veículos ou suportes da comunicação	12
Propaganda	Produtos da comunicação	12
Sindicalismo	Fenômenos e processos humanos e sociais	11
Democracia	Fenômenos e processos humanos e sociais	10
Imprensa sindical	Fazer profissional na área de comunicação	10
Memória	Fenômenos e processos humanos e sociais	10
Movimento social	Fenômenos e processos humanos e sociais	10
Telenovela	Produtos da comunicação	10
Total		1646

No total existem 2044 ocorrências de termos. Os termos com ocorrência superior a 10, destacados na TABELA 4, somam 63 – ou seja, há, ainda, 102 termos (incluindo as 10 remissivas) que possuem ocorrência inferior a 10. Os 63 termos que possuem frequência igual ou maior que 10 representam 1646 ocorrências, o que equivale a 80,52% do total – os outros 102 termos respondem por apenas 19,48% dos termos (apenas 398 ocorrências). Destes 63 termos, 17 pertencem ao grupo “categorias de fenômenos e processos humanos e sociais”, 11 ao de “ciências, disciplinas e teorias”, 11 ao grupo “meios, veículos e suportes”, 7 ao de “produtos da comunicação” e 6 ao grupo “fazer profissional”.

O conjunto das quatro contagens é apresentado a seguir, na TABELA 11, de forma a fornecer os subsídios necessários para a identificação das classes de termos mais relevantes para o campo da comunicação.

TABELA 11
Síntese das contagens de frequências de classes de termos
presentes no índice de STUMPF, CAPPARELLI, 1998

Grupo de termos	Número de termos	Frequência de uso dos termos	Média de Frequência de uso dos termos	Termos entre os mais presentes
Ciências, discip. e teor.	25	426	17,04	11
Fenom. hum. e sociais	39	419	10,74	17
Meios, veículos	23	340	14,78	11
Fazer profissional	22	220	10	6
Produtos da com.	16	224	14	7
Dim. simb. da com.	9	143	15,88	4
Tipos de com.	8	90	11,25	2
Processos da com.	6	74	12,33	2
Dim. soc. da com.	7	38	5,42	1
Classes de pessoas	5	41	8,2	2

Dele se pode concluir que, na primeira bibliografia, os conjuntos de termos mais relevantes para se remeter aos conteúdos dos documentos são, em primeiro lugar, as ciências, disciplinas e teorias, vindo a seguir os fenômenos e processos humanos e sociais. Logo depois destacam-se os meios, veículos e suportes da comunicação. Seguem-se, concluindo os grupos mais relevantes, o fazer profissional na área de comunicação, os produtos da comunicação e a dimensão simbólica da comunicação.

O mesmo trabalho de quantificação de freqüências de termos e classes é apresentado a seguir em relação à bibliografia publicada em 2001. Os primeiros resultados dessa análise estão representado na TABELA 12.

TABELA 12
Freqüência de uso dos termos presentes no índice de STUMPF, CAPPARELLI, 2001

Grupo	Ocorrência de cada termo	Total do grupo	Média
Pessoas estudadas	1 + 1 + 3 + 1 + 1 + 1 + 1 + 1 + 1 + 1 + 1	13	1,18
Produtores de peças	3 + 1 + 1 + 2 + 1 + 1 + 1 + 1 + 1 + 1 + 1 + 1 + 1 + 1 + 1 + 1 + 3 + 1 + 1 + 1 + 3 + 1 + 1 + 1 + 1 + 1 + 1 + 1 + 1 + 1 + 1 + 1 + 1 + 1 + 1 + 1 + 3 + 1 + 2 + 1 + 1 + 1 + 1 + 1 + 2 + 1 + 1 + 1 + 1 + 1 + 1 + 1 + 1 + 1 + 1 + 1 + 1 + 6 + 1 + 1 + 1 + 1 + 1 + 1 + 1 + 2 + 1 + 1 + 1 + 1 + 1 + 1 + 1 + 2 + 1 + 1 + 1 + 1 + 1 + 1	94	1,23
Técnica/métodos	3 + 2	5	2,5
Produtos da comunicação	2 + 5 + 16 + 3 + 20 + 3 + 3 + 0 + 22 + 43 + 0 + 1 + 0 + 17 + 13 + 16 + 1 + 3 + 7 + 6 + 1 + 1	183	8,31
Ciências, disciplinas e teorias	1 + 2 + 3 + 3 + 7 + 6 + 66 + 1 + 0 + 1 + 2 + 0 + 7 + 9 + 8 + 1 + 45 + 6 + 36 + 17 + 16 + 1 + 26 + 28 + 1 + 0 + 2 + 17 + 9 + 4 + 80 + 2 + 0 + 19	426	12,52
Categorias de pessoas	6 + 11 + 12 + 0 + 0 + 0 + 1 + 6 + 0 + 0 + 1	37	3,36
Teóricos	1 + 1 + 1 + 1 + 1 + 2 + 2 + 1 + 2 + 1 + 1 + 1 + 1 + 9 + 1 + 1	27	1,68
Gêneros/estilos	6 + 2 + 0 + 1 + 2 + 0 + 2 + 3 + 2	18	2
Locais	4 + 2 + 2 + 1	9	2,25
Dimensão simbólica da comunicação	3 + 12 + 2 + 52 + 9 + 68 + 48 + 3 + 1 + 7 + 29 + 26 + 6 + 10 + 4 + 3 + 9	292	17,17
Meios, veículos e suportes	4 + 1 + 66 + 1 + 7 + 2 + 1 + 35 + 9 + 7 + 39 + 7 + 2 + 64 + 6 + 36 + 0 + 1 + 7 + 41 + 10 + 10 + 2 + 40 + 71 + 4 + 15	488	18,07
Tipos de comunicação	3 + 3 + 9 + 0 + 3 + 37 + 5 + 7 + 9 + 1	77	7,7
Categorias de fenômenos e processos humanos e sociais	1 + 2 + 1 + 4 + 3 + 6 + 0 + 11 + 2 + 10 + 26 + 10 + 1 + 21 + 3 + 2 + 15 + 8 + 1 + 77 + 13 + 1 + 0 + 1 + 7 + 17 + 9 + 15 + 0 + 5 + 0 + 18 + 24 + 8 + 19 + 6 + 4 + 8 + 0 + 6 + 1 + 0 + 14 + 19 + 7 + 22 + 6 + 4 + 2 + 1 + 12 + 48 + 3 + 0 + 18 + 22 + 12 + 5 + 15 + 5 + 1 + 0 + 6 + 9 + 20 + 15 + 6 + 31 + 10 + 1 + 13 + 2 + 1 + 14 + 7	717	9,56
Dimensão social da comunicação	8 + 2 + 2 + 11 + 7 + 11 + 4 + 2 + 6 + 8	61	6,1
Fazer profissional na área de comunicação	3 + 6 + 6 + 47 + 0 + 2 + 1 + 71 + 5 + 1 + 0 + 2 + 4 + 34 + 2 + 1 + 7 + 35 + 3 + 1 + 13 + 9	253	11,5
Processos da comunicação	20 + 1 + 1 + 9 + 5 + 1 + 5 + 5 + 1 + 3 + 26 + 3 + 3 + 2	85	6,07
Instituições de com.	1 + 1 + 4 + 11 + 2 + 5	24	4
Instituições	2	2	2
Total		2811	7,65

NOTA: Na segunda coluna, estão indicadas as freqüências de cada um dos termos do grupo correspondente. A média foi obtida pela divisão da soma das freqüências pelo número de termos de cada grupo.

Os dados acima revelam algumas diferenças significativas em relação à primeira bibliografia. A primeira é que o grupo relativo a categorias de fenômenos e processos humanos e sociais obteve uma frequência absoluta imensamente maior do que na bibliografia anterior e do que todas as outras classes (717).

A classe relativa aos meios vem em segundo, bem atrás (488), e próximo a ela a classe relativa a ciências e disciplinas (426). Adiante, também bem distantes, as classes referentes à dimensão simbólica da comunicação (292) e ao fazer profissional (253).

Em relação às médias, destaque-se que na segunda bibliografia a média geral de termos ficou bem abaixo, o que se deve ao fato de haver uma grande quantidade de termos referentes a objetos individuais, com frequência normalmente igual a um. A classe referente aos meios e veículos possui a melhor média (18,07), seguida de dimensão simbólica da comunicação (17,17), ciências e disciplinas (12,52), fazer profissional (11,5) e fenômenos sociais e humanos (9,56).

Como feito em relação à primeira bibliografia, antes da análise geral dos dados serão isolados os termos mais frequentes para observação de sua incidência nas classes. Na bibliografia publicada em 2001, há 76 termos com frequência maior que 10 (13 a mais do que na publicação anterior), como mostra a TABELA 13:

TABELA 13
Lista dos termos mais frequentes do índice de STUMPF, CAPPARELLI, 2001

(Continua)

Termo	Grupo a que pertence	Frequência
Semiótica	Ciências, disciplinas e teorias	80
Cultura	Fenômenos e processos humanos e sociais	77
Televisão	Meios, veículos ou suportes da comunicação	71
Jornalismo	Fazer profissional na área de comunicação	71
Imagem	Dimensão simbólica da comunicação	68
Arte	Ciências, disciplinas e teorias	66
Cinema	Meios, veículos ou suportes da comunicação	66
Mídia	Meios, veículos ou suportes da comunicação	64
Discurso	Dimensão simbólica da comunicação	52
Linguagem	Dimensão simbólica da comunicação	48
Política	Fenômenos e processos humanos e sociais	48
Imprensa	Fazer profissional na área de comunicação	47
Educação	Ciências, disciplinas e teorias	45
Literatura	Produtos da comunicação	43
Rádio	Meios, veículos ou suportes da comunicação	41

TABELA 13
 Lista dos termos mais freqüentes do índice de STUMPF, CAPPARELLI, 2001

(Continua)

Termo	Grupo a que pertence	Freqüência
Tecnologias digitais	Meios, veículos ou suportes da comunicação	40
Internet	Meios, veículos ou suportes da comunicação	39
Comunic. organizacional	Tipos de comunicação	37
Música	Meios, veículos ou suportes da comunicação	36
Estética	Ciências, disciplinas e teorias	36
Fotografia	Meios, veículos ou suportes da comunicação	35
Publicidade	Fazer profissional na área de comunicação	35
Marketing	Fazer profissional na área de comunicação	34
Tecnologias	Meios, veículos ou suportes da comunicação	31
Linguagem visual	Dimensão simbólica da comunicação	29
Informática	Ciências, disciplinas e teorias	28
Narrativa	Dimensão simbólica da comunicação	26
Recepção	Processos da comunicação	26
História	Ciências, disciplinas e teorias	26
Comunidade	Fenômenos e processos humanos e sociais	26
Globalização	Fenômenos e processos humanos e sociais	24
Informação	Produtos da comunicação	22
Religião	Fenômenos e processos humanos e sociais	22
Modernidade	Fenômenos e processos humanos e sociais	22
Consumo	Fenômenos e processos humanos e sociais	21
Discurso jornalístico	Produtos da comunicação	20
Sociedade	Fenômenos e processos humanos e sociais	20
Criação	Processos da comunicação	20
Turismo	Ciências, disciplinas e teorias	19
Mito	Fenômenos e processos humanos e sociais	19
Identidade	Fenômenos e processos humanos e sociais	19
Gênero	Fenômenos e processos humanos e sociais	18
Pós-Modernidade	Fenômenos e processos humanos e sociais	18
Poesia	Produtos da comunicação	17
Psicanálise	Ciências, disciplinas e teorias	17
Ética	Ciências, disciplinas e teorias	17
Espaço urbano	Fenômenos e processos humanos e sociais	17
Propaganda	Produtos da comunicação	16
Crítica	Produtos da comunicação	16
Filosofia	Ciências, disciplinas e teorias	16
Estado	Fenômenos e processos humanos e sociais	15
Vídeo	Meios, veículos ou suportes da comunicação	15
Saúde	Fenômenos e processos humanos e sociais	15
Subjetividade	Fenômenos e processos humanos e sociais	15
Corpo	Fenômenos e processos humanos e sociais	15
Violência	Fenômenos e processos humanos e sociais	14
Memória	Fenômenos e processos humanos e sociais	14
Universidade	Fenômenos e processos humanos e sociais	13
Cultura popular	Fenômenos e processos humanos e sociais	13
Programação	Produtos da comunicação	13

TABELA 13
 Lista dos termos mais freqüentes do índice de STUMPF, CAPPARELLI, 2001
 (Conclusão)

Termo	Grupo a que pertence	Freqüência
Relações Públicas	Fazer profissional na área de comunicação	13
Grupos étnicos	Classes de pessoas	12
Design	Dimensão simbólica da comunicação	12
Poder	Fenômenos e processos humanos e sociais	12
Representações	Fenômenos e processos humanos e sociais	12
Crianças	Classes de pessoas	11
Imaginário	Dimensão social da comunicação	11
Interatividade	Dimensão social da comunicação	11
Ciência	Fenômenos e processos humanos e sociais	11
Rede Globo	Instituições de comunicação	11
Revistas	Meios, veículos ou suportes da comunicação	10
Teatro	Meios, veículos ou suportes da comunicação	10
Conhecimento	Fenômenos e processos humanos e sociais	10
Cognição	Fenômenos e processos humanos e sociais	10
Poética	Dimensão simbólica da comunicação	10
Tempo	Fenômenos e processos humanos e sociais	10
Total		2069

No total da segunda bibliografia há 2811 ocorrências dos 367 termos. Tomando-se apenas os 76 termos mais freqüentes (que remetem a dez ou mais teses ou dissertações), atinge-se a soma de 2069 ocorrências, o que equivale a 73,60% das ocorrências de termos – uma quantidade apenas um pouco inferior ao total alcançado na primeira bibliografia.

Dos 76 termos destacados, 27 se referem a fenômenos e processos humanos e sociais, valor muito superior ao de todos os demais grupos. Logo a seguir encontram-se meios, veículos e suportes, com 12 termos; ciências, disciplinas e teorias, com 10 termos; produtos da comunicação e dimensão simbólica da comunicação, ambos com sete termos; e fazer profissional, com cinco termos.

A síntese das quatro contagens, semelhante àquela realizada em relação às quatro contagens da primeira bibliografia, é apresentada a seguir, na TABELA 14:

TABELA 14
 Síntese das contagens de frequências de classes de termos
 presentes no índice de STUMPF, CAPPARELLI, 2001

Grupo de termos	Número de termos	Frequência de uso dos termos	Média de Frequência de uso dos termos	Termos entre os mais presentes
Fenom. hum. e sociais	75	717	9,56	27
Meios, veículos	27	488	18,07	12
Ciências, discip. e teor.	34	426	12,52	10
Dim. simb. da com.	17	292	17,17	7
Fazer profissional	22	253	11,5	5
Produtos da com.	22	183	8,31	7
Tipos de com.	10	77	7,7	1
Processos da com.	14	85	6,07	2
Dim. soc. da com.	10	61	6,1	2
Classes de pessoas	11	37	3,36	2

Este quadro mostra que, na segunda bibliografia, os fenômenos e processos humanos e sociais cresceram em importância, sendo seguidos pelos meios, veículos e suportes da comunicação. As ciências, disciplinas e teorias vêm a seguir. Logo depois, com menor importância, aparecem a dimensão simbólica da comunicação, o fazer profissional e os produtos da comunicação.

5.3. Resultados da análise facetada

As várias contagens realizadas para o cálculo das frequências dos termos e dos grupos criados na análise facetada buscaram avaliar aqueles mais relevantes para a descrição do conteúdo ou assunto das teses e dissertações que constituíram a massa documental de análise. Deve-se destacar que a classe mais relevante, entre todas aquelas criadas, é a que lista as “categorias de fenômenos e processos humanos e sociais”. Na primeira bibliografia, ela possui o maior número de termos (39), a segunda maior frequência absoluta, muito próximo da primeira (419 a 426) e o maior número de termos entre os mais relevantes (17).

Apenas sua média de frequência dos termos é baixa, alcançando a sétima posição (10,74). Isso indica que, embora seja uma classe com muitos termos, grande parte destes é pouco relevante. Há, contudo, quantidade suficiente de termos bastante relevantes para a área, a ponto de esta ser a classe com maior número de termos relevantes.

A contagem da segunda bibliografia confirma esses resultados. Essa classe possui o maior número de termos (75, muito maior do que o de qualquer outra das classes), maior frequência absoluta de termos (717, também muito maior do que o das outras classes) e o maior número de termos entre os mais relevantes (27, mais uma vez um número bem superior ao das demais – a segunda maior frequência é 12). A média, mais uma vez, é mais baixa, apenas a quinta (9,56), o que não chega a comprometer o resultado que mostra uma grande quantidade de termos muito relevantes e a relevância da classe como um todo.

Essa classe foi construída, como já se esclareceu, com termos que não são internos ou particulares ao campo da comunicação, mas sim que constituem objeto de várias ciências, são fenômenos e entidades presentes na realidade – termos como saúde, esportes, moda, cidadania, sindicalismo, violência. Braga, argumentando sobre a constituição do campo da comunicação, ressalta a existência de temas transversais:

Note-se que outros temas ocupam igualmente o interesse de várias disciplinas – por exemplo – a violência, o trabalho, o sexo, o discurso, a tomada de decisões. Em várias disciplinas, estes temas surgem e simplesmente se encaixam na ordem de preocupações dominantes de cada campo, aí bem integradas. Ou seja, ainda que transversais a vários campos, estes diversos temas são facilmente subsumidos ao ângulo de interesse de cada disciplina (BRAGA, 2001, p. 13).

Ou seja, esse conjunto de termos não define ainda a comunicação, exatamente por se compor de termos externos ao campo, mas, como mostrou a análise facetada, constitui uma forma produtiva de dividir o campo. Note-se que, normalmente, esses termos dizem respeito ao assunto ou conteúdo daquilo que está sendo comunicado (noticiário sobre educação, sobre saúde, sobre violência; programas televisivos sobre moda, sobre política, sobre religião). Mas não só. Algumas vezes dizem respeito a como um fenômeno comunicativo se relaciona com uma outra dinâmica da sociedade (com o cotidiano, com a cidadania, com os movimentos sociais), com alguma instituição (ONG, biblioteca, museu, universidade) ou instauram, imbricam-se ou ativam certos fenômenos ou processos (inconsciente, memória, sedução, imaginação, mito). Nesse segundo sentido, os termos apontam para a existência de uma interface, “comunicação e...” alguma coisa. Conforme

atenta Braga, pois, trata-se de um conjunto de temas da realidade, temas que suscitam o interesse de várias disciplinas, que não são objetos de estudo específicos do campo da comunicação (nenhuma definição de comunicação, como se verá detalhadamente adiante, inclui esse tipo de termo nos enunciados), mas que são relevantes para uma caracterização interna do campo da comunicação.

Pode-se considerar, ainda, que “categorias e classes de pessoas”, embora tenha formado um outro conjunto, tem com a área de comunicação uma relação semelhante à da classe de categorias de fenômenos e processos humanos e sociais. Ela constituiu uma classe separada por ter termos que formavam, juntos, um outro conjunto e, embora muitas vezes se referisse mais aos sujeitos interlocutores no processo comunicativo, também possui uma forte utilização no sentido de conteúdo ou assunto do que está sendo comunicado – propaganda sobre adolescentes, noticiário sobre índios, música sobre a mulher, etc. Esse fato apenas indica um potencial aumento da importância da classe “categorias de fenômenos e processos humanos e sociais” para a organização da área de comunicação, tomando-se como base um conjunto de teses e dissertações.

A segunda classe de termos mais relevante é a que reúne “ciência, disciplinas e teorias”. Na primeira bibliografia ela é a classe mais importante, possuindo a maior frequência absoluta de ocorrência de termos (426) e maior média de ocorrência (17,04), além do segundo maior número de termos (25) e de termos mais relevantes (11). Stumpf e Capparelli, comentando os resultados de uma contagem semelhante de frequências desta primeira bibliografia, constatam que

Verificou-se, assim, que aqueles temas que criam interfaces com a Comunicação, como Semiótica, Literatura, Arte e Educação aparecem com prioridade. Conforme tivemos oportunidade de afirmar em trabalho anterior, “(...) já se esperava que o campo da Comunicação iria exhibir uma profusão de enfoques, de perspectivas teóricas e de objetos de estudo também na produção científica do corpo discente.” (CAPPARELLI; STUMPF, 1998, p. 129), porém não esperávamos que esta multidisciplinaridade suplantasse os temas tradicionais da Comunicação, como Jornalismo, Televisão, Telenovela, etc (STUMPF; CAPPARELLI, 2000, p. 247).

Na segunda bibliografia, essa classe mostrou uma importância menor, mas o suficiente para constituir-se essencialmente relevante: possui o segundo maior número de termos (34) e o terceiro maior número de termos entre os mais relevantes (10), de frequência absoluta de ocorrências (426) e de média de ocorrências (12,52). Essa classe agrupa termos que

designam ciências, disciplinas e teorias (sem fazer distinção entre esses níveis, entre suas hierarquias e sobreposições), o que aponta para uma composição interdisciplinar do campo. Sobre a “natureza interdisciplinar” do campo, comenta Braga:

O conceito de interdisciplinaridade pode significar duas coisas, acredito: a primeira corresponde à percepção de que um campo de estudos hoje se vê inevitavelmente atravessado por dados, conhecimentos, problemas e abordagens concebidos e desenvolvidos em outras disciplinas e/ou tecnologias. Nesse caso, todos os campos de conhecimento são “interdisciplinares”, ou seja, não têm existência isolada, estanque (...) Um segundo sentido é o da referência a um espaço nítido de interface, em que um determinado âmbito de conhecimento se faz na confluência de duas ou mais disciplinas estabelecidas – por exemplo, a Psicossociologia, a Sociologia Jurídica, a Bioquímica (...) Entretanto, parece-nos que é em um terceiro sentido (vago e pouco refletido) que a expressão é freqüentemente usada em sua “explicação” do que seja o Campo da Comunicação. É como se este fosse uma espécie de terreno vazio, sem outra existência senão pelo fato de que todas as disciplinas humanas e sociais tivessem alguma coisa a dizer sobre o tema (BRAGA, 2001, p. 12-13).

Na visão do autor, pois, a existência de uma série de interfaces com outras áreas do conhecimento não significa um esvaziamento do campo da comunicação, mas apenas que o movimento da área enquanto campo de pesquisa tem sido mais relevante no sentido de estabelecer interfaces do que de voltar-se para seus elementos e conceitos internos.

Ao mesmo tempo, a presença desta classe como a segunda mais relevante para a organização do campo aponta para um segundo critério de organização temática da comunicação também composto por termos externos a ela: no caso, outras ciências, disciplinas e teorias.

Quanto aos termos que compõem essa classe, pode-se perceber que nem todos são externos à comunicação – afinal, a análise facetada apenas agrupou termos de natureza semelhante. Os termos “comunicação”, “comunicação – teorias” e “teorias da comunicação”, bem como “agenda setting” e “análise de conteúdo”, são internos à área, mas possuem uma freqüência praticamente insignificante em relação aos outros termos que compõem a classe.

Uma terceira classe também mostrou-se bastante relevante para a descrição de assuntos da área de comunicação: a que agrupa termos relativos a “meios, veículos e suportes da comunicação”. Na primeira bibliografia, esta classe obteve o terceiro maior número de termos (23), de ocorrência absoluta dos termos (340) e de média de ocorrência (14,78), com a segunda maior quantidade de termos entre os mais relevantes (11). Na segunda

bibliografia esta classe teve sua relevância aumentada: alcançou a segunda maior frequência absoluta de ocorrência dos termos (488) e maior média (18,07), além do terceiro maior número de termos (27) e segundo maior número de termos entre os mais relevantes (12). Os resultados apontam que os termos desta classe são muito relevantes (pela grande quantidade destes presentes entre aqueles com maior ocorrência) constituindo, pois, termos essenciais para a organização temática do campo.

Outros três grupos de termos vêm logo a seguir, em ordem de importância, alcançando resultados parecidos. “Fazer profissional na área de comunicação” obteve, na primeira bibliografia, quarto maior número de termos (22), quinta maior frequência absoluta (220), oitava média (10) e quinto maior número de termos entre os mais relevantes (6). Na segunda bibliografia manteve resultados parecidos: quarto maior número de termos (22) e de média (11,5), quinta maior frequência de termos (253) e sexto maior número de termos entre os mais relevantes (5).

Já a classe relativa aos “produtos da comunicação” obteve, na primeira bibliografia, o quinto maior número de termos (16) e quarta frequência absoluta de termos (224), média (14) e termos mais relevantes (7). Na segunda bibliografia diminuiu um pouco em importância: quarto maior número de termos (22) e termos relevantes (7), sexta maior frequência absoluta (183) e média (8,31).

E “dimensão simbólica da comunicação” apresentou, na primeira bibliografia, sexto maior número de termos (9), frequência absoluta (143) e termos relevantes (4). Obteve, contudo, segunda maior média (15,88), mostrando que, embora tenha poucos termos, eles são muito relevantes. Esse resultado se confirmou na segunda bibliografia, um pouco melhor: sexto maior número de termos (17), quarto maior número de termos relevantes (7) e frequência absoluta (292), e a segunda média (17,17).

Outros quatro conjuntos de termos vêm a seguir, em ordem de importância, alcançando valores entre a sétima e a décima posições em relação ao total de classes, nas várias contagens realizadas. Esses grupos são: “tipos de comunicação”, “processos da comunicação”, “dimensão social da comunicação” e “classes de pessoas”.

Por fim, podem ser listadas as demais classes, que alcançaram resultados inexpressivos em termos de representatividade para a área. Aqui se incluem as classes que possuem termos referentes a objetos individuais - mesmo a classe “produtores de peças”, que obteve, na verdade, o maior número de termos, é composta em sua totalidade por termos com

relevância baixíssima e mesmo insignificante, representando na maior parte dos casos apenas uma tese ou dissertação.

Enfim, a síntese dos resultados a que se chegou a partir da quantificação da ocorrência dos termos e a indicação da relevância de cada uma das classes criadas podem ser visualizadas no QUADRO 2:

QUADRO 2

Grupos de termos mais relevantes para a área de comunicação, baseados na frequência de uso dos termos presentes nos índices de STUMPF; CAPPARELLI, 1998 e STUMPF; CAPPARELLI, 2001

Grupos de termos mais utilizados	Segundo conjunto de grupos de termos mais utilizados	Terceiro conjunto de grupos de termos mais utilizados	Grupos de termos menos utilizados
Categorias de fenômenos e processos humanos e sociais	Fazer profissional na área de comunicação	Tipos de comunicação	Gêneros/estilos artísticos
		Dimensão social da comunicação	Técnicas/métodos Instituições de comunicação
Ciências, disciplinas e teorias	Produtos da comunicação	Processos da comunicação	Produtores de peças Pessoas estudadas
Meios, veículos e suportes da comunicação	Dimensão simbólica da comunicação	Classes ou categorias de pessoas	Teóricos
			Instituições
			Locais

A realização da análise facetada aponta, pois, como critérios mais relevantes para a organização de documentos da área de comunicação, sua divisão em relação: às categorias e processos humanos e sociais; às ciências, disciplinas e teorias de interface; e, por fim, aos meios, veículos ou suportes da comunicação. A análise facetada evidencia, ainda, que não se deve descartar o potencial de outras classes (como o fazer profissional, os produtos da comunicação e a dimensão simbólica da comunicação), enquanto outras são claramente insignificantes para a organização dos assuntos da área (principalmente aqueles ligados a objetos individuais).

6. Análise das divisões-padrão da comunicação

Este capítulo é dedicado ao exame de algumas obras ou sistemas de referência, tanto gerais quanto específicos da área de Comunicação, como segunda tarefa para a criação do sistema facetado. Para tanto são analisados a Classificação Decimal de Dewey, a Classificação Decimal Universal, a Lista de Cabeçalhos de Assunto da Library of Congress, o Unesco Thesaurus, a Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq, os Currículos Mínimos e as Diretrizes Curriculares para a área de Comunicação, os grupos de trabalho da Intercom e da Compós. Por fim, são analisados conjuntamente os resultados de todos eles.

6.1. Classificação Decimal de Dewey

A Classificação Decimal de Dewey (CDD) foi idealizada por Melvin Dewey, tendo sua primeira edição em 1876. Trata-se de um sistema que tem por objetivo classificar todo o conhecimento humano a partir de um esquema decimal:

Dewey considerou o conhecimento humano como representado pela unidade. Cada ramo do conhecimento constitui um décimo de unidade (...) Abandonou, nos símbolos de classificação, o zero e a vírgula, mas os tratou, sempre, como números decimais (PIEDADE, 1975, p. 9).

Não foi a primeira vez que foi utilizada uma seqüência decimal num sistema de classificação. A novidade, contudo, do sistema de Dewey, foi aplicar os números decimais aos livros e não às prateleiras e estantes, como haviam feito Maine, em 1853, e Shurtleff, em 1856 (MENDES, 1995, p. 15). Com isso, Dewey construiu um sistema em que os documentos possuem posição relativa, uns em relação aos outros. Em seu sistema existem, assim, dez classes gerais (primeiro sumário), sendo que cada uma delas subdivide-se em dez (segundo sumário), e essas classes subdividem-se em outras dez (são as chamadas seções). “Conforme a necessidade [as seções] subdividem-se em outras, que permitem, ainda, subdivisões mais minuciosas, numa possibilidade de seqüência infinita” (PIEDADE, 1975, p. 11).

Para a análise de como a comunicação é apresentada na CDD, foi utilizada a edição número 21, datada de 1996. Os termos apresentados a seguir entre aspas reproduzem exatamente como os termos aparecem no sistema, em tradução livre do autor.

O termo comunicação aparece na CDD em cinco classes, de acordo com diferentes concepções do que seja a comunicação. Cada uma dessas aparições é apresentada a seguir, na ordem em que elas aparecem dentro do sistema.

A primeira referência a “Comunicação” ocorre já na primeira classe geral. Dentro da classe “generalidades” (000) encontra-se a classe 003.5, referente a “teoria da comunicação e controle”, mas é um tópico que não está desenvolvido.

A referência a seguir é a classe 070, indicando “mídia documentária, mídia educacional, mídia noticiosa, jornalismo e editoração”. Essa classe é subdividida em dez classes. Algumas delas são ligadas diretamente à comunicação. Dentro de 070.1 encontram-se “mídia documentária, mídia educacional, mídia noticiosa”, divididas de acordo com o suporte: 070.17 para “mídia impressa” (menos para “livro” que deve ficar em 002), 070.18 para “cinema”, 070.19 para “radiodifusão” (“rádio” em 070.194 e “televisão” em 070.195). É importante aqui ressaltar algumas indicações: para “uso do cinema no ensino”, deve-se usar a classe 371.33523; “obras interdisciplinares sobre cinema”, em 384.8; “obras sobre filmes documentários, educativos, noticiosos e de entretenimento”, 791.43; recomendações semelhantes são apresentadas logo após as classes “rádio” e “televisão”.

Já no 070.4 encontra-se “jornalismo”, destinada a classificar documentos sobre “coleta, redação, edição de informação e opinião de interesse imediato para apresentação em jornais, revistas, filmes, rádio e televisão”. Esta classe é dividida a partir de elementos e aspectos do trabalho jornalístico: 070.41 para “edição”, 070.43 para “busca e cobertura de notícias”, 070.431 para “fontes de notícias”, 070.433 para “cobertura de notícias locais, estrangeiras, de guerra”, 070.435 para “agências de notícias”, etc. Entre 070.44 e 070.49 estão previstos os tipos de produtos jornalísticos: 070.44 para “crônicas e temas especiais”, com a recomendação de se incluir aqui “colunas”; 070.442 para “interpretação e opinião”, 070.444 para “variedades, orientação, diversão”, incluindo “humor”; 070.449 para “temas específicos – ex: esportivo, saúde”, 070.48 para “jornalismo dirigido a grupos especiais”, entre os quais podem ser citados 070.482, “grupos religiosos”, 070.483, “grupos por idade e sexo”, 070.484, “grupos raciais, étnicos” e 070.486, “grupos profissionais”. Por fim, em 070.49 encontra-se “jornalismo ilustrado” onde devem ser colocados, também, documentos sobre “fotojornalismo”.

O tópico seguinte, 070.5, é destinado para “editoração”, onde devem ser classificados trabalhos sobre “publicação de livros, editores, independente do seu campo de atividade, clubes de livros, obras gerais sobre publicação e impressão”. Nas subclasses iniciais há uma separação por aspectos da atividade do profissional em editoração: 070.51 para “seleção e edição de manuscritos” e 070.52 para “relações com os autores”. O tópico 070.57 é dividido por tipos de publicações, no qual se encontram publicações “seriadas” (070.572), “tipos específicos de livros” (070.573), “tipos especiais de publicações – Braille, mapas, música” (070.579). A subclasse 070.59 está reservada para as “classes de editores”: 070.592 para “editores comerciais”, 070.593 para “editores privados”, 070.594 para “editores institucionais” e 070.595 para “editores governamentais”.

A segunda classe onde comunicação aparece de forma bastante detalhada é a classe 300, destinada às “ciências sociais”. Nela, há a subclasse 302, referente a “interação social”. É nela que se encontra “comunicação”, na notação 302.2. Este termo está dividido, na subclasse 302.22, de acordo com os “tipos de comunicação”: em 302.222 encontra-se “comunicação não-verbal” (recomendando-se que “iconografia” deve ir para o número 704.9) e em 302.224 a “comunicação verbal”, esta por sua vez dividida em “comunicação oral” (302.224 2), onde não deve ser incluída “conversação” (302.346) e “comunicação escrita” (302.224 4), onde deve ser incluído “alfabetismo”.

Na subclasse 302.23 encontra-se “mídia”, onde se deve incluir “letreiros, signos, sociologia do jornalismo”, sendo que “trabalhos sobre um mídia específico devem ser colocados de acordo com o meio, por exemplo, jornais em 070.172 e televisão em 384.55”, e “efeitos” devem ser colocados de acordo com “o efeito causado, por exemplo, efeitos em mudança social, 303.4833”. Esta subclasse é dividida de acordo com o tipo de mídia: 302.232 para “mídia impressa” (sendo que “livro” deve ficar em 002), que se divide em 302.232 2 para “jornais”, 302.232 4 para “revistas e periódicos”; 302.234 para “cinema, rádio, TV”, esta dividida em 302.234 3 para “cinema”, 302.234 4 para “rádio” e 302.234 5 para “televisão”; e 302.235 para “telefonía e telegrafia”. A subclasse 302.24 é destinada para o “conteúdo”, que deve “incluir intriga, rumor” mas com a ressalva de deixar para o 070.1 “aspectos jornalísticos do conteúdo”.

No item 303, referente a “processos sociais”, encontram-se dois elementos ligados a comunicação, mas que não são desenvolvidos: “propaganda”, em 303,75, dentro de 303.7, “métodos normativos”, e “opinião pública” em 303.38.

Ainda na grande classe 300 há outra ocorrência de comunicação, desta vez grafada como “comunicações”. É a classe 380, “comércio, comunicações, transporte”. A classe 384 refere-se a “comunicações e telecomunicações”, com indicação para “incluir trabalhos interdisciplinares sobre comunicação” e deixando “sociologia da comunicação” para 302.2. Essa classe divide-se em: “telegrafia” (384.1, incluindo “cabos submarinos” e, em 384.14, prevê “atividades e serviços” tais como “Morse, códigos, telex, etc”), “comunicação por computador” (384.3, definida como “transferência de informação armazenada por computador” e prevendo, entre outros, “correio eletrônico” em 384.34 e “videotexto” em 384.35), “comunicação por radiodifusão” (384.5, dividida em 384.51 para “comunicação por satélite”, 384.52 para “radiotelegrafia”, 384.53 para “radiotelefonia”, 384.54 para radiodifusão”, 384.55 para “televisão”), “telefonia” (384.6) e “cinema” (384.8).

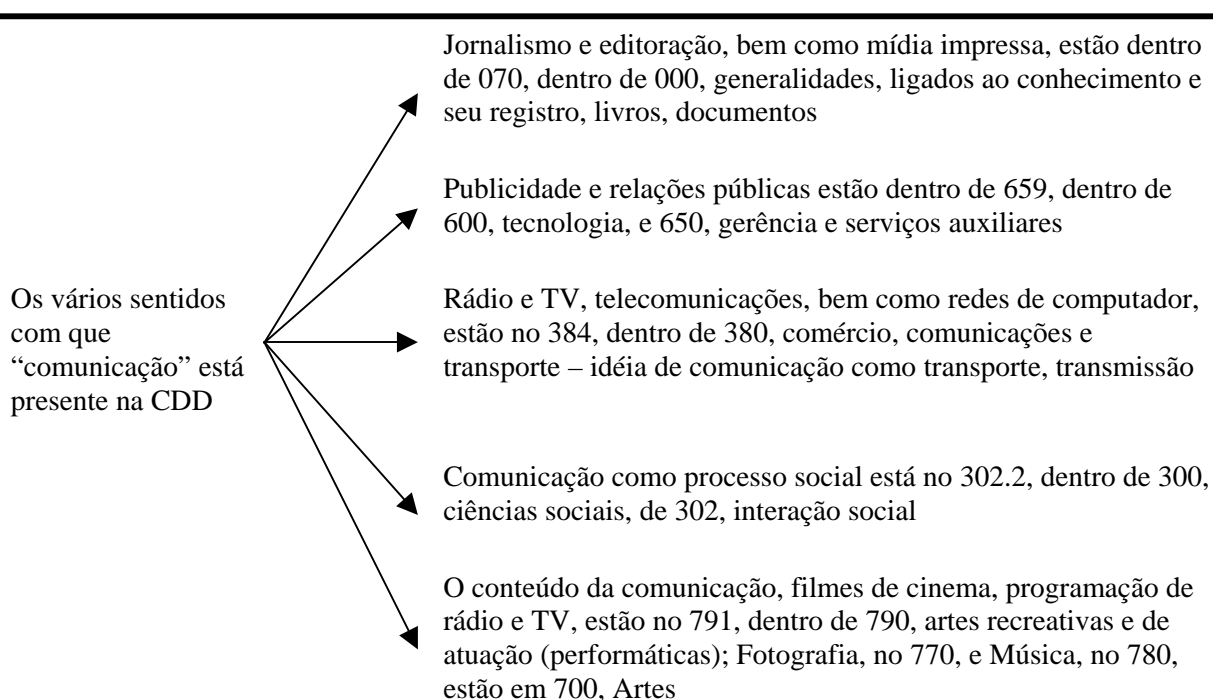
A terceira grande classe em que aparecem conceitos do campo da comunicação é a 600, destinada à “tecnologia (ciências aplicadas)”. Nesta classe há uma subclasse para “gerência e serviços auxiliares” (650) e, dentro dela, “publicidade e relações públicas”, em 659. Ela se divide em duas. A primeira, 659.1, é reservada para publicidade, dividida por processos da atividade publicitária. Assim, em 659.104 encontra-se “temas especiais”, em 659.11, “temas gerais”, 659.111, “planejamento e controle”, 659.112, “organização” (esta dividida em 659.112 2 para “departamentos de publicidade” e 659.112 5 para “agências”) e 659.113 para “campanhas”. A subclasse 659.13 prevê as “classes de publicidade”. São elas: 659.132, “publicidade em meios impressos”, 659.133, “publicidade direta – cartas, catálogos, circulares, publicações por correio” e 659.134, “avisos elétricos”. E em 659.14 há a divisão da “publicidade por meios de radiodifusão”, em que estão 659.142, “rádio”, e 659.143, “televisão”. A segunda divisão contempla “relações públicas”, em 659.2, que é definida como o “esforço planejado e sustentado para estabelecer e manter a compreensão mútua entre uma organização e o seu público”.

Por fim, termos relativos à comunicação vão aparecer na grande classe “artes”, de número 700. Especificamente nas subclasses 770, destinada à “fotografia”, 780, destinada à “música”, e 790, destinada às “artes recreativas e performáticas”. Nesta última encontra-se a subclasse 791.4, para “filmes, rádio e televisão”, dividida em 791.43 para “filmes de cinema”, 791.44 para “rádio” e 791.45 para “televisão”.

O que se pode concluir desse levantamento é que, excluindo-se as partes em que a comunicação aparece de forma apenas pontual, sem desenvolvimento, nota-se uma

concentração em cinco grandes campos de assunto. Essas cinco formas como a comunicação está presente na Classificação Decimal de Dewey são apresentadas a seguir, na FIGURA 5:

FIGURA 5
Síntese da presença de conceitos ligados à comunicação na CDD



FONTE: Dewey Decimal Classification and relative index, 21th edition.

Pode-se perceber, portanto, cinco formas diferentes de definir a comunicação na CDD. A primeira delas é a que vê a comunicação como uma atividade profissional relacionada com os registros de conhecimento, com atividades de informação, de documentação (jornalismo e editoração, na classe 070).

A segunda também se relaciona com profissões (publicidade e relações públicas, na classe 659), mas que se relacionam com atividades gerenciais, de controle de fluxos e relacionamento com públicos, pois estão dentro de tecnologia e, nesta, dentro de gestão.

A terceira concepção vê a comunicação como processo de interação social, destacando-a no seio dos fenômenos estudados pelas ciências sociais, relacionando-a com demais fenômenos que estruturam a vida social (classe 302.2). Aqui não se tem mais a visão de

comunicação como prática profissional, saber especializado, mas principalmente enquanto uma disciplina científica.

A quarta concepção apreende a comunicação em sua dimensão física de transporte, de caminho da informação, de ligação entre sujeitos para transmissão de um conteúdo. Trata-se da classe 384, que abriga as redes de computador, as redes de comunicação por satélite e radiodifusão. A ênfase nesta conceituação se dá no suporte físico da comunicação (os meios de comunicação), idéia que está parcialmente presente nos termos listados na classe 070 relativos aos meios impressos.

Por fim, a última concepção vê a comunicação a partir de seus conteúdos, daquilo que é comunicado entre os sujeitos (fotografias, músicas, filmes de cinema, programação de TV e de rádio), e se encontra nas classes 770, 780 e 790.

6.2. Classificação Decimal Universal

A origem da Classificação Decimal Universal (CDU) remonta ao ano de 1895, quando Paul Otlet e Henri La Fontaine conceberam “a idéia de um índice universal do saber registrado” (MENDES, 1995, p. 13). Para construir um sistema de classificação,

foi decidido ser adotada a Classificação Decimal de Dewey, por considerarem a mais adequada para a compilação de uma bibliografia universal (...) Receberam para isso a permissão do próprio Dewey, para expandir e imprimir as suas tabelas, que já estavam em sua quinta edição (LENTINO, 1967, p. 13).

Assim, a CDU foi elaborada a partir da estrutura da CDD, contendo as mesmas dez classes gerais e várias outras subclasses em comum. É importante destacar essa grande semelhança entre as duas, tanto na definição das grandes classes quanto das subclasses, pois, exatamente por esta razão, as classes em que a comunicação aparece são bastante semelhantes.

Deve-se destacar também o fato de que essa semelhança não deveria ter sido verificada com tanta incidência, na medida em que a CDD é atualizada constantemente e a CDU tem ficado sem atualização – o que parece indicar que a área de comunicação, ao menos, não sofre grandes alterações já há bastante tempo, exceto em seus aspectos mais tecnológicos,

sobretudo com o advento das tecnologias digitais. Assim, a apresentação a seguir não será tão detalhada quanto a anterior, exceto naqueles aspectos em que haja diferenças significativas.

Também na CDU, a primeira concepção de comunicação é a de um campo profissional especializado. Repete-se aqui a presença de “jornalismo” na classe 070. Repete-se também a presença de publicidade e relações públicas na classe 659, denominada “publicidade, serviço de informação, relações públicas”, com uma pequena diferença: “publicidade, propaganda” na subclasse 659.1, “atividades de informação” em 659.2, “comunicação de massa” em 659.3 e “relações públicas” em 659.4.

A maior diferença em relação à CDD está na habilitação profissional em editoração, que está em outra grande classe. Ela aparece em 655, destinado a “indústrias gráficas, impressão, edição, produção e comércio de livros”. Ela enfatiza mais o aspecto tecnológico do processo, tanto que se divide em 655.1, “indústria gráfica em geral”, 655.2, “processos de reprodução gráfica”, etc. E, principalmente, está dentro da classe 65, “organização e administração da indústria, comércio e comunicações” (inserida na grande classe 6, “ciências aplicadas, medicina, tecnologia”), muito próxima à classe que percebe a comunicação em sua dimensão física, tecnológica, de transporte de informações.

Esta última concepção está presente na classe 654, de “telecomunicação e telecontrole”, e se subdivide em: “vias, linhas de telecomunicação” (654.02), “comunicação para um grande número de pessoas” (654.024) e “telegrafia, telefonia, rádio, televisão” (654.1), esta dividida em “telegrafia por fio” (654.14), “telefonia por fio” (654.15), “radiocomunicação” (654.16).

Na CDU, a concepção física de comunicação não está na grande classe 3, mas na 6, próxima a publicidade e relações públicas e engloba tanto os serviços de telecomunicações quanto de indústria gráfica.

A idéia de comunicação enquanto conteúdo, mensagem, aquilo que é transmitido, encontra-se, na CDU, na classe 7 (equivalente à mesma classe na CDD, isto é, à classe 700), destinada a “artes, recreação, diversões, esportes”. Nela se encontram as classes 77, para “fotografia e processos similares”, 78, para “música”. “Cinema” está na subclasse 791.43 e “exibição de filmes” em 791.45.

Por fim, a comunicação em sua dimensão social aparece na subclasse 316.77, “comunicação social, sociologia da comunicação”, que se insere em 31, “demografia,

sociologia, estatística”, por sua vez inserida na grande classe 3, “ciências sociais, estatística, política”.

Assim, na CDU, a comunicação aparece de formas muito semelhantes à CDD, com a diferença que, com a aproximação das concepções referentes a editoração (655), publicidade e propaganda (659) e telecomunicações (654), parece sobressair a dimensão tecnológica da comunicação, tanto no sentido de gestão como de rede física de comunicação, ambas relacionadas com atividade profissional e meios de comunicação.

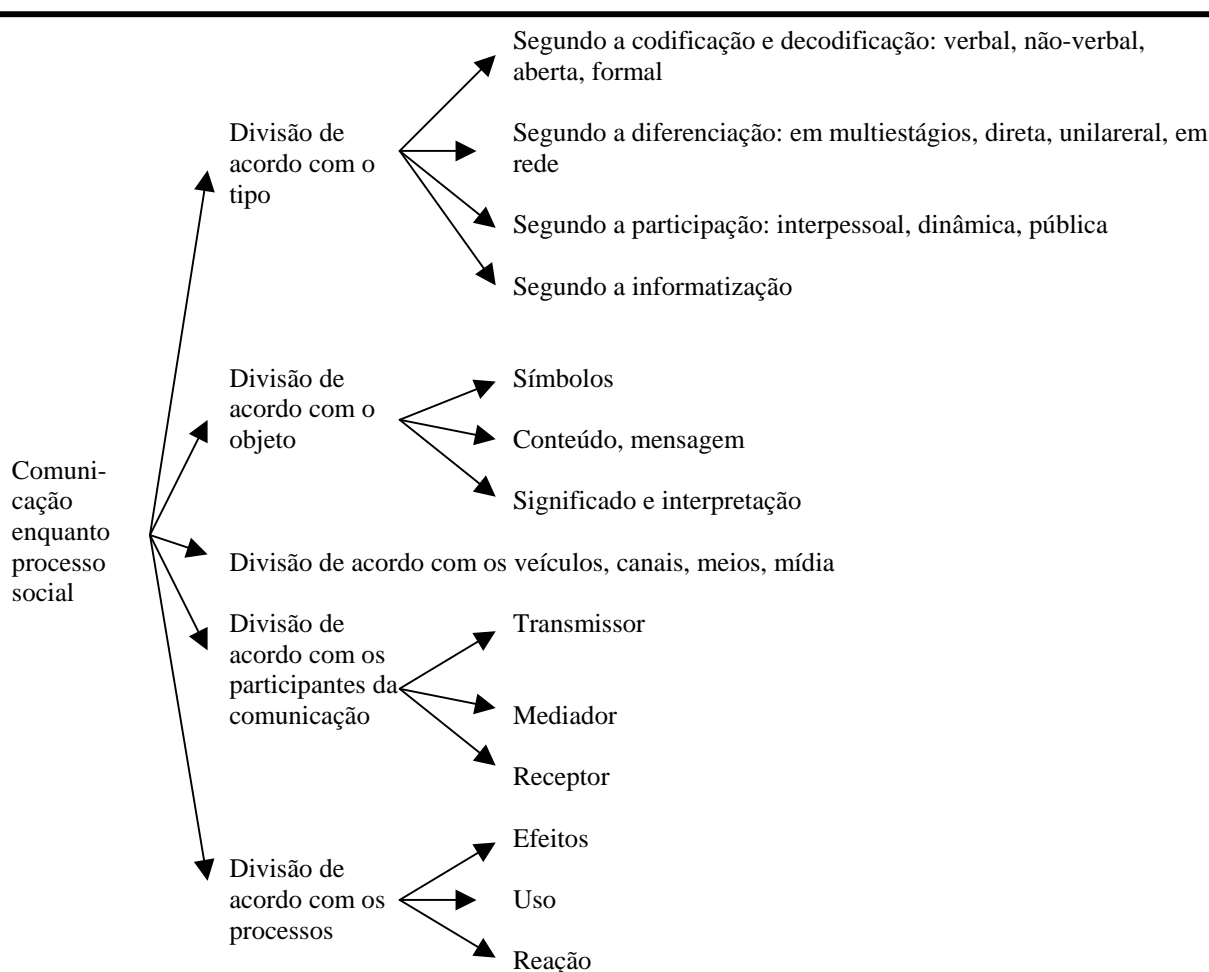
A maior diferença da CDU em relação à CDD, contudo, se dá na previsão das formas de divisão da comunicação enquanto interação social. Essa previsão segue uma lógica de divisão bastante diferente da CDD.

Primeiro, prevê uma divisão por “tipos de comunicação” (316.772). São eles: “comunicação segundo a codificação e decodificação: verbal, não-verbal, aberta, formal” (316.772.2), “comunicação segundo a diferenciação: comunicação em multiestágios, direta, unilateral, em rede” (316.772.3), “comunicação segundo a participação: comunicação interpessoal, dinâmica, pública” (316.772.4), “comunicação segundo a informatização” (316.772.5).

A seguir está prevista uma outra divisão, por “objeto da comunicação” (316.773). Esta classe compreende as subclasses: “símbolos” (316.773.2), “conteúdo, mensagem” (316.773.3) e “significado e interpretação” (316.773.4). A classe de comunicação ainda prevê os tópicos 316.774, para “veículos, canais, meios, mídia”, 316.775, “participantes na comunicação: transmissor, mediador, receptor”, em 316.775, e “processos de comunicação: efeitos, uso, reação” em 316.776.

Essas formas como a comunicação enquanto interação social pode ser dividida são apresentadas na FIGURA 6:

FIGURA 6
Formas de divisão da comunicação enquanto interação social presentes na CDU



FONTE: Classificação Decimal Universal, 1997.

O detalhamento com que a comunicação é retratada na classe 316.77 contraria a impressão de que a CDU teria uma visão prioritariamente tecnológica da comunicação. A abertura de tantas possibilidades para a pormenorização de assuntos evidencia uma grande preocupação com a dimensão científica da comunicação e com os vários aspectos destes estudos. Essa possibilidade vai ao encontro da característica da CDU de ser um sistema analítico-sintético.

Os cinco critérios que permitem visualizar subcampos da comunicação apontam para a possibilidade de se organizar o campo da comunicação a partir de distintos critérios: segundo o tipo de processo (de acordo com os códigos utilizados, com a abrangência), os conteúdos intercambiados (enfatizando a dimensão simbólica destes conteúdos), os meios de comunicação, a inserção diferenciada dos interlocutores e os diferentes processos.

Apenas os meios e o tipo (em relação à codificação e decodificação) estão presentes também na CDD. Todos os demais estão ausentes das concepções de comunicação tanto da CDD quanto das demais classes da CDU.

6.3. Lista de Cabeçalho de Assuntos da Library of Congress

A Classificação da Library of Congress tem sua origem em 1800, quando da fundação da biblioteca. Depois de ter seus livros incendiados em 1817, recebeu uma grande coleção doada por Thomas Jefferson, acompanhada de um esquema de classificação idealizado por ele. “É considerada como a maior classificação utilitária em uso” (MENDES, 1995, p. 17), pois foi elaborada, desenvolvida e vem sendo atualizada de acordo com as necessidades da própria Biblioteca do Congresso de Washington. O esquema geral de classificação foi publicado em 1904, possuindo 20 classes, representadas pelas letras do alfabeto. A partir de então, cada classe é desenvolvida em volume próprio, normalmente por pessoas diferentes. Sobre o esquema de Library of Congress, é importante destacar que

é o mais importante sistema utilitarista, sem apoio em base científica, de que se tem conhecimento. Embora a arrumação dos assuntos, dentro das classes, seja inteiramente arbitrária, dependendo das necessidades da própria biblioteca, ela tem sido, desde sua criação, em fins do século XIX, até hoje, um sistema atuante, em constante expansão (BARBOSA, 1969, p. 53).

Para a análise de como a comunicação aparece no sistema da Library of Congress, o ideal teria sido utilizar o sistema de classificação, pois ele consegue evidenciar todas as relações. Como não foi possível o acesso a esta fonte, foi utilizada a lista de cabeçalho de assunto geral (Library of Congress Subject Headings, ou LCSH). Foi utilizada na análise a 11^a edição, datada de 1988. A tradução é do autor.

O termo “comunicação” possui uma orientação para guiar as entradas de documentos, onde se lê que “aqui devem ser inseridos trabalhos em comunicação humana, incluindo tanto as técnicas primárias de linguagem, pinturas, etc, até as técnicas secundárias, como imprensa e rádio. Trabalhos sobre significados modernos da comunicação de massa devem entrar em mídia de massa. Trabalhos sobre indústrias de comunicação tratados coletivamente devem

ser listados em comunicação e tráfego”. A LCSH promove, portanto, uma divisão em três grandes grupos, três grandes entendimentos do que é a comunicação.

Assim, o termo “comunicação” tem como *broader term*, isto é, termo geral, “sociologia”. A comunicação é entendida como uma parte da sociologia, destacando-se sua natureza social. Esse destaque se confirma na lista de seus *narrower terms*, isto é, os termos específicos, as classes em que se divide. São 38 termos, alguns relacionados com classes de pessoas (afro-americanos, negros, mulheres), outros por teorias (cibernética, interacionismo simbólico, teoria da informação, ciência da informação), por formas de comunicação (não-verbal, oral, visual, escrita, massiva, telecomunicação), por abrangência (internacional, intercultural, local, nas organizações) ou por processos (persuasão, difusão de inovações).

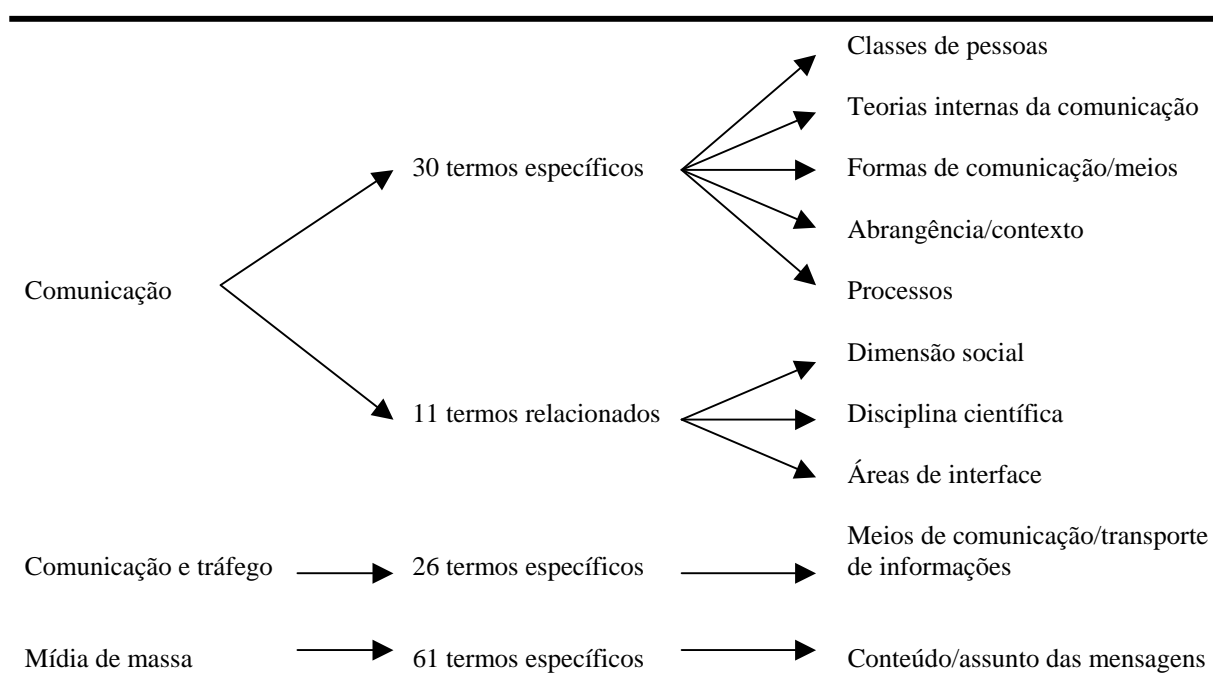
O termo “comunicação” possui, ainda, dez termos relacionados (os RTs ou *related terms*), que se enquadram em três tipos. Primeiro, aqueles ligados à dimensão social da comunicação (“comunicação – aspectos sociais”, “comunicação – aspectos religiosos”, “comunicação – aspectos psicológicos”, “comunicação – diferenças de gênero” e “comunicação – estudos trans-culturais”). Em segundo lugar ocorrem termos relativos à área de estudo e pesquisa, isto é, a comunicação enquanto uma disciplina científica, com suas teorias, métodos e conceitos (“comunicação – pesquisa”, “comunicação – estudo e ensino”, “comunicação – metodologia”). Há, ainda, um terceiro grupo, em que estão presentes assuntos, processos ou áreas específicas em que ocorre o tráfego, o transporte de mensagens por meios da comunicação: “comunicação e contabilidade”, “comunicação e agricultura”, “comunicação e desenho arquitetônico”, “comunicação e controle de natalidade”, “comunicação e química”, entre outros. A LCSH não utiliza a expressão “comunicação de massa”, que deve ser buscada sob o termo “comunicação”, como orienta a indicação *used for*.

O outro termo geral é “comunicação e tráfego”. Esse termo é usado para “indústrias de comunicação”, “comunicação de massa” e “tráfego”. É uma classe de “comunicação” (da qual é um *narrower term*) tendo relação direta com “comércio” e “transportes” (dos quais é um termo relacionado, *related term*). Possui 26 termos específicos (*narrower terms*), dos quais a maior parte relativos a meios de comunicação, compreendidos enquanto ligação física entre dois ou mais pontos: radiodifusão, cabos submarinos, telefonia, telegrafia, estradas, linhas aéreas, serviço postal, linhas de ônibus.

O último termo mais abrangente em comunicação é “mídia de massa”. Também é *used for* “comunicação de massa” e também tem como *broader term* “comunicação”. Possui 61 termos específicos, alguns bastante particulares, como nomes próprios (tratam-se de “objetos individuais”, na terminologia da Teoria da classificação). A maior parte refere-se a conteúdos de processos comunicativos, isto é, a elementos ou assuntos presentes nas mensagens (filmes, revistas, jornais) midiáticas: sexo, mulher, violência, heróis, opressão, monstros, detetives, crime, morte, drogas, fantasia, família, saúde. Há até personagens específicos: Mickey Mouse, Superman, Tarzan. Ou países: “Bulgária nos meios de comunicação de massa”, “Alemanha nos meios de comunicação de massa”.

As várias possibilidades de termos relativos à área de comunicação e as relações entre eles podem ser visualizadas na FIGURA 7, apresentada a seguir:

FIGURA 7
Síntese da presença de conceitos ligados à comunicação na LCSH



FONTE: Library of Congress Subject Headings, 11th edition.

Foram procurados ainda, na LCSH, outros termos relativos à área de comunicação, e pôde-se constatar que vários deles ocorrem em diferentes contextos. Os meios de comunicação, por exemplo, estão espalhados na LCSH. “Rádio” possui quatro classes gerais, uma delas

sendo “comunicação” e as demais tecnológicas. “Televisão” também possui quatro termos gerais, todos relacionados com tecnologia.

“Imprensa” está subordinada a três termos: às profissões “jornalismo” e “publicidade e propaganda” e, ainda, a um terceiro termo, “publicity”, que não deve ser traduzido como “publicidade”, pelo menos não no sentido da profissão. “Publicity”, no sentido que lhe dá a LCSH, tem a ver com publicização, processo de tornar público, e não de anunciar, de veicular determinada imagem de algo ou alguém, de convencer, persuadir. “Jornalismo” tem como termo geral a mesma “publicity” (e também “literatura”), o mesmo ocorrendo com “publicidade e propaganda” (que tem outros três termos gerais, todos ligados a negócios e mercado). “Relações públicas” está ligada a gestão e “editoração” diretamente a vendas de livros.

6.4. Unesco Thesaurus

O *UNESCO Thesaurus* é um vocabulário controlado desenvolvido pela United Nations Educational, Scientific and Cultural Organisation (Unesco), órgão da ONU, que inclui termos de assunto (subject terms) para as seguintes áreas de conhecimento: educação, ciência, cultura, ciências humanas e sociais, informação e comunicação, e política, lei e economia. Produzido em inglês, ele também inclui notas - scope notes (SN) – que explicam o significado e a aplicação de termos, e equivalentes em francês e espanhol dos termos selecionados.

O *UNESCO Thesaurus* foi desenvolvido pela UNESCO para uso na indexação e recuperação de informações na Rede Integrada de Documentação da Unesco (UNESCO Integrated Documentation Network). Ele foi publicado pela primeira vez em 1977. Uma segunda edição foi lançada em 1995, esta também disponível para *download* como arquivos de Portable Document Format (PDF) em versões em inglês, francês e espanhol.

A versão analisada é a que está disponível na internet desde 2002, desenvolvida pelo University London Computer Centre (ULCC) a partir da Base de Dados da Unesco, que contém a edição de 1995 do Thesaurus com a inclusão de outros dados. A tradução dos termos é do autor.

A principal diferença do Unesco Thesaurus em relação aos três sistemas analisados anteriormente é que este não se refere a todo o universo do conhecimento, mas apenas a algumas áreas específicas. E, dentro dessas áreas, volta-se para certos temas e problemáticas específicas: a questão do desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo, dentro das estratégias e ações gerais da Unesco.

O Unesco Thesaurus é organizado a partir de uma lista hierárquica (conta também com uma lista alfabética) em que as relações entre os termos são explicitadas pelas indicações BT (*broader terms*, isto é, termos gerais ou genéricos), NT (*narrower terms*, isto é, termos específicos), RT (*related terms*, isto é, termos relacionados) e UF (*used for*, isto é, “usado para”, indica termos não-descritores ou anulados, para os quais se faz a remissiva SEE ou VER).

São sete classes gerais, sendo a quinta denominada “Informação e comunicação”. Esta classe é dividida em nove outras classes. Apenas a segunda é relativa à comunicação: “Política e pesquisa em comunicação”, classe 5.10. Esta classe possui quatro termos específicos.

O primeiro NT da comunicação é “Planejamento de comunicação”. Este termo possui 10 termos específicos (seis dos quais diretamente ligados ao termo, e outros quatro que são termos específicos de outros termos específicos) e 3 não-descritores. Os termos são todos ligados à idéia de gestão da comunicação para o desenvolvimento (administração da comunicação, desenvolvimento, programas de comunicação, economia da comunicação). A comunicação é entendida numa perspectiva instrumental.

O segundo NT é “política de comunicação”. São 13 termos específicos (apenas cinco diretamente ligados à política de comunicação) e oito não-descritores. Os termos se referem basicamente à dimensão social da comunicação e sua inserção na sociedade (controle, fluxo, acesso, ética e legislação).

O terceiro NT é o maior, possui 30 termos específicos, 10 deles diretamente ligados ao termo “processo de comunicação” (sendo os demais 20 termos específicos destes 10) e 14 não-descritores. Entre estes termos específicos aparecem aqueles ligados às habilitações profissionais (propaganda e publicidade, relações públicas), meios de comunicação (rádio, televisão e meios não massivos como a expressão oral, os manuscritos e cartas) e processos (transferência, leitura, fala, audição, escritura, realimentação). Também há termos que apresentam diferentes modalidades de comunicação conforme o âmbito relacional (comunicação interpessoal, de grupos, intercultural, de massa).

O último NT é “pesquisa em comunicação” e aqui percebe-se a consideração da comunicação como disciplina científica. São 12 termos específicos (seis diretamente ligados ao BT pesquisa em comunicação) e dois não-descritores. Um dos termos específicos é “pesquisa de audiência” que possui quatro termos específicos. Os demais destacam campos teóricos da comunicação: sociologia da comunicação, psicologia da comunicação, teoria da informação, história da comunicação.

A menor quantidade de termos e o espectro de cobertura reduzido do Unesco Thesaurus faz com que a comunicação fique pouco representada no que diz respeito às possibilidades de tipos de termos constantes do sistema. Por ser a comunicação apenas um tópico de uma das classes gerais, a ênfase recai apenas na definição da terminologia autorizada, ficando as relações entre os termos prejudicada por uma abrangência temática reduzida.

De toda forma, a conclusão que se pode tirar da análise do Unesco Thesaurus é que a comunicação aparece com as seguintes concepções: enquanto instrumento de desenvolvimento a ser gerido; enquanto atividade inserida nas questões sociais (sobretudo éticas e legais); enquanto meios de comunicação e fazeres profissionais; enquanto processo; enquanto relação com distintas abrangências; e enquanto disciplina científica.

6.5. Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq

O CNPq, inicialmente denominado Conselho Nacional de Pesquisas, foi criado em 1951 com o objetivo de auxiliar o desenvolvimento científico do país com a formação e absorção de recursos humanos e o financiamento a projetos de pesquisa. Em 1974, mudou sua denominação para Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Nesse período, a entidade trabalhava, para fins de enquadramento das várias atividades e projetos de pesquisa e formação de recursos humanos apoiados ou fomentados por ela, com a distinção de 43 áreas do conhecimento. Uma delas era a área de Comunicação, que tinha como subáreas: Ciência da Informação, Comunicação radiotelevisiva, Jornalismo e Teoria da Comunicação (CATÁLOGO..., 1976). Essa estrutura permanece constante (apenas com a inclusão de novas áreas de conhecimento, como em 1979, quando foram acrescentadas as áreas de Esportes e Serviço Social) até que, na década de 80, a entidade começou a trabalhar com as grandes áreas.

Atualmente, o CNPq trabalha com uma tabela de classificação das áreas de conhecimento. Essa tabela possui nove grandes áreas: Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Engenharias, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes e Outros.

Dentro da grande área Ciências Sociais Aplicadas estão treze áreas: Direito, Administração, Economia, Arquitetura e Urbanismo, Planejamento Urbano e Regional, Demografia, Ciência da Informação, Museologia, Comunicação, Serviço Social, Economia Doméstica, Desenho Industrial, Turismo. Dentro da área de Comunicação há 11 subáreas, listadas na QUADRO 3 apresentado a seguir:

QUADRO 3
Subáreas que compõem a área de Comunicação na
Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq

1. TEORIA DA COMUNICAÇÃO
2. JORNALISMO E EDITORAÇÃO
3. TEORIA E ÉTICA DO JORNALISMO
4. ORGANIZAÇÃO EDITORIAL DE JORNAIS
5. ORGANIZAÇÃO COMERCIAL DE JORNAIS
6. JORNALISMO ESPECIALIZADO (COMUNITÁRIO, RURAL, EMPRESARIAL E CIENTÍFICO)
7. RÁDIO E TELEVISÃO
8. RADIODIFUSÃO
9. VIDEODIFUSÃO
10. RELAÇÕES PÚBLICAS E PROPAGANDA
11. COMUNICAÇÃO VISUAL

FONTE: [http:// www.cnpq.br/areas/tabconhecimento/index.htm](http://www.cnpq.br/areas/tabconhecimento/index.htm).

Destas subáreas, chama a atenção o fato de haver cinco dedicadas ao jornalismo. Uma delas ao jornalismo de forma geral, sem qualquer especificação (presume-se que destinada a trabalhos sobre jornalismo que não se encaixem nas outras quatro classes), acrescida de outra habilitação profissional bastante relacionada, a editoração (que, na CDD, por exemplo, está próxima, ambas no 070). As outras destacam aspectos bastante específicos do jornalismo. Uma é dedicada a teoria e ética da prática jornalística como um todo. Duas enfatizam partes específicas da estrutura da empresa jornalística: sua organização editorial, sua organização comercial. Por fim, há uma classe para trabalhos que não se relacionam com o jornalismo de massa, onde devem ser encaixados trabalhos sobre práticas jornalísticas voltadas para grupos específicos.

As demais habilitações profissionais não possuem o mesmo detalhamento temático que o jornalismo. Existe apenas uma classe para publicidade e relações públicas. Há uma classe para comunicação visual onde, presume-se, podem ser encaixados trabalhos sobre jornalismo, publicidade ou relações públicas, desde que relacionados com linguagens visuais (imagens, fotografias, planejamento gráfico, *out-doors*, etc). Na esteira dessa divisão, isto é, por mídias, estão as demais três classes: uma para trabalhos sobre os meios rádio e televisão, outra para processos de radiodifusão e outra para processos de videodifusão. Não há uma classe específica para cinema.

Predomina, na versão do CNPq, uma visão bastante profissionalizante da comunicação, uma vez que esse é o critério gerador do maior número de classes. E mesmo dentro das classes referentes a “jornalismo” (quase a metade do total) as divisões representam aspectos da prática profissional. O segundo critério utilizado diz respeito às mídias, isto é, aos veículos de comunicação utilizados e os processos por eles engendrados.

Conforme Lopes, Braga e Samain, a Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq foi elaborada num outro período histórico e reflete as preocupações e problemáticas daquela época e daquele contexto, não sendo mais adequada para a representação das subáreas de pesquisa atualmente em vigor no campo da comunicação:

Observamos que a classificação atual é que organiza a estrutura básica dos currículos de graduação na área. A “Teoria da Comunicação” é o núcleo da parte analítico-reflexiva do Tronco Comum; e as demais subáreas correspondem quase integralmente às habilitações. Mesmo na graduação, e em plena vigência do Currículo Mínimo associado a esta perspectiva, esta sistematização já evidencia lacunas, imprecisão descritiva e uma abrangência insuficiente. Para a pós-graduação e a pesquisa, a estruturação manifestava de longa data sua imprecisão – obrigando freqüentemente à inclusão generalizada, na subárea “Teoria da Comunicação”, de toda pesquisa que não fosse especificamente direcionada por (e para) um dos meios de comunicação ou um dos tipos de prática comunicacional reconhecida (LOPES; BRAGA; SAMAIN, 2001, p. 93).

Exatamente por essa desatualização ou descompasso de sua tabela com a realidade atual, o CNPq solicitou a uma comissão de especialistas uma proposta de atualização. O primeiro documento nesse sentido foi elaborado e publicado em 2001. Trata-se da proposta elaborada por Lopes, Braga e Samain, que elaboram uma lista de dez subáreas para compor a área de Comunicação.

Um dos autores, em outro texto, explica que o sistema proposto realiza duas clivagens. A primeira identifica as pesquisas que enfocam alguma questão sobre a mídia, em oposição aos estudos que “abordam outras questões e outros objetos empíricos, extra-mediáticos, em função de componentes comunicacionais (interacionais) aí envolvidos” (BRAGA, 2001, p. 29). A segunda clivagem diferencia os estudos “consensualmente aceitos como pertencentes ao campo da Comunicação” (Ibidem, p. 29) daqueles “que nitidamente se fazem na fronteira entre os objetos de preocupação do campo e os objetivos de outras disciplinas humanas e sociais” (Ibidem, p. 30).

Da primeira clivagem definem-se cinco subáreas: quatro relativas a estudos sobre a mídia (“estudo dos meios”, “práticas de comunicação”, “interpretação de produtos” e “recepção”) e uma que estuda outras modalidades de comunicação (“sociabilidade/subjetividade e comunicação”). Da segunda clivagem, definem-se outras quatro, que representam as disciplinas de interface. Para que não se precise listas todas as disciplinas possíveis de serem disciplinas de interface com a Comunicação, o autor destaca a necessidade de “agregações amplas”, definindo-se como subáreas: “comunicação e cultura”, “comunicação, artes e literatura”, “comunicação, ciências humanas e filosofia”, “comunicação e ciências sociais aplicadas”.

Por fim, uma última subárea é criada para abrigar estudos “em que a teoria seja mais que o movimento natural de toda pesquisa, para tornar-se o objeto mesmo desta” (Ibidem, p. 31): trata-se da classe “teoria e epistemologia da comunicação”.

Destaca ainda o autor que

(...) estas subáreas não devem ser percebidas como “territórios” (metáfora que levaria à aceitação de fronteiras e de exclusividade). Cada uma delas é apenas um “ângulo de entrada”, ou seja, uma perspectiva preferencial para organização de objetos de pesquisa, ângulo que não exclui temas das demais subáreas, mas apenas os organiza em função do enfoque ali adotado (BRAGA, 2001, p. 32).

Ou seja, as subáreas definidas pela categorização de Lopes, Braga e Samain não têm o objetivo de serem mutuamente exclusivas, mas de garantir espaço para que todas as linhas de pesquisa dos PPGCOMs e projetos de pesquisa na área de Comunicação possam ser classificadas em pelo menos uma subárea.

O sistema construído pelos autores ainda não foi adotado, e as discussões a respeito da necessidade de atualização da tabela do CNPq continuaram a acontecer em outros fóruns, envolvendo outros pesquisadores.

6.6. Currículo mínimo e diretrizes curriculares

A primeira proposta de um ensino formal, específico, para uma atividade relacionada com a comunicação acontece em 1918, no I Congresso Nacional de Jornalistas promovido pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Porém, segundo MELO (1992, p. 60), não havia ainda, naquele momento, uma demanda por profissionais qualificados. Isso só vai acontecer depois, quando o país entra verdadeiramente numa era industrial e o jornalismo praticado aqui toma feição de empresa. Só nesse momento é que os profissionais buscam regulamentações e legitimação, e vêem a criação de um curso universitário como o caminho para conseguir isso.

Conforme aponta NUZZI (1992, p. 23), na década de 30 há uma experiência de ensino de jornalismo, um curso no âmbito da Universidade do Distrito Federal, que começa em 1936 mas é extinto no ano seguinte. O ensino superior em jornalismo é instituído no país, dentro do sistema de ensino superior, em 13 de maio de 1943, através do decreto-lei número 5480. Será necessário ainda esperar alguns anos para que começassem a aparecer os cursos. A primeira escola criada no país, em 1947, é a da Fundação Cásper Líbero, a partir de um convênio com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. No ano seguinte começa a funcionar o curso de jornalismo da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. MELO avalia a existência de uma “defasagem de 30 anos entre a primeira proposta para o funcionamento de uma escola de jornalismo (1918) e a implementação dessa idéia, em 1947/48, com a instalação das duas primeiras escolas” (1992, p. 60).

Ainda conforme NUZZI (1992, p. 27), na década de 50 (e até 1961) são criados outros oito cursos de jornalismo, em São Paulo, Santos, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador e Recife. De acordo com o autor, um fator decisivo para a evolução da área foi a constituição do Conselho Federal de Educação (CFE) como colegiado superior do ensino no Brasil, que ocorreu a partir da lei 4024 de 20 de dezembro de 1961. É o CFE que, no

ano seguinte, vai instituir o currículo mínimo para os cursos superiores. “O primeiro currículo mínimo para os cursos de comunicação data de 1962. Só havia, na época, uma habilitação, a de jornalismo, e o curso nem ao menos tinha o nome de comunicação” (SILVA, 1979, p. 26). Celso Cunha e Josué Montello foram convocados pelo CFE para elaborar o primeiro currículo mínimo para a área de jornalismo.

Na década de 60 ocorre uma mudança na direção dos cursos superiores. Em 1962, cria-se o curso de jornalismo da Universidade de Brasília, que estabelece desde então um plano para uma Faculdade de Comunicação de Massa, com as habilitações em jornalismo; televisão, rádio e cinema; e publicidade e propaganda, que é criada em 1963. Em 1966 é a Universidade de São Paulo que instala sua Escola de Comunicações Culturais, com um novo esquema curricular. No ano seguinte o curso de jornalismo da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul se transfere para a Faculdade dos Meios de Comunicação (Famecos) e surge a Escola de Comunicações da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ). Em todo o país, “os cursos passaram a ser denominados faculdades de comunicação social ou departamentos, sobretudo nas universidades federais ou estaduais” (NUZZI, 1992, p. 30).

Portanto, se já havia ensino de comunicação na década de 40, é apenas na década de 60 que surge o ensino superior *em comunicação*. É importante destacar que os cursos de jornalismo “nascem de um espaço universitário inadequado” (MELO, 1991, p. 13) uma vez que se encontram dentro de faculdades de filosofia, possuindo muito mais um caráter de formação humanística. Entre os fatores que motivaram essa mudança, destaca-se o papel de protagonista do Ciespal que propõe, em 1964, o seu “Plan Tipo de Escuela de Ciencias de la Información Coletiva” no qual está embutida a concepção do comunicador polivalente (MELO, 1991, p. 9). Trata-se da reprodução, no Brasil, do modelo norte-americano da *school of mass communication*.

Esse processo de conversão dos cursos de jornalismo em cursos de comunicação social se dá de forma definitiva em 1969, com a resolução 11/69 do CFE (OLIVEIRA, 1992, p. 5). Essa resolução, baseada no parecer 631/69, de autoria de Celso Kelly (a quem foi solicitada uma proposta de reformulação do ensino de comunicação), marca de forma definitiva a implantação do ensino superior em comunicação no Brasil, com cinco habilitações: jornalismo, publicidade e propaganda, relações públicas, editoração e polivalente. Até então, dois currículos mínimos já haviam sido aprovados para a área, mas ambos restritos ao ensino de jornalismo.

O parecer de Celso Kelly, que dá origem à Resolução 11/69 de 06 de agosto de 1969, define o primeiro currículo mínimo para a área de comunicação. Esse currículo prevê um curso contendo oito disciplinas obrigatórias, divididas em três categorias (MOURA, 2002, p. 300). São elas:

- a) Disciplinas básicas: 1. Sociologia, 2. Fundamentos científicos da comunicação, 3. História das comunicações e jornalismo comparado, 4. Ética e legislação dos meios de comunicação, 5. Pesquisa de opinião e mercadologia;
- b) Disciplinas profissionais: 6. Introdução às técnicas da comunicação (teoria e prática), disciplina de caráter geral, desdobrada em cinco específicas, de acordo com a habilitação: Jornalismo (impresso, radiofônico, televisionado e cinematográfico), Telerradiodifusão, cinema e teatro, Relações públicas, Publicidade e propaganda, Editoração;
- c) Disciplinas de cultura geral: 7. História da cultura ou do conhecimento humano, 8. Problemas políticos, sociais e econômicos, 9. Cultura brasileira.

O parecer de Kelly prevê ainda um elenco de 15 disciplinas optativas, duas das quais, pelo menos, deveriam ser cursadas por todos os alunos. São elas: Biblioteconomia e Bibliografia, Cibernética, Introdução à documentação, Ecologia, Economia, Estatística, Física moderna, Folclore, História das artes, Higiene, Lógica, Matemática, Política, Psicologia social.

O currículo elaborado por Kelly faz uma distinção entre os conhecimentos necessários para a formação do profissional de comunicação. Primeiro, estabelecendo disciplinas que não pertencem ao campo da comunicação, mas que devem ser ministradas para complementar a formação – nesse quadro se encaixam as disciplinas de cultura geral e as eletivas. Em segundo lugar estão as disciplinas relativas à prática profissional – elas é que dão especificidade às habilitações profissionais no campo da comunicação. Por fim, existe um núcleo da área, comum às habilitações. Esse núcleo contempla todas as tradições de pesquisa anteriores da comunicação: os estudos históricos, os estudos jurídicos, os estudos de opinião pública e mercado e os estudos no âmbito das ciências sociais, particularmente no campo da sociologia da comunicação – conforme as classificações da pesquisa em comunicação presentes em LOPES, 1990 e MELO, 1986, que serão analisadas em outra parte deste trabalho. Representam os diferentes pontos de vista a partir dos quais a comunicação é analisada: o direito, a história, a administração e a gestão mercadológicas e,

por fim, as ciências sociais. A última disciplina é a que busca, propriamente, a especificidade disciplinar do campo.

O parecer de Kelly é aprovado e aplicado quase integralmente, quando da aprovação da Resolução 11/69. A diferença é que passam a ser oito disciplinas obrigatórias, “além de sociologia, integrante dos currículos do grupo de formação social” (Resolução 11/69 – Art. 3º, *apud* MOURA, 2002, p. 303), e mais duas eletivas escolhidas de um total de 13.

Este currículo mínimo irá vigorar até 1978, ano em que o CFE aprovou o parecer 1203/77, que deu origem à resolução 3/78 de 12 de abril de 1978, que reformulou a estrutura do ensino de comunicação social, acrescentando duas habilitações: radialismo (rádio e TV) e cinema. Essa resolução suprimiu a habilitação em editoração, mas foi assegurada a sua continuação nas escolas que já tivessem essa habilitação. O currículo mínimo desta resolução, idêntico ao do parecer que lhe deu origem, prevê três grandes blocos de disciplinas:

a) Matérias obrigatórias do tronco comum:

a.1) Matérias de fundamentação geral humanística: 1. Problemas socioculturais e econômicos contemporâneos, 2. Sociologia, 3. Psicologia, 4. Antropologia cultural, 5. Cultura brasileira, 6. Língua portuguesa

a.2) Matérias de fundamentação específica: 7. Teoria da comunicação, 8. Comunicação comparada, 9. Sistemas de comunicação social no Brasil, 10. Estética e comunicação de massa

b) Matérias obrigatórias do campo profissional: 11. Técnicas de codificação, 12. Técnicas de produção e difusão, 13. Deontologia dos meios de comunicação, 14. Legislação dos meios de comunicação, 15. Técnicas de administração, 16. Técnicas de mercadologia.

Esse currículo reproduz a divisão dos conhecimentos necessários para a formação em comunicação em três grupos: um primeiro, composto por conhecimentos não pertencentes ao campo da comunicação; um segundo, relacionado com as profissões; e um terceiro, relacionado à área de comunicação de uma forma geral.

Já há, contudo, uma outra visão em relação a estas duas últimas. As disciplinas ligadas a legislação, ética, administração e mercadologia deixam de fazer parte do núcleo da comunicação, deslocando-se para o conjunto de disciplinas profissionalizantes. A área considerada específica da comunicação vê constar uma disciplina de “teoria da comunicação” e, ainda, a aproximação de duas disciplinas relacionadas com a mídia: uma

voltada para a realidade sócio-política da mídia (os sistemas de comunicação nacionais) e outra para a dimensão estética dos conteúdos dos meios.

O novo currículo provocou uma série de insatisfações e já em 1980, através da Portaria 179, o Conselho Federal de Educação criou uma Comissão Especial para analisar o currículo de comunicação. Essa comissão trabalhou até 1982. Dos trabalhos dessa comissão resultou a Resolução 02/84, quinto e último currículo mínimo da área de comunicação (considerando-se os de 62 e 66, referentes apenas a cursos de jornalismo), e também o que teve vida mais longa. Quando o CFE, tendo como base o parecer 480/83, emitiu a resolução 2/84 de 24 de janeiro de 1984, fixou o novo currículo mínimo do curso de comunicação social e definiu seis habilitações: jornalismo, relações públicas, publicidade e propaganda, radialismo (rádio e TV), cinema e produção editorial. Entre as várias diretrizes apontadas pela comissão como norteadoras do currículo, destaca-se uma, que constitui o subitem 2.3.2 do Parecer 480/83:

incorporar as três áreas de conhecimento necessárias à formação: Ciências Sociais, Ciências da Comunicação e da Linguagem e Filosofia e Arte:

- Ciências Sociais – para conhecer a realidade social e através de modelos teóricos e metodológicos analisar o sistema de produção e os processos de mudança social.
- Ciências da Comunicação e da Linguagem – para conhecer os sistemas de comunicação da sociedade, interpretá-los através dos modelos teóricos e metodológicos, e operá-los mediante técnicas e linguagem.
- Filosofia e arte – para compreender os aspectos existenciais e estéticos, assim como refletir com ética sobre questões que envolvem valores socioculturais (MOURA, 2002, p. 93).

Além das mudanças no elenco de disciplinas, o currículo de 1984 traz uma nova visão das áreas que compõem a comunicação. A parte relativa às ciências sociais é compreendida como sendo de outro lugar – o campo próprio das ciências sociais, que aparece no currículo para dar suporte ao estudo da comunicação. Do mesmo modo, a ética, antes considerada parte dos conhecimentos teóricos da comunicação e depois da parte profissional, é agora incorporada a um segundo ramo de estudos, “filosofia e arte”, convivendo com estética, que estava presente desde o currículo anterior. O conjunto de conhecimentos considerado como específico da comunicação passa a receber a complementação “e da linguagem”, enfatizando a incorporação, no campo da comunicação, de conceitos e teorias vindas das ciências da linguagem, até então sem participação neste campo.

As disciplinas que compõem o currículo mínimo aprovado então são divididas em três grupos: um primeiro, composto pelas matérias ou disciplinas obrigatórias do tronco comum (estas, divididas em obrigatórias, num total de seis, e eletivas, num total de 21) e matérias ou disciplinas obrigatórias da parte específica, para cada uma das seis habilitações (9 disciplinas para jornalismo, 7 para relações públicas, 9 para publicidade e propaganda, 10 para produção editorial, 10 para radialismo - rádio e TV - e 11 para cinema).

O currículo mínimo de 1984 permanece em vigor até o final da década de 90. Em 1996, a Lei 9394, de 20 de dezembro, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), reformula o sistema de ensino no país. Entre as modificações, foram extintos os currículos mínimos, de forma a assegurar às instituições de ensino superior ampla liberdade na composição da carga horária a ser cumprida. Esse processo resultou na aprovação das Diretrizes Curriculares para a Área de Comunicação a partir da resolução 16/02 da Câmara de Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação (CES/CNE), que tem por base os pareceres 492/2001 e 1363/01, ambos aprovados pelo CNE. Num destes pareceres, consta que “é mantida a referência básica às habilitações historicamente estabelecidas: jornalismo, relações públicas, publicidade e propaganda, radialismo, editoração e cinema (assim como à sua denominação alternativa, cinema e vídeo)” e que “podem ser criadas novas habilitações pertinentes ao campo da comunicação” (DIRETRIZES..., 2001, p. 15). Com isso foi abolido o limite de habilitações, permitindo a criação de outras habilitações profissionais presentes hoje nos cursos de comunicação, tais como “audiovisual”, “hipermídia”, “mídias digitais”, “comunicação integrada”, “produção cultural” e até mesmo “produção da moda”.

O parecer CNE/CES 492/2001 não traz um currículo mínimo, nem mesmo uma lista com sugestões de disciplinas. Ele apresenta um conjunto de características que define o perfil dos formandos. Há um perfil comum, que deve ser atendido por todos os cursos da área de comunicação, que salienta, entre seus quatro tópicos, a necessidade de desenvolver a “capacidade de criação, produção, distribuição, recepção, e análise crítica referentes às mídias, às práticas profissionais e sociais relacionadas com estas, e a suas inserções culturais, políticas e econômicas” e também o “entendimento da dinâmica das diversas modalidades comunicacionais e das suas relações com os processos sociais que as originam e que destas decorrem” (DIRETRIZES..., 2001, p. 14). Ou seja, há um destaque para a comunicação que ocorre a partir dos meios de comunicação de massa mas, ao

mesmo tempo, uma preocupação com as diferentes modalidades de comunicação. Há também perfis específicos, que

resultam das habilitações diferenciadas do campo da Comunicação, que se caracteriza por uma abrangência sobre diferentes meios, linguagens e práticas profissionais e de pesquisa e, na atualidade, por envolver um acelerado dinamismo social e tecnológico. Para assegurar o desenvolvimento histórico desta área de formação, estudos e exercício profissional, serão desenvolvidas habilitações com uma variedade de perfis específicos. Estas habilitações, definidoras dos perfis específicos, se organizam conforme as seguintes premissas:

- a) é mantida a referência básica às habilitações historicamente estabelecidas: jornalismo, relações públicas, publicidade e propaganda, radialismo, editoração, e cinema (assim como à sua denominação alternativa, cinema e vídeo);
- b) podem ser criadas ênfases específicas em cada uma destas habilitações, que serão então referidas pela denominação básica, acrescida de denominação complementar que caracterize a ênfase adotada;
- c) podem ser criadas novas habilitações pertinentes ao campo da Comunicação (DIRETRIZES..., 2001, p. 14).

Os perfis específicos destacam: no jornalismo, a questão da informação, da objetividade, da disseminação; nas relações públicas, a administração, a organização, os públicos e as estratégias; no radialismo, as especificidades técnicas e estéticas do som e da imagem; na publicidade e propaganda, os instrumentos, a questão do mercado e o planejamento; na editoração, os processos de produção e distribuição do livro e de outros produtos multimídia; no cinema, os processos e atividades envolvidos na produção de produtos cinematográficos e videográficos.

O tópico seguinte do parecer trata das competências e habilidades esperadas dos egressos, também divididas em gerais e específicas. As gerais destacam a capacidade crítica, a postura ético-política e o domínio das linguagens.

As específicas, por habilitação, levantam conjuntos de habilidades relacionadas com o fazer profissional, sendo que, em três casos, ressalta-se mais um tipo específico de ação e de objetivo e, em três outros, a questão central diz respeito a determinado meio ou suporte de comunicação.

O primeiro grupo inclui as habilitações profissionais em jornalismo, relações públicas e publicidade e propaganda. No caso do jornalismo, a ênfase recai sobre o trabalho de coleta e redação da informação, a entrevista e a edição, o domínio da linguagem jornalística em qualquer meio ou suporte. Para as relações públicas, destaca-se a capacidade de realizar

pesquisas, elaborar diagnósticos, enfim, trabalhar estrategicamente no âmbito de organizações e empresas para promover o diálogo entre os públicos, utilizando-se para isso de qualquer tipo de meio ou suporte de comunicação. Já para a publicidade e propaganda, a demanda é por capacidade de atuar no mercado para atingir objetivos como a motivação, o consumo ou a persuasão, a partir de uma ação estratégica lançando mão de veículos impressos, eletrônicos, digitais ou mesmo interpessoais.

No segundo grupo se encontram as demais habilitações. Nas capacidades esperadas do egresso do curso de radialismo, constam a concepção e produção de peças audiovisuais, para rádio e televisão, o domínio das linguagens e gêneros. É bastante semelhante à habilitação cinema (ou cinema e vídeo, como consta no texto original), voltado para a criação de produtos cinematográficos a partir do domínio da técnica em cada fase de sua produção. Já a habilitação editoração está bem voltada para o planejamento e a produção de peças impressas (principalmente livros) mas também em outros suportes como CDs, vídeos e páginas na internet.

O tópico seguinte do parecer refere-se aos conteúdos curriculares. Há, mais uma vez, a distinção entre conteúdos básicos e conteúdos específicos. A definição dos conteúdos básicos é a seguinte:

Os conteúdos básicos são caracterizadores da formação geral da área, devendo atravessar a formação dos graduandos de todas as habilitações. Envolvem tanto conhecimentos teóricos como práticos, reflexões e aplicações relacionadas ao campo da Comunicação e à área configurada pela habilitação específica. Estes conhecimentos são assim categorizados: conteúdos teórico-conceituais; conteúdos analíticos e informativos sobre a atualidade; conteúdos de linguagens, técnicas e tecnologias midiáticas, conteúdos ético-políticos (DIRETRIZES..., 2001, p. 20).

Os conhecimentos previstos estão divididos em quatro núcleos: um teórico, propriamente ligado à teoria da comunicação; um voltado para a compreensão da realidade sócio-histórica, ligado às ciências sociais; um dirigido para as linguagens e técnicas, especificado em relação à mídia, pertencente ao domínio das ciências da linguagem; e o último preservando a questão ética, no domínio da filosofia.

Já os conteúdos específicos “serão definidos pelo colegiado do curso, tanto para favorecer reflexões e práticas no campo geral da Comunicação, como para incentivar reflexões e práticas da habilitação específica” (DIRETRIZES..., 2001, p. 20). Não há detalhamento ou

sugestão de conteúdos, observando-se que deve haver coerência entre os conteúdos e o perfil do egresso e as capacidades requeridas, explicitadas nos itens anteriores.

A evolução dos currículos da área de comunicação permite perceber as mudanças na compreensão do que é a comunicação e da sua relação com disciplinas vizinhas. O currículo de 1969 confere pouca importância para as práticas profissionais e não visualiza ainda um conjunto próprio de conhecimentos da comunicação, considerando-os como aqueles provenientes da história, do direito, da administração e das ciências sociais. A ênfase maior, portanto, está nos conteúdos externos à área de comunicação, isto é, às disciplinas científicas de outras áreas.

O currículo de 1978 retira as partes de ética e administração do núcleo da comunicação, inserindo a questão da mídia de forma mais incisiva. Reconhece, contudo, um conjunto de conteúdos pertencentes ao campo da comunicação como disciplina científica. A ênfase nas profissões é um pouco maior do que no currículo anterior, o que reflete na diminuição da importância dos conhecimentos vindos de outras áreas, aqui compreendidos como fundamentação geral humanística.

O currículo de 1984 incorpora, no campo específico da comunicação, a questão das linguagens, promovendo maior separação em relação às ciências sociais e à filosofia, que ficam com a parte relativa à dimensão social da comunicação. Além disso, atribui grande importância às práticas profissionais, com extenso elenco de disciplinas, muito variadas de acordo com a habilitação, e que devem cumprir 45% do curso, além dos 10% relativos aos projetos experimentais.

Por fim, as novas Diretrizes Curriculares preservam a grande importância atribuída aos conhecimentos profissionais em cada uma das seis habilitações, e visualizam o campo da comunicação como próprio, distinto das ciências sociais, das ciências da linguagem e do conteúdo filosófico e ético. No perfil básico, comum às habilitações, o peso está, pois, em disciplinas da área de comunicação, das ciências sociais, das ciências da linguagem e da filosofia. O perfil específico, definido a partir das práticas profissionais, enfatiza as mídias e os processos.

6.7. Núcleos de pesquisa da Intercom

A primeira associação científica de caráter nacional na área de comunicação, no Brasil, foi a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Comunicação, Abepec, surgida em 1972 e oficialmente extinta em 1985. Com importante papel na consolidação da pesquisa no país, realizando congressos, simpósios e seminários, a entidade não chegou a constituir grupos temáticos de trabalho na área de comunicação, tendo sua atuação mais voltada para políticas de ensino e de pesquisa no campo.

Fundada em 1977, a Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Intercom, acabou por se constituir na mais importante associação científica da área de comunicação. Desde sua fundação, a entidade esteve vinculada a outras entidades congêneres, participando da rede nacional de sociedades científicas capitaneada pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, SBPC, e integrada às redes internacionais de comunicação como entidade associada à Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación, ALAIC, à International Association for Mass Communication Research, IAMCR, e à International Federation of Mass Communication Associations, IFCA.

Desde 1978, a entidade promove encontros anuais. No início, estes encontros eram temáticos e denominavam-se “ciclo de estudos interdisciplinares da comunicação”. Os quatro primeiros foram: “estratégias para o ensino da comunicação” (1978), “modos de comunicação das classes subalternas” (1979), “Estado, populismo e comunicação de massa no Brasil” (1980) e “comunicação, hegemonia e contra-informação” (1981). O compromisso inicial da entidade, nesse momento, era de promover uma “tentativa de contribuir para a superação da dependência política, cultural e tecnológica que caracteriza os sistemas nacionais de comunicação” (INTERCOM, 1983, p. 7).

Assim, a Intercom nasce inserida numa problemática específica, que se reflete nos temas dos encontros e no rumo das discussões, influenciadas pelas discussões, em âmbito internacional, do livre fluxo de informações, da Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (Nomic), das ações da Unesco e do Relatório MacBride (divulgado em 1980) e direcionadas para a contribuição para a elaboração de estratégias de luta contra a dependência, denúncia dos processos de dominação, formulação de políticas nacionais de comunicação e modelos de comunicação alternativa.

Em 1982, a Intercom realiza seu ciclo de estudos com o tema “impasses e desafios da pesquisa em comunicação”. A partir daí, volta-se de forma mais específica para a pesquisa na área, abraçando outras frentes de estudo. Afinal, até 1981, “a situação política e social continuou predominante na linha temática da Intercom (...) ‘Impasses e desafios da pesquisa em comunicação’, assunto de 1982, trouxe de volta a discussão para temas mais relacionados com o cotidiano acadêmico (...)” (INTERCOM, 2002, p. 23).

Nasce daí a idéia de formar grupos de trabalho temáticos, que se concretizam no ano seguinte. A entidade conta, em 1983, com 11 GEPs, Grupos de Estudo e Projetos, listados no QUADRO 4:

QUADRO 4
Grupos de Estudo e Projetos da Intercom – 1983

Arte e comunicação	Comunicação e politização da cultura
Nova ordem da comunicação	Jornalismo brasileiro
Comunicação popular	Ensino de comunicação
Cultura popular	Produção cultural para crianças
Novas tecnologias da comunicação	Comunicação, ciência e sociedade
Mulher e comunicação	

FONTE: INTERCOM, 1983, p. 9.

Percebe-se uma divisão bastante diversa das divisões-padrão utilizadas até então, e muito influenciada pelas temáticas então em voga na época e abraçadas pela Intercom. Há grupos voltados para segmentos específicos da população (mulheres, crianças) em suas relações com a comunicação. A temática do popular, em oposição ao massivo, com as questões relativas à preservação dos valores tradicionais e folclóricos ante a ameaça da comunicação hegemônica, e das formas de resistência, marca a identidade de outros três grupos. Existe, ainda, um grupo específico para a “nova ordem da informação”, fórum de debates sobre as propostas de democratização da comunicação.

Apenas quatro GEPs não possuem relação direta com as temáticas então trabalhadas pela Intercom. Destes, dois promovem diálogo entre a comunicação e outra esfera de produção do conhecimento (arte, ciência), sendo os outros dois internos à comunicação: um que trata de jornalismo e outro de ensino da comunicação.

Na década de 90 a Intercom muda sua estrutura, substituindo os GEPs pelos GTs, Grupos de Trabalho. Esse processo se deu entre os anos de 1990 e 1991:

A realização de reuniões científicas com temas específicos permitiu uma maior interação entre os pesquisadores de diferentes universidades do país, constituindo o embrião para os Grupos de Trabalho – GTs. Foi no XIII Congresso da Sociedade Brasileira de Estudos da Comunicação/Intercom, realizado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 1990, que estes começaram a ser constituídos na forma de grupos de estudo. Em 1991, no XIV Congresso realizado em Porto Alegre, os grupos se estruturaram de forma mais efetiva e passaram a ter caráter permanente na Intercom (INTERCOM, 2002, p. 27).

São concebidos dois tipos de GTs: os monotemáticos, que tratam de assuntos internos ao campo da comunicação, e os multidisciplinares, que realizam diálogos entre a comunicação e outras disciplinas científicas. Alguns GTs são criados posteriormente. Outros deixam de se apresentar durante apenas um ou dois encontros, para depois voltar a se constituir, de forma que o número de GTs é flutuante de ano para ano. Ao final da década de 90, a Intercom possui 27 GTs, distribuídos conforme o QUADRO 5:

QUADRO 5
Grupos de Trabalho da Intercom – década de 90

GTs Monotemáticos	GTs Multidisciplinares	
1. Cinema e vídeo	11. Comunicação e ciência	20. Economia das comunicações
2. Ensino de comunicação	12. Com. e cultura popular	21. Ficção televisiva seriada
3. Jornalismo	13. Comunicação e educação	22. Gêneros da cultura de massa
4. Produção editorial	14. Comunicação e etnia	23. História e comunicação
5. Propaganda	15. Com. e relações de gênero	24. Humor e quadrinhos
6. Rádio	16. Comunicação e recepção	25. Imaginário infantil
7. Relações públicas	17. Comunicação e religiosidade	26. Política de comunicação
8. Semiótica	18. Comunicação organizacional	27. Esporte e mídia
9. Televisão	19. Comunicação rural	
10. Teoria da comunicação		

FONTE: INTERCOM, 1997.

Passa a existir uma grande diversidade de temas. Em primeiro lugar, a própria divisão entre dois tipos de GTs marca uma determinada compreensão da comunicação. Há GTs considerados monotemáticos porque são divisões internas, inerentes ao campo. Essas divisões se vinculam diretamente às profissões em comunicação (jornalismo, produção editorial, publicidade e propaganda, relações públicas, cinema e vídeo) com a diferença de que uma delas, a de radialismo, encontra-se dividida em duas, rádio e televisão. Os outros três grupos referem-se a aspectos teóricos da comunicação: o ensino, que pode ser pensado, nesta perspectiva, até mesmo como uma outra profissão na área de comunicação;

a teoria da comunicação, que está presente em todas, e a semiótica, que é uma teoria no universo da comunicação.

Os GTs multidisciplinares promovem recortes variados no campo da comunicação. Três se relacionam com segmentos específicos da população ou com distinções no âmbito dos agrupamentos humanos (etnias, gêneros, crianças). Dois, com ambientes em que ela ocorre: dentro de organizações, no mundo rural. Quatro, com interfaces entre a comunicação e outra disciplina científica, sendo que, em dois deles, com análises oriundas de outros campos (a política, a economia) sobre a comunicação e, nos outros dois, com um diálogo entre ambas (comunicação e educação, comunicação e história).

Três GTs enfocam a relação entre a comunicação e distintas formas de conhecimento (a ciência, a cultura, a religião). Um tem como objeto um processo específico dentro da comunicação (a recepção). Os GTs restantes voltam-se para conteúdos/formatos de mensagem específicos de processos comunicativos: a novela, os diferentes gêneros da cultura de massa, os quadrinhos, o esporte.

Em outubro de 2001, por ocasião de seu vigésimo quinto aniversário, a Intercom, revendo seu processo de discussão nos encontros anuais, cancelou os GTs, sendo criados em seu lugar os Núcleos de Pesquisa (NPs), mais formais, com previsão de funcionamento para além dos encontros anuais da entidade –realizando fóruns paralelos, lançamentos de livros, intercâmbios, etc. O site da entidade esclarece que “cada Núcleo de Pesquisa busca contemplar e abrigar uma área específica do campo da Comunicação, definida por uma ementa, e organiza-se em seções temáticas, com as respectivas palavras-chave”. Com essa reformulação, passaram a ser 20 os NPs da Intercom. Eles estão expressos no QUADRO 6:

QUADRO 6
Núcleos de Pesquisa da Intercom – 2001

Teorias da comunicação	Comunicação educativa
Jornalismo	Comunicação para a cidadania
Publicidade, propaganda e marketing	Comunicação e cultura das minorias
Produção editorial	Ficção seriada
Relações públicas e comunicação organizacional	Semiótica da comunicação
Rádio e mídia sonora	Histórias em quadrinhos
Comunicação audiovisual	Folkcomunicação
Tecnologias da informação e da comunicação	Comunicação e esporte
Comunicação científica e ambiental	Comunicação, turismo e hospitalidade
Políticas e estratégias de comunicações	Fotografia: comunicação e cultura

FONTE: <http://www.intercom.org.br>.

Os antigos GTs monotemáticos são preservados, exceto “ensino de comunicação”. Os GTs que representam campos profissionais permaneceram como estavam (“jornalismo”, “produção editorial”) ou tiveram alguma mudança em sua nomenclatura: “propaganda” passou a designar-se “publicidade, propaganda e marketing”, ampliando sua abrangência; “rádio” também ampliou-se, passando a ser “rádio e mídia sonora”; e “relações públicas” passou a ser chamado “relações públicas e comunicação organizacional”, absorvendo o antigo GT de comunicação organizacional. Os antigos GTs de “cinema e vídeo” e “televisão” fundiram-se em “comunicação audiovisual”. O antigo GT de “teoria da comunicação” sofreu uma pequena alteração, passando a ser denominado “teorias da comunicação”, e absorvendo o GT “comunicação e recepção”; e o de “semiótica” foi alterado para “semiótica da comunicação”.

Já no campo dos GTs multidisciplinares, as mudanças foram maiores. Três GTs foram absorvidos por outros: além do já citado “comunicação organizacional” que foi para o de “relações públicas”, “comunicação rural” teve sua temática abrangida pelo novo GT de “folkcomunicação”, enquanto “comunicação popular” é contemplada pelo também novo GT de “comunicação e cidadania”. Houve duas fusões de GTs: “comunicação e etnia” e “comunicação e relações de gênero” agruparam-se em “comunicação e cultura das minorias”, e “Política de comunicação” e “economia das comunicações” fundiram-se no novo “políticas e estratégias da comunicação”. Ressalte-se que, em muitos destes casos, a absorção ou fusão de GTs não é explicitada pelas novas denominações, podendo ser verificada apenas nos textos que constituem as ementas de cada GT.

Deixaram de existir quatro GTs: “comunicação e religiosidade”, “gêneros da cultura de massa”, “história e comunicação” e “imaginário infantil”. Outros cinco foram criados: “comunicação, turismo e hospitalidade”, “fotografia: comunicação e cultura”, “tecnologias da informação e da comunicação” e os já citados “folkcomunicação” e “comunicação para a cidadania”. Por fim, cinco GTs foram mantidos, tendo sofrido apenas pequenas alterações em suas denominações. São eles: “comunicação e ciência”, alterado para “comunicação científica e ambiental”; “comunicação e educação”, que mudou para “comunicação educativa”; “Humor e quadrinhos” alterado para “histórias em quadrinhos”; “ficção televisiva seriada”, substituída por “ficção seriada”; e, por fim, “esporte e mídia”, que passou a ser “comunicação e esporte”.

As modificações na estrutura de divisão temática do campo da comunicação, promovidas pela Intercom, apontam determinadas compreensões da comunicação: em primeiro lugar, reforça-se a escolha das práticas profissionais como principal critério definidor de áreas temáticas. Todas as habilitações profissionais foram preservadas, perfazendo seis grupos, isto é, quase um terço do total de grupos. Apenas as habilitações radialismo e cinema não foram devidamente contempladas. Radialismo já estava dividida, na classificação anterior, em dois GTs: um de rádio e outro de TV. Na nova classificação, foi extinto o GT de “televisão”, sendo absorvido não pelo de “rádio”, mas pelo de “cinema”. Outras habilitações profissionais (publicidade e relações públicas) tiveram a denominação ampliada para abarcar trabalhos de natureza próxima.

Dos três GTs teóricos, dois foram preservados, presumindo-se que trabalhos sobre “ensino de comunicação” devem ser inseridos no GT de “teorias da comunicação” que passa, inclusive, a abrigar os estudos de recepção.

A impressão que se pode ter, num primeiro momento, é que o objetivo da reclassificação dos grupos temáticos é fundir temáticas próximas diminuindo o número de GTs. As fusões citadas acima parecem confirmar isso, assim como outras, como a de “política de comunicação” e “economia das comunicações”, ou então a de “etnia” e a de “relações de gênero”. Porém, ao mesmo tempo em que GTs com temáticas muito específicas foram extintos (como religião, imaginário infantil), outros surgiram (turismo, fotografia, cidadania).

Uma análise global da evolução dos grupos da Intercom revela uma alternância de critérios ao longo das décadas. Em 1983 foram formalizados 11 GEPs (Grupo de Estudo e Projetos), dos quais quatro relativos à temática do popular e da democratização da comunicação, assunto em torno do qual a Intercom se uniu no início. Dois são divisões internas da comunicação e um relativo a uma mídia específica. Os demais dizem respeito a grupos sociais e interface com outra área. Na configuração de 1990, foram reformulados os grupos, sendo formados 27 GTs (Grupo de Trabalho). Dez deles são monotemáticos, sete relativos a habilitações profissionais da área de Comunicação e três teóricos. Os outros 17 se referem à interface da comunicação com outra área, com outra forma de conhecimento, a grupos sociais, ambientes de comunicação, processos ou conteúdos/formatos de produtos comunicativos.

Na última reformulação feita pela entidade, em 2001, chegou-se à formulação de 20 NPs (Núcleo de Pesquisa). Seis deles são relativos a habilitações profissionais, sete a interfaces

com outras áreas, três para mídias específicas, dois teóricos relativos ao próprio campo, um de conteúdo e um de ambiente.

Destaca-se, pois, que a divisão da comunicação por abrangência ou contexto (o popular ou comunitário em oposição ao massivo, mas também a comunicação organizacional, rural, etc) foi a primeira concepção relevante para a Intercom e, embora tenha perdido importância ao longo das reclassificações do campo, manteve-se como relevante. A divisão por grupos ou classes de pessoas manteve uma importância menor mas constante nas classificações. Áreas marcadas pela interface entre a comunicação e outra disciplina ou área de conhecimento também manteve sua relevância, inclusive crescendo a cada nova classificação.

Três grupos de temáticas eram pouco relevantes no início mas depois converteram-se em critérios relevantes. Destes, destaca-se as habilitações profissionais que se tornaram os temas mais importantes da Intercom, mas também as mídias e os conteúdos ou produtos da comunicação. Relevância parcial é alcançada por questões teóricas da comunicação que se relacionam com sua constituição em disciplina científica e aos processos da comunicação.

6.8. Grupos de trabalho da Compós

À importante atuação da Intercom enquanto associação científica na área de comunicação veio se somar, em 1991, a Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, Compós. A entidade congrega todos os PPGCOMs do país, e logo no seu primeiro ano de funcionamento, organizou um encontro de pesquisa. Desde então são realizados, ininterruptamente, encontros anuais. Diferentemente da Intercom, a Compós se estruturou, desde o início, como uma associação de pesquisa, preocupada em promover o diálogo entre pesquisadores, o intercâmbio de experiências e a estruturação cooperativa dos programas de pós-graduação, atuando principalmente junto à Capes e às agências de fomento. Tanto assim que seus encontros são marcados por uma dinâmica própria: os textos selecionados são enviados para relatores para a produção de críticas; os textos originais e os relatos circulam entre os participantes antes da realização do encontro; no momento do encontro, a ênfase não se dá em relação à apresentação dos trabalhos, que já terão sido lidos por todos, mas no debate. Além disso, desde sua fundação, a Compós

trabalha com Grupos de Trabalho temáticos, tendo esboçado uma preocupação constante com os critérios de clivagem da área. Entre seus seis objetivos principais está o “incentivo ao desenvolvimento de estudos e pesquisas, identificando temas prioritários, problemas e necessidades de avanço do conhecimento na área” (COMPÓS, 1999, p. 6).

No primeiro congresso da entidade havia apenas seis GTs. No ano seguinte já eram sete. Em 1996 a entidade passou por uma reestruturação, da qual resultaram oito GTs, vários dos quais antigos GTs com novas denominações. No ano seguinte foi criado mais um, e mais um no ano posterior. Nesse momento a Compós se reuniu para avaliar como seriam os processos de submissão de novos grupos, bem como os critérios de permanência. Foi estabelecido um número máximo de GTs: dez. Atualmente, o número máximo de GTs é doze. A evolução dos GTs da Compós, ano a ano, é desenvolvida no QUADRO 7:

QUADRO 7
Evolução dos Grupos de Trabalho da Compós

Grupo de Trabalho	93	94	95	96	97	98	99	00	01	02	03
Comunicação visual	X	X	X								
Comunicação e cultura	X	X	X			X		X	X	X	X
Comunicação e política	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
TV e audiência	X	X	X								
Comunicação e sistemas de pensamento	X										
Estudos do discurso	X	X	X	X	X	X					
Antropologia da comunicação	X										
Comunicação e sociabilidade		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Comunicação e psicanálise			X	X	X	X					
Com. comparada e estudos da cultura				X	X	X					
Com. e sociedade tecnológica				X	X	X	X	X	X	X	
Experiência e compreensão				X	X	X					
Imagem				X							
Imagem e som					X	X					
Mídia e recepção					X	X	X	X	X	X	X
Comunicação e campo do inconsciente							X	X	X	X	
Comunicação e globalização							X	X			
Criação e poéticas digitais							X	X	X	X	X
Fotografia, cinema e vídeo							X	X	X	X	X
Produção e sentido nas mídias							X	X	X		X
Estudos de jornalismo								X	X	X	X
Epistemologia e comunicação									X	X	X
Políticas e estratégias de comunicação									X	X	X
Cultura das mídias											X
Tecnologias informacionais de c. e socied.											X

FONTE: <http://www.compos.org.br>. NOTA: Os espaços preenchidos significam a existência daquele GT no respectivo ano.

A primeira análise a ser feita sobre os GTs diz respeito à continuidade de certas temáticas, ao desaparecimento definitivo de outras ou à absorção de certos temas de um GT por outro. O primeiro grupo é composto pelos GTs de grande durabilidade, que tiveram seções temáticas em pelo menos oito encontros, o que aponta para uma estabilidade das temáticas enquanto temáticas prioritárias da pesquisa em comunicação. O único GT que esteve presente em todos os encontros foi o de “comunicação e política” (11 encontros), embora outros GTs, surgidos depois, também tenham apresentado durabilidade, como o de “comunicação e sociabilidade” (10 encontros). O de “comunicação e cultura” existe desde o início, mas interrompeu suas atividades por duas vezes, totalizando 8 encontros.

Há GTs que se encaixam nesse grupo, apresentando frequência semelhante, e que apenas sofreram processos de trocas de nomes – o que, em alguns casos, representou alguma alteração no escopo temático. É o caso do GT “comunicação e sociedade tecnológica”, presente em 7 encontros e que, depois, mudou o nome para “tecnologias informacionais de comunicação e sociedade”, presente em mais um encontro, totalizando oito. Outro caso é o do GT “TV e audiência”, com três encontros, e que depois foi contemplado no GT “mídia e recepção”, que na verdade não veio para substituí-lo, porque foi criado numa outra perspectiva teórica e de abrangência maior, mas que atua, no entanto, no mesmo campo temático (do qual os estudos sobre audiência de televisão são um subcampo). No total, esses dois GTs se organizaram em 10 encontros.

Há, ainda, o caso do GT “imagem” (um encontro), que mudou seu nome para “imagem e som” (dois encontros) até, por fim, adquirir a designação “fotografia, cinema e vídeo” (cinco encontros), que acabou por se organizar, ininterruptamente, em oito encontros. Por fim, há o GT de “estudos do discurso” (seis encontros), que foi dissolvido, e tem sua temática contemplada por parte da ementa do GT “produção de sentido nas mídias”, criado no ano seguinte, que se restringe, contudo, ao discurso midiático (não trata de qualquer discurso, como o GT anterior). Juntos, os dois GTs marcaram presença em 10 encontros.

O segundo grupo é o dos GTs recentes, que até agora vêm tendo continuidade (isto é, podem vir a se constituir em temas duradouros) mas são ainda novos para se avaliar sua importância no escopo da área. São eles: “criação e poéticas digitais”, com cinco encontros, “estudos de jornalismo”, com quatro encontros, “epistemologia e comunicação”, com três encontros, e “políticas e estratégias da comunicação”, também com três encontros. O GT “cultura das mídias” foi criado no último ano.

Um terceiro grupo é composto por GTs que tiveram longa duração mas se encontram extintos. Nesse grupo se encontra apenas um GT, o de “comunicação e psicanálise”, que esteve em quatro encontros, mudou o nome para “comunicação e campo do inconsciente”, estando presente em mais quatro, para então ser cancelado.

Por fim, um quarto agrupamento reúne GTs que tiveram vida efêmera, sendo dissolvidos pouco tempo após sua criação. Neste grupo estão os GTs de “comunicação comparada e estudos da cultura” (que não substituiu o GT de “comunicação e cultura” uma vez que, em 1998, os dois se apresentaram), “comunicação visual”, “experiência e compreensão”, todos com três encontros; “comunicação e globalização”, com dois encontros; e “comunicação e antropologia” e “comunicação e sistemas de pensamento”, presentes a apenas um encontro. Uma análise da natureza dos GTs da Compós aponta que o principal tipo de temática é aquele que relaciona a comunicação com algo da sociedade, seja um fenômeno ou um processo: a política, a sociabilidade, a dimensão tecnológica, a cultura, os movimentos sociais e políticas públicas, a globalização, o pensamento. Dos 25 GTs já existentes, nove se encaixam nessa categorização. Dos atuais 12, cinco estão nesse grupo.

Outro agrupamento diz respeito à dimensão técnica, seja na conformação de linguagens específicas, seja na utilização de meios específicos. Cinco dos 25 GTs estão nessa categoria. Se forem considerados apenas os 12 existentes hoje, dois se enquadram aqui.

O terceiro grande agrupamento é o que constrói seu objeto a partir da mídia. Cinco foram os GTs já dedicados a assuntos midiáticos, sendo atualmente três, isto é, um quarto do total de GTs. Um conjunto menor diz respeito à interface entre comunicação e outra ciência e, embora o GT de política possa ser considerado também pertencente a esse grupo, nota-se que também aqui se encaixam dois GTs extintos: o de antropologia e o de psicanálise.

Dois GTs não foram encaixados em grupos. O primeiro é o de jornalismo, que constitui um aspecto específico interno ao campo da comunicação. Contudo, ele possui proximidade com os GTs que se relacionam com a dimensão técnica - o jornalismo conforma uma linguagem específica, como o são, embora de outra natureza, a linguagem fotográfica, cinematográfica, televisiva ou digital. O outro é o GT de epistemologia, um GT teórico que busca problematizar questões gerais em relação ao campo como um todo.

Assim, a Compós possui grupos de trabalho que foram se alterando ao longo dos anos, mas nunca passou por uma reformulação geral como a Intercom. Considerando-se, portanto, os 25 GTs que já existiram na entidade, o maior grupo é o que relaciona comunicação a

algum processo ou fenômeno social (nove GTs, cinco dos atuais), seguido pelo que distingue uma dimensão técnica, referente a meios e linguagens (cinco GTs, dois dos atuais), pelo que se refere a alguma mídia (cinco GTs, três atuais) e, por fim, o que expressa a ligação entre a comunicação e outra disciplina científica (dois GTs, atualmente nenhum).

6.9. Resultados da análise das divisões-padrão

Foram analisadas oito sistemas de classificação considerados “padrão”: quatro sistemas gerais, válidos para todas as áreas do conhecimento (embora a Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq seja específica para o conhecimento científico, enquanto as classificações da CDD, CDU e LCSH valem para todas as áreas do conhecimento humano); um sistema restrito a um conjunto específico de áreas (o Unesco Thesaurus); e três específicos da área de comunicação (as disciplinas dos currículos do curso de comunicação e os grupos de trabalho da Intercom e da Compós).

Eles possuem características bastante diferentes entre si, em relação aos objetivos, abrangência e contexto histórico, geográfico e teórico de criação. Naturalmente, portanto, as concepções de comunicação presentes neles possuem imensas divergências, o que evidencia uma riqueza de pontos de vista possíveis para se pensar a área de comunicação.

Sem pretender reduzir a riqueza das possibilidades encontradas, será desenvolvido a seguir um esforço de síntese das várias formas como a comunicação é definida e dividida nos sistemas analisados, buscando-se as tendências mais frequentes e relevantes. Não será feita uma quantificação detalhada como na análise facetada pois se está lidando, neste momento, com materiais de natureza muito diferente, o que tornaria pouco significativa qualquer tentativa de promover somatórios de frequências.

O que será analisado é apenas a ocorrência de recortes e clivagens em cada um dos sistemas analisados, buscando identificar aqueles presentes em maior número de sistemas de classificação. A indicação das ocorrências é apresentada no QUADRO 8:

QUADRO 8
Formas como a comunicação é dividida nas divisões-padrão analisadas

	CDD	CDU	LC	UT	TAC	CD	INT	COM
Áreas e ciências de interface			X			X	X	X
Gestão, planejamento, tecnologia	X	X		X				
Interação social	X	X						
Conteúdos/assuntos das mensagens	X	X	X				X	
Abrangência ou contexto da comunicação		X	X	X			X	
Profissões	X	X		X	X	X	X	
Meios de comunicação/mídias	X	X	X	X	X	X	X	X
Processos da comunicação			X	X		X		
Dimensão social da comunicação			X	X		X		X
Dimensão simbólica/linguagens						X		X
Classes e grupos de pessoas			X				X	
Registro, informação	X							
Disciplina científica própria			X	X		X	X	
Interlocutores		X						

NOTA: Na primeira coluna estão listadas as várias concepções de comunicação presentes nas divisões-padrão analisadas. Na primeira linha estão as divisões-padrão analisadas, indicadas pelas iniciais: CDD (Classificação Decimal de Dewey), CDU (Classificação Decimal Universal), LC (Lista de Cabeçalhos de Assunto da Library of Congress), UT (Unesco Thesaurus), TAC (Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq), CD (Currículos Mínimos e Diretrizes Curriculares da Comunicação), INT (Núcleos de Pesquisa da Intercom) e COM (Grupos de Trabalho da Compós).

O quadro acima contabiliza apenas aquelas dimensões ou concepções mais relevantes encontradas em cada uma das divisões-padrão analisadas – ele não expressa o peso de cada uma delas em cada divisão padrão. O que foi feito, nesse sentido, foi desconsiderar concepções de comunicação muito fracamente presentes em alguma divisão-padrão.

O quadro permite uma visualização das concepções de comunicação mais frequentes em cada uma das formas de classificação analisadas. Assim, pode-se perceber que a divisão da comunicação a partir dos meios de comunicação ou mídias é a única presente em todas as divisões-padrão, evidenciando ser realmente a mais importante. A segunda forma mais comum de divisão da área de comunicação é a que se faz a partir das profissões.

Isso confirma o fato de que, no Brasil, “o conceito de comunicação aparece com frequência associado e identificado com as profissões de comunicação, isto é, com as principais habilitações profissionais oferecidas nos cursos de comunicação: jornalismo, publicidade e relações públicas” (LIMA, 1983, p. 89). Mas não apenas no contexto nacional, como analisam Armand e Michèle Mattelart, para quem “a proliferação das tecnologias e a

profissionalização das práticas” (MATTELART; MATTELART, 1999, p. 09) foram os propulsores da formação do campo da comunicação.

Outras três formas de divisão do campo da comunicação aparecem imediatamente depois em ordem de relevância: uma relacionada às ciências, disciplinas ou áreas do conhecimento com as quais a comunicação faz interface; outra relativa à abrangência, âmbito relacional ou contexto da comunicação; e uma relacionada com a dimensão ou inserção social da comunicação. Por fim, outras duas classes mostraram-se parcialmente relevantes: a dos processos da comunicação e a da dimensão de planejamento e gestão da comunicação. As demais formas de divisão da comunicação podem ser consideradas menos relevantes por serem específicas de um ou dois sistemas apenas.

7. Análise dos manuais de teoria da comunicação

Com este capítulo são completadas as três etapas que permitirão a construção do sistema facetado. Aqui, são analisados 18 manuais de Teoria da comunicação, nos quais se constata a existência de sete modelos de comunicação. Cada um destes modelos é apresentado e, no final, são avaliados os resultados dessa etapa da análise.

7.1. Listagem das várias teorias da comunicação

O terceiro método para seleção de termos a constarem num sistema de classificação apresentado por Cordélia Cavalcanti é a consulta a especialistas no assunto. Uma vez que existe uma imensa bibliografia sobre comunicação, para executar essa etapa não foram consultados pesquisadores diretamente, mas sim essa vasta literatura científica. Contudo, é preciso marcar uma importante diferença entre a literatura científica *sobre* comunicação da literatura científica *da* (área de) comunicação.

Afinal, existe uma imensa quantidade de literatura científica sobre comunicação espalhada entre o conjunto de obras e trabalhos de várias ciências, desde as exatas e biológicas (trabalhos sobre engenharia de comunicações, quantificação de informações, técnicas de relacionamento interpessoal entre médicos e pacientes, semiologia médica, etc) até as ciências sociais (estudos históricos sobre jornais, sobre influência da mídia nas eleições, importância econômica das empresas de comunicação). Qualquer manual de sociologia, por exemplo, vai elencar, entre os temas dessa ciência, a questão da comunicação.

Essa literatura não chega a constituir um campo científico específico. Nem tem essa intenção. Antes, ela aponta para o fato de ser a comunicação um objeto de estudo ou, pelo menos, um assunto de pesquisa nas várias disciplinas científicas constituídas. A questão que se levanta aqui é outra: não haveria, no conjunto da produção científica em geral, um conjunto de estudos, autores e conceitos específicos da área de comunicação? Um importante autor da área, por exemplo, afirmava, na década de 50:

A teoria e a pesquisa da comunicação têm atraído (...) o interesse de psicólogos, sociólogos, antropólogos, cientistas políticos, economistas, matemáticos, historiadores e lingüistas e, de todos esses setores e de muitos outros. Ele tem representado uma encruzilhada acadêmica onde muitos passam, mas poucos se detêm” (SCHRAMM, 1964: 10).

Esse mesmo autor, mais adiante, apresenta os quatro “pais fundadores” da pesquisa em comunicação nos Estados Unidos: dois deles são psicólogos, um é sociólogo e o outro cientista político. É claro que, ao tratar do nascimento de um campo, o autor se refere a pesquisadores que possuíam formação em outros campos do saber – já que o campo da comunicação não existia ainda.

Na verdade, a questão de ser a comunicação um campo científico autônomo ou não é polêmica, e existem diversos autores a defender posições tanto de um lado como de outro. Em lugar de investigar e discutir os argumentos de cada um deles, a presente análise procurou fazer um caminho diferente na identificação de uma literatura científica *da* área de comunicação. A partir da constatação de que existem diversos livros com título ou assunto “introdução à comunicação”, “teoria da comunicação”, “fundamentos científicos da comunicação” ou “manual de comunicação”, buscou-se levantar uma listagem desses livros considerando-os como “especialistas”. Afinal, sendo manuais de comunicação, espera-se que sejam capazes de mapear a literatura científica tanto *sobre* como *da* comunicação.

Um primeiro resultado da consulta a esses livros foi a percepção de que não só inexistia um consenso sobre o que é comunicação (como já foi constatado no capítulo anterior) como o pensamento sobre a comunicação é marcado pela existência de diferentes correntes teóricas, cada uma delas com uma apreensão própria do fenômeno, com termos próprios relativos à comunicação. Isso quer dizer que não existe uma única teoria da comunicação, nem esta é o resultado de uma acumulação de conhecimentos e idéias que se conectam, como podem evidenciar certos trechos desses manuais:

A longa tradição de análise (sinteticamente designada pelo termo *communication research*) acompanhou os diversos problemas que iam aflorando, atravessando perspectivas e disciplinas, multiplicando hipóteses e abordagens. (WOLF, 1995, p. 12).

Também MATTELART e MATTELART (1999) ressaltam a variedade de disciplinas que se ocuparam da comunicação, as dificuldades envolvidas na busca de sua legitimidade

acadêmica e científica e os diversos termos e problemas que se apresentaram para as várias escolas, correntes e tendências surgidas ao longo do século. Sobre a forma de apresentar e ordenar esse conjunto de teorias, escrevem os autores que o conjunto dessas tensões e antagonismos

(...) invalida toda a abordagem excessivamente cronológica de uma história das teorias. Fluxo e refluxo de problemáticas impedem que se conceba essa trajetória de modo linear. Se esta obra segue um princípio de ordenamento mínimo por ordem de surgimento dessas escolas, correntes e tendências, pretende insistir na circularidade das problemáticas de pesquisa (p. 10).

Os mesmos autores destacam ainda:

A história das teorias da comunicação é a história de separações e das diversas tentativas de articular ou não os termos do que freqüentemente surgiu sob forma de dicotomias e oposições binárias, mais do que de níveis de análise. Invariavelmente, em contextos históricos diversos, essas tensões e antagonismos, fontes de exclusão, não deixaram de se manifestar, dividindo escolas, correntes e tendências (MATTELART; MATTELART, 1999, p. 10).

Se existem várias correntes teóricas sobre a comunicação, torna-se um problema saber como proceder a uma escolha de quais serão utilizadas para a composição do sistema de classificação facetada. Evidencia-se aí, então, mais uma vez, a utilidade de se consultar os manuais. Afinal,

(...) o volume da produção que, de uma maneira ou de outra, se enquadra como Teoria da Comunicação é imenso. A partir da década de 50, em especial, esta produção, ainda que de qualidade oscilante, atinge um crescimento vertiginoso. Mesmo o mais disciplinado estudioso é incapaz de acompanhar sistematicamente tudo o que acaba sendo produzido e publicado na área (...) O impasse diante de algo tão grande, tangenciando as “fronteiras do conhecimento humano”, tem algo de trágico. É o paradoxo da amplitude paralisadora, trazendo o “desânimo ou a desistência” (ROCHA, 1995, p. 54).

Outros autores também concordam que mapear ou inventariar a literatura científica em comunicação é uma tarefa praticamente impossível, pois trata-se, o pensamento sobre a comunicação, de

(...) um conjunto de conhecimentos, métodos e pontos de vista tão heterogêneos e discordantes que tornam não só difícil mas porventura também

insensata qualquer tentativa para se conseguir uma síntese satisfatória e exaustiva. Se, todavia, se renunciar a seguir todas as correntes de pesquisa para se expor “apenas” as tendências mais difundidas e consolidadas daquilo que, neste complexo domínio, se transformou ou está a transformar em “tradição” de estudo, a tentativa parece então ser possível. (WOLF, 1995, p. 12).

Assim, para uma única pessoa, ou mesmo uma equipe, parece bastante razoável se aproveitar dos trabalhos de pesquisadores que já tentaram realizar a tarefa. Por isso, em lugar de se propor a realizar a pretenciosa tarefa de mapear toda a produção científica da área, nos utilizamos das contribuições de uma série de importantes estudiosos que já foram promovendo distintas organizações do campo. Ao utilizar vários manuais, inclusive, pode-se evitar a limitação às idiosincrasias e especificidades do ponto de vista de um único autor.

Na análise que se pretende realizar a seguir a respeito dos manuais de teoria da comunicação, é importante destacar o que se entende por “manual de teoria da comunicação”. Não serão consideradas obras que apresentem *uma* teorização sobre comunicação (com histórico de seu surgimento como fenômeno, suas tipologias, seus elementos internos, processos, etc). O que interessa para esse trabalho são as obras que se preocupam em apresentar as diversas teorias ou correntes teóricas que compõem a teoria da comunicação, apresentar a constituição do campo, inclusive histórica e geograficamente, isto é, apontando autores e contribuições de diferentes países e ao longo de várias épocas.

Com isso, busca-se uma delimitação do campo científico da comunicação *em termos* de suas várias escolas de pensamento, com suas idéias, conceitos, métodos. Sabe-se (e isso será verificado nos manuais) que, no vasto conjunto de produção científica sobre e da comunicação, a própria noção de comunicação é múltipla, adquirindo variadas conotações e sentidos. Há correntes teóricas opostas e até inconciliáveis. Privilegiando-se manuais que apresentam várias correntes (e que têm como preocupação abrigar a diversidade de pontos de vista) é possível buscar garantir um olhar mais abrangente sobre o campo da comunicação, que traga exatamente as várias idéias formuladas para definir o objeto, os vários métodos de pesquisa empregados, os vários contextos sócio-históricos e teórico-epistemológicos de onde se originaram.

7.1.1. Critérios para a escolha dos manuais de teoria da comunicação

Para a obtenção de uma lista de quais são os manuais de teoria da comunicação existentes, foi feita uma busca nas bibliografias de disciplinas de teoria da comunicação de faculdades de todo o país; nos catálogos de editoras nacionais que trabalham com livros de ciências sociais e humanas; nos estandes de livros de eventos científicos da área; nos acervos das bibliotecas das IES que possuem PPGCOMs. Foram selecionados, num primeiro momento, todos os livros que possuem as expressões “teoria da comunicação” ou “teorias da comunicação” no título ou subtítulo. Durante o processo de busca, foram encontrados alguns outros sobre teoria da comunicação, embora essa expressão não conste dos títulos, e estes foram acrescentados aos já selecionados.

Os livros encontrados a partir desses procedimentos foram todos consultados para conferência do fato de serem ou não manuais de teoria da comunicação. No caso de livros estrangeiros que ainda não foram publicados por editoras brasileiras, foram considerados apenas aqueles disponíveis nas bibliotecas consultadas.

Alguns critérios foram necessários, num segundo momento, para que não se incluísse na análise todo tipo de trabalho sobre comunicação ou que se intitule manual de teoria da comunicação. Esses critérios são apresentados a seguir. O primeiro é a abrangência: espera-se que seja um manual que tenha abrangência geográfica e temática, isto é, um manual de teoria da comunicação que sumarie apenas as pesquisas de um único país ou continente, ou apenas de uma área ou assunto da comunicação (por exemplo jornalismo, cinema, efeitos, “comunicação e política”), não será considerado. Foram considerados para análise apenas aqueles manuais que compreendem estudos de vários países, várias épocas, e sobre os diferentes assuntos (profissões, meios, processos) da comunicação.

O segundo critério é o de exclusividade da tarefa de inventariar as teorias da comunicação. Trabalhos que realizam um mapeamento das teorias apenas como requisito para outro objetivo, ou como atividade secundária, não foram considerados para a presente análise.

O terceiro critério diz respeito à pretensão de sistematização e completude. Obras que busquem apresentar apenas algumas teorias da comunicação (não necessariamente as mais representativas, mas escolhidas aleatoriamente ou por alguma razão específica) foram desconsideradas. Sabe-se que é impossível que um manual contenha todas as teorias e correntes existentes, mas espera-se dele a preocupação com o todo, a intenção de produzir ao menos um panorama extenso e, desse panorama, escolher algumas para desenvolver,

explicar e/ou descrever. Da mesma forma, serão desconsiderados trabalhos que apresentem teorias sem estabelecer relações entre elas, sem organizá-las num todo a partir do qual façam sentido.

Foram excluídos da análise diversos livros que não atendiam a esses critérios. Em primeiro lugar, aqueles sobre teoria da comunicação que representam a visão que o autor possui sobre o que é comunicação, seus elementos, temas, questões e problemas. É o caso dos livros de Pereira e Dimpleby e Burton, que não fazem apanhados de teorias mas explicações próprias de aspectos da comunicação, isto é, apresentam a “sua própria” teoria da comunicação, ainda que recorrendo a distintos autores.

Ainda a partir desse critério foi excluído o livro de Beltrão e Quirino, que apresenta e discute uma série de teorias da comunicação, mas não se pretende ser uma apresentação sistemática dessas teorias. O livro se estrutura, na verdade, em sete temas (a sociedade contemporânea, vida social e comunicação, a comunicação de massa, ética, estética e política na comunicação, a mensagem e o meio, as funções e os efeitos), e a partir deles diversos autores e correntes teóricas são convocados.

O mesmo vale para o manual de Fiske, dividido em nove capítulos (teoria da comunicação, outros modelos, sentidos e signos, códigos, significação, métodos semióticos e suas aplicações, teoria estruturalista, métodos empíricos, ideologia). Ainda que apresente algumas teorias (como a “Teoria Matemática”, “Teoria dos usos e gratificações”), não se propõe a inventariar sistematicamente as teorias nem mesmo a selecionar as mais relevantes. Outro importante manual excluído a partir desse critério é o de Bounoux. Ainda que elencando diversas correntes teóricas, organiza-se por temas: o vínculo na comunicação, o signo, o sentido, a técnica, a informação, o espaço público e a globalização. Também os livros de Enzensberger, Doria e Doria e Moreira foram excluídos por apresentarem teorias dos próprios autores, ainda que recorrendo a algumas correntes em suas argumentações.

Poderia se objetar que o argumento que exclui esses manuais valeria para o de McQuail. Cabe aqui uma explicação: o manual de McQuail possui um capítulo específico que inventaria a evolução das teorias da comunicação, ainda que o livro, como um todo, esteja organizado por grandes temas (produtores da comunicação, mensagens, audiência, efeitos). A partir de um critério bastante semelhante ao anterior, foram excluídos livros que possuem um outro objetivo qualquer (estudo de um fenômeno específico de comunicação, por exemplo) e realizam, em algum momento, uma revisão das teorias da comunicação. É

o caso, entre outros, do livro de Rocha, que mesmo realizando uma “revisão da imensa literatura produzida sobre a comunicação de massa” (p. 51) faz, na verdade, uma “modesta revisão (...) dos modelos mais tradicionais” já que “inventariar a Teoria da Comunicação é uma etapa necessária, mas não é o eixo do trabalho” (p. 54). Nestes casos, o trabalho com as teorias da comunicação é uma atividade secundária na obra e que acaba por resultar num inventário incompleto. Ou, então, como no caso do livro de Barros Filho, que se preocupa com a questão da ética e do receptor e, intencionalmente, apresenta apenas algumas teorias da comunicação.

Por fim, a obra de Sfez também foi desconsiderada, embora tenha como objetivo explícito fazer uma “crítica da comunicação”, o autor a faz tanto da realidade da comunicação, isto é, como fenômeno, como das tentativas de compreendê-la. Para isso, o autor evoca diversos autores de diversas áreas e não tem a pretensão de apresentar um panorama das teorias da comunicação ou uma crítica sistemática a cada uma delas – elas vão aparecendo à medida que sua argumentação as convoca. Assim, mesmo apresentando uma série de correntes teóricas, tais como “*Mass media studies*” (“*Two-step flow of communication*”, os estudos da “Persuasão”, a “Análise de conteúdo”, “*Agenda setting*”), “Teoria da ação comunicativa” e “Escola de Palo Alto”, também discute diversas teorias de autores envolvidos com a “Inteligência artificial”, física, biologia e ciências cognitivas. O autor evoca teorias da comunicação para criticá-las, mas esse é apenas um passo do trabalho que desenvolve no livro.

Manuais de teoria da comunicação setoriais, isto é, que limitam o escopo de sua sistematização, também foram eliminados. O caso mais importante, nesse sentido, é o manual de DeFleur e Ball-Rokeach. Sua primeira edição, realizada apenas por DeFleur, é de 1966, e logo em 1971 ganharia edição em português. Sua quinta edição, de 1989, já com a parceria de Ball-Rokeach, foi bastante reformulada, com capítulos novos e capítulos velhos reescritos. Essa versão foi traduzida para o português em 1993. A importância tanto de uma como de outra é imensa, principalmente por ser citado em praticamente todos os manuais de teoria da comunicação posteriores. É um livro extremamente detalhado: apresenta uma história da humanidade dividida em eras conforme as modalidades comunicativas, história da imprensa, do cinema e de outros meios de comunicação. Depois, apresenta as questões centrais e os paradigmas fundamentais que norteiam os estudos, já que “a pesquisa acerca dos processos e efeitos da comunicação de massa tem de ser norteada por um conjunto de pressupostos básicos acerca da natureza da sociedade, do

indivíduo humano, e do relacionamento entre ambos” (p. 45). Esses paradigmas são sociais (“Funcionalismo estrutural”, “Perspectiva evolutiva”, “Modelo do conflito social” e “Interacionismo simbólico”) e psicológicos (“Behaviorismo”, “Psicanálise” e o “Paradigma cognitivo”). Por fim, realiza um grande e detalhado apanhado de teorias sobre os mais variados aspectos do fenômeno comunicativo, sempre com a preocupação de “interpretar a influência das comunicações sobre os indivíduos, a sociedade e a cultura” (p. 11). Contudo, o livro se restringe ao pensamento norte-americano. Apenas são incluídas teorias e autores de outros países no caso de contribuições das áreas de sociologia, psicologia e filosofia. Não são analisadas teorias da comunicação de outros países, o que mostra que se trata de um manual com uma abrangência específica e, por isso mesmo, bastante diferente dos demais – apesar de ser um eficiente manual sistemático sobre a teoria da comunicação norte-americana.

Caso semelhante é o do manual de Littlejohn. Publicado em 1978, ganhou versão em português em 1982. Faz um apanhado bastante detalhado, embora se classifique como um livro “mais sobre teorias *relacionadas com* a comunicação do que sobre teorias *de* comunicação” (p. 9). Apresenta as “Teorias dos sistemas gerais”, a “Cibernética”, o “Interacionismo simbólico” (Mead, Blumer, M. Kuhn, K. Burke, Duncan), a “Teoria dos signos” (com suas várias abordagens, “Teoria mediacional”, “Teoria gerativa”, “Cinésica”, “Proxêmica”, entre outras, elaboradas por C. Morris, Osgood, Chomsky, Birdwhistell, E. Hall, etc), “Teorias de significado e pensamento” (Boulding, Dewey, Ogden e Richards, Langer, Sapir, Lee Whorf, Searle), “Teoria da informação” (Shannon e Weaver, Ackoff), “Teorias de persuasão e mudança” (com várias subcorrentes, como os estudos sobre atitude de McGuire, M. Rokeach e D. Katz, a “Teoria da aprendizagem” de Weiss, a “Teoria do equilíbrio” de Heider, a “Teoria da congruência” de Osgood e Tannenbaum, a “Teoria da dissonância cognitiva” de Festinger, entre outras), as “Teorias da comunicação interpessoal” (que incluem os trabalhos de Watzlawick, Goffman, Rogers, Newcomb e vários outros), as “Teorias da comunicação em pequenos grupos” (Lewin, Cattell, Janis), as “Teorias da organização humana” (Mayo, McGregor, D. Katz, Kahn, Farace) e, por fim, as “Teorias da comunicação de massa” (desde os modelos de Lasswell, Westley e MacLean, Gerbner, DeFleur aos estudos sobre os efeitos de McLuhan, Klapper, Katz, Edelman, Lippmann, Ellul, Lerner). Contudo, assim como o manual de DeFleur e Ball-Rokeach, abrange apenas teorias norte-americanas – há autores de outros países citados, como Aristóteles, Cassirer, Gadamer, Wittgenstein, Weber, mas sempre como inspiradores

de correntes teóricas norte-americanas, isto é, sua presença não aparece no elenco das teorias da comunicação mas como pensadores que contribuíram para a formulação das teorias. Ou, então, de outros países com grande proximidade com a tradição de estudos norte-americanos (como o inglês Laing e o canadense McLuhan).

O mesmo critério fez com que, nos manuais selecionados para análise, fossem excluídos capítulos que detalham a situação da teoria da comunicação no país de origem do autor e/ou do livro (por exemplo, o caso da Argentina, no manual de Entel, ou da Espanha, no de Moragas Spà).

Também por serem manuais restritos a certos campos, foram excluídos alguns livros como o de Traquina. É um livro que organiza sistematicamente diversas teorias, mas apenas do jornalismo. Argumento semelhante poderia ser evocado contra o manual de Sousa, com uma diferença: o manual deste, apesar de se dizer específico de jornalismo, abrange toda a comunicação, o que pode se confirmar com outro livro do mesmo autor, publicado três anos depois, sobre comunicação, e que possui praticamente as mesmas correntes teóricas. Enfim, a partir desse mesmo critério de exclusão foram suprimidos os livros de Rubim (restrito à área de “comunicação e política”) e Andrews (restrito às teorias da área de cinema).

Por fim, foram descartados manuais de introdução à comunicação ou livros de teoria da comunicação que, embora com preocupação didática ou para auxiliar o leitor na “entrada ao campo da comunicação”, consistem em coletâneas de textos de variados autores. Assim, mesmo coletâneas em que se pode perceber a preocupação, por parte do organizador, em aglutinar autores representativos de diferentes correntes e, ainda, organizar os textos em seções temáticas definidas teoricamente, foram descartados. Nesse caso se incluem coletâneas nacionais (Cohn, Lima) como estrangeiras (Mortensen, Dance, Crowley e Mitchell, Bounoux, Tompkins, Schramm, Marris e Thornham), apesar de sua grande importância em disciplinas de teoria da comunicação e mesmo na promoção de certo consenso sobre os autores mais importantes da área.

Após todas essas exclusões, a lista de manuais de teoria da comunicação ficou restrita a 18 títulos. Eles são apresentados adiante em três grupos: primeiro, os manuais estrangeiros traduzidos para o português ou, no caso de Portugal, já redigidos em português (de autoria de Wolf, Mattelart e Mattelart, Miège e Sousa); segundo, os manuais estrangeiros que não tiveram tradução para a língua portuguesa (escritos por Moragas Spà, McQuail, Lazar, Entel e Attalah); por fim, os manuais de autores brasileiros (Melo, França, Gomes,

Rüdiger, Hohlfeldt et al, Santaella, Lima, Polistchuk e Trinta, e Santos). Em cada grupo, os manuais estão organizados por ordem cronológica.

7.1.2. Critérios para organização dos autores em escolas e das escolas entre si

Os autores dos manuais selecionados possuem diferentes concepções sobre o que é uma escola, uma corrente, uma perspectiva, uma teoria e mesmo um paradigma. Daí resultam usos diferentes (afinal, esses termos não têm o mesmo significado nem são naturalmente intercambiáveis). Alguns autores explicitam os critérios a partir do qual elencam teorias da comunicação. Miège, por exemplo, as divide em três grupos conforme um arranjo cronológico: correntes fundadoras (anos 50 e 60), ampliação das problemáticas (anos 70 e 80) e questionamentos atuais. Polistchuk e Trinta as dividem conforme sete “paradigmas” (funcionalista, matemático, crítico, dialético, culturoológico, midiológico e tecnológico). Moragas Spà utiliza um arranjo geográfico (Estados Unidos, União Soviética e países socialistas, Finlândia, Inglaterra, Alemanha, França, América Latina e Espanha). Lazar utiliza uma divisão por correntes teóricas (funcionalista, crítica e outras). Santaella por tradições (*Mass communication research* e seus desdobramentos, teorias críticas, modelos do processo comunicativo e correntes culturoológicas e midiáticas). McQuail as divide conforme temáticas (enfoque totalizadores, centrados na mensagem, centrados na audiência, centrados nos efeitos). Wolf apresenta uma combinação de três critérios:

A apresentação e a análise das diversas teorias não segue apenas um critério cronológico; estão também ordenadas segundo outras três determinações: a) o contexto social, histórico e econômico em que um determinado modelo teórico sobre as comunicações de massa apareceu e se difundiu; b) o tipo de teoria social pressuposta, ou explicitamente evocada (...); c) o modelo de processo comunicativo que cada teoria dos meios de comunicação apresenta. (WOLF, 1995, p. 19).

Por fim, França realiza uma discussão sobre os critérios de organização utilizados por outros autores, suas limitações e, a seguir, apresenta aquele de que se utiliza:

A teoria da comunicação se caracteriza sobretudo pela heterogeneidade das correntes e concepções que abriga. É tarefa difícil perceber traços de identidade que permitam agrupá-las de forma organizada e coerente. (...) Ainda assim, é possível buscar formas de sistematização, e várias tentativas são feitas nesse sentido. Uma classificação mais global e genérica divide as várias correntes e

estudos em dois grandes blocos, segundo se inscrevam sob a égide dos paradigmas da ordem ou do conflito (...). Uma outra forma de apresentação promove um agrupamento dos estudos por países e/ou institutos de pesquisa. Por esse caminho, fala-se na Escola Americana, Escola Francesa, Escola Italiana (...). Costuma-se ainda buscar um agrupamento das linhas de pesquisa segundo a sua filiação nas distintas correntes de pensamento. Encontraríamos aí, então, três correntes principais: a funcionalista, a estruturalista, a marxista. (...) Uma outra forma possível de ordenação pode ser construída pelo agrupamento temático. (...) Assim é que poderíamos falar (a) no processo comunicativo, (b) nas mensagens, (c) na recepção, (d) na produção social da comunicação (...). (FRANÇA, 1994, P. 148).

Deve-se salientar, assim, que nenhuma tentativa de sistematização das teorias da comunicação é definitiva ou absolutamente perfeita. Antes, ao tentar enquadrar e organizar um conjunto tão heterogêneo e de conteúdos de natureza tão distinta, cada forma de organização tende a forçar certas identificações em alguns momentos, agrupar autores heterogêneos numa mesma corrente, apresentar correntes que não estão muito bem definidas.

Todavia, esse esforço é realizado e a análise a seguir procura ver quais as teorias listadas por eles e perceber se existe um maior consenso entre os autores (sobre quais são as teorias da comunicação) ou não, se cada autor tem uma visão particular bastante diferente das demais. Os manuais escolhidos para a análise são apresentados a seguir.

7.1.3. Manuais estrangeiros com tradução em português

a) “Teorias da comunicação”, de Mauro Wolf

O manual de Mauro Wolf (WOLF, 1995) foi publicado pela primeira vez em 1985, em italiano. Logo em 1987 ganhou versão em português, editado por uma editora de Portugal. Seu impacto sobre a teoria da comunicação brasileira é enorme: por seu pioneirismo, acabou sendo presença obrigatória em praticamente todas as disciplinas de teoria da comunicação no país, além de estar presente na bibliografia das provas de seleção dos mestrados e doutorados. Em 2003, ganhou edição brasileira.

O livro é dividido em duas partes. Na primeira, denominada “A evolução da pesquisa sobre as comunicações de massa”, são apresentados os estudos realizados até a década de 70, quando, segundo o autor, uma grave crise se abateu sobre o campo com uma insatisfação generalizada sobre o estado do conhecimento produzido até então. A segunda parte,

“Novas tendências de pesquisa: *mass media* e construção da realidade”, apresenta as duas teorias mais significativas resultantes dos debates originados com essa crise, que se formaram no final dos anos 70 e início dos anos 80.

Na primeira parte, “os modelos apresentados referem-se a oito ‘momentos’ dos estudos sobre os meios de comunicação” (p. 20). Esses momentos foram agrupados e analisados a partir não apenas de um critério cronológico, mas levando em conta ainda três critérios: o contexto social, histórico e econômico das teorias; o tipo de teoria sociológica pressuposta, implícita ou explícita; e o modelo de processo comunicativo de cada teoria.

A primeira delas é a “Teoria hipodérmica”, em vigor nas décadas de 20 e 30, nos Estados Unidos, com os trabalhos de autores como Lippmann, Chakhotin, Doobs, Cantril, Lasswell e Rogerson. As três teorias seguintes também se desenvolvem nos Estados Unidos, entre as décadas de 40 e 60, e representam a superação da Teoria hipodérmica.

A primeira é a “Abordagem empírico-instrumental ou da persuasão”, desenvolvida por autores como Hovland, Lumsdaine, Sheffield, Hyman, Sheatsley, Cooper, Jahoda, Kendall, Wolf, Bartlett e Lund. A segunda é a “Abordagem empírica de campo ou dos efeitos limitados”, que reúne cientistas como Lazarsfeld, Berelson, Gaudet, Katz, Merton, Klapper, Shils e Janowitz. Por fim há ainda a “Teoria funcionalista das comunicações de massa” cujos principais pesquisadores são Wright, Lazarsfeld e Merton. Dentro dela há uma variante, a “Hipótese dos usos e gratificações” formulada por Katz, Gurevitch, Haas e Blumler e posteriormente trabalhada por McQuail, Elliott, Rosengren.

A quinta teoria é a “Teoria crítica”, desenvolvida por um grupo de pesquisadores vinculados ao *Institut für Sozialforschung* de Frankfurt, Alemanha, no mesmo período das três correntes citadas acima. Seus principais autores são Adorno, Horkheimer, Marcuse. Após apresentar essa teoria, Wolf dedica toda uma seção à tensão existente entre esse ramo de estudos e a *mass communication research* norte-americana (representada pelas quatro primeiras teorias). Trata-se do debate “teoria crítica *versus* pesquisa administrativa”.

A teoria seguinte é a “Teoria culturológica”, majoritariamente francesa, campo de atuação inaugurado por Morin em 1962 e onde atuam diversos pesquisadores como, por exemplo, Moles. Numa nota de rodapé, Wolf postula que poderia ser incluído nessa corrente o canadense McLuhan, embora identifique a “sua marginalidade em relação à *communication research*” (p. 94). A sexta teoria é a “Perspectiva dos *cultural studies*”, ligada a pesquisadores do *Center for Contemporary Studies* de Birmingham, Inglaterra,

surgida em meados dos anos 50 e início dos 60, e que tem em Hall seu principal representante.

O oitavo “momento” das teorias da comunicação apresentado por Wolf na verdade não representa uma teoria, mas sim uma discussão sobre os modelos de processo comunicativo presentes nas várias teorias (que é, aliás, o terceiro dos critérios utilizados pelo autor para agrupar e analisar as várias teorias). O autor apresenta três modelos. O primeiro é o “Modelo comunicativo da teoria da informação”, teoria esta também conhecida como “Teoria matemática da comunicação” que tem nos trabalhos de Nyquist, Hartley, Shannon e Weaver seus marcos fundamentais. Para Wolf, esse modelo é o que sustentou praticamente todas as teorias da comunicação até os anos 70: “na *communication research*, o modelo informacional foi, durante muito tempo, o verdadeiro paradigma dominante, raramente posto em questão e o mais freqüentemente utilizado” (p. 106). Os outros dois modelos são o “Modelo comunicativo semiótico-informacional”, assim denominado por Eco, Fabbri e outros em 1965, e o “Modelo semiótico-textual”, mudança conceitual em relação ao anterior desenvolvido também por Eco e Fabbri em 1978. Ambos os modelos contam com o aporte teórico de diversos autores da semiótica.

A segunda parte do livro possui dois capítulos. Conforme o próprio autor, “o segundo e o terceiro capítulos expõem as tendências actuais da *communication research* que são capazes de ultrapassar o *impasse* do debate ideológico e, ao mesmo tempo, propor integrações possíveis, acerca de problemas específicos, entre domínios disciplinares diversos” (p. 125).

Assim, o segundo capítulo é dedicado à “Hipótese do agenda-setting”, desde seus precursores (Lippmann, Lang e Lang, Noelle Neumann, Cohen) aos autores que a elaboraram (Shaw, McCombs) e aos que a desenvolveram posteriormente (Galtung, Ruge, McClure, Patterson, Paletz, Elson, Siune, Borre, Zucker, Bechelloni, Benton, Frazier, Cook, Tyler). Embora tenha surgido nos Estados Unidos, na década de 70, essa teoria está presente em estudos realizados em vários países no início dos anos 80.

Já o terceiro capítulo chama-se “Da sociologia dos emissores ao newsmaking”. Analisa o campo de estudos sobre os emissores desde os primeiros autores a dedicarem-se ao campo, ainda com o conceito de *gatekeeper* (Lewin, White, Breed, Gieber, Stempel), passando pela fase intermediária (Lang e Lang, Halloran) até chegar à corrente conhecida como Newsmaking (Warner, Elliott, Epstein, Altheide, Schlesinger, Tuchman, Alvarado, Bunscombe, Golding, Gans, Fischman, Bantz, McCorkle, Baade, Findhal, Höijer, Rositi,

Magistretti, Cesareo, Sigal, Barrett-Palmer, Robinson, Lepri, Chandbary, Marletti, Rasmussen). Apesar de também ter surgido nos Estados Unidos e ser majoritariamente norte-americana, também é aplicada em outros países nos anos 80.

O autor publicou, em 1992, um outro livro, específico para a questão dos efeitos da comunicação, que atualiza o livro anterior e se caracteriza pela mesma sistematicidade. Distingue três períodos da história dos estudos sobre os efeitos da comunicação: até os anos 30, quando havia uma crença no forte poder de influência da mídia; dos anos 40 aos anos 60, em que houve uma valorização mais modesta do poder dos meios; e os anos 70, com a retomada da idéia de “mídia forte”. A primeira parte do livro trata do primeiro e segundo períodos, reproduzindo as teorias do livro anterior (“Teoria hipodérmica” e “Teoria dos efeitos limitados”), discutindo o tema e apresentando as causas da virada nos anos 70.

A segunda parte apresenta as correntes teóricas que pregam o “poder da mídia”. São elas: a “Espiral do silêncio” (inaugurada por Noelle-Neumann em 1974), o “Desnível de conhecimento ou *Knowledge gap*” (formulado por Tichenor, Donohue e Olien em 1970), “Teoria da dependência” (Ball-Rokeach e DeFleur, 1976), “Teoria do cultivo” (Gerbner, Gross, Morgan), as teorias da socialização e de construção social da realidade (Lindlof, Lull, Meyrowitz).

b) “História das teorias da comunicação”, de Armand e Michèle Mattelart

Diferente do manual de Mauro Wolf, que gasta muitas páginas para explicar de forma pormenorizada algumas teorias específicas, com exemplos, descrição de estudos e análise de conceitos, o manual do casal Mattelart apenas apresenta diversas teorias e autores, sem se deter muito tempo sobre qualquer uma delas. Como o título do livro indica, trata-se de uma *história* das teorias da comunicação e, por isso, tem por objetivo central apresentar fatos, livros publicados, informações biográficas – e não tanto explicar teorias. Assim, apesar de ser menos aprofundado no exame das teorias, é muito mais abrangente: seu leque recobre muito mais autores, tradições de estudo e países. O livro é muito rico em termos de referências sobre os autores (não apenas da comunicação mas de outras áreas cuja influência se fez sentir no campo da comunicação), instituições a que se vinculam, datas de publicação de trabalhos, debates e polêmicas importantes, além, naturalmente, da explicação de algumas teorias ou conceitos.

Publicado primeiramente na França, em 1995, rapidamente foi traduzido em português, mas por uma editora de Portugal. Essa edição teve pouca presença no Brasil. Em 1999 já estava disponível a primeira edição brasileira, que, a exemplo do livro de Mauro Wolf, logo teve imensa aceitação de professores e pesquisadores de teoria da comunicação.

O livro é dividido em sete capítulos, mas que não representam sete teorias comunicativas nem mesmo sete momentos históricos da teoria da comunicação. Ao mesmo tempo em que há capítulos onde não há uma teoria sequer, em outros há teorias agrupadas geograficamente e, em outros, várias teorias diferentes de diferentes países.

O primeiro capítulo é o caso de um momento do livro em que não são apresentadas teorias da comunicação mas, sim, teorias de outras áreas, formuladas no século XIX, que trouxeram “noções fundadoras de uma visão da comunicação como fator de integração das sociedades humanas” (p. 13). O capítulo apresenta, assim, as noções de trocas e fluxos (aspectos do pensamento de autores como Smith, Quesnay, Mill, sobre divisão do trabalho, de Saint-Simon e Spencer, sobre redes, e de Comte, sobre desenvolvimento) e de gestão das multidões (da estatística moral, com Quételet e seus predecessores Bertillon, Galton, Lombroso, à psicologia das massas, desenvolvida por autores como Sighele, Le Bon e, também, Tarde, Freud, Durkheim). O capítulo termina apresentando diversos discursos utópicos, frutos da literatura, como os de Kropotkin, Geddes, Morris, Bellamy e Butler.

O segundo capítulo é dedicado às primeiras teorias da comunicação surgidas nos Estados Unidos. A primeira delas é a da “Escola de Chicago”, surgida na década de 1910 e que tem entre seus principais membros Park, Burgess, Cooley (influenciados por Simmel, Tarde, Dewey e Mead, autores de outras áreas das ciências sociais). Em nota separada do texto, os autores apresentam uma outra corrente, a “Semiótica”, fundada por Peirce também na década de 1910.

A segunda grande teoria apresentada nesse capítulo é a “*Mass communication research*”, que tem seu marco inicial em 1927 e se instala como corrente hegemônica na década de 40, quando se observa o declínio da Escola de Chicago. Essa corrente é dividida, no livro, em seis tendências. A primeira delas, bastante influenciada pelos trabalhos de Le Bon, Watson, Pavlov, McDougall, é a que se preocupa com os impactos da propaganda e concebe a mídia como todo-poderosa, segundo o “Modelo da agulha hipodérmica”. Desenvolve-se nas décadas de 20 e 30 e seus principais representantes são Lasswell, Tchakhotine, Cantril, Gaudet, Herzog, Gallup, Roger, Crossley. A segunda é a “Sociologia funcionalista da mídia”, que ganha corpo na década de 40 e tem no mesmo Lasswell seu

principal representante, além de Lazarsfeld e Merton, sendo influenciada pelos trabalhos de Bertalanffy, Radcliffe-Brown e Malinowski, além de Durkheim. A terceira vertente se articula a partir dos trabalhos de Lazarsfeld e Merton na Universidade Colúmbia, consistindo na “Clivagem teórica”, marcada pelo rótulo de “pesquisa administrativa” e que acabou se encaminhando para a formulação da teoria do “Duplo fluxo da comunicação”, ao longo dos anos 40 e 50, pelo mesmo Lazarsfeld e seus colegas Berelson e Gaudet e, depois, Katz, além de discípulos como Dichter, Herzog, Rosenberg. Em nota à parte do texto geral é apresentada outra teoria, a da “Comunicação e desenvolvimento”, desenvolvida nos anos 50, 60 e metade da década de 70 por autores como Lerner, Schramm, Pool e Rogers – este último, autor de uma variante, a “Difusão de inovações”. Já a quinta tendência tem uma natureza menos sociológica e mais psicológica. Trata-se dos estudos sobre a “Decisão de grupo”, cujos antecedentes são Munsterberg e Mayo e os principais representantes são Lewin e, noutra direção, Hovland. Por fim, a última tendência não chega a consistir uma teoria da comunicação, mas apenas uma “Voz dissidente” no âmbito dos estudos norte-americanos - trata-se do sociólogo Wright Mills. Embora não consistindo exatamente uma teoria da comunicação, ele tem uma importância fundamental no posterior surgimento dos *American cultural studies* que são apresentados pelos autores em outro capítulo.

O terceiro capítulo também contém apenas correntes teóricas formuladas nos Estados Unidos. São duas, bastante relacionadas entre si. A primeira delas é a “Teoria da informação” ou “Teoria matemática da comunicação”, iniciada com o modelo formal de Shannon e Weaver de 1948 que tem como antecedentes os trabalhos de Markov, Hartley, Turing, von Neumann e Wiener. Mattelart e Mattelart apresentam uma série de autores de várias áreas relacionados com a “Abordagem sistêmica” (Schrödinger, Avery, Crick, Watson, Jacob, Lwoff, Monod, Bertalanffy, Easton, Deutsch) para apontar aqueles autores da teoria da comunicação que também se utilizam de um referencial sistêmico para a comunicação (Lasswell, Bauer, Pool, Dexter, De Fleur). Essas duas abordagens, a matemática e a sistêmica, estão diretamente interligadas no âmbito da teoria da comunicação norte-americana e mesmo em outros países (como é o caso de Moles, na França). A segunda teoria apresentada constrói-se na oposição à Teoria Matemática e a partir das idéias da Cibernética de Wiener (1948). Trata-se do “Colégio invisível” ou “Escola de Palo Alto”, movimento iniciado em 1942 que envolve pesquisadores como

Bateson, Watzlawick, Birdwhistell, E. Hall e Goffman. Essa abordagem também se inspira na teoria sistêmica.

O quarto capítulo do livro traz, enfim, as primeiras teorias da comunicação européias. A primeira é a “Teoria crítica” elaborada pelos filósofos da Escola de Frankfurt exilados nos Estados Unidos, a partir do final dos anos 30. São eles: Horkheimer, Pollock, Adorno, Löwenthal, Benjamin, Kracauer, Marcuse. Os autores apresentam ainda seu herdeiro mais importante, Habermas. Em nota à parte do texto do livro, os autores apresentam a discussão que opunha “apocalípticos e integrados” no âmbito da pesquisa em comunicação (anos 50 e início dos 60: MacDonald, Shils, Bell), segundo os termos consagrados por Eco em 1964. A segunda teoria é o “Estruturalismo”, surgido na França nos anos 60. Seu marco fundador é a Lingüística de Saussure. Seus principais autores são Barthes e Greimas. Em texto à parte os autores destacam a importância de Lévi-Strauss e Jakobson para essa corrente. No mesmo tópico apresentam a “Escola Francesa”, pesquisadores envolvidos com o Cecmas, criado em 1960 em Paris, composta de autores como Friedmann, Morin e o próprio Barthes e que não é, em sua totalidade, estruturalista. Outros autores são Kristeva, Metz, Moles, V. Morin, Gluksmann, Fresnault-Deruelle, Gritti, Verón, Greimas, Durand, Péninou. Ainda na rubrica do Estruturalismo os autores apresentam uma outra teoria comunicativa, referente ao grupo de Milão, formado na mesma época, que reúne autores como Eco, Fabbri, Bettetini e Casetti e, também, uma série de autores de outras áreas fundamentais para a abordagem estruturalista da comunicação (Althusser, Bourdieu, Foucault) e, em notas, autores ligados à crítica da sociedade midiática (Debord, Baudrillard).

A terceira teoria são os “*Cultural studies*”, corrente que se desenvolve nos anos 60 e 70 a partir da fundação do Center of Contemporary Cultural Studies em 1964, na Universidade de Birmingham, com as idéias fundadoras de Williams, Hoggart e E.P. Thompson. Seu predecessor é Leavis, suas influências teóricas são Lukács, Bakhtin, Benjamin, Goldmann, Sartre, Althusser, Barthes e Gramsci, e seus continuadores são S. Hall, Morley, Brunson.

O capítulo cinco apresenta a “Economia política da comunicação”, que se expressa em duas teorias. A primeira delas é a “Teoria da dependência cultural” ou do “Imperialismo cultural”, que se desenvolve no final da década de 60 e encontra expressões ao mesmo tempo nos Estados Unidos (Schiller, Guback, Ewen), Inglaterra (Golding, Tunstall, Boyd-Barrett, Palmer), Finlândia (Varis e Nordenstreng), Holanda (Hamelink), Noruega (Galtung) mas, principalmente, na América Latina, com os trabalhos de Pasquali,

Schmucler, Capriles, Beltrán, Fox, A. e M. Mattelart, Freire. Desse movimento teórico surgiu o debate, nos anos 70, em torno da “nova ordem mundial da informação e da comunicação”, cujo principal foco de expressão foi a Unesco. O segundo foco da economia política da comunicação surge na Europa, nos anos 70: são os estudos sobre as “Indústrias culturais”, cujos principais representantes são Miège, Flichy, Lacroix, Lévesque, Tremblay, Bustamante, Zallo, Gubern, Moragas, Serrano, Garnham, Smythe, Cesareo, Grandi, Richeri, Wolf. Nessa perspectiva podem ainda ser englobados os trabalhos sobre a “sociedade global” de autoria de McLuhan, Brzezinski, Porat, Nora e Minc, Pool, Stourdzé e Ellul.

O sexto capítulo destaca o “retorno ao cotidiano” operado nos anos 80 a partir do trabalho de distintas correntes e movimentos teóricos não apenas da comunicação mas das ciências sociais e da linguagem de uma forma geral. Entre esses movimentos estão “as correntes reunidas sob o termo de sociologias interpretativas (interacionismo simbólico, fenomenologia social, etnometodologia), que se desenvolveram a partir dos anos 60 nos países anglo-saxões” (p. 131-132). Os autores que as compõem têm sua base de inspiração em Simmel, Mead, Schultz. São eles: Garfinkel, Heritage, Sacks, Cicourel, Blumer, Goffman. Nesse tópico os autores inserem os vários pesquisadores envolvidos nas discussões e polêmicas acerca do debate sociológico entre as abordagens que privilegiam o papel do ator (sociologias interpretativas) em oposição às que privilegiam o sistema social (sociologias estruturais): Lazarsfeld, Althabe, Giddens.

Outro movimento é o da “Reviravolta lingüística”, que reúne contribuições diversas como a “Teoria dos atos de fala” de Austin, a noção de “Jogos de linguagem” de Wittgenstein e a de “Construção social da realidade” de Berger e Luckmann. O terceiro movimento é a “Teoria da ação comunicativa” de Habermas, elaborada em 1981 – e que despertou uma famosa polêmica com Luhmann, que define a comunicação como um “sistema auto-poiético”.

O quarto movimento é o da “Etnografia das audiências”, influenciada por Bakhtin, Sartre, Eco e pelos trabalhos de estética da recepção da “Escola de Constança” na década de 60 (Jauss). Dentro desse movimento encontram-se os “*Cultural studies* e estudos feministas” levados a termo por autores como Morley, Lull, Radway, Mulvey, Kaplan, Modleski, Brunson, Ang, e que têm em Geertz uma das principais referências teóricas. O quinto movimento é o da corrente dos “Uses and gratifications”, surgida nos Estados Unidos na

metade da década de 70, originada por Katz e Blumler. E o último é o que estuda as “Estratégias de consumo”, que tem em Certeau seu principal representante.

O último capítulo do livro denomina-se “O domínio da comunicação”. Em sua primeira parte discute as correntes que vêem a comunicação como rede, na década de 80: a revisão da “Teoria difusionista”, vinte anos depois de sua formulação, por Rogers e Kincaid; a “Antropologia das ciências e das técnicas” de Latour e Callon. A seguir é vista a contribuição das “Ciências cognitivas”, originadas nos Estados Unidos, na década de 40, e da “Teoria da autopoiesis” de Maturana e Varela. Na segunda parte do capítulo são vistas teorias mais recentes voltadas para questões contemporâneas como as questões do relacionamento entre países e o fenômeno da globalização (Fukuyama, Brzezinski, Guattari, Ohmae, Barbero, Ortiz, Canclini, Appadurai, Levitt, Iribarne, Drucker), da pós-modernidade (Lyotard, Bell, Jameson) e da dimensão tecnológica (Lévy, Debray, Goody, Virilio, Vattimo, Baudrillard, Guattari). A respeito dessa última, há um texto destacado em nota que ressalta a importância de Innis e McLuhan nas teorias sobre a dimensão técnica da comunicação.

c) “O pensamento comunicacional”, de Bernard Miège

A obra de Miège foi publicada pela primeira vez na França, em 1995 – antes disso sua concepção das teorias da comunicação já havia sido prenunciada em alguns artigos. Ganhou edição em português em 2000, embora, desde antes, “já vinha sendo usado – na sua versão em espanhol – como texto de base para a seleção em programas de mestrado e doutorado pelo país, e até por professores que traduziam algumas de suas partes para os alunos” (p. 09). Seu objetivo é “retomar as etapas pelas quais as ciências da informação e da comunicação começaram a se constituir como campo (inter)disciplinar autônomo”. O livro é dividido em três partes, a partir de um arranjo cronológico.

A primeira parte apresenta as três “Correntes fundadoras”, formuladas nos anos 40, 50 e 60. Ressalte-se que o autor reconhece a existência de alguns trabalhos publicados nos anos 20 e 30 que “prepararam o caminho” para o pensamento comunicacional. Mais do que isso, alerta que “é claro que os primeiros textos relativos às questões da comunicação não datam de meados do século XX; alguns são bem anteriores e foram, até mesmo, escritos na Grécia Antiga” (p. 24).

A primeira teoria é o “Modelo cibernético” trabalhado em fins dos anos 40 por Shannon e Weaver e também por Wiener, influenciados por autores como Carnot, Boltzmann, Turing e pelos pesquisadores de abordagem sistêmica como Bertalanffy, Ashby, Forrester. A segunda teoria é a “Abordagem empírico-funcionalista dos meios de comunicação de massa”, “feita de uma multiplicidade de autores e escolas” (p. 33) e que tem como precursores Lazarsfeld, Hovland e Lasswell. O autor também destaca a polêmica entre Lazarsfeld e Adorno e as correntes existentes e ligadas a essa teoria, como a “Teoria funcionalista dos meios de comunicação” (Merton, Wright, Parsons), a “Análise de conteúdo” (Berelson) e a “Teoria do *two step flow of communication* (Lazarsfeld e Katz). São citadas também correntes que representam sua evolução, nas décadas seguintes, como o “Agenda setting” (McCombs e Shaw), a “Espiral do silêncio” (Noëlle-Neumann), a “Análise de *uses and gratifications*” (Katz, Blumler, Gurevitch) e os trabalhos de cientistas como Glick, Levy, Gerbner.

A terceira corrente fundadora é identificada como “O método estrutural e suas aplicações lingüísticas”, na qual são apresentados autores estruturalistas (Lévi-Strauss, Foucault) e seu impacto no pensamento comunicacional (Barthes, Eco, Metz). Aqui se insere ainda a “Semiologia” de Hjelmslev, Greimas e Jakobson, além de Peirce, os estudos sobre o discurso de Benveniste, Ducrot, Austin e Searle, e o campo da documentação e tratamento da informação.

No final do capítulo o autor apresenta três correntes que se desenvolvem na década de 60 como evolução do pensamento comunicacional. São elas: a “Sociologia da cultura de massa” desenvolvida na França (Morin, Friedmann), o “Pensamento crítico” (desenvolvido pelos autores da Escola de Frankfurt, Adorno e Marcuse), a “Psicossociologia” (Bateson, Watzlawick, Beavin, Jackson) e o “Pensamento mcluhiano”, referente ao canadense McLuhan, seu antecessor Innis e predecessores que trabalham na mesma linha, como Debray.

A segunda parte do livro apresenta a “ampliação das problemáticas”, nas décadas de 70 e 80, que se verifica com o surgimento de seis grandes categorias. A primeira é a “Economia política (crítica) da comunicação”, que se desenvolve teoricamente, nos Estados Unidos (Schiller, Smythe) e na Europa (Garnham, Murdock, A. e M. Mattelart, Bustamante, Zallo e o próprio Miège), e tem desdobramentos no âmbito da Unesco com o debate sobre a “nova ordem mundial da informação e da comunicação”. A segunda é a “Pragmática”,

pensada pelos membros do “Colégio invisível” ou “Escola de Palo Alto” (Watzlawick, Beavin, Jackson, Bateson).

A terceira categoria agrupa correntes apenas parcialmente distintas: “a etnografia da comunicação, a etnometodologia e a sociologia das interações sociais”. Pertencem a estas correntes pesquisadores como Gumperz, Hymes, Quéré, Goffman, Garfinkel e Schütz. A quarta também agrupa perspectivas distintas sob o rótulo de “Sociologias da tecnologia e da mediação” (aí incluídos o “Modelo difusionista” de Rogers, os trabalhos de Latour e Callon, Flichy, Ellul, Stourdzé, Williams, Beaud).

A quinta categoria agrupa correntes relacionadas com a “Recepção das mensagens e a utilização dos meios”: fenomenologia de Jauss e da “Escola de Constança”, a “Pragmática” de Austin, a “Análise genealógica” de Certeau, os “Estudos culturais” britânicos (S. Hall, Williams, Hoggart) e mesmo as produções recentes da “Corrente empírico-funcionalista” (Katz, Liebes). Por fim, a última categoria agrupa as “Filosofias da comunicação” (Baudrillard, Morin, Luhmann, Habermas, Lévy, Sfez).

A terceira e última parte do livro traz os “questionamentos atuais”. Não são apresentadas teorias ou correntes teóricas, mas apenas algumas questões que estão em voga no campo (a possibilidade de uma teoria geral da comunicação, a pertinência da diferenciação entre informação e comunicação, a questão da “sociedade da informação”, a questão da interdisciplinaridade e o avanço da informática e das ciências cognitivas), com argumentos de diferentes pesquisadores de diferentes épocas e contextos.

d) “As notícias e os seus efeitos” e “Elementos de teoria e pesquisa de comunicação e dos media”, de Jorge Pedro Sousa

Publicado em 2000 em Portugal, “As notícias e os seus efeitos” demorou algum tempo para chegar ao Brasil – tal como aconteceu com o manual de Wolf, sendo que não existe edição brasileira do livro. Apesar de ter como subtítulo “As ‘teorias’ do jornalismo e dos efeitos sociais dos *media* jornalísticos”, apresenta um quadro de teorias muito semelhante aos de outros manuais de teoria da comunicação, devendo a diferença terminológica entre “jornalismo” e “comunicação” ser devida mais às diferenças acadêmicas e editoriais entre os dois países (Brasil e Portugal) do que à natureza do livro. Assim, diversas teorias da comunicação são apresentadas no livro, na segunda parte, sendo a primeira parte dedicada de forma mais específica ao jornalismo e a uma das teorias sobre ele, o “*Newsmaking*”.

A segunda parte do livro apresenta as teorias divididas em dois grandes grupos: o primeiro apresenta “A gênese e o desenvolvimento de grandes linhas de investigação sobre os efeitos dos *media*” e a segunda traz os “Modelos atuais de explicação dos efeitos dos meios de comunicação”.

A primeira parte identifica os autores Lippmann e Park como fundadores da pesquisa norte-americana em comunicação, vindo, logo após, o “Paradigma funcionalista” (Merton, Lasswell, Lazarsfeld, Wright, todos influenciados por Parsons), cuja evolução se expressa nas “Teorias do fluxo de comunicação em duas e múltiplas etapas e a resistência à persuasão” (Lazarsfeld, Berelson, Gaudet, McPhee, Hymes, Sheatsley, Hovland, Lumsdaine, Sheffield, Cooper, Jahoda, Klapper, Festinger, Schramm) tendo havido, ainda, uma “Abordagem ‘pré’-funcionalista: a ‘teoria’ das balas mágicas ou da agulha hipodérmica” (Lasswell, Chakhotin, Doobs). A última corrente norte-americana é a “Sociologia interpretativa” ou “Newsmaking” (Altheide, Tuchman, influenciados por Schultz e Berger e Luckmann, e, posteriormente, Adoni, Mane, Lindolf, Meyer, Snow, Molotch, Lester, Fishman).

O segundo grande grupo de teorias são as “Escolas de gênese marxista”, representadas pela “Escola de Frankfurt” (Horkheimer, Adorno, Marcuse, Benjamin, Lowenthal, Fromm), pela “Crítica marxista sócio-econômica” (Will, Smythe, Garnham, Herman, Chomsky, Schiller, Tunstall, A. Mattelart, Murdock e Golding), pelos trabalhos de Gramsci e Althusser e a escola diretamente influenciada por estes, os “Estudos culturais” (Hoggart, Williams, E.P. Thompson, S. Hall, Hartmann, Morley), pelo “Glasgow Media Group” da Escócia e pelos “Estudos críticos nos Estados Unidos” (Carey, Gitlin, Carragee).

Essa primeira parte termina com a “Escola canadense” (Innis, McLuhan). A segunda parte apresenta nove teorias recentes no estudo da comunicação. São elas: a “Teoria do Agenda Setting” (apresentada em 1972 por McCombs e Shaw, tendo como predecessores Lippmann, G. e K. Lang, Cohen); a “Teoria da tematização” (apresentada por Luhmann em 1978, seguida por autores como Rositi); a “Teoria da espiral do silêncio” (proposta em 1973 por Noelle-Neumann); a “Teoria dos Usos e gratificações” (denominação surgida em 1974, de autoria de Katz, Blumler e Gurevitch, tendo como predecessores Herzof, Schramm, Lyle, Parker, Rosengren, Windahl); a “Teoria das diferenças de conhecimento” ou “*Knowledge gap*” (proposta em 1970 por Tichenor, Donohue e Olien, seguida por pesquisadores como Ettema, Kline, Lovrich, Pierce, Genova, Greenberg, Tipton, Haney); a “Teoria da dependência” (modelo criado em 1976 por DeFleur e Ball-Rokeach); a “Teoria

do cultivo” (desenvolvida desde 1968 por Gerbner, Gross, Morgan, Signorelli, seguidos por Carlsson, Dahlberg, Rosengren), as “Teorias da socialização pelos meios de comunicação” (Comstock, Rosengren, Dowse, Hughes) e as “Teorias da influência dos *media* na construção social da realidade” (Altheide e Snow, aplicando as teorias de Berger e Luckmann, Anderson e Meyer).

Já “Elementos de teoria e pesquisa de comunicação e dos *media*”, publicado em 2003, é mais recente e, além disso, trata de “comunicação” e não mais de “jornalismo”. Apresenta um quadro praticamente idêntico de teorias. Contudo, não é inteiramente dedicado à apresentação de correntes teóricas – na verdade, só realiza essa tarefa nos capítulos 4 e 5.

O capítulo 4 começa com o alerta de que “nem todas as teorias que aqui são apresentadas são teorias no verdadeiro sentido do termo” (p. 119). A primeira a aparecer é a “Escola de Chicago”, a “primeira escola de pensamento comunicacional que surge na história das teorias da comunicação” (p. 120) com origem no final do século XIX (Cooley, Mead) e que vai se estender nos trabalhos da “Escola de Palo Alto” e do “Interacionismo simbólico”.

O tópico seguinte apresenta os “grandes paradigmas”. São cinco: o paradigma funcionalista, o da sociologia interpretativa (inspirado nos trabalhos de Schutz, Luckmann, que destacam a comunicação interpessoal e do qual o “*Agenda Setting*” é uma extensão), os estudos críticos de gênese marxista, a “Escola latino-americana” (soma da crítica marxista com o pensamento cristão) e a “Escola canadense” (Innis e McLuhan).

O tópico seguinte apresenta o pensamento crítico. Dentro dele há um item para os membros da “Escola de Frankfurt” da primeira geração (Adorno, Horkheimer, Marcuse, Benjamin, Lowenthal, Fromm) e da segunda (Habermas) e a “Crítica marxista sócio-econômica” (Will, Schiller, Tunstall, Mattelart, Golding, Murdock). O item seguinte introduz os trabalhos de Gramsci e Althusser para, no posterior, apresentar os “Estudos culturais” ou “Escola de Birmingham” (Hoggart, Williams, E.P. Thompson, Hall, Hartman, Morley e também o Glasgow Media Group). O último item apresenta Schiller e o pensamento crítico nos Estados Unidos.

O tópico seguinte trata da “Escola canadense”, originada com Innis na década de 50 e que tem em McLuhan seu principal representante. O quinto tópico trata da “Escola latino-americana”, que se origina com o Ciespal em 1959 e conhece uma virada na década de 70, com a fusão de contribuições do cristianismo, do marxismo e da Escola de Frankfurt (Mattelart, Pasquali, Beltrán, Barbero, Verón, Freire).

O sexto tópico faz um apanhado da “pesquisa europeia em comunicação”, passando por Portugal (Traquina, Mesquita, Rodrigues, Pissara, Bragança), Espanha (Moragas Spà, Parés i Maicas, Alsina, Saperas, Casasús), França (Morin, Moles, Barthes, Debray, Baudrillard, Sfez, Virilio, Bourdieu, Wolton, Foucault, Lyotard), Alemanha (Jäger, Dovifat, Meletzke, Silbermann), Itália (Fatorello, Alberoni, Eco). O último tópico apresenta a “Escola evolucionista-progressista” (Toffler).

O capítulo 5 apresenta as “Teorias e hipóteses sobre a comunicação mediada e os seus efeitos”. São identificadas: a “Teoria das balas mágicas ou da agulha hipodérmica” (após a I Guerra), “Teoria do *two-step* e do *multi-step flow of communication*” (Lazarsfeld, Berelson, Gaudet, Katz), “Estudos sobre a persuasão” (Hovland, Lumsdaine, Sheffield, Festinger), a “Teoria do *agenda setting*” (McCombs, Shaw, K. e G. Lang, Cohen), “Teoria da tematização” (apresentada por Luhmann em 1978, Saperas), “Teoria da espiral do silêncio” (proposta em 1973 por Noelle-Neumann), “Teoria dos usos e gratificações” (denominação surgida em 1974 na obra de Blumler e Katz), “Teoria das diferenças de conhecimento (*knowledge gap*)” (proposta em 1970 por Tichenor, Donohue e Olien, desenvolvida por Ettema, Kline, Genova, Greenberg, Lovrich, Pierce), a “Teoria da dependência” (Ball-Rokeach e DeFleur, 1976), “Teoria do cultivo ou da incubação” (Gerbner, Gross, Morgan, Signorelli, desde 1968), além das “Teorias da socialização pelos *media*” (Montero, McQuail) e das “Teorias da construção social da realidade” (Altheide, Snow, Anderson, Meyer, inspirados em Berger e Luckmann).

7.1.4. Manuais estrangeiros sem tradução para o português

a) “Teorías de la comunicación”, de Miguel de Moragas Spà

O livro do espanhol Moragas Spà foi publicado pela primeira vez em 1981, na Espanha. Não chegou a ganhar versão em português, o que fez com que seu uso, no Brasil, ficasse mais restrito. Contudo, é um livro bastante difundido no país, presente em várias bibliotecas universitárias. A terceira edição, de 1985, possui algumas modificações.

O livro é dividido em cinco capítulos, privilegiando sobretudo um arranjo geográfico na organização das teorias. O primeiro realiza uma discussão geral sobre a cientificidade do campo da comunicação e sua constituição.

O segundo capítulo apresenta os “estudos sobre comunicação de massas nos Estados Unidos”. Começa apresentando os condicionantes políticos e econômicos da investigação, definindo os anos 30 como a época da origem dos estudos. Identifica a importância do periódico *The public opinion quarterly*, nascido em 1937 e editado pela Universidade de Princeton, como aglutinador dos pesquisadores do novo campo. Destaca a importância dos pesquisadores Lasswell, Lazarsfeld, Merton, Berelson e a “Análise de conteúdo”, Hovland e a Escola de Yale, Schramm, Lerner, Sola Pool. No final deste capítulo, é apresentada a polêmica entre “apocalípticos e integrados”, com a teoria crítica dos pesquisadores da Escola de Frankfurt que emigraram para os Estados Unidos (Adorno, Fromm, Horkheimer, Marcuse) no final da década de 30 e início dos anos 40. Também são apresentados os “integrados” (Bell e Shills) e os “apocalípticos” (McDonald) norte-americanos. A seguir é apresentado o trabalho de Schiller, a respeito dos processos de imperialismo, que representam um importante “contraponto à teoria da comunicação dominante”. O capítulo termina com um apanhado das principais linhas de pesquisa na década de 70 e início dos anos 80, entre as quais se destacam o “Enfoque dos usos e gratificações” (Blumler e Katz), o trabalho de McLuhan, o “*Agenda setting media*” (K. e G. Lang) e os trabalhos críticos da Escola de Annenberg (Gerbner, Gross, Mellody).

O terceiro capítulo apresenta os “estudos sobre comunicação de massas na Europa”. Destaca que os primeiros estudos datam do pós-I Guerra, restritos à imprensa escrita, que compõem a tradição histórica-filosófica-jurídica (Groth, Dovifat, Fattorello, Terrou, Baschwitz, Kayser). De acordo com o autor, a segunda etapa dos estudos europeus, já com autores influenciados pela ciência norte-americana, começa na década de 50. Uma série de reuniões e programas internacionais auspiciados pela Unesco incentivam a formação de centros de pesquisa e o debate sobre as questões da comunicação em vários países – com destaque para a criação do IAMCR (International Association for Mass Communication Research) em 1957.

Nos países socialistas, merecem destaque os estudos realizados na União Soviética (Zassursky, Lotman) e na Polônia (Pisarek, Tetelowska, Dubiel, Dziki). O tópico seguinte apresenta a “experiência finlandesa”, destacando os trabalhos de Nordenstreng e Varis na década de 70 sobre os fluxos de comunicação no mundo.

O tópico seguinte traz a investigação na Inglaterra, com algumas perspectivas ligadas a diferentes centros de pesquisa: Leicester (Halloran, Golding, Murdock), Londres (Curram,

Garnham, Himmelweit, Oppenheim, Vince), Leeds (McQuail, Blumler, Gurevitch, com grande aproximação aos estudos norte-americanos) e Birmingham (Williams, Hall).

Já na Alemanha predominam os estudos rotulados como “Publicística”, (desde os precursores como Dovifat, Hagemann e Kieslich, até Prakke, Habermas, Silbermann, Maletzke) e, nos anos 70, os estudos críticos de inspiração marxista (Enzensberger, Hund). Na França, após o pioneirismo do Instituto de Ciência da Imprensa em 1937, depois denominado Instituto Francês de Imprensa, em 1951, sob direção de Terrou, o principal representante da “velha” escola de ciência do jornalismo européia. A segunda geração de estudos franceses surge com a inauguração do CECMAS em 1960 (Friedmann, Barthes, Morin), com estudos semióticos e de sociologia da cultura de massa. Outros autores ligados a essa perspectiva são Burgelin, Metz, Verón, V. Morin. O capítulo destaca ainda a existência de outros pólos de estudo na França, como por exemplo Burdeos (Escarpit) e os trabalhos de Baudrillard, Dumazedier e Bourdieu. O capítulo destaca ainda a pluralidade de objetos e tradições de estudo franceses (Kayser, Cayrol, Schaeffer, Legris, Mattelart. O final do tópico sobre a França traz uma apresentação detalhada das teorias de Moles, autor que constitui um caso especial por várias razões, entre as quais a ligação que promove com a “*Mass communication research*”, e Morin (autor do livro-chave na história da teoria da cultura de massas).

O tópico seguinte apresenta os estudos em comunicação na Itália, com uma primeira corrente de estudos (Fatorello, Alberoni) e, nos anos 60, o desenvolvimento de uma sociologia crítica (Rositi, Galli, Bechelloni) e, principalmente, a “Semiótica” (Eco, Bettetini, Taddei, Fabbri, Wolf).

O terceiro capítulo do livro destaca os estudos realizados na América Latina, com uma primeira fase, nos anos 50, incentivada pela Unesco e com influência do funcionalismo norte-americano e uma segunda fase, de estudos críticos (Beltrán, Pasquali, Mújica, Colomina, Díez Rangel, Santoro, Marques de Melo). Um destaque dessa segunda fase é o ILET, no México, que reúne pesquisadores como Somavía, Fox de Cardona, Capriles, Schmucler e outros.

O quarto capítulo apresenta a discussão sobre comunicação e desenvolvimento empreendida pela Unesco, e que resultou no Relatório McBride, então bastante recente (apresentado em 1980, sendo a primeira edição do livro de 1981). O último capítulo realiza uma discussão detalhada sobre a investigação em comunicação na Espanha, relacionando fatores teóricos, institucionais e político-econômicos com a evolução dos estudos.

b) “Introducción a la teoría de la comunicación de masas”, de Denis McQuail

Este livro foi publicado em 1983 na Inglaterra, como sucessor de um outro livro do mesmo autor, *Towards a sociology of mass communications*, de 1969. A presente análise utilizou-se da versão em espanhol de 1992. Logo no início o autor ressalta que “no existe una teoría de la comunicación de masas única y que buena parte de lo que se acepta como teoría es poco más que um conjunto de planteamientos y generalizaciones que la substituyen (...)” (p. 16).

O livro é dividido em oito capítulos. O primeiro discute o conceito de “comunicação” e também de “massa”. Apresenta a tipologia de Rosengren, acerca das relações de causalidade entre a cultura e a estrutura social, que geram quatro enfoques teóricos: a “Interdependência” (Tarde); o “Idealismo”, este dividido em quatro versões: mudança individual de valores (Lerner), meios de comunicação como “Motor de mudanças” (Rogers), “Determinismo tecnológico” (Innis, McLuhan) e “Teoria da modelação” (Gerbner) e “Teoria do imperialismo cultural” (Schiller, Mattelart, Tunstall, Boyd-Barrett, Golding); o “Materialismo” (Murdock e Golding, Frank); e a “Autonomia”.

O segundo capítulo denomina-se “Enfoques alternativos de la teoría de la comunicación de masas”. Apresenta um diagrama em que se encontram, de um lado, os vários aspectos envolvidos na comunicação de massa e, de outro, os vários tipos de teorias pertinentes: macroteorias (sociedade de massas, dominação ideológica e de classe, estrutura e função), efeitos dos meios sobre as instituições e a sociedade, teoria normativa dos meios de comunicação, teoria da organização aplicada ao funcionamento dos meios, teoria da forma e conteúdo das mensagens dos meios de comunicação, teorias da distribuição e do uso pelas audiências, teorias da composição, conduta e realimentação pela audiência, teorias da interação simbólica e da socialização, e teorias dos efeitos dos meios de comunicação. Destes, o capítulo centra-se em três: as macroteorias, os enfoques que tratam do conteúdo dos meios de comunicação, e os estudos sobre as audiências dos meios.

Entre os enfoques totalizadores estão a “Teoria da sociedade de massas” (Mills, Kornhauser, Bramson, Bell, Giner), “Enfoques marxistas e teoria crítica” (que engloba quatro vertentes, a “Teoria político-econômica dos meios de comunicação de massa”, com autores como Garnham, Murdock e Golding, Smythe; a “Teoria da hegemonia”, oriunda de Gramsci, que se desenvolve com Althusser, Poulantzas; a “Escola de Frankfurt” com Adorno, Horkheimer, Marcuse; e o “Enfoque sociocultural”, ligado ao Centro de Estudos

da Cultura Contemporânea de Birmingham, que tem em Hall sua figura mais importante), a “Teoria estrutural-funcionalista dos meios de comunicação” (Merton) e as “Teorias normativas dos meios de comunicação”.

A seguir são apresentadas as teorias centradas nas mensagens: a “Análise tradicional de conteúdo”, a “Linguística estrutural” (Saussure), a “Semiologia” (Barthes, Eco). Por fim estão as teorias da audiência e dos efeitos, que têm inspiração nos trabalhos de Mead, Blumer, Schutz.

Os capítulos seguintes apresentam de forma mais minuciosa as várias correntes teóricas da comunicação, agrupadas a partir de problemáticas específicas. Assim, o capítulo 3 trata das “Teorias da função”, que incluem vários autores e correntes, desde a influência de Tarde sobre a “Escola de Chicago”, a “Teoria funcionalista” (Merton, Janowitz, Jackson, Cox e Morgan, Murphy, McCormack, Lasswell), a perspectiva dos “Usos e gratificações” (McQuail), os estudos sobre as disfunções (Wright), e as teorias normativas tais como a “Teoria autoritária” (Siebert), a “Teoria da liberdade de imprensa” (Smith, Curran, Seaton, Rivers, Sola Pool), a “Teoria da responsabilidade social” (Hutchins) e, fora dos Estados Unidos, a “Teoria soviética dos meios de comunicação” (Zassoursky, Mickiewicz), a “Teoria desenvolvimentista dos meios de comunicação”, elaborada a partir dos resultados do Relatório McBride de 1980, e a “Teoria democrático-participativa”.

O capítulo 4 se volta para os estudos sobre as instituições e organizações de comunicação de massa, desenvolvidos em maior volume na década de 70. Não chega a ser apresentada uma corrente, mas sim uma série de estudos de variados autores (Murdock e Golding, Etzioni, Tunstall, Engwall, Cohen, Tuchman, Altheide, Schlesinger, Tracey, Schudson, Elliott).

O capítulo 5 é dedicado às correntes voltadas para o conteúdo dos meios de comunicação. A primeira é a da “Análise tradicional de conteúdo”, definida por Berelson em 1952, da qual participam Kingsbury, Hart, Gans, entre outros. A segunda é apresentada como “Estruturalismo e semiologia”, representada sobretudo por Eco e Barthes, sendo o “Estruturalismo” uma elaboração da “Linguística” de Saussure e a “Semiologia ou Semiótica” originada de Peirce. Entre os dois enfoques há uma série de variantes e possibilidades, como os trabalhos do Glasgow Media Group na década de 70 e de autores como Kracauer, Wolfenstein, Leites, McGranahan, Wayne. O capítulo termina apresentando outras teorias sobre o conteúdo dos meios (funcional, da conspiração,

organizativa) e estudos específicos sobre as notícias (Tunstall, Tuchman, Breed, Park, Hughes, Altheide, Snow).

O capítulo 6 trata da audiência. Primeiro distingue as várias concepções de audiência, para a seguir apresentar as teorias que analisam o caráter social da experiência da audiência: estudos sobre as propriedades de grupo das audiências (Ennis), diferenciação social (Merton, Katz, Lazarsfeld), interação social (Riley e Riley, Brown), usos sociais (Lull), isolamento social (Maccoby, Halloran, McLeod) e relações audiência-emissor (Noble). Logo depois vem a teoria sobre os “Controles normativos” (Geiger e Sokol, Hedinson, Brown, Linné).

O capítulo seguinte versa sobre os efeitos dos meios de comunicação, destacando que “podemos distinguir cierto número de etapas em la historia de este campo de estudio que de alguna manera indican una progresión ordenada y una acumulación” (p. 217). A primeira fase vai até a década de 30. A segunda fase é iniciada nos Estados Unidos a partir de uma série de estudos financiados pelo Fundo Payne (Blumer, Hauser, Peterson, Thurstone), indo até a década de 60 (Hovland, Lazarsfeld, Klapper, este último tendo fechado esta etapa com o livro publicado em 1960). Uma teoria importante desse período são os estudos sobre a “Influência interpessoal” na década de 50 (Lazarsfeld e Katz) e “Difusão” (Lerner, Rogers). A terceira fase diz respeito a teorias formuladas nos anos 70, tais como “Hierarquização de notícias” (McCombs e Shaw, 1972), “Diferença de conhecimentos” (Tichenor e Donohue em 1970, Novak), “Socialização” (Hedinson, Wolfe, Fiske, Himmelweit, McCron), “Espiral do silêncio” (Noelle-Neumann, 1974), “Estruturação da realidade” (Paletz, Entman, Gitlin), “Teoria da modelação” (Gerbner, 1973, Newcomb, Hughes, Hirsch).

O último capítulo realiza discussões sobre os limites da teoria da comunicação, seus temas e problemas relacionados às políticas para os meios de comunicação de massa.

c) **“Sociologie de la communication de masse”, de Judith Lazar**

Publicado em 1991 na França pela professora de Nanterre, é um livro pouco conhecido no Brasil e também pouco utilizado por não existir traduções em português nem em inglês. O livro possui dez capítulos. O primeiro trata do nascimento do campo, sua história e traz algumas definições. O segundo apresenta as orientações teóricas, divididas em três grandes grupos: “Funcionalista” (Merton, Wright, Lasswell, Berelson); “Críticas”, que agrupa a

“Escola de Frankfurt” (Adorno, Horkheimer, Lowenthal, Fromm, Pollock, Marcuse, e Habermas na segunda geração), a “Teoria da economia política”, a “Teoria da hegemonia” (Althusser e Poulantzas, inspirados em Gramsci), “Teoria cultural” (pesquisadores ligados a Birmingham, Hall, Williams, Hoggart, E.P.Thompson) e outros (Schiller); e “Outras”, que agrupa a “Teoria do determinismo tecnológico” (Innis, McLuhan), a “Teoria da espiral do silêncio” (Noelle-Neumann), “*Agenda setting*” (McCombs e Shaw) e a “Teoria do cultivo” (Gerbner). Ao longo do livro essas teorias são pormenorizadas dentro dos vários temas que perpassam a teoria da comunicação: a comunicação de massa como instituição, sociologia da audiência, sociologia dos comunicadores, análise de conteúdo, impacto social dos meios, persuasão, socialização e impacto social das novas tecnologias.

d) “Teorias de la comunicación”, de Alicia Entel

Publicado na Argentina, em 1995, o livro demorou algum tempo para chegar ao Brasil, sendo introduzido no país principalmente por professores do sul. Por ser escrito em espanhol, tem maior aceitação entre os pesquisadores brasileiros. O livro é dividido em quatro módulos. O primeiro, “Horizontes de la comunicación”, discute o conceito e o alcance da noção de comunicação, em suas dimensões antropológica e filosófica. Apresenta uma discussão sobre a dimensão material da comunicação com as teorias de Benjamin e McLuhan. O segundo discute a questão da esfera pública, da modernidade e da informação, onde são apresentadas, entre outras, as teorias de Shannon e Weaver (“Teoria matemática da informação”) e de Habermas.

O terceiro módulo apresenta “las escuelas y autores” do pensamento comunicacional. São três unidades: a primeira apresenta a “Escola de Frankfurt” (Adorno, Horkheimer, Benjamin, Marcuse, Fromm); a segunda trata da “*Mass communication research*” (Lasswell, Lazarsfeld, Klapper, Berelson, Gaudet, Merton, Wright, a Análise de Conteúdo de Berelson e os psicólogos de Yale, Hovland, Lumsdaine e Sheffield), com marcada influência de Parsons e Durkheim; e a terceira trata da “Escola de Birmingham” (Williams, Hoggart, E.P.Thompson, Hall, todos com grande influência de Gramsci, Lukacs, Goldmann, Benjamin, Sartre).

O último módulo trata do pensamento sobre a comunicação elaborado na América Latina. Há uma grande discussão histórica e também especificidades sobre a evolução dos meios na Argentina. A corrente teórica latino-americana identificada, bastante influenciada pelos

estudos culturais de Birmingham, é representada por autores como Barbero, Canclini e os argentinos Verón, Landi, Sarlo.

e) “Théories de la communication”, de Paul Attalah

Publicado em 2000, o livro do professor canadense é ainda muito pouco conhecido no Brasil, e também pouco usado por existir apenas em francês. São 14 capítulos, sendo o primeiro dedicado a uma discussão sobre o que é paradigma, escola, teoria; o segundo define “escola” (a partir de um objeto de estudo comum, uma problemática comum, e estratégias comuns entre autores, existindo ainda um liame institucional); e o terceiro relativo aos fundamentos das escolas – o “consenso filosófico fundamental”.

A segunda parte do livro compreende os capítulos 4 a 8 e se chama “A escola funcionalista: de Lazarsfeld a Palo Alto”. O capítulo 4 dedica-se ao “Funcionalismo americano”, seu contexto e emergência (década de 30). O capítulo 5 apresenta as idéias de dois autores dessa corrente (Lazarsfeld e Merton) e o 6 apresenta o “Funcionalismo dos usos e gratificações” (Katz, Foulkes). Os dois capítulos seguintes são dedicados à “Escola de Palo Alto”, uma “versão psicológica do funcionalismo” e um “prolongamento lógico do funcionalismo clássico” (p. 111), cujos principais representantes são Watzlawick, Jackson, Beavin, influenciados pela “Cibernética” e por Bateson, e que receberam adesões de M. Mead, Birdwhistell, T. Hall, Goffman.

A terceira parte denomina-se “As teorias críticas: do frankfurtismo à semiótica” e consiste dos capítulos finais. Os capítulos 9 e 10 dedicam-se à “Escola de Frankfurt” (Horkheimer, Adorno) e os de número 11 e 12 analisam a obra de Habermas, continuador desta escola. O capítulo 13 é dedicado ao “Estruturalismo”, originado com Saussure, e o último apresenta a “Semiótica” (Barthes).

Na conclusão do livro há alguns quadros que comparam as sete escolas apresentadas (Funcionalismo clássico, Funcionalismo dos usos e gratificações, Escola de Palo Alto, Escola de Frankfurt, Teoria da ação comunicativa, Estruturalismo e Semiótica) em termos de época, liame institucional, visão do sujeito humano, significados da comunicação e tipo de saber produzido/evocado.

7.1.5. Manuais brasileiros

a) **“Panorama brasileiro da pesquisa em comunicação” e “Teoria da comunicação: paradigmas latino-americanos”, de José Marques de Melo**

Embora o autor tenha outros livros com títulos mais voltados para as teorias da comunicação (que serão vistos a seguir), é o capítulo “Panorama brasileiro da pesquisa em comunicação”, publicado em um livro de 1986, que traz de forma mais sistematizada a visão do autor sobre as teorias da comunicação. A partir da evolução dos estudos no Brasil, pode-se perceber a existência das correntes estrangeiras.

O autor apresenta as seis fases históricas da pesquisa em comunicação no Brasil. São elas: os “Estudos históricos e jurídicos” (final do século XIX à década de 1930), a “Pesquisa mercadológica” (décadas de 40 e 50, com as agências de pesquisa de opinião pública e de mercado); o “Comparativismo e difusionismo”, na primeira metade da década de 60, após a implantação do Ciespal em 1959, com a influência dos estudos de comparação de morfologia e conteúdo de jornais (Kayser, Deutschman), uso dos meios pelas audiências (Deutschman, McNelly), “Efeitos” (Klapper, Lazarsfeld) e “Difusionismo” (Rogers); “Deslumbramento e apocalipse”, após a segunda metade da década de 60, com influências do Cecmas de Paris, da “Escola de Frankfurt” e do núcleo de “Semiótica” de Milão (Eco); “Legitimação acadêmica”, na segunda metade da década de 70; e “Politização dos estudos de comunicação”, nos anos 80, com influência de autores marxistas (Gramsci, Althusser, Williams, Goldman, Poulantzas, Mattelart) e do socialismo cristão (Freire, Gutierrez, Boff).

Um outro livro do autor, lançado em 1998, tem um título mais apropriado para o debate das teorias da comunicação. Trata-se de “Teorias da comunicação: paradigmas latino-americanos”. Trata-se, porém, de uma coletânea de textos publicados pelo autor desde o início da década de 70. A primeira parte, dedicada a um panorama histórico geral da área de comunicação, é portanto bastante anterior aos outros manuais aqui apresentados, pois data do início da década de 70. Apresenta a pesquisa em comunicação em quatro fases: dos “Sofistas” (século III aC, na Grécia, com pensadores como Platão e Aristóteles), dos “Enciclopedistas” (na França do século XVIII, nos escritos de Bacon e D’Alembert), dos “Filósofos sociais” (século XIX, nas obras de Tocqueville, Bryce, Tarde, Weber, Nicéfaro)

e dos “Cientistas sociais” (após 1930, nos EUA, com os trabalhos de Gallup, Lazarsfeld, Laswell, Hovland, Lewin e Schramm, e na Europa, com Kayser.

A segunda parte do livro é dedicada à “Escola latino-americana”. Aponta sua origem, em 1959, com o Ciespal, já que “antes do Ciespal, a pesquisa em comunicação nos países latino-americanos era constituída por atividades episódicas, ocasionais” (p. 88). Na década de 60, além de estudos histórico-jurídicos e de levantamentos comerciais (audiência, mercado, opinião pública) ganham espaço os estudos difucionistas. Na década de 70 ocorre uma virada crítica, com focos em vários países como Venezuela (Pasquali), Chile (Mattelart), Peru, Brasil (Freire). No restante desta segunda parte são discutidas questões institucionais dessa corrente.

A terceira parte apresenta o panorama brasileiro (com as questões político-econômicas, institucionais, acadêmicas, etc), havendo, ainda, uma repetição do mesmo esquema do livro de 1986. O quarto capítulo apresenta algumas idéias em debate, em que são discutidos temas como cultura de massa (Morin), opinião pública (Gallup, Lazarsfeld), aldeia global (McLuhan), modernidade (Lerner) e comunicação (Freire). A última parte traz algumas “análises de conjuntura” do campo da comunicação.

b) “Teoria(s) da comunicação: busca de identidade e de caminhos”, de Vera Regina Veiga França

O texto foi publicado em 1994, já existindo antes disso em formato de apostila que circulava para alunos. Embora a autora desenvolva o assunto em vários outros trabalhos posteriores, é neste que se encontra uma maior preocupação em apresentar um elenco de teorias e discutir critérios de organização delas.

O texto começa com um histórico da teoria da comunicação, apontando o pioneirismo de Groth na Alemanha, no início do século XX, e marcando a década de 30, nos Estados Unidos, como período do nascimento da teoria da comunicação (Lazarsfeld, Lasswell, Lewin, Hovland). Na França, se destacam os trabalhos de Kayser, na década de 30 e, anos depois, uma corrente de estudos de influência estruturalista (estudos sobre a cultura de massa e semiológicos) da qual fazem parte E. Morin, V. Morin, Moles, Barthes. Outra corrente européia dessa época é a “Escola de Frankfurt” (Adorno, Horkheimer, Marcuse). Na América Latina pode-se identificar três momentos: primeiros estudos sobre história a

legislação dos meios; fase de inspiração norte-americana; estudos sobre imperialismo cultural na década de 70.

O tópico seguinte do texto lista uma série de correntes teóricas, divididas em quatro grupos: estudos centrados no processo comunicativo e seus elementos internos (“Teoria da informação”, “Modelos da comunicação”, “Comunicação dialógica”, “Estudos sobre a tecnologia da comunicação”); estudos sobre as mensagens e o conteúdo dos meios (“Estudos morfológicos”, “Análise de conteúdo”, “Semiótica”, “Análise ideológica” e “Estudos das linguagens”), estudos de recepção (“Pesquisas de audiência”, “Estudo das motivações”, “Teoria da difusão de informações”, “Teoria da recepção seletiva”, “Leitura crítica” e “Estética da recepção”); estudos sobre a produção social da comunicação (“Funções”, “Teoria da cultura de massa”, “Teoria crítica”, “Imperialismo cultural”, “Comunicação e hegemonia”, a teoria de McLuhan, “*Cultural studies*”, “*Agenda setting*”, “*Newsmaking*”, “Interacionismo simbólico”, “Ação comunicativa”).

Em outro texto, publicado em um livro de 2001 (que será analisado a seguir), a autora apresenta um “breve histórico” da teoria da comunicação que não é diferente deste publicado em 1994, apenas um pouco mais amplo. Esse texto apresenta as seguintes correntes: o trabalho de Groth, na Alemanha, no início do século XX; a “*Mass communication research*” norte-americana, a partir de 1930 (Lazarsfeld, Lasswell, Lewin, Hovland); outras correntes norte-americanas (“Escola de Chicago”, “Interacionismo simbólico”, “Escola de Palo Alto”); a “Teoria crítica” da “Escola de Frankfurt”, no final dos anos 20 e década de 30; o trabalho de Kayser na França no final dos anos 30; a “Escola estruturalista” francesa; os “Estudos culturais” de Birmingham; e, na América Latina, um primeiro momento de forte influência norte-americana, um segundo momento de inspiração marxista, na década de 70, quando se formula a “Teoria da dependência” e a “Teoria do imperialismo cultural” e, posteriormente, os trabalhos sobre a “Comunicação horizontal”.

c) “Tópicos de teoria da comunicação”, de Pedro Gilberto Gomes

Publicado em 1997, o livro tem uma preocupação didática: ser utilizado como material para as disciplinas de Teoria da Comunicação nos cursos universitários. São quatro textos, sendo apenas o primeiro voltado especificamente para a teoria da comunicação – os demais se voltam para a discussão de questões como ética, cidadania, cultura e tecnologia.

O texto que trata de teoria da comunicação é dividido em sete capítulos. O primeiro é uma introdução que discute o que é teoria e o que é comunicação. O segundo apresenta a “emergência histórica dos estudos de comunicação de massa”. Seu panorama mundial baseia-se no manual de MORAGAS SPÁ (1985, originalmente publicado em 1981). Identifica a origem da teoria da comunicação nos Estados Unidos, nos anos 30, com estudos voltados para três preocupações: efeitos dos meios, propaganda política e uso comercial dos meios. Os principais autores são Lasswell, Lazarsfeld, Berelson, Gaudet, McPhee. Essa corrente também comporta uma série de outras abordagens, tais como as pesquisas funcionalistas (Merton e Lazarsfeld), de análise de conteúdo (Lasswell e Berelson), psicologia dos efeitos (Hovland), esquema cibernético (Schramm), o debate entre apocalípticos e integrados quanto à relação entre cultura e os meios de comunicação de massa, comunicação dominante (Schiller).

Continuando a citar o roteiro de Moragas Spá, o autor apresenta o panorama da Europa, onde as pesquisas começam logo após a Primeira Guerra e aparecem linhas de investigação específicas: estudos semióticos na Itália e França, sobre a relação entre cultura e meios de comunicação na Inglaterra, estudos marxistas nos países do leste.

A seguir é apresentado o panorama da América Latina e, aqui, o autor cita o trabalho de MELO (1985) que identifica como marco fundador a fundação do Ciespal em Quito, Equador, em 1959. Identifica, ainda de acordo com Melo, os autores mais importantes na evolução dos estudos (Mattelart, Freire) e a trajetória do Ciespal e de outros centros de pesquisa.

Os capítulos seguintes apresentam discussões específicas sobre a comunicação (os conceitos de “massa” e “cultura de massa”, e os vários modelos de processo comunicativo, elaborados pelos cientistas Lasswell, Shannon e Weaver, Schramm). O quinto capítulo versa sobre “a importância da semiótica para o estudo da comunicação”. Contudo, a forma como é tratada (“quem estuda comunicação e pretende trabalhar com comunicação, não pode prescindir do conhecimento da semiótica”, p. 39) sugere que a semiótica não chega a ser parte da teoria da comunicação, mas um campo que pode auxiliar a compreensão dos processos comunicativos. Na semiótica incluem-se os estudos da “Linguística” (Saussure), “Semiologia” (Barthes, Hjelmslev) e a “Semiótica” propriamente dita (Peirce), embora não exista consenso sobre essas denominações e nem mesmo se representam uma mesma disciplina científica ou não (Martinet, Morris). O sexto capítulo explicita as categorias semióticas.

É o último capítulo que apresenta os “diferentes enfoques na teoria da comunicação de massa”, com quatro teorias. A primeira é a “Teoria funcionalista da comunicação” norte-americana (Merton, Lazarsfeld, Wright), que conhece uma evolução com a “Teoria do *Two Step Flow*” (1935-1956), a “Teoria dos usos e gratificações” (1955-1970) e “Teoria do *Agenda Setting*” (após 1970). A segunda é a “Teoria crítica” ou “Escola de Frankfurt”, desenvolvida no mesmo período e em oposição ao funcionalismo norte-americano, principalmente pelos pesquisadores Adorno e Horkheimer. A terceira é a teoria do canadense McLuhan. E a última é o “Enfoque latino-americano”, que analisa as contribuições de dois autores nos anos 80: Beltrán e Martín Barbero.

d) “Introdução à teoria da comunicação”, de Francisco Rüdiger

Também voltado para uma preocupação didática, o livro foi publicado em 1998, sendo que uma versão semi-artesanal começou a circular três anos antes, justamente para servir de livro-texto em cursos de Teoria da Comunicação. São sete capítulos, sendo o primeiro introdutório. Conforme o autor, “a matéria está dividida em seis partes, que procuram sistematizar as perspectivas filosóficas, conceituais e históricas do estudo da comunicação, conforme o ponto de vista das teorias da sociedade” (p. 10). Rüdiger optou por deixar de fora de sua apresentação algumas correntes como, por exemplo, a “Escola de Palo Alto” e a “Semiótica” – esta última considerada disciplina auxiliar da teoria da comunicação. Seu texto dá pouca ênfase a datas, nomes de autores e livros, dedicando-se mais à explicação das teorias selecionadas.

O primeiro capítulo do livro, “Fundamentos da problemática da comunicação”, trata dos precursores da teoria que nasce no século XX (Tarde), do “Paradigma de Shannon e Weaver”, modelo dominante por várias décadas na teoria da comunicação, e das diversas críticas que esse modelo recebeu posteriormente (Baudrillard, Rodrigues, Certeau, Derrida, entre outros).

O segundo capítulo apresenta duas teorias intimamente relacionadas: a “Escola de Chicago” e o “Interacionismo simbólico”. A primeira “foi a fundadora da reflexão teórica sobre a comunicação” e “lançou os fundamentos do que se convencionou chamar de interacionismo simbólico, nas primeiras décadas do século XX” (p. 34). Os pesquisadores desta corrente são Cooley, Mead, Sapir, Park e Blumer, além de Duncan e Pross.

O terceiro capítulo é dedicado à “Perspectiva funcionalista”, também norte-americana e cujos pesquisadores são Lasswell, J. e M. Riley, Schramm, Merton, Lazarsfeld, Katz. Também inserido nessa corrente está a “Teoria das mídias” de Luhmann, embora temporal e espacialmente distante dos demais, e influenciada pelo trabalho do norte-americano Parsons.

O quarto capítulo dedica-se à “Perspectiva materialista”, cujos precursores são Marx e Engels e que se desdobra nas reflexões de Schaff, Dröge, Bisky, Bakhtin e Enzensberger. O quinto capítulo se chama “A Escola de Frankfurt: Jürgen Habermas”. Embora cite os autores da Escola de Frankfurt (Horkheimer, Marcuse e Adorno), trata apenas da obra de Habermas, tido como continuador do trabalho dessa corrente.

O último capítulo se chama “Apocalípticos, integrados e pós-modernistas”. Traz, num primeiro momento, um apanhado de autores que discutem a questão da pós-modernidade e das tecnologias da comunicação (Breton, Thompson, Poster, Baudrillard, Tofler, Postman) mas que não chegam a consistir uma corrente teórica, além de expor o famoso debate entre “apocalípticos” e “integrados”. Conclui que “o denominador comum dessa espécie de relato, qualquer que seja a ênfase da narração, é o entendimento da comunicação como uma espécie de aparato técnico”. Apresenta, a seguir, o ponto de partida dessa visão (as teorias de Innis e McLuhan – a “Escola canadense”), autores que a analisam (Rodrigues, Quéré, Gauchet, Franklin) e, por fim, a abordagem de Sfez.

Num artigo mais recente (RÜDIGER, 2000) o autor traça uma outra trajetória da teoria da comunicação, desta vez com quatro momentos: o “Período clássico: a Escola de Columbia” (entre 1940 e 1960, sob a hegemonia de Lazarsfeld); a “Contribuição do Funcionalismo e a ascensão da Semiótica” (entre 1960 e 1980, sendo o “Funcionalismo” nos Estados Unidos desenvolvido por autores como Lasswell, Wright e Katz, este precursor da teoria dos “Usos e gratificações; e, na Europa, principalmente na França e na Itália, as perspectivas do “Estruturalismo” e da “Semiologia” levadas a termo por Barthes e Eco, principalmente); o “Retorno hipótese da mídia forte e o legado crítico” (entre 1970 e 1990, com as teorias da “Espiral do silêncio”, “*Agenda setting*”, trabalhados por autores como Noelle-Newmann, Gerbner, Shaw e McCombs, e, na Europa, a retomada das contribuições dos pesquisadores da “Escola de Frankfurt” na análise da mídia como indústria por parte de autores de diferentes países como Golding e Murdock, Varis, Hoffman, Cesareo, Miège, Curran e Garnham, Schiller, Smythe, Hamelinck, A. Mattelart);

e a “Emergência dos estudos culturais” (nos anos 80, pelos latino-americanos Ortiz, Canclini, Barbero, do legado dos pesquisadores de Birmingham dos anos 60).

e) “Teorias da comunicação”, de Antônio Hohlfeldt, Luiz Martino e Vera França

Publicado em 2001, trata-se do primeiro manual de teoria da comunicação brasileiro a ser produzido em equipe, reunindo pesquisadores de diferentes universidades. Cada pesquisador escolheu o tema de sua especialização ou preferência, resultando na seguinte divisão: uma primeira parte, com cinco textos que discutem a epistemologia da área e as origens históricas do fenômeno da comunicação, e uma segunda parte, em que seis textos apresentam e discutem seis diferentes correntes teóricas. Da primeira parte, há o texto de Vera França, que traça um “breve histórico” da teoria da comunicação, e que já foi analisado. Há ainda o último texto desta primeira parte, de autoria de Giovandro Ferreira, que seleciona quatro teorias da comunicação para “exemplificar o funcionamento do paradigma da sociedade de massa” (p.107). São elas: “Teoria hipodérmica”, “Teoria crítica”, o “*Agenda setting*” e a “Espiral do silêncio”.

Mas é na segunda parte do livro que se encontra a apresentação das seis correntes teóricas da comunicação, com nomes de autores, datas e instituições, bem como a explicação das várias teorias. O primeiro capítulo é dedicado à “Pesquisa norte-americana”. São identificadas como teorias da comunicação norte-americanas a “Escola de Chicago” (Park, Burgess, Cooley), “Semiótica” (Peirce), “Interacionismo simbólico” (Mead, Blumer), “Escola de Palo Alto” (Bateson, Goffman, Watzlawick). Mas o capítulo se dedica mesmo é à “*Mass communication research*”, corrente que é composta de: “Teoria matemática da comunicação” (Weaver e Shannon), “Corrente funcionalista” (Lasswell, Wright, Lazarsfeld, Merton) e “Estudo dos efeitos”, também esta dividida em “Teoria hipodérmica”, “Abordagem da persuasão” (Hovland), “Teoria dos efeitos limitados” (Lewin), “Teoria da dissonância cognitiva” (Festinger), “*Two step flow of communication*” (Lazarsfeld e Katz). E apresenta, a seguir, as correntes que representam a evolução da “*Mass communication research*”: os “Usos e gratificações” (Katz, Blumler, Elliott) e o “*Agenda setting*” (K. e G. Lang, McCombs, Shaw, Cook, Tyler, Goetz, Gordon).

O segundo capítulo, escrito por Francisco Rüdiger, apresenta a “Escola de Frankfurt”. Seus autores, influenciados por Marx, Freud e Nietzsche, são Adorno, Horkheimer, Fromm,

Marcuse e, situando-se na periferia do grupo, Benjamin e Kracauer, além de seu principal herdeiro, Habermas.

O terceiro capítulo ficou a cargo de Ana Carolina Escosteguy e tem como tema os “Estudos culturais”, corrente que se formou com a criação do *Centre for Contemporary Cultural Studies* em Birmingham, em 1964, unindo pesquisadores como Hoggart, Williams, E.P. Thompson (considerados os fundadores), S. Hall, Clarke, McRobbie, Hebdige, Willis, Brunsdon, Morley, Chen, Ang e outros.

Juremir Silva redigiu o capítulo seguinte, intitulado “O pensamento contemporâneo francês sobre a comunicação”. O autor destaca que é um paradoxo falar de uma “escola francesa”, pois “como homogeneizar o que é heterogêneo por definição e escolha? Como agrupar pensadores que sempre fizeram questão de combater-se? Como dar unidade ao que sempre buscou a diversidade?” (p. 171). E afirma: “nunca houve uma escola francesa de reflexão sobre a comunicação” (p. 172). O autor cita as classificações de A. e M. Mattelart e de Wolf que identificam uma escola francesa em torno do CECMAS criado em 1960, com estudos estruturalistas, semiológicos e de sociologia da cultura de massa. De todo modo, os autores franceses citados são: Morin, Friedmann, Barthes, Metz, Kristeva, Debord, Baudrillard, Bourdieu, Sfez, Virilio, Maffesoli, Lévy, Wolton, Derrida, Debray, Foucault, Lyotard, Deleuze.

“Hipóteses contemporâneas de pesquisa em comunicação” é o próximo capítulo, redigido por Antonio Hohlfeldt. O texto apresenta três teorias da comunicação formuladas nos anos 70. A primeira é o “*Agenda setting*” (que tem como precursores remotos Tarde e Lippmann, e, recentes, G. e K. Lang), formalizada em 1972 por McCombs e Shaw. A segunda é o “*Newsmaking*” (originado com os estudos de *gatekeeping* de Lewin nos anos 40). A última é a “Espirais do silêncio”, formulada em 1972 pela alemã Noelle-Neumann e que foi desenvolvida por pesquisadores como Rimmer, Howard, Salmon, Kline.

O capítulo final do livro é de responsabilidade de Christa Berger e se chama “A pesquisa em comunicação na América Latina”. Mais que uma corrente de estudos, o texto aponta para a existência de vários momentos teóricos no continente. O primeiro, a partir da criação do Ciespal em Quito, em 1959, com pesquisas funcionalistas representadas pelas linhas de pesquisa em difusionismo e extensionismo. O segundo, na década de 70, com o Seminário do Ciespal em Costa Rica (1973) e experiências de centros de pesquisa, nos anos 70, na Venezuela, Chile e México. Dessa segunda época destacam-se os autores A. Mattelart, Pasquali, Beltrán, Verón e Freire, em primeiro plano e, ainda, Prietto, Contreras

Budge, Mota, Schmucler, M. Mattelart, Dorfman, Piccini, Somavía. De inspiração marxista, volta-se para os problemas da dominação, da dependência e do “Imperialismo cultural”. A terceira geração, envolvida com projetos de comunicação popular e alternativa e, depois, com reflexões sobre a comunicação e o popular, tem como principais representantes Barbero, Canclini, Alfaro, Mata, Gonzalez, Fuentes, Orozco Gómez.

f) “Comunicação & pesquisa”, de Lúcia Santaella

Publicado em 2001, dentro da coleção “Comunicação &”, o livro tem como subtítulo “Projetos para mestrado e doutorado”. Ou seja, tem por objetivo ajudar aqueles que estão dispostos a entrar no campo acadêmico da comunicação na formulação de projetos de pesquisa. Por isso, não se restringe ao campo da comunicação: o terceiro capítulo trata da definição de pesquisa científica (seus tipos, métodos, etc) e o quarto discute os passos de elaboração de um projeto de pesquisa. O segundo capítulo realiza um mapeamento da área de comunicação, identificando seus “territórios” (elementos do processo comunicativo, que são cinco: a mensagem e seus códigos, os meios, o contexto comunicacional, o emissor ou fonte da comunicação e o destino ou recepção da mensagem) e as interfaces entre eles – sempre procurando ajudar aqueles que estão construindo projetos de pesquisa na área.

É no primeiro capítulo que está o “histórico das teorias, modelos e âmbitos de pesquisa na comunicação”. Antes de fazer a apresentação das correntes, a autora retoma apresentações de outros autores: Wolf, A. e M. Mattelart, Severin e Tankard, Lopes, Rüdiger e Fiske. A seguir apresenta as teorias em quatro itens.

A primeira escola identificada por Santaella é a “*Mass communication research*” e seus desdobramentos. Citando Delia, ela aponta que sua primeira fase vai de 1900 a 1940 (e a figura central é Lasswell), a segunda de 1940 a 1965 (Hovland e Lazarsfeld) e a terceira até os anos 80. A primeira é muito influenciada pelos trabalhos de Watson, Pavlov e Le Bon. A segunda comporta várias modalidades: “Teoria do equilíbrio” (Heider), “Teoria simétrica” (Newcomb), “Teoria da congruência” (Osgood) e “Teoria da dissonância cognitiva” (Festinger), além dos trabalhos de D. Katz, Sarnoff e McClintock (todos de natureza psicológica) e a teoria do “*Two step flow of communication*”, desenvolvida por Katz e Lazarsfeld (de natureza sociológica). Um desdobramento dessa corrente é a “Hipótese dos usos e gratificações”, criada na década de 70 e trabalhada ao longo dos anos 80. Ainda no mesmo período dessa segunda fase, mas não pertencendo à “*Mass*

communication research”, estão correntes como a “Etnometodologia”. A terceira fase dessa grande corrente norte-americana compreende o “*Agenda setting*” e o “*Newsmaking*”. O segundo item traz as “teorias críticas”. A primeira delas é a “Escola de Frankfurt” (Adorno, Horkheimer, Marcuse e, posteriormente, Habermas, formulador da “Teoria da ação comunicativa”). A autora cita o movimento da “reviravolta lingüística”, nos anos 60, a partir dos trabalhos de Austin, Searle, Perelman, Olbrechts-Tyteca, Wunderlich, como tendo um forte impacto nos trabalhos de Habermas. As demais teorias críticas foram formuladas por autores independentes, não vinculados a nenhuma corrente: Benjamin - “embora tenha pertencido à escola de Frankfurt, Walter Benjamin desenvolveu formas de pensamento bastante autônomas” (p. 42) -, Enzensberger, Baudrillard, Debord e, mais recentemente, Sfez, Rodrigues e Žizek.

O terceiro item apresenta os “modelos do processo comunicativo”, que não se confundem com as teorias. Esses modelos são: os modelos lineares (da “Teoria matemática” de Shannon e Weaver, do “Funcionalismo” de Lasswell e reformulado por Schramm, Newcomb, Westey-McLean, Gerbner, e também por Moles, Meyer-Eppler), circulares (Saussure, a “Cibernética” de Wiener, a “Teoria dos sistemas” de Bertalanffy), interativos, lingüístico-funcional, semiótico-informacional, semiótico-textual (Eco e Fabbri), cognitivo (Maturana e Varela, Luhmann).

O quarto item desse capítulo apresenta as “tendências culturológicas e midiáticas”. São elas: os “*Cultural studies*” de Birmingham (anos 60); a “Corrente tecno-culturalista” inaugurada por McLuhan (também nos anos 60) e seguida pelos canadenses Havelock, Eisenstein, Ong, Meyrowitz, além dos franceses Debray e Bounoux; a “Teoria culturológica” de extração francesa inaugurada por Morin em 1962; e os autores envolvidos no debate sobre a questão da pós-modernidade (Lyotard, Guattari, Virilio, Baudrillard, Jameson, Vattimo, Maffesoli, Lipovetsky. No final é destacada a existência de um pensamento latino-americano da comunicação (Canclini, Barbero, Sodré, Pinheiro).

Esse capítulo traz ainda, “além das quatro tradições de estudos específicos de comunicação, acima esboçadas” (p. 71), os conceitos de comunicação presentes em outras ciências. Destacam-se os antropólogos e lingüistas antropológicos (Sapir, Whorf, Malinowski, Firth, Leach, Lévi-Strauss, Bateson, M. Mead), e pesquisadores ligados às áreas de etnografia (Hymes), psicoterapia, psiquiatria e psicanálise (Bateson, Ruesch, Watzlawick), filosofia (Habermas) e pragmatismo (Peirce, James, Dewey, Rorty).

g) “Breve roteiro introdutório ao campo de estudo da Comunicação Social no Brasil”, de Venício Lima

Trata-se de apenas um capítulo dentro do livro “Mídia: teoria e política”, lançado em 2001, dedicado a uma série de outras questões relacionadas à comunicação. Apesar de ser, portanto, o único capítulo do livro voltado para a teoria da comunicação, está presente na análise por duas razões: a primeira, pela qualidade e abrangência da análise; e a segunda porque é o primeiro roteiro publicado no Brasil que faz explicitamente comparações entre outros manuais já publicados (no caso, os de Wolf, A. e M. Mattelart, Miège e DeFleur e Ball-Rokeach), identificando em que parte de cada um deles estão as correntes por ele elencadas como representativas da teoria da comunicação. Esse texto representa uma reedição, bastante reformulada, de três textos anteriores do autor, publicados em 1983, 1993 e 1996.

O autor detecta que o campo da comunicação possui “um número tão grande de alternativas na definição do objeto de estudo” e um “universo teórico de tal forma desarticulado e conflituoso” (p. 21). E completa, adiante, que o objetivo de seu texto é “enfrentar essa incômoda situação e, portanto, servir de *roteiro* tanto para o iniciante como para o professor” (p. 23). Para tanto, elabora um quadro comparativo dos “Modelos teóricos para o estudo das comunicações” no qual constam oito momentos. Para cada um deles o autor aponta onde, em cada um dos “quatro textos introdutórios de teoria da comunicação mais adotados nos cursos de Comunicação Social no Brasil” (p. 23) se encontram esses momentos. Esses oito momentos são apresentados a partir de uma única palavra que tenta dar conta da definição de comunicação de cada um deles.

O primeiro é o que define comunicação como “Manipulação”. Trata-se da “Teoria da agulha hipodérmica” ou “Teoria da bala mágica”, formulada nos EUA, nas primeiras décadas do século XX, e que é representada por autores como Tchakhotin, Lippmann, Cantril, Doob e Lasswell. O segundo modelo é o da “Persuasão”, também norte-americano, em vigor a partir da década de 40 e que tem em Hovland e Lazarsfeld seus principais representantes. Conforme o autor, de uma forma geral, todos os estudos sobre os efeitos da comunicação poderiam ser agrupados nessa corrente.

O terceiro modelo vê a comunicação como “Função”. Inspirado em Parsons, esse modelo tem como representantes Lasswell, Merton, Lazarsfeld e, posteriormente, Wright e DeFleur, e está na base das teorias do “Difusionismo” e “Comunicação e

desenvolvimento” (Lerner, Schramm). O quarto modelo, assim como o anterior, surge nos Estados Unidos do pós-guerra. Trata-se da “Informação”, que se origina com o trabalho de Shannon e Weaver em 1947 e tem continuidade com Wiener, Deutsch, Berlo.

O quinto modelo percebe a comunicação como “Linguagem”. Surge na Europa, nos anos 60, com estudos identificados como “Semiótica”, “Semiologia”, “Análise do discurso” e “Teoria lingüística”. Seus principais representantes são os franceses Saussure, Lévi-Strauss, Jakobson, Barthes, Foucault, Pêcheux e os italianos Eco e Fabri. O modelo da comunicação como “Mercadoria” vem a seguir, identificado com os trabalhos dos autores da “Escola de Frankfurt” (Adorno, Horkheimer, Habermas) a partir da década de 40, de autores como Millband, Althusser, Schiller, e de correntes que se seguiram sob sua influência, como os estudos sobre as “Políticas nacionais de comunicação” (Mota e Silva, Dias).

O modelo seguinte, “Cultura”, agrupa tanto os trabalhos dos “Estudos culturais” de Birmingham (Williams, Hall), dos Estados Unidos (Dewey, Mead, Carey) e da América Latina (Barbero) como também o campo de estudos sobre “Recepção”. Por fim, o oitavo modelo é o do “Diálogo”, elaborado por Freire na década de 60.

No final do texto, o autor salienta as teorias que não encontraram abrigo em seu modelo: os estudos sobre a “sociedade em rede” (Virilio, Lévy, Castells), a teoria de McLuhan, a “Espiral do silêncio” (Noelle-Neumann), os trabalhos de J.B. Thompson, o “*Agenda setting*”.

h) “Teorias da comunicação”, de Ilana Polistchuk e Aluizio Trinta

Lançado em 2003 e dedicado aos estudantes de cursos de graduação em comunicação, o livro possui uma linguagem bem coloquial e é bastante voltado para a questão da importância dos cursos e sua vinculação com a prática profissional. São sete capítulos. O primeiro trata do curso de comunicação e de conceitos como ciência, tecnologia, linguagem. O segundo problematiza a comunicação como objeto de conhecimento científico. O terceiro vincula a comunicação à questão da modernidade. No quarto capítulo são vistos os “modelos teóricos da comunicação”, com a seguinte estrutura: são analisados seis “paradigmas” do campo da comunicação, sendo que dentro de cada um deles convivem diferentes modelos.

O primeiro é o “Paradigma funcionalista-pragmático” (Estados Unidos, entre as décadas de 40 e 60), que compreende os modelos de Lasswell, Lazarsfeld, dos “Efeitos” de Klapper, dos “Usos e satisfações” (Katz e Blumler). O segundo, também norte-americano, é o “Paradigma matemático-informacional”, que tem origem no “Modelo teórico-matemático da comunicação” (Shannon e Weaver) e continuidade com os modelos de Berlo e Schramm.

O terceiro é o “Paradigma conceitual ou crítico-radical”, representado pela “Escola de Frankfurt” (Adorno, Horkheimer, Marcuse) e pelo “Modelo teórico do agir comunicacional” (Habermas). O “Paradigma conflitual-dialético” é apresentado a seguir, no qual são identificados o “Modelo teórico da proposição marxista” (adotado por pelo menos três estratégias de pesquisa da comunicação: a abordagem estruturalista, a abordagem político-econômica e a abordagem culturalista), que influenciou autores como Schiller, Jameson, Pasquali, Moragas Spá, Williams, S. Hall, Dorfman, Mattelart, o “Modelo teórico da dependência” (Beltrán, Sarti) e o “Modelo teórico neomarxista” (Althusser).

O “Paradigma culturológico” é o próximo, e abriga o “Modelo teórico-cultural” (“Teoria culturológica européia” de Morin, Barthes, Eco e outros) e o “Modelo teórico dos *cultural studies*” (pesquisadores ligados a Birmingham como Williams e Hall). O último é o “Paradigma midiológico”, originado com o “Modelo teórico do meio como mensagem” de McLuhan, nos anos 60, e continuado com o “Modelo teórico da midiologia francesa” iniciado nos anos 90 por Debray.

O quinto capítulo do livro tematiza a pós-modernidade em suas relações com a comunicação e identifica mais dois modelos de compreensão da comunicação: o “Modelo teórico-mediativo” (representado por Barbero e formulado na América Latina na década de 80) e o “Modelo teórico-recepcional” (cujos representantes são os teóricos Jauss e Iser, da “Escola de Constança”, e Orozco Gómez, Canclini e outros na América Latina).

O sexto capítulo do livro chama-se “Novos modelos teóricos da comunicação” e apresenta mais um paradigma, o “Horizontal-interacionista”, composto de três modelos: a Internet, o “Modelo teórico da virtualização” (Lévy) e o “Modelo teórico-crítico da fissura tecnológica” (Sfez).

i) “As teorias da comunicação”, de Roberto Elísio dos Santos

Também lançado em 2003, é um livro bastante preocupado em ser acessível a estudantes que se iniciam no campo das teorias da comunicação. O autor já havia lançado outro livro em 1998, mas este é o mais voltado para as teorias da comunicação. O livro possui duas partes, sendo a primeira, “Os fenômenos da comunicação”, voltada para os elementos e tipos de comunicação. Contudo, ainda nessa primeira parte são apresentadas a “Teoria da cultura de massa” (teorias da sociedade de massa e teorias conspiratórias) e a “Teoria da informação” (Shannon e Weaver), esta acompanhada de comentários sobre a “Cibernética” (Wiener) e a “Escola de Palo Alto”.

A segunda parte do livro é toda dedicada às “escolas teóricas”. São oito. A primeira é a “Escola funcionalista”, que se desenvolve nos Estados Unidos, no início do século XX, e agrupa tanto a “Escola de Chicago” (Park) quanto a “*Mass communication research*” (Lasswell, Lazarsfeld, Parsons, Merton, Lewin, Gallup), na qual se desenvolvem estudos da “Teoria hipodérmica”, “Efeitos limitados”, “*Gatekeeper*” e “*Agenda setting*”. O segundo capítulo traz a “Escola de Frankfurt”, originada em Frankfurt, em 1923, mas que tem seus pesquisadores emigrados para os Estados Unidos no final da década de 1930. São eles: Horkheimer, Adorno, Benjamin e Marcuse. Habermas representa a continuidade dessa escola com a sua “Teoria da competência comunicativa”.

O capítulo seguinte apresenta a “Escola sociológica européia”, representada pelos teóricos franceses que estudavam as mensagens da cultura de massa (Barthes, Morin, Baudrillard, Kristeva, Metz) reunidos em torno do Cemas e da revista *Communications*, e pelo italiano Eco, da Universidade de Milão. Os pressupostos teóricos desta escola incluem tanto a “Semiologia” (proposta por Saussure) quanto o “Estruturalismo” (iniciado com Lévi-Strauss).

O quarto capítulo levanta as idéias de McLuhan. O quinto, da “Nova esquerda” (Enzensberger e Althusser). O sexto, da “Escola progressista-evolucionista” (Swingewood, Bell, Shils, Toffler). O sétimo versa sobre “Comunicação e pós-modernidade” e o último dedica-se ao “Pensamento latino-americano em comunicação” (com suas três fases, a primeira, de 1959 à década de 70, de inspiração funcionalista; a segunda nos anos 70, orientada pelos conceitos de “Imperialismo cultural” e “Hegemonia”; e a terceira nas décadas de 80 e 90, com influência dos “Estudos culturais” de Birmingham).

7.1.6. Tendências e regularidades dos manuais analisados

Os manuais analisados acima são de procedências diversas. Nove dos manuais selecionados são estrangeiros (de autores vinculados a instituições e tradições de pesquisa da Itália, França, Portugal, Espanha, Inglaterra, Argentina e Canadá) e nove são brasileiros (de autores vinculados a instituições de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Brasília, Rio de Janeiro). A diversidade de procedência geográfica se completa com as diferentes filiações e pontos de vista teóricos: há autores ligados à semiótica, à experiência chilena do governo Allende nos anos 70, aos estudos europeus sobre as indústrias culturais, aos estudos culturais, ao jornalismo, ao catolicismo, à área de política e legislação de comunicações, à literatura, às ciências sociais.

Apesar disso, o que a análise dos manuais evidencia é uma grande semelhança entre as várias “listagens” de correntes teóricas da comunicação, o que parece mostrar que existe um relativo consenso sobre quais são os autores e as escolas que compõem o campo da comunicação. Isso se deve, naturalmente, também ao fato de uns influenciarem os outros – os autores mais recentes utilizam os inventários de seus predecessores.

Além disso, o princípio de ordenamento dessas correntes varia muito de um manual para outro. De toda forma, a análise mostrou que a maior parte das correntes teóricas citadas se repete em vários manuais; uma quantidade menor se repete em alguns manuais; e uma quantidade menor ainda mostra-se presente em apenas um ou dois manuais.

O QUADRO 9 apresenta as diversas correntes teóricas da comunicação e sua presença em cada um dos manuais analisados.

QUADRO 9
Correntes teóricas da Comunicação presentes em cada
um dos manuais de Teoria da comunicação analisados

(Continua)

Correntes teóricas	W	M	M	S	M	Q	L	E	A	M	F	G	R	H	S	L	P	S	Total
Teoria dos efeitos limitados	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	18
Corrente funcionalista	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	18
Escola de Frankfurt	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	18
Escola canadense	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X	X		X	X	X	X	16
Escola de Birmingham	X	X	X	X	X	X	X	X			X		X	X	X	X	X		14
Semiologia estruturalista		X	X	X	X	X	X		X		X	X	X	X		X	X	X	14
Agenda setting	X		X	X	X	X	X				X	X	X	X	X	X		X	13
Abordagem da persuasão	X	X		X	X	X		X		X	X	X		X	X	X		X	13
Usos e gratificações	X	X	X	X	X	X			X			X	X	X	X		X		12

QUADRO 9
Correntes teóricas da Comunicação presentes em cada
um dos manuais de Teoria da comunicação analisados

(Conclusão)

Correntes teóricas	W	M	M	S	M	Q	L	E	A	M	F	G	R	H	S	L	P	S	Total
Economia política da comunicação		X	X	X	X	X	X				X	X	X			X	X		11
Teoria culturoológica francesa	X	X	X	X	X					X	X			X	X		X	X	11
Escola italiana semiótica	X	X		X	X	X				X			X		X	X	X	X	11
Teoria hipodérmica	X	X	X	X	X	X				X				X		X	X	X	11
Teoria matemática	X	X	X					X					X	X	X	X	X	X	10
Teoria do imperialismo cultural		X		X	X					X	X		X	X			X	X	9
Teoria da ação comunicativa		X	X					X	X		X		X		X		X	X	9
Espiral do silêncio	X		X	X		X	X						X	X		X			8
Teoria crítica francesa		X	X	X	X								X	X	X		X		8
Mediações e estudos culturais								X				X	X	X	X	X	X	X	8
Dimensão tecnológica		X	X										X	X	X	X	X		7
Teoria do cultivo	X		X	X	X	X	X						X						7
Escola de Palo Alto		X	X	X					X		X			X				X	7
Escola de Chicago		X		X		X					X		X	X				X	7
<i>Newsmaking</i>	X			X		X					X			X	X				6
Teoria difusionista		X			X	X				X	X					X			6
Análise de conteúdo			X		X	X		X			X	X							6
Semiótica peirceana		X								X	X		X	X	X				6
Interacionismo simbólico		X		X						X		X	X						5
Indústrias culturais		X	X	X		X													4
Recepção/etnografia das audiências		X	X							X						X			4
Teoria da tematização			X	X									X	X					4
Teoria da socialização	X			X		X	X												4
Perspectiva marxista/materialista					X								X	X			X		4
Comunicação horizontal/dialógica										X	X					X			3
Etnometodologia		X	X											X					3
Estudos culturais norte-americanos		X		X												X			3
Teoria da diferença de conhecimento	X			X	X														3
Teoria da construção da realidade	X			X	X														3

NOTA: As letras no topo de cada coluna indicam a letra inicial do autor de cada um dos manuais analisados. Pela ordem: Wolf, Mattelart e Mattelart, Miège, Sousa, Moragas Spà, McQuail, Lazar, Entel, Attalah, Melo, França, Gomes, Rüdiger, Hohlfeldt et al, Santaella, Lima, Politschuck e Trinta e Santos. O “X” indica a presença da referida teoria no manual indicado na coluna. Na última coluna à direita, a soma das frequências de cada teoria nos manuais.

Já a delimitação dos autores e do contexto (país de origem e época) de cada teoria, para facilitar sua identificação, é apresentado a seguir, no QUADRO 10:

QUADRO 10

Identificação das correntes teóricas da Comunicação por nomes dos pesquisadores, país de surgimento/desenvolvimento e época

Correntes teóricas	Principais autores	Local e época
Efeitos limitados	Lazarsfeld, Berelson, Gaudet, Katz, Merton, Klapper, Shils, Janowitz, Dichter, Rosenberg	EUA, 40, 50
Cor. funcionalista	Wright, Lazarsfeld, Merton, Lasswell, Janowitz, Jackson, Cox, Morgan, Murphy	EUA, 40, 50
Escola de Frankfurt	Adorno, Horkheimer, Marcuse, Pollock, Löwenthal, Benjamin, Kracauer, Fromm	Ale 30, EUA 40,50
Escola canadense	McLuhan, Innis, Havelock, Eisenstein, Ong, Meyrowitz	Canadá 50,60
Escola de Birmingham	Williams, Hoggart, E.P. Thompson, S. Hall, Morley, Brunson, Hartmann, Clarke, McRobbie, Hebdige, Willis, Chen	Inglaterra 60,70
Semiologia estrut.	Barthes, Greimas, Verón, Jakobson, Metz, Hjelmslev	França 60
Agenda setting	McCombs, Shaw, K. e G. Lang, Cohen, Galtung, Ruge, McClure, Patterson, Paletz, Elson, Siune, Borre, Zucker, Bechelloni, Benton, Frazier, Cook, Tyler	EUA 70, outros 80
Abordagem da persuasão	Hovland, Lumsdaine, Sheffield, Hyman, Sheatsley, Cooper, Jahoda, Kendall, Wolf, Bartlett, Lund, Lewin, Festinger, Heider, Newcomb, Osgood, D. Katz, Sarnoff	EUA, 40, 50
Usos e gratificações	Katz, Gurevitch, Haas, Blumler, McQuail, Elliott, Rosengren, Herzog, Lyle, Parker,	EUA e Inglat., 70
Economia política da comunicação	Schiller, Guback, Ewen, Murdock, Golding, Tunstall, Varis, Nordenstreng, Hamelink, Galtung – Relatório McBride	Vários (EUA, Finl, Hol, Noru) 60,70
Teoria culturológica	Morin, Moles, Friedmann, Kristeva, Metz, V. Morin, Gluksmann, Fresnault-Deruelle,	França, 60
Escola italiana	Eco, Fabbri, Bettetini, Casetti, Taddei, Wolf	Itália 60,70
Teoria hipodérmica	Lippman, Chakhotin, Doobs, Cantril, Lasswell, Rogerson, Herzog, Gallup, Roger	EUA, 20, 30
Teoria matemática	Weaver, Shannon, Nyquist, Hartley, Deutsch, Berlo	EUA 40
Teoria do imperialismo cultural	Pasquali, Schmucler, Beltrán, Fox, A. e M. Mattelart, Freire, Somavía, Capriles, A. e M. Mattelart, Dorfman, Piccini	América Latina 70
Ação comunicativa	Habermas	Alemanha, EUA 80
Espiral do silêncio	Noelle-Neumann	Alemanha 70
T. crítica francesa	Debord, Baudrillard, Sfez	França 60,70,80
Mediações e est.cult.	Barbero, Canclini, Sarlo, Alfaro, Mata, Gonzalez, Fuentes, Orozco Gómez	Am. Latina 80,90
Dim. tecnológica	Lévy, Debray, Goody, Virilio, Vattimo, Guattari, Ellul, Breton, Bounoux, Castells	França 80,90
Teoria do cultivo	Gerbner, Gross, Morgan, Signorelli, Carlsson, Dahlberg, Newcomb, Hirsch	EUA 70
Escola de Palo Alto	Bateson, Watzlawick, Birdwhistell, E. Hall, Jackson, Beavin	EUA 50,60
Escola de Chicago	Park, Cooley, Burgess	EUA 10,20
News-making	Tuchman, Altheide, Schlesinger, Elliott, Epstein, Findhal, Höijer, Rositi, Magistretti, Cesareo, Gans, Warner, Alvarado, Robinson, Lepri, Chandbary, Adoni, Meyer, Molotch	EUA 70, outros 80
Teoria difusionista	Lerner, Schramm, Sola Pool, Rogers	EUA 50,60
Análise de conteúdo	Berelson, Kingsbury, Hart, Gans, Lasswell	EUA 50
Semiótica peirceana	Peirce	EUA 10
Interacionismo simbólico	Mead, Blumer, Goffman, Duncan, Pross, Kuhn	EUA 60
Indústrias culturais	Miège, Flichy, Lacroix, Lévesque, Tremblay, Bustamante, Zallo, Gubern, Moragas, Serrano, Garnham, Smythe, Cesareo, Grandi, Richeri, Wolf, A. e M. Mattelart	Europa 70
Etnogr. audiências	Morley, Radway, Mulvey, Kaplan, Modleski, Ang	Inglaterra 80
T. tematização	Luhmann, Rositi, Böckelman, Saperas	Europa 70
T. socialização	O'Keefe, Reid, Nash, Gunter, Comstock, Dowse, Hughes, Hedinson, Wolfe, Himmelweit	EUA, 80
Perspectiva marxista	Enzensberger, Schaff, Dröge, Bisky, Bakhtin, Zizek	Europa 70,80,90
Com. horizontal	Pasquali, Freire	Am. Latina, 70,80
Etnometodologia	Garfinkel, Heritage, Sacks, Cicourel, Quéré	EUA 60, Fran 80
Est. cult. norte-amer.	W. Mills, Carey, Gitlin, Carragee	EUA 50,70
T. dif. conhecimento	Tichenor, Donohue, Olien, Ettema, Kline, Lovrich, Genova, Greenberg, Tipton, Haney	EUA 70
T. constr. realidade	Lindlof, Lull, Meyrowitz, Hawkins, Pingree, Altheide, Snow, Paletz, Entman, Gitlin	EUA 80

A montagem do quadro acima e a indicação de sua presença ou não nos manuais requer uma série de explicações. Primeiramente, mostrou-se freqüente nos manuais serem apresentados autores ou correntes teóricas que não são da área de comunicação, evidenciando esse fato mas inserindo-as pela importância ou impacto que tiveram na

evolução das teorias da comunicação. Essas correntes e autores são, entre outros: “Cibernética” (Wiener), “Teoria dos sistemas” (Bertalanffy), “Escola de Constança” (Jauss, Iser), “Teoria da auto-poiese” (Maturana e Varela), “Teoria da hegemonia” (Gramsci e sucessores como Althusser e Poulantzas), “Estruturalismo” (Lévi-Strauss, Foucault), “Análise do discurso” (Pêcheux, Benveniste), “Teoria da sociedade de massas” (LeBon, Ortega y Gasset), “Teoria da ação social” (Parsons). Alguns deles, ressaltam-se, mostraram-se bastante freqüentes, em até cinco manuais diferentes. Na mesma linha de raciocínio foram retirados agrupamentos de autores que não constituem uma corrente, mas um tema de debates que afetam a comunicação. É o caso das discussões sobre a “sociedade global” (Brzezinski, Porat, Nora, Minc, Stourdzé, Ellul, Fukuyama, Drucker, Ortiz, Canclini), sobre a “pós-modernidade” (Lyotard, Bell, Jameson, Maffesoli, Lipovetsky, Virilio) e da polêmica envolvendo os “Apocalípticos e integrados” (MacDonald, Shils, Bell) que, em alguns manuais, aparecem com “status” de corrente teórica. Também foi eliminado o movimento da “Reviravolta lingüística” que une trabalhos como os de Austin, Wittgenstein, Berger e Luckmann, apesar de sua alta incidência. Foram retiradas, também, duas correntes teóricas por não possuírem uma delimitação clara de autores e mesmo de perspectiva teórica. A primeira delas são os “primeiros estudos na América Latina”. Embora alguns manuais apresentem essa corrente como funcionalista, inspirada pela pesquisa norte-americana, nenhum manual apresentou qualquer nome de pesquisador dessa corrente. A segunda são os “primeiros estudos na Europa”. Embora os manuais que os citam apresentem nomes de alguns pesquisadores (Groth, Dovifat, Fattorello, Terrou, Baschwitz, Kayser, Alberoni) e a época de seus estudos (décadas de 1910, 1920, 1930), não há uma visão de comunicação ou modelo teórico que os unifique a ponto de formar uma corrente específica de estudos.

Em segundo lugar, há teorias que aparecem em apenas um ou dois manuais. Depois de se conferir que não apareciam em nenhum outro, foram excluídas do quadro acima. São exemplos dessa situação: “Escola tecno-evolucionista”(Toffler), “Antropologia das ciências e das técnicas” (Latour e Callon), “Análise genealógica” (Certeau), “Teoria autoritária” (Siebert), “Teoria da liberdade de imprensa” (Smith, Curran, Seaton, Rivers, Sola Pool), “Teoria da responsabilidade social” (Hutchins), “Teoria dos controles normativos” (Geiger, Sokol, Hedinson, Brown, Linné), “Escola soviética” (Zassursky, Lotman), “Escola polonesa” (Pisarek, Tetelowska, Dubiel, Dziki), “Glasgow Media Group”, “Teoria da dependência” (DeFleur e Ball-Rokeach), “Publicística” (Jäger,

Dovifat, Meletzke, Silbermann, Prakke). Também o panorama que faz Sousa dos estudos em Portugal e na Espanha, ou o de Moragas Spà sobre a Espanha, foram retirados por buscarem apresentar o estágio das pesquisas em um país e não correntes teóricas.

Há, ainda, autores e correntes que são apresentados de formas diferentes, ora agrupados, ora separados. McLuhan, por exemplo, aparece várias vezes sozinho sob o rótulo de “pensamento mcluhiano”. Algumas vezes ele aparece dentro de uma “Corrente midiológica” ao lado de nomes como Debray e Goody. E em outras vezes ele aparece como membro de uma “Escola canadense” junto com Innis, seu antecessor, e sucessores como Meyrowitz e Haveloch. Na classificação acima privilegiou-se essa última entrada.

Da mesma forma, autores como Lévy, Debray, Goody, Virilio, Vattimo, Guattari, Ellul, Breton, Bounoux e Castells aparecem freqüentemente separados, mas todos relacionados com a temática da comunicação como tecnologia, da dimensão material dos meios, da virtualidade, das redes. Embora não compondo uma escola de pensamento, foram agrupados juntos em virtude de estarem próximos na maioria dos manuais.

Já os autores Baudrillard, Debord e Sfez, todos franceses, possuem grande freqüência nos manuais mas, normalmente, separados, ou apenas dois deles juntos, sempre com uma temática relativa à crítica à comunicação. Foram assim agrupados juntos.

Alguns manuais são mais minuciosos que outros na separação de escolas. Em alguns manuais encontra-se apenas “*Mass communication research*” designando todo o conjunto de estudos. Em outros casos há uma divisão apenas entre “Funcionalismo” e “Efeitos” e, em outros, os estudos sobre os efeitos são divididos em dois grupos, “Estudos empíricos de campo” (ou “Teoria do *two-step flow of communication*” ou “Influência interpessoal”) e “Abordagem da persuasão” (ou “Psicologia dos efeitos”, ou “Decisão de grupo”). Essa divisão foi mantida no esquema, mas negligenciou-se novas divisões como no manual de Santaella, em que a “Abordagem da persuasão” é dividida em “Teoria da dissonância cognitiva”, “Teoria do equilíbrio”, “Teoria simétrica” e “Teoria da congruência”. A “Análise de conteúdo” também aparece apenas algumas vezes como corrente distinta, integrando, na maior parte das vezes, a “*Mass communication research*”.

A apresentação da “Escola Francesa” foi uma das mais problemáticas. Algumas vezes há a referência a uma única corrente deste país mas, na maior parte, há uma distinção entre os estudos “Culturológicos” ou de “Sociologia da cultura de massas” (Morin, Friedmann) e a “Semiologia” (Barthes, Greimas, Metz) embora ambos tenham surgido na mesma época, se reunido em torno de um mesmo centro (o Cecmas) e sofrido forte inspiração estruturalista.

Alguns manuais citam apenas uma delas, outros citam as duas. Além disso, como na Itália também foram desenvolvidos vários estudos de orientação semiológica e estruturalista, é comum encontrar Barthes e Eco numa mesma corrente teórica. No esquema acima preferiu-se designar uma “Escola italiana” (Eco, Fabbri, Bettetini). O manual de Moragas Spà refere-se a outros estudos na Itália além dessa corrente, mas foram desconsideradas por aparecerem apenas nesse manual. O manual de Attalah é o único que separa “Estruturalismo” de “Semiologia”.

Também no caso da Inglaterra há diferenças. É bastante comum encontrar a referência à “Escola de Birmingham” ou “Estudos culturais” (Williams, Hall). O manual de Moragas Spà chega a falar em centros de Leeds, Londres e Leicester. Como os autores dessas correntes estão inseridos em “Economia política da comunicação” e “Usos e gratificações”, optou-se por acomodá-los nestas e suprimir a identificação de outras correntes teóricas inglesas. Ainda sobre Birmingham, é comum a referência aos autores que deram continuidade ao seu trabalho (Morley, Radway, Ang) dentro da mesma corrente ou, então, formando um campo de estudo específico, de “Recepção” ou “Etnografia das audiências”. Optou-se por essa última forma de classificação, que incorpora inclusive alguns estudos de fora da Inglaterra.

Há “estudos culturais” em outros dois locais geográficos: nos Estados Unidos e na América Latina. Como praticamente todos os manuais fazem essa distinção na forma de correntes diferentes, manteve-se a distinção.

Há uma grande corrente de estudos que congrega pesquisadores de vários países marcada pela influência da economia política. Alguns manuais fazem uma nítida separação entre estudos sobre o fluxo desigual de informações, denunciando o “Imperialismo cultural” a partir de uma perspectiva marxista (Schiller, A. e M. Mattelart, Golding, Murdock, Varis, Nordenstreng) e outros relativos às “Indústrias culturais” na Europa (Miège, Bustamante, Garnham, Cesareo). Foi mantida a diferença no esquema adotado, embora a maior parte dos manuais não estabeleça essa diferença –citando apenas uma delas ou as misturando. Ressalte-se ainda que, no caso de alguns manuais (por exemplo, Moragas Spà) os autores dessa corrente foram separados por país (Finlândia, Estados Unidos, Inglaterra).

Há três correntes teóricas que costumam aparecer misturadas: “Escola de Chicago” (Park, Cooley, Burgess), “Interacionismo simbólico” (Blumer, Kuhn, Goffman) e “Etnometodologia” (Garfinkel, Sacks, Cicourel). Como os manuais estabelecem marcos temporais e de autores distintos, optou-se por manter a separação.

Habermas, pertencente à segunda geração da “Escola de Frankfurt”, é algumas vezes agrupado junto a eles (por exemplo, no manual de Santos). Na maior parte dos manuais, contudo, é visto separadamente, como autor da “Teoria da ação comunicativa”. Decidiu-se mantê-lo separado.

No caso de “Semiótica”, registrou-se uma enorme diversidade de aplicações. O termo refere-se, muitas vezes, às idéias de Peirce. Noutras, é usado como sinônimo de “Semiologia”. Às vezes se refere à “Escola semiológica” francesa ou à “Escola italiana”. Em alguns manuais (Rüdiger) é explicitamente classificada como uma teoria não pertencente à comunicação. Optou-se por mantê-la, indicando sua frequência apenas nas referências explícitas a ela. Também a “Escola de Palo Alto” foi citada e propositalmente não incluída em alguns manuais (Rüdiger, Santaella).

A “Teoria matemática” possui uma grande ocorrência mas, principalmente, aparece quase sempre como um modelo, e não exatamente como corrente teórica – mas foi contada assim mesmo. A “Semiótica” e a “Escola de Palo Alto” também aparecem como modelos em alguns manuais.

Aliás, três manuais (Santaella, França, Gomes) apresentam, separadamente, os “Modelos” da comunicação como se fossem uma corrente separada. Como constituem tradições teóricas muito distintas, foram desconsiderados enquanto modelos e inseridos nas respectivas correntes teóricas.

Alguns autores são sempre apresentados apenas como inspiradores de correntes teóricas que se desenvolveram posteriormente. É o caso, já citado, de Peirce (Semiótica) e também de Saussure (Linguística), Schutz (Fenomenologia), Marx (abordagens marxistas), entre outros.

No caso da América Latina, é consensual a divisão em três épocas. Uma primeira, de inspiração norte-americana (mas nenhum manual cita qualquer autor dessa corrente). Uma segunda, marcada por inspiração marxista, preocupada com a “Dependência” e o “Imperialismo cultural” (A. e M. Mattelart, Somavía, Fox de Cardona, Dorfman) e uma terceira, de “Estudos culturais” voltada para o estudo das “Mediações” (Barbero, Canclini, Orozco Gómez). Alguns autores, contudo, enxergam, na segunda corrente, uma subdivisão composta por autores ligados à “Comunicação horizontal” ou “Dialógica” (Freire, Pasquali). Optou-se por manter essa divisão.

Também a “Perspectiva marxista” resultou de um agrupamento de autores distintos (de épocas e contextos diferentes) mas que foram, todos, identificados como autores que formularam teorias marxistas a respeito da comunicação.

Por fim, destaca-se o tratamento diferenciado que as teorias tiveram nos manuais: algumas são apenas citadas (em nota de rodapé ou com o nome no texto), outras são bem localizadas (com nomes de autores, datas, institutos e características teóricas), outras têm seu referencial teórico bastante detalhado e explicado e há, ainda, algumas que ocupam mais de um capítulo no manual (por exemplo, “Palo Alto” e “Teoria da ação comunicativa” no Attalah). Tal tratamento diferenciado sugere pesos e importâncias diferentes para as várias teorias da comunicação. A análise aqui empreendida não teve como considerar essa variável, contabilizando apenas a presença ou ausência de referências à corrente teórica no manual. E, ainda, teorias citadas sem indicação de autores, datas ou institutos de pesquisa (como várias no manual de McQuail, por exemplo) foram desconsideradas.

Com tudo isso, o quadro teórico básico da comunicação se vê sintetizado em 38 teorias, que significam, em princípio (apenas em princípio porque, como será visto na próxima seção, há muitos casos de teorias que partilham da mesma construção e problematização do objeto), 38 formas diferentes de se estudar a comunicação. Isso quer dizer que é possível se estudar a comunicação enquanto uma “função” no todo social, enquanto “indústria cultural”, centrar-se nos seus efeitos sociológicos, na sua relação com a cultura, entre outros. Cada corrente teórica apresenta sua perspectiva de estudo da comunicação, com seus conceitos, sua terminologia, seu desenho do fenômeno comunicativo. Dependendo de qual corrente teórica está sendo adotada, a lista de termos relativos à comunicação vai variar. Por isso é fundamental se ter clareza sobre essa diversidade teórica e buscar contemplá-la na criação de um sistema facetado para a área de comunicação.

7.2. Modelos de comunicação presentes nas diversas teorias

As 38 teorias selecionadas no tópico anterior não chegam a compor 38 formas distintas de se pensar a comunicação, na medida em que há semelhanças entre várias deles. Elas podem, assim, ser agrupadas em certas tendências ou visões semelhantes. Para a

apresentação dos modelos de comunicação destas teorias, que será feito a seguir, optou-se por agrupá-las em sete conjuntos. Estes sete conjuntos resultam em sete diferentes compreensões do que seja o fenômeno comunicativo. São estes sete modelos de comunicação que serão apresentados.

Para a explicitação dessas teorias e da visão de comunicação presente em cada uma delas, foram utilizados apenas os próprios manuais de teoria da comunicação, e não os textos originais dos autores. Afinal, o objetivo aqui não é produzir um novo manual, mas apenas fazer uma síntese do que está presente nos manuais. Ao se realizar essa síntese, pode-se perceber que foram utilizados mais alguns manuais do que outros. Duas razões explicam essa escolha: primeiro porque alguns manuais apenas apresentam as teorias e os autores, sem mostrarem ou detalharem a visão de comunicação destes (os manuais que fazem isso foram menos utilizados); e, entre os manuais que tratam do conteúdo das teorias, alguns são mais explícitos quanto ao modelo comunicativo utilizado por cada teoria - estes manuais foram então privilegiados para a explicação a seguir.

7. 2.1. A comunicação como efeito/função/influência/persuasão

Todos os manuais analisados, sem exceção, apresentam a *Mass communication research* norte-americana como a primeira corrente teórica da comunicação – ou ao menos a primeira específica da comunicação, pois dois dos manuais apontam para o pioneirismo da Escola de Chicago que não se dedicou, particularmente, aos fenômenos comunicativos. Também é consenso entre os manuais que essa grande corrente comporta, na verdade, uma série de tendências teóricas distintas, que podem, contudo, ser agrupadas, por possuírem uma série de características comuns.

Das oito teorias inicialmente apresentadas por Wolf em seu manual, as quatro primeiras constituem o que o autor chama de *Mass communication research*. É o manual mais completo e que serviu de modelo a vários dos demais, e por isso será aqui utilizado para a apresentação dessa corrente.

Wolf começa apresentando a “Teoria hipodérmica”, que representa a “primeira reação que este último fenômeno [a difusão em larga escala das comunicações de massa] provocou entre estudiosos de proveniência diversa” (WOLF, 1995, p. 20). Trata-se de uma teoria geral sobre os meios de comunicação (que não distingue diferença entre os vários meios) e

que tem por preocupação central descobrir quais os efeitos dos meios de comunicação numa sociedade de massa.

Duas concepções são centrais nessa teoria. A primeira é a presença de uma “teoria da sociedade de massa”, isto é, a concepção de sociedade como formada por indivíduos atomizados, isolados, que não se conhecem e que têm pouca ou nenhuma possibilidade de exercer influência entre si. Esse isolamento físico e normativo dos indivíduos é que explica o grande poder de manipulação atribuído aos meios de comunicação de massa por essa teoria. Pois, se cada indivíduo é um átomo isolado, ele reage isoladamente às ordens e sugestões dos meios de comunicação.

A segunda concepção é uma teoria psicológica da ação humana de natureza behaviorista. Por essa teoria, a ação humana é entendida em termos de estímulo e resposta. Com isso, todo o comportamento humano é esvaziado de seus elementos internos, subjetivos, e concebido apenas em sua dimensão externa, observável, e sempre entendido como resposta a algum estímulo. Essa teoria se adapta bem à da sociedade de massa, fortalecendo a idéia de instantaneidade e inevitabilidade dos efeitos da comunicação de massa.

Os autores ligados a essa teoria são Lippmann, Chakhotin, Doobs, Cantril, Lasswell e Rogerson. Ainda conforme Wolf, essa teoria é “o ponto de partida que toda a pesquisa posterior tenta modificar mais ou menos totalmente” (Ibidem, p. 25). O autor apresenta, a seguir, três teorias que representam, no âmbito da *Mass communication research*, a superação da Teoria hipodérmica.

A primeira dessas teorias é a que Wolf denomina “Abordagem empírico-instrumental ou da persuasão”. Se desenvolve a partir da década de 1940 e consiste em estudos de natureza psicológica que buscam fazer uma “revisão do processo comunicativo entendido como uma reação mecanicista e imediata entre estímulo e resposta, o que torna evidente, pela primeira vez na pesquisa sobre os *mass media*, a complexidade dos elementos que entram em jogo na relação entre emissor, mensagem e destinatário” (Ibidem, p. 30). São estudos levados a cabo por pesquisadores como Hovland, Lumsdaine, Sheffield, Hyman e Sheastley, entre outros, e que buscam perceber os fatores psicológicos intervenientes no processo, identificando, por um lado, a eficácia persuasiva ótima e, por outro, a explicação do “insucesso” de tentativas de persuasão.

Entre os fatores psicológicos mais importantes estudados estão aqueles relativos à audiência (o interesse em obter informação, a exposição seletiva, a percepção seletiva e a

memorização seletiva) e ligados à mensagem (a credibilidade do comunicador, a ordem da argumentação, a integralidade das argumentações e a explicitação das conclusões).

A segunda corrente teórica é a “Abordagem empírica de campo ou dos efeitos limitados”. De orientação sociológica, desenvolve-se também nas décadas de 1940 e 1950, principalmente por Lazarsfeld, Berelson, Gaudet e Katz, e tem como principal contribuição a inclusão, nos estudos sobre os efeitos, do contexto social em que os meios de comunicação operam. “A teoria dos efeitos limitados deixa de salientar a *relação causal direta* entre propaganda de massas e manipulação da audiência para passar a insistir num *processo indireto de influência* em que as dinâmicas sociais se intersectam com os processos comunicativos” (Ibidem, p. 45).

A descoberta mais importante dessa corrente foi a existência dos líderes de opinião, o que levou os pesquisadores a formularem o modelo do *Two-step flow of communication*, isto é, a comunicação como um processo de fluxo em duas etapas: dos meios para os líderes e destes para o restante do público. Sobre esse fenômeno, deve-se destacar que:

Os líderes de opinião e o fluxo comunicativo a dois níveis são, pois, apenas uma modalidade específica de um fenômeno de ordem geral: na dinâmica que gera a formação da opinião pública – dinâmica em que participam também os *mass media* – o resultado global não pode ser atribuído aos indivíduos considerados isoladamente; deriva, pelo contrário, da rede de interações que une as pessoas umas às outras. (...) Os efeitos dos *mass media* são parte de um processo mais complexo que é o da influência pessoal (WOLF, 1995, P. 48).

A terceira teoria apontada por Wolf é a “Teoria funcionalista das comunicações de massa”. Para o autor, essa teoria evidencia, na *Mass communication research*, a existência de uma teoria geral da sociedade, o funcionalismo, segundo o qual “o sistema social na sua globalidade é entendido como um organismo cujas diferentes partes desempenham funções de integração e de manutenção do sistema” (Ibidem, p. 57). Com esse pressuposto, a comunicação passa a ser analisada a partir das funções que desempenha para a manutenção do equilíbrio do sistema, e diversos autores vão propor “inventários” de funções da comunicação na sociedade. Para Lasswell, os meios possuem por função a vigilância (informativa, função de alarme), correlação das partes da sociedade (integração) e transmissão da herança cultural (educativa). Wright apresenta uma estrutura conceitual que prevê funções e disfunções dos meios, sendo que estas podem ser latentes ou manifestas. Já Lazarsfeld e Merton apresentam outras funções: atribuição de *status* (estabilizar e dar

coesão à hierarquia da sociedade), execução das normas sociais (normatização) e efeito narcotizante (que seria, de acordo com os autores, uma disfunção).

Dentro dessa teoria, como uma vertente mais específica, Wolf apresenta a “Hipótese dos *uses and gratifications*”, formulada na década de 1970 por Katz, Blumler e Gurevitch. Trata-se de uma teoria que representa uma evolução nos estudos sobre os efeitos:

Se a idéia inicial da comunicação como geradora de uma influência imediata, numa relação estímulo/reação, é suplantada por uma pesquisa mais atenta aos contextos e às interações sociais dos receptores e que descreve a eficácia da comunicação como resultado global de múltiplos fatores, à medida que a abordagem funcional se enraíza nas ciências sociais, os estudos sobre os efeitos passam da pergunta ‘o que é que os *mass media* fazem às pessoas?’ para a pergunta ‘o que é que as pessoas fazem com os *mass media*?’ (WOLF, 1995, p. 63).

Embora haja aqui uma mudança de perspectiva, continua a preocupação com os efeitos da comunicação, entendendo-se apenas que esses efeitos são consequência das satisfações experimentadas pelo receptor, isto é, por mais “potentes” que sejam as mensagens da mídia, elas só podem influenciar os indivíduos que fizerem uso delas no contexto sócio-psicológico em que vivem. Ocorre, contudo, uma valorização das atividades receptivas e interpretativas do público, o que “acelera o abandono progressivo do *modelo do transfer* que a *communication research* está a levar a cabo” (Ibidem, p. 69).

Na segunda parte do manual de Wolf, uma das duas “teorias contemporâneas” da comunicação apresentadas é descendente direta da *Mass communication research* e, especificamente, dos estudos sobre os efeitos. Trata-se da Hipótese do *Agenda-setting*. Elaborada progressivamente desde a década de 1950, é formalizada em 1972 e se desenvolve em uma série de pesquisas desde então. Também conhecida como Teoria dos efeitos a longo prazo, trata-se de uma construção teórica que pensa a ação dos meios não como formadores de opinião, causadores de efeitos diretos, mas como alteradores da estrutura cognitiva das pessoas. É o modo como cada indivíduo conhece o mundo que é modificado a partir da ação dos meios de comunicação de massa – ação que passa a ser compreendida como um “agendamento”, isto é, a colocação de temas e assuntos na sociedade. Ao mesmo tempo, essa corrente substitui a idéia de efeitos imediatos por efeitos que se espalham num período maior de tempo.

Sublinhando essa crescente *dependência cognitiva* dos *mass media*, a hipótese do *agenda-setting* toma como postulado um impacto direto – mesmo que não imediato – sobre os destinatários, que se configura segundo dois níveis: a. a ‘ordem do dia’ dos temas, assuntos e problemas presentes na agenda dos *mass media*; b. a hierarquia de importância e de prioridade segundo a qual esses elementos estão dispostos na ‘ordem do dia’ (WOLF, 1995, p. 132).

Ainda no contexto da *Mass communication research*, Wolf apresenta duas formulações que constituem não exatamente teorias, mas modelos teóricos, formas de compreensão da comunicação que estão presentes (e que unificam) toda a *Mass communication research* – e que, também, embasaram estudos em comunicação de outras correntes teóricas. São essas duas formulações que definem *o que é comunicação*, e estão na base de todas as teorias formuladas posteriormente.

A primeira delas é o modelo de Lasswell, que define que uma forma adequada de representar um fenômeno de comunicação é: “quem / diz o quê / através de que canal / para quem / com que efeito?”. Conforme Wolf, com essa definição, Lasswell define e organiza setores específicos de pesquisa (sobre os emissores, sobre o conteúdo, sobre a audiência, sobre os efeitos). Além disso, reafirma um pressuposto fundamental presente desde a Teoria hipodérmica, “de que a iniciativa seja exclusivamente do comunicador e os efeitos recaiam exclusivamente sobre o público” (Ibidem, p. 27). Esse modelo pressupõe, dessa forma, a comunicação como um processo assimétrico (um emissor ativo que produz um estímulo, um emissor passivo que reage); intencional com objetivo de obter determinado efeito; com papéis isolados e estanques de comunicador e destinatário. Enfim, “o esquema de Lasswell organizou a *communication research*” (Ibidem, p. 27).

O outro modelo teórico é o da “Teoria da informação”, que será visto no tópico seguinte, pois consiste num modelo diferente de comunicação de acordo com a classificação realizada nesse trabalho.

Com algumas poucas diferenças, os outros manuais corroboram a visão da *Mass communication research* de Wolf. Santaella apresenta, como uma das quatro grandes tradições de pesquisa em comunicação, a “*Mass communication research* e seus desdobramentos”, identificando a Teoria hipodérmica, a Corrente funcionalista, a Abordagem da Persuasão, o *Two-step flow of communication*, os Usos e satisfações e o *Agenda-setting*.

Num outro momento, apresentando os modelos de comunicação presentes nas várias teorias, a autora destaca o modelo de Lasswell, publicado um ano antes (1948), que

“apesar de influente, (...) não chegou a ganhar a mesma notoriedade do modelo de Shannon, que sempre se fez presente, inclusive para ser questionado” (Ibidem, p. 51).

Mattelart e Mattelart identificam o conjunto de teorias agrupado sob o rótulo “Sociologia funcionalista dos meios de comunicação”, identificando, nela, a Teoria hipodérmica (origem dos estudos) e uma “clivagem teórica”, relativa aos estudos sobre os Efeitos. A Teoria dos Usos e Gratificações, entendida como superação dos estudos sobre os efeitos, é apresentada posteriormente. Por fim, os autores apresentam a Teoria difusionista, aplicação específica da Teoria funcionalista no contexto de uso das tecnologias de comunicação junto aos países do terceiro mundo para acelerar seu processo de “desenvolvimento”. Essa teoria tem como principais representantes Rogers e Lerner.

Lima, em seu texto que sistematiza os modelos teóricos disponíveis para o estudo da comunicação, a partir da consulta a outros quatro manuais, apresenta oito concepções distintas de comunicação. As três primeiras dizem respeito a correntes teóricas da *Mass communication research*. A primeira é o modelo da comunicação como “manipulação”, que corresponde exatamente à Teoria Hipodérmica, e que “supõe-se que as mensagens são todo-poderosas e que os indivíduos, membros da massa, são vulneráveis e facilmente manipuláveis” (LIMA, 2001, p. 41). Esse modelo, cujo trabalho mais exemplar é o de Tchackhotine, entende a comunicação como “resposta de um organismo a um estímulo” (Ibidem, p. 38) e foi “rapidamente superado” (Ibidem, p. 42) pelas pesquisas posteriores.

O segundo modelo vê a comunicação como “persuasão”. Evidencia-se já uma diferença do primeiro modelo, que via a mídia como manipulando (moldando, modelando a audiência), para outro modelo que a vê agindo para persuadir (convencer, induzir, levar a crer ou aceitar). Nesse modelo estão incluídos a Abordagem da persuasão (estudos de natureza psicológica, cujo principal representante é Hovland) e a Teoria dos efeitos limitados ou *Two-step flow of communication* (estudos sociológicos empreendidos por, entre outros, Lazarsfeld), além da abordagem dos Usos e gratificações, da Teoria difusionista e de todos os estudos com a temática dos Efeitos da comunicação, inclusive aqueles realizados contemporaneamente. Muito semelhante ao anterior, do qual é uma evolução, esse modelo entende a comunicação como “resposta de um organismo a um estímulo, através da interiniência de fatores psicológicos e sociológicos” (Ibidem, p. 38).

O terceiro modelo percebe a comunicação como “função”, e a questão aqui é identificar quais as funções que a mídia exerce na sociedade. Inspirada no funcionalismo de Parsons e tendo como representantes Lasswell, Merton e Lazarsfeld, essa concepção também está

presente na Teoria difusionista. A comunicação é entendida como “subsistema funcional do sistema social” (LIMA, 2001, p. 38).

Gomes, em seu manual, apresenta quatro “diferentes enfoques na teoria da comunicação” (GOMES, 1997, p. 56). Um desses enfoques é o “Funcionalismo norte-americano”, que tem como postulado fundamental “a unidade funcional da sociedade, pensada em termos de equilíbrio interno” (Ibidem, p. 58). Nesse enfoque estão incluídos tanto a teoria propriamente funcionalista da comunicação quanto sua evolução, com as fases da Teoria do *Two-step flow* (1935-1956), Teoria dos usos e gratificações (1955-1970) e Teoria do *Agenda setting* (1970 em diante).

Sousa, em seu manual, apresenta as teorias da comunicação em dois grandes grupos. No primeiro, que trata da “gênese e o desenvolvimento de grandes linhas de investigação sobre os efeitos dos meios”, apresenta o Paradigma funcionalista. Nele estão abrigadas a Teoria das balas mágicas ou da agulha hipodérmica (na verdade, uma abordagem ainda “pré”-funcionalista), as Teorias do fluxo de comunicação em duas e múltiplas etapas e a Teoria da resistência à persuasão.

No tópico seguinte, denominado “modelos atuais de explicação dos efeitos dos meios de comunicação”, estão presentes nove teorias, todas ligadas à *Mass communication research* como extensões dela, como aplicações específicas, seja no sentido de diminuir o poder dos meios de comunicação, seja no sentido de reafirmá-lo. Entre elas estão as já citadas por Wolf Teoria dos usos e gratificações e *Agenda setting*. As demais são apresentadas a seguir.

A Teoria da tematização, proposta por Luhmann em 1978, é “significativamente próxima da teoria do *agenda-setting*, embora entre as duas existam algumas diferenças” (SOUSA, 2000, p. 173). Entre essas diferenças está o fato de que a Teoria da tematização vincula-se às transformações tecnológicas e políticas em curso. O conceito de tematização “pretende traduzir o processo de definição, estabelecimento e reconhecimento público dos grandes temas através da comunicação social” (Ibidem, p. 173). A diferença desta teoria para a do *Agenda setting* é que esta vê os meios de comunicação como protagonistas do processo de tematização, enquanto na Teoria da tematização eles são vistos como mediadores da relação entre o sistema político e a opinião pública.

A Teoria da espiral do silêncio foi proposta em 1973 por Noelle-Neumann. Seu pressuposto é o de que “as pessoas temem o isolamento, buscam a integração social e gostam de ser populares; por isso, as pessoas têm de permanecer atentas às opiniões e aos

comportamentos majoritários e procuram expressar-se dentro dos parâmetros da maioria” (SOUSA, 2000, p. 177). Nesse sentido, os meios de comunicação são fortemente responsáveis pela formação dessa opinião majoritária e tendem, numa atuação espiralar, a calar as vozes discordantes de seu conteúdo. Os meios tendem a consagrar mais espaço às opiniões dominantes, reforçando-as, e contribuindo para silenciar as minorias pelo isolamento.

Parcialmente diferente das teorias precedentes, a Teoria das diferenças de conhecimento, elaborada por Tichenor, Donohue e Olien em 1970, volta-se para os efeitos da ação dos meios não no sentido de agendar temas ou pressionar a opinião, mas propriamente para a dimensão cognitiva, “no nível da distribuição e modelação social de conhecimentos” (SOUSA, 2000, p. 186). Numa realidade em que a quase totalidade do público tem acesso aos mesmos diversos meios de comunicação, os pesquisadores perceberam que não ocorreu nem o aumento nem a nivelção dos graus de compreensão e de conhecimento das pessoas mas, antes, a formação de “classes” sociais em função do conhecimento. O principal efeito da comunicação de massa seria, então, esse distanciamento, esse hiato que vai se formando entre as pessoas educacionalmente mais favorecidas e aquelas menos favorecidas.

Sendo gradualmente desenvolvida desde 1968 por Gerbner, Gross, Morgan, Signorelli e outros, a Teoria do Cultivo busca explicitar a ação dos meios sobre a sociedade a longo prazo. Essa ação se daria de forma cumulativa e consistiria no “cultivo de imagens, suposições e definições comuns respeitantes à realidade social” (SOUSA, 2000, p. 200), isto é, na transmissão de significados ao público.

As Teorias da socialização pelos meios de comunicação vêem a mídia como agente de socialização, juntamente com instituições como a família, a escola, a igreja e os partidos políticos. Por essas teorias, formuladas por autores diversos como Montero e McQuail, “os meios de comunicação promovem a aprendizagem de normas, valores e expectativas de comportamento” (SOUSA, 2000, p. 201). É importante destacar que

embora não exista uma teoria específica sobre a ação socializadora dos meios de comunicação social, essa dimensão é tratada em todas as teorias dos efeitos a longo prazo e nas teorias que conferem aos *media* um papel sustentador do *statu quo* (SOUSA, 2000, p. 201).

Por fim, as Teorias da influência dos *media* na construção da realidade inspiram-se no trabalho de Berger e Luckmann, publicado em 1966. Para esses autores, “a realidade social construía-se em torno de processos de institucionalização e de objetivação intersubjetiva de determinadas referências e de significados para essas referências”, ou seja, “criava-se uma espécie de patamar mínimo de entendimento comum, compartilhado, da realidade social” (SOUSA, 2000, p. 203). Tomando essa idéia como ponto de partida, diversos autores, como Altheide, Snow, Anderson e Meyer, buscaram entender como se dava a ação da mídia na sociedade no sentido de conformar essa realidade socialmente construída, por exemplo, descrevendo a organização e os processos de comunicação globais da sociedade, construindo referentes para a ação individual, ou organizando as dimensões espaciais e temporais do cotidiano – sem deixar de salientar que “a comunicação interpessoal continua a ser uma forma fundamental no que respeita à construção de sentidos, pois esta realizar-se-ia dentro do contexto da nossa vida quotidiana e na presença de emissor e receptor” (Ibidem, p. 205).

7.2.2. A comunicação como transmissão/transporte de informações

Wolf apresenta em seu manual, logo após a identificação das principais teorias da comunicação, o que chama de “teorias comunicativas”, querendo destacar com isso não exatamente teorias como as outras apresentadas por ele, mas modelos gerais do que é a comunicação, modelos estes que foram incorporados por uma ou mais teorias. O primeiro destes modelos é o da “Teoria da informação” ou “Teoria matemática da comunicação”, formulada por Shannon e Weaver em 1949. Trata-se de um modelo elaborado no contexto de engenharia das comunicações, preocupado com a transmissão ótima das mensagens, e que descreve a comunicação como um processo em que um fonte utiliza um transmissor para, por meio de um sinal e através de um canal, transmitir esse sinal a um receptor, que leva a mensagem a um destinatário. “Esse esquema analítico – em diversas versões e com ligeiras variações terminológicas – é uma presença constante nos estudos comunicativos, provavelmente graças à sua aplicabilidade a fenômenos muito heterogêneos” (WOLF, 1995, p. 101). Conforme Wolf, esse modelo entende a comunicação unicamente de uma lógica transmissiva, podendo inclusive ser aplicada tanto para relações entre seres humanos

entre si, como entre seres humanos e máquinas ou apenas entre máquinas. “Na *communication research*, o modelo informacional foi, durante muito tempo, o verdadeiro paradigma dominante, raramente posto em questão e o mais freqüentemente utilizado; e nisso, a tradição empírica e pesquisa crítica andaram a par e passo” (WOLF, 1995, p. 106). Com isso, o autor confirma o pressuposto de que o modelo da Teoria da informação serviu, à comunicação, mais como modelo, paradigma, do que propriamente como uma teoria. E, apesar de sua imensa identificação com a *Mass communication research*, com a qual inclusive compartilha o contexto de produção (os Estados Unidos do pós-guerra), também aproxima-se do modelo da Escola de Frankfurt (que será visto a seguir) – esta que é uma corrente que se construiu na oposição à *Mass communication research*.

Santaella, no momento de seu manual dedicado aos “modelos” da comunicação (vistos separadamente em relação às teorias) explicita que o “primeiro modelo dos processos comunicativos teve início na teoria da informação” elaborada por Shannon e Weaver e que “esse modelo foi muito imitado, questionado e transformado, dando origem a uma série de modelos subsequentes” (SANTAELLA, 2001, p. 50). Santaella destaca uma série de autores que formulam modelos também lineares e transmissivos, que tentam reformular ou complexificar o modelo de Shannon e Weaver. Esses autores são Osgood, Schramm, Westley-McLean e Gerbner. Em comum, todos têm a concepção de que “a atividade do remetente aparece como uma causa que tem um efeito calculado na mente do destinatário. Isto leva à idéia de uma interação de um participante ativo com um passivo” (Ibidem, p. 53).

Gomes, ao tratar dos “modelos e processos da comunicação”, também apresenta o modelo dos engenheiros Shannon e Weaver:

Derivada da comunicação eletrônica, a teoria da informação constitui mais uma teoria de transmissão de sinais do que uma teoria da comunicação, se considerarmos o significado mais amplo desta última palavra nas ciências humanas. Esta teoria foi explicitada em 1948 e aplicada aos mais diversos contextos. Mais ainda, seu uso foi generalizado e passou a ser utilizado e reproduzido na maioria dos textos de comunicação (GOMES, 1997, p. 33).

Conforme o autor, Shannon e Weaver concebem o sistema geral de comunicação como composto de cinco elementos fundamentais: a fonte de informação, o transmissor, o canal, o receptor e o destinatário. Tratando-se de um modelo mecânico, construído para descrever a comunicação eletromagnética, foi depois aplicado e adaptado para descrever a

comunicação humana. Nesse processo teve papel fundamental o pesquisador Schramm, que incluiu, na definição, os componentes “codificador” e “decodificador”.

Mattelart e Mattelart dedicam, em seu manual, metade de um capítulo para a apresentação da Teoria da informação. É que, na concepção dos autores, essa teoria teve um papel fundamental para a evolução da área de Comunicação, por estar na base de fundamentação de teorias antagônicas como a *Mass communication research*, a Escola de Frankfurt e a Semiologia estruturalista:

Na dinâmica de transferência e transposição de modelos de cientificidade próprios às ciências exatas, a teoria matemática da comunicação ocupa, a partir do final dos anos 40, um papel central. Com base nas máquinas de comunicar resultantes da guerra, a noção de ‘informação’ adquire seu estatuto de símbolo calculável. Ao fazê-lo, torna-se o lema que assegura o livre intercâmbio conceitual entre as disciplinas (MATTELART; MATTELART, 1999, p. 57).

Apresentando as características do modelo, os autores destacam que se trata de uma problematização que vê o processo como linear, com um pólo de origem e outro de fim, e que reduzem a questão da comunicação à reprodução, em um ponto dado, da forma mais exata possível, de algo originado de outro ponto. Os autores destacam que essa teoria se constrói a partir da contribuição de resultados de trabalhos de diversos outros pesquisadores, como Markov, Hartley, Turing e von Neumann. Depois, o modelo foi reformulado por vários autores, como Osgood, Westley e McLean, Berlo e Schramm. E, principalmente, foi utilizada por muitas teorias: “essa concepção do processo de comunicação como linha reta entre um ponto de partida e um de chegada impregnará escolas e correntes de pesquisa muito diversas, quando não radicalmente opostas, sobre os meios de comunicação” (Ibidem, p. 60).

Um dos oito modelos presentes na sistematização de Lima é o que entende a comunicação como “informação”. Esse modelo originou-se com a Teoria matemática da comunicação de Shannon e Weaver e, após ser adaptado por, entre outros, Schramm, transforma-se “no principal paradigma do *processo comunicativo* utilizado na literatura do campo” (LIMA, 2001, p. 45). Sobre esse modelo:

Trata-se de um modelo formal que tem sua origem na engenharia de telecomunicações e está fundamentalmente voltado para a maior eficácia na transmissão de dados entre máquinas, embora também se aplique igualmente quando essa transmissão se verifica entre dois seres humanos ou entre uma

máquina e um ser humano. Não existe preocupação com o conteúdo ou significado das mensagens, mas com a eficácia de sua transmissão (LIMA, 2001, p. 45).

7.2.3. A comunicação como ideologia/dominação/indústria/mercadoria

Wolf apresenta a “Teoria crítica”, elaborada pelo grupo de pesquisadores conhecido como “Escola de Frankfurt”, como uma teoria que se desenvolve na contracorrente ao modelo anterior. Primeiro, por apresentar um método analítico em oposição ao método empírico predominante nos estudos norte-americanos. Segundo, por consistir numa teoria sobre a sociedade entendida como um todo, em oposição aos estudos setorializados desenvolvidos até então. E, finalmente, a partir da crítica da ciência como ideologia, que estaria desempenhando uma função de manutenção da ordem social, propuseram uma “teoria da sociedade que implique uma avaliação crítica da própria construção científica” (WOLF, 1995, P. 74).

Contudo, o que mais marca a especificidade da teoria da Escola de Frankfurt é sua filiação teórica ao marxismo:

Denunciando a separação e a oposição do indivíduo em relação à sociedade como resultante histórica da divisão de classes, a teoria crítica confirma a sua tendência para a crítica dialética da economia política. Consequentemente, o ponto de partida da teoria crítica é a análise do sistema de economia de mercado (WOLF, 1995, p. 74).

O autor destaca que a originalidade dos autores é a apropriação dos princípios fundamentais do materialismo marxista para a análise dos fenômenos da época. Entre esses fenômenos está a indústria cultural, conceito criado por Adorno e Horkheimer em 1947. É exatamente nos trabalhos sobre a indústria cultural que podem ser encontradas análises sobre a comunicação.

Wolf apresenta cinco aspectos do pensamento frankfurtiano a respeito da indústria cultural. O primeiro diz respeito à compreensão da indústria cultural como um sistema, um todo harmônico composto por filmes, rádio e semanários, comandado pela lógica industrial do sistema produtivo que impõe a necessidade de standardização e organização:

Esse sistema condiciona, evidentemente, de uma forma total, o tipo e a função do processo de consumo e a sua qualidade, bem como a autonomia do consumidor. (...) A máquina da indústria cultural, ao preferir a eficácia dos seus produtos, determina o consumo e exclui tudo o que é novo, tudo o que se configura como risco inútil (WOLF, 1995, p. 76).

O segundo tópico diz respeito às características do indivíduo na era da indústria cultural. Trata-se de um indivíduo que deixa de decidir autonomamente, que adere acriticamente aos valores impostos, que se torna não o sujeito mas o “objeto” da indústria cultural. O processo de controle psicológico operado pela indústria cultural, analisado pela Escola de Frankfurt, tem muito do conceito marxista de “alienação” e aspectos da idéia de “inconsciente” oriundo da teoria psicanalítica. A sociedade, pela indústria cultural, guia e disciplina os homens: “a sociedade é sempre a vencedora e o indivíduo não passa de um fantoche manipulado pelas normas sociais” (WOLF, 1995, p. 77).

O terceiro aspecto diz respeito à qualidade do consumo dos produtos culturais, um consumo degradado por produtos que tendem à paralisação da atividade imaginativa, da atividade mental, programados para um consumo descontraído, não comprometedor. O consumo dos produtos da indústria cultural equivale a um conjunto de reações proscritas no produto, tal como um processo de estímulo-resposta. O quarto aspecto enfatiza os efeitos dos *mass media*, sobretudo considerando-se os vários significados sobrepostos uns aos outros, gerando mensagens ocultas que conseguem atingir mais diretamente os consumidores porque não são impedidas pelas resistências psicológicas. Por fim, são analisados os gêneros da indústria cultural, que consistem em formas rígidas e fixas e que são, na verdade, mais uma das estratégias de domínio da indústria cultural. Os gêneros são uma construção estereotípica com função de impedir o caos cognitivo, a desorganização mental, garantindo a antecipação das experiências dos sujeitos.

Após apresentar o conjunto de pressupostos da teoria crítica frankfurtiana, Wolf apresenta um balanço em que compara essa teoria com o modelo da *Mass communication research*. O autor identifica várias diferenças entre elas, sendo a principal a que diz respeito à denúncia que a teoria crítica realiza da “contradição entre indivíduo e sociedade como um produto histórico da divisão de classes” (WOLF, 1995, p. 82). Mais do que a denúncia, a Escola de Frankfurt coloca em suspeição esse fato, essa contradição, como um dado natural, como tendo fundamento em si mesmo.

Essa crítica se espalha para uma outra: ao acusar os estudos norte-americanos de um forte empiricismo e também de uma grande setorialização, a teoria crítica busca resgatar um tipo

de estudo que, em primeiro lugar, não fragmente o todo social, formulando recortes tão específicos que a inserção social dos fenômenos deixe de ser contemplada; e, em segundo lugar, que não busque leis gerais sobre o funcionamento do processo comunicativo, mas sim que considere as variações históricas e culturais dos sujeitos e processos humanos. É exatamente a dinâmica histórica que está ausente do modelo dominante de estudos em vigor, e é a historicidade que vai ser buscada pelos frankfurtianos.

Por outro lado, ainda que percebendo o contraste entre a Teoria crítica frankfurtiana e a *Mass communication research*, Wolf as aproxima em relação a um ponto fundamental: ambas utilizam um mesmo modelo de processo comunicativo, que o autor designa como “paradigma da teoria da informação”. Isto é, ambas as teorias vêem a comunicação como um processo linear, de transmissão de informações, em que um emissor envia uma mensagem a um receptor provocando determinados efeitos.

Se o modelo comunicativo de ambas é o mesmo, o que essencialmente as diferencia é o modelo sociológico pressuposto, isto é, a visão de sociedade presente em cada uma das correntes, sendo a *Mass communication research* funcionalista e a Teoria crítica marxista. A primeira vinculada à idéia de integração, de harmonia social, e a segunda que vê como central a idéia de conflito.

Já Santaella apresenta as “teorias críticas” como um dos quatro grandes modelos de estudo da comunicação. A autora agrupa, nesse modelo, tanto a produção dos pesquisadores da Escola de Frankfurt como a de outros autores: Enzensberger, que lançou às esquerdas políticas o desafio de liberação do potencial emancipador dos meios de comunicação; Debord, que analisou a “sociedade do espetáculo”, as relações degradadas entre as pessoas, relações estas mediatizadas pelos meios de comunicação; Sfez, Rodrigues e Zizek, estes três últimos pouco ligados estritamente à Escola de Frankfurt, mas perfeitamente identificados no horizonte das teorias críticas.

De acordo com a autora, o traço comum das teorias críticas é a crítica ao funcionalismo que concebe a mídia como ferramenta da democracia, desmistificando esse tipo de ilusão. Originadas com o conceito de indústria cultural, essas teorias buscam analisar a produção da cultura como mercadoria, construindo uma outra concepção da comunicação como “instrumento de reprodução de massa que, na liberdade aparente dos indivíduos, reproduzem as relações de força do aparelho econômico e social” (SANTAELLA, 2001, p. 40).

Também Polistchuk e Trinta tratam desse modelo ao apresentarem o que denominam “paradigma conceitual ou crítico-radical”. Esse paradigma tem origem com o pensamento da Escola de Frankfurt, que buscou uma revisão do método marxista de interpretação da história com o apoio de teorias como a de Freud e Nietzsche:

As teses defendidas por esta Escola põem em relevo o papel central que a *ideologia* desempenha em formas de comunicação (...) Agentes da ‘barbárie cultural’, os *meios de comunicação* seriam veículos propagadores de ideologias próprias às ‘classes dominantes’, impondo-as às classes populares (subalternas) pela *persuasão* ou pela mais simples *manipulação* (POLISTCHUK; TRINTA, 2003, p. 111).

Mattelart e Mattelart também dedicam um capítulo às teorias críticas que, em comum, analisam a comunicação sob o conceito de “indústria cultural”, vinculando-a a processos ideológicos de dominação. Conforme os autores salientam:

Escolas de pensamento crítico irão se interrogar sobre as conseqüências do desenvolvimento desses novos meios de produção e transmissão cultural, recusando-se a tomar como evidente a idéia de que, dessas inovações técnicas, a democracia sai necessariamente fortalecida. Descritos e aceitos pela análise funcional como mecanismos de ajuste, os meios de comunicação tornam-se suspeitos de violência simbólica, e são encarados como meios de poder e dominação (MATTELART; MATTELART, 1999, p. 73).

Entre as diversas correntes críticas levantadas pelos autores estão a Escola de Frankfurt e, posteriormente, os estudos sobre economia política da comunicação. Estes se desenvolvem principalmente a partir da década de 70 e possuem três ramos.

O primeiro ramo da economia política da comunicação preocupou-se sobretudo com o desequilíbrio dos fluxos de informação e produtos culturais entre os países do primeiro mundo e os países do terceiro mundo. São estudos que se contrapõem à idéia liberal norte-americana do *free flow of information*, percebendo o cenário mundial como campo de disputa entre países com interesses antagônicos e a comunicação como campo de ocorrência desse conflito. Os autores dessa corrente de estudos procedem de diferentes países, como Estados Unidos (Schiller), Inglaterra (Golding), Finlândia (Varis e Nordenstreng), Holanda (Hammelink), Noruega (Galtung). De toda essa movimentação teórica nasceu uma iniciativa da Unesco de mapear os fluxos de informação no mundo e propor uma “nova ordem mundial de informação e comunicação” (Nomic). Diversos

congressos e estudos resultaram num relatório, conhecido como Relatório McBride, publicado em 1980.

Na América Latina, sob a influência da teoria da dependência, ocorre uma manifestação específica dessa corrente, com a formulação da Teoria do Imperialismo Cultural, agregando autores de várias nacionalidades (Pasquali, Schmucler, Capriles, Mattelart, Beltrán, Fox). Trata-se da mesma compreensão dos fluxos desiguais de informação entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos, com destaque para a análise do conteúdo ideológico de determinados produtos culturais identificando exatamente estratégias de dominação e afirmação dos valores dos países dominantes, especificamente os Estados Unidos.

Ainda de acordo com os autores, o terceiro foco da economia política da comunicação surge na Europa, na segunda metade da década de 1970. Trata-se dos estudos sobre as “indústrias culturais”, reformulando alguns dos princípios da teoria frankfurtiana buscando perceber a heterogeneidade de empresas, atores e mensagens presentes nos meios de comunicação, que não constituem uma “indústria cultural” unificada ou homogênea. Conforme salientam os autores, “a passagem do singular para o plural revela o abandono de uma visão demasiado genérica dos sistemas de comunicação”, buscando-se, assim, “penetrar na complexidade dessas diversas estruturas para tentar compreender o processo crescente de valorização das atividades culturais pelo capital” (MATTELART; MATTELART, 1999, p. 113). A ênfase desses estudos se dá mais em relação às bases tecno-industriais do que político-culturais dos meios de comunicação, e os principais autores dessa corrente de estudos são franceses (Miège, Flichy) mas, também, canadenses (Lacroix, Lévesque, Tremblay) e espanhóis (Bustamante, Zallo).

Miège agrupa essas três tendências numa só, a “economia política (crítica) da comunicação”. Sobre ela, diz o autor:

Como economistas marxistas pretendem, a partir das ferramentas teóricas deixadas por Karl Marx, propor uma análise não só das modernas indústrias da informação e da cultura mas, também, particularmente, dos efeitos de sua crescente transnacionalização. Esses autores são americanos (Herbert Schiller, Dallas Smythe...) ou europeus (Nicholas Carnham, Graham Murdock, Armand Mattelart, Enrique Bustamante, Ramon Zallo etc); eles não constituem uma escola porque seus trabalhos não abordam os mesmos temas (...) mas têm em comum a preocupação de colocar em evidência o lado econômico (quase sempre oculto) da comunicação, a formação dos grandes grupos econômicos transnacionais, os fenômenos de dominação daí resultantes, assim como os

aspectos estratégicos dos fluxos transnacionais de informações ou produtos culturais (MIÈGE, 2000, p. 58).

Também Sousa agrupa essas três correntes numa só, a Crítica marxista sócio-econômica, percebendo, nela, tanto estudos “da propriedade dos meios e dos fatores que, por via dessa propriedade, podem condicionar a informação produzida e, portanto, ter determinados efeitos sobre a sociedade” (SOUSA, 2000, p. 153) quanto aqueles que “questionam a estrutura internacional da comunicação, enxameada por fortes oligopólios internacionais, chegando a acusar os meios de imperialismo cultural” (Ibidem, p. 153). Entre os primeiros destacam-se Smythe, Garnham, Herman, Chomsky. No segundo grupo se encontram Schiller, Tunstall, Mattelart, Murdock, Golding.

Outras teorias críticas vão ser citadas nos outros manuais. Rüdiger, por exemplo, apresenta a “perspectiva materialista”:

Marx e Engels não foram teóricos da comunicação, cujo conceito sequer era problematizado em seu tempo. Não obstante, encontra-se em seus escritos uma série de princípios que permitiu desenvolver em nosso século uma concepção materialista da comunicação. (...) Conforme essa perspectiva, a comunicação deve ser estudada, em essência, como processo de generalização simbólica da prática humana, enquanto mediação mais ou menos universal do modo de produção (RÜDIGER, 1998, p. 63).

Dentro dessa corrente, vinculada de forma mais fixa ao marxismo do que a Escola de Frankfurt, o autor identifica a teorização de três pensadores que não possuem relação entre si, isto é, que desenvolveram suas reflexões de forma independente, em contextos e épocas também diferentes. São eles: Schaff, Bakhtin e Enzensberger. O primeiro, dentro da perspectiva marxista, vê a comunicação como fator de desenvolvimento da consciência, entrelaçado com o desenvolvimento da produção material.

Bakhtin vê a comunicação como a “condição de possibilidade da interação social” (RÜDIGER, 1998, p. 70), sendo a linguagem o produto da comunicação. A consciência que temos do mundo se estrutura por meio de signos, esses signos são criados comunicativamente. Ou seja, a comunicação é menos um processo de transmissão de mensagens do que um processo de compreensão mediada entre os homens, desenvolvida com base nas relações de produção vigentes na sociedade (Ibidem, p. 73).

Já Enzensberger percebe os meios de comunicação de massa como novas forças que desenvolveram as estruturas de cooperação e o potencial de conscientização da sociedade.

Contudo, a análise do pesquisador revela que as condições históricas determinaram que “as forças comunicativas tecnologicamente desenvolvidas, ao invés de promoverem a conscientização das pessoas, acabassem se transformando em meios de industrialização da consciência” (Ibidem, p. 74). O controle privado dos meios acabou por transformá-los em fontes geradoras de falsa consciência, pois o conhecimento por eles distribuído é ideologicamente mediado. Na visão de Enzensberger, a mídia não é boa nem má, mas um sistema técnico, instrumento que pode ser empregado para desenvolver ou manipular o processo de comunicação.

Santos analisa a teoria de Enzensberger, percebendo como ele estabeleceu novos parâmetros para a utilização dos meios de comunicação de massa, com objetivos políticos, para a organização popular e para exprimir as idéias dos grupos. Assim, o destaque de sua teoria é para o potencial emancipador dos meios de comunicação de massa, principalmente os eletrônicos, que pode agir na consciência da massa (SANTOS, 2003, p. 105-106).

Esse autor agrupa, junto a Enzensberger, o francês Althusser, que formulou uma teoria conjugando marxismo e estruturalismo. Seu trabalho sobre os aparelhos ideológicos do estado não diz respeito apenas aos meios de comunicação, mas estes podem ser compreendidos como um destes aparelhos. Mattelart e Mattelart apontam que esse texto “repercute profundamente sobre a teoria crítica da comunicação, na França e em outros países” (MATTELART; MATTELART, 1999, p. 95) na época de sua publicação (1970). Os aparelhos ideológicos do estado (escola, igreja e, também, a mídia) buscam assegurar, garantir e perpetuar o monopólio da violência simbólica, que se exerce com uma legitimidade tida como natural.

Lima, apresentando o sexto de seus oito “modelos teóricos disponíveis para o estudo da comunicação”, traz a idéia de “mercadoria”. Trata-se de um modelo “que tem origem no trabalho dos autores identificados com a Escola de Frankfurt, em particular com o clássico capítulo sobre a ‘indústria cultural’ da *Dialética do iluminismo*, de Adorno e Horkheimer, publicado originalmente em 1947” (LIMA, 2001, p. 47). Nesse modelo o autor agrupa também os três ramos de estudos em Economia política da comunicação citados por Mattelart e Mattelart, o trabalho sobre aparelhos ideológicos do Estado de Althusser, e ainda estudos sobre economia política das comunicações e políticas nacionais de comunicação realizados desde a década de 70 e que continuam sendo realizados até hoje. A ênfase dessa teoria é, exatamente, o conceito de indústria cultural, que entende a comunicação como “mercadoria produzida pela indústria cultural” (Ibidem, p. 38).

Uma última teoria crítica a se destacar aqui é a “teoria da ação comunicativa” de Habermas. É consenso entre os manuais que ele é um herdeiro da Escola de Frankfurt, mas que produziu uma reflexão distinta. Agrupado algumas vezes junto a outras teorias (por exemplo, no manual de Mattelart e Mattelart está próximo às etnometodologias), na maior parte das vezes encontra-se próximo à teoria crítica, representando uma evolução dela:

Habermas rompeu com essa perspectiva, quando resolveu reconstruir a teoria crítica da sociedade com base nos conceitos de razão comunicativa e comunidade ideal de comunicação, tornando-se o principal nome do que se tem convencido chamar, malgrado a diversidade de pensamento, de segunda geração da Escola de Frankfurt. Para o autor, a comunicação pode servir de base para a reconstrução racional dos fundamentos da vida social, superar a visão negativa dos velhos frankfurtianos e construir um novo paradigma de desenvolvimento da teoria da sociedade (RÜDIGER, 1998, p. 77).

Entre as principais contribuições de Habermas encontram-se seus estudos sobre a constituição da esfera pública e sobre a ação comunicativa como processo de busca do entendimento mútuo marcado pela existência de uma dimensão estratégica.

Após apresentar as várias teorias críticas da comunicação, Sousa busca traçar “o que é comum às diversas escolas críticas de gênese marxista” (SOUSA, 2000, p. 160). Para ele, todas têm, como principal interesse, “a relação entre os meios de comunicação social e o poder e a participação desses meios nos processos de produção e de reprodução sócio-cultural”. Além disso, todas contextualizam a ação da mídia na história e no contexto sócio-cultural, podendo-se dizer que elas “não formulam teorias dos meios à margem de teorias sobre a própria sociedade” (Ibidem, p. 161).

7.2.4. Comunicação como interação/diálogo

Mattelart e Mattelart identificam os Estados Unidos da década de 1910 como o contexto de surgimento da primeira teoria da comunicação. Trata-se da reflexão empreendida pelos membros da Escola de Chicago, com um “enfoque microssociológico dos modos de comunicação na organização da comunidade”. De acordo com os autores, embora tenham uma característica em comum com a *Mass communication research*, a saber, a natureza empírica dos estudos, possuem, por outro lado, uma discordância fundamental: o modelo

sociológico que as orienta. A pesquisa clássica norte-americana, funcionalista, privilegia os enfoques macrosociológicos, que enfatizam o papel da estrutura social na conformação dos sujeitos, com metodologia quantitativa. Já a Escola de Chicago opta por uma microsociologia que enfatiza o papel dos sujeitos, a partir de uma metodologia etnográfica:

A metodologia etnográfica (monografias de bairro, observação participante e análise das histórias de vida) proposta para estudar as interações sociais encontra-se na base de uma microsociologia que parte das manifestações subjetivas do ator. (...) A opção etnográfica é, por sua vez, comandada por uma concepção do processo de individualização, da construção do *self*. O indivíduo é capaz de uma experiência singular, única, que traduz sua história de vida, sendo ao mesmo tempo submetido às forças de nivelamento e homogeneização do comportamento (MATTELART; MATTELART, 1999, p. 35-36).

Esse tipo de concepção está presente, por exemplo, nos trabalhos de Cooley, que estudou os “grupos primários”, grupos com associação e cooperação íntimas entre si, que estão na base da formação da natureza social e ideais do indivíduo. Com essa categoria, o pesquisador criticava as interpretações unilaterais do fenômeno da urbanização, como se apenas a organização social produzisse efeitos junto à mentalidade dos indivíduos. Esquema de raciocínio semelhante está na base da teorização de Park e Burgess sobre a “ecologia humana”, em que percebem dentro da comunidade humana diversos processos num primeiro nível, o “biótico” (competição, conflito, adaptação, assimilação) e, num segundo nível, social ou cultural, uma superestrutura que fornece instrumentos de direção e controle. Nesse segundo nível está a comunicação, “cuja função é regular a competição, permitindo aos indivíduos, desse modo, partilhar uma vivência, vincular-se à sociedade” (MATTELART; MATTELART, 1999, p. 32). Na base dessa teorização encontram-se os trabalhos de Simmel e Tarde, que “trazem aos americanos conceitos próximos de ‘situações concretas’ ” (Ibidem, p. 30).

Também Rüdiger dedica importante discussão à contribuição da Escola de Chicago para a comunicação, já que ela é “a fundadora da reflexão teórica sobre a comunicação” e “lançou os fundamentos do que se convencionou chamar de interacionismo simbólico” (RÜDIGER, 1998, p. 34). O objeto de estudo da Escola de Chicago não é a comunicação de massa, mas todas as modalidades de comunicação, pois “a sociedade não pode ser estudada fora dos processos de interação entre as pessoas, é constituída simbolicamente pela comunicação” (Ibidem, p. 34).

A sociedade, na visão desses autores, é estruturada a partir de duas tendências fundamentais: de um lado, a socialização entre os indivíduos, atuando como fator de integração; de outro, a individualização e competição entre esses mesmos indivíduos, atuando como fator de renovação. Em ambas está presente a comunicação, é ela que permite a ocorrência dos dois processos:

A comunicação é condição de possibilidade da interação social, que se confunde com a sociedade. A sociedade representa, em essência, mais do que uma associação de indivíduos; constitui uma comunidade de ação e comunicação, cuja existência é necessária tanto para o desenvolvimento da vida humana quanto para o desenvolvimento de uma vida social com sentido (RÜDIGER, 1998, P. 35).

O autor destaca sobretudo a importância de Mead, para quem a comunicação não pode ser reduzida a um processo de transmissão de experiências, idéias ou conteúdos. Antes, ela é “um processo pelo qual os sujeitos têm uma experiência comum da realidade, constroem seu mundo como coletividade” (RÜDIGER, 1998, p. 36). Assim, os significados nascem da interação, da ação mútua dos vários sujeitos que se relacionam, e é com base nesses significados que os homens agem.

Mas o pensamento sobre a comunicação de massa não esteve ausente da Escola de Chicago. Park, estudando o jornal, sistematizou as funções da comunicação, percebendo-os como principal meio de difusão do conhecimento na sociedade. A mídia, assim, é o principal fator de aculturação, pois depende dela a veiculação da tradição cultural de um povo, a transmissão da estrutura simbólica vigente numa sociedade para esta própria sociedade (RÜDIGER, 1998, p. 44).

Na esteira de influência da Escola de Chicago, Mattelart e Mattelart identificam a existência de outras teorias da comunicação:

Em reação às teorias estruturais-funcionalistas que por muito tempo dominaram a cena sociológica, progressivamente se afirmaram metodologias que consagravam outras unidades de análise, a pessoa, o grupo, as relações intersubjetivas na experiência da vida cotidiana (MATTELART; MATTELART, 1999, p. 131).

Entre essas teorias os autores identificam a Etnometodologia e o Interacionismo Simbólico. A primeira, fundada por Garfinkel em 1967, “tem por objetivo o estudo do raciocínio prático do senso comum em situações comuns de ação” (MATTELART, MATTELART,

1999, p. 133). Se desenvolveu nos anos seguintes com os trabalhos de Heritage, Sacks e Cicourel. Já o Interacionismo Simbólico é um termo criado em 1937 por Blumer, discípulo de Mead. A corrente inaugurada por ele ressalta a natureza simbólica da vida social. São realçados o papel ativo dos indivíduos nas interações sociais e o caráter simbólico dessas interações, consistindo em significações que nascem nessas interações e que são utilizadas e retrabalhadas pelos indivíduos. Essas escolas, ditas “interacionistas”, se unificam na visão de comunicação como um processo essencialmente interativo, em que cada um dos atores influencia o outro reciprocamente, isto é, há uma ação co-referenciada.

Numa outra direção, e num outro momento de seu manual, os autores apresentam uma outra teoria da comunicação, também norte-americana que, embora bastante diversa das três correntes apresentadas acima, pode ser agrupada com elas a partir de duas características comuns.

Trata-se da “Escola de Palo Alto” ou “Colégio Invisível”, que reúne pesquisadores norte-americanos de várias áreas, como antropologia, linguística, matemática, sociologia e psiquiatria. Os primeiros estudos dessa corrente se iniciam em 1942 com Bateson e desenvolvem-se nas décadas seguintes com Watzlawick, Birdwhistell, E. Hall e outros.

A primeira característica comum entre eles e as teorias interacionistas é uma visão não linear da comunicação. Os pesquisadores de Palo Alto trabalham com um “modelo circular” de comunicação, construído propositalmente em oposição ao modelo da teoria matemática e influenciado pelo modelo circular retroativo da Cibernética proposto por Wiener. Nesse modelo, “o receptor tem um papel tão importante quanto o emissor” pois “a essência da comunicação reside em processos relacionais e interacionais (os elementos contam menos que as relações que se instauram entre eles)” (MATTELART; MATTELART, 1999, p. 68).

A segunda característica comum é a concepção de que todo comportamento humano possui valor comunicativo – expresso na famosa frase de Watzlawick “não se pode não comunicar”. Os autores destacam essa característica:

À noção de comunicação isolada como ato verbal consciente e voluntário, que subjaz à teoria funcionalista, opõe-se a idéia da comunicação como processo social permanente que integra múltiplos modos de comportamento: a fala, o gesto, o olhar, o espaço interindividual (MATTELART; MATTELART, 1999, p. 68).

Essa concepção abre uma nova frente de estudos da comunicação. Os pesquisadores de Palo Alto se interessam, por exemplo, pela gestualidade (estudos de cinética) ou pelo espaço interpessoal (proxêmica).

A avaliação que os autores fazem das razões do fracasso e do sucesso da teoria de Palo Alto nos estudos de comunicação é a mesma utilizada para explicar os mesmos processos vividos pela Escola de Chicago e pelo Interacionismo Simbólico:

Será preciso esperar a crise dos modelos macrosociológicos, contemporânea do retorno dos espaços de proximidade, para enfim ver ser reconhecida, nos anos 80, a contribuição decisiva da escola de Palo Alto para uma teoria sobre os processos de comunicação como interações (MATTELART; MATTELART, 1999, p. 69).

A importância da Escola de Palo Alto como modelo alternativo de estudo da comunicação também é destacada por Santaella. Ao tratar dos modelos do processo comunicativo, a autora apresenta o “modelo circular” como tentativa de construção oposta aos modelos lineares. A referência é o trabalho de Watzlawick, influenciado pela cibernética (Wiener) e pela teoria dos sistemas (Bertalanffy).

Num contexto histórico e também teórico completamente diferente, desenvolve-se, na América Latina, uma reflexão específica sobre a comunicação que também privilegia uma visão de comunicação como interação, criticando os modelos lineares de um emissor ativo e um receptor passivo. Mattelart e Mattelart (1999, p. 119) destacam essa reflexão como extensão do movimento de denúncia do imperialismo cultural e do modelo de dependência, identificando na obra de Paulo Freire o germe de uma nova compreensão de comunicação que rompe com a idéia de comunicação como transmissão verticalizada de mensagens e concebe o processo como um diálogo.

Lima recupera essa tradição teórica ao apresentar o último dos oito modelos de processo comunicativo disponíveis para o estudo da comunicação: “o modelo da comunicação como diálogo, elaborado por Paulo Freire ainda no final da década de 1960” (LIMA, 2001, p. 51). Entre os estudos contemporâneos influenciados por esse modelo o autor destaca aqueles que têm como objeto de estudo as novas tecnologias digitais interativas (menos unidirecionais e centralizadas do que as tradicionais tecnologias de comunicação de massa), bem como os estudos sobre “comunicação alternativa”, “comunicação popular” e “mídias comunitárias”. A ênfase da definição de comunicação desse modelo é ver a comunicação como diálogo “na medida em que não é uma transferência de saber mas um

encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” (Ibidem, p. 38).

Gomes também trata dessa escola de pensamento a partir da obra de Beltrán, principalmente da idéia de “adeus a Aristóteles”. De acordo com esse pesquisador, toda a pesquisa em comunicação até o momento remontava ao esquema de Aristóteles, em que a comunicação era entendida como um processo composto de três elementos (locutor, discurso e ouvinte) e sempre com o objetivo de persuadir. Toda a teorização posterior apenas refinava e completava essa visão. Beltrán rompe com esse modelo e propõe um novo: ao enfoque transmissivo linear unilateral persuasivo propõe um modelo de comunicação como intercâmbio múltiplo de experiências, processo bilateral que busca comunidade de significados ou de consciência (GOMES, 1997, p. 78).

Por fim, uma última corrente teórica que pode ser agrupada neste modelo são os estudos sobre “Sociologia dos emissores ou *Newsmaking*”. Embora produzidos num contexto completamente diferente das teorias apresentadas acima (seu contexto é o da *Mass communication research* e de sua evolução), é uma área de pesquisa que incorpora vários aspectos de outras áreas de conhecimento, constituindo-se num bom “exemplo já parcialmente realizado da superação disciplinar tantas vezes prognosticada pela pesquisa sobre os *mass media*” (WOLF, 1995, p. 159).

Conforme Wolf, trata-se de um campo de pesquisa sobre os emissores que buscou, numa perspectiva antropológica, utilizando o método da observação participante, perceber como os profissionais que atuam nos meios de comunicação de massa trabalham, que referências utilizam na construção das mensagens, o controle dos fluxos de informação no interior das empresas de comunicação, os critérios de importância e noticiabilidade atribuídos aos fatos que são divulgados, os critérios de edição, entre outros.

7.2.5. A comunicação como cultura

Uma das nove teorias da comunicação apresentadas por Wolf é a “perspectiva dos *Cultural Studies*”, originada na Inglaterra, nos anos 60, em torno do *Center for Contemporary Cultural Studies* da Universidade de Birmingham. Sobre ela, destaca:

O interesse dos *cultural studies* centra-se, principalmente, na análise de uma forma específica de processo social, relativa à atribuição de sentido à realidade, à evolução de uma cultura, de práticas sociais partilhadas, de uma área comum de significados. (...) O objetivo dos *cultural studies* é definir o estudo da cultura própria da sociedade contemporânea como um campo de análise conceptualmente relevante, pertinente e teoricamente fundamentado (WOLF, 1995, p. 96).

Para essa perspectiva de estudos, portanto, a cultura é o objeto de estudos e ela não é apenas uma prática ou o conjunto de hábitos e costumes de um povo, ela está presente em todas as práticas sociais, é a soma de suas inter-relações. No conceito de cultura estão presentes, então, os significados e valores que surgem junto aos grupos e classes sociais, e também as práticas sociais através das quais esses valores e significados se exprimem e nas quais estão contidos.

Wolf salienta que, embora os *cultural studies* tenham marcada influência marxista, eles se diferenciam bastante dos estudos marxistas de natureza crítica voltados para a economia política dos meios de comunicação. Isso porque os pesquisadores de Birmingham consideram a dinâmica econômica na explicação dos processos, mas ela não é considerada suficiente, sendo necessário agregar o estudo da dimensão cultural-ideológica. Os *cultural studies* “atribuem ao âmbito super-estrutural uma especificidade e um poder constitutivo que vão para além da oposição entre estrutura e superestrutura” (WOLF, 1995, p. 97).

Essa é a principal diferença entre a abordagem dos meios de comunicação de massa nessa perspectiva em relação às precedentes, sobretudo àquelas inspiradas na Escola de Frankfurt. Estas elaboram teorias conspirativas sobre a mídia, associando seus conteúdos aos objetivos de controle social por parte da classe dominante e vendo os meios, então, como instrumentos. Já os pesquisadores de Birmingham, ainda que reafirmando a centralidade das criações culturais coletivas como agentes da continuidade social, salientam, contudo, o seu caráter complexo e flexível, dinâmico e ativo. Em síntese:

Realçando, uma vez mais, o fato de as estruturas sociais exteriores ao sistema dos *mass media* e as condições históricas específicas serem elementos essenciais para a compreensão das práticas dos *mass media*, os *cultural studies* põem em destaque a contínua dialética entre sistema social, conflito e controle social (WOLF, 1995, P. 98).

Nem a comunicação nem os meios de comunicação podem ser compreendidos enquanto objetos em si, estudados de forma isolada das demais dinâmicas culturais da sociedade.

Nem são fenômenos apenas determinados pela dinâmica social do contexto em que acontecem. Essa distinção também é tratada por Santaella, que identifica as “tendências culturológicas e midiáticas” como uma das quatro grandes tradições de estudo da comunicação, caracterizadas por serem

estudos que abordam os meios de comunicação e suas implicações como componentes de uma dimensão sócio-antropológica maior, a dimensão da cultura, na qual os meios encontram uma lógica de desenvolvimento que lhes é própria, mas ao mesmo tempo inseparável das injunções culturais (SANTAELLA, 2001, p. 63).

A autora destaca duas frentes de trabalho principais sobre os meios de comunicação no âmbito dessa corrente. Uma primeira voltada para a produção da mídia enquanto sistema complexo de práticas determinantes para a elaboração da cultura e da imagem da realidade social. Nesse sentido, nem se pode concluir que os meios de comunicação “criam” a cultura, nem que são totalmente determinados por ela, meros instrumentos de transmissão de conteúdos. A segunda frente de estudos se volta para o consumo da comunicação de massa enquanto espaço de negociação entre práticas comunicativas extremamente diferenciadas.

Essa visão é compartilhada por Sousa, que enfatiza a visão destes pesquisadores, para quem a comunicação participa da produção e reprodução social. Assim, do

ponto de vista dos estudos culturais a cultura era vista como um fenômeno que atravessava toda a sociedade e que estava na base dos processos de produção e reprodução sociais. Isso significa que, no geral, os diferentes autores dentro do campo compartilham a visão de gênese marxista de que não se pode estudar nem os meios de comunicação nem os seus produtos em si mesmos, isto é, isolados do seu contexto histórico, social, econômico, cultural, etc (SOUSA, 2000, p. 56).

O autor percebe uma grande identidade entre os estudos críticos e os estudos culturais, ambos com marcada influência marxista, o que os faz buscar a compreensão dos meios de comunicação relacionados à dinâmica de poder, sua participação nos processos de produção e reprodução sócio-cultural. A diferença é que os estudos críticos privilegiam a análise dos efeitos da economia sobre a produção cultural, partindo-se da idéia de que a comunicação é um instrumento ideológico utilizado para a manutenção do domínio de uma classe sobre as outras; já os estudos culturais estudam a mídia enquanto agente reprodutora

da ideologia através da criação de significados sociais e de códigos de interpretação para esses significados (SOUSA, 2000, p. 160-161).

Também Escosteguy (in: HOHLFELDT et al, 2001) apresenta os Estudos Culturais como uma tradição de estudos originada na Inglaterra, nos anos 50, cujos questionamentos extrapolam o campo da comunicação. “As relações entre a cultura contemporânea e a sociedade, isto é, suas formas culturais, instituições e práticas culturais, assim como suas relações com a sociedade e as mudanças sociais, vão compor o eixo principal de observação do CCCS” (p. 152). A autora destaca o papel precursor de Hoggart, E.P. Thompson e R. Williams na construção da perspectiva teórica do grupo, e de S. Hall na sua consolidação. Com isso, tem-se uma perspectiva de estudo que busca, através da análise da cultura de uma sociedade, compreender o comportamento, as idéias e, por extensão, a comunicação e, especificamente, a comunicação de massa.

Dois aspectos são centrais para se entender a especificidade dos Estudos Culturais. Primeiro, a concepção particular de cultura que possuem, não como uma entidade monolítica ou homogênea, a-histórica, nem como estoque de sabedoria recebida ou experiência passiva, mas, sim, como intervenções ativas e particulares de formações sociais e épocas históricas (conceito expandido de cultura). Segundo, “os Estudos Culturais atribuem à cultura um papel que não é totalmente explicado pelas determinações da esfera econômica” (HOHLFELDT et al, 2001, p. 156). Eles partem do marxismo para fazer a crítica ao reducionismo e economicismo desta abordagem. A cultura tem uma “autonomia relativa”: não é dependente das relações econômicas, mas sofre influência e consequência das relações político-econômicas.

Escosteguy ainda afirma que os Estudos Culturais não configuram, e mesmo nunca pretenderam, uma disciplina, mas uma área onde diferentes disciplinas interatuam. Nos anos 70 essa perspectiva se consolidou no âmbito do CCCS e outros centros na Inglaterra. “A partir dos anos 80 (...) nota-se a expansão do projeto dos Estudos Culturais para outros territórios, além da Grã-Bretanha” (HOHLFELDT et al, 2001, p. 164). A autora destaca que hoje os Estudos Culturais estão presentes não apenas na Europa e nos Estados Unidos, mas também na Austrália, Canadá, Nova Zelândia, América Latina, Ásia e África.

Entre eles, Sousa destaca os estudos culturais nos Estados Unidos, cujos principais representantes são Carey e Gitlin, ambos insurgentes contra a tradição empírico-experimental e a sociologia funcionalista nos estudos de comunicação deste país. Gitlin, por exemplo, criticou o tipo de estudo que buscava mensurar a influência dos meios de

comunicação na sociedade. O autor destaca também os estudos sobre os componentes ideológicos das mensagens midiáticas levados a cabo pelo Glasgow Media Group.

Já Berger identifica, na terceira etapa de estudos da comunicação latino-americanos, uma forte incorporação das idéias da Escola de Birmingham, representada principalmente pelos pesquisadores Barbero, Canclini e Orozco-Gómez (HOHLFELDT et al, 2001, p. 267-269). Após uma etapa de influência funcionalista e outra marxista, os pesquisadores latino-americanos “encontravam-se em um processo de construção de um novo modelo de análise, onde à cultura cabia o papel de mediação social e teórica da comunicação com o popular, com a vida cotidiana, com os meios” (HOHLFELDT et al, 2001, p. 267).

Barbero inaugura todo um campo de estudo conhecido como “estudo das mediações”, em que propõe que “deve-se estender o estudo da comunicação, também, para além dos meios. O importante é deslocar-se para o cotidiano e aí estudar como as pessoas se comunicam” (GOMES, 1997, p. 81). O autor critica o tipo de teoria pensada em termos de emissor, mensagem, receptor, incorporando, em seus estudos, as várias mediações, os processos comunicativos que ocorrem nas várias instituições e espaços sociais pois, para a maior parte das pessoas, a comunicação não se esgota nos meios de comunicação de massa. Assim, o pensamento de Barbero é, para a tradição de estudos latino-americanos, semelhante à de Birmingham para a teoria da comunicação como um todo:

(...) o posicionamento de Jesús Martin Barbero implica em repensar toda a metodologia de estudo da comunicação. Aqui ganha ressonância a perspectiva do receptor e dos processos sociais de dominação, que evidenciam uma forma e uma maneira de comunicação (...) A cultura constitui-se no lugar privilegiado desde o qual se pode interpretar os fenômenos e processos de comunicação. A relação entre comunicação e cultura não é, portanto, um objeto de estudo a mais entre outros, mas uma perspectiva científica desde a qual devemos abordar ditos fenômenos e processos (GOMES, 1997, p. 82-84).

No próprio contexto britânico, após os anos 80 há um deslocamento da análise da estrutura ideológica dos programas de TV para estudos de processos de consumo e codificação por parte das audiências. O trabalho de Morley, em 1980, é considerado marco inicial de uma área de investigação, dentro dos Estudos Culturais, conhecida como Etnografia das Audiências. As questões relativas a identidade (raça, etnia, gênero, classe) continuam na agenda. Destaca-se ainda a incorporação de estudos sobre as novas tecnologias (HOHLFELDT, 2001, p. 166-167).

Mattelart e Mattelart também tratam desses estudos que se seguiram após a primeira geração britânica de estudos culturais, percebendo uma virada para estudos de gêneros populares com a “vontade de explorar a maneira pela qual esses programas de diversão de massa tratam as contradições da vida e da experiência de homens e mulheres de vastas camadas sociais, e participam da construção de um senso comum popular” (MATTELART; MATTELART, 1999, p. 110-111). Os autores destacam os estudos sobre as interações presentes no contexto de recepção do conteúdo dos meios e também sobre como os meios constroem seu modo de abordagem com base nas expectativas do público, de autoria de pesquisadores variados como Morley, Radway, Brunson, Ang. Nesse momento, uma importante referência para os estudos culturais é o trabalho do antropólogo Geertz, para quem a cultura é uma rede complexa de significados e a análise de sistemas simbólicos é não uma ciência experimental em busca de leis, mas uma ciência interpretativa em busca de significações (Ibidem, p. 149-150).

O sétimo dos oito modelos de comunicação apresentados por Lima define comunicação como “cultura”. Por esse modelo a comunicação é entendida como um “sistema de significação em que a ordem social é comunicada, reproduzida, experimentada e explorada” (LIMA, 2001, p. 38). Trata-se de uma tradição de estudos com origem na década de 60, na Inglaterra, a partir dos trabalhos de Williams e Hall, entre outros, no *Center for Contemporary Cultural Studies* da Universidade de Birmingham. Agregam-se a esse modelo os estudos sobre Etnografia das audiências, Teoria dos Usos e Gratificações, Estudos culturais norte-americanos (originados com Dewey e representados por Carey, entre outros) e latino-americanos (cujo principal pesquisador é Barbero) e ainda os trabalhos sobre recepção realizados desde os anos 90 “na busca dos significados que a audiência constrói” (Ibidem, p. 50) para os produtos midiáticos, bem como os trabalhos na linha de comunicação e sociabilidade. Sobre esse modelo, define o autor que

em contraposição aos modelos behavioristas, busca-se a compreensão (e não a formulação de leis) das representações e práticas culturais que expressam os valores e significados construídos na relação entre a mídia e as demais instituições da sociedade urbana contemporânea (LIMA, 2001, p. 49-50).

Uma outra perspectiva teórica, bastante distinta daquela formulada pela Escola de Birmingham, embora contemporânea a esta, e que busca algumas referências na Escola de Frankfurt é a Teoria Culturoológica francesa.

Wolf apresenta essa teoria separada dos Estudos Culturais e inaugurada em 1962 por Morin. Destaca que “sua característica fundamental é o estudo da cultura de massa, distinguindo os seus elementos antropológicos mais relevantes e a relação entre o consumidor e o objeto do consumo” (WOLF, 1995, p. 89). Assim, o objeto dessa corrente de estudos não são os meios de comunicação de massa, nem seus efeitos, mas a cultura produzida por esses meios – a cultura de massa. Percebe Morin, contudo, que essa cultura não é autônoma em relação a outras formas de cultura, como a nacional, a religiosa ou a humanística, mas alimenta-se delas e, também, as influencia.

Santaella também analisa essa corrente, porém agrupando-a às tendências culturológicas de que fazem parte os Estudos Culturais. Conforme a autora,

(...) embora não se possa dizer que Morin tenha criado uma escola de estudos culturalistas no sentido de deixar seguidores, pode-se, no entanto, afirmar que os estudiosos franceses dos meios de comunicação, que foram contemporâneos ou vieram depois de Morin, não obstante a inconfundível marca individual de cada um, enquadram-se todos em uma tradição de estudos culturológicos (SANTAELLA, 2001, p. 67).

Mattelart e Mattelart também identificam, nesse sentido, a existência de uma “Escola Francesa”, formada por pesquisadores reunidos em torno do CECMAS, Centro de Estudos das Comunicações de Massa, em 1960. Entre esses pesquisadores destacam-se Friedmann, Morin, Barthes, Kristeva, Metz, Moles e outros. A principal característica teórica a unificá-los é o estruturalismo, e seu programa consiste na análise das relações entre a sociedade global e as comunicações de massa. Especificamente Morin é quem introduz o conceito de “indústria cultural” na França e inaugura a reflexão sobre os valores dessa nova cultura, a cultura de massa.

A vinculação desta escola ao estruturalismo é também apontada por Santos, que percebe nessa vinculação a preocupação, por parte dos estudos em comunicação franceses, de identificar elementos que diferenciassem uma cultura de outra (SANTOS, 2003, p. 96). O estruturalismo fornece à comunicação uma visão baseada na idéia de estrutura, isto é, de sistemas de relações invariantes que formam a sociedade, e que são construídos com base em oposições binárias.

Miège, que denomina essa corrente “Sociologia da cultura de massa”, percebe sua oposição à abordagem empírico-funcionalista na medida em que entende que “a cultura de massa deve ser considerada como um sistema próprio, em relação à sociedade e à história,

e não como o efeito dos meios de comunicação de massa” (MIÈGE, 2000, p. 49). A orientação estruturalista de Morin o faz identificar dinâmicas dialéticas nos diferentes níveis da cultura de massa: produção-consumo, produção-criação, projeção-identificação-transferências.

7.2.6. A comunicação como técnica/mediação

A outra corrente apresentada como uma das quatro grandes tradições de estudo da comunicação apontadas por Santaella é a “corrente midiática” inaugurada com os trabalhos do canadense McLuhan na década de 1960 (principalmente seus livros de 1962 e 1964). A autora explica que

concebendo os *mass media* dentro de uma perspectiva muito ampla, McLuhan ligou-os essencialmente às transformações antropológicas, perceptivo-simbólicas, introduzidas por cada inovação tecnológica e comunicativa. Para McLuhan, os meios de comunicação moldam a organização social porque são estruturadores das relações espaço temporais às quais o pensamento e a sensibilidade do ser humano se conformam (SANTAELLA, 2001, p. 64-65).

Assim, McLuhan constrói sua obra a partir de uma forte crítica aos estudos de comunicação realizados até aquele momento, principalmente nos Estados Unidos (mas também na Europa) voltados primordialmente para os efeitos dos conteúdos veiculados pelos meios de comunicação. A famosa frase de McLuhan, “o meio é a mensagem”, enfatiza justamente que o importante para o campo de estudos da comunicação não são as mensagens, os conteúdos veiculados pelos meios, mas a própria presença do meio e as mudanças que ele introduz na vida social.

McLuhan introduz assim uma nova agenda de estudos para a comunicação, pois esta passa a ser entendida como a nova realidade sócio-cognitiva instaurada por cada novo meio de comunicação. Outra de suas frases famosas é a de que “os meios são as mensagens”, isto é, a mensagem “não é mais considerada um ‘conteúdo’, senão uma ‘mensagem’ psíquica, isto é, conjuntos de resultados práticos de uma tecnologia da comunicação sobre o sensorio humano” (POLISTCHUK; TRINTA, 2003, p. 135). Tanto é assim que, entre os estudos do autor, destacam-se dois pontos. O primeiro foi a tentativa de estabelecer a história da humanidade a partir da comunicação, isto é, dos meios disponíveis para comunicar em

diferentes momentos históricos. Gomes (1997, p. 71-72) apresenta as três “etapas da evolução cultural segundo Marshall McLuhan”: a tribalização (comunicação oral), destribalização (escrita e imprensa) e retribalização (meios de comunicação de massa, como o rádio, o cinema e, principalmente, a televisão).

O segundo ponto foi sua caracterização dos meios de comunicação em meios “quentes” e meios “frios”. Os primeiros, cujos exemplos são o livro, o jornal e o rádio, “estendem um sentido elementar (visão, audição) e apresentam informações bem definidas” (POLISTCHUK; TRINTA, 2003, p. 137). Os últimos, como as histórias em quadrinhos, o telefone e a televisão, “proporcionam informações mal definidas, exigindo do receptor maior ‘participação sensorial’ para a apreensão de suas mensagens” (Ibidem, p. 137).

Santaella afirma ainda que “McLuhan foi o inspirador de toda uma geração de teóricos da mídia, principalmente de origem canadense, que tomaram a si a ambiciosa tarefa de construir uma história da civilização de uma perspectiva midiática” (SANTAELLA, 2001, p. 65). Por essa razão é que a corrente de estudos inaugurada por McLuhan é reconhecida, por muitos autores, como consistindo numa “Escola canadense”. Sobre esses pesquisadores, completa a autora:

A geração inspirada por McLuhan, entretanto, por considerar que as mídias não são simples canais para transmitir informação, mas conformadoras de novos ambientes sociais nelas mesmas, tem estado mais interessada em questões como: quais os traços que caracterizam cada mídia e como esses traços tornam cada mídia física, psicológica e socialmente diferente de qualquer outra? Como o advento de uma nova mídia, em uma matriz existente de mídias, pode alterar as interações sociais e a estrutura social em geral? (SANTAELLA, 2001, p. 65).

Mais adiante, a autora apresenta o que seria uma espécie de “agenda de estudos” para esse ramo de investigações na comunicação:

Trata-se aqui de focalizar as características de cada suporte, canal ou mídia particular. Quais são os traços definidores de cada meio? Como esses traços se constituem na impressão digital de cada meio, diferenciando um dos outros? (SANTAELLA, 2001, p. 87).

Santaella aponta que a obra de McLuhan foi muito criticada nos anos 70 mas que, recentemente, houve novamente grande interesse pelas questões que ele levantou. Gomes apresenta algumas das críticas mais comuns à obra do pensador canadense, entre as quais a polêmica distinção entre meios quentes e frios, os aspectos enquadrados em sua “filosofia

da história”, o determinismo tecnológico e o esvaziamento das dimensões sociológica e semiótica, além de questões ideológicas relativas à forma como o pensamento do autor se inseriu na disputa teórica entre “apocalípticos e integrados”.

Nessa mesma tradição de estudos Santaella enquadra o projeto do francês Debray, iniciado em 1979 e publicado em 1991, de fundação de uma midiologia geral, e ainda a obra do também francês Bounoux. Polistchuk e Trinta apresentam diversas idéias trabalhadas por Debray, que teria trazido “de volta à cena” o pensamento de McLuhan. O francês distingue, por exemplo, três épocas históricas, que contudo convivem em uma mesma temporalidade: a logosfera (escrita), a grafosfera (imprensa) e a videosfera (audiovisuais do século XX). E traça os objetivos de sua disciplina:

Em sua reflexão, Debray diz ser a midiologia uma disciplina, propondo-se a com ela resolver o enigma da ‘eficácia simbólica’ (...) A midiologia se ocupa da mídia em sua materialização. Importa ao midiólogo não a elaboração de mensagens, mas a lógica técnica que a ela preside; ele quer saber de seus suportes, não de conteúdos, formas discursivas ou estratégias de persuasão nela encontrados (POLITSCHUK; TRINTA, 2003, p. 140).

Mais adiante, os autores apresentam ainda o pensamento de outro autor francês que pode ser identificado no mesmo modelo teórico: Pierre Lévy, que “faz referência, voluntária ou não, ao pensamento de McLuhan” (POLITSCHUK; TRINTA, 2003, p. 162). Isso porque Lévy se dedica, também, aos estudos sobre as especificidades das mudanças tecnológicas para o ser humano e para a vida social. O autor também faz referência a três momentos da história, os meios de comunicação predominantes em cada um e a forma como eles afetam os modos de comunicar e pensar, além de noções como memória, realidade e verdade.

7.2.7. A comunicação como significação/semiose/sentido

Wolf, em sua apresentação das teorias da comunicação, destaca a existência de modelos que estão na base das várias teorias. O primeiro desses modelos é o formalizado pela Teoria da informação, ou Teoria matemática da comunicação, que a entende como um processo transmissivo de envio de mensagens de um pólo (emissor) a outro (receptor). O autor destaca que esse foi o modelo dominante ao longo de toda a tradição de estudos da

comunicação, por três razões: a difusão desse modelo para além do âmbito específico em que surgiu (de forma que os aspectos técnicos foram deixados de lado); sua funcionalidade em relação ao tema principal da *communication research*, os estudos sobre os efeitos; e, principalmente, o debate em torno da orientação sociológica da Teoria da comunicação, expressa na polêmica entre a perspectiva crítica da Escola de Frankfurt e a orientação empírico-funcionalista da *Mass communication research* norte-americana. Nesse debate sobre qual modelo sociológico é o mais adequado para os estudos da comunicação e da mídia, a problemática especificamente comunicativa ficou para segundo plano.

É essa especificidade que é retomada pelo segundo modelo comunicativo apresentado por Wolf, denominado “Modelo semiótico-informacional”. De acordo com o autor, “só quando o modelo semiótico explicita a significação inerente ao processo comunicativo” é que o processo comunicativo é visto de uma forma diferente. Até então, é como se as mensagens fossem “pacotes fechados” que fossem transmitidas de um ponto a outro. O modelo dominante, informacional, “foca o modo como a informação se propaga segundo um código comum e uniforme, dentro da relação funcional emissão/recepção, reduzindo a recepção ao sentido literal da mensagem” (WOLF, 1995, p. 107). Esse modelo, transmissivo, orientado para a eficácia da comunicação e não para sua dinâmica, concebia os meios de comunicação transmitindo *os mesmos* conteúdos para a audiência.

O modelo semiótico insere o problema semântico, isto é, a partir dele, “verificou-se uma espécie de enxerto do problema da significação – ou melhor, a reivindicação, como princípio, de sua pertinência nos processos comunicativos” (Ibidem, p. 109). A diferença do novo modelo então é que a linearidade da transmissão se vincula ao funcionamento de fatores semânticos, introduzidos mediante o conceito de código. A comunicação não é um processo de transferência, pois, mas de transformação de um sistema por outro. Isso porque o código pode ser entendido como a correlação entre elementos de sistemas diversos, e a decodificação como o processo pelo qual o destinatário constrói sentido a partir das mensagens que recebe.

A distinção entre significante e significado aqui é importante. O emissor quer transmitir determinada mensagem, ele possui determinado significado, mas só o que pode transmitir são significantes. Esses significantes são recebidos e transformados, pelos receptores, em significados. Entre os dois processos há espaços (nos quais, na perspectiva da *Mass communication research*, podem entrar tanto os fatores sociológicos, como relações interpessoais, líderes de opinião, etc, como fatores psicológicos como o interesse seletivo e

a memorização seletiva) em que atuam os fatores semióticos (regras de competência e de interpretação, que variam).

A diferença de conceitualização do processo comunicativo está precisamente nos trabalhos de codificação e decodificação, sendo preservada a ordem “Fonte – Mensagem – Canal – Mensagem – Destinatário”. A mensagem é recebida como significante e pode ser “preenchida” com vários significados, pois existem vários códigos que estabelecem regras de correlação entre determinados significantes e significados, como enfatiza o autor:

O valor heurístico do modelo semiótico-informacional é muito relevante pois revela à pesquisa sobre os *mass media* que é indispensável englobar, na estratégia de análise, a intervenção dos mecanismos comunicativos na determinação dos efeitos macrossociais. A intervenção simbólica dos *mass media* não resulta apenas de operações automáticas de difusão, em larga escala, de conteúdos análogos; resulta, igualmente, de vários dispositivos que operam no núcleo fundamental constituído pela relação comunicativa e que dão formas, conteúdos e relações diversas a essa relação (WOLF, 1995, p. 112).

Formulado por Eco, Fabbri e outros na década de 60 (incorporando, porém, contribuições de diversos pesquisadores precedentes), esse modelo teve uma influência, junto à pesquisa em comunicação como um todo, “inferior ao seu relevo teórico, o que deu lugar a uma interessante corrente de estudos sobre a compreensão e a clareza das mensagens” (Ibidem, p. 112). O que ocorreu, portanto, foi a formação de um campo específico dentro da pesquisa em comunicação, de um tipo de abordagem particular: “o modelo semiótico-informacional achou-se, assim, ‘confinado’ ao âmbito da análise das mensagens, dos seus códigos, da estrutura comunicativa” (Ibidem, p. 112).

Wolf ainda apresenta um terceiro modelo, formulado pelos mesmos pesquisadores alguns anos depois, que difere do anterior apenas por sua maior adequabilidade para o estudo dos processos de comunicação de massa. Isso porque esse modelo considera que pensar a comunicação como um processo em que uma mensagem chega a um receptor elaborada a partir de um código e vai ser decodificada com base em outros códigos é uma simplificação.

Para superar essa simplificação, o modelo percebe que os destinatários não recebem mensagens, mas conjuntos textuais; os destinatários não confrontam esse material recebido com códigos reconhecíveis mas com conjuntos de práticas textuais; os receptores não recebem apenas uma mensagem mas muitas. Para elaborar o processo que ocorre entre os meios de comunicação de massa e seu público, esse modelo utiliza-se dos conceitos de

“cultura gramaticalizada” e “cultura textualizada” da Semiótica da cultura, percebendo serem os meios de comunicação uma forma de cultura textualizada e, a partir daí, estruturando suas formas de funcionamento e do consumo de suas mensagens. Esse modelo, ainda, “longe de criar obstáculos à perspectiva sociológica, lhe pode fornecer as necessárias mediações, ao longo das quais se inscrevem os efeitos sociais dos *mass media*, mediações que um esquema linear e transmissivo da comunicação omitia” (WOLF, 1995, p. 115).

Ao concluir sobre o significado que os dois modelos (o semiótico-informacional e o semiótico-textual) têm para a evolução da pesquisa em comunicação, Wolf alerta para a importância de serem incorporadas as contribuições da Semiótica para a comunicação, que não deve ficar restrita ao debate sobre a orientação sociológica, mas também para o risco de que a pesquisa negligencie a dimensão social da comunicação em prol de abordagens exclusivamente semióticas ou semânticas.

Mattelart e Mattelart não tratam explicitamente dos dois modelos apresentados por Wolf, mas apresentam quatro momentos distintos, na evolução das teorias da comunicação, em que se pode identificar enfoques ligados à problemática semiótica ou de significação dos processos comunicativos.

A primeira destas abordagens é a Semiótica ou Teoria dos signos, formulada por Peirce ainda na década de 1910. Os autores identificam os elementos básicos dessa teoria: o conceito de signo (“algo que representa a alguém alguma coisa por qualquer relação de qualquer maneira” – MATTELART; MATTELART, 1999, p. 33), de semiose (processo de produção de significados que obedece a uma lógica triádica, composto de objeto, signo e interpretante) e os três tipos de signo (ícone, índice e símbolo). Os autores destacam que essa teoria será aplicada ao estudo da mídia a partir da década de 60 por autores como Eco, Verón e Bounoux.

A segunda é o Estruturalismo, amplo movimento teórico que se originou com os trabalhos de Saussure, entre 1906 e 1911, e cujo método de raciocínio se estendeu da Linguística para diversas outras ciências sociais (antropologia, história, literatura, psicanálise):

Para o lingüista suíço, a língua é uma ‘instituição social’, enquanto a palavra é um ato individual. Enquanto instituição social, a língua é um sistema organizado de signos que exprimem idéias; representa o aspecto codificado da linguagem. A lingüística tem por tarefa estudar as regras desse sistema organizado por meio das quais ele produz sentido. A linguagem pode ser segmentada, logo, analisada; trata-se de descobrir as oposições, as diferenças

que permitem a uma língua funcionar e significar (MATTELART; MATTELART, 1999, p. 86).

Com isso Saussure lançou a proposta de uma ciência geral de todas as linguagens, que estude a vida dos signos no interior da vida social, buscando identificá-los e examinar as leis que os regem, batizada por ele Semiologia.

Após Saussure, outro autor de importância fundamental para o estruturalismo é Jakobson, que aliás foi o primeiro a utilizar o termo “estrutura”, em 1929. Para ele, “a língua é um sistema que só reconhece sua própria ordem: é respeitando esse princípio de imanência primordial para a análise estrutural que Jakobson descobre e sistematiza as regras de funcionamento da linguagem” (MATTELART; MATTELART, 1999, p.88-89).

Vem de Jakobson uma das mais importantes definições de comunicação, constituída por seis elementos que possuem, cada um, uma função: emissor (função expressiva), destinatário (função conativa), mensagem (função poética), contexto (função referencial), contato (função fática) e código (função metalingüística). Esse modelo acabou se adaptando ao modelo da Teoria da informação.

Na esteira de influência de Jakobson, Lévi-Strauss formula as bases do projeto estruturalista como análise dos invariantes, das leis, das determinações e da extensão do modelo lingüístico a outros domínios. Em sua análise dos mitos como linguagem, reduz os múltiplos e variados mitos a variações em torno de estruturas universais. Decompõe os vários mitos em suas unidades básicas de linguagem, que só possuem sentido em sua combinação. “Essas regras combinatórias formam uma espécie de gramática que permite ultrapassar a superfície da linguagem para descobrir um conjunto de relações, uma lógica que constitui o ‘sentido’ desse mito” (Ibidem, p. 88). Está formado o método estruturalista, baseado na descoberta das unidades básicas e no evidenciamento de suas relações entre si, segundo leis e regras universais.

O desafio lançado por Saussure vai ser assumido por Barthes em 1964, sob inspiração do método estruturalista, inaugurando uma escola semiológica francesa da comunicação à qual se filiam Greimas, Kristeva, Verón e outros. A Semiologia entendida por Barthes tem por objeto todos os sistemas de signos e tem por elementos fundamentais as oposições “língua-palavra”, “significante-significado”, “sistema e sintagma” e “denotação-conotação”. Destas oposições, para o estudo da mídia, revelam-se mais importantes a segunda e a quarta. O significante como o aspecto perceptível dos signos e o significado como algo não perceptível, contido e trazido pelo primeiro. Já a denotação e a conotação

servem para a análise estrutural e da ideologia nos discursos. A denotação é entendida como a linguagem primeira ou básica, manifesta, sendo a conotação relativa aos significados subjacentes, ocultos, no discurso. Essa é a diferença fundamental entre o entendimento da mensagem por parte da Escola semiológica e a descrição da significação na *Mass communication research*, na Teoria crítica e, de resto, nas teorias calcadas no paradigma transmissivo da Teoria da informação: para essas últimas, a significação se reduz ao “conteúdo manifesto” das mensagens.

Barthes aplica seu método, num primeiro momento, aos mitos contemporâneos (1957), buscando analisar o funcionamento da conotação e suas implicações ideológicas e, posteriormente (1967), no estudo de revistas de moda.

Mattelart e Mattelart identificam a formação de uma perspectiva “similar” de estudos na Itália, especificamente no Instituto Agostino Gemelli, reunindo pesquisadores como Eco, Fabbri, Bettetini e Casetti.

Um outro ramo de estudos voltados para a dimensão significativa da comunicação é apontado pelos autores a partir de Bakhtin (que constrói sua concepção dialógica da linguagem em oposição à lingüística saussuriana) e, nos anos 1960, dentro da crítica literária, pela Escola de Constança (Jauss, Iser).

Já Gomes, numa linha parecida com a de Wolf, apresenta a Semiótica num outro momento de seu manual, separada das teorias da comunicação, na condição de um paradigma próprio, que contudo deve ser apreendido por qualquer estudo na área de Comunicação: “a comunicação pode e deve ser vista e analisada desde um paradigma dado pela semiótica que possui a sua raiz na lingüística” (GOMES, 1997, p. 39). O autor aponta a dupla origem dos estudos, com a designação “Semiologia” na Europa, com Saussure, que lançou uma nova teoria dos signos, buscando estender os métodos lingüísticos para o estudo de outras formas de comunicação, e “Semiótica”, nos Estados Unidos, com Peirce, que, contemporaneamente, também lançou as bases de uma teoria geral dos signos. A contribuição de ambas para a Comunicação vai se efetivar na década de 1960 com Barthes, na França.

Gomes destaca, ainda, alguns dos elementos teóricos destes autores. Saussure possui, entre seus conceitos básicos, “língua” (“modelo geral, abstrato e constante que existe numa comunidade e é partilhada por seus membros”) e “fala” (“ato pessoal de realização da língua, num momento e lugar determinados”). Além disso, estabelece três idéias, a de que “a língua é um sistema de signos que adquirem valor na sua relação com os demais”, “um

signo é um sistema de dupla face, formado por um significante que esconde um significado que necessita ser descoberto” e “a língua é um sistema que conhece somente sua própria ordem, a ordem do sincrônico, do presente e do atual” (GOMES, 1997, p. 40). Essas idéias são fundamentais não apenas para a consolidação da semiologia como perspectiva analítica que vê o significado para além dos conteúdos manifestos, já que este surge na relação do significante com o significado, como também prepara o terreno para uma abordagem estruturalista das mensagens, já que considera a existência de modelos gerais, abstratos e universais, invariantes, que independem da dimensão histórica.

São essas idéias que serão retomadas por Barthes, que trabalha com as oposições sintagma-paradigma e denotação-conotação. Já Peirce, noutra direção, trabalha com uma definição triádica de signo, entendendo-o como “toda coisa que substitui outra, representando-a para alguém, sob certos aspectos e em certa medida” (GOMES, 1997, p. 48). Na teoria peirceana os signos podem ser classificados em ícone, índice e símbolo, e os processos sógnicos podem ser sintáticos, semânticos ou pragmáticos.

Ao tratar da importância do paradigma semiótico como um todo (independente de sua manifestação enquanto Semiótica ou Semiologia), conclui Gomes:

Os problemas humanos, desde os mais íntimos até os sociais e políticos, manifestam-se na linguagem. Cada grupo social, político ou profissional possui a sua linguagem específica. As linguagens das gerações são distintas. A linguagem não é algo periférico, mas põe em jogo o homem todo e suas relações com os outros no mundo. (...) Ao criar sinais, o homem se cria um mundo próprio de sentido (...) São todas estas reflexões que nos colocam frente à importância da semiótica para a comunicação social. Não só para compreender os mecanismos, significações e semantizações, mas também para compreender a própria natureza do ser humano, como ser de linguagem, como ser semiótico, como ser de relações (GOMES, 1997, p. 44-45).

Por fim, o quinto dos oito modelos teóricos disponíveis para o estudo da comunicação apresentados no manual de Lima entende a comunicação como “linguagem”. Pode-se “abarcas aqui as principais vertentes de estudo das mensagens das comunicações, a maioria delas fundadas nas teorias linguísticas” (LIMA, 2001, p. 46). Segundo o autor, esse modelo comporta duas definições parcialmente diferentes da comunicação: “sistema formal de significados” (Ibidem, p. 38), na ótica da Escola estruturalista francesa (Saussure, Jakobson, Barthes), que realiza estudos de análise estrutural de textos buscando a elucidação de estruturas universais; e “processo dinâmico de relações enunciativas”, no

ponto de vista da Semiologia italiana (Eco, Fabbri), que realiza análises intertextuais dos discursos buscando a elucidação de sentidos sociais (cultura textualizada).

7.3. Resultados da análise dos manuais de teoria da comunicação

A análise até aqui confirmou a idéia de que diversas são as definições possíveis para o que é um fenômeno comunicativo. Essas definições variam tanto de uma ciência para outra (física, biologia, sociologia, psicologia) como no interior mesmo da Teoria da comunicação. Assim, não existe uma definição única ou consensual de comunicação dentro da própria área da Comunicação – o campo não dispõe de uma teoria geral. Embora muitas teorias diferentes partilhem uma mesma definição, há, ao mesmo tempo, conceituações diferentes e até propositalmente opostas, e privilegiar apenas uma ou outra conceituação seria privilegiar um ou outra dessas teorias em detrimento das demais.

Por isso, para tentar contemplar o maior leque possível de teorias e de visões sobre a comunicação, optou-se pela análise dos 18 manuais. Como o leque de teorias apresentadas nos manuais era muito grande, selecionou-se apenas as teorias que apareciam em pelo menos três manuais, o que resultou em 38 teorias.

Utilizando-se os elementos de todas essas teorias, percebendo suas diferenças e semelhanças, foi possível agrupá-las em sete modelos de comunicação, isto é, sete maneiras diferentes como a comunicação é conceituada. Disso resultou que, na visão das várias teorias da comunicação, uma forma adequada de se organizar o campo diz respeito aos modelos de comunicação. O modelo da comunicação pode ser compreendido, dessa forma, como um elemento comum, um elemento definidor.

A leitura dos manuais indicou também que, além dos modelos de comunicação, existem alguns elementos do fenômeno comunicativo que aparecem em todas as teorias, e que são, por isso, também elementos relevantes para a organização do campo. Esses elementos são identificados por vários autores – SANTAELLA (2001, p. 84) refere-se a eles como os “universais da comunicação”; SANTOS (2003, p. 19) como os elementos presentes “em todo processo de comunicação”.

Trata-se dos elementos do fenômeno comunicativo presentes em todas as definições possíveis de comunicação, isto é, em todas as 38 teorias analisadas. Esses elementos são:

os sujeitos que se comunicam (que, segundo algumas teorias, podem ser divididos em emissores e receptores, mas de acordo com outras teorias não seria possível fazer essa separação); as mensagens que são comunicadas, compartilhadas ou transmitidas (também definidas como conteúdo do processo comunicativo, ou materialidade simbólica); e os meios (ou canais, ou veículos, ou mídias) que possibilitam a inscrição material das mensagens e sua partilha entre os interlocutores. Assim, a leitura dos manuais de teoria da comunicação indica, como uma forma imediatamente relevante após a distinção de modelos da comunicação, estes elementos como possíveis organizadores do campo, na medida em que poderiam funcionar como critérios divisores aptos a contemplar todos os sete modelos e suas respectivas teorias.

Por fim, uma última questão, evidenciada pela análise dos manuais de teoria da comunicação e das várias teorias em si, é a constituição interdisciplinar do campo, isto é, o fato de o conhecimento comunicacional se construir com o auxílio de ciências vizinhas, às quais ele recorre tomando de empréstimo métodos, conceitos, teorias e analogias. Na constituição das teorias da comunicação percebe-se o aporte teórico de diversas outras disciplinas. Isso se dá, de um lado, na constituição das teorias próprias da comunicação: a Psicologia behaviorista e a Sociologia funcionalista na *Mass communication research*, a Psicanálise, a Sociologia marxista e a Filosofia na Escola de Frankfurt, a Engenharia na Teoria matemática da comunicação, a Psiquiatria e a Matemática na Escola de Palo Alto, a Economia política na Teoria do imperialismo cultural, a Antropologia no *Newsmaking*. De outro, na presença de várias teorias e escolas de pensamento de outros campos disciplinares no “estoque” de conhecimento da Teoria da comunicação, do que a Teoria da autopoiese (Biologia), a Escola de Constança (Literatura) e a Teoria da Hegemonia (Ciência política) constituem exemplos. Embora menos relevante do que os modelos da comunicação ou os elementos do fenômeno comunicativo presentes em todas as teorias, essa possibilidade de organização do campo mostra-se digna de nota pela sua alta incidência nos manuais consultados.

8. Construção do sistema facetado

Neste capítulo são analisadas as contribuições das três etapas realizadas para o levantamento de termos e classes da área de Comunicação. Estas contribuições são avaliadas à luz dos aspectos da Teoria da classificação e da evolução institucional da área de Comunicação. Como resultado, são construídas as seis facetas que vão compor o sistema de classificação facetado para a área de Comunicação, apresentado no final do capítulo.

8.1. Definição das facetas

Para a construção do sistema de classificação facetado para a área de Comunicação, foram realizados três trabalhos com o objetivo de levantar critérios de divisão ou organização do campo e os termos ou conceitos relevantes a serem utilizados nesse processo. O primeiro trabalho realizado foi a análise facetada a partir de documentos da área (que corresponde ao método analítico apresentado por Cavalcanti).

Para essa etapa, foram utilizados os termos que compõem o índice das duas bibliografias publicadas por Stumpf e Capparelli (165 do primeiro volume e 367 do segundo). O agrupamento destes termos de acordo com sua natureza gerou 18 conjuntos de termos. A relevância destes termos foi analisada a partir de quatro processos de contagem, que buscaram avaliar a relevância de cada um para a representação do assunto das teses e dissertações. As classes mais relevantes para a organização do campo da Comunicação encontradas foram: “categorias de fenômenos e processos humanos e sociais”, “ciências, disciplinas e teorias” e “meios, veículos e suportes da comunicação”. Logo depois, com relevância menor, encontram-se “fazer profissional na área de comunicação”, “produtos da comunicação” e “dimensão simbólica da comunicação”.

O segundo trabalho (método sintético, conforme Cavalcanti) foi o de análise das formas como a comunicação é definida e dividida em obras de referência gerais (isto é, relativas ao universo do conhecimento humano, como a CDD, a CDU, a LC, o Unesco Thesaurus e

a Tabela da Áreas do Conhecimento do CNPq) e em classificações específicas da comunicação (como o Currículo Mínimo e as Diretrizes Curriculares e os grupos temáticos da Intercom e da Compós). Foram encontrados critérios de organização do campo bastante heterogêneos. Duas formas de definir e organizar o campo, contudo, se destacam: a que se estrutura a partir dos meios de comunicação (das mídias) e a que se constrói a partir das habilitações profissionais. Outras três formas se apresentam como relevantes: as ciências e disciplinas com as quais a comunicação faz interface, a abrangência, âmbito relacional ou contexto da comunicação, e a dimensão social da comunicação.

A terceira etapa (método apriorístico, conforme Cavalcanti) foi a consulta a “especialistas da área”. Optou-se, em vez de entrevistar pesquisadores da área de Comunicação, pela utilização de manuais de teoria da comunicação, de forma a se contemplar a multiplicidade de pontos de vista a respeito da área. Foram consultados 18 manuais de teorias da comunicação, a partir dos quais se selecionou 38 teorias, que permitiram verificar a existência de sete diferentes modelos da comunicação. Esses sete modelos constituem a forma mais relevante de organização do campo, da perspectiva dos manuais. Outras formas relevantes são a divisão do campo a partir de seus elementos “universais” (os sujeitos interlocutores, as mensagens intercambiadas, os meios de comunicação que possibilitam a interação entre os sujeitos e a transmissão das mensagens) e as disciplinas e ciências com as quais a comunicação faz interface.

As três etapas realizadas apontaram ainda a existência de uma série de aspectos ou dimensões da comunicação parcialmente relevantes para a organização do campo, e outros insignificantes. É esse conjunto de resultados que está na base da construção das facetas e dos focos do sistema de classificação para a área de Comunicação.

Em primeiro lugar, destaca-se como a faceta mais relevante para a organização do campo a faceta que se refere aos modelos de comunicação. Afinal, qualquer estudo científico sobre comunicação terá que ter, sempre, um determinado modelo do que seja a comunicação. Assim, essa forma de organizar o campo, presente nos manuais de Teoria da comunicação, mostra-se como a mais adequada para se tornar a primeira faceta do sistema de classificação facetado para a Comunicação ora em construção.

Além disso, essa faceta abriga em si e permite organizar diversas outras classes ou formas de sistematização que apareceram nas três etapas desenvolvidas, mas que possuíam pouca relevância, como, por exemplo, comunicação enquanto gestão e planejamento, enquanto transporte físico, enquanto interação social, os processos da comunicação, e mesmo classes

um pouco mais relevantes como dimensão social da comunicação e dimensão simbólica da comunicação. Afinal, qualquer uma das classes citadas acima, de pouca relevância, se mostraria inadequada para a representação da maior parte do conteúdo das teses e dissertações em Comunicação que serão analisadas. Organizá-las pelo modelo de comunicação utilizado, contudo, permite a inclusão de todas as dissertações e teses em algum foco, isto é, a representação de seu conteúdo por algum termo que pertença a esta classe.

Além disso, da forma como foi construída, essa faceta ultrapassa a divisão da comunicação em processos ou partes (produção ou emissor, recepção ou destinatário, mensagem). Isso porque cada um desses processos pode ser visto dentro de um dos modelos acima. Pode-se ter um estudo apenas da produção, ou apenas da mensagem, ou ainda apenas da recepção, dentro de uma perspectiva voltada para o estudo dos “efeitos”, ou da “indústria cultural”, ou numa perspectiva culturalológica ou midiológica.

A análise das teorias mostrou que algumas delas, e mesmo alguns modelos teóricos, prestam-se melhor, ou voltam-se prioritariamente, para um ou outro dos elementos do processo comunicativo. Assim, estudos que utilizam o modelo da comunicação como “efeito”, “função” ou “diálogo” tendem a focar a relação estabelecida entre os interlocutores, enquanto o modelo da comunicação como “significação” tende a privilegiar o estudo das mensagens, e a comunicação como “técnica” concede maior importância aos meios. Mas essa priorização não corresponde a uma exclusividade, pois a referência não é unívoca. Há vários estudos sobre “recepção” nas teorias que compõem o modelo da comunicação como “cultura” (inclusive o campo que normalmente é designado “Estudos de recepção”), mas há também estudos sobre recepção nas teorias agrupadas sob o rótulo “efeitos”, “dominação”, e mesmo “significação” ou “técnica”. Igualmente, há uma imensa gama de estudos centrados apenas no estudo de mensagens, e nem todos utilizam-se de teorias enquadradas como “significação” – muitas delas são teorias presentes nos modelos de comunicação como “cultura”, “efeitos”, “dominação” e mesmo “diálogo”.

A argumentação acima pretende justificar a não escolha de “partes” (emissor, mensagem, receptor, canal) ou “processos” (produção de mensagens, recepção de mensagens, transmissão ou envio) como faceta para a área de comunicação, ainda que existam estudos científicos (ou, no caso, teses e dissertações) que se detêm sobre um ou outro desses elementos (estudos apenas de recepção, ou apenas de produção, ou apenas das mensagens).

Para a construção da primeira faceta, foi levado em conta o princípio de organização do campo considerado o mais relevante na consulta aos manuais de Teoria da comunicação. Para a construção das outras facetas, apresentam-se como classes mais relevantes as categorias de fenômenos e processos humanos e sociais e as ciências e disciplinas com as quais a comunicação faz interface (as duas mais relevantes conforme evidenciou a análise facetada, sendo a primeira também evidenciada na análise dos manuais e a segunda considerada muito relevante nos outros dois métodos) e ainda meios, veículos ou suportes da comunicação e o fazer profissional na área de comunicação (as duas consideradas mais relevantes no exame das divisões-padrão, sendo a primeira destacada como muito relevante nos três métodos utilizados e a segunda também bastante destacada na análise facetada).

Resta ainda estruturar a forma como essas quatro classes ou possibilidades de divisão da comunicação podem se organizar entre si na composição do sistema facetado. Para tanto, será utilizado como critério mais uma contribuição da análise junto aos manuais: a idéia dos “universais da comunicação”, isto é, os elementos do fenômeno comunicação presentes em todos os modelos. Afinal, embora as 38 teorias analisadas no capítulo anterior sejam bastante diferentes entre si, gerando modelos também diferentes, foi possível perceber uma constante. Todas as teorias, todos os modelos, sem exceção, reconhecem pelo menos três elementos na comunicação: a existência de interlocutores (algumas teorias dividem estes em emissores e receptores, mas como outras não fazem essa divisão, pode-se dizer que o reconhecimento da existência de sujeitos se comunicando é geral); a existência de mensagens, ou materialidades simbólicas, ou conteúdos, que são intercambiados entre esses sujeitos; e a existência de um meio, canal, ou veículo que serve de suporte para o trânsito dessas mensagens, que permite a transmissão desse conteúdo. Do que pode resultar uma definição de comunicação por demais genérica, mas que atende a todas as teorias analisadas no tópico anterior: sujeitos se relacionando a partir de mensagens inscritas em algum meio ou suporte, ou, dito de outra forma, a comunicação como um processo em que interlocutores compartilham mensagens inscritas em algum suporte. Esse conceito, tal como formulado, não entra em confronto com nenhuma das 38 teorias apresentadas, nem com os modelos resultantes do seu agrupamento. A natureza desse processo, a ênfase em um ou outro desses elementos e a identificação das forças determinantes são as variáveis que fazem com que as teorias tenham definições diferentes de comunicação.

Alguns autores que buscam sínteses entre as várias teorias da comunicação apresentam conclusões parcialmente semelhantes. Santaella, discutindo os “universais da comunicação” (SANTAELLA, 2001, p. 84), apresenta os elementos que compõem o processo comunicativo, válidos para toda a “grande área de comunicação” (Ibidem, p. 86). São eles: a mensagem, o meio, o contexto, o emissor ou fonte e o destino ou recepção. Santos, também a partir da consulta a vários autores, conclui que em todo processo de comunicação encontram-se os seguintes elementos: interlocutores, mensagens, meios e contexto (SANTOS, 2003, p. 19-20). Thompson (1973, p. 13) apresenta os quatro componentes fundamentais da comunicação: fonte, receptor, mensagem e veículo.

Concordando com os autores acima e com a discussão empreendida até agora, conclui-se que, se esses elementos estão em todo fenômeno comunicativo, mais útil do que transformá-los em focos de uma faceta (partes ou processos) é utilizá-los como facetas no sistema classificatório que está sendo construído.

A viabilidade dessa escolha se confirma com os resultados encontrados na análise facetada e na análise das divisões padrão da área de comunicação. Afinal, em diversas ocasiões, a área de Comunicação é dividida conforme os sujeitos que se relacionam, conforme os meios de comunicação utilizados ou conforme os conteúdos comunicados entre esses sujeitos e inscritos nos meios. Ou seja, nos métodos analítico e sintético, esses três elementos mostraram-se importantes para a organização temática interna do campo.

Um desses elementos diz respeito exatamente os meios de comunicação, classe evidenciada como a mais relevante entre as divisões-padrão e muito relevante na análise facetada. Por isso, mostra-se sem problema sua eleição como uma faceta para o sistema classificatório que está sendo construído.

Outro desses elementos se refere às mensagens ou conteúdos que são intercambiados (transmitidos e recebidos) pelos interlocutores. Esses elementos mostram-se adequados para se referir aos termos que compõem a classe “categorias de fenômenos e processos humanos e sociais”. Afinal, esta classe é composta exatamente por termos estranhos à área de comunicação. Uma forma de vinculá-los à área de comunicação é compreendê-los enquanto assunto das mensagens que constituem um elemento constante da comunicação. Portanto, o assunto das mensagens que são trocadas entre os interlocutores apresenta-se como mais uma faceta para o sistema ora em construção.

Uma vez que dois dos elementos “universais” da comunicação foram utilizados para a definição de facetas, passa a ser lógico que o último elemento também seja convocado a

resultar na construção de uma faceta. Este último elemento refere-se aos sujeitos que se comunicam num fenômeno de comunicação. Várias poderiam ser as possibilidades de se construir essa faceta e os respectivos focos. Contudo, a classe relativa à abrangência ou ao âmbito relacional da comunicação, também denominada contexto da comunicação, é uma classe que agrupa termos referentes aos sujeitos que se relacionam na comunicação e é uma classe que alcançou relevância considerável na análise das divisões-padrão e uma relevância intermediária na análise facetada. Dessa forma, será considerada para a criação de mais uma faceta para o sistema classificatório. Ao mesmo tempo, consegue-se a integração de três facetas no sistema, explicitadas as suas relações entre si e com a primeira faceta criada.

As duas indicações seguintes para a criação de facetas são a da classe relativa a ciências e disciplinas com as quais a comunicação faz interface e da classe que se refere às práticas profissionais da comunicação. Ambas evidenciaram grande relevância nos três métodos utilizados. Contudo, não são aspectos presentes em todos os modelos de comunicação. Mas guardam, as duas, um tipo de relação muito particular com a Comunicação enquanto disciplina científica. Como a discussão sobre a institucionalização da Comunicação enquanto disciplina científica evidenciou, a área conheceu um processo de evolução marcado por dois momentos: a evolução das profissões e dos meios de comunicação de massa, de um lado, e o surgimento dos cursos superiores de comunicação, e pouco depois dos programas de pós-graduação, de outro.

Quando passa a existir um curso superior de comunicação, existe um processo de construção de uma disciplina científica, isto é, não passa a existir imediatamente uma nova disciplina científica, tanto do ponto de vista da formação dos pesquisadores quanto dos conceitos e referenciais teóricos utilizados. A área da Comunicação vai buscar, pois, nas práticas profissionais que são anteriores a ela (e a partir das quais se estrutura, pois os cursos superiores em Comunicação são destinados a formar alunos para o desempenho das práticas profissionais), um estoque ou conjunto de saberes, conhecimentos, conceitos, técnicas, temas e metodologias. Ao mesmo tempo, surgindo num espaço institucional que são as faculdades, a área de Comunicação vai convocar a atuação de pesquisadores de outras áreas (principalmente das ciências sociais e humanas) que se vêm alçados à condição de docentes e pesquisadores de uma nova área, a da Comunicação. Estes pesquisadores formados em outras áreas trazem, então, conceitos e teorias de suas disciplinas de origem para a construção do conhecimento em Comunicação.

Nesse sentido, portanto, tanto as demais ciências quanto as práticas profissionais apresentam um tipo de relação semelhante com o campo da Comunicação: constituem os dois conjuntos de saberes, as duas fornecedoras de elementos para a área, desde seu início. Porém, elas guardam uma diferença fundamental na forma como se deu, e como se dá ainda atualmente, essa contribuição. Afinal, as práticas profissionais foram incorporadas ao campo da comunicação, formando “teorias mais específicas e setoriais” (SANTAELLA, 2001, p. 27) ou subáreas. Passaram a ser reconhecidas como áreas pertencentes ao campo próprio da Comunicação. As ciências e disciplinas que contribuíram para a constituição da área de Comunicação o fizeram na condição de interface, isto é, a partir de um tipo de relacionamento normalmente denominado “interdisciplinaridade” (ou qualquer outro de seus congêneres), que consiste no diálogo de duas disciplinas diferentes que não se confundem. Ou seja, essas ciências e disciplinas, ainda que mantendo sua relevância para a Comunicação, o fazem mantendo a condição de conhecimentos externos ao campo.

A relação entre as práticas profissionais, as demais ciências e disciplinas científicas, e a Comunicação, é bem explicitada na definição de comunicação presente num dos mais importantes dicionários da área:

Comunicação. 1. Conjunto dos conhecimentos (linguísticos, psicológicos, antropológicos, sociológicos, filosóficos, cibernéticos etc.) relativos aos processos da comunicação. 2. Disciplina que envolve esse conjunto de conhecimentos e as técnicas adequadas à sua manipulação eficaz. 3. Atividade profissional voltada para a utilização desses conhecimentos e técnicas através dos diversos veículos (impressos, audiovisuais, eletrônicos etc.), ou para a pesquisa e o ensino desses processos. Neste sentido, a comunicação abrange diferentes especializações (jornalismo impresso, jornalismo audiovisual, publicidade e propaganda, marketing, relações públicas, editoração, cinema, televisão, teatro, rádio, internet etc.), que implicam funções, objetivos e métodos específicos. 4. Palavra derivada do latim *communicare* (...) (RABAÇA; BARBOSA, 2002, p. 155).

Curiosamente, a primeira definição evoca exatamente a atuação das diversas disciplinas no campo da Comunicação, contribuindo com um “conjunto de conhecimentos”. A segunda definição aponta para a existência de um campo particular (embora, como evidencia o texto, não muito autônomo) denominado Comunicação. E a terceira aponta para as práticas profissionais, entendidas enquanto especialidades, isto é, partes do conhecimento comunicacional relativas a aspectos ou setores específicos.

Estando dentro do campo (caso das práticas profissionais) ou fora dele (ciências e disciplinas), ambas contribuem com a organização do campo da Comunicação com um conjunto de termos que possuem alta relevância, como mostraram as etapas de análise facetada e de estudo das divisões-padrão. Mostram-se, dessa forma, adequadas para se converterem nas duas facetas restantes do sistema, guardando com as demais facetas a relação definida acima.

Definidas as seis facetas a compor o sistema classificatório da área de Comunicação, resta ainda a tarefa de explicitar claramente o que é cada uma dessas facetas, apresentar os seus focos e evidenciar as formas como elas devem ser utilizadas na classificação das teses e dissertações (prevendo os casos em que a faceta não se aplica, os casos em que pode ser identificado mais de um foco, etc). Essa explicitação é feita a seguir, com o apoio de uma bibliografia específica para cada faceta, na medida em que os esclarecimentos a serem feitos demandavam determinadas conceituações. Além disso, a consulta a livros específicos para cada faceta tem por objetivo buscar a completude (exaustividade), a irreduzibilidade e a mútua exclusividade dos focos.

Assim, para a discussão da primeira faceta do sistema, foram utilizados os próprios manuais de Teoria da comunicação, mas também alguns livros mais específicos (para tratar de outros focos não contemplados pela análise dos manuais). Para a discussão da segunda faceta, referente aos interlocutores da comunicação, e a composição de seus focos, foram utilizados livros específicos e dicionários da área que definem as modalidades de comunicação conforme os sujeitos envolvidos no processo e o âmbito relacional do fenômeno.

Para a discussão da terceira faceta, referente aos meios de comunicação, e de seus focos, buscou-se livros, dicionários e enciclopédias que definem comunicação e sua história a partir da evolução dos vários meios ou mídias disponíveis para comunicar. A discussão da quarta faceta e de seus focos demandou uma discussão específica sobre as mensagens na comunicação e seus conteúdos ou assuntos. Para a composição dos focos, em vez de se utilizar dos resultados obtidos na análise facetada e no exame das divisões-padrão, optou-se por utilizar os assuntos presentes na Classificação Decimal de Dewey, que abrange todo o universo do conhecimento.

O trabalho com a quinta faceta demandou uma discussão específica sobre a composição interdisciplinar da comunicação e sobre seu diálogo com outras ciências. Para a composição dos focos, usou-se a Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq. Por fim,

para a estruturação da última faceta foram consultados diversos livros que tratam das habilitações profissionais da comunicação, sendo consideradas como critério para a definição dos focos as Diretrizes Curriculares para a Comunicação Social e suas Habilitações.

Junto com a definição de todas as facetas e seus respectivos focos (que constitui a apresentação do sistema de classificação facetado para a área de comunicação) se encontra uma série de explicações sobre seu funcionamento, sobre a forma como deve ser utilizado, sobre os casos em que se aplica uma ou outra forma de classificação.

8.2. Primeira faceta: modelos de comunicação

A discussão dos modelos de comunicação realizada no capítulo anterior (exame dos manuais de Teoria da comunicação) fornece os elementos necessários para a construção da primeira faceta para a área de Comunicação. Afinal, o que a discussão precedente evidenciou foi que não existe uma concepção única do que é a comunicação, e qualquer estudo científico (uma tese ou dissertação, por exemplo) sobre comunicação terá sempre de escolher, entre as possibilidades existentes, aquela que será utilizada para se aproximar de seu objeto.

Cada modelo teórico permite apreender a comunicação de uma forma, incorporando certa problemática, e deixando de fora outras. Cada um mostra-se adequado para responder a questões específicas, para detectar elementos específicos da realidade. Ainda que os sete modelos encontrados no capítulo anterior não sejam completamente excludentes (como pode ser demonstrado por modelos teóricos contemporâneos, de autores como Habermas, Thompson, Quéré, etc, que tentam conciliar modelos teóricos distintos, promovendo a fusão de tradições de pesquisa historicamente opostas), a explicitação de seus elementos realizada até o momento mostra que são muito diferentes entre si, proporcionando formas bastante diversas de estudo da comunicação.

Por esse motivo, a concepção do que seja um fenômeno comunicativo (o modelo de comunicação) vai ser utilizada, nesta tese, como primeira faceta da comunicação (representando a faceta “substância” no pensamento aristotélico, ou a faceta “personalidade” em Ranganathan, ou a faceta “todo” no esquema padrão do CRG). Cada

um dos modelos identificados no exame dos manuais constitui, então, um foco. Os focos são apresentados a seguir.

Deve-se ressaltar que os sete modelos encontrados não são exaustivos. É possível que se encontre teses e dissertações que utilizem outro modelo de comunicação que não um daqueles identificados nos manuais. Um exemplo é o tipo de estudos que promovem uma “análise existencial da comunicação”: tendo como referência a teoria heideggeriana, partem da comunicação para “revelar algumas das constituições fundamentais de nossa existência” (KATZ; DORIA; LIMA, 1971, p. 52). Outro exemplo é o modelo biológico de comunicação que “identifica a Comunicação como atividade sensorial e nervosa”, situada entre os seres vivos “como necessidade não só para a sobrevivência, mas também para a perpetuação da espécie” (RABAÇA; BARBOSA, 2002, p. 157). Um terceiro exemplo é o modelo de comunicação que amplia o alcance do conceito para incorporar também o relacionamento entre seres não-humanos e até mesmo entre não-vivos:

A diversidade da comunicação faz com que o campo de estudo coincida, num primeiro momento, com o próprio estudo do Ser, o que nos leva a refletir sobre um campo de extensão máxima. Servindo-nos de uma classificação rudimentar, três grandes domínios da comunicação se apresentam: - Seres brutos; - Seres orgânicos; - Homem (MARTINO, 2001a, p. 20).

Como se pode perceber, a faceta, tal como formulada a partir da consulta aos manuais, com seus sete focos, não dá conta de todo tipo de estudo sobre a comunicação, na medida em que há certas compreensões de comunicação que estão fora do que é abarcado pelos manuais. Contudo, eles possuem autoridade suficiente para a definição do que é pertinente ao campo da comunicação (embora não exaustivos) e, por essa razão, serão mantidos como focos os sete modelos encontrados neles, sendo criado um outro foco, denominado “outros”, para agrupar as teses e dissertações que tenham um outro modelo de comunicação não previsto nos sete focos. A definição dos sete focos desta faceta é desenvolvida a seguir.

8.2.1. Primeiro foco: comunicação como efeito/função/influência/persuasão

O primeiro modelo de comunicação é o que esteve na base de todas as teorias que compõem a *Mass communication research* e também em teorias posteriores que reforçam o papel dos meios de comunicação na estruturação da vida social, mesmo que formuladas

em contextos muito diferentes da “pesquisa administrativa” norte-americana (como no caso das teorias da Tematização e da Espiral do silêncio). São teorias fortemente marcadas pelas concepções teóricas que a inspiram, como a Retórica aristotélica que vê a comunicação como persuasão, influência, convencimento, e o Behaviorismo que entende a ação humana como resultado de processo de estímulo e resposta. Para este modelo, a comunicação é um processo em que um emissor manda uma mensagem para um receptor, buscando obter um efeito; é um processo linear que tem claramente uma direção, do emissor para o receptor, com esses papéis bem definidos.

Nesse sentido, o estudo dos efeitos da comunicação evolui de uma concepção de efeitos diretos para uma de efeitos indiretos, considerando as variáveis intervenientes no processo. A *Mass communication research* conhece uma progressiva diminuição do poder conferido aos meios, com a complexificação do modelo que descreve o fenômeno comunicativo, mas a idéia continua a ser perceber a ação dos meios de comunicação junto à audiência. Isso se vê nas teorias mais recentes, que buscam o estudo de efeitos específicos dos meios de comunicação: o agendamento, a tematização, a socialização, a construção da realidade – indo das teorias que relativizam o poder dos meios às que retomam a hipótese da “mídia forte”.

Se os estudos de efeitos e funções se diferenciam pela origem das preocupações (os primeiros numa busca operacional, de utilizar melhor os meios; os últimos, numa linha ética e política, de preocupação com a sociedade), no que tange ao modelo comunicativo eles se igualam, pois o estudo das funções nada mais é que o estudo dos meios realizando (ou devendo realizar) determinados efeitos junto à audiência – efeitos esses que configuram a realização de uma função, isto é, o efeito da ação que visa ao equilíbrio e à manutenção do todo social. É como se fosse o estudo de um efeito específico – ou de um conjunto de efeitos específicos.

É um modelo, ainda, construído a partir da tradição positivista da ciência, que se expressa na orientação empiricista dos estudos (tendendo, na maioria das vezes, para enfoques que privilegiam a dimensão quantitativa), na busca de leis, generalizações (como o “método seguro” de Hovland, tomado de empréstimo aos estudos em medicina, que utiliza grupos de controle no teste dos efeitos de determinadas mensagens; outro exemplo são os estudos laboratoriais), na decomposição do processo em partes menores, legitimada pelo modelo de Lasswell (que se identifica com o princípio cartesiano de método científico). É um modelo, ainda, originado (como de resto toda a *Mass communication research*) a partir de

uma orientação pragmática, mais política do que científica, a partir de demandas instrumentais do Estado, das forças armadas e dos grandes oligopólios da área de comunicação – o que levou à construção de um modelo de processo comunicativo nesse sentido, de ação dos meios sobre as pessoas, isto é, ver o que o emissor faz com o receptor, o resultado de uma ação, a resposta ao estímulo (incluindo as coisas que estão no meio do caminho), muitas vezes com a preocupação de otimização desses efeitos.

8.2.2. Segundo foco: comunicação como transporte de informações/transferência

A comunicação, na lógica do modelo originado com a Teoria matemática da comunicação, é o transporte de informações, a transmissão de um determinado conteúdo de um ponto a outro, com definição clara dos pontos de início e de fim. Busca-se a otimização desse processo, a partir da quantidade correta de informação passível de ser transmitida pelo canal escolhido (evitando os ruídos, utilizando a redundância necessária). A comunicação é entendida num processo simplificado, de fácil aplicação por diferentes teorias, que a entendem apenas como transmissão, como um processo unidirecional, com separação clara dos papéis de emissor e receptor. É o momento mais forte, em toda a história da Teoria da comunicação, de aplicação dos modelos das ciências exatas, pois a idéia de um modelo de processo que acontece sempre do mesmo jeito em qualquer situação tende a ignorar a dimensão histórica e cultural; a idéia de reprodução exata do conteúdo ignora os problemas semânticos, de significação; e a separação rígida dos papéis ignora os atores do processo como sujeitos (os interlocutores são apreendidos apenas enquanto agentes técnicos, isolados e de fora da relação, existe um tempo do emissor e um tempo do receptor).

8.2.3. Terceiro foco: comunicação como ideologia/dominação/indústria

O modelo de comunicação como ideologia não se diferencia do primeiro pela concepção comunicativa. Sua oposição ao modelo da *Mass communication research* se dá no plano sociológico, isto é, na concepção de sociedade que está no fundamento dos estudos. Essa é uma oposição que extrapola o domínio da Comunicação – a oposição entre o modelo positivista e o modelo marxista está presente em praticamente todas as ciências que compõem o campo das ciências sociais, tais como a Sociologia, a Antropologia, a Economia, a Ciência política e a História.

Esse grande modelo das ciências sociais tem origem na dialética hegeliana, retomada por Marx para a compreensão da realidade social. Aplicado à vida social, o pensamento dialético, que opera com a unidade de contrários, vê a vida social a partir do pressuposto do conflito social, percebendo que as formações sociais são contraditórias e exatamente por isso historicamente superáveis. Esse modelo se opõe ao primeiro modelo das ciências sociais, o funcionalismo, que vê a sociedade como um todo integrado (cada parte desempenhando sua função para a manutenção do equilíbrio), a partir da inspiração de modelos da Física e da Biologia. A crítica incide sobre o fato de esse primeiro modelo só perceber a integração, a harmonia, como se o social fosse um todo harmônico, cada parte cumprindo seu papel e satisfeita com isso, com o sucesso dos outros atores sociais. Por isso se considera que a partir do marxismo se constrói o primeiro modelo de sociedade realmente próprio das ciências sociais. Esse modelo, ao introduzir a questão fundamental da historicidade, também coloca para o campo toda uma gama de novos conceitos e objetos a serem estudados: ideologia, dominação, resistência, alienação, reificação.

Particularmente na Comunicação, esse modelo vai ser aplicado para perceber a mídia como uma “indústria cultural” e a transformação dos produtos comunicacionais em “mercadorias”, desde a perspectiva inaugural da Escola de Frankfurt. Outras escolas e teorias posteriores, tendo ou não inspiração nas argumentações frankfurtianas, vão destacar o campo da comunicação como campo de conflito e tensões, seja na representação ideológica da realidade, na desigualdade dos fluxos de comunicação ou na propriedade privada dos meios. Outros estudos vão enfatizar processos de resistência, iniciativas de contra-hegemonia por parte de determinados atores sociais, no campo da comunicação. Todos, de uma forma ou de outra, entendem a comunicação como um processo social e, como tal, processo de dominação ou resistência, enfim, de conflito, de disputa numa sociedade marcada pela desigualdade e interesses antagônicos. A busca da dimensão ideológica se reflete no estudo dos significados ocultos, escondidos por detrás da aparência, do evidente, do “natural” ou “manifesto” – exatamente as relações de poder e dominação que os conteúdos comunicativos buscam legitimar. Embora o modelo comunicativo das perspectivas críticas seja muito parecido com os dois primeiros (percebe a comunicação como um processo unidirecional, linear), a incorporação do social como conflito traz algumas mudanças essenciais para o olhar do pesquisador, o que se traduz na construção de toda uma tradição de pesquisa diferenciada.

8.2.4. Quarto foco: comunicação como interação/diálogo

Esse modelo também se constrói a partir de uma distinção que é mais ampla que o campo da Comunicação. O embate entre modelos macrossociológicos e microssociológicos também atravessa o campo das ciências sociais como um todo. Os primeiros, próprios à lógica funcionalista, enfatizam o poder da estrutura social conformando os indivíduos, e buscam as generalizações, as leis de funcionamento do social, tendo em Comte, Spencer, Durkheim e Parsons seus principais representantes. Os modelos microssociológicos, de inspiração fenomenológica e construídos a partir dos trabalhos de Simmel, enfatizam o papel dos sujeitos, das interações cotidianas, na conformação do todo social. Em oposição à idéia de fato social como algo estável e objetivo, elabora-se uma perspectiva em que este é entendido como produto da contínua atividade dos homens, no contexto de suas dinâmicas interações.

Esse modelo foi evoluindo ao longo dos anos, e sua aplicação ao campo da Comunicação se deu em várias etapas, demorando mesmo décadas para ser aplicado ao estudo da comunicação de massa – pois se revelava mais adequado para os processos de comunicação interpessoal. De toda forma, seu impacto não se restringe à mudança na concepção de sociedade que orienta os estudos. Também a visão do que é o fenômeno comunicativo se altera: a comunicação passa a ser entendida como interação, como ação recíproca e co-referenciada entre interlocutores – que já não são mais vistos nos papéis fixos de emissor e receptor.

Outras tradições de estudo também vão construir o processo comunicativo como uma prática dialógica, alguns fundados em tradições epistemológicas bastante diversas da microssociologia, como a Escola de Palo Alto (que pensa a comunicação a partir da Cibernética e também com noções da Psiquiatria) e da Comunicação horizontal latino-americana (origem na Pedagogia).

A tradição de Palo Alto se constrói exatamente a partir da crítica ao “modelo telegráfico” da comunicação (que corresponde aos três primeiros modelos, apresentados acima), propondo um modelo “orquestral”, que pensa a totalidade, a não possibilidade de separação dos elementos que compõem a comunicação. Outra concepção fundamental diz respeito ao que é transmitido no processo comunicativo: a comunicação não é apenas um processo voluntário, consciente, verbal. Junto com a mensagem enviada (oralmente, por exemplo) cada interlocutor comunica várias outras coisas por gestos, falhas, posturas,

expressões, etc. A comunicação extrapola o domínio do planejado por cada interlocutor. Por fim, o “modelo circular” de comunicação evidencia que o processo comunicativo não tem um início e um fim, é um processo permanente, o receptor está presente para o emissor antes mesmo da explicitação dos conteúdos.

Também a Escola latino-americana que estuda a Comunicação horizontal rompe com o modelo dominante, primeiro ao propor que nem todo processo comunicativo tem por objetivo persuadir, convencer, provocar efeito em alguém; e, segundo, por romper com a dicotomia emissor/receptor, como se um dos atores tivesse o conteúdo e fosse preencher o outro, vazio, com esse conteúdo, percebendo a comunicação numa dinâmica de acesso e participação ativa dos interlocutores.

Por fim, neste modelo também pode ser incluído o *Newsmaking*, pois, ainda que nasça dentro da *Mass Communication Research*, esta teoria já pressupõe diálogo, interação, interlocutores se afetando mutuamente.

8.2.5. Quinto foco: comunicação como cultura

A redefinição do conceito de “cultura” operada pelos Estudos culturais, e sua aplicação ao estudo da mídia, representa uma mudança de perspectiva que afeta profundamente a forma como os processos comunicativos são compreendidos. Para este modelo, de origem marxista mas que promove uma reformulação fundamental, a cultura deixa de ser entendida apenas como reflexo da estrutura econômica para se tornar prática que atravessa e perpassa todas as práticas sociais, moldando-as e sendo, também, moldada por elas. Junto ao conceito de cultura, agrega-se aos estudos comunicativos desta perspectiva o conceito de experiência. Assim, as estruturas exteriores aos meios de comunicação de massa e as condições históricas específicas de uma dada realidade se apresentam como elementos essenciais na pesquisa em comunicação.

A comunicação é manifestação da cultura, é algo que tanto alimenta o universo cultural, a teia de significados da sociedade, quanto se alimenta dela, retira dela elementos para a organização dos discursos. Ou seja, a comunicação possui como elementos não apenas um emissor enviando mensagens para um receptor, mas um processo em que interlocutores interagem, processo esse atravessado pelos elementos da cultura em que ele ocorre.

A importância dada às estruturas gerais da sociedade, somada com a valorização de circunstâncias concretas, resulta na formação de objetos de estudo delineados a partir de

um universo concreto, envolvendo sujeitos e mensagens particulares mas, principalmente, uma cultura que é singular, se opondo ao tipo de estudo mais universal que coloca modelos globais, gerais, universais em função dos quais as realidades particulares devem ser analisadas e compreendidas. Nesta perspectiva analítica não se busca perceber quais os efeitos dos meios na sociedade – não se atribui aos meios a exclusividade dos efeitos, não se poderia atribuir apenas a eles, por exemplo, a elevação ou rebaixamento do “nível” do gosto do público, mas, sim, o envolvimento do público a partir da veiculação de seus produtos. Busca-se, noutra direção, entender o conteúdo dos meios perpassado pela cultura, como elemento da cultura, da “querela da sociedade consigo mesma”. Não há mais a idéia de efeitos diretos causados pelas mensagens da mídia pois esta não pode ser compreendida apenas em si, mas na sua interseção com a cultura.

Esse modelo influencia outras correntes teóricas, como os Estudos latino-americanos das mediações, porque aponta para a inserção da comunicação na cultura e no terreno da experiência, da sua vinculação às demais práticas sociais que compõem, todas juntas, a cultura. Em síntese, na perspectiva desse modelo, não se pode estudar os meios de comunicação em si mesmos (menos ainda apenas um ou outro de seus elementos constituintes), a comunicação só é objeto de estudo em sua vinculação com a cultura, da qual os meios são uma manifestação – existe uma sintonia entre os discursos dos meios e os valores culturais, os medos, anseios, desejos, valores circulantes.

Embora não influenciada pelos Estudos culturais, a Sociologia da cultura de massa francesa também pode ser inserida nesse modelo, na medida em que considera a cultura como categoria central de análise da comunicação.

8.2.6. Sexto foco: comunicação como técnica/mediação

A argumentação promovida por McLuhan em torno da frase “o meio é a mensagem” desloca a questão da comunicação para outra problemática: a mudança de natureza da experiência humana que a presença de um novo meio de comunicação promove. Assim, a comunicação é entendida como um processo configurador da vida social a partir das modalidades ou das possibilidades comunicacionais de uma época e de um contexto – a história da humanidade é a história dos meios disponíveis para comunicar.

O mais importante, portanto, no sentido de detectar mudanças, alterações na vida social, não são os conteúdos veiculados pelos meios, mas a presença destes meios proporcionando

uma outra forma de se relacionar com a realidade. Os conteúdos específicos até podem trazer modificações, mas é a existência do meio provocando uma nova sensibilidade que deve ser o centro das análises empreendidas. A comunicação não é neutra em relação aos meios que a suportam ou, melhor colocando, os meios não são neutros, simples instrumentos que permitem aos interlocutores intercambiar mensagens. Com isso, vê-se deslocado o papel transmissivo dos meios, em que importava o conteúdo por eles veiculado e a diferença existente entre um ou outro meio era estudada apenas como uma variável interveniente no processo.

A concepção de “meio” deste modelo é muito ampla, não comportando apenas os veículos tradicionalmente pensados como sendo “de comunicação”. Na situação de uma pessoa falando, por exemplo, o meio não é entendido apenas como a boca ou a voz da pessoa, mas também seus gestos, sua aparência física, suas roupas, e até mesmo o ambiente físico em que ela está.

Começando com McLuhan, esse modelo inspirou e foi se formando a partir da contribuição de diversos outros pesquisadores, colocando uma nova agenda para os estudos da comunicação como, por exemplo, o estudo da lógica de cada meio, ou a comparação entre diferentes meios de comunicação

8.2.7. Sétimo foco: comunicação como significação/semiose/sentido

Uma grande parte dos estudos semióticos e semiológicos não são estudos sobre o processo comunicativo ou sobre a relação comunicação-sociedade, mas preocupam-se apenas com as mensagens. Além disso, os dois campos teóricos constituem campos relativamente autônomos ao campo da Comunicação, desenvolvendo-se de forma paralela em muitos momentos, o que faz com que não sejam reconhecidas, em alguns manuais, como pertencentes ao campo da Comunicação.

Ainda assim, é possível perceber a importância e o impacto das idéias e conceitos destas duas correntes teóricas para o estudo da comunicação. E esse impacto se dá mais na direção de construção de um novo modelo do que de uma teoria a mais a somar-se às outras. Afinal, com a contribuição da Semiótica e da Semiologia, percebeu-se que a comunicação é um processo semiótico, um processo de produção e geração de significados. O significado das mensagens não é imanente, nem está contido nas mensagens, mas é resultado da intervenção ativa dos interlocutores no processo de

investimento de sentido. A comunicação deixa de ser concebida como um fenômeno transmissivo, de transporte de determinado conteúdo de um ponto a outro. Pois, até então, o grande debate na Teoria da comunicação dizia respeito aos paradigmas sociológicos dominantes nos estudos - uma polêmica instaurada entre a pesquisa administrativa norte-americana e a teoria crítica.

A partir da aproximação entre a Comunicação e as teorias do sentido, da significação, implantou-se um elemento novo para a discussão da pertinência propriamente comunicativa dos modelos de estudo adotados pela Comunicação. O eixo da preocupação deixa de ser estritamente sociológico (os atores se relacionando) e passa a incorporar também a dinâmica dos significados produzidos, as semioses acontecendo, as especificidades dos processos da ordem do simbólico, a construção de imagens. A mensagem enquanto significação não seria, pois, um elemento fechado em si mesmo, algo que sai de um emissor e chega a um receptor tal qual saiu. Noções como a de codificação e decodificação vêm esse processo como transformação de um sistema em outro, e novamente em outro, e é a idéia de intercâmbio de sistemas que coloca a dinâmica de significação como um processo “negocial”.

Esse modelo abriga diferentes tradições de estudo, tais como a Semiologia estruturalista francesa, a Escola semiológica italiana, a Pragmática, entre outras. Essas tradições apresentam tipos de pesquisa muito diferentes. Há, por exemplo, um grande número de trabalhos que se centram na análise de uma obra, um produto de comunicação (uma mensagem específica) vendo, nela, a manifestação de elementos de um código ou sistema estruturado de signos (gêneros ou estilos como o barroco, o naturalismo, o minimalismo, o cubismo, o futurismo; ou linguagens específicas conformadas mediante algum meio, como a linguagem cinematográfica, a linguagem pictórica, a linguagem sonora, a linguagem visual). Ou, então, detalham, em uma determinada obra ou mensagem, os signos que a compõem e os classificam – de acordo, por exemplo, com a lógica peirceana, em índices, ícones e símbolos). São estudos sobre a estrutura significativa de um produto da comunicação, porque se voltam para a compreensão daquele produto específico, para os elementos que o constituem. Por obra ou produto, nesta tradição de estudos, deve-se entender tanto peças especificamente de comunicação (como um filme, uma poesia, um livro, um noticiário) como também outros materiais significantes, como a arquitetura de uma cidade, a gestualidade de uma pessoa, etc.

Há estudos que se debruçam sobre uma obra, uma mensagem e buscam, nela, um elemento específico (como por exemplo a figura do narrador, o uso da luz, do ruído, de personagens, a existência de figuras de linguagem, metáforas, o ritmo, a angulação, o enquadramento) para analisar a forma como esse elemento é trabalhado, sua articulação com os demais elementos, os efeitos de sentido que esse elemento proporciona. E, ainda, estudos em “Crítica genética”, que analisam as etapas sucessivas da criação de um produto comunicativo, desde sua gênese, na mente do criador ou emissor, até sua disponibilização em um suporte material, buscando ver o processo de transformação do pensamento em produto. Esses dois tipos de estudo também se voltam para a estrutura significativa das mensagens.

Há, ainda, estudos que têm como objeto de estudo uma obra ou produto comunicativo mas buscam, nela, analisar as possibilidades interpretativas, os efeitos de sentido, o potencial de construção de significados nas várias direções. Normalmente, utilizam um referencial externo (como a Psicanálise ou a Arte, por exemplo). Esse trabalho pode se dar em relação à obra como um todo ou a apenas um tema ou assunto (por exemplo, numa obra ou conjunto de obras, como aparece ou que sentidos são produzidos a respeito da figura do feminino, ou do amor, da modernidade, de uma cidade, etc). Nesse caso a ênfase recai não exatamente para o entendimento daquela obra, mas para a dinâmica de produção de significados. Parte-se da obra para analisar os significados produzidos.

8.3. Segunda faceta: abrangência, contexto ou âmbito relacional

A segunda faceta criada para o sistema corresponde ao primeiro dos três elementos presentes em todos os modelos de comunicação apresentados no tópico anterior: são os sujeitos interlocutores. Serão analisados, a seguir, livros e autores que apresentam definições de comunicação, ou classificações de seus “tipos”, tomando como ponto de vista os sujeitos que se relacionam.

Para tanto, o ponto de partida são autores e livros que buscam definir comunicação a partir de uma perspectiva etimológica. É o que faz, por exemplo, a Enciclopédia Mirador Internacional, que identifica da seguinte forma a etimologia do termo:

O latim *communicatio*, *-ōnis*, “ação de repartir, de dividir, de comunicar, de conversar, conversação”, do verbo *communicāre*, “comunicar, dividir, conversar”, é o português comunicação, do séc. XV, espanhol comunicación, c. 1440, ital. Comunicazione, do séc. XV, ing. Communication, de 1382, empréstimo ao fr. Ant. co(m)unicacion, fr. mod. Communication, do séc. XIV (ENCICLOPÉDIA MIRADOR..., 1986, p. 2690).

O dicionário de Rabaça e Barbosa também opta por este caminho ao apresentar o conceito etimológico de comunicação:

A origem da palavra Comunicação introduz a idéia de comunhão, comunidade. Como diz Wilbur Schramm, quando nos comunicamos, tratamos de estabelecer uma comunidade, isto é, tratamos de compartilhar informações, idéias, atitudes. Sérgio Luiz Veloso endossa ao afirmar que Comunicação é fazer participar, é trazer para a comunidade o que dela estava isolado. Comunicar significa, assim, estabelecer comunhão, participar da comunidade, através do intercâmbio de informações (RABAÇA; BARBOSA, 2002, p. 157).

Gomes é outro autor que trata da origem do termo, salientando que “a palavra provém do latim *communis* e significa tornar comum, estabelecer comunhão, participar da comunidade, através do intercâmbio da comunicação” (GOMES, 1997, p. 13). Concluindo, o autor destaca então que “a essência da comunicação consiste na sintonização entre o que recebe e o que envia uma determinada mensagem” (Ibidem, p. 13).

Por fim, Martino também inicia sua problematização do conceito de comunicação com a apresentação da etimologia do termo:

O termo comunicação vem do latim *communicatio*, do qual distinguimos três elementos: uma raiz *munis*, que significa ‘estar encarregado de’, que acrescido do prefixo *co*, o qual expressa simultaneidade, reunião, temos a idéia de uma ‘atividade realizada conjuntamente’, completada pela terminação *tio*, que por sua vez reforça a idéia de atividade. E, efetivamente, foi este o seu primeiro significado no vocabulário religioso aonde o termo aparece pela primeira vez (HOHLFELDT, 2001, p. 13).

O autor identifica o contexto religioso como aquele de surgimento do termo. E a prática que recebe o nome de *communicatio*, na vida dos mosteiros marcada pela contemplação e isolamento dos indivíduos, é o ato de tomar a refeição da noite em conjunto. A nova palavra marca, portanto, uma prática de romper o isolamento, a idéia de uma realização em comum.

Apesar de alguma diferença na apresentação da etimologia do termo nas quatro fontes citadas acima, pode-se perceber que todas remetem a uma idéia comum que está na origem da comunicação: a relação estabelecida entre mais de um sujeito, a ligação que se processa entre eles, o movimento do encontro de um com o outro. Nesse movimento ou nesse encontro estabelece-se um laço, ou seja, forma-se uma comunidade, um coletivo de sujeitos.

Pela importância dessa dimensão da comunicação, do encontro de sujeitos numa relação, decidiu-se pela criação de uma faceta relativa à identificação desta relação. Conjugando as contribuições sobre essa questão encontradas na análise dos manuais de teorias da comunicação, bem como na análise da etimologia do termo, será abandonada na construção dessa faceta a distinção entre emissores e receptores, sendo os sujeitos inseridos na relação comunicativa contemplados como interlocutores, o que não os apreende numa posição rígida, numa participação específica dentro do processo.

Escolher como faceta da comunicação a relação estabelecida entre os interlocutores não evoca de forma automática os focos a serem inseridos no sistema classificatório. Para se identificar esses focos, foram analisados diversos livros que buscam dividir a comunicação a partir dos sujeitos que se relacionam. Neste caso, o critério mais comum encontrado é o que distingue níveis ou patamares de comunicação a partir da quantidade de sujeitos envolvidos no processo, o que permite identificar um critério de abrangência, âmbito ou contexto do fenômeno comunicativo.

Em diversos manuais de comunicação, livros ou mesmo textos sobre o assunto, a comunicação é definida e classificada a partir desse critério. O exame destes livros e textos será feito a seguir em dois momentos. Primeiramente, serão apresentados uma série de classificações de comunicação presentes na discussão de autores que apenas listam os níveis de comunicação, definindo-os em uma ou duas frases apenas. O objetivo é verificar um grande número de classificações percebendo que níveis se repetem nos vários autores consultados, e também reunir os elementos que definem cada um dos níveis na concepção de cada um desses autores.

O primeiro autor a ser visto é Frade que, analisando o significado de “comunicação” a partir de uma série de perspectivas, identifica a existência de uma diversidade de processos de comunicação e que a melhor forma de diferenciá-los é a partir do âmbito social/relacional de referência destes processos. Com base nesse critério, o autor relaciona

os sete patamares em que os processos de comunicação podem ocorrer. Esses patamares são:

- *Coextensivamente à sociedade global*, como processos de comunicação mediatizada abrangendo um público alargado, potencialmente expansível, e apenas cognoscível através de metodologias indiretas e abstrativas como as sondagens, os inquéritos, os testes qualitativos, etc.
- *Interinstitucional e interorganizacional*, como processos de comunicação ocorrendo entre interlocutores institucionais ou organizacionais, freqüentemente envolvidos em outras trocas ou permutas que não apenas comunicacionais.
- *Intra-institucional e intra-organizacional*, como processos de comunicação ocorrendo no interior de instituições ou organizações cujos propósitos implicam, para a sua concretização, o estabelecimento e a manutenção de processos de comunicação interna que lhes são específicos.
- *Intergruppal*, como processos de comunicação ocorrendo entre grupos, estruturados ou não, cujas atividades, trocas ou permutas implicam o seu estabelecimento e/ou manutenção.
- *Intragruppal*, referindo-se a processos de comunicação ocorrendo no interior de grupos, estruturados ou não, entre os seus membros individuais ou subgrupos formados por estes.
- *Interpessoal*, referindo-se a processos de comunicação ocorrendo entre pelo menos dois sujeitos individuais: a unidade elementar, neste caso, é a díade relacional.
- *Intrapessoal*, referindo-se ao processamento de informação por um sujeito singular, entendido aqui como um processo de comunicação que, num tempo variável, liga dois estados cognitivos qualitativamente diferentes (FRADE, 1991, p. 47).

O autor argumenta ainda que deu a estes sete patamares uma ordenação que não é casual mas, antes, considera o critério de complexidade decrescente, partindo de processos que operam no nível da sociedade como um todo até aqueles que acontecem no interior de um único indivíduo. De um patamar para o outro que é imediatamente inferior ocorre um aumento significativo dos casos observáveis.

Um último pressuposto destes patamares é que “no sentido ascendente, eles mantêm entre si relações de possibilidade; no sentido descendente, de necessidade” (Ibidem, p. 47-48). Ou seja, um processo que ocorre no patamar mais elevado, o da sociedade global, implica necessariamente todos os patamares inferiores. Mas a ocorrência de um patamar inferior pode até implicar a existência de um superior, mas não obrigatoriamente.

Voltando aos manuais, pode-se identificar que pelo menos três deles classificam a comunicação a partir desse critério. É o caso de Santos que, preocupado com as

classificações dos atos comunicativos, argumenta que os processos de comunicação podem ocorrer entre máquinas, nos organismos biológicos, no ser humano e na sociedade. Uma forma de classificar a comunicação diz respeito às formas encontradas pelos seres humanos para comunicar: comunicação verbal (ou digital) e não-verbal (ou analógica).

O segundo critério utilizado pelo autor se constrói do ponto de vista da amplitude. Nesse sentido a comunicação pode ser: subjetiva, que “realiza-se quando cada indivíduo pensa, medita, reflete sobre sua vida, sobre o mundo” (SANTOS, 2003, p. 19); interpessoal ou grupal, quando “envolve um grupo de pessoas (vizinhas que conversam no portão, alunos e professores em sala de aula, assembléia do sindicato, comício, etc)” (Ibidem, p. 19); e massiva, que “faz-se pelo emprego de meios de comunicação, como o jornal ou a televisão, que têm maior alcance e atingem um grande número de receptores” (Ibidem, p. 19).

Gomes, também explorando o significado de “comunicação”, busca referenciais na obra de diversos teóricos e destaca, ao término da discussão, que “estudiosos indicam que há diversos tipos de comunicação” (GOMES, 1997, p. 14). O autor apresenta três:

- 1) Comunicação interpessoal: aquela que se dá entre duas pessoas, no máximo três ou quatro. Aqui a interação é face a face. O essencial é o diálogo. Comunicação de experiências. Entre duas pessoas, muitas vezes, dá-se a comunicação não-verbal como fundamental.
- 2) Comunicação grupal: aqui aumentam as dificuldades, mas ainda há, ou pode haver, um intercâmbio razoável.
- 3) Comunicação de massa: acontece através dos meios massivos (*mass media*). O grau de interação é bem menor, quase nulo. O público é anônimo, heterogêneo e disperso (GOMES, 1997, p. 14).

Logo a seguir, o autor completa o quadro afirmando que alguns estudiosos ainda apresentam um quarto tipo de comunicação, a intra-pessoal, que é a “comunicação da pessoa consigo mesma” (Ibidem, p. 15).

Santaella, apresentando as “teorias da recepção e suas interfaces”, destaca que, diversas vezes, a escolha de um tema de pesquisa implica sua abordagem em vários níveis ou estratos. A autora explicita esses níveis, no estudo da comunicação (não exclusivamente no âmbito da recepção, pois está discutindo esse âmbito nas suas interfaces com os demais), a partir de dois exemplos de tópicos específicos de estudo:

Assim, por exemplo, o tema da socialização pode ser visto nos níveis dos processos individuais (aprendizagem), interpessoais (interação entre pais e filhos etc.), influência de redes ou organizações (escolas, igrejas, instituições),

fatores macroestruturais (influências culturais dos meios de massa). Como outro exemplo, na comunicação política, os estudos podem se desenvolver nos níveis intraindividuais (formação de opinião), interpessoal (influência da família), organizacional (grupos de referência ou grupos étnicos), macrossistêmicos (políticas de difusão das campanhas) (SANTAELLA, 2001, p. 101).

Sousa, num outro trabalho que não o manual analisado nesta tese, apresenta as quatro “grandes formas da comunicação humana”. São elas: a comunicação intrapessoal, “comunicação de alguém consigo mesmo, usando frases introspectivas e formas de pensamento automático” (SOUSA, 2003, p. 13); interpessoal, “comunicação face a face, por exemplo, para criar e sustentar relações pessoais” (Ibidem, p. 13); organizacional, que pode se dar de forma ascendente, descendente ou horizontal, acontecendo todas elas no seio de grupos e organizações, como a empresa; e mediada, a “comunicação feita recorrendo a meios de comunicação social” (Ibidem, p. 13).

Menezes explicita os tipos e níveis da comunicação, recorrendo a modelos apresentados por outros pesquisadores. Na apresentação dos níveis da comunicação, identifica cinco: intrapessoal, interpessoal ou diádica, intragrupal, intergrupar e coletiva ou de massa (SÁ, 1973, p. 177).

Para Bordenave, “como processo social, a comunicação atua em todos os níveis da sociedade” (BORDENAVE, 1986, p. 77). O autor identifica cinco níveis: o nível do indivíduo, interpessoal, de organização ou instituição, da macrossociedade e da cultura.

Straubhaar e LaRose também problematizam a questão da classificação da comunicação, apresentando como primeiro critério sua divisão de acordo com os sujeitos envolvidos no processo. Para os autores, a comunicação pode ser dividida em intrapessoal (no caso do pensamento ou de um diário); interpessoal (que pode se dar de forma face a face ou mediada, envolvendo até duas pessoas; grupal, quando são envolvidas de três a dez pessoas (podendo ser dividida em grupo pequeno ou grupo grande); e a comunicação que envolve o uso dos meios de comunicação de massa (STRAUBHAAR; LaROSE, 2004, p. 7). A seguir, os autores apresentam outros critérios classificatórios, de acordo com a natureza do processo ou com o ambiente em que a comunicação ocorre (Ibidem, p. 10).

Rabaça e Barbosa, no dicionário que organizam, definem algumas modalidades de comunicação, sem contudo ordená-las. A primeira delas é a comunicação intrapessoal:

Nível de comunicação em que todos os componentes do processo (fonte, canal, destinatário) estão concentrados no mesmo indivíduo. Uma possível objeção quanto a esse nível de comunicação – aparentemente contraditório, já que toda comunicação é, por definição, social – é resolvida por Piaget (...) Portanto, podemos dizer que a ‘comunicação ao nível intrapessoal é também social porque representa um ‘diálogo’, ainda que num plano subjetivo’ (E. Menezes) (RABAÇA; BARBOSA, 2002, p. 176).

Os autores definem, ainda, comunicação interpessoal ou diádica como “nível de comunicação em que os papéis de *emissor* (fonte) e de *receptor* (destino) são exercidos de modo recíproco por duas ou mais pessoas” (Ibidem, p. 176); comunicação intragrupal como “nível da comunicação em que a circulação de *mensagens* verifica-se entre os membros de um grupo” (Ibidem, p. 176); comunicação intergruppal como “nível de comunicação em que a circulação de mensagens ocorre entre um grupo social e outro (s)” (Ibidem, p. 176).

No contexto das definições relativas à habilitação profissional de relações públicas, os autores apresentam ainda outras três definições: comunicação organizacional, “situações de comunicação interpessoal, direta ou indireta, no interior de uma organização” (Ibidem, p. 176); comunicação institucional, “conjunto de procedimentos destinados a difundir informações de interesse público sobre as políticas, práticas e objetivos de uma instituição, interna e externamente, de modo a tornar compreensíveis e aceitáveis essas proposições” (Ibidem, p. 176); e comunicação empresarial, “conjunto de métodos e técnicas de comunicação dentro de uma empresa, dirigidos ao público interno (funcionários) ou ao público externo (clientela, fornecedores, consumidores etc.)” (Ibidem, p. 175).

Os autores apresentam, ainda, o nível da comunicação de massa (ou comunicação coletiva, ou comunicação social): “comunicação dirigida a um grande público (relativamente numeroso, heterogêneo e anônimo), por intermediários técnicos sustentados pela economia de mercado, e a partir de uma fonte organizada (geralmente ampla e complexa)” (RABAÇA; BARBOSA, 2002, p. 172).

Eles destacam, ainda, quatro características que delimitam as fronteiras que separam a comunicação de massa das outras modalidades de comunicação. São elas: o uso de veículos de comunicação de massa implica organizações amplas, complexas, com grande número de profissionais, extensa divisão do trabalho e correspondente grau de despesas (indústrias da mídia); são processos que envolvem máquinas na mediação, aparelhos e dispositivos mecânicos, elétricos ou eletrônicos que possibilitam o registro e a difusão seja

de mensagens impressas (jornal, revista, livro, cartaz) ou gravadas (disco, fita magnética, videocassete), ou por processos de rádio e teledifusão (rádio e televisão), ou ainda em filmes cinematográficos; os meios de comunicação de massa atingem vasta audiência, além de heterogênea e geograficamente dispersa, constituída de membros anônimos para a fonte; e, por fim, são processos que ocorrem basicamente num sentido, mesmo nos casos em que a empresa de comunicação tenha instrumentos de *feedback* (como índices de consumo ou audiência, cartas e telefonemas, etc).

Os autores ainda apresentam outras modalidades de comunicação, relativas ao contexto ou ambiente em que os processos ocorrem (comunicação administrativa, dirigida, externa, interna e rural) ou, então, relativa a determinado meio ou conjunto de meios (comunicação visual, comunicações ou telecomunicações).

Hohlfeldt distingue modalidades da comunicação: a intracomunicação (que ocorre internamente, em uma só pessoa), a comunicação interpessoal (entre duas pessoas), a comunicação grupal (que se dá entre uma pessoa e um grupo ou vice-versa) e a comunicação de massa, que se concretiza através dos veículos de comunicação de massa (HOHLFELDT, 2001, p. 61-62).

Já para Dimbleby e Burton, para se estudar a comunicação é fundamental compreender suas categorias: “Podemos dividir nossa experiência nesse campo em quatro categorias. Estas categorias são baseadas no número de pessoas envolvidas no ato da comunicação. São úteis para tentar definir nosso campo de estudo, tais como os termos ‘forma’ e ‘mídia’” (DIMBLEBY; BURTON, 1990, p. 20). Essas categorias são: a autocomunicação (comunicação da pessoa com ela mesma), comunicação interpessoal (entre pessoas), comunicação de grupo (modalidade que inclui tanto a comunicação que ocorre no interior de pequenos grupos quanto em organizações e instituições) e a comunicação de massas. Os autores dividem os capítulos de seu livro com base nesta distinção. Contudo, a autocomunicação não é tratada. Assim, há um capítulo para a comunicação interpessoal, outro para a grupal, outro para a institucional e outro para a de massa.

Outro trabalho que se estrutura a partir dessa divisão é o de Littlejohn. Apresentando a abordagem sistêmica de estudo da comunicação (LITTLEJOHN, 1982, p. 57) o autor identifica quatro níveis: intrapessoal (dentro da pessoa), interpessoal (um para um), grupal (um para muitos ou muitos para um) e cultural (muitos para muitos, com um vinculador espacial ou temporal).

Porém, na primeira parte do livro, apresenta quatro contextos da comunicação: comunicação interpessoal, grupal, organizacional e de massa (Ibidem, p. 38). A comunicação organizacional é entendida como um tipo particular de comunicação grupal, sendo a diferença o grau de formalização das instituições em relação aos grupos. É essa divisão que sustenta a estruturação do livro, dividido em cinco partes. A quarta parte é dedicada aos contextos de comunicação, e analisa teorias voltadas para os quatro contextos.

Buscando apresentar uma síntese dos níveis de comunicação segundo os sujeitos envolvidos no processo, elaborou-se o quadro a seguir:

QUADRO 11
Níveis de comunicação indicados na bibliografia consultada

Nível	Fr	Sa	Go	Sa	So	Me	Bo	St	Ra	Ho	Di	Li
Cultura							X					
De massa/macrossocial	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Interinstitucional	X			X			X		X		X	X
Intrainstitucional	X											
Intergrupar	X		X	X		X		X	X	X	X	X
Intragrupar	X	X		X	X	X			X			
Interpessoal/diádica	X		X			X	X	X	X	X	X	X
Intrapessoal	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X

NOTA: Na primeira coluna estão listados os níveis ou patamares da comunicação. Na primeira linha estão indicadas as duas primeiras letras dos autores dos livros consultados. Na seqüência, da esquerda para a direita: Frade, Santos, Gomes, Santaella, Sousa, Menezes, Bordenave, Straubhaar e LaRose, Rabaça e Barbosa, Hohlfeldt, Dimbleby e Burton, Littlejohn. Os campos preenchidos identificam a presença daquele nível na listagem do autor. As linhas mescladas indicam que o autor tratou dos dois ou três níveis numa única categoria.

Sobre os níveis indicados na tabela acima são necessários alguns esclarecimentos. Em primeiro lugar, destaca-se que alguns autores fazem distinções mais minuciosas que outros. Por exemplo, Frade destaca “comunicação interinstitucional” de “comunicação intrainstitucional”. Os demais autores (Santaella, Bordenave, Rabaça e Barbosa, Dimbleby e Burton, Littlejohn) apenas se referem a “comunicação institucional” abarcando os dois níveis, tanto o “intra” quanto o “inter”. Esse tipo de distinção aparece também na comunicação “grupar”: Frade, Menezes e Rabaça e Barbosa destacam “comunicação intergrupar” da “comunicação intragrupal”, mas os outros autores as fundem em “comunicação grupal” (Santos, Gomes, Straubhaar e LaRose, Hohlfeldt, Dimbleby e

Burton, Littlejohn). No nível macrossocial ou de massa, Bordenave identifica dois patamares, “macrossociedade” e “cultura”, mas todos os demais autores identificam os dois juntos como “comunicação de massa”, “macrossocial” ou “relativa à sociedade como um todo”.

Uma outra questão diz respeito a certas diferenças no uso dos termos “interpessoal” e “grupar”. Alguns autores identificam uma diferença entre esses dois níveis, reservando o termo “interpessoal” para a comunicação essencialmente diádica, entre duas pessoas, e o termo “grupar” para mais de três pessoas (Frade, Gomes, Menezes, Straubhaar e LaRose, Rabaça e Barbosa, Hohlfeldt). Outros autores (Santos, Santaella, Sousa, Bordenave) não vêem essa distinção, utilizando os dois termos como equivalentes.

Um outro ponto diz respeito à “comunicação institucional”, “comunicação organizacional” e “comunicação empresarial”. De uma forma geral os autores usam os termos “institucional” e “organizacional” de maneira equivalente (por exemplo, Frade, Bordenave e Sousa, que utilizam “institucional *ou* organizacional”). Apenas Rabaça e Barbosa identificam a diferença entre esses termos e essas modalidades. Porém, apesar dessas diferenças, as três modalidades comunicativas se encaixam perfeitamente na conceituação de “comunicação institucional” apresentada acima, uma vez que possuem semelhanças no quadro geral dos níveis de comunicação: o fenômeno comunicativo que ocorre no interior delas (sejam instituições, organizações ou empresas) guarda semelhanças, bem como as mesmas diferenças em relação aos outros níveis da comunicação.

Para a criação do sistema facetado, serão consideradas as posições mais frequentes tomadas pelos autores analisados. Assim, não será considerada a distinção entre comunicação “interinstitucional” e “intrainstitucional”, ambas sendo consideradas como “comunicação institucional”. Também não será mantida a distinção entre comunicação “intragrupal” e “intergrupar”, ambas sendo consideradas “comunicação grupar”. Ou seja, o sistema facetado ora em construção não considerará as dimensões “intra” e “inter” dos patamares de comunicação, mas apenas as dimensões dos níveis propriamente ditos: o nível individual, o nível interpessoal, o nível grupar, o nível institucional e o nível macrossocial.

Com isso, a distinção entre comunicação “grupar” e “interpessoal” será mantida. Já a distinção entre instituições, organizações e empresas será desconsiderada pois, embora tenham algumas diferenças entre si, comunicação institucional, comunicação organizacional e comunicação empresarial serão tomadas como equivalentes.

Antes de concluir a formação dos focos dessa faceta, cabe resgatar uma contribuição relevante tanto da análise facetada quanto, principalmente, do exame das divisões-padrão. Trata-se da existência, entre os “níveis” ou “patamares” da comunicação conforme os sujeitos envolvidos, de um outro nível, denominado “comunicação comunitária” ou “comunicação popular”. No entendimento dos tipos de estudo classificados nesta classe, o nível comunitário ou popular compreende uma abrangência maior do que a de um grupo ou de uma instituição específica, mas que não chega a incluir a sociedade como um todo.

Para evitar que se faça qualquer tipo de confusão entre esses três níveis, é pertinente buscar nas contribuições da Sociologia elementos para uma definição precisa. Por grupo, Lakatos e Marconi entendem os agregados humanos marcados por uma origem espontânea (isto é, sem deliberação prévia, sem planos preestabelecidos), tal como proposto pelo conceito de “grupos primários” de Cooley, que designa aqueles grupos marcados por “íntima cooperação e associação face a face” (LAKATOS; MARCONI, 1999, p. 124). Definição semelhante compreende o grupo como

um sistema social que envolve interação regular entre seus membros e uma identidade coletiva comum. Isso significa que o grupo tem um senso de ‘nós’ que permite que seus membros se considerem como pertencendo a uma entidade separada (...) Os grupos variam também na frequência e profundidade com que interagem, por quanto tempo sobrevivem e nas razões porque pessoas neles ingressam e deles participam (JOHNSON, 1997, p. 118-120).

Já “comunidade” é um termo introduzido no campo sociológico por Tönnies que designa associações “compostas por indivíduos unidos por laços naturais (comunidade de sangue: família, parentesco, tribo, clã etc.), ou então associações espontâneas (comunidade de lugar, vizinhança; comunidade de espírito: baseada na amizade, na unidade de espírito e de sentimentos)” (LAKATOS; MARCONI, 1999, p. 51). Contudo, o sentido dado a esse termo por Tönnies não é o único vigente no pensamento sociológico:

Comunidade é um termo com numerosos significados, tanto sociológicos como não-sociológicos. A comunidade pode ser um grupo de indivíduos que têm algo em comum – como em “comunidade hispânica” -, sem necessariamente viver em um dado lugar. Pode ser um senso de ligação com outras pessoas, de integração e identificação, como em “espírito de comunidade” ou “senso de comunidade”. E também um grupo de pessoas que realizam tipos de trabalhos relacionados entre si, como em “a comunidade da saúde” ou “a comunidade acadêmica”. E, talvez em seu sentido mais comum e concreto, pode ser um conjunto de pessoas que compartilham de um território geográfico e de algum

grau de interdependência que proporcionam a razão para viverem na mesma área (JOHNSON, 1997, p. 45).

Esse último sentido é o que será adotado no sistema, porque é ele que anima fundamentalmente a compreensão de “comunicação comunitária”, como se entende sobretudo nos movimentos de “rádios comunitárias” e “TVs comunitárias”. Assim, o grupo pressupõe um conhecimento mútuo e interações face a face entre os membros. Na comunicação comunitária existe um coletivo maior que não pressupõe o relacionamento direto entre todos os membros, mas que não chega a compor o anonimato que marca o nível macrossocial.

Por fim, a distinção entre esses dois níveis e o nível do institucional pode ser feito tomando por base o pensamento dos dois sociólogos citados acima. Cooley identifica a existência de “grupos secundários”, nos quais “as relações geralmente são estabelecidas por contato indireto e, no caso de serem por contato direto, são passageiras e desprovidas de intimidade; as relações são ainda formais e impessoais” (LAKATOS; MARCONI, 1999, p. 124). Destaca-se, assim, o caráter contratual, não-espontâneo, destas associações, que “obedecem a planos preestabelecidos. Existe a intenção de criá-los, visando a uma finalidade determinada, e possuem estatutos que regulamentam seu funcionamento” (Ibidem, p. 120). Ou seja, em contraste com o grupo e a comunidade, a relação no nível institucional “é organizada em torno de faixas muito estreitas de interesses ou objetivos práticos, sem os quais ela não existiria” (JOHNSON, 1997, p. 194). Esse tipo de distinção também está presente no pensamento de Tönnies, que opõem o nível comunitário ao da sociedade, na qual as relações “tendem a ser formais, orientadas para objetivos, heterogêneas, baseadas em interesse individual, em competição e em divisão do trabalho complexa” (Ibidem, p. 115). Esse tipo de relação pode se dar na sociedade como um todo ou em contextos específicos como a instituição, “conjunto duradouro de idéias sobre como atingir metas reconhecidamente importantes na sociedade” (Ibidem, p. 131). Um autor da comunicação (BELTRÃO, 1982, p. 113), apresentando uma tipologia do fenômeno comunicativo, distingue, quanto ao número e natureza dos elementos físicos do processo, entre a comunicação interpessoal e intergrupar (ambas bilaterais em essência) e a comunicação institucional (que envolve um número indefinido de indivíduos)

Dessa forma, está formada a segunda faceta do sistema classificatório para a área de comunicação. A faceta “abrangência do processo”, “âmbito relacional de referência”, “nível da comunicação” ou “contexto da comunicação” (de acordo com a terminologia de

um ou outro autor. Essa faceta tem como focos, ordenados a partir do critério de complexidade crescente: comunicação individual, comunicação interpessoal, comunicação grupal, comunicação institucional ou organizacional, comunicação comunitária e comunicação de massa ou macrossocial.

Por fim, deve-se destacar que nem toda tese ou dissertação (que serão vistas posteriormente) poderá ser classificada por esta faceta. Afinal, há o caso de estudos sobre a comunicação voltados apenas para o estudo das mensagens (por exemplo, apenas sobre uma obra, um filme, uma peça musical) ou para as características de um determinado meio (por exemplo, as diferenças entre a fotografia tradicional e a fotografia digital) em que não há qualquer referência a sujeitos se relacionando. Nestes casos, a faceta não se aplica, isto é, a tese ou dissertação não é classificada em nenhum foco desta faceta.

8.4. Terceira faceta: meios, suportes, veículos ou mídias

A terceira faceta corresponde ao segundo dos três elementos presentes em todos os modelos de comunicação apresentados no tópico anterior (os “universais” da comunicação) e se refere aos meios de comunicação utilizados pelos sujeitos para se relacionarem. Afinal, a definição mais consensual de comunicação apresentada após o exame das 38 teorias refere-se à relação estabelecida por interlocutores através do intercâmbio de mensagens. Nesta definição estão presentes ainda as formas utilizadas pelos interlocutores para estabelecer essa relação, para dar materialidade, existência física externa, a essas mensagens - são os meios de comunicação.

Contudo, a definição de meio de comunicação não é absolutamente clara e precisa, sendo que muitas vezes o termo “meio” é utilizado como equivalente de “mídia”, “canal”, “veículo” ou “suporte”. Rabaça e Barbosa, por exemplo, definem meio como o “canal ou cadeia de canais que liga a fonte ao receptor”, ou “sistema (constituído por elementos físicos) onde ocorre a transmissão de mensagens” (RABAÇA; BARBOSA, 2001, p. 479). Nesse sentido os autores destacam que o meio de comunicação equivale a um meio de transporte, no caso transporte de mensagens, mas com uma diferença: os meios não são neutros em relação àquilo que veiculam, eles moldam as mensagens à sua própria imagem, isto é, às suas características.

Os mesmos autores definem, ainda, veículo – “o mesmo que meio de comunicação” (Ibidem, p. 751) – e canal, “todo suporte material que veicula uma mensagem de um emissor a um receptor, através do espaço e do tempo” (Ibidem, p. 100). De acordo com os autores, o termo canal é mais restrito por se relacionar com o fenômeno físico, e é normalmente utilizado com três sentidos: referente aos mecanismos de expressão da mensagem (os sentidos humanos, as capacidades sensoriais), aos veículos ou processos pelos quais a mensagem é transmitida (os fenômenos físicos tais como as ondas sonoras, ondas luminosas, etc) e aos meios pelos quais os fenômenos físicos se desenvolvem (ar, água, etc).

Eles ainda promovem uma distinção entre canais naturais ou sensoriais (nos quais o homem é o receptor imediato das mensagens) e canais artificiais ou técnicos, estes divididos em canais espaciais (que levam a mensagem de um lugar a outro, como o telefone, rádio, TV, etc) e os temporais (que levam a mensagem de uma época a outra, como o disco, a fotografia, o cinema).

Também Beltrão e Quirino promovem uma ampla discussão sobre os meios de comunicação, inclusive salientando uma diferenciação entre meios, veículos e canais. Os meios são entendidos como a acepção mais ampla, instrumentos ou aparelhos técnicos utilizados para se difundir mensagens. Veículo é o termo utilizado para a “idéia de suporte ou revestimento (material ou formal)” (BELTRÃO; QUIRINO, 1986, p. 120) e canal “está vinculado, mesmo na prática, à idéia de ondas (luminosas, acústicas, eletromagnéticas) que transportam o significado manifesto no caso dos meios gráfico/visuais e, nos demais, a mensagem tecnicamente reduzida a um *signal*” (Ibidem, p. 20). A seguir, os autores classificam os meios segundo dois critérios. O primeiro considera os fatores tempo e espaço e permite dividir os meios em temporais e espaciais. Eles são definidos como:

1. Temporais – Aqueles que fixam e armazenam a mensagem de alguma maneira e a transportam de uma época a outra, através do tempo, pelos veículos impressos (livro, folheto, avulso etc.) e gravados (discos, películas foto e cinematográficas, fitas áudio e videomagnéticas), mediante processamento industrial.
2. Espaciais – Aqueles que conduzem a mensagem de um lugar para outro, em emissões através de ondas eletromagnéticas com os aparelhamentos de rádio e a televisão, desde que não em circuito fechado (BELTRÃO; QUIRINO, 1986, p. 123).

O outro critério leva em conta a forma e a natureza dos signos empregados para a elaboração das mensagens, bem como os mecanismos senso-perceptivos utilizados pelos receptores destas mensagens. Por esse critério os meios se dividem em: gráfico-visuais, sonoro-auditivos, audiovisuais e plástico-táteis (Ibidem, p. 123). Ao final da discussão, os autores introduzem um quadro-síntese que esquematiza os meios, veículos e canais na comunicação de massa.

Thompson tem uma visão semelhante. Em sua argumentação, ele expõe os aspectos presentes no processo de comunicação, que ele denomina “transmissão cultural”, isto é, o intercâmbio de mensagens entre diferentes atores. Esse processo é composto de três aspectos, sendo um deles o meio técnico utilizado para a transmissão das formas simbólicas. O autor entende meio da seguinte forma: “O meio técnico de transmissão é o substrato material de uma forma simbólica, isto é, os componentes materiais com os quais, e em virtude dos quais, uma forma simbólica é produzida e transmitida” (THOMPSON, 1995, p. 221). Os meios possuem três atributos.

O primeiro atributo é o que permite certo grau de fixação da forma simbólica que é transmitida. Diferentes meios possuem diferentes graus de fixação das mensagens. Na conversação, por exemplo, mesmo aquela que utiliza meios técnicos como o alto-falante ou microfone, o grau de fixação é bastante baixo ou inexistente. Já a escrita, gravura, pintura, filmagem ou gravação possuem um grau maior de fixação, mas que depende ainda do meio específico empregado – uma escrita na pedra, por exemplo, é mais durável do que uma no papel.

O segundo atributo se relaciona com o grau de reprodução das formas simbólicas. A escrita, por exemplo, foi beneficiada com o desenvolvimento da imprensa, permitindo a reprodução de conteúdos em ampla escala. Essa reprodutibilidade também se verifica com a litografia, com a fotografia e com o gramofone.

O terceiro atributo do meio técnico diz respeito à natureza e amplitude da participação que ele permite, ou requer, dos indivíduos envolvidos com o uso desse meio. Ler um livro, por exemplo, exige uma série de ações (alfabetização, concentração, controle do tempo) bastante diferentes de assistir a um programa de televisão (pode ser visto com diferentes graus de atenção, não há controle sobre o tempo ou a seqüência, não exige alfabetização).

Os outros dois aspectos envolvidos no processo de transmissão cultural são o aparato institucional de transmissão e o distanciamento espaço-temporal. Essa terceira característica vai ser utilizada pelo autor para promover ainda uma outra distinção

relevante: a dos três “tipos de situação interativa criados pelo uso dos meios de comunicação” (THOMPSON, 1998, p. 78). O primeiro destes tipos é a “interação face a face”, marcada pelo contexto da co-presença, isto é, os interlocutores partilham das mesmas dimensões de tempo e espaço, e marcada também por ser essencialmente dialógica, isto é, implicam ida e volta no fluxo de informação, alternância de papéis de emissor e receptor. Nesse tipo de situação, conforme o autor:

(...) os participantes normalmente empregam *uma multiplicidade de deixas simbólicas* para transmitir mensagens e interpretar as que cada um recebe do outro. As palavras podem vir acompanhadas de piscadelas e gestos, franzimento de sobrancelhas e sorrisos, mudanças na entonação e assim por diante. Os participantes de uma interação face a face são constantemente e rotineiramente instados a comparar as várias deixas simbólicas e a usá-las para reduzir a ambiguidade e clarificar a compreensão da mensagem (THOMPSON, 1998, p. 78).

O autor identifica ainda como segundo tipo de situação interativa proporcionada pelo uso dos meios de comunicação as interações mediadas, isto é, interações que implicam a utilização de algum meio técnico que possibilita “a transmissão de informação e conteúdo simbólico para indivíduos situados remotamente no espaço, no tempo, ou em ambos” (THOMPSON, 1998, p. 78). São exemplos desse tipo de interação as comunicações que ocorrem por meio de cartas, conversas telefônicas, entre outras. Esse tipo de interação preserva a característica de dialogicidade do tipo anterior, mas promove a separação dos contextos (com a disponibilidade de mensagens estendida no tempo e/ou no espaço) e a limitação das possibilidades de deixas simbólicas.

O terceiro tipo de interação é a “quase interação mediada”⁶. Trata-se das “relações sociais estabelecidas pelos meios de comunicação de massa (livros, jornais, rádio, televisão, etc)” (Ibidem, p. 79). É um tipo de interação de caráter monológico, com o fluxo de comunicação ocorrendo predominantemente num único sentido. Outra diferença fundamental é que

⁶ Na tradução para o português do livro de Thompson, consta a designação “interação quase mediada”. Contudo, em conversa direta com o autor na ocasião de sua vinda ao Brasil para ministrar aulas como professor visitante, constatou-se que o termo correto em português seria “quase interação mediada”. Afinal, o que é “quase” é o caráter interativo da relação, dado que o fluxo de mensagens é predominantemente de mão única. O caráter “mediado” desse tipo de relação é maior ainda do que o da interação mediada, não justificando que se designe por “quase mediada”. Tratou-se, na verdade, de um erro na tradução brasileira.

(...) os participantes de uma interação face a face ou de uma interação mediada são orientados para outros específicos, para quem eles produzem ações, afirmações, etc.; mas no caso da interação quase mediada, as formas simbólicas são produzidas para um número indefinido de receptores potenciais (THOMPSON, 1998, p. 79).

Rüdiger, na apresentação da Escola de Chicago e do Interacionismo simbólico, introduz a classificação dos meios de comunicação promovida por Pross, que os identifica como sendo primários, secundários ou terciários. Os veículos de comunicação primários são aqueles que permitem que as pessoas se comuniquem sem instrumentos mediadores, são os meios de contato direto entre as pessoas. O primeiro desses meios é a linguagem. Os veículos secundários surgem posteriormente e possibilitam a interação entre pessoas mediante o emprego de tecnologias na produção das mensagens. Em primeiro lugar são considerados os meios impressos. Por fim, os veículos terciários, surgidos após os demais, consistem em sistemas tecnológicos que precisam de instrumentos tanto do lado do emissor quanto do lado do receptor, como no caso do rádio e da televisão. Sobre essa classificação, deve-se enfatizar:

Em todos esses meios, verifica-se, em grau crescente de complexidade, a manifestação e desenvolvimento das tendências básicas da comunicação; o reforço da expressão, a expansão da publicidade e a superação das barreiras do tempo e do espaço. Não obstante, o primeiro tipo é o fundamental, porque é a estrutura mediadora que torna possível a própria comunicação. Os outros consistem basicamente em formas de transporte ou distribuição técnica dessa estrutura através do tempo e espaço (RÜDIGER, 1998, p. 45).

A contribuição dos autores citados acima permite compreender a significação de meio de comunicação como a forma encontrada pelo homem para inscrever sentido e transmitir ou compartilhar esse sentido com outros, isto é, a “agência que permite que a comunicação aconteça” (O’Sullivan et al, 2001, p. 151). Algumas distinções também já aparecem, como a que identifica meios “naturais”, no dizer de Rabaça e Barbosa, isto é, aqueles em que o homem é receptor direto das mensagens – correspondente à interação face a face analisada por Thompson; e a existência de meios “artificiais ou técnicos” (Rabaça e Barbosa), que são instrumentos utilizados pelo homem para comunicar e que permitem interações mediadas ou quase interações mediadas (Thompson), que prescindem da co-presença dos interlocutores. Também se pode distinguir, entre esses últimos, aqueles meios que permitem interações através do tempo daqueles que permitem interações através do espaço.

Tomando-se os meios de comunicação como uma faceta para a construção do sistema classificatório para a área de comunicação, resta ainda a questão de listar os focos presentes nessa faceta. As classificações apresentadas acima (naturais/técnicos, espaciais/temporais) podem ser um caminho, mas não são a única possibilidade.

A preocupação com a classificação dos meios também está presente, por exemplo, em Bordenave. Na discussão que realiza sobre a comunicação enquanto tecnologia, o autor lista as invenções dos séculos XIX e XX (BORDENAVE, 1986, p. 56), elenca os objetivos gerais das tecnologias dos meios de comunicação (Ibidem, p. 57) e apresenta algumas classificações dos meios efetivadas por outros autores: classificação de Schramm, que divide os meios em quatro gerações; de Dale, que ordena os meios segundo a proximidade destes com a experiência direta e concreta; de Moragas Spá, que, segundo uma gradação por níveis, de acordo com o número de pessoas envolvidas, identifica micromeios (fotocopiadora, telefone, cinema super-8, vídeo-teipe, fotografia, gravadoras de fita), mesomeios (emissoras de FM, imprensa local, livros, revistas especializadas, discos, televisão por cabo), macromeios (jornais de difusão nacional, cadeias de rádio e televisão) e megameios (satélites de comunicação).

Uma classificação que ficou famosa nos estudos em comunicação é a promovida por McLuhan entre meios quentes e meios frios:

Há um princípio básico pelo qual se pode distinguir um meio quente, como o rádio, de um meio frio, como o telefone, ou um meio quente, como o cinema, de um meio frio, como a televisão. Um meio quente é aquele que prolonga um único de nossos sentidos e em “alta definição”. Alta definição se refere a um estado de alta saturação de dados. (...) Um meio quente permite menos participação do que um frio: uma conferência envolve menos do que um seminário, e um livro menos do que um diálogo (McLUHAN, 2000, p. 38-39).

Outros autores realizam distintas listagens de meios de comunicação, apresentando suas características. Sousa, em outro trabalho que não o manual utilizado para pesquisa no tópico anterior, dedica um capítulo para a apresentação dos meios de comunicação. Na visão deste autor, são sete os principais: a imprensa (que inclui jornais, revistas, livros e histórias em quadrinhos), fotografia, rádio, cinema, televisão, discos, cassetes e outros suportes de gravação e internet. Sobre a imprensa, o autor destaca que o termo pode designar tanto os meios jornalísticos como o jornalismo de uma forma geral, a tipografia ou ainda o conjunto de publicações impressas (SOUSA, 2003, p. 167). E salienta ainda que

já existiam outros métodos de impressão antes da invenção de Gutenberg, mas que foi ele quem permitiu a produção em massa (Ibidem, p. 169).

Já James Thompson identifica os veículos gráficos, sonoros, o cinema, a televisão e os computadores. Para Pfromm Netto são sete os meios de comunicação: jornal, revista, cinema, rádio, TV, livro e histórias em quadrinhos. Malanga, no contexto da publicidade, agrupa os meios segundo cinco categorias: meios gráficos (jornal, revista e impressos), auditivos (rádio e alto-falante), visuais exteriores (cartazes, murais, anúncios em ônibus, painéis, tapumes, luminosos, vitrinas) e interiores (expositores, cartazes de balcão, giratório), audiovisuais (televisão, cinema), subsidiários (folhetos, catálogos, amostras, brindes) e animados (“homem-sanduíche”, “perna de pau”, reclamista).

A lista poderia se estender incorporando ainda diversos outros autores e listagens. Contudo, no contato com uma série de trabalhos que apresentam a comunicação a partir dos meios utilizados pelos seres humanos para estabelecer relações comunicativas, percebeu-se que a forma mais comum é a definição a partir de uma perspectiva histórica: tratar da evolução da comunicação é tratar da evolução dos meios de comunicação, das várias técnicas, instrumentos, canais, veículos ou suportes inventados pela humanidade para se comunicar. A importância atribuída aos meios de comunicação para uma visão histórica da comunicação evidencia que eles são componentes fundamentais da própria definição de comunicação. Ao mesmo tempo, são identificados as características de cada meio, a distinção daqueles mais relevantes e, ainda, o destaque para o papel estruturante dos meios na configuração das interações comunicativas e das mensagens. Cada meio supõe uma forma diferente de participação dos interlocutores (alguns são mais dialógicos ou interativos do que outros; alguns permitem trânsito maior de mensagens não-intencionais do que outros, etc). Cada meio permite, também, um arranjo singular de elementos sógnicos para compor a mensagem (certas mensagens se adaptam melhor a um meio que utiliza apenas sinais visuais, outras são mais adequadas para meios que comportam grande quantidade de informação verbal, e assim fala-se em linguagem fotográfica, cinematográfica, radiofônica, etc). Antes de analisar essas características serão examinados alguns trabalhos que analisam a comunicação a partir da história dos meios ou formas de comunicar utilizadas pelo homem ao longo do tempos.

A Enciclopédia Mirador Internacional, por exemplo, após tratar da etimologia e do conceito de comunicação, apresenta seu histórico, buscando ver as diferentes etapas na comunicação. A primeira etapa é caracterizada pela comunicação oral (sociedades

primitivas), vindo a desenvolver-se posteriormente a comunicação pictórica. Nas sociedades clássicas, como a grega, já começam os estudos sobre comunicação como instrumento verbal, para fins de persuasão. A segunda etapa se dá com a invenção da imprensa, no século XV, sendo que, na verdade, apenas no século XVIII a comunicação impressa atinge a dimensão de comunicação de massa, com a grande expansão nas tiragens de livros e jornais. A verdadeira revolução nas comunicações ocorre nas primeiras décadas do século XX com o advento dos *mass media*, canais industriais como o rádio, o cinema e a televisão (Enciclopédia..., 1986, p. 2690-2691).

Também a Nova Enciclopédia Barsa, após definir comunicação e explicitar os fatores que nela intervêm (linguagem, língua, código), expõe a sua evolução, também em quatro fases: a primeira, com sons e desenhos; a segunda, com a escrita (ideográfica e fonética, destacando ainda a invenção do alfabeto e do papel); a imprensa, a partir de Gutenberg; e a comunicação de massa com a radiodifusão e o cinema (Nova Enciclopédia..., 1997, p. 320).

Apenas a título de curiosidade, foi examinado ainda o livro de Hart sobre as cem maiores personalidades da história. O destaque para os inventores de meios de comunicação atesta sua importância no contexto geral da história humana. Entre as oito pessoas consideradas mais importantes em toda a história da humanidade, figuram dois personagens ligados à evolução dos meios de comunicação, na sétima e oitava posições, logo após de cinco líderes religiosos (Maomé, Jesus Cristo, Buda, Confúcio e São Paulo) e um cientista (Isaac Newton). O primeiro é Ts'ai Lun, inventor do papel, que viveu no século I d.C. Antes do papel, os livros eram feitos de bambu, no Oriente, e em peles de couro de ovelha ou bezerro, no Ocidente. Com o uso do papel, os livros tornaram-se mais leves e fáceis de manusear. O autor destaca a importância de seu uso para o avanço da civilização. O outro personagem é Johann Gutenberg, inventor da imprensa, que foi “o primeiro método para utilizar tipos móveis e a prensa de impressão, permitindo que ampla variedade de material escrito pudesse ser impressa com rapidez e precisão” (HART, 2003, p. 88). Na verdade já existiam métodos de impressão antes dele, como a impressão com bloco na China. Contudo:

A contribuição total de Gutenberg foi, porém, muito maior do que qualquer um de seus aperfeiçoamentos ou invenções tomados isoladamente. Sua importância é devida sobretudo ao fato de ele ter combinado todos os elementos da impressão em um eficiente sistema de produção. Na verdade, a

impressão, ao contrário de todas as outras invenções anteriores, é essencialmente um processo de produção em massa. (...) O que Gutenberg desenvolveu não foi mero simples aparelho ou instrumento, ou, mesmo, uma série de melhoramentos, mas um completo sistema de produção (HART, 2004, p. 89).

Outros personagens ligados à invenção de meios de comunicação ainda constam do livro, porém em posições inferiores. É o caso de Guglielmo Marconi (inventor do rádio), Alexander Graham Bell (inventor do telefone) e Louis Daguerre (inventor do primeiro método prático de fotografar).

Outros autores analisam a questão dos meios de comunicação a partir de uma perspectiva histórica, mapeando no tempo o surgimento de cada novo tipo de meio de comunicação. É o caso de Mattelart, que ambiciona “reconstituir a genealogia do espaço comunicação-mundo” e, para tanto, “analisa as modalidades da implantação das tecnologias e redes de comunicação que, desde o século XIX, têm feito recuar incessantemente as fronteiras dos Estados-nações” (MATTELART, 1994, p. 9). O autor realiza um exame minucioso do surgimento e da inserção social, política e econômica de diversos meios, como a imprensa manual, o telégrafo ótico, a máquina a vapor nas impressoras, o telégrafo elétrico, o daguerreótipo, o cabo submarino, a máquina de escrever, o telefone, o fonógrafo, a máquina de cartões perfurados, o cinematógrafo, os *comics* nos jornais, a projeção cinematográfica, a radiocomunicação, o cinema falado, a televisão, o computador, os satélites artificiais, as redes de computadores.

Gontijo apresenta seis momentos da evolução da comunicação: a fala; a escrita (em suas várias modalidades, como a escrita cuneiforme, os hieróglifos, entre outros, que permitiram a simbolização dos sons e a organização de um sistema de códigos); a evolução da escrita com o alfabeto; a prensa, que permitiu a difusão ilimitada, fiel e simultânea das mensagens, tendo no livro o principal meio de comunicação; os jornais e periódicos, primeiros veículos de comunicação realmente produzidos em massa; e a comunicação de massa, que se realiza com a evolução de diversas invenções (a fotografia, o telégrafo, o fonógrafo, o cinema, o rádio, a televisão e, por fim, a internet).

Um exaustivo histórico da evolução dos meios de comunicação desde os primórdios da humanidade é realizado também por DeFleur e Ball-Rokeach. Os autores identificam, inicialmente, uma fase marcada pelo uso de símbolos e sinais, seguindo-se a era da fala e da linguagem, passando pelo advento da escrita, da impressão e chegando, enfim, na era dos meios de comunicação de massa. Analisam, a seguir, as etapas de evolução tecnológica

dos principais meios de comunicação de massa: a imprensa (jornal), o cinema, o rádio e a televisão – e outros meios ligados à evolução destes, como a fotografia, o telégrafo, a televisão por cabo, o videocassete.

Rodrigues é outro autor que apresenta um amplo panorama histórico. Começa apresentando a fase das representações gráficas, para a seguir passar para as etapas do discurso oral, da escrita alfabética e da imprensa escrita, terminando a primeira parte de seu quadro identificando a própria linguagem como um dispositivo técnico (RODRIGUES, 1999, p. 56). A seguir, o autor apresenta as técnicas da informação mediática: a imprensa da época industrial, a fotografia, o cinema, a radiodifusão sonora, a radiodifusão televisiva, os satélites de telecomunicações, os sistemas de cabos. Por fim, apresenta as técnicas da informação digital: o computador, os dispositivos multimídia, o CD-rom e as redes telemáticas (internet). Para cada meio, o autor salienta os passos de sua evolução tecnológica e apresenta as principais características.

Magalhães, comentando McLuhan, distingue quatro estágios da história humana com base nos meios de comunicação disponíveis em cada época: a época da cultura oral, da cultura manuscrita, da cultura impressa e das comunicações eletrônicas. Debray apresenta uma classificação bastante parecida, identificando as épocas marcadas pela escrita (logosfera), pela tipografia (grafosfera) e pelos meios audiovisuais (videosfera). (DEBRAY, 1993, p. 207).

Thompson distingue três momentos na história da evolução dos meios de comunicação: o primeiro, referente à invenção da escrita e, posteriormente, da imprensa, desenvolve-se até o século XIX, quando se consolida o comércio de notícias, a indústria do jornal; o segundo se dá com o desenvolvimento da difusão, iniciado com o rádio no começo do século XX e revolucionado com a televisão nas décadas de 1940 e 1950; e o terceiro, contemporâneo, relativo às tecnologias digitais, em que se observa, ainda, a crescente concentração das indústrias da mídia, sua diversificação e globalização.

Também Briggs e Burke se dedicam à construção de um panorama histórico dos meios de comunicação. Os autores começam seu trabalho pela “revolução da prensa gráfica”, com a invenção dos tipos móveis, “provavelmente por Johann Gutenberg de Mainz” (BRIGGS; BURKE, 2004, p. 26), destacando que essa é a primeira grande inovação nos meios de comunicação que teve conseqüências profundas na história da humanidade – pois a impressão “em bloco” já existia há séculos na China e no Japão.

Os autores não deixam de destacar, no mesmo período, a existência e a importância da comunicação oral, citando inclusive que, para o sociólogo Zigmunt Bauman, os púlpitos da Igreja Católica podem ser descritos como meio de comunicação de massa (Ibidem, p. 38); da comunicação escrita; e da comunicação visual, por gestos, cuja linguagem era ensinada em escolas, e por pinturas, esculturas e estampas. Conforme os autores:

Parece que as formas de comunicação mais efetivas daquele período – assim como acontece hoje – eram as que apelavam simultaneamente para os olhos e os ouvidos, combinando mensagens verbais com não-verbais, musicais e visuais, desde tambores e trombetas de paradas militares até os violinos que acompanhavam performances de salão. No início da era moderna na Europa, essas formas incluíam rituais, espetáculos, peças, balés e óperas (BRIGGS; BURKE, 2004, p. 49-50).

Na evolução histórica dos meios de comunicação, os autores destacam a importância de um conjunto de invenções e processos nos séculos XVIII e XIX (a máquina a vapor, o desenvolvimento das ferrovias, dos navios e dos correios, a eletricidade e a telegrafia, a telefonia), chegando à “revolução da mídia no século XX” (Ibidem, p. 129) com a radiodifusão, pelo rádio e depois também pela televisão, com o cinema e com o gramofone, além da imprensa que desde o final do século XIX já atingia enormes tiragens. Por fim, os autores apresentam a etapa do desenvolvimento das tecnologias digitais, com os computadores, os satélites, os sistemas de televisão por cabo e a internet.

Esse conjunto de trabalhos que realizam uma análise histórica dos meios de comunicação compõe o quadro de referências a partir do qual serão buscados os focos a compor a faceta “meios de comunicação” para a criação do sistema. Assim, serão a seguir analisados os vários meios que aparecem nas periodizações acima, enfatizando suas características e os aspectos que permitem diferenciar uns dos outros.

A contribuição dos vários autores mencionados acima será a seguir confrontada para se chegar a uma lista dos principais meios de comunicação, de forma a elaborar os focos da faceta relativa aos meios de comunicação. Para tanto, primeiro serão separados aqueles autores que realizam longos históricos da comunicação, desde a pré-história; aqueles que realizam discussões sobre as características de grandes conjuntos de meios de comunicação; e aqueles que apresentam as características específicas de alguns meios. Em seguida, o resultado dessas reflexões será confrontado com os resultados obtidos com a

realização dos métodos analítico e sintético, pois ambos também forneceram listas de potenciais focos para a faceta dos meios.

O início da identificação dos meios de comunicação remonta à pré-história da humanidade. DeFleur e Ball-Rokeach, na análise das etapas da evolução da comunicação humana, remontam aos registros fósseis mais antigos encontrados por paleoantropólogos, relativos a espécimes da ordem dos primatas, passando pelos primitivos homem de Neanderthal e o Cro-Magnon. Entre os comportamentos deste último estão a habitação tanto em cavernas quanto em abrigos temporários, a fabricação de ferramentas, a caça, a agricultura, a confecção de roupas e conservação de alimentos, a realização de cerimônias para os mortos e o cuidado dos velhos e doentes. Chegaram ao ponto de desenvolver uma tradição artística com entalhes e pinturas nas cavernas.

Como a intenção dos autores é a de “encarar a evolução da humanidade sob o ponto de vista de eras crescentemente mais sofisticadas de comunicação”, isto é, analisar a história da existência humana “a partir das etapas distintas no desenvolvimento da comunicação humana” (DeFLEUR; BALL-ROKEACH, 1993, p. 22), eles identificam esse período e essas práticas como a primeira etapa do desenvolvimento dos meios de comunicação. Trata-se da “era dos símbolos e sinais”. Eram utilizados, nesse período, alguns gestos, sons e sinais padronizados. Os autores advertem que “isso não era a fala. Muitos animais utilizam gritos, berros e posturas corporais a fim de assinalar perigo, a presença de comida, disposição para acasalar e caçada coordenada” (Ibidem, p. 23).

Gontijo também se propõe a uma ampla historicização das formas pelas quais a humanidade se comunica. A autora realiza, assim, uma leitura da história da humanidade enfatizando os aspectos relevantes para a comunicação:

Relevante, para o assunto comunicação, é a versão segundo a qual o mundo é mundo desde o momento em que alguém começou a contar o que estava vendo ao seu redor para alguém que entendia o que estava sendo contado. Esse processo criou mais do que o significado de mundo naquele momento e naquele lugar específico. Surgia o primeiro elo de uma cadeia de códigos e símbolos que foram sendo transmitidos ao longo do tempo das mais diferentes maneiras. Desde então os seres humanos vêm observando e interagindo com seus pares e com seu meio ambiente. De diferentes formas, ao longo dos tempos, cada indivíduo foi apreendendo sua realidade e transmitindo suas experiências (GONTIJO, 2001, p. 14).

A autora vai buscar então na pré-história, antes de 3000 a.C. (quando se tem o surgimento da escrita, na Mesopotâmia, Egito) as primeiras formas ou primeiros meios encontrados pelos seres humanos para se comunicar. Essas primeiras formas ainda são bastante rudimentares e não contam com um código estruturado que define os significados das mensagens:

Muito antes de existir uma linguagem estruturada ou mesmo sons com algum significado, havia comunicação entre os homens. Hoje se acredita que os primeiros sistemas de linguagem criados prescindiam do aparelho vocal. A comunicação se fazia através do gesto, da expressão facial e corporal, do tato, da visão e do olfato (GONTIJO, 2001, p. 17).

Portanto, os primeiros meios de comunicação, isto é, instrumentos materiais utilizados para o intercâmbio de mensagens entre os homens, são aqueles presentes em seu próprio corpo. O ser humano utiliza seus sentidos (visão e audição, principalmente) e partes de seu corpo (expressões faciais, gestos com as mãos, com os membros) para comunicar. São os tipos de meios de comunicação caracterizados como “naturais” por Rabaça e Barbosa, que possibilitam, conforme a classificação de Thompson, a “interação face a face”. Ou, noutra definição, pode-se dizer que esses são os meios de comunicação primários (Pross) pois se realizam com o contato direto entre as pessoas, sem outros instrumentos mediadores que não as próprias pessoas.

Contudo, é importante perceber que, embora Pross afirme que esse tipo de interação não se utilize de instrumentos mediadores, ou Thompson a denomine “interação face a face” em oposição à “interação mediada”, “mesmo o intercâmbio de afirmações lingüísticas face a face pressupõe alguns elementos materiais – laringe, cordas vocais, ondas de ar, ouvidos e tímpanos auditivos, etc. – em virtude dos quais os sons significativos são produzidos e recebidos” (THOMPSON, 1998, p. 26). Assim, o que distingue esta modalidade de comunicação é a não utilização de outros instrumentos além daqueles biológicos presentes no corpo humano.

Nunca, ao longo da história, o ser humano deixou de utilizar a expressividade do próprio corpo como meio de comunicação. E a dimensão expressiva do corpo e da gestualidade acabou por se tornar objeto de estudo da comunicação, principalmente no domínio de estudos da “comunicação não-verbal”.

Weil e Tompakow, em um livro de título bastante sugestivo, “O corpo fala”, mostram como o corpo humano (a postura do tórax, a inclinação da cabeça, a posição das mãos ou a

direção do olhar, por exemplo) serve de transmissor de sinais que indicam sentimentos de ameaça, de acusação, de desinteresse, de ternura, de submissão, entre outros. Os autores argumentam que, na situação de interação face a face, o corpo é utilizado, conscientemente, para transmitir uma série de mensagens (como complemento à fala, para enfatizar um aspecto, enumerar, etc) mas, também, de forma inconsciente (por exemplo acariciar pêlos, tirar os sapatos, manter distância do interlocutor, enrolar os cabelos).

No âmbito da Escola de Palo Alto, merece destaque uma frente de estudo sobre esses meios ou formas de comunicação, a Cinese, conduzida por pesquisadores como Birdwhistell, que a define como “o estudo dos aspectos visuais da comunicação não-verbal” (BIRDWHISTELL, 1971, p. 76). A Cinese se debruça sobre os deslocamentos visualmente perceptíveis do corpo na relação comunicativa, isolando os fatores fisiológicos, as variações individuais e identificando, então, os fatores sociais e culturais que incidem sobre o uso do corpo na relação de comunicação (por exemplo, as formas de se coçar, de se espreguiçar). O autor evita o uso do termo “gesto”, “dado que o gesto está limitado àquelas ações cujas descrições contêm racionalizações vocalizadas pelo ator ou observador” (Ibidem, p. 81). Também Frank se preocupa com essa dimensão ao destacar a existência da “comunicação tátil”, isto é, ao perceber que “a pele serve de receptor e transmissor de mensagens, algumas das quais estão culturalmente definidas” (FRANK, 1971, p. 21). Também denominado Cinésica, esse ramo de estudos está na base de várias pesquisas posteriores sobre a comunicação por meio dos gestos (RECTOR; TRINTA, 1985).

Além do corpo (utilização das mãos e dos membros para o envio de mensagens, e da visão para a captação dessas mensagens), também a fala foi utilizada desde a pré-história para o estabelecimento de comunicação. Porém, é importante aqui fazer-se uma distinção entre fala e comunicação oral. Dance realiza essa distinção ao argumentar que os seres humanos não se comunicam apenas através de símbolos verbais, pois “com efeito, o ser humano tem acesso a toda uma gama de meios de comunicação não-simbólicos” (DANCE, 1973, p. 365). Explica o autor que a fala pode ser vocal e verbal. A primeira é entendida como uso do aparelho fonador independente da existência de um código regulador dos significados. A fala é verbal, por sua vez, quando

é interpretada em termos de palavras”, pois “o atributo essencial de verbal não é a existência de som no espaço acústico mas a representação de abstrações de

muitos casos específicos por um signo que, depois, converte-se num sinal de signos, ou um símbolo (DANCE, 1973, p. 366).

Com essa distinção o autor ressalta que uma das formas de comunicação da pré-história é a fala. Mesmo quando ainda não existia a linguagem simbólica, ela era utilizada como meio de comunicação, consistindo mais uma modalidade de comunicação não-verbal.

Ainda no terreno da pré-história e da comunicação não-verbal, duas outras formas ou meios de comunicação surgem. Após utilizar os recursos de seu próprio corpo para a inscrição de significados, o homem passa a utilizar-se de objetos do mundo, inscrevendo, neles, determinados significados ou mensagens.

Uma dessas formas se refere aos próprios objetos com que o homem lida, desde instrumentos simples a serem utilizados em atividades rotineiras, passando por objetos que compõem sua habitação, chegando à estrutura mesma de sua habitação. Conforme destaca Hymes (1973, p. 32), “saber que os objetos de uma casa podem ser considerados comunicativos é esclarecedor; mostra como integrar objetos e comportamento num único quadro de referência, e eleva a atenção a um cenário enriquecido”.

Gontijo destaca o desenvolvimento da tecnicidade manual, que se expressa, ainda nos primórdios da humanidade, em dois tipos de manifestação: as esculturas em ossos, em pedras lascadas, e a pintura rupestre nas paredes das cavernas. A autora cita, entre outros, uma placa de dente de mamute esculpida e pintada, datada de 45000 a.C., encontrada na atual Hungria, e uma escultura de animal encontrada na atual Alemanha, datada de 30000 a.C. Sobre eles, ela destaca que “o importante é que ambos foram fruto de um trabalho consciente e intencional e que nos informam sobre um processo de ações encadeadas” (GONTIJO, 2001, p. 22). A autora apresenta diversos achados de pinturas rupestres encontradas em todos os continentes, e que representam imagens de pessoas, animais, plantas, e mesmo imagens compostas que representam cenas de violência, sexo, caça, ou da organização social.

Considerar as pinturas rupestres como meios de comunicação evidencia desde já uma compreensão de “meios” como mais do que o suporte físico. Afinal, o suporte físico propriamente dito no caso são as paredes das cavernas, mas o que é considerado meio aqui é a “pintura”, isto é, junto com o suporte físico, também uma forma específica de inscrição do material significante.

Também na tradição de estudos de Palo Alto surgiu uma corrente de estudos denominada Proxêmica ou Teoria da Proxemia, desenvolvida por, entre outros, Edward Hall, que estuda

como as diferentes culturas utilizam o espaço para indicar significados de relação ou afinidade social. Por espaço esse tipo de estudo entende não apenas o espaço ao redor do corpo humano mas, também e principalmente, a organização dos espaços nas casas e prédios, chegando até ao *layout* das cidades (HALL, 1977). Nessa tradição de estudos, a disposição dos objetos e a arquitetura das casas e das cidades representam formas de comunicação na medida em que permitem a inscrição de significados, e podem ser entendidas como tais desde sempre, isto é, não haveria um momento na história da humanidade em que estes objetos passariam a ser considerados comunicativos, eles possuem uma dimensão comunicativa desde que sobre eles o homem começou a atuar. Na evolução dos estudos sobre a comunicação não-verbal, a questão dos espaços tem sido constantemente integrada às demais formas de comunicação interpessoal, e muitos desses estudos utilizam os referenciais teóricos da Proxêmica (RECTOR; TRINTA, 1985).

Ainda uma última forma ou meio de comunicação utilizado pelos homens da pré-história é o próprio vestuário. Gontijo ressalta a contribuição, nesse sentido, dos trabalhos de Jean Pierre Mohen que “revela como o corpo humano não só era objeto de ritos funerários, mas também de atenções ornamentais” (GONTIJO, 2001, p. 16). A autora a seguir cita o pesquisador francês:

O adorno aparece antes da arte parietal. Enfeitar o corpo é se olhar e tornar seu eu social: fazer de seu corpo um suporte de comunicação. Temos então de olhar o *Homo sapiens* como um ser de comunicação, especialmente porque o enfeite também significa sedução (MOHEN, *apud* GONTIJO, 2001, p. 16).

Assim, na pré-história, além de utilizar seu próprio corpo como suporte ou veículo de comunicação, o homem também exerceu sua ação sobre determinados objetos (peles de animais para a confecção de roupas, pedras lascadas para a criação de instrumentos, pinturas nas paredes das cavernas, construção de habitações) e, para além da funcionalidade destes objetos, tornou-os, também, meios de comunicação. Aqui tem início o segundo tipo de interação comunicativa, denominada por Thompson “interação mediada”. Ou, no dizer de Pross, tratam-se de meios de comunicação secundários, pois possibilitam a interação entre as pessoas com a utilização de algum objeto ou instrumento. A dimensão comunicativa destas práticas se desenvolve na direção de uma institucionalização de determinados formatos e padrões de ação humana, de maneira que “os gestos, as expressões faciais, o vestuário, o desempenho teatral e a dança podem ser

vistos como meios de comunicação” (O’SULLIVAN, 2001, P. 151). Todas essas práticas vão dar origem a formas institucionalizadas de ação humana e mesmo formas de arte: a pintura, a escultura, a moda e o estilismo, a arquitetura e a decoração, o teatro, a dança e a música. E, enquanto arte, revestem-se exatamente de uma dimensão expressiva, comunicativa, simbólica. As formas de comunicação apresentadas até aqui possuem uma característica em comum: constituem formas de comunicação não-verbal.

Uma distinção fundamental se dá no posterior desenvolvimento dos meios de comunicação humana com o início da fala, isto é, da comunicação oral, entendida como a existência de um léxico (GONTIJO, 2001, p. 17), como fala verbal (DANCE, 1973, p. 366) marcando a entrada da humanidade na “era da fala e da linguagem” (DeFLEUR; BALL-ROKEACH, 1993, p. 23), o que provavelmente se deu entre 90 e 40 mil anos atrás. A comunicação oral entendida nesse sentido representa o primeiro meio de comunicação verbal.

A etapa seguinte, na historicização de DeFleur e Ball-Rokeach, é a “era da escrita”, iniciada há cinco mil anos. De acordo com os autores, “essa grande ferramenta para o desenvolvimento das capacidades humanas foi inventada independentemente em mais de uma parte do mundo” (Ibidem, p. 23), destacando-se os chineses e os maias mas, antes deles, os sumérios e egípcios no antigo Crescente Fértil (atuais Turquia, Iraque, Irã e Egito).

A escrita representa não apenas uma forma de comunicação verbal que conjuga, também, a utilização de instrumentos de mediação, como permite, a partir dela, o desenvolvimento de diferentes meios de comunicação, como a carta e o livro. Sua grande diferença em relação à comunicação oral é o grau de fixação das mensagens. Ao mesmo tempo, passa a exigir um requisito fundamental dos interlocutores, a alfabetização. Ela ainda representa outra importante contribuição:

Cada palavra tem como pano de fundo uma língua inteira. E, por sua vez, cada língua é um sistema de códigos (...) A expressão oral foi uma forma de nomear coisas e sentimentos. O surgimento de um léxico encadeou o sentido para ambos. Representá-los através de símbolos visuais – essas coisas e sentimentos – e, mais tarde, simplesmente simbolizar os sons foi o papel da escrita (GONTIJO, 2001, p. 30).

Gontijo ressalta que a adoção da escrita é tão importante para a humanidade que seu surgimento marca o início da História pois, “por definição, a história começa em 3000 a.C., com o início da escrita na Mesopotâmia, Egito” (Ibidem, p. 22). Os precursores da

escrita foram os tokens, fichas de barro construídas para a contagem de ovelhas, colheitas e utensílios, utilizados por cerca de 8500 a.C., e os pictogramas da escrita cuneiforme dos sumérios. A autora cita também a vinculação do desenvolvimento da escrita com os agrupamentos sociais pois, com o início dos vilarejos e a adoção das plantações, mudam-se as relações sociais. Antes, as tribos reuniam de 12 a 20 pessoas. Nos vilarejos já havia centenas de pessoas reunidas, o que significava mais informações a serem transmitidas e armazenadas – informações como a posse de utensílios, genealogia, épocas para plantio. A autora sintetiza assim a passagem de um “sistema de comunicação mais simples, a fala, para outro mais complexo, como a escrita”:

O crescimento dos grupamentos humanos gerou a demanda de transmissão do conhecimento acumulado de forma sistematizada e para um número maior de pessoas do que aquele que se reunia em volta de uma fogueira, para ouvir um narrador (GONTIJO, 2001, p. 31).

A etapa seguinte no desenvolvimento dos meios de comunicação, apontada como a mais importante por todos os autores consultados, diz respeito ao desenvolvimento da comunicação de massa. Sua importância é avaliada a seguir:

A produção e a circulação das formas simbólicas nas sociedades modernas é inseparável das atividades das indústrias da mídia. O papel das instituições da mídia é tão fundamental, e seus produtos se constituem em traços tão onipresentes da vida cotidiana, que é difícil, hoje, imaginar o que seria viver num mundo sem livros e jornais, sem rádio e televisão, e sem os inúmeros outros meios através dos quais as formas simbólicas são rotineira e continuamente apresentadas a nós. Dia a dia, semana a semana, jornais, estações de rádio e televisão nos apresentam um fluxo contínuo de palavras e imagens, informação e idéias, a respeito dos acontecimentos que têm lugar para além de nosso ambiente social imediato. (...) As indústrias da mídia nem sempre desempenharam papel tão fundamental. O surgimento e o desenvolvimento dessas indústrias foi um processo histórico específico que acompanhou o surgimento das sociedades modernas. As origens da comunicação de massa podem ser ligadas ao século XV (THOMPSON, 1995, p. 219-220).

A comunicação de massa começa realmente a partir da invenção dos tipos móveis, por Gutenberg, no período em torno de 1455. Afinal, é a partir desse invento que se consegue a reprodução em grande escala de qualquer texto, de forma absolutamente fidedigna (porque, na prática dos copistas na Idade Média, muitas vezes eram feitas alterações em relação aos

originais). O desenvolvimento da imprensa ao longo dos séculos XV, XVI e XVII permite a produção de livros e de um novo meio de comunicação, os jornais. Conforme aponta STEPHENS (1993, P. 327-328), os primeiros jornais datam de 1609 (Estrasburgo), 1610 (Basiléia) e 1615 (Frankfurt).

Contudo, é apenas no século XVIII, impulsionados pela Revolução Industrial, que estes meios atingem a real dimensão de veículos de comunicação de massa, com grandes tiragens. Mattelart (1991, p. 294-295) identifica algumas das invenções fundamentais para esse processo: o aperfeiçoamento da impressora manual por Nicholson em 1790; o aperfeiçoamento do sistema de fabricação de papel por Fourdrinier em 1807; a primeira aplicação do princípio da máquina a vapor nas impressoras, por Loenig e Bauer, em 1814; e a rotativa com dois cilindros, por Hoe, em 1846.

Polistchuk e Trinta identificam esta como a primeira revolução provocada pelas técnicas de comunicação: a invenção dos tipos móveis por Gutenberg, dando origem à “civilização tipográfica” (POLISTCHUK; TRINTA, 2003, p. 33). É o “modelo de jornal barato e popular” (STEPHENS, 1993, p. 457), com tiragens de milhões, que marca a conversão do jornal em meio de comunicação realmente de massa. O *Le Petit Parisien*, em 1890, se torna o primeiro jornal diário a ultrapassar a tiragem de um milhão de exemplares (MATTELART, 1994, p. 28).

Além dos jornais, livros e revistas, o final do século XIX conhece um novo formato de publicação impressa, o folhetim e, pouco depois, as histórias em quadrinhos, inicialmente publicadas em 1894 em jornais norte-americanos.

O final do século XVIII e o século XIX representam, conforme Mattelart (1991, p. 295-296), um momento de criação de três tipos de meios de comunicação. Os primeiros são aqueles relacionados a tecnologias de transmissão da informação: o telégrafo ótico (Chappe, 1793), o telégrafo elétrico (Morse e Cooke, 1837), os cabos submarinos (a partir de 1851) e o telefone (Bell, 1876). Estes meios irão preparar o caminho para a segunda grande revolução da comunicação de massa, no começo do século XX.

Também no século XIX surgiram meios de comunicação ligados à fixação da imagem. Destes, o primeiro, que compartilha com os meios impressos a característica de ser um meio de comunicação visual, é a fotografia, que pressupõe a fixação da imagem. As primeiras experiências exitosas datam de 1827, com Niepce, sendo o “daguerreótipo”, criado por Daguerre em 1838, considerado o precursor da fotografia. Um avanço posterior, a transmissão de uma imagem por telegrafia, em 1872, se torna o “prelúdio à fotografia de

imprensa” (MATTELART, 1991, p. 295), na medida em que permite a inserção da fotografia em jornais, revistas e livros.

O outro meio de comunicação diretamente relacionado à fotografia é o cinematógrafo criado em 1892 pelos irmãos Lumière, que fixava a imagem em movimento. As primeiras projeções cinematográficas ocorrem em 1895 e, no início do século XX, o cinema se converte em importante meio de comunicação de massa.

Além da fixação da imagem, o século XIX também registra a criação de meios de comunicação para a fixação do som, como o fonógrafo criado em 1878. Da preocupação com o som e com a contribuição das várias tecnologias de transmissão de informações tem início, em 1896, a radiocomunicação, com Marconi (MATTELART, 1991, p. 297). A primeira transmissão transatlântica por telegrafia sem fio ocorre em 1901 e, em 1906, a primeira transmissão da voz humana por rádio. O rádio deve ser entendido como resultado da “sedimentação de fases e inventos que foram se sucedendo” (FEDERICO, 1982, p. 11), isto é, a partir de uma série de inventos, como a telegrafia por fio, a telegrafia sem fio e a radiocomunicação, entre 1850 e 1900. Afinal, o que Marconi conseguiu fazer foi a realização de transmissões a milhares de quilômetros. Antes dele, Bell, em 1876, havia conseguido transmitir, por fio, o som (telefonía) e Hertz dispensou o fio gerando ondas de rádio com propagação pelo espaço (SAMPAIO, 1984, p. 183).

Nas décadas de 1920 e 1930 firmam-se os meios de comunicação responsáveis pela segunda grande revolução das comunicações de massa. Em 1922 acontecem as primeiras transmissões regulares de rádio. Em 1926 têm início o cinema falado. Em 1929 e 1930 ocorrem as primeiras transmissões experimentais de televisão, datando de 1939 as primeiras transmissões regulares (MATTELART, 1991, p. 298-299).

Também a televisão é resultado de uma série de invenções anteriores. Em primeiro lugar, é resultado de todas aquelas relativas ao rádio, faltando apenas “atinar que tanto o som como a luz, uma vez transformados em réplica elétrica, poderiam se propagar pelo espaço por meio de ondas de rádio” (SAMPAIO, 1984, p. 183). Em segundo lugar, é resultado do desenvolvimento dos meios de transmissão de imagem, inicialmente por fios (Carey, 1875), depois por meio de células fotoelétricas (Elster e Geitel, 1895) até a invenção do tubo de raios catódicos, por Braum, em 1897. Todos esses inventos foram fundamentais para que, em 1926, Baird conseguisse a transmissão de imagens nítidas. No ano seguinte, Zworikin, por muitos considerado o “pai da televisão”, cria o iconoscópio (SAMPAIO, 1984, p. 183ss).

A partir da evolução desses meios têm início os processos de radiodifusão, que podem ser conceituados como “toda e qualquer transmissão, emissão ou recepção de signos, símbolos, escrita, imagens e sons ou qualquer significado inteligível de qualquer natureza, através de fio, rádio, sistemas eletromagnéticos ou óticos” (FEDERICO, 1982, p. 21-22).

A todo esse conjunto de meios de comunicação criados entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX costuma-se designar “meios de comunicação audiovisuais”. A classificação pode parecer estranha, pois alguns destes meios são apenas visuais (a fotografia, por exemplo) e outros apenas auditivos (como o rádio, o fonógrafo, o disco). Contudo, a confusão é desfeita por Cazeneuve:

Na verdade, o termo “audiovisual” é ambíguo e a sua natureza lingüística compósita, sem dúvida, serve para alguma coisa. Para ser perfeitamente aceitável, a expressão exacta deveria ser: “técnicas auditivas, visuais e audiovisuais”. Foi por uma elipse desastrada, mas consentida de agora para o futuro, que se afirma que a rádio ou a projecção são “audiovisuais” (CAZENEUVE, 1976, p. 30).

Bordenave (1986, p. 56) aponta, como desenvolvimentos sucessivos dos meios audiovisuais, os satélites de comunicação, a TV por cabo, as fibras óticas e a perivisão (conjunto de aparelhos periféricos acoplados à televisão, como o videocassete, o videodisco, o videotexto e o teletexto).

A última etapa no desenvolvimento dos meios de comunicação diz respeito à revolução digital ocorrida na segunda metade do século XX. Sua origem remonta à máquina de cartões perfurados criada por Hollerith em 1880 (MATTELART, 1991, p. 296). Essa revolução é tão importante que Dizard Jr. propõe que ela é a mais relevante para a classificação dos meios de comunicação, compreendidos em dois grandes grupos a partir da dicotomia “mídia antiga” e “mídia nova”. Entre os meios que compõem a categoria da “mídia nova” o autor inclui os computadores multimídia, o CD-Rom, os aparelhos de fac-símile de última geração, bancos de dados portáteis, livros eletrônicos, redes de videotextos, telefones inteligentes e satélites de transmissão direta de televisão para as residências (DIZARD JR., 1998, p. 14). Explica o autor:

As atuais mudanças são a terceira grande transformação nas tecnologias da mídia de massa nos tempos modernos. A primeira aconteceu em meados do século passado, com a introdução das impressoras a vapor e do papel jornal barato. O resultado foi a primeira mídia de massa verdadeira – os jornais

‘baratos’ e as editoras de livros e revistas em grande escala. A segunda transformação ocorreu no início deste século, com a introdução da transmissão por ondas eletromagnéticas – o rádio em 1920 e a televisão em 1939. A terceira transformação na mídia de massa – que estamos presenciando agora – envolve uma transição para a produção, armazenagem e distribuição de informação e entretenimento estruturadas em computadores (DIZARD JR., 1998, p. 55-56).

O autor analisa cada um destes novos meios, suas características tecnológicas e também suas dimensões econômicas, políticas e sociais. Percebe o fenômeno da convergência tecnológica, isto é, a forma como a digitalização faz convergir todas as formas de produção da informação (dos impressos aos eletrônicos audiovisuais) e destaca a forma como os meios de comunicação tradicionais (a “mídia antiga”) como os jornais, as revistas, os livros, o rádio, a televisão e o cinema se comportam e se adaptam a essa nova realidade tecnológica:

Sob vários aspectos, este novo padrão de mídia é qualitativamente diferente dos anteriores. Uma tecnologia – a computadorização – agora é o módulo para todas as formas de produção de informação: som, vídeo e impressos. Como resultado, os computadores estão obrigando a uma reestruturação maciça dos serviços de mídia antigos, criando, ao mesmo tempo, um novo grupo de serviços concorrentes. As linhas tradicionais entre um veículo e outro se desagregam quando compartilham de um módulo de computador comum. Aparelhos de fax são jornais. Compact discs são livros. Satélites são transmissores de televisão. As velhas diferenças perdem a nitidez à medida que os computadores transformam os produtos tradicionais e acrescentam novos (DIZARD JR., 1998, p. 56).

Lima se utiliza dos conceitos de Dizard Jr. O autor percebe como principal característica da “mídia antiga” a existência de produtos de informações e entretenimento centralmente produzidos e padronizados distribuídos a grandes públicos. Já na “nova mídia” os produtos não se originam de uma fonte central, e são oferecidos serviços especializados a vários pequenos segmentos do público. Ou seja, a nova mídia altera duas características centrais da velha mídia: a unidirecionalidade e a massificação (LIMA, 2001, p. 27).

Entre os veículos da “nova mídia” mais importantes Dizard Jr. apresenta e define a internet, que consiste num ambiente inter-redes; o CD-Rom, um disco pré-gravado e de memória fixa que armazena dados digitais; a Multimídia, sistemas de informações que combinam diferentes tipos de conteúdo (som, imagem, texto) e instalações de armazenagem (fitas de vídeo, fitas de áudio, discos magnéticos, discos ópticos); e, por fim,

o próprio computador, que é a tecnologia fundamental que lida com informações digitais, e que permite a digitalização de todos os outros veículos.

Dizard Jr. e outros autores fazem distinções entre televisão analógica (aberta ou fechada) e televisão digital, rádio analógico e rádio digital, fotografia por processo fílmico e fotografia digital, fita cassete e DAT (armazenador de dados digitais de áudio), entre outras. Afinal, todos os meios de comunicação passaram a possuir sua versão digital. Essas diferenças não serão consideradas pois trata-se, ainda, do mesmo meio de comunicação. Serão considerados, no sistema classificatório em construção, apenas meios digitais que representam novidades, isto é, meios que ainda não existiam – no caso, o CD-Rom, a internet, o computador e a multimídia.

Polistchuk e Trinta também identificam uma nova revolução a partir das novas tecnologias da comunicação. Os autores apresentam e definem esses novos meios, sendo os principais a internet e a multimídia (POLISTCHUK; TRINTA, 2003, p. 157-159). Outros veículos apresentados pelos autores são o telefone móvel, o videocassete, a televisão de alta definição, o DAT, o MD, o DVD e os videogames (Ibidem, p. 42).

Antes de concluir a discussão sobre os meios de comunicação e apresentar os focos da faceta “meios de comunicação” que vão compor o sistema, é pertinente se buscar nas etapas de análise facetada e estudo das divisões-padrão outros exemplos de meios de comunicação que não foram listados nos livros que apresentam definições e caracterização dos meios de comunicação e nem naqueles que historicizam os vários meios. Eles são: *out-door*, cartaz, fotonovela e grafite.

Uma vez levantadas e discutidas as várias fontes consultadas, segue-se a relação dos focos que constituem a faceta “meios de comunicação”. Em primeiro lugar, vêm os meios de comunicação não-verbal: gestualidade (sendo o corpo humano entendido como o suporte da comunicação), fala ou oralidade, escultura, pintura, decoração e arquitetura (entendidos os objetos domésticos, no primeiro caso, e a estrutura das casas ou das cidades, no segundo, como o suporte da comunicação), vestuário ou moda, dança, teatro, música e grafite. Um foco específico será criado para a comunicação face a face cotidiana, em que não se pode separar a gestualidade, a fala, o vestuário e outros elementos que compõem, juntos, uma totalidade. Esse foco será denominado “face a face”, tal como esse termo é entendido pelos autores da sociologia do conhecimento, isto é, designando as interações cotidianas em que as pessoas utilizam todas as suas formas de expressividade no contato com o outro (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 46-48).

A seguir, vêm os meios impressos: livro, jornal, revista, histórias em quadrinhos, fotonovela, cartaz, outdoor. Para o caso de ocorrência de outros meios impressos, foi criado o foco “outros meios impressos”. Logo depois, os meios audiovisuais: fotografia, disco, rádio, cinema, televisão e vídeo. Também neste caso foi criado o foco “outros meios audiovisuais” para os que não se encaixarem nestes focos. Por fim, os meios digitais: computador, CD-Rom, internet, multimídia. Também para estes foi criado o foco “outros meios digitais” para a inclusão de estudos sobre outros meios que não os quatro aqui listados.

Na lista de focos estão ausentes alguns meios citados nos livros que tratam dos meios numa perspectiva histórica (como carta, telégrafo, cabo submarino, telefone, fonógrafo, fac-símile, DVD e outros), pois não foram verificados na análise facetada nem no exame das divisões-padrão. Contudo, na eventual necessidade de inclusão de algum deles, pode-se utilizar um dos focos relativos a “outros” (impressos, eletrônicos ou digitais) criados para este fim.

8.5. Quarta faceta: conteúdos ou mensagens

O último dos três elementos presentes em todos os modelos de comunicação apresentados no capítulo anterior são as mensagens, as materialidades significantes, enfim, os “conteúdos” compartilhados entre os sujeitos interlocutores que se relacionam – aquilo que é intercambiado entre os interlocutores na relação, os “conteúdos” que estão inscritos nos meios ou mídias utilizados.

Também a definição de mensagem não é consensual. Cazeneuve a define como “seqüência de sinais transmitidos entre um emissor e um receptor por intermédio de um canal que constitui o suporte físico indispensável à transmissão” (CAZENEUVE, 1976, p. 178).

Tal conceito poderia levar a se pensar então em “sinal” como o elemento básico para se caracterizar a mensagem. Contudo, essa não é uma boa estratégia, pois o sinal, “na teoria da comunicação, é a forma física dada à mensagem para que ela seja transmitida: o termo não se refere ao conteúdo ou sentido, mas somente à existência física ou à forma da mensagem” (O’SULLIVAN et al, 2001, p. 230). Os mesmos autores da definição anterior conceituam mensagem da seguinte maneira:

O que é transmitido no processo de comunicação; meios pelos quais o emissor afeta o receptor. É vista como um *conteúdo* embrionário existente antes da *codificação* e depois da *decodificação*: a codificação a traduz em uma *forma* na qual pode ser transmitida, ao passo que a decodificação a traduz de volta ao estado original (O’SULLIVAN et al, 2001, p. 153).

O conceito de sinal de O’Sullivan et al permite perceber a limitação do conceito de Cazeneuve (tomar os sinais físicos transmitidos como sendo a mensagem). Mas o conceito de mensagem adotado pelos autores levanta um outro problema, ao definir a mensagem em termos de algo que o emissor quer transmitir (e que, para tanto, ele vai codificar) e algo que o receptor vai compreender (por meio do processo de decodificação).

Rabaça e Barbosa identificam a existência de várias definições de mensagem e as agrupam em dois tipos: aquelas que entendem a mensagem como algo que não se refere a um significado específico mas a uma forma (pois, nessa concepção, o que é transmitido é uma forma e não um sentido); e aquelas que vêem a mensagem como sinônimo de conteúdo, como aquilo que é dito num texto ou discurso (RABAÇA; BARBOSA, 2001, p. 481). Os dois tipos de definição evidenciam a fragilidade de pensar na mensagem como o sentido, isto é, como aquilo que o emissor quer (ou quis) comunicar e aquilo que o receptor compreendeu da comunicação.

A teoria semiótica, dedicada ao estudo do signo, fornece os elementos para se concluir pela impropriedade de se pensar nos sentidos (do emissor ou do receptor) como sinônimo da mensagem. Para Peirce, fundador da Semiótica, o signo é

algo que representa algo para alguém em algum aspecto ou capacidade. Dirige-se a alguém, isto é, cria na mente dessa pessoa um signo equivalente, ou talvez mais desenvolvido. A esse signo que ele cria dou o nome de interpretante do primeiro signo. O signo representa algo, seu objeto (PINTO, 1995, p. 50).

Pensar numa definição de mensagem em termos de signo para um sistema de classificação mostra-se inadequado exatamente porque o signo é movimento, isto é, representa sentidos que vão sendo construídos por cada sujeito específico – é a “vagueza” do signo, conforme Peirce.

Uma distinção importante nesse sentido vem da teoria semiológica, que faz a distinção entre significante e significado. De acordo com essa teoria, formulada desde Saussure, todo signo reúne um elemento concreto, material, perceptível (um som, letras impressas, um

desenho ou uma fotografia, por exemplo), que representa a dimensão física do signo, chamado significante; e um elemento inteligível (o conceito ou imagem mental), chamado significado. O significante deve ser compreendido como o sinal na definição de Cazeneuve, e mostrou-se irrelevante como critério para a construção de uma faceta estruturada a partir da mensagem. A idéia de significado mostra-se adequada, desde que não incorpore a idéia de um significado pretendido pelo emissor e um significado compreendido pelo destinatário (BORDENAVE, 1986, p. 39).

Uma forma de resolver esse problema vem de outro semiólogo, Roman Jakobson, na teorização que promove sobre as funções da linguagem:

A linguagem deve ser estudada em toda a variedade de suas funções. Para se ter uma idéia geral dessas funções, é mister uma perspectiva sumária dos fatores constitutivos de todo processo lingüístico, de todo ato de comunicação verbal. O *remetente* envia uma *mensagem* ao *destinatário*. Para ser eficaz, a mensagem requer um *contexto* ao qual se refere, apreensível pelo destinatário, e que seja verbal ou suscetível de verbalização; um *código* total ou parcialmente comum ao remetente e ao destinatário (ou, em outras palavras, ao codificador e ao decodificador da mensagem); e, finalmente, um *contato*, um canal físico e uma conexão psicológica entre o remetente e o destinatário, que os capacite a ambos a entrarem e permanecerem em comunicação. (...) Cada um desses seis fatores determina uma diferente função da linguagem (JAKOBSON, 1971, p. 122-123).

Dessa forma, Jakobson identifica seis funções da linguagem, de acordo com a relação que ela estabelece com cada um dos fatores envolvidos na comunicação. A função emotiva se relaciona com as intenções do emissor, a função referencial com o contexto (isto é, quanto algo da realidade vai ser transmitido, vai ser dado a conhecer), a função poética com a própria forma ou estética da mensagem, a função fática com a certificação do contato, a função metalingüística com o código utilizado e a função conativa com o destinatário (com o convencimento ou afetação deste).

Uma compreensão bastante semelhante é adotada por Thompson, na conceituação que ele faz de “forma simbólica”. Conforme o autor, a comunicação é o processo de produção, circulação e recepção de formas simbólicas. Por forma simbólica, ele entende “*ações, objetos e expressões significativas de vários tipos*” (THOMPSON, 1995, p. 181). Detalhando melhor essa conceituação, Thompson distingue os cinco aspectos da forma simbólica. O primeiro é o aspecto intencional, que se refere “àquilo que ele [o emissor] ‘quer dizer’ ou ‘tenciona’ nas e pelas formas assim produzidas”, já que as formas

simbólicas são “*expressões de um sujeito para um sujeito (ou sujeitos)*” (Ibidem, p. 183). O segundo é o aspecto convencional, isto é, o aspecto que envolve “*a aplicação de regras, códigos ou convenções de vários tipos*” (Ibidem, p. 185). O terceiro é o aspecto estrutural, “que significa que *as formas simbólicas são construções que exibem uma estrutura articulada (...) [e que] consistem, tipicamente, de elementos que se colocam em determinadas relações uns com os outros*” (Ibidem, p. 187) como, por exemplo, a justaposição de palavras e de imagens em uma figura. A quarta característica das formas simbólicas é o aspecto referencial, que indica que elas “*são construções que tipicamente representam algo, referem-se a algo, dizem algo sobre alguma coisa*” (Ibidem, p. 190). O último é o aspecto contextual, que indica o fato de que “*as formas simbólicas estão sempre inseridas em processos e contextos sócio-históricos específicos dentro dos quais e por meio dos quais elas são produzidas, transmitidas e recebidas*” (Ibidem, p. 192).

Da teorização dos dois autores citados acima, o aspecto referencial mostra-se particularmente relevante para a construção da faceta referente às mensagens. Jakobson destaca que a função referencial da linguagem indica que os homens comunicam a respeito dos objetos da realidade, sendo esses objetos o referente. Também Thompson destaca essa dimensão do referente:

Uso, aqui, o termo “referencial” de uma maneira bastante ampla, abrangendo o sentido geral através do qual uma forma simbólica, ou um elemento desta, pode, em um determinado contexto, substituir ou representar um objeto, indivíduo ou situação, bem como num sentido mais específico através do qual uma expressão lingüística pode, em uma determinada ocasião de uso, referir-se a um objeto particular (THOMPSON, 1995, p. 190).

Considerar a mensagem a partir de seu aspecto de referencialidade mostra-se particularmente útil na medida em que a análise facetada realizada anteriormente apontou como a classe mais relevante para a organização do campo da comunicação um conjunto de termos que representam entidades, objetos e situações da realidade que são externas ao campo da comunicação. Assim, todas essas “coisas” (todos os termos presentes na classe “categoria de fenômenos e processos humanos e sociais”) podem ser compreendidas, em relação ao campo da comunicação, como referentes, isto é, como coisas às quais as mensagens, elementos constitutivos do fenômeno comunicativo, fazem referência. Deve-se destacar que essa forma de conceber as mensagens está presente em outras teorizações

sobre a comunicação sob a rubrica das “temáticas” das mensagens comunicativas (BELTRÃO; QUIRINO, 1986, p. 111).

Uma vez solucionada a forma de se compreender a mensagem para sua utilização como faceta para o sistema classificatório da área de Comunicação que está sendo construída, passa-se a seguir para a definição de seus focos.

Num primeiro momento, pensou-se em buscar na própria área de Comunicação os termos para compor essa faceta. Assim, na etapa de análise facetada, foram levantados 39 termos na primeira bibliografia e 75 termos na segunda. Juntando as duas, obtém-se um total de 79 termos (apenas quatro termos da primeira não se repetem na segunda). Contudo, esse conjunto de termos não garante, de forma alguma, qualquer possibilidade de exaustividade, na medida em que outros documentos sobre comunicação sempre poderão tratar de qualquer outro assunto.

Se o aspecto referencial das mensagens aponta para o fato de as mensagens terem como assunto qualquer coisa (entidades, fatos, etc) da realidade, então, na verdade, tudo o que compõe a realidade pode ser assunto da comunicação e, por extensão, pode ser foco desta faceta.

Para lidar com tal amplitude, foi considerada como melhor solução tomar um sistema de classificação de assuntos que tenha como objeto o universo do conhecimento humano. Para tanto, poderiam ser utilizados tanto a Classificação Decimal de Dewey quanto a Classificação Decimal Universal ou a lista de cabeçalho de assuntos da Library of Congress. Optou-se pela primeira em razão de seu caráter mais amplo (a CDU é mais específica da área científica) e por ser organizada em classes previamente planejadas (ao contrário da LC que é uma classificação utilitarista).

A Classificação Decimal de Dewey possui dez classes principais, que constituem o primeiro sumário. Cada uma delas se subdivide em dez divisões, e o conjunto destas subdivisões, junto com as dez classes principais, constituem o segundo sumário. Cada uma destas, por sua vez, se subdivide em 10 seções. E cada uma delas pode se subdividir em 10 outras, de forma sucessiva. Para a construção dos focos do sistema, pensou-se inicialmente em utilizar apenas o primeiro sumário. Contudo, apenas nove classes (atualmente a classe 400 da CDD está vaga, existindo, portanto, apenas nove classes principais) não dariam a precisão necessária para a faceta, tomando-se como referência os trabalhos realizados anteriormente (a análise facetada e o exame das divisões-padrão). Optou-se, por isso, pela utilização do segundo sumário. No caso de quatro classes principais (generalidades,

religião, literatura e história), optou-se pela manutenção apenas do primeiro sumário, que atende às necessidades de especificação do sistema que está sendo construído. As outras cinco classes principais são desdobradas no segundo sumário para a montagem dos focos. Com isso, os focos da faceta 4, num total de 54, são os seguintes:

QUADRO 12
Lista de assuntos da CDD utilizados como focos para a faceta 4

Classe	Denominação	Classe	Denominação
000	Generalidades	550	Ciências da terra
100	Teoria filosófica	560	Paleontologia
110	Metafísica	570	Ciências da vida/biologia
120	Epistemologia	580	Ciências botânicas
130	Fenômenos paranormais	590	Ciências zoológicas
140	Ramos da psicologia	600	Tecnologia/ciências aplicadas
150	Psicologia geral	610	Ciências médicas/medicina
160	Lógica	620	Engenharia
170	Ética	630	Agricultura
180	Filosofia antiga e medieval	640	Economia doméstica
190	Filosofia moderna	650	Gestão
200	Religião	660	Engenharia e tecnologia química
300	Ciências sociais	670	Indústria
310	Estatística	680	Indústria de produtos específicos
320	Ciência Política/Política e governo	690	Construções
330	Economia	700	Artes
340	Direito	710	Paisagismo
350	Administração pública e c. militar	720	Arquitetura
360	Problemas e serviços sociais; assoc.	730	Artes plásticas/escultura
370	Ensino/educação	740	Desenho e decoração
380	Comércio, comunicações e transportes	750	Pintura
390	Costumes, etiqueta e folclore	760	Artes gráficas
500	Ciências naturais	770	Fotografia
510	Matemática	780	Música
520	Astronomia	790	Artes recreativas e performáticas
530	Física	800	Literatura
540	Química	900	Geografia e História

NOTA: A tradução dos nomes das classes é do autor.

A lista de assuntos obtida com a utilização do segundo sumário não explicita todos os assuntos possíveis, embora preveja sua inclusão em alguma classe. É o caso, por exemplo, de “questões sindicais”, que não está explicitada na tabela acima, mas está prevista no interior da classe 330, relativa a “economia”. O mesmo vale, por exemplo, para “esportes” e para “programação de rádio e TV”, ambos listados na classe 790, que agrupa as “artes recreativas e performáticas”. Para estes casos está prevista a consulta à CDD para a inclusão na classe correta.

Para melhor adaptação ao sistema facetado, alguns nomes de classes definidos no QUADRO 12 são utilizados de forma diferente. Assim, a classe 300, cuja denominação é “ciências sociais”, trata dos processos sociais, grupos sociais, instituições sociais, etc. O sistema utilizará para designar essa classe o termo “sociedade”. A classe 320, denominada “ciência política/política e governo” será denominada apenas “política”. A classe 350, denominada “administração pública e ciência militar”, apenas “administração pública”. A classe 360, “problemas e serviços sociais/associações”, apenas “problemas sociais”. A classe 680, “indústria de produtos específicos”, apenas “indústria especializada”. A classe 790, “artes recreativas e performáticas”, apenas “recreação”.

Antes de se passar para a explicação da próxima faceta, convém realizar um último esclarecimento: trata-se da possível confusão com alguns termos que podem ser compreendidos tanto como meio quanto como mensagem. Essa confusão se agrava pelo fato de termos como “música” e “fotografia” (entre outros) constarem como foco na faceta relativa aos meios, mas também estarem presentes na listagem de focos da faceta referente às mensagens.

Essa possibilidade de confusão existe porque alguns termos considerados como meio podem ser compreendidos, também, como mensagens. Música, por exemplo, foi definida como meio, mas pode ser também o conteúdo transmitido pelo rádio ou pela televisão. Histórias em quadrinhos, definidas como meio, podem ser o conteúdo de uma revista ou jornal.

Gerbner cita a definição de meio de comunicação presente em um dicionário, onde se lê que “meios de comunicação são os meios ou veículos capazes de assumir formas que tenham características de mensagens ou que transmitam mensagens” (GERBNER, 1973, p. 62). Também Rabaça e Barbosa, ao definirem meio de comunicação, apresentam uma citação de Thompson, reproduzida a seguir: “Cada veículo exerce a sua influência sobre a mensagem e, nesse sentido, torna-se parte da própria mensagem. Veículo e mensagem são inseparáveis” (RABAÇA; BARBOSA, 2001, p. 479).

A forma encontrada de evitar essa confusão no sistema classificatório ora em construção foi considerar a mensagem em sua dimensão de referencialidade, isto é, o assunto a que ela se refere. Meio, então, pode ser entendido como qualquer estrutura que permita a inscrição e a transmissão desse conteúdo, sendo entendido de uma forma ampla incorporando tanto a idéia de suporte físico (papel, ondas, parede) quanto, conjuntamente, a idéia de formas convencionadas de arranjo da linguagem (histórias em quadrinhos, fotografia, pintura). Por

esse sentido, a pintura é um meio, e não a tela ou a parede em que se inscreve – e a temática ou assunto de determinado quadro seria a mensagem.

Assim, quando se vê os focos “pintura”, “fotografia” e “música” como focos da faceta relativa às mensagens (como, também, “televisão” e “rádio”, dentro do foco “recreação”), deve-se tomá-las não como meios – não se trata de encaixar, nelas, teses ou dissertações sobre fenômenos comunicativos em que o meio utilizado é a pintura, a fotografia ou a música. Mas, sim, que pintura, fotografia ou música constituem o assunto das mensagens existentes no fenômeno comunicativo estudado por aquela tese ou dissertação (tal como política, saúde, etc), podendo estas mensagens estar sendo veiculadas por qualquer outro meio de comunicação.

8.6. Quinta faceta: ciências e disciplinas de interface

Utilizar termos que designam outras ciências ou disciplinas para a organização do campo da Comunicação foi uma constante evidenciada nos três métodos de trabalho utilizados para a construção do sistema facetado. O conjunto de termos relativos a ciências, disciplinas e teorias com as quais a comunicação faz interface foi a segunda classe mais relevante na análise facetada e a terceira na análise das divisões-padrão, tendo ainda uma relevância parcial nos manuais de Teoria da comunicação. Mas também o processo de institucionalização do campo da Comunicação é revelador da importância dessa classe na organização do campo.

Três exemplos são particularmente relevantes. José Marques de Melo, em um de seus primeiros livros e ainda num esforço inicial de sistematização do campo, busca responder o que é comunicação. Para tanto, apresenta diversos conceitos tomados de diferentes disciplinas. Disso resulta o conceito etimológico de comunicação e também os conceitos biológico, pedagógico, histórico, sociológico, antropológico e psicológico de comunicação. A seguir, apresenta os conceitos filosóficos de comunicação para, enfim, apresentar o seu próprio conceito, denominado estrutural, (MELO, 1971, p. 14ss).

Outro exemplo é o livro de Adísia Sá, lançado no mesmo ano. Buscando suprir a falta de bibliografia para alunos do curso de Comunicação, a autora organiza um conjunto de textos, de autoria de pesquisadores de diferentes áreas. O resultado são vários capítulos que

apresentam os vários tipos de fundamentos da comunicação: biológicos, antropológicos, psicológicos, sociológicos, lingüísticos e filosóficos.

O terceiro exemplo diz respeito à formação da primeira associação científica duradoura do campo, a Intercom. Criada em 1977 e constatando a ausência, ainda, de uma área própria de Comunicação, a entidade acabou por denominar-se “Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação”. Diversos outros exemplos poderiam ser citados aqui, mas apenas serviriam para repetir uma idéia que já pode ser constatada: a de que o movimento da Comunicação em direção a outras disciplinas foi fundamental na formação do campo.

O estabelecimento de diálogos entre a Comunicação e outras disciplinas científicas e a importância desse processo na caracterização da Comunicação é avaliada como fundamental pelos vários autores que analisam a questão:

Tomando por referência os processos de institucionalização e de disciplinarização na história das ciências sociais, pretendemos fundamentar a hipótese segundo a qual a institucionalização do campo acadêmico da comunicação no Brasil avança sob o signo da transdisciplinaridade (...) O que se nota é um movimento de convergência de saberes especializados sobre a comunicação, entendido mais como movimento de *intersecção* que não é, em hipótese alguma, uma amálgama ou síntese de saberes. É, antes, um produto das relações entre o objeto de estudo, a especificidade das contribuições analíticas e a particularidade da evolução histórica entre ambos. São os percursos disciplinares já trilhados nas tradições de estudo da comunicação que autorizam a conceber o estudioso da Comunicação como especialista de intersecções (LOPES, 2000a, p. 41 e 47).

Essa convergência de saberes também é identificada por outros autores, para quem a comunicação “não é um corpus teórico organizado, mas sim uma aglomeração heterogênea de idéias, conceitos, teorias e sistemas tomados a áreas às vezes tão distantes quanto a teoria matemática da informação e as filosofias existenciais” (KATZ; DORIA; LIMA, 1971, p. 07). E está presente num recente diagnóstico da área:

O que ocorre hoje é que a própria área de Comunicação, dada a sua complexidade e abrangência, busca a interdisciplinaridade nas suas inter-relações. Os exemplos mais evidentes são os ciclos de estudos interdisciplinares da comunicação nos congressos anuais da Intercom, os Grupos de Trabalho (GTs) da Intercom e da Compós – Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, bem como as diversas

linhas de pesquisas dos cursos brasileiros de pós-graduação em Comunicação (KUNSCH, 2000, p. 202).

Contudo, como argumenta FIGUEIREDO (1990, p. 82), essa é uma característica marcante das ciências sociais em geral, que “usam muito fontes de outras disciplinas”, já que “elas estudam o mesmo objeto de diferentes pontos de vista”. Para a autora, não há fronteiras rígidas entre as ciências sociais.

Há na área alguns autores que definem a Comunicação como uma ciência interdisciplinar. Braga argumenta ser pouco produtivo definir a área dessa forma, por três razões. Primeiro porque, se todo campo se vê atravessado por dados, conhecimentos, problemas e abordagens desenvolvidos em outras disciplinas, todos os campos são interdisciplinares – definir uma área como interdisciplinar seria “óbvio e redundante” (BRAGA, 2001, p. 12). Segundo porque, ao se usar o termo para definir um espaço nítido de interfaces, torna-se “bastante difícil de se capturar *enquanto características constituintes básicas do Campo da Comunicação*” essas interfaces (Ibidem, p. 13). E, terceiro, porque muitas vezes se faz isso evocando a idéia de ser a comunicação um vácuo, um terreno vazio sobre o qual outras ciências comparecem para responder questões. Em outro trabalho no mesmo livro, o autor argumenta:

Deve-se reconhecer o fato de que se trata de um campo em constituição; e que, no seu desenvolvimento de perspectivas sobre variadíssimos objetos e situações humanas, este campo faz interface com praticamente todas as áreas estabelecidas no vasto espaço de criação e de conhecimento humano-e-social. Assim, seria possível reconhecer uma infindável série de “espaços” mais ou menos delineáveis para estas interfaces – que poderiam ser caracterizadas pela agregação da Comunicação com outras áreas através da conjunção “e” – “Comunicação e... [*área de interface*] (LOPES; BRAGA; SAMAIN, 2001, p. 101).

Uma visão semelhante é a de França, para quem “os problemas vividos pela área da comunicação são explicados – mas também por vezes camuflados – pelo debate sobre sua natureza interdisciplinar” (FRANÇA, 2002, p. 17). De acordo com a autora, é indiscutível o fato de a Comunicação ter se originado de forma interdisciplinar, suscitando o olhar e se tornando objeto de várias disciplinas. Contudo, ao longo do tempo, foi sendo construído um determinado “estoque” de estudos, e ao mesmo tempo, uma especificidade de olhar, que marcaram a formação de uma disciplina ou um campo autônomo, ainda que não tenha

deixado de realizar diálogos com outras disciplinas. Tal fato é visto como um fator positivo:

É absolutamente saudável e enriquecedora a abertura assumida e mantida ainda hoje por nós, pesquisadores da comunicação, para buscar e assimilar as contribuições advindas das várias áreas de conhecimento – filosofia, sociologia, psicologia, lingüística, semiótica, antropologia, educação, ciências da informação e até de campos mais distantes, como a física ou a biologia. O fato de que nossa área não se feche, mas esteja atenta e busque incorporar as diferentes reflexões que pontuam o pensamento atual é fonte de permanente vitalidade (FRANÇA, 2002, p. 22).

Concordando com os argumentos dos dois autores, pode-se considerar que a presença de termos que designam ciências externas à comunicação como relevantes para a organização dos conhecimentos do campo não significa conceber o campo como um terreno vazio nem como uma “ciência interdisciplinar”. Por isso mostra-se pertinente a criação de uma faceta representando as várias ciências e disciplinas com as quais a Comunicação faz interface. Uma questão que surge logo a seguir é a da definição dos focos. Vários poderiam ser os critérios para se chegar a uma listagem de focos, inclusive a presença de termos desta classe encontrados na análise facetada, nas divisões-padrão ou mesmo na consulta aos manuais. Optou-se aqui pela utilização da Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq, por ser uma classificação canônica das áreas, servir como uma referência comum para toda a atividade científica do Brasil, e garantir a propriedade de exaustividade e irreduzibilidade dos focos criados.

A referida tabela possui nove classes gerais, denominadas “grandes áreas”. São elas: Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Engenharias, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Lingüística, Letras e Artes e Outros.

Comparando a lista de áreas com as várias ciências e disciplinas encontradas nos três métodos de trabalho para a criação do sistema, percebe-se que elas são insuficientes para discriminar com a devida precisão as interfaces da área de Comunicação. Ao mesmo tempo, utilizar todas áreas da tabela levaria a uma listagem com 99 focos (8 áreas da primeira grande área, 13 da segunda, 13 da terceira, 9 da quarta, 7 da quinta, 13 da sexta, 10 da sétima, 3 da oitava e 23 da nona).

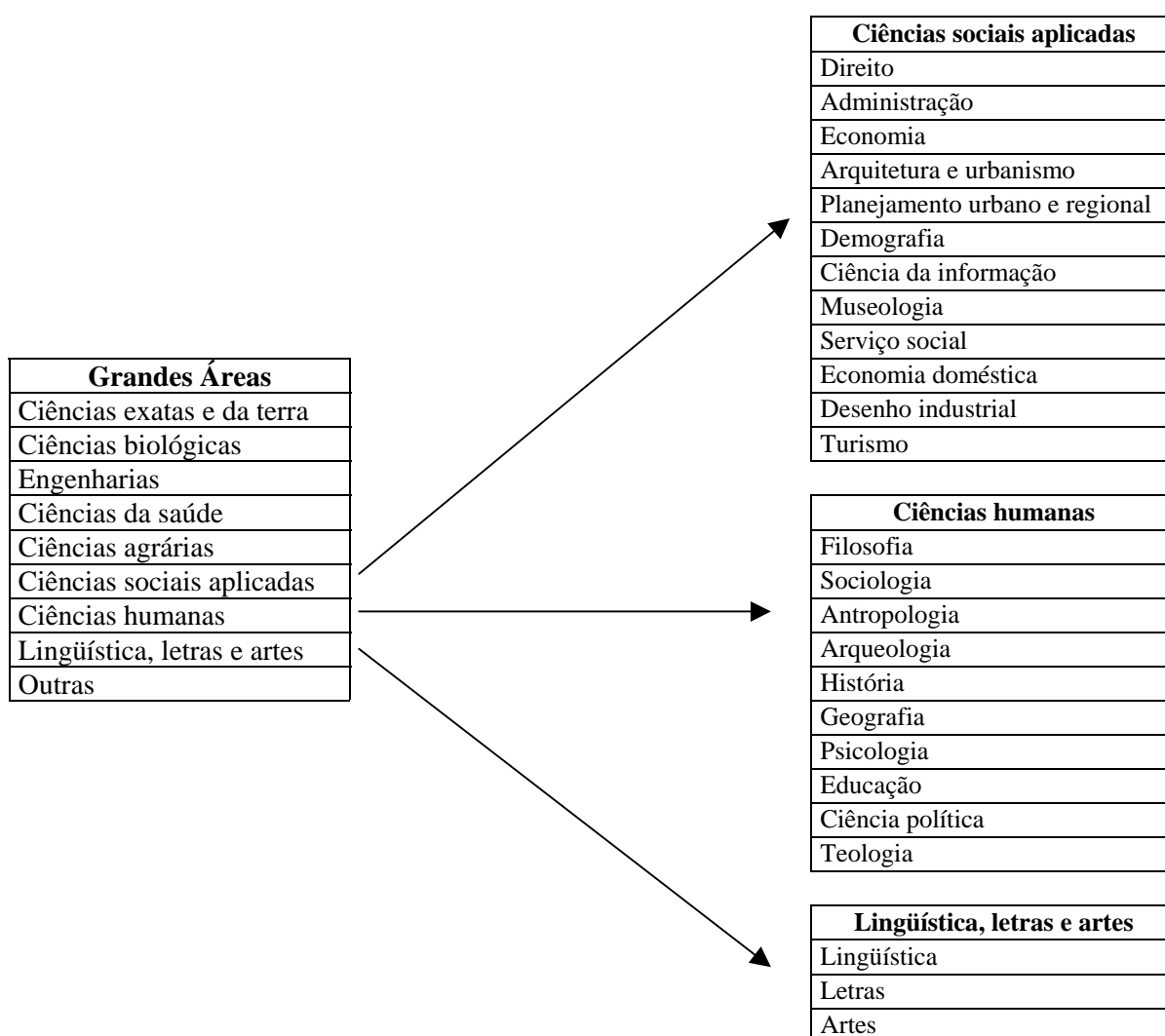
Para solucionar esse problema, serão desmembradas em áreas apenas as três grandes áreas com as quais a Comunicação realiza o maior número de interfaces: Ciências Sociais

Aplicadas, Ciências Humanas, Lingüística, Letras e Artes – o que pôde ser verificado através da análise facetada e do exame das divisões-padrão.

Assim, serão também focos do sistema, dentro da grande área Ciências Sociais Aplicadas, as áreas: Direito, Administração, Economia, Arquitetura e Urbanismo, Planejamento Urbano e Regional, Demografia, Ciência da Informação, Museologia, Serviço Social, Economia Doméstica, Desenho Industrial, Turismo. Dentro da grande área Ciência Humanas, as áreas Filosofia, Sociologia, Antropologia, Arqueologia, História, Geografia, Psicologia, Educação, Ciência Política, Teologia. E, dentro da última grande área selecionada, as áreas Lingüística, Letras e Artes.

A listagem das áreas de conhecimento que serão utilizadas como focos para a faceta 5 é apresentada a seguir na FIGURA 8:

FIGURA 8
Áreas do conhecimento da Tabela do CNPq utilizadas como focos da faceta 5



Contudo, um retorno aos termos encontrados na categoria “ciências e disciplinas de interface” mostra que algumas disciplinas ou ciências muito relevantes não estão na Tabela do CNPq. Esse é o caso de Semiótica, Psicanálise e Semiologia. Para poder contemplá-las, e dar mais precisão ao sistema, foram criados focos específicos para estas três áreas. As demais ciências ou disciplinas que surgirem e não estiverem previstas como focos serão contabilizadas no foco ao qual pertencem (por exemplo, Ética ou Epistemologia dentro de Filosofia, Matemática ou Ciência da Computação dentro de Ciências Exatas e da Terra, Medicina ou Enfermagem dentro de Ciências da Saúde, Decoração ou Diplomacia dentro de “Outros”).

Com essas decisões, a faceta relativa às disciplinas com as quais a Comunicação faz interface possui 34 focos – seis relativos às grandes áreas que não foram desmembradas, doze relativos à grande área Ciências sociais aplicadas (a área de Comunicação foi, obviamente, excluída), dez relativos à grande área Ciências humanas, três relativos à grande área Lingüística, letras e artes e dois focos acrescentados pela sua relevância identificada na análise facetada e na consulta às divisões-padrão.

8.7. Sexta faceta: habilitações profissionais na área de comunicação

A discussão relativa ao conjunto de termos que compõem as habilitações profissionais da área de Comunicação pode parecer, em princípio, semelhante à realizada no tópico anterior, sobre as ciências e disciplinas de interface. Isso porque, na constituição da Comunicação como um campo científico, é a esses dois conjuntos de saberes que ela recorre.

Mas a natureza do diálogo com as duas instâncias é absolutamente diferente. Afinal, com as habilitações profissionais não ocorre um diálogo, mas uma incorporação. A partir do momento em que passa a existir um curso superior de Comunicação, no início da década de 1960, a área de comunicação “adquire perfil acadêmico” (MELO, 2003, p. 111). E é exatamente a partir das práticas profissionais que se estruturam os cursos superiores de comunicação, como evidenciam vários autores. Um deles aponta que:

Na tradição brasileira, o campo de estudo e pesquisa denominado comunicação é oriundo do ensino técnico-profissional de atividades como jornalismo, relações públicas, publicidade, editoração e radialismo, tendo seu desenvolvimento, ao longo dos últimos 50 anos, seguido muito de perto a tradição norte-americana (RAMOS, 2000, p. 229).

Os resultados da vinculação do modelo brasileiro ao norte-americano são discutidos por vários pesquisadores, entre os quais Lima, que ressalta:

Para compreender as circunstâncias particulares em que se dá a institucionalização do ensino e da pesquisa em comunicações no Brasil, não podemos ignorar o fato central de que nosso processo foi, em muitos casos, quase um reflexo do que já havia ocorrido ou estava ocorrendo nos Estados Unidos, de vez que optamos por organizar tanto nossas instituições como as profissões e o próprio ensino de comunicações nos moldes americanos. (...) No ensino, os cursos de Comunicação Social, criados pelo Conselho Federal de Educação em 1969 em substituição aos poucos e antigos cursos de jornalismo existentes, aparecem num momento de crise aguda no ensino superior e também em resposta à crescente demanda profissional, paralela ao aumento da importância do setor de comunicações para o crescimento do capitalismo brasileiro (LIMA, 2001, p. 33).

O mesmo autor, mais adiante, afirma:

Ao se implantar no Brasil o modelo de ensino de jornalismo consolidado nos Estados Unidos, herdamos os mesmos problemas e ainda pagamos o preço de agregar aos cursos de Comunicação Social outras habilitações profissionais sem tradição acadêmica anterior. E essa profunda identificação entre o ensino de graduação em comunicações e as práticas profissionais de jornalista, primeiro, e publicitário e relações públicas, posteriormente, é, sem dúvida, mais um fator que contribui para a existência de um universo teórico desarticulado e conflituoso no campo de estudos das comunicações (LIMA, 2001, p. 36).

A idéia de que o curso de Comunicação veio para atender à demanda pela formação de mão-de-obra especializada para trabalhar no setor da comunicação de massa, então em franco processo de desenvolvimento no país, também é ressaltado por outra autora:

O estudo sistemático da Comunicação de Massa no Brasil é mais resultado da presença do vigoroso fenômeno da comunicação massiva – em pleno desenvolvimento desde a década de 50 -, do que das descobertas científicas que justificam o aprofundamento de um campo do conhecimento (LOPES, 1997, p. 15).

Diversos autores vão apontar que o desenvolvimento posterior da área, principalmente nos programas de pós-graduação iniciados na década de 1970, acaba por levar a uma abrangência das problemáticas. Contudo, a relação com as habilitações profissionais continua forte. Analisando a evolução das linhas de pesquisa da produção científica em Comunicação ao longo das décadas, Lopes constata que “é possível identificar uma preocupação central com a temática profissional nas pesquisas registradas” (LOPES, 2000b, p. 59). A autora cita, ainda, a preocupação com esse fato por parte de Venício Lima, para quem

o que devia ser uma linha de pesquisa, a prática profissional é um tema que se torna central ao largo de inúmeras linhas de pesquisa. Desta forma, corre-se o risco de o campo de comunicação acabar por ser refletido mais como campo profissional do que como campo de conhecimento (LOPES, 2000b, p. 59).

Essa centralidade do campo profissional na estruturação da Comunicação foi plenamente confirmada nos métodos de análise facetada e de estudo das divisões padrão. Mostra-se, assim, perfeitamente adequada sua utilização como faceta para a área. Falta, ainda, a definição dos focos a compor esta faceta. Apresentar a listagem das habilitações profissionais da Comunicação não é tarefa complexa, embora não exista unanimidade. Melo, por exemplo, identifica, em uma de suas primeiras obras, as profissões da área de comunicação: lingüística, educação, folkcomunicação, jornalismo, propaganda, lazer, documentação, estatística e cibernética (MELO, 1971, p. 55). Em um trabalho posterior, o mesmo autor identifica, como profissões do campo, jornalismo, publicidade e propaganda, relações públicas e radialismo e teledifusão (plenamente configurados), cinematografia, videoplastia e editoração (que possuem legitimação universitária mas não alcançaram ainda *status* corporativo) e entretenimento massivo, teleducação, divulgação científica, comunicação cultural, comunicação organizacional, comunicação educativa, informação digital e pesquisa midiática, estes últimos “espaços atomizados de atuação profissional, ainda não estruturados corporativamente, nem reconhecidos pela academia” (MELO, 2001, p. 60). Já Beltrão e Quirino listam sete atividades pertencentes ao campo da comunicação: editoração, jornalismo, educação, relações públicas, propaganda, pesquisa em comunicação, entretenimento (BELTRÃO; QUIRINO, 1986, p. 155-170). Lopes cita jornalismo, cinema, televisão, propaganda, rádio, biblioteconomia, relações públicas,

editoração e turismo (LOPES, 2000b, p. 60). E Dizard Jr. (1998, p. 20-22) fala das “implicações para as carreiras da mídia” do desenvolvimento das tecnologias digitais, com a emergência de novas modalidades profissionais.

Outros exemplos poderiam ser levantados, contudo, é consenso entre todos os autores o peso da legislação de ensino brasileira, definindo as habilitações profissionais em seus cinco currículos mínimos implantados (de 1962, 1965, 1969, 1977 e 1984) e nas Diretrizes Curriculares homologadas em 2001 (MOURA, 2002). As seis habilitações definidas nas Diretrizes Curriculares: Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas, Radialismo (Rádio e TV), Editoração e Cinema (ou Cinema e Vídeo)⁷. O que as diferencia são os diferentes meios, linguagens e práticas com que lidam.

Essas seis habilitações constituem os focos da faceta relativa às habilitações profissionais, e são apresentados a seguir tendo-se, como referência, o próprio texto das Diretrizes Curriculares.

As Diretrizes curriculares definem um perfil comum dos cursos de comunicação, que corresponde a uma formação geral que deve ser atendida por todos os cursos da área, em todas as habilitações definidas, e que representa a base que garante a identidade do curso como curso de Comunicação. O documento especifica, ainda, os perfis específicos de cada uma das habilitações profissionais.

De acordo com as Diretrizes, o perfil do egresso do curso de Jornalismo se caracteriza:

1. pela produção de informações relacionadas a fatos, circunstâncias e contextos do momento presente;
2. pelo exercício da objetividade na apuração, interpretação, registro e divulgação dos fatos sociais;
3. pelo exercício da tradução e disseminação de informações de modo a qualificar o senso comum;
4. pelo exercício de relações com outras áreas sociais, culturais e econômicas com as quais o jornalismo faz interface (DIRETRIZES..., 2001, p. 15).

⁷ A partir das Diretrizes curriculares houve uma diferenciação entre cursos de Comunicação Social com as referidas habilitações e outros cursos que, embora sendo da mesma área, constituem cursos superiores distintos de Comunicação Social e não são habilitações desta. É o caso dos cursos de “Fotografia”, “Design” (com habilitações em “Comunicação visual”, “Interface digital”, “Multimídia” e “Design industrial” da Faculdade Senac, dos cursos de “Comunicação e artes do corpo”, “Design de multimídia” e “Comunicação em multimeios” da PUC-SP, “Estudos de mídia” da UFF, “Comunicação mercadológica” e “Mídias digitais” da Umesp. Outras instituições optaram pela reformulação das habilitações existentes ou pela criação de novas habilitações mas mantendo a denominação “curso de Comunicação Social”, como no caso da habilitação em “Gestão da comunicação integrada”, da PUC-MG, “Produção em comunicação e cultura”, da UFBA, “Midialogia” da Unicamp, “Audiovisual” da UnB, “Rádio, TV e vídeo” e “Editoração multimídia” da UniFIAMFAAM. Algumas vezes ocorre a oferta de cursos de outras áreas em faculdades de comunicação, como no caso de “Turismo” na Cásper Líbero ou “Direção teatral” na UFRJ.

Tem-se aqui já a primeira idéia que define a habilitação profissional de jornalismo: trata-se de um profissional que trabalha com um tipo específico de conteúdo, de mensagem: a informação de atualidade. Pressupõe-se também uma forma específica de trabalho, a objetividade, no desempenho de papéis que têm o público em geral como beneficiário: a tradução e a disseminação das informações socialmente relevantes. Essas questões são confirmadas pelo elenco de competências e habilidades específicas dessa profissão:

(...) registrar fatos jornalísticos, apurando, interpretando, editando e transformando-os em notícias e reportagens; interpretar, explicar e contextualizar informações; investigar informações, produzir textos e mensagens jornalísticas com clareza e correção e editá-los em espaço e período de tempo limitados; formular pautas e planejar coberturas jornalísticas; formular questões e conduzir entrevistas; relacionar-se com fontes de informação de qualquer natureza; trabalhar em equipe com profissionais da área; compreender e saber sistematizar e organizar os processos de produção jornalística; desenvolver, planejar, propor, executar e avaliar projetos na área de comunicação jornalística; avaliar criticamente produtos, práticas e empreendimentos jornalísticos; compreender os processos envolvidos na recepção de mensagens jornalísticas e seus impactos sobre os diversos setores da sociedade; buscar a verdade jornalística, com postura ética e compromisso com a cidadania; dominar a língua nacional e as estruturas narrativas e expositivas aplicáveis às mensagens jornalísticas, abrangendo-se leitura, compreensão, interpretação e redação; dominar a linguagem jornalística apropriada aos diferentes meios e modalidades tecnológicas de comunicação (DIRETRIZES..., 2001, p. 17-18).

A atividade jornalística se relaciona primordialmente com o contexto da comunicação de massa, mas pode atuar em outros contextos. Também não é específica de determinado meio de comunicação, mas, ao contrário, representa um tipo de conteúdo e de formato que está presente nos vários meios de comunicação.

Já a habilitação Publicidade e propaganda tem um perfil do egresso caracterizado:

1. pelo conhecimento e domínio de técnicas e instrumentos necessários para a proposição e execução de soluções de comunicação eficazes para os objetivos de mercado, de negócios de anunciantes e institucionais; 2. pela tradução em objetivos e procedimentos de comunicação apropriados os objetivos institucionais, empresariais e mercadológicos; 3. pelo planejamento, criação, produção, difusão e gestão da comunicação publicitária, de ações promocionais e de incentivo, eventos e patrocínio, atividades de marketing, venda pessoal, design de embalagens e de identidade corporativa, e de assessoria publicitária de informação (DIRETRIZES..., 2001, p. 16).

A ênfase na atividade publicitária é outra, não voltada para a informação mas sim para o mercado, para o contexto de promoções, vendas, campanhas. O contexto primordial da publicidade também é a comunicação de massa, mas ela também pode ser aplicada aos outros âmbitos relacionais da comunicação. Também no caso da publicidade prevê-se o trabalho com vários meios de comunicação, inclusive ao mesmo tempo dentro de um mesmo processo, o que é confirmado na listagem de competências e habilidades específicas desta profissão:

(...) ordenar as informações conhecidas e fazer diagnóstico da situação dos clientes; realizar pesquisas de consumo, de motivação, de concorrência, de argumentos etc; definir objetivos e estratégias de comunicação como soluções para problemas de mercado e institucionais dos anunciantes; conceber meios de avaliar e corrigir resultados de programas estabelecidos; executar e orientar o trabalho de criação e produção de campanhas de propaganda em veículos impressos, eletrônicos e digitais; realizar e interpretar pesquisas de criação como subsídio para a preparação de campanhas publicitárias; dominar linguagens e competências estéticas e técnicas para criar, orientar e julgar materiais de comunicação pertinentes a suas atividades; planejar, executar e administrar campanhas de comunicação com o mercado, envolvendo o uso da propaganda e de outras formas de comunicação, como a promoção de vendas, o merchandising e o marketing direto; identificar e analisar as rápidas mudanças econômicas e sociais em escala global e nacional que influem no ambiente empresarial; identificar a responsabilidade social da profissão, mantendo os compromissos éticos estabelecidos; assimilar criticamente conceitos que permitam a compreensão das práticas e teorias referentes à publicidade e à propaganda (DIRETRIZES..., 2001, p. 19).

Há, na publicidade, como se pode ver, o tratamento com um tipo de informação específico, associado com o atendimento a um cliente que possui determinados objetivos.

Já o perfil do egresso em Relações Públicas se caracteriza:

1. pela administração do relacionamento das organizações com seus diversos públicos, tanto externos como internos; 2. pela elaboração de diagnósticos, prognósticos, estratégias e políticas voltadas para o aperfeiçoamento das relações entre instituições, grupos humanos organizados, setores de atividades públicas ou privadas, e a sociedade em geral; 3. pelo exercício de interlocução entre as funções típicas de relações públicas e as demais funções profissionais ou empresariais existentes na área da Comunicação (DIRETRIZES..., 2001, p. 15).

As relações públicas são a habilitação profissional mais voltada para outros contextos que não a comunicação de massa, principalmente a comunicação institucional, organizacional

ou empresarial, mas também a comunicação interpessoal. Lidam com tipos diferentes de conteúdos a partir de um objetivo específico, a harmonização das relações entre os vários públicos de uma instituição. Utilizam, para tanto, de uma grande gama de meios de comunicação. As competências e habilidades específicas detalham esse perfil:

(...) desenvolver pesquisas e auditorias de opinião e imagem; realizar diagnósticos com base em pesquisas e auditorias de opinião e imagem; elaborar planejamentos estratégicos de comunicação institucional; estabelecer programas de comunicação estratégica para criação e manutenção do relacionamento das instituições com seus públicos de interesse; coordenar o desenvolvimento de materiais de comunicação, em diferentes meios e suportes, voltados para a realização dos objetivos estratégicos do exercício da função de Relações Públicas; dominar as linguagens verbais e audiovisuais para seu uso efetivo a serviço dos programas de comunicação que desenvolve; identificar a responsabilidade social da profissão, mantendo os compromissos éticos estabelecidos; assimilar criticamente conceitos que permitam a compreensão das práticas e teorias referentes às estratégias e processos de Relações Públicas (DIRETRIZES..., 2001, p. 18).

Já o Radialismo é uma habilitação profissional cuja denominação normalmente vem sucedida pelos meios de comunicação em que atua o profissional: rádio e televisão. O perfil do egresso deste curso se caracteriza:

1. pela percepção, interpretação, recriação e registro da realidade social, cultural e da natural através de som e imagem;
2. pelas formulações audiovisuais habituais, documentárias, de narração, musicais, descritivas, expositivas, ou quaisquer outras adequadas aos suportes com que trabalha;
3. pelo domínio técnico, estético e de procedimentos expressivos pertinentes a essa elaboração audiovisual;
4. pela atividade em emissoras de rádio ou televisão ou quaisquer instituições de criação, produção, desenvolvimento e interpretação de materiais audiovisuais;
5. pelo exercício de interlocução entre as funções típicas de radialismo e as demais funções profissionais ou empresariais da área da Comunicação (DIRETRIZES..., 2001, p. 15-16).

Diferentemente das três habilitações anteriores, o radialista tem seu trabalho voltado para meios de comunicação específicos e, em relação a estes meios, inserem-se nas várias etapas produtivas, e não apenas fornecendo um tipo específico de conteúdo. Foi a primeira habilitação em comunicação voltada especificamente para o trabalho com determinados meios de comunicação. A seguir apresenta-se as competências e habilidades específicas requeridas:

(...) gerar produtos audiovisuais em suas especialidades criativas, como escrever originais ou roteiros para realização de projetos audiovisuais; adaptar originais de terceiros; responder pela direção, realização e transmissão de programas audiovisuais; editar e finalizar programas analógicos ou digitais; saber como planejar, orçar e produzir programas para serem gravados ou transmitidos; administrar, planejar e orçar estruturas de emissoras ou produtoras; dominar as linguagens e gêneros relacionados às criações audiovisuais; conceber projetos de criação e produção audiovisual em formatos adequados a sua veiculação nos meios massivos, como rádio e televisão, em formatos de divulgação presencial, como vídeo e gravações sonoras, e em formatos típicos de inserção em sistemas eletrônicos em rede, como CDROMs e outros produtos digitais; compreender as incidências culturais, éticas, educacionais e emocionais da produção audiovisual mediatizada em uma sociedade de comunicação; assimilar criticamente conceitos que permitam a compreensão das práticas e teorias referentes à área audiovisual DIRETRIZES..., 2001, p. 18).

Semelhante à habilitação Radialismo, a habilitação Cinema (ou Cinema e Vídeo) também possui sua particularidade no trabalho com meios de comunicação específicos, tendo como perfil do egresso do curso o domínio de todas as etapas envolvidas no trabalho com estes meios:

1. pela produção audiovisual nas bitolas e formatos cinematográficos, videográficos, cinevideográficos ou digitais, incluindo-se nessa produção direção geral, direção de arte, direção de fotografia, elaboração de argumentos e roteiros, montagem/edição, animação, continuidade, sonorização, finalização e demais atividades relacionadas; e ainda pela preservação e fomento da memória audiovisual da nação;
2. pela percepção, interpretação, recriação e registro cinematográfico de aspectos da realidade social, cultural, natural de modo a torná-las disponíveis à sociedade por intermédio de estruturações narrativas, documentárias, artísticas, ou experimentais;
3. pela iniciativa e pela participação na discussão pública sobre a criação cinematográfica e videográfica no país e no mundo, através de estudos críticos e interpretativos sobre produtos cinematográficos, sobre a história das artes cinematográficas, e sobre as teorias de cinema;
4. pelo desenvolvimento de atividades e especialidades de produção cinematográfica e videográfica (DIRETRIZES..., 2001, p. 16).

As habilidades e competências requeridas do profissional de Cinema são apresentadas a seguir:

(...) gerar produtos cinematográficos em suas especialidades criativas, como direção geral, direção de arte, direção de fotografia, argumento e roteiro, montagem/edição, animação, continuidade, sonorização, finalização, e outras

atividades relacionadas; promover a geração e disseminação de produtos cinematográficos em suas especialidades de gestão, como produção, distribuição, exibição, divulgação, e outras atividades relacionadas; dominar as diversas técnicas audiovisuais envolvidas nos processos de criação cinematográfica, em qualquer de seus suportes, e nos processos de divulgação; interagir com áreas vizinhas à criação e divulgação cinematográfica, como a televisão, o rádio, as artes performáticas e as novas mídias digitais; avaliar, quantificar, formar e influenciar o gosto público no que diz respeito ao consumo de produtos audiovisuais; inovar e reinventar alternativas criativas e mercadológicas para a produção de filmes e vídeos; interpretar, analisar, explicar e contextualizar a linguagem cinematográfica apropriada aos diferentes meios e modalidades da comunicação audiovisual; compreender os processos cognitivos envolvidos na produção, emissão e recepção da mensagem cinematográfica e seus impactos sobre a cultura e a sociedade; articular as práticas cinematográficas, em seus aspectos técnicos e conceituais, à produção científica, artística e tecnológica que caracteriza nossa cultura, e ao exercício do pensamento em seus aspectos estéticos, éticos e políticos; assimilar criticamente conceitos que permitam a compreensão das práticas e teorias referentes à criação, produção e circulação cultural do Cinema (DIRETRIZES..., 2001, p. 18-19).

A última habilitação profissional da área de comunicação é a Editoração, cujo perfil do egresso se caracteriza:

1. pela gestão e produção de processos editoriais, de multiplicação, reprodução e difusão, que envolvam obras literárias, científicas, instrumentais e culturais;
2. pelo desenvolvimento de atividades relacionadas à produção de livros e impressos em geral, livros eletrônicos, CDROMs e outros produtos multimídia, vídeos, discos, páginas de Internet, e quaisquer outros suportes impressos, sonoros, audiovisuais e digitais;
3. pelo domínio dos processos editoriais, tais como planejamento de produto, seleção e edição de textos, imagens e sons, redação e preparação de originais, produção gráfica e diagramação de impressos, roteirização de produtos em diferentes suportes, gravações, montagens, bem como divulgação e comercialização de produtos editoriais (DIRETRIZES..., 2001, p. 16).

O profissional editor também possui uma formação voltada para vários meios de comunicação, com uma tarefa específica nos processos produtivos destes: a atenção para com a formatação, o planejamento e o fechamento dos produtos finais. Confirma-se essa visão no detalhamento das competências e habilidades específicas requeridas:

(...) dominar processos de edição de texto tais como: resumos, apresentações, textos de capa de livros, textos de revistas, textos que acompanham edições sonoras, audiovisuais e de multimídia, textos para publicações digitais,

tratamento de textos didáticos e para-didáticos, textos de compilação, de crítica e de criação; dominar a língua nacional e as estruturas de linguagem aplicáveis a obras literárias, científicas, instrumentais, culturais e de divulgação em suas diferentes formas: leitura, redação, interpretação, avaliação e crítica; atentar para os diferentes níveis de proficiência dos públicos a que se destinam as produções editoriais; ter competências de linguagem visual, como o conhecimento de produção de imagens pré-fotográficas, fotográficas e pós-fotográficas e os principais processos de design gráfico, desde tipologias até edição digital; ter competências de linguagem de multimídia, como o conhecimento de processos de produção de registros sonoros, videográficos e digitais, tais como CDs, vídeos, edição de páginas e outras publicações em Internet; desenvolver ações de planejamento, organização e sistematização dos processos editoriais, tais como o acompanhamento gráfico de produtos editoriais, seleção de originais, projetos de obras e publicações, planejamento e organização de séries e de coleções, planejamento de distribuição, veiculação e tratamento publicitário de produtos editoriais; ter conhecimentos sobre a história do livro, a história da arte e da cultura; fazer avaliações críticas das produções editoriais e do mercado da cultura; agir no sentido de democratização da leitura e do acesso às informações e aos bens culturais; assimilar criticamente conceitos que permitam a compreensão das práticas e teorias referentes aos processos de Editoração (DIRETRIZES..., 2001, p. 19-20).

Assim, essa faceta se estrutura tendo os seis focos listados acima. Qualquer outra prática profissional, ainda que entendida, naquele caso específico, como profissão da área de Comunicação (como Turismo, Artes plásticas ou outra) não será contabilizada nesta faceta – isto é, neste caso, a faceta não se aplica. Até mesmo porque essas outras áreas estão previstas tanto na faceta 5, relativa a outras áreas do conhecimento, quanto na faceta 4, relativa aos assuntos das mensagens intercambiadas entre os interlocutores no fenômeno comunicativo.

9. Aplicação do sistema facetado às teses e dissertações

Uma vez terminada a construção do sistema facetado, e como forma de testar suas possibilidades e seus limites para a quantificação temática da pesquisa em Comunicação, procede-se a seguir a uma aplicação do sistema a um conjunto de documentos. O conjunto selecionado são as teses e dissertações em Comunicação defendidas no Brasil entre 1992 e 1996, perfazendo um total de 754 documentos. Essa escolha justifica-se: utilizando esse *corpus*, o resultado poderá ser comparado com as análises efetivadas por Stumpf e Capparelli e também por Peruzzo, pois os dois trabalhos utilizaram o mesmo conjunto de teses e dissertações em seus respectivos mapeamentos temáticos da área.

A análise das teses e dissertações foi feita em três etapas. Uma primeira análise, quando o sistema facetado ainda não estava concluído, foi realizada apenas com a leitura dos resumos. Nesse momento foi utilizado um formulário que previa uma lista inicial de focos para cada faceta mas permitia a inclusão de novos focos sempre que necessário. Durante essa análise, percebeu-se a importância de existir a possibilidade de atribuição de meia frequência para dois focos diferentes relativos a uma mesma tese ou dissertação, para se obter um resultado melhor.

Uma segunda análise foi realizada depois, consultando diretamente as teses e dissertações, nas bibliotecas das instituições de ensino superior que abrigam os programas de pós-graduação. Essa análise foi feita sem formulário, consistindo a análise temática das teses e dissertações numa redação livre dos assuntos tendo como referência apenas as facetas.

Por fim, após o término da construção do sistema, procedeu-se a nova análise para conferência das anotações realizadas nas duas primeiras análises e classificação definitiva das teses e dissertações para contagem no sistema.

Neste capítulo são apresentados os resultados da aplicação do sistema facetado junto às teses e dissertações, em quatro momentos:

- a) Em primeiro lugar, são avaliados os casos em que as facetas foram representadas e os casos em que elas não se aplicaram, com o exame das razões de tal fato e as implicações para os resultados gerais da utilização do sistema;
- b) A seguir, são estudadas as frequências dos focos encontrados, identificando as temáticas mais relevantes presentes no conjunto de documentos analisados.

- c) Logo depois, avalia-se a influência de três variáveis nos resultados: o ano de defesa da tese ou dissertação, o nível acadêmico (se dissertação de mestrado ou tese de doutorado) e o programa de pós-graduação em que a tese ou dissertação foi defendida.
- d) Por fim, discute-se os resultados comparando-os com as classificações de Stumpf e Capparelli e de Peruzzo, buscando ver em que aspectos a utilização de um sistema facetado pode contribuir aos esforços que já vêm sendo realizados para o mapeamento temático da pesquisa em Comunicação no Brasil.

9.1. Ocorrência das facetas

O primeiro resultado da aplicação do sistema facetado é justamente a quantidade de vezes em que as facetas se aplicam ou não às temáticas das teses e dissertações. Deve-se lembrar, aqui, o fato de que as facetas foram formadas executando-se três métodos, a partir: de obras e entidades de referência; de manuais de Teoria da comunicação; de termos retirados de documentos da área. Apenas esse último método é próximo das teses e dissertações, na medida em que os termos foram retirados exatamente de um conjunto destas. Ou seja, o sistema não foi montado especificamente para sua aplicação às teses e dissertações defendidas no Brasil.

A análise evidenciou uma considerável quantidade de casos em que as facetas não puderam ser representadas. Já se esperava que houvesse uma grande “não-aplicabilidade” das facetas. Afinal, elas são em número de seis, representando seis possibilidades diferentes de divisão do campo da Comunicação. Era esperado que vários estudos não pudessem ser classificados por todos esses critérios. Houve casos, contudo, em que apenas uma faceta mostrou-se adequada, e até casos de teses ou dissertações cujo conteúdo não pôde ser representado por faceta alguma.

Uma faceta não é representada quando determinada tese ou dissertação não pode ser classificada a partir dela, isto é, a dimensão representada pela faceta não está presente no estudo realizado – por exemplo, quando não há qualquer menção a alguma prática profissional ou não se faz interface com outra disciplina científica.

Esse tipo de caso é particularmente freqüente nas dissertações e teses que formulam suas problemáticas num contexto muito estranho aos termos que compõem o sistema facetado.

Apenas como exemplo, há uma dissertação defendida em 1995 cujo assunto é “análise das conseqüências de uma nova imagem da ciência nos campos filosófico e psicanalítico como pano de fundo para uma apresentação da nova psicanálise, como terceiro passo na história da psicanálise (...)”. Embora se pudesse pensar que se trata de uma interface entre a Comunicação e a Psicanálise, não é o caso, porque nem mesmo o movimento de diálogo entre uma e outra existe. Todo o referencial da dissertação é da Psicanálise. Há outro caso semelhante, também a título de exemplo e também de uma dissertação defendida em 1995, que discute o conceito deleuziano de simulacro e o conceito psicanalítico de pulsão.

Outros dois exemplos de tipos de estudo cuja classificação pelo sistema mostrou-se problemática: uma tese de 1992 que aplica um algoritmo para obter a forma mínima normal disjuntiva dos momentos significativos em sessões de educação física, e uma dissertação de 1993 sobre o canto dos pássaros.

Não se quer aqui tomar a posição de demarcador de fronteiras e concluir que se tratam de dissertações externas ao campo da Comunicação. Nem se tem qualquer pretensão de instaurar um lugar de autoridade, superior às demais possibilidades de compreensão e de clivagem do campo da Comunicação, para legitimar a inclusão de certas teses e dissertações e excluir outras. Esses exemplos são, porém, externos à abrangência que o sistema facetado proporciona.

Do mesmo modo, há outros tipos de estudo não previstos que o sistema não teve como abarcar, como a biografia de determinado empresário ligado à área de Comunicação, a história de determinada empresa de comunicação, a biografia de um conjunto de imigrantes judias, a respiração dos recém-nascidos, entre outros.

O que esse conjunto de exemplos aponta é a extrema heterogeneidade do campo e também sua amplitude, de forma que, a rigor, qualquer sistema de classificação criado para mapear tematicamente essas teses e dissertações terá muita dificuldade em obter a inclusão de todos os casos, ou mesmo de uma quase totalidade dos casos.

A apresentação dos resultados gerais da ocorrência das facetas a partir da aplicação do sistema às 754 teses e dissertações é feita a seguir, na TABELA 15:

TABELA 15
Casos de aplicação e não-aplicação das facetas

Facetas	A faceta não se aplica		A faceta se aplica	
	N	%	N	%
Faceta 1: Modelo de comunicação	68	9,02%	686	90,98%
Faceta 2: Âmbito relacional	151	20,03%	603	79,97%
Faceta 3: Meios, veículos, suportes	114	15,12%	640	84,88%
Faceta 4: Assuntos das mensagens	154	20,42%	600	79,58%
Faceta 5: Disciplinas de interface	466	61,80%	288	38,20%
Faceta 6: Habilitações profissionais	585	77,59%	169	22,41%

NOTA: As colunas indicadas com a letra N representam o total de casos em que a faceta não foi representada (segunda coluna) ou os casos em que ela foi representada (quarta coluna). As colunas indicadas com o símbolo % indicam o percentual que esses valores representam em relação ao universo pesquisado (754 teses e dissertações), nos casos em que a faceta não se aplica (terceira coluna) e se aplica (quinta coluna).

Houve um progressivo aumento da quantidade de casos em que as facetas não se aplicam, da primeira até a última (exceto pela faceta 3 em relação à faceta 2). A primeira faceta, sendo a mais importante do sistema por representar a faceta “personalidade”, isto é, o modelo de fenômeno comunicativo das teses e dissertações, obteve aplicação próxima ao total do universo pesquisado. Foram 686 casos, o que corresponde a pouco mais de 90%.

As três facetas seguintes representam os “universais” da comunicação, isto é, os elementos do fenômeno comunicativo presentes em todos os modelos de comunicação. Elas apresentaram frequências bastante semelhantes de ocorrência: 603, 640 e 600 casos, o que equivale a 79,97%, 84,88% e 79,57%, respectivamente.

A faceta 5, que identifica disciplinas de interface, apresentou uma baixa ocorrência: 288 casos, o que representa, contudo, mais de um terço das teses e dissertações. Deve-se ressaltar que, muitas vezes, as teses e dissertações fazem o movimento de interface em relação a outra disciplina científica mas não identificam explicitamente esse movimento. Por fim, a faceta 6 apresentou a frequência mais baixa, 22,41%, o que equivale a pouco mais de um quinto das teses e dissertações.

Muitas vezes ocorre a representação da faceta numa determinada dissertação ou tese, mas pode ser identificado mais de um foco. Nos casos de ocorrência de até dois focos, o sistema permite a contabilização de meia frequência para cada um. No caso de mais de dois focos, porém, o sistema não permite a contabilização dos focos. É o caso, por exemplo, de uma tese ou dissertação que estuda, ao mesmo tempo, rádio, televisão e jornal.

Com isso, os valores totais de representação das teses e dissertações por focos do sistema sofrem alterações em relação aos valores de casos em que a faceta se aplica, principalmente no caso das facetas 3, referente aos meios, e 4, relativa aos assuntos das mensagens. Dos 498 casos em que a faceta 3 pôde ser representada, 142, isto é, quase um terço (28,51%), constituem ocorrência de mais de dois focos. No caso da faceta 4 esse número é ainda bem maior: dos 600 casos em que há representação da faceta, 235 se referem a mais de dois focos, o que representa 39,16% dos casos.

Os valores relativos à faceta 5 sofrem uma alteração menor. Dos 288 casos de representação da faceta, 35 são casos de ocorrência de mais de dois focos. Em relação à faceta 6, em apenas três casos tal fato ocorre.

A seguir, são apresentados os resultados relativos a cada uma das facetas e as comparações dos valores alcançados pelos focos no interior das facetas. Para tanto, serão utilizados apenas os valores relativos à ocorrência das facetas, pois quando a faceta não é representada, ela não existe para aquela tese ou dissertação e não pode, assim, ser comparada, quantitativamente, com os focos, que representam as diferentes manifestações da faceta.

Para a verificação das frequências dos focos dentro de cada faceta, também serão considerados apenas os casos em que houve a ocorrência de até dois focos. Os valores totais de ocorrência de até dois focos para cada faceta apresentaram alteração em relação ao total de casos em que a faceta se aplica, para as facetas de 3 a 6, e são os seguintes: 498 casos (faceta 3), 365 casos (faceta 4), 253 casos (faceta 5) e 166 casos (faceta 6).

Para a representação dos percentuais, foram utilizadas duas casas decimais, pois alguns valores são muito baixos em relação ao total e não poderiam ser representados caso se trabalhasse com apenas uma casa decimal.

9.2. Ocorrência dos focos

A faceta 1 diz respeito ao modelo de comunicação presente nas dissertações e teses. Foram utilizados como focos os sete modelos de comunicação presentes nos manuais de Teoria da comunicação. Contudo, uma grande quantidade de teses e dissertações possui um outro

modelo de comunicação, o que fez com que o foco “outros modelos” fosse o quinto mais freqüente, com 8,75% do total.

Em uma parte das teses ou dissertações não foi possível a representação da faceta, conforme já citado anteriormente, como por exemplo o perfil sócio-econômico dos jogadores de futebol de São Paulo, um mapeamento de teses e dissertações sobre certo assunto da área ou um relato sobre a experiência de monitoria em cursos de comunicação, entre outros. Há ainda outros tipos de trabalho, estes sim representados na categoria “outros”, que estudam o mercado de trabalho da área de Comunicação ou o histórico de uma emissora de comunicação, que apresentam um determinado modelo de comunicação, mas que não se encaixa nos sete focos previstos pelo sistema.

Sobre essa faceta, deve-se acrescentar ainda o fato de que encontrou-se uma grande quantidade de estudos que podem estar situados em mais de um foco, isto é, que percebem mais de uma dimensão do fenômeno comunicativo. Nos casos em que uma dimensão sobressaiu, marcou-se apenas um foco. Quando havia duas dimensões muito importantes, contou-se meia freqüência para cada foco. Os resultados da análise da faceta 1 são apresentados a seguir, na TABELA 16:

TABELA 16
Somatório e percentual dos focos da faceta 1 (modelo de comunicação)

Focos da faceta 1	N	%
Significação	267,5	38,99
Efeito/função	125,5	18,29
Cultura	78	11,37
Técnica	68,5	9,99
Outros	60	8,75
Interação	53	7,73
Ideologia	26	3,79
Transporte	7,5	1,09
Total	686	100

NOTA: Nesta tabela, e nas cinco seguintes, N representa o total de ocorrências do foco e % representa o percentual que esse valor representa no total de ocorrências de focos desta faceta.

O foco mais freqüente é “significação”, com 267,5 ocorrências, o que equivale a 38,99%. Essa alta incidência indica a importância dessa dimensão para a área de Comunicação,

dimensão essa pouco representada ainda nos manuais e mesmo nas divisões-padrão, embora a análise temática (justamente a etapa relacionada com o conteúdo das teses e dissertações) tenha evidenciado isso pela importância da classe “dimensão simbólica da comunicação”. O foco “significação” abriga um conjunto muito amplo de enfoques, o que sugere a possibilidade de se desdobrá-lo em outros. A análise das teses e dissertações evidenciou pelo menos duas grandes tendências de estudo nesse foco.

Uma é a análise de uma obra ou produto da comunicação, indicando a sua estrutura significativa, isto é, os elementos que a compõe e as relações entre eles, como por exemplo um estudo sobre um filme que analisa os planos utilizados, os movimentos de câmera, a luz, a trilha sonora, etc. Uma variação desse tipo de estudo é a análise de apenas um elemento de um produto, como, por exemplo, apenas as figuras de linguagem numa poesia, apenas a cor num anúncio publicitário, etc. Outra variação é a análise de um produto a partir de um conjunto de códigos estruturados, como um estilo artístico e literário (minimalismo, cubismo, futurismo) ou então de um tipo específico de linguagem (linguagem cinematográfica, linguagem sonora, verbal, visual, etc). Nesse tipo de estudo se encaixam ainda aqueles que identificam os vários tipos de signos presentes numa obra e procuram classificá-los adotando algum sistema (como, por exemplo, a tricotomia peirceana).

A segunda grande tendência são os estudos que buscam ver as possibilidades interpretativas de um produto ou obra, isto é, o movimento de sentidos produzidos. A ênfase aqui não é o movimento compreensivo para dentro da obra (seus elementos constituintes) mas sim para fora dela, buscando ver as potencialidades de significação que ela proporciona ou o caminho do sentido nas várias etapas de sua circulação. Aqui se encaixam, por exemplo, os vários estudos em “crítica genética” (que buscam descobrir o processo de fabricação de uma obra, as etapas sucessivas efetivadas pelo produtor), em “semiótica da cultura” e em “estética da recepção”.

Destaca-se, além disso, a grande quantidade de meios diferentes estudados na perspectiva da comunicação como significação, desde meios “tradicionais” como televisão, cinema e mesmo livros, até tampos de carteiras escolares, muros, arquitetura de cidades, praças, etc. O segundo foco mais freqüente é o do modelo de comunicação como efeito/função, com 125,5 ocorrências (18,29% do total). Inserem-se nesse foco a maior parte dos estudos que pensam a comunicação numa lógica instrumental, com a intenção de “resolver os problemas de comunicação” de uma empresa, instituição ou comunidade. A problemática

neste caso se relaciona com processos de otimização, de busca de resultados, configurando pesquisas de caráter aplicado, de intervenção. São muito freqüentes estudos sobre como a comunicação pode ajudar nos processos de ensino e aprendizagem ou na comunicação dentro de instituições religiosas, bem como o estudo de fatores que interferem nos efeitos obtidos pelo uso dos meios de comunicação de massa. Também neste foco estão a maior parte dos estudos relacionados com as habilitações profissionais, tanto na problematização de algum aspecto de seu funcionamento quanto em relação às funções sociais destas habilitações.

Comunicação como cultura foi o foco representado por 78 dissertações e teses, atingindo 11,37% do total. Incluem-se nesse foco uma variedade de estudos sobre identidade (de gênero, de grupos étnicos, minorias sociais, etc) e sobre as mediações sociais no fenômeno comunicativo (de instituições como a escola, a família, a cultura regional, etc). Neste foco encontram-se ainda, e principalmente, os estudos que avaliam produtos ou processos da comunicação à luz dos valores culturais mais amplos, percebendo a complementaridade ou a mútua influência entre eles. Ao identificar o atravessamento da comunicação pela cultura, esses estudos acabam por avaliar diversos produtos da comunicação com os referenciais do universo cultural do contexto em que esses produtos circulam. Os estudos incluídos nesse foco se referem a uma multiplicidade de meios, de mensagens e também não são específicos de um âmbito relacional da comunicação, concentrando-se bastante tanto na comunicação de massa quanto na comunicação comunitária – porém com incidência muito menor na comunicação institucional.

O quarto foco com maior ocorrência é o que considera a comunicação em sua dimensão técnica, com 68,5 teses e dissertações, representando 9,99%. Também esse foco pareceu bastante subrepresentado na análise dos manuais, vinculado quase exclusivamente à teorização de um autor, McLuhan. Contudo, é um foco constantemente associado a outro, de forma que grande parte de sua freqüência se deve à soma de 0,5 em várias teses e dissertações. Caso o sistema não permitisse a contagem fragmentada, essa faceta alcançaria um valor muito inferior, referente a pouco mais da metade atingida.

Houve uma grande ocorrência de outros modelos que não os sete construídos a partir das leituras dos manuais de Teoria da comunicação, representando o quarto foco mais freqüente.

O foco que vê a comunicação numa perspectiva interacional foi representado por 53 teses e dissertações, atingindo 7,73%. Incluem-se aqui tanto estudos sobre processos microssociais

(os fenômenos interpessoais, normalmente mais dialógicos) quanto os estudos sobre a comunicação de massa que enfatizam a inter-relação entre os interlocutores, isto é, a ação de um tendo como referência o outro da comunicação, embora estes tenham ocorrido numa proporção muito pequena.

O foco relativo aos estudos que vêem a comunicação numa perspectiva social crítica se fez representar em apenas 26 teses e dissertações (3,79%), o que significa um grande decréscimo da importância que já teve na área nas décadas de 1970 e 1980, como apontado no capítulo sobre a institucionalização do campo da Comunicação. Deve-se lembrar que nem todos os estudos sobre ideologia foram incluídos aqui, mas apenas aqueles que estudam ideologia de uma perspectiva social – há numerosos estudos sobre ideologia no foco relativo a significação. Por fim, o foco referente à comunicação como transporte de informações, que também já possuiu muita relevância na área algumas décadas atrás, foi encontrado em apenas 1,09% das dissertações e teses.

Já os resultados da faceta 2, relativa à abrangência, contexto, nível ou âmbito relacional dos fenômenos comunicativos, confirmaram a definição de vários teóricos de que a comunicação de massa é o objeto privilegiado da Comunicação, mas não o objeto exclusivo da área. Assim, os resultados contra-argumentam aqueles que defendem que o objeto da Comunicação é única e exclusivamente a comunicação massiva por ela ter tido seu início, enquanto disciplina científica, apenas na era da comunicação de massa e ter seu surgimento marcado pela problematização desta. Os resultados estão expostos na TABELA 17:

TABELA 17
Somatório e percentual dos focos da faceta 2 (âmbito relacional)

Focos da faceta 2	N	%
De massa/macrossocial	366,5	60,78
Institucional	134,5	22,31
Comunitária	77	12,77
Grupal	16	2,65
Interpessoal	9	1,49
Individual	0	0
Total	603	100

Os dados mostram que a comunicação de massa obtém 60,78% de ocorrência. Incluem-se nesse foco, contudo, não apenas aqueles processos ou produtos especificamente relacionados com as indústrias da mídia, envolvendo uma produção industrializada e difusão generalizada (como no caso de televisão, jornais, cinema) quanto também estudos relativos ao nível macrosocial de uma forma geral (como a arquitetura de uma cidade, livro, pintura).

Estudos exclusivamente centrados no conteúdo das obras (por exemplo, análise de um livro ou de um quadro) não foram representados por esta faceta, por não haver qualquer identificação de sujeitos se relacionando. Estudos dedicados apenas às obras ou aos produtos da comunicação (um livro, um filme, uma pintura) mas que fazem alguma referência aos sujeitos que se relacionam (ainda que apenas ao produtor da obra) foram representados por esta faceta.

Contudo, evidencia-se também uma presença relevante de dois outros focos. O primeiro é a comunicação institucional, com 22,31% do total. Esse valor foi atingido muito em função dos trabalhos na área de relações públicas, mas destaca-se também estudos no âmbito de instituições religiosas e educacionais. O segundo é a comunicação comunitária, com 12,77% das ocorrências, incluindo principalmente trabalhos sobre meios de comunicação alternativos, como rádios e TVs comunitárias e literatura de cordel.

Outros dois focos alcançaram valores pouco expressivos: comunicação grupal e interpessoal, com 2,65% e 1,49%, respectivamente. O foco relativo à comunicação intrapessoal, como as ressalvas levantadas pelos autores que tratam do tema permitiram antecipar, não foi encontrado, tendo constado do sistema apenas para garantir a característica da completude ou exaustividade.

A faceta relativa aos meios de comunicação foi identificada em 640 teses e dissertações, sendo a segunda com maior frequência, maior até do que a faceta 2. Contudo, essa faceta só pôde ser representada para descrever a temática das teses e dissertações em 498 casos, pois nos outros 142 houve a ocorrência de mais de dois focos, sendo muito freqüente o tipo de estudo dedicado a vários meios de comunicação ao mesmo tempo.

Para a montagem dos focos, buscou-se uma grande especificidade, resultando num total de 33 focos. Esse número poderia ter sido maior ainda, caso não se optasse pelos focos “outros meios impressos”, “outros meios audiovisuais” e “outros meios digitais”. Ainda assim, tal quantidade de focos resultou numa grande quantidade de focos que não ocorreram (cinco), que obtiveram freqüência muito baixa, menor que 1% (oito focos), e

que obtiveram frequência baixa, menor que 3% (nove focos). Com isso, restaram onze focos que obtiveram frequências entre 3,11 e 15,47%. Os resultados estão expostos na TABELA 18:

TABELA 18
Somatório e percentual dos focos da faceta 3 (meios, veículos, suportes)

Focos da faceta 3	N	%	Focos da faceta 3	N	%
Jornal	77	15,47	Gestualidade/corpo	5	1,01
Livro	73	14,66	Outr. meios audiovisuais	5	1,01
Televisão	65	13,05	Outros meios digitais	5	1,01
Face a face	40	8,03	Escultura	3	0,61
Cinema	28	5,62	Dança	2,5	0,51
Revista	23	4,62	CD-Rom	2,5	0,51
Música	23	4,62	Decoração	2	0,41
Vídeo	21,5	4,32	Histórias em quadrinhos	2	0,41
Computador	19,5	3,92	Internet	2	0,41
Rádio	17	3,42	Fala/oralidade	1	0,21
Teatro	15,5	3,11	Vestuário/moda	0,5	0,10
Fotografia	14,5	2,91	Fotonovela	0	0
Arquitetura	13,5	2,61	Cartaz	0	0
Pintura	13	2,61	Outdoor	0	0
Outros meios impressos	12	2,41	Disco	0	0
Escrita/manuscrito/carta	6,5	1,31	Multimídia	0	0
Grafite/desenho	5,5	1,11	Total	498	100

O foco referente a jornal apresentou a maior ocorrência, com 15,47%. Outros dois focos mostraram-se muito próximos: livro, com 14,66%, e televisão, com 13,05%. Os focos relativos a jornal e a televisão referem-se especificamente a veículos tomados como meios de comunicação nos vários estudos, isto é, considerando-se sua dimensão propriamente comunicativa. O meio livro, contudo, muitas vezes diz respeito a estudos de literatura que se voltam exclusivamente para o conteúdo da obra, sendo a dimensão do suporte da comunicação desconsiderada – isto é, não há a problematização sobre o suporte que veicula o conteúdo; nestes casos, o fato de o meio de comunicação ser um livro é um aspecto não relevante. Ainda nesses casos, contudo, o foco foi considerado e contabilizado.

O quarto foco mais freqüente refere-se à comunicação face a face, isto é, ao foco construído para abarcar os vários meios utilizados nas interações entre as pessoas e que são utilizados concomitantemente (comunicação verbal oral, comunicação gestual, etc). Esse foco, assim como o livro, foi representado mesmo nos casos em que não há uma identificação explícita de que esse suporte ou veículo está sendo considerado como meio de comunicação. Sua freqüência foi de 8,03%.

Imediatamente depois, mas com valores menores, encontram-se os focos referentes a cinema (5,62%), revista (4,62%), música (4,62%), vídeo (4,32%), computador (3,92%), rádio (3,42%), teatro (3,11%), fotografia (2,91%), arquitetura (2,61%) e pintura (2,61%).

Agrupando-se os vários focos desta faceta, percebe-se que a maior parte das teses e dissertações se dedica ao estudo de meios impressos (38,88%) vindo, a seguir, os meios audiovisuais (29,32%), o que confirma a hegemonia destas duas modalidades de meios de comunicação, cujo estudo está na origem da constituição disciplinar da área de Comunicação.

Destaca-se também a freqüência dos meios de comunicação não-verbal e relativos à comunicação face a face, com 24,94%. Entre esses meios estão alguns tradicionalmente não listados como meios de comunicação e que, somados, obtiveram uma freqüência considerável, tais como teatro, arquitetura e pintura.

Os meios digitais apresentaram uma freqüência baixa, de apenas 5,85%, com o foco relativo à internet representando apenas 0,41% das dissertações e teses. Embora esse resultado pareça conflitar com o peso que a comunicação digital possui no sistema, deve-se lembrar que o sistema facetado foi criado incorporando questões e discussões contemporâneas, enquanto as teses e dissertações referem-se ao período compreendido entre 1992 e 1996, quando as tecnologias digitais, e particularmente a internet, ainda estavam incipientes.

Por fim, as categorias relativas a outros meios também obtiveram uma freqüência que deve ser comentada. A principal delas, “outros meios impressos”, obteve 2,41% das ocorrências, agrupando folhetos de cordel, *press-releases*, embalagens, capas de discos e boletins. “Outros meios audiovisuais”, agrupando telefone, luz e xerox, e “outros meios digitais”, com bancos de dados e criografia, alcançaram 1,01% cada uma.

A faceta 4 diz respeito às mensagens transmitidas e recebidas nos fenômenos de comunicação, e, para representá-la, optou-se pela consideração dos assuntos das mensagens. Tomada dessa forma, a faceta não pôde ser aplicada em 154 casos, que

representam teses ou dissertações que não identificam a existência de qualquer mensagem no fenômeno comunicativo estudado por elas.

Além disso, essa foi a faceta mais afetada pela ocorrência de mais de dois focos simultaneamente, o que inviabiliza a sua representação. Tal fato ocorreu com 235 teses e dissertações. Nesse caso encontram-se tanto a ocorrência de mais de dois assuntos das mensagens (mais de dois focos) quanto os estudos de uma obra específica (um livro, um filme) em que não se pode identificar um único assunto, e ainda os casos em que se estudou os vários conteúdos de um meio, obtendo-se também vários assuntos (como no caso de todo o conteúdo de um jornal, por exemplo). Esse fato fez com que a faceta só pudesse ser representada em 365 teses ou dissertações.

Para a definição dos focos, considerou-se o primeiro sumário da CDD, sendo que no caso das classes 1, 3, 5, 6 e 7 utilizou-se também o segundo sumário, a fim de se obter uma especificidade maior. O resultado da frequência dos focos é apresentado a seguir, na TABELA 19:

TABELA 19
Somatório e percentual dos focos da faceta 4 (assuntos das mensagens)
(Continua)

Focos da faceta 4	N	%	Focos da faceta 4	N	%
Sociedade	50	13,70	Filosofia ant. e medieval	1,5	0,41
Ensino/educação	30,5	8,36	Filosofia moderna	1,5	0,41
Política	27	7,40	Filosofia	1	0,27
Recreação	22	6,03	Ética	1	0,27
Economia	20,5	5,62	Astronomia	1	0,27
Artes	20,5	5,62	Física	1	0,27
Costumes, etiq. e folclore	20	5,48	Engenharia	1	0,27
Religião	17,5	4,80	Artes plásticas/escultura	1	0,27
Medicina	17	4,66	Pintura	1	0,27
Problemas sociais	15	4,11	Artes gráficas	1	0,27
Gestão	14	3,84	Fenômenos paranormais	0	0
Literatura	13,5	3,70	Lógica	0	0
Ciências naturais	11,5	3,15	Estatística	0	0
Geografia e história	11	3,01	Direito	0	0
Administração pública	9	2,47	Matemática	0	0
Agricultura	9	2,47	Ciências da terra	0	0

TABELA 19
Somatório e percentual dos focos da faceta 4 (assuntos das mensagens)
(Conclusão)

Focos da faceta 4	N	%	Focos da faceta 4	N	%
Psicologia geral	7,5	2,05	Paleontologia	0	0
Metafísica	6	1,64	Ciências botânicas	0	0
Ciências da vida/biologia	5,5	1,51	Ciências zoológicas	0	0
Tecnologia/ciências apl.	4,5	1,23	Economia doméstica	0	0
Química	4	1,10	Engenh. e tecn. química	0	0
Ramos da psicologia	3,5	0,96	Indústria	0	0
Comércio, com., transp.	3,5	0,96	Indústria especializada	0	0
Generalidades	3	0,82	Construções	0	0
Música	2,5	0,68	Paisagismo	0	0
Epistemologia	2	0,55	Desenho e decoração	0	0
Arquitetura	2	0,55	Total	365	100
Fotografia	2	0,55			

O foco que obteve a maior frequência é “sociedade”, que abarca várias questões como interações sociais, processos sociais, grupos sociais, cultura e instituições, entre outros. Das 50 ocorrências deste foco (representando 13,70% do total), destacam-se 12 ligados à questão da identidade da mulher (gênero, feminismo), 12 ligados a grupos étnicos (principalmente negros, algumas vezes particularizados como grupos afro ou baianos), 5 relacionados com movimentos sociais, e ainda outros assuntos como infância, idosos, índios, identidade de um povo, família, casamento, prostituição e morte. Todos foram incluídos na classe 300, relativa às ciências sociais, pois essa é a indicação que consta da CDD.

O segundo foco mais frequente é “educação”, que possui alguma distância em relação ao primeiro, atingindo 8,36% das ocorrências. Logo depois vem “política”, com 4,70%, representada principalmente devido à incidência do assunto eleições, mas também outros como diplomacia. O foco seguinte, é “artes recreativas e performáticas”, que atingiu 6,03%. Nesse total se encontram dois grandes grupos: aqueles assuntos referentes à programação de rádio e TV e aqueles relacionados com esportes.

Logo depois, na quinta posição, estão os focos “economia” e “artes”. Ambos alcançaram 5,62% das ocorrências da faceta 4, sendo que o primeiro deve tal fato principalmente ao

assunto sindicalismo, responsável por mais de 75% dessas ocorrências. A seguir está o foco “costumes, etiqueta e folclore”, com 5,48%, obtidos principalmente com o assunto mito, mas também festa, heróis e vampiro.

O oitavo foco mais freqüente, religião, atingiu 4,80% das ocorrências, seguido de medicina, com 4,66%. Após os dois, “problemas e serviços sociais” obteve 4,11%, incorporando as temáticas relacionadas com meninos de rua, violência, pobreza, fome e loucura. Entre outros destaques relevantes estão a forte presença de ecologia na soma do foco “ciências da vida/biologia”, de tempo no foco “metafísica” e de memória, enquanto cognição, no foco relativo a “psicologia geral”.

No cômputo geral, a faceta 4 apresentou uma grande dispersão de valores, com os focos atingindo baixas somas. Entre as seis facetas, é nesta que o foco posicionado na primeira colocação de freqüência obteve o percentual mais baixo (13,70%). É somente nela, também, que apenas um único foco ultrapassou a marca dos 10% de ocorrência. E há nela, ainda, uma grande quantidade de focos que não ocorreram (16), outros com freqüência inferior a 0,5% (10 focos) ou maior que 0,5% mas inferior a 1% (sete focos). Juntos, todos eles representam 33 focos, mais da metade dos focos da faceta.

Os resultados permitem concluir que mostrou-se pertinente a utilização apenas do primeiro sumário no caso das grandes classes 0, 2, 8 e 9. As ocorrências delas foram todas inferiores a 20 casos, representado percentuais baixos o suficiente para justificar a inclusão de todo o primeiro sumário num único foco— respectivamente, 0,82%, 4,80%, 3,70% e 3,01%. Outras duas grandes classes também poderiam ter constado do sistema apenas na designação do primeiro sumário: as classes 1 e 5, que ocorrem 24 e 23 vezes, respectivamente, somando-se todos os focos relativos a assuntos destas classes. Com isso, elas atingiram apenas 6,57% (classe 1) e 6,30% (classe 5). Contudo, a análise facetada e o exame das divisões-padrão não permitiu antecipar esse resultado, como fizeram em relação às outras quatro classes.

Ao mesmo tempo, a classe 3 obteve um valor muito alto. Somando-se todos os focos que representam assuntos do segundo sumário dessa classe, chega-se ao valor de 175,5 ocorrências, correspondendo a 48,08% do total. Uma de suas classes, a 300, alcançou freqüência superior a quase todas as grandes classes, apontando ser mais relevante desdobrá-la no terceiro sumário do que desdobrar as classes 1 e 5 no segundo sumário.

Já para a faceta 5 foram utilizadas, na construção de seus focos, as áreas de conhecimento definidas pelo CNPq. Foram acrescentados três focos referentes a disciplinas de interface

que foram muito destacadas na etapa de análise facetada e também no exame das divisões-padrão e que não estavam contempladas pela tabela do CNPq. O resultado foi a elaboração de uma faceta com 34 focos. A listagem dos focos e seus valores de ocorrência encontram-se a seguir, na TABELA 20:

TABELA 20
Somatório e percentual dos focos da faceta 5 (disciplinas de interface)

Focos da faceta 5	N	%	Focos da faceta 5	N	%
Semiótica	72	28,46	Outros	1	0,39
Filosofia	28,5	11,26	Teologia	1	0,39
Psicanálise	27	10,67	Arquitetura e urbanismo	0,5	0,20
Semiologia	21	8,30	Museologia	0,5	0,20
Letras	18,5	7,31	Arqueologia	0	0
Artes	17	6,72	Ciência política	0	0
Linguística	13	5,14	Ciências agrárias	0	0
Ciências exatas e da terra	9	3,56	Demografia	0	0
História	9	3,56	Desenho industrial	0	0
Antropologia	8	3,16	Direito	0	0
Ciência da informação	6,5	2,57	Economia doméstica	0	0
Administração	5	1,98	Engenharias	0	0
Psicologia	4,5	1,78	Geografia	0	0
Educação	3	1,19	Planej. urbano e regional	0	0
Sociologia	3	1,19	Serviço social	0	0
Ciências da saúde	2,5	0,99	Turismo	0	0
Ciências biológicas	1,5	0,59	Total	253	100
Economia	1	0,39			

Os três focos que foram acrescentados posteriormente às áreas definidas pelo CNPq alcançaram o primeiro, terceiro e quarto lugares. A maior frequência é a do foco relativo à Semiótica que, sozinho, obteve 28,46%, representando mais de um quarto do total de interfaces que a Comunicação faz com outras disciplinas. As outras duas disciplinas acrescentadas às da tabela do CNPq são Psicanálise, terceira maior frequência, com 10,67% e Semiologia, quarta maior frequência, com 8,30%. Juntas, essas três disciplinas representam 47,43% do total de ocorrências da faceta 5.

Entre as disciplinas listadas na Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq, a que atinge maior frequência é Filosofia, com 11,26%, ocupando o segundo lugar geral. Logo depois estão Letras (7,31%), Artes (6,72%) e Lingüística (5,14%).

Agrupando-se os focos relativos à faceta 5, percebe-se em primeiro lugar o já citado destaque para as três disciplinas acrescentadas posteriormente que, juntas, respondem por quase a metade das ocorrências (47,43%). Logo a seguir vem a grande classe de número 7, denominada “Ciências humanas”, com 22,53% e, próximo a ela, as três disciplinas que compõem a grande área de número 8, denominada “Lingüística, Letras e Artes”, com 19,17%. A soma das frequências de todas as grandes áreas que não foram desmembradas para a constituição dos focos (Ciências exatas e da terra, Ciências biológicas, Engenharias, Ciências da saúde, Ciências agrárias e Outros, perfazendo seis grandes áreas na tabela do CNPq) chegou a 5,53%, impulsionada principalmente pela ocorrência de Matemática e Computação entre as disciplinas de interface. Curiosamente, a soma dos focos da grande área de “Ciências sociais aplicadas”, à qual pertence a Comunicação, obteve a menor frequência: apenas 5,34%.

A grande quantidade de focos dessa faceta resultou em muitos focos sem ocorrência: foram doze no total. A metade deles (seis) representam áreas do conhecimento pertencentes à grande classe “Ciências sociais aplicadas”. Esse resultado confirma os dados apresentados no parágrafo anterior, de que a área de Comunicação dialoga muito mais com as grandes áreas de “Lingüística, letras e artes” e “Ciências humanas” do que com as outras ciências que, como ela, estão incluídas na grande classe “Ciências sociais aplicadas”.

Uma última observação deve ser considerada a respeito da faceta 5. Trata-se do foco “Sociologia” que acabou apresentando uma ocorrência muito baixa, de apenas 1,19%, (três teses e dissertações). Contudo, muitas vezes são utilizados conceitos, teorias e autores da Sociologia, mas a tese ou dissertação não registra esse movimento como uma interface, considerando-os como pertencentes ao campo da Comunicação. Embora isso tenha acontecido também em relação a outras áreas do conhecimento, foi em relação ao foco específico da Sociologia que a incidência foi considerável, interferindo nos resultados encontrados.

Também devem ser ressaltados casos em que são tratados temas pertinentes a outras ciências, mas em que não há uma interface com elas enquanto disciplinas científicas. Esse é o caso principalmente de Educação e Política: há muitos estudos que lidam com temas pertencentes a estas áreas mas que não utilizam teorias ou conceitos delas. Quando foi o

caso, foram contabilizados focos para essas áreas na faceta 4, relativa aos assuntos das mensagens, ficando sua ocorrência como focos da faceta 5 apenas nos poucos casos (apenas 3 em Educação e nenhum em Ciência política) em que houve uma interface com elas enquanto disciplinas científicas.

Um último caso singular é o da área de História. Frequentemente ocorrem estudos da história de algo (de uma empresa de comunicação, de um meio, de um processo), mas são muito poucos (apenas 3,56% dos casos) em que há uma apropriação de conceitos ou da teoria da área de História.

Por fim, a faceta que menos foi representada nas teses e dissertações é a referente às habilitações profissionais. Como vai se ver adiante, isso se deve principalmente às diferenças entre os programas de pós-graduação, havendo alguns PPGCOMs em que a faceta é representada por menos de 10% do total de teses e dissertações – na PUC-SP as teses e dissertações representadas por essa faceta alcançam 4,54% e na UFRJ atingem 8,20%. Percebe-se, assim, que as habilitações profissionais são muito pouco contempladas na pós-graduação em Comunicação.

Nos casos em que essa faceta pôde ser representada mostra-se a incidência bem maior do foco referente ao jornalismo, atingindo 43,68% das ocorrências. Logo depois encontram-se outros três focos, com valores bastante aproximados: relações públicas (15,05%), publicidade e propaganda (14,46%) e cinema (13,55%). As outras duas habilitações atingiram valores inferiores a 10%. Os resultados dos focos da faceta 6 estão na TABELA 21, logo abaixo:

TABELA 21
Somatório e percentual dos focos da faceta 6 (habilitações profissionais)

Focos da faceta 6	N	%
Jornalismo	72,5	43,68
Relações públicas	25	15,06
Publicidade e propaganda	24	14,46
Cinema (cinema e vídeo)	22,5	13,55
Radialismo (rádio e TV)	13,5	8,13
Editoração	8,5	5,12
Total	166	100

Também em relação a essa faceta cumpre fazer um esclarecimento. Foram considerados focos da faceta 6 apenas os casos em que há uma problematização de jornalismo, relações públicas, etc, do ponto de vista das habilitações profissionais. Ou seja, o número de estudos que lidou com jornal ou mesmo com material jornalístico em revistas ou na televisão é maior do que a frequência do foco “jornalismo” na faceta 6: afinal, nem todo estudo sobre jornal é realizado considerando-se o aspecto da habilitação profissional jornalismo. Isso vale para as demais, tendo acontecido principalmente em relação ao foco cinema: há mais teses e dissertações que lidam com cinema (seja enquanto meio de comunicação ou não, apenas analisando filmes) do que os registros do foco “cinema” na faceta 6, pois estes apenas se referem à discussão sobre cinema enquanto habilitação profissional da área de Comunicação.

A análise até aqui considerou a ocorrência de focos de forma absoluta, isto é, somando-se a frequência encontrada em todos os anos analisados, tanto nas dissertações quanto nas teses, e em todos os programas de pós-graduação. No tópico a seguir, serão isolados cada um desses fatores para que se possa analisar sua influência nos resultados encontrados.

9.3. Variações dos valores obtidos

Para uma melhor compreensão dos resultados obtidos, foram estudadas separadamente três variáveis que podem interferir nos resultados, de forma a se avaliar a forma como elas atuaram. Essas três variáveis são: o tempo (o ano de defesa da dissertação ou tese), o nível (se mestrado ou doutorado) e o programa de pós-graduação em que a tese ou dissertação foi defendida.

Para a análise de como os resultados variaram, foram seguidas cinco etapas. Em primeiro lugar, foram calculadas as frequências de cada foco por categoria das variáveis analisadas (isto é, ocorrência de focos separadamente nas teses e nas dissertações; ocorrência de focos em cada ano, separadamente; e ocorrência dos focos em cada PPGCOM). A seguir, foram calculados os percentuais que esses valores representam em cada categoria (por exemplo, o percentual que certa frequência obtida no ano de 1993 representa em relação ao total de ocorrências daquela faceta no mesmo ano). Logo depois, foi calculado o desvio-padrão de

cada foco, utilizando-se como referência os valores percentuais e não os absolutos, de forma a se poder fazer a comparação entre as três variáveis.

A quarta etapa foi o cálculo da média dos desvios-padrão de todos os focos, para se identificar o quanto cada faceta foi afetada por cada variável. Após isso, foram comparados os desvio-padrão das facetas para cada uma das variáveis, de forma a se identificar quais variáveis foram relevantes na alteração dos resultados e quais variáveis produziram efeito muito reduzido ou mesmo insignificante nas totalizações obtidas.

As 18 tabelas apresentadas a seguir têm todas o mesmo formato, incluindo a lista dos focos dentro de cada faceta e o percentual obtido por cada um dos focos em relação à ocorrência total de focos. A seguir, nas colunas indicadas pelas letras “DP”, são apresentados os desvios-padrão de cada foco em relação àquela variável. Por fim, na última linha da última coluna, é apresentada a média dos desvios-padrão dos focos. Optou-se por não apresentar nas tabelas a frequência absoluta de cada foco para simplificar a sua leitura e a apresentação dos dados.

As primeiras seis tabelas referem-se às diferenças de valores encontrados nas dissertações e nas teses. No total, os trabalhos analisados dividem-se da seguinte forma: são 528 dissertações e 158 teses. A TABELA 22, localizada a seguir, mostra a variação dos focos da faceta 1 em relação ao nível acadêmico dos trabalhos. Nota-se que as variações foram muito pequenas, com a maior parte dos desvios-padrão inferiores a 1. O foco que mais variou, “efeito/função”, obteve um desvio-padrão relevante (superior a 3), ocorrendo mais nas teses (22,47%) do que nas dissertações (17,04%).

TABELA 22
Frequência dos focos da faceta 1 nas teses e nas dissertações, separadamente

Focos	Mestrado	Doutorado	DP
Significação	39,68	36,71	2,100107
Efeito/função	17,04	22,47	3,83959
Cultura	11,93	9,49	1,725341
Técnica	10,13	9,49	0,452548
Outros	8,52	9,49	0,685894
Interação	7,68	7,92	0,169706
Ideologia	3,88	3,48	0,282843
Transporte	1,14	0,95	0,13435
Total	100	100	1,173797

Os focos da faceta 2 apresentaram números de desvio-padrão superiores, chegando um deles a mais de 8 e outro a quase 5. O foco relativo a “comunicação institucional” apresentou grande variação, ocorrendo mais nas teses (31,44%) do que nas dissertações (19,75%). Outros dois focos também variaram bastante, porém com incidência contrária: “comunicação de massa”, que ocorreu em 62,31% das dissertações e 55,30% das teses; e “comunicação comunitária”, com 13,91% das dissertações e 8,72% das teses. Os resultados estão na TABELA 23, apresentada a seguir:

TABELA 23
Frequência dos focos da faceta 2 nas teses e nas dissertações, separadamente

Focos	Mestrado	Doutorado	DP
De massa	62,31	55,30	4,956819
Institucional	19,75	31,44	8,266078
Comunitária	13,91	8,72	3,669884
Grupal	2,65	2,65	0
Interpessoal	1,38	1,89	0,360624
Individual	0	0	0
Total	100	100	2,875568

Como a faceta 3 possui muitos focos, vários deles com frequências muito baixas, próximas a 0, não houve grande variação dos resultados. Nos três focos com maior ocorrência a variação foi muito pequena, com desvio-padrão menor que 2. Os focos mais afetados pela diferença de nível acadêmico são “comunicação face a face” (6,70% nas dissertações e 12,73% nas teses) e “cinema” (6,44% nas dissertações e 2,73% nas teses). A TABELA 24 apresenta uma síntese desses resultados:

TABELA 24
Frequência dos focos da faceta 3 nas teses e nas dissertações, separadamente
(Continua)

Focos	Mestrado	Doutorado	DP
Jornal	15,98	13,64	1,65463
Livro	14,95	13,64	0,92631
Televisão	12,63	14,54	1,350574
Face a face	6,70	12,73	4,263854
Cinema	6,44	2,73	2,623366

TABELA 24
 Frequência dos focos da faceta 3 nas teses e nas dissertações, separadamente
 (Conclusão)

Focos	Mestrado	Doutorado	DP
Revista	4,51	5,00	0,346482
Música	4,25	5,91	1,173797
Vídeo	4,77	2,73	1,442498
Computador	3,99	3,64	0,247487
Rádio	3,35	3,64	0,205061
Teatro	3,48	1,82	1,173797
Fotografia	3,61	0,44	2,241528
Arquitetura	2,83	2,27	0,39598
Pintura	2,32	3,64	0,933381
Outros meios impressos	2,19	3,18	0,700036
Escrita/manuscrito	1,29	1,36	0,049497
Grafite/desenho	1,42	0	1,004092
Gestualidade/corpo	0,77	1,82	0,742462
Outros meios audiovisuais	0,77	1,82	0,742462
Outros meios digitais	0,64	2,27	1,152584
Escultura	0,77	0	0,544472
Dança	0,39	0,91	0,367696
CD-Rom	0,26	1,36	0,777817
Decoração	0,52	0	0,367696
Histórias em quadrinhos	0,52	0	0,367696
Internet	0,26	0,91	0,459619
Fala/oralidade	0,26	0	0,183848
Vestuário/moda	0,13	0	0,091924
Fotonovela	0	0	0
Cartaz	0	0	0
Outdoor	0	0	0
Disco	0	0	0
Multimídia	0	0	0
Total	100	100	0,803959

Em relação à faceta 4, apenas dois focos tiveram um desvio-padrão maior do que 3: “sociedade” (com frequência de 15,43% nas dissertações e 8,86% nas teses) e “religião” (que obteve 6,13% nas dissertações e apenas 1,04% nas teses). “Literatura” e “psicologia

geral”, terceiro e quarto focos que mais variaram, tiveram presença maior nas teses do que nas dissertações. Os resultados gerais dos focos da faceta 4 estão na TABELA 25:

TABELA 25
Frequência dos focos da faceta 4 nas teses e nas dissertações, separadamente
 (Continua)

Focos	Mestrado	Doutorado	DP
Sociedade	15,43	8,86	4,645692
Ensino/educação	7,81	9,90	1,477853
Política	7,07	8,33	0,890955
Recreação	5,39	7,81	1,711198
Economia	5,95	4,69	0,890955
Artes	5,58	5,73	0,106066
Costumes e folclore	6,32	3,12	2,262742
Religião	6,13	1,04	3,599174
Ciências médicas	3,90	6,77	2,029396
Problemas sociais	4,09	4,17	0,056569
Negócios	4,28	2,61	1,180868
Literatura	2,60	6,77	2,948635
Ciências naturais	2,42	5,21	1,972828
História	2,42	4,69	1,605132
Administração pública	3,16	0,52	1,866762
Agricultura	1,86	4,17	1,633417
Psicologia geral	1,11	4,69	2,531442
Metafísica	2,04	0,52	1,074802
Antropologia e biologia	2,04	0	1,442498
Tecnologia	1,30	1,04	0,183848
Química	0,93	1,56	0,445477
Ramos da psicologia	1,11	0,52	0,417193
Serviços de utilidade pública	0,93	1,04	0,077782
Generalidades	1,11	0	0,784889
Música	0,93	0	0,657609
Epistemologia	0,37	1,04	0,473762
Arquitetura	0,75	0	0,53033
Fotografia	0,37	1,04	0,473762
Filosofia antiga e medieval	0,56	0	0,39598
Filosofia moderna	0,19	1,04	0,601041
Filosofia	0,37	0	0,26163
Ética	0	1,04	0,735391

TABELA 25
 Frequência dos focos da faceta 4 nas teses e nas dissertações, separadamente
 (Conclusão)

Focos	Mestrado	Doutorado	DP
Astronomia	0,37	0	0,26163
Física	0,37	0	0,26163
Engenharia	0,37	0	0,26163
Escultura	0,37	0	0,26163
Pintura	0	1,04	0,735391
Artes gráficas	0	1,04	0,735391
Fenômenos paranormais	0	0	0
Lógica	0	0	0
Estatística	0	0	0
Direito	0	0	0
Matemática	0	0	0
Ciências da terra	0	0	0
Paleontologia	0	0	0
Ciências botânicas	0	0	0
Ciências zoológicas	0	0	0
Economia doméstica	0	0	0
Tecnologia química	0	0	0
Indústria	0	0	0
Indústria especializada	0	0	0
Construções	0	0	0
Paisagismo	0	0	0
Desenho e decoração	0	0	0
Total	100	100	0,786722

Também na TABELA 26, apresentada logo a seguir, há a ocorrência de muitos focos, vários com frequências muito baixas, o que colabora para a verificação de muitos desvios-padrão baixos. Apenas dois focos possuem desvio-padrão maior que 2: “psicanálise” (que ocorreu em 8,92% das dissertações e 15,45% das teses) e “semiologia” (que ocorreu em 10,27% das dissertações e 2,94% das teses). Os demais valores mostraram-se muito próximos, inclusive o do foco de maior frequência, “semiótica”, com valores quase coincidentes.

TABELA 26
 Frequência dos focos da faceta 5 nas teses e nas dissertações, separadamente

Focos	Mestrado	Doutorado	DP
Semiótica	28,11	29,42	0,92631
Filosofia	10,54	13,23	1,902117
Psicanálise	8,92	15,45	4,617407
Semiologia	10,27	2,94	5,183093
Letras	7,84	5,88	1,385929
Artes	7,57	4,41	2,234457
Linguística	5,95	2,94	2,128391
Ciências exatas e da terra	3,51	3,68	0,120208
História	2,70	5,88	2,2486
Antropologia	3,78	1,47	1,633417
Ciência da informação	1,08	6,61	3,9103
Administração	2,17	1,47	0,494975
Psicologia	1,89	1,47	0,296985
Educação	1,62	0	1,145513
Sociologia	1,62	0	1,145513
Ciências da saúde	0,54	2,21	1,180868
Ciências biológicas	0,27	1,47	0,848528
Economia	0,54	0	0,381838
Outros	0	1,47	1,039447
Teologia	0,54	0	0,381838
Arquitetura e urbanismo	0,27	0	0,190919
Museologia	0,27	0	0,190919
Arqueologia	0	0	0
Ciência política	0	0	0
Ciências agrárias	0	0	0
Demografia	0	0	0
Desenho industrial	0	0	0
Direito	0	0	0
Economia doméstica	0	0	0
Engenharias	0	0	0
Geografia	0	0	0
Planej. urbano e regional	0	0	0
Serviço social	0	0	0
Turismo	0	0	0
Total	100	100	0,98787

Os focos da faceta 2 também apresentaram variação ao longo dos anos, com os três mais freqüentes obtendo desvios-padrão superiores a 3. Há alternância de movimentos de queda e elevação, mas é possível identificar uma leve tendência de aumento do foco “comunicação de massa” (apesar do registro de uma queda, de 1993 para 1994) e de recuo do foco “comunicação institucional” após 1994, ano em que atingiu o maior valor. A TABELA 29 mostra os resultados:

TABELA 29
Freqüência dos focos da faceta 2 nos cinco anos analisados, separadamente

Focos	1992	1993	1994	1995	1996	DP
De massa	58,19	60,81	57,65	59,50	65,61	3,18423
Institucional	24,14	22,98	29,08	19,01	18,79	4,234106
Comunitária	12,93	7,21	12,25	17,35	13,37	3,620652
Grupal	3,88	4,50	0	3,31	1,59	1,838268
Interpessoal	0,86	4,50	1,02	0,83	0,64	1,643472
Individual	0	0	0	0	0	0
Total	100	100	100	100	100	2,420121

Apenas os três focos com maior ocorrência, na faceta 3, apresentaram desvio-padrão superior a três. Mas, nos três casos, é difícil estabelecer algum padrão de crescimento ou diminuição ao longo dos anos, dada a presença de oscilações positivas num ano seguidas de oscilações negativas no ano seguinte e voltando a serem positivas no ano posterior. O foco “jornal” apresenta, entre os focos mais freqüentes, a maior característica de evolução progressiva, no caso para o aumento, exceto pelo ano de 1994. A TABELA 30 traz o conjunto de oscilações:

TABELA 30
Freqüência dos focos da faceta 3 nos cinco anos analisados, separadamente
(Continua)

Focos	1992	1993	1994	1995	1996	DP
Jornal	9,91	18,14	13,01	14,29	20,80	4,289738
Livro	19,82	9,89	13,70	10,73	17,20	4,225763
Televisão	11,71	7,69	6,85	21,43	15,20	5,972619
Face a face	7,66	9,89	11,64	9,18	4,00	2,881246

TABELA 30
 Freqüência dos focos da faceta 3 nos cinco anos analisados, separadamente
 (Conclusão)

Focos	1992	1993	1994	1995	1996	DP
Cinema	5,40	7,69	4,79	3,06	6,80	1,798769
Revista	4,95	4,39	4,11	3,06	6,00	1,082853
Música	2,25	5,49	7,53	4,59	4,40	1,911941
Vídeo	4,05	4,95	6,85	5,10	2,00	1,767555
Computador	4,95	6,59	3,43	3,06	2,00	1,790176
Rádio	3,61	4,39	5,48	4,08	0,80	1,746645
Teatro	2,71	0	2,74	4,08	5,20	1,945734
Fotografia	2,71	2,20	6,17	2,04	2,40	1,732088
Arquitetura	3,16	3,30	1,37	3,06	2,40	0,798636
Pintura	4,05	1,65	5,48	1,02	1,60	1,914928
Out. impressos	3,16	4,39	3,43	1,02	0,80	1,575992
Escrita	1,80	0	0	1,53	2,40	1,092511
Grafite	1,35	2,20	0	1,02	0,80	0,802421
Gestualidade	1,8	0,55	0	2,04	0,40	0,904887
Outr. Audiov.	2,70	1,10	0	0	0,80	1,1077
Outr. digitais	0,90	2,20	0,68	0,51	0,80	0,67655
Escultura	0,90	0	1,37	0,51	0,40	0,520701
Dança	0	0	1,37	1,02	0,40	0,616539
CD-Rom	0	1,10	0	0,51	0,80	0,48695
Decoração	0	0	0	0	1,60	0,715542
H. quadrinhos	0	2,20	0	0	0	0,98387
Internet	0	0	0	2,04	0	0,912316
Fala/oralidade	0	0	0	1,02	0	0,456158
Vestuário	0,45	0	0	0	0	0,201246
Fotonovela	0	0	0	0	0	0
Cartaz	0	0	0	0	0	0
Outdoor	0	0	0	0	0	0
Disco	0	0	0	0	0	0
Multimídia	0	0	0	0	0	0
Total	100	100	100	100	100	1,360972

A faceta relativa aos assuntos das mensagens comunicativas apresentou menor variação nos valores dos focos em cada ano analisado. Seis focos tiveram desvio-padrão superior a

3, mas nenhum superior a 5. “Sociedade”, o foco com maior variabilidade, apresentou constante alteração no vetor de mudança: aumentou a frequência em 1993, diminuiu em 1994, aumentou em 1995, diminuiu em 1996. No caso do foco “costumes, etiqueta e folclore”, houve progressivo crescimento ao longo dos anos, saindo de 0% e atingindo 10,38% no último ano analisado. O foco relativo a “artes” também apresentou constante crescimento, exceto em 1995. Os outros focos com variação significativa (“medicina”, “problemas sociais” e “literatura”) apresentaram comportamento oscilante, ora aumentando, ora diminuindo. Estes dois últimos apresentaram exatamente os mesmos valores entre 1992 e 1995, com uma pequena diferença alcançada na contagem de 1996. O total dos resultados está na TABELA 31:

TABELA 31
Frequência dos focos da faceta 4 nos cinco anos analisados, separadamente
(Continua)

Focos	1992	1993	1994	1995	1996	DP
Sociedade	12,89	14,61	9,84	20,90	11,32	4,291372
Educação	10,61	10	10,65	8,21	4,72	2,506286
Política	6,06	8,46	3,28	8,21	9,43	2,458855
Recreação	6,06	10	6,56	4,48	4,25	2,308982
Economia	6,82	6,15	8,19	5,97	2,83	1,971071
Artes	2,27	3,85	5,74	2,99	10,38	3,251804
Costumes	0	2,31	5,74	5,97	10,38	3,955913
Religião	3,03	6,15	4,92	8,21	2,83	2,24827
Medicina	0	9,23	5,74	6,72	2,83	3,572874
Probl. sociais	7,57	0	1,64	1,49	7,55	3,626451
Negócios	5,30	5,38	1,64	5,97	1,89	2,091083
Literatura	7,57	0	1,64	1,49	6,14	3,286224
C. naturais	5,30	1,54	4,09	1,49	3,30	1,648948
História	3,03	4,61	4,92	3,73	0,47	1,774379
Adm. pública	3,03	0	4,09	4,48	1,42	1,876947
Agricultura	4,54	3,08	3,28	0	1,89	1,711117
Psicologia	1,52	4,62	3,28	0,75	0,94	1,671293
Metafísica	4,54	1,54	0	1,49	0,94	1,70315
Biologia	0	0,77	4,92	1,49	0,94	1,91808
Tecnologia	0	0,77	0	0	3,77	1,63428
Química	0,76	0	3,28	1,49	0,47	1,282283
Ramos psic.	0	0	0	1,49	2,36	1,098317

O movimento dos valores alcançados pelos focos da faceta 5 também não evidencia influência significativa da evolução dos anos. O foco “semiologia”, por exemplo, que obteve o maior desvio-padrão, apresentou um valor alto em 1992 (19,35%), caindo para 2,04% no ano seguinte, chegando a 0 em 1994, voltando a 2,38% em 1995 e terminando com 10,93% em 1996. Também “semiótica”, com significativo desvio-padrão, apresentou irrisória oscilação entre 1992 e 1994 (entre 24,19% e 22,45%), subindo bastante em 1995 (39,28%), mas tornando a cair no ano seguinte (32,81%). Outros quatro focos possuem valores de desvio-padrão superiores a 3, todos eles registrando igualmente trocas constantes nos vetores de movimento dos valores (aumentos e diminuições), como evidenciado na TABELA 32:

TABELA 32
Frequência dos focos da faceta 5 nos cinco anos analisados, separadamente
(Continua)

Focos	1992	1993	1994	1995	1996	DP
Semiótica	24,19	22,45	23,61	39,28	32,81	7,312149
Filosofia	6,45	15,31	15,28	11,91	10,17	3,732262
Psicanálise	8,06	17,35	13,89	7,14	8,59	4,416608
Semiologia	19,35	2,04	0	2,38	10,93	8,107025
Letras	8,07	6,13	4,17	2,38	12,50	3,901686
Artes	8,88	5,10	6,94	13,10	1,56	4,297799
Linguística	1,61	2,04	11,11	8,34	5,48	4,074571
C. exatas	6,45	5,10	2,78	0	2,34	2,511908
História	4,84	4,08	2,78	0	4,69	2,004375
Antropologia	1,61	2,04	0	4,76	6,25	2,524415
C. informação	4,84	1,02	5,55	0	0	2,703279
Administração	1,61	4,08	2,78	2,38	0	1,507216
Psicologia	0,81	5,10	0	1,19	1,56	1,969561
Educação	0	2,04	0	2,38	1,56	1,129991
Sociologia	0,81	1,02	5,55	0	0	2,324119
C. da saúde	2,42	0	2,78	0	0	1,429755
C. biológicas	0	1,02	0	2,38	0	1,04795
Economia	0	0	2,78	0	0	1,243254
Outros	0	0	0	0	1,56	0,697653
Teologia	0	0	0	2,38	0	1,064368
Arquitetura	0	1,02	0	0	0	0,456158
Museologia	0	3,06	0	0	0	1,368474

A terceira variável analisada é o programa de pós-graduação em que as teses e dissertações foram defendidas. Para a identificação do peso dessa variável, foram seguidos os mesmos procedimentos das outras duas variáveis: cálculo da frequência de cada foco em cada PPGCOM; cálculo do percentual que cada foco obteve, em relação ao total da faceta, em cada PPGCOM; e cálculo do desvio-padrão dos percentuais. Os resultados são apresentados nas seis tabelas a seguir, sendo que, como nos outros dois, serão apresentados apenas os percentuais obtidos por cada foco e o cálculo do desvio-padrão.

Os resultados da faceta 1 são listados na TABELA 34, apresentada a seguir. Os valores de desvio-padrão são muito mais elevados do que aqueles registrados nas outras duas variáveis. O foco “significação” obteve um desvio-padrão superior a 18, chegando a atingir 76,11% na PUC-SP e tendo frequência menor que 37% em todos os demais programas. Também o foco “efeito/função” oscilou bastante, chegando a atingir 41,25% na Umesp mas apenas 4% na UnB e 0% na UFBA.

Os demais focos variaram menos, mas, exceto pelo foco “transporte”, todos tiveram desvio-padrão superior a 3. Os resultados gerais apontam algumas preponderâncias: o foco “significação” na PUC-SP, “efeito/função” na Umesp e na USP, “técnica” na Unicamp e UFBA e “outros” na UnB. O foco “cultura” é mais bem distribuído que os demais, com maiores incidências na UFBA, UFRJ e UnB.

TABELA 34
Percentual de frequência dos focos da faceta 1 nos PPGCOMs, separadamente

Focos	UFRJ	PUC	USP	Umesp	UNB	Unicamp	UFBA	DP
Significação	30,87	76,11	18,18	25,00	32,00	30,36	36,36	18,79818
Efeito/função	13,71	4,17	31,53	41,25	4,00	16,07	0	15,40406
Cultura	18,57	5,56	11,36	6,25	16,00	7,14	20,45	6,176299
Técnica	8,00	9,44	9,09	6,25	6,00	30,36	29,55	10,91137
Outros	13,14	2,22	11,36	5,00	24,00	7,14	4,55	7,418012
Interação	8,00	1,94	11,65	11,25	6,00	8,93	9,09	3,330564
Ideologia	5,14	0,56	6,25	2,50	12,00	0	0	4,398911
Transporte	2,57	0	0,58	2,50	0	0	0	1,199371
Total	100	100	100	100	100	100	100	8,454597

Os focos da faceta 2 apresentaram variações consideravelmente menores do que os da faceta 1. Os dois focos mais encontrados, contudo, apresentaram valores de desvio-padrão

superiores a 13. O foco “comunicação de massa” tem uma presença maior na UnB (80,77%), UFBA (75%) e PUC-SP (73,94%), ocorrendo em apenas 50% na Unicamp, 48,85% na USP e 45,18% na Umesp. Contrariamente, nestas três últimas, o foco “comunicação institucional” obtém seus maiores valores (27,27%, 36,86% e 34,94%, respectivamente), diminuindo sensivelmente na UFRJ (11,87%), PUC-SP (10,91%) e UnB (7,69%). O foco “comunicação comunitária” apresentou frequência muito mais regular, ocorrendo mais na Unicamp e Umesp e menos na USP e na UnB. Os resultados encontram-se na TABELA 35:

TABELA 35
Percentual de frequência dos focos da faceta 2 nos PPGCOMs, separadamente

Focos	UFRJ	PUC	USP	Umesp	UNB	Unicamp	UFBA	DP
De massa	67,98	73,94	48,85	45,18	80,77	50,00	75,00	14,66832
Institucional	11,87	10,91	36,86	34,94	7,69	27,27	6,25	13,21052
Comunitária	11,51	13,03	10,86	17,47	7,69	22,73	12,50	4,943392
Grupal	4,68	1,06	2,86	2,41	3,85	0	0	1,838955
Interpessoal	3,96	1,06	0,57	0	0	0	6,25	2,455134
Individual	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	100	100	100	100	100	100	100	6,186054

Já a faceta referente aos meios de comunicação apresentou valores de desvio-padrão muito inferiores ao das outras duas facetas. Dois focos, contudo, apresentaram valores superiores a 10. O foco “jornal” mostrou-se mais freqüente na Umesp (30,77%), UnB (23,81%) e USP (23,77%), e menos na UFRJ (10,18%), PUC-SP (8,65%) e Unicamp (0%). O foco livro obteve variação ligeiramente maior, com grande destaque na PUC-SP (32,06%) e valores bem mais baixos nos demais programas.

Outros focos que mostraram maior alternância de valores são “fotografia” (atingindo maiores valores na Unicamp), “cinema” (bem mais freqüente na UFBA), “computador” (com maior ocorrência na Unicamp). O foco “televisão”, apesar de um desvio-padrão quase igual a 7, mostrou-se bem distribuído, com maiores percentuais na UnB, UFBA e USP. O foco “comunicação face a face” atingiu maiores valores na UFRJ e USP. Os somatórios estão expressos na TABELA 36:

A menor variabilidade de valores em relação aos PPGCOMs encontra-se na faceta 4. Apenas dois focos apresentam desvio-padrão superior a 10. O primeiro deles é “política”, que chega a 33,33% na UFBA, 23,09% na UnB, mas nos demais não ultrapassa 10%. O outro é “sociedade”, que obteve 33,33% na UFBA e 30,77% na UnB, mas apenas 10,28% na PUC-SP e 8,04% na USP. Outros desequilíbrios importantes aparecem nos focos “costumes, etiqueta e folclore” (com maior incidência na UFBA e PUC-SP), “educação” (que aparece mais na Unicamp, USP e Umesp) e “economia” (mais freqüente na USP e na UFBA). A TABELA 37 apresenta a íntegra dos percentuais e desvios-padrão:

TABELA 37
Percentual de freqüência dos focos da faceta 4 nos PPGCOMs, separadamente
(Continua)

Focos	UFRJ	PUC	USP	Umesp	UNB	Unicamp	UFBA	DP
Sociedade	16,80	10,28	8,04	11,36	30,77	18,18	33,33	10,01129
Ensino/educação	3,91	7,54	13,79	13,64	0	18,18	0	7,231243
Política	6,25	6,85	6,90	2,27	23,09	9,09	33,33	11,28902
Recreação	9,77	4,79	3,45	6,82	0	0	0	3,845698
Economia	1,95	2,74	16,09	2,27	0	0	11,11	6,219357
Artes	8,98	6,85	3,45	0	0	9,09	0	4,225201
Costumes, etiq. e folclore	3,13	14,39	2,30	0	7,69	4,55	22,23	7,906883
Religião	4,30	2,05	4,60	13,64	0	4,55	0	4,642179
Medicina	4,69	1,37	9,20	4,55	0	0	0	3,491733
Problemas sociais	6,25	0	3,45	6,82	7,69	0	0	3,485242
Gestão	0,78	5,48	6,90	0	7,69	18,18	0	6,45855
Literatura	3,91	10,28	1,15	0	0	0	0	3,844314
Ciências naturais	0,78	4,79	3,45	6,82	0	9,09	0	3,554553
Geografia e história	7,42	1,37	0,57	0	0	0	0	2,730767
Administração pública	1,17	1,37	4,02	2,27	15,37	0	0	5,433433
Agricultura	0	0	4,60	11,36	0	0	0	4,355472
Psicologia geral	3,52	2,74	1,15	0	0	0	0	1,493122
Metafísica	3,13	2,74	0	0	0	0	0	1,436552
Ciências da vida/biologia	0,78	0	0,57	9,09	0	0	0	3,366276
Tecnologia/c. aplicadas	1,95	0	0	4,55	0	0	0	1,754484
Química	0	3,42	1,72	0	0	0	0	1,346636
Ramos da psicologia	0,78	3,42	0	0	0	0	0	1,277028
Comércio, com., transp.	1,56	0	0	0	3,85	9,09	0	3,411952
Generalidades	1,17	1,37	0	0	3,85	0	0	1,428002

TABELA 37
 Percentual de frequência dos focos da faceta 4 nos PPGCOMs, separadamente
 (Conclusão)

Focos	UFRJ	PUC	USP	Umesp	UNB	Unicamp	UFBA	DP
Música	0	0,68	1,15	2,27	0	0	0	0,869518
Epistemologia	0,78	1,37	0	0	0	0	0	0,551504
Arquitetura	0	2,74	0	0	0	0	0	1,035623
Fotografia	1,56	0	0	0	0	0	0	0,589625
Filosofia ant. medieval	1,17	0	0	0	0	0	0	0,442218
Filosofia moderna	1,17	0	0	0	0	0	0	0,442218
Filosofia	0,78	0	0	0	0	0	0	0,294812
Ética	0	0	1,15	0	0	0	0	0,434659
Astronomia	0	1,37	0	0	0	0	0	0,517811
Física	0	0	1,15	0	0	0	0	0,434659
Engenharia	0	0	0	2,27	0	0	0	0,857979
Artes plásticas/escultura	0,78	0	0	0	0	0	0	0,294812
Pintura	0,78	0	0	0	0	0	0	0,294812
Artes gráficas	0	0	1,15	0	0	0	0	0,434659
Fenômenos paranormais	0	0	0	0	0	0	0	0
Lógica	0	0	0	0	0	0	0	0
Estatística	0	0	0	0	0	0	0	0
Direito	0	0	0	0	0	0	0	0
Matemática	0	0	0	0	0	0	0	0
Ciências da terra	0	0	0	0	0	0	0	0
Paleontologia	0	0	0	0	0	0	0	0
Ciências botânicas	0	0	0	0	0	0	0	0
Ciências zoológicas	0	0	0	0	0	0	0	0
Economia doméstica	0	0	0	0	0	0	0	0
Engenh. e tec. química	0	0	0	0	0	0	0	0
Indústria	0	0	0	0	0	0	0	0
Indústria especializada	0	0	0	0	0	0	0	0
Construções	0	0	0	0	0	0	0	0
Paisagismo	0	0	0	0	0	0	0	0
Desenho e decoração	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	100	100	100	100	100	100	100	2,069146

Na faceta 5, o foco “semiótica” apresentou a segunda maior variação entre todos os focos, de todas as facetas, em relação a qualquer das variáveis. O desvio-padrão desse foco é superior a 20, com frequências oscilando entre 56,70% (na PUC-SP) a 6,82% (USP),

Antes de se passar à discussão de todo o conjunto de dados levantados, resta ainda a apresentação de um resultado. Nas 18 tabelas anteriores, foram calculados números de desvio-padrão de cada um dos focos, de todas as facetas, em relação às três variáveis consideradas para estudo. Ao final de cada tabela, foi calculada a média de desvio-padrão para cada faceta. O objetivo é identificar o peso global de cada variável nos resultados observados. O somatório das médias de desvio-padrão de cada faceta é apresentado logo a seguir, na TABELA 40:

TABELA 40
Cálculo do desvio-padrão de cada faceta em relação às três variáveis

Facetas	Por nível	Por ano	Por PPGCOM
Faceta 1	1,173797	2,031835	8,454597
Faceta 2	2,875568	2,420121	6,186054
Faceta 3	0,803959	1,360972	2,976163
Faceta 4	0,786722	1,170046	2,069146
Faceta 5	0,98787	1,759546	4,342712
Faceta 6	3,912658	6,807052	13,9432
Média dos valores de desvio-padrão	1,756762	2,591595	6,328645

NOTA: Na primeira coluna estão apresentados os valores da média do desvio-padrão de cada faceta, obtida pelo cálculo dos desvios-padrão de todos os focos de cada faceta, em relação ao nível acadêmico dos documentos analisados. Na segunda coluna, o mesmo cálculo, relativo aos anos. E, na terceira, cálculo semelhante feito com relação aos PPGCOMs.

Os resultados mostram que, de uma forma geral, o nível acadêmico dos documentos analisados não é uma variável importante, atingindo desvio-padrão inferior a 3, apesar da variabilidade dos valores dos focos da faceta 6 ter sido considerável. Os dados mostram que também a variável relativa ao ano de defesa das teses e dissertações não é suficientemente relevante, pois o desvio-padrão do conjunto das facetas não alcança o valor 3, embora, também aqui, os focos da faceta 6 tenham variado de forma decisiva.

Contudo, os cálculos realizados acima evidenciam que o programa de pós-graduação em que a tese ou dissertação foi defendida é uma variável que afeta de forma significativa os resultados encontrados. Isso significa que o fato de um PPGCOM possuir mais teses e dissertações do que outro interfere nos resultados, e mostra que o fato de USP, PUC-SP e UFRJ concentrarem maior número de teses e dissertações (76,92% do total) faz com que as características específicas destes programas incidam com mais peso na configuração dos resultados gerais.

Detectar o peso da variável referente aos programas de pós-graduação evidencia o cuidado que se deve ter na interpretação dos valores absolutos alcançados pelos focos das seis facetas, na medida em que se quer gerar conclusões que espelhem a realidade da pesquisa em Comunicação em todo o país e que particularidades de um ou outro PPGCOM incidem decisivamente sobre os resultados gerais encontrados. Essa questão será discutida com mais detalhes no próximo tópico.

9.4. Avaliação geral da aplicação do sistema

Até aqui, os resultados obtidos com a aplicação do sistema facetado para a classificação das 754 teses e dissertações foram discutidos isoladamente. Foram avaliados os casos de aplicação e não aplicação das facetas, a frequência dos focos dentro das facetas e o impacto das variáveis tempo, nível acadêmico e PPGCOM. Essas avaliações fornecem os elementos necessários para uma avaliação global dos resultados da aplicação do sistema facetado. Com isso, pretende-se, afinal, identificar a configuração das temáticas da pesquisa em Comunicação no Brasil, tendo-se como objeto empírico as teses e dissertações defendidas entre 1992 e 1996, construída a partir da aplicação de uma metodologia de classificação facetada.

O primeiro resultado encontrado é que 90,98% das teses e dissertações analisadas estudam um fenômeno comunicativo – sendo os restantes 9,02% outros tipos de estudo que não enfocam um fenômeno comunicativo, como revisões de literatura sobre uma subárea específica, biografia de um profissional da área de Comunicação, etc, ou então outros tipos de fenômeno que não podem ser identificados como sendo “comunicação”.

Dentre as 686 teses e dissertações que se debruçam sobre fenômenos comunicativos, 91,25% percebem a existência desse fenômeno utilizando-se de um dos sete modelos de comunicação presentes nos manuais de Teoria da comunicação analisados. O restante, representando 8,75% do total, são teses e dissertações que formulam outro tipo de modelo de fenômeno comunicativo. Esse grupo possui uma incidência ligeiramente superior nas teses do que nas dissertações, e alcança os maiores percentuais em relação aos outros modelos de comunicação na UnB (24%), na UFRJ (13,14%) e na USP (11,36%). Isso se dá principalmente pela existência, nestes três PPGCOMs, de linhas de pesquisa que muitas

vezes possibilitam a realização de estudos na área de Comunicação sem que exista um fenômeno comunicativo sendo abordado, pois estão abertas a problemáticas externas ao campo. É o caso das linhas “Economia e política de comunicação” (na UnB), “Comunicação e sistema de pensamento” e “Comunicação e sujeito” (na UFRJ) e várias na USP, como “Pesquisas históricas e preservação da imagem e do som” e “Imagem e som na educação e na ciência”, além daquelas ligadas a outras áreas de conhecimento agrupadas no mesmo programa de pós-graduação (como Turismo, Artes, Ciência da informação e Documentação).

Quanto aos estudos que utilizam um dos sete modelos de comunicação construídos após a consulta aos manuais de Teoria da comunicação, percebe-se a maior incidência do modelo que define a comunicação como “significação”. Esse modelo está presente em 38,99% das teses e dissertações que utilizam algum modelo de comunicação. Sua incidência é um pouco maior entre as dissertações do que entre as teses e, após uma queda entre 1992 e 1993, não parou de aumentar seu percentual ao longo dos demais anos. É um modelo não muito bem distribuído entre os PPGCOMs. Alcança 76,11% na PUC-SP (mais de três quartos do total), sendo beneficiado pelo fato de esse ser o PPGCOM com maior número de teses e dissertações no período (198). Essa presença muito concentrada se deve ao fato de ser o PPGCOM da PUC-SP em “Comunicação e semiótica”, sendo esta disciplina particularmente voltada para o estudo da comunicação enquanto significação.

Em outros programas o foco “significação” não repete esses valores, chegando mesmo a atingir apenas 25% na Umesp e 18,18% na USP. Em quatro programas, contudo, esse foco atinge valores próximos de um terço (36,36% na UFBA, 32% na UnB, 30,87% na UFRJ e 30,36% na Unicamp), o que acaba por confirmar sua posição de modelo mais utilizado para o estudo da comunicação na pesquisa discente de pós-graduação do país, no período estudado. Em três destes quatro programas há linhas de pesquisa que privilegiam a dimensão de significação da comunicação: na UFBA, “Hermenêutica e estética da comunicação”; na UnB, “Comunicação e linguagens”; e na UFRJ, “Comunicação e discurso”.

Entre os vários casos de utilização desse modelo percebe-se a existência de significativas variações – o modelo de comunicação como “significação” comporta diferentes modelos com semelhanças, naturalmente, mas também com algumas diferenças, o que aponta para a possibilidade de se desdobrar esse foco em pelo menos outros dois. Contudo, os manuais

de Teoria da comunicação não permitem a identificação apropriada dessa variedade, agrupando-a na idéia de comunicação como “significação”.

O segundo modelo de comunicação mais utilizado pelas teses e dissertações é o que compreende a comunicação como “função” ou a partir da idéia de “efeito”. Esse modelo, com 18,29% das ocorrências, é, ao contrário do modelo “significação”, mais presente nas teses, principalmente porque sua segunda maior ocorrência se dá na USP (PPGCOM com número bem maior de teses do que os demais), onde atinge 31,53%. Sua maior frequência é na Umesp (41,25%), atingindo valores bem mais baixos nos demais programas. Sua presença ocorre principalmente em PPGCOMs com linhas de pesquisa voltadas para a dimensão social da comunicação ou para as práticas profissionais. É o caso das linhas de pesquisa “Difusão de inovações” e “Comunicação organizacional” na Umesp e de pelo menos seis linhas na USP, dentro das áreas de concentração que privilegiam as profissões, tais como “Jornalismo”, “Cinema, rádio e televisão” e “Relações públicas, propaganda e turismo”.

Embora tenha tido variações oscilantes, sua maior concentração está nos primeiros anos do universo pesquisado (1992 a 1994), o que pode ser um indício de queda progressiva, num ritmo lento, de sua utilização como modelo teórico da comunicação.

Os estudos que constroem o modelo comunicativo como “cultura” representam a terceira maior frequência, com 11,37%, tendo uma distribuição muito equilibrada tanto entre teses e dissertações quanto ao longo dos anos e também nos PPGCOMs, com incidências maiores na UFBA, com 20,45% (onde o PPGCOM tem como área de concentração “Comunicação e cultura contemporâneas”); UFRJ, com 18,57% (em que uma das duas áreas de concentração é “Comunicação e cultura”); e UnB, com 16% (com área de concentração “Comunicação e cultura contemporânea: América Latina e Brasil”). A USP, que possui uma linha de pesquisa em “Comunicação e cultura”, apresentou valores mais baixos para esse foco – apenas 11,36%, na medida em que possui linhas de pesquisa que privilegiam outros focos.

Logo depois vem o foco “técnica”, que no total atingiu 9,99%, sendo muito mais presente na Unicamp (30,36%) e UFBA (29,55%). O PPGCOM da Unicamp é um mestrado em “Multimeios”, o que explica essa maior incidência. Na UFBA não há linha de pesquisa especificamente relacionada com essa questão. E na UFRJ, onde há uma área de concentração referente a “Tecnologia da imagem”, esse foco alcançou apenas 8% do total. E, apesar de atingir valores bem menores nos outros PPGCOMs, o foco “técnica” sofreu

ainda o impacto de ter tido uma presença muito maior justamente nos dois programas que possuem as menores quantidades de teses e dissertações defendidas no período.

Outros dois focos muito ligados à dimensão social da comunicação apresentaram valores gerais bem mais baixos. São eles “interação”, com 7,73%, e “ideologia”, com 3,79%. O primeiro alcança maiores valores na USP e na Umesp (onde se mostram presentes em várias linhas de pesquisa), e o segundo na UnB. No caso desta última, percebe-se que a linha de pesquisa “Comunicação e processos sociais” não privilegia a comunicação como “efeito” ou “interação”, concentrando-se no modelo da comunicação como “ideologia”. No caso da UFRJ, onde há uma linha de pesquisa em “Comunicação e sociedade”, há maior ocorrência de “função/efeitos” (13,71%), depois “interação” (8%) e por último “ideologia” (5,14%).

Como já visto anteriormente, as três facetas seguintes, que representam os elementos presentes em todo fenômeno comunicativo (ou pelo menos nos sete modelos construídos a partir da leitura dos manuais de Teoria da comunicação), estiveram presentes em cerca de 80% do total de teses e dissertações (79,97% no caso da faceta 2; 84,88% no caso da faceta 3; e 79,57% na faceta 4). A grande quantidade de ocorrência de mais de dois focos numa mesma tese ou dissertação inviabilizou a classificação de muitas delas pelo sistema, o que ocorreu com as facetas 3 e 4.

Dessa forma, o sistema permitiu a classificação de 79,97% das teses e dissertações pelo critério de âmbito ou abrangência da relação estabelecida entre os interlocutores. Desse total, a maioria refere-se a estudos sobre a “comunicação de massa” (60,78%), valor que aumenta ligeiramente contando-se apenas as dissertações (e, portanto, diminui nas teses) e que, tirando o ano de 1994, quando apresentou queda, sempre esteve em elevação. Essa modalidade de fenômeno comunicativo alcança os maiores valores na UnB (80,77%), UFBA (75%), PUC-SP (73,94%) e UFRJ (67,98%). Nos demais, atinge valores próximos à marca de 50%. Na Umesp, que conta com uma linha de pesquisa específica para “Estudos de mídia”, atingiu o seu menor valor, 45,18%, uma vez que as outras linhas voltam-se para as outras modalidades de comunicação. Nos demais PPGCOMs, a comunicação de massa está presente em várias linhas de pesquisa, sem especificação.

O foco referente a “comunicação institucional” está em 22,31% das teses e dissertações em que a faceta 2 pode ser representada. Verifica-se muito mais nas teses do que nas dissertações (31,44% a 19,75%, respectivamente) e há uma tendência de queda nos últimos dois anos estudados. Sua presença se dá principalmente na USP (36,86%) e Umesp

(34,94%), os dois únicos PPGCOMs com linhas de pesquisa específicas para esse âmbito relacional da comunicação, vindo a seguir a Unicamp (27,27%), com valores bem mais baixos nos demais.

Outro foco relevante dessa faceta, “comunicação comunitária”, representa 12,77% dos casos em que faceta 2 se aplica, sendo também mais encontrado nas dissertações, com maiores concentrações nos anos de 1995 e 1996 e presença mais significativa na Unicamp (22,73%) e na Umesp (17,47%).

A terceira faceta, que classifica os documentos sobre Comunicação a partir dos meios de comunicação estudados, apresentou três focos com maior frequência e com valores muito próximos entre si. O foco “jornal” alcançou o maior percentual, com 15,47%, apresentando incidência ligeiramente maior nas dissertações e mostrando sinal de crescimento ao longo dos anos, apesar de uma forte queda entre 1993 e 1994. Seus valores mais altos estão na Umesp (30,77%), UnB (23,81%) e USP (23,77%). Destas, apenas a USP possui linhas de pesquisa parcialmente voltadas para essa temática: cinco, mas todas voltadas para o jornalismo de forma geral e não específicas para o meio “jornal”. Esse foco apresentou grande oscilação entre os PPGCOMS, chegando a apenas 8,65% na PUC-SP e nenhuma ocorrência na Unicamp, que privilegia os multimeios em seus estudos.

O segundo meio de comunicação mais frequente é “livro”, com 14,66%. Assim como o foco “jornal”, é quantitativamente maior nas dissertações, mais apresenta grande discrepância de valores em relação aos PPGCOMs: chega a 32,06% na PUC-SP, beneficiando-se da grande quantidade de teses e dissertações desta para atingir o segundo lugar. É na PUC-SP que se encontra a única linha de pesquisa que privilegia esse meio: “Literatura e intertextualidade”, embora esse foco também ocorra nas outras linhas de pesquisa dessa instituição. O foco “livro” registra valores bem inferiores nos outros PPGCOMs, chegando a 5,74% na USP, 4,81% na Umesp, 2,38% na Unicamp e 0% na UnB.

O terceiro foco mais frequente da faceta 3, “televisão”, chegou a 13,05%, com leve predominância nas teses e maior concentração nos anos de 1995 e 1996. Sua distribuição entre os PPGCOMs é mais equilibrada, com 23,81% na UnB, 23,08% na UFBA e 19,26% na USP. Apenas nessa última há linhas de pesquisa que contemplam (ainda assim, parcialmente) esse meio de comunicação; nas outras duas, ele ocorre no âmbito de diversas outras linhas de pesquisa, mas principalmente naqueles associados com política: “Economia e política de comunicação”, na UnB, e “Política e mídia”, na UFBA.

Os outros focos que atingiram os maiores valores, e seus respectivos PPGCOMs de maior incidência, são: “comunicação face a face” (com 8,03%, mais freqüente na UFRJ e USP), “cinema” (5,62%, UFBA e UFRJ), “música” (4,62%, UnB e UFBA), “revista” (4,62%, Umesp e UnB) e “vídeo” (4,32%, Unicamp Umesp).

Agrupando os vários focos em quatro conjuntos e somando seus valores, percebe-se que os meios impressos apresentam maior incidência na UnB (52,38%, distribuídos por vários meios), Umesp (50,96%, principalmente jornal) e PUC-SP (44,25%, principalmente livro). Já os meios audiovisuais ocorrem mais na Unicamp (57,15%, sendo esse valor devido à alta freqüência de fotografia e vídeo) e UFBA (53,85%, quase a totalidade relativa a televisão e cinema). Os meios digitais apresentam valores mais baixos e bastante semelhantes entre os PPGCOMs, exceto pela Unicamp, onde sua verificação é muito superior: 26,19%. Por fim, os focos que representam meios de comunicação não-verbal e comunicação face a face, juntos, atingem os seus maiores percentuais na UFRJ (34,51%) e PUC-SP (37,22%).

Já em relação à faceta 4, nota-se uma dispersão ainda maior nos valores apresentados pelos focos. O foco que agrupa os vários temas pertencentes a “sociedade” atinge a maior freqüência, com 13,70%. Sua presença nas dissertações é consideravelmente maior do que nas teses, mas em relação aos anos encontra-se difusa. Atinge valores elevados na UFBA (33,33%) e UnB (30,77%), programas com área de concentração em “Comunicação e cultura”. Nos demais PPGCOMs, oscila entre 8,04 e 18,18%.

O segundo foco com maior ocorrência na faceta 4 é “educação”, com 8,36%, mas que apresentou constantes movimentos de queda ao longo dos anos, exceto por uma pequena elevação em 1993. Obteve os maiores valores na Unicamp, com 18,18% (onde encontra espaço em duas linhas de pesquisa, “Multimeios e ciências” e “Multimeios e suas interfaces”), USP, com 13,79% (onde existe uma linha de pesquisa em “Comunicação e educação” e outra em “Imagem e som na educação e na ciência”) e Umesp, com 13,64%. Esta última possui as duas áreas de concentração com aproximações à temática da educação, tanto em “Teoria e ensino de comunicação” que, embora não trate de educação de uma forma geral como as demais, acaba apresentando teses e dissertações vinculadas ao tema, e “Comunicação científica e tecnológica”.

“Política” é o terceiro foco mais freqüente, representado em 7,40% dos casos. É uma temática que vem crescendo ao longo dos anos, embora tenha diminuído muito em 1994, recuperando-se nos anos seguintes. Aparece com uma grande representatividade na UFBA

(33,33%) e UnB (23,09%), programas que possuem linhas de pesquisa específicas para essa temática: “Política e mídia” e “Economia e política de comunicação”, respectivamente.

O foco que agrupa temas como esportes e programação de rádio e TV, denominado “recreação” ou “artes recreativas e performáticas”, é o quarto foco mais presente, com 6,03%, tendo maior concentração em 1993 e 1994. Alcança maior valor na UFRJ (9,77%) em grande parte pela existência da linha de pesquisa “Comunicação e discurso”. Não foi registrada sua ocorrência na UnB, Unicamp e UFBA.

Os outros focos que se destacam, na seqüência, são “economia”, com 5,62% (com a maior parte dos casos verificada na USP, com estudos sobre comunicação sindical em pelo menos três linhas diferentes); “artes”, que atingiu 5,62% (sendo seu maior valor na Unicamp, onde há uma linha de pesquisa em “Multimeios, arte e tecnologia”); “costumes, etiqueta e folclore”, com 5,48% (com estudos sobre mitos e festas se destacando em programas como o da UFBA, onde esse foco atingiu 22,23%, e na PUC-SP, 14,39%); e “religião” (muito presente na Umesp, com 13,64%, e baixa freqüência nos demais, chegando a 0% na UnB e UFBA).

A quinta faceta construída para o sistema se refere às disciplinas com as quais a Comunicação faz interface. A classificação das teses e dissertações a partir desse critério foi possível em 33,55% dos casos. Desse conjunto, 28,46% realizam interface com a “Semiótica”, foco que alcança, na PUC-SP, o valor de 56,70%, já que nesse programa três das quatro áreas de concentração são da Semiótica. O peso desse foco na PUC-SP é tão relevante que o comportamento de seus valores ao longo dos anos acompanha o da quantidade de teses e dissertações do programa. Esse foco ainda é representativo na Unicamp (22,22%) e na UFBA (11,11%), mas muito pequeno ou até inexistente nos demais.

“Filosofia” é o segundo foco mais freqüente na faceta 5, com 11,26% - menos da metade obtida por “Semiótica”. A UFRJ, onde existe uma linha de pesquisa em “Comunicação e sistemas de pensamento”, é o programa no qual esse foco mais ocorre (27,42%), vindo a seguir a UnB (18,18%).

O foco “Psicanálise” vem logo depois, com 10,67% das ocorrências, com freqüência maior nas dissertações e muita variabilidade em relação aos PPGCOMs: na UFBA, onde existe uma linha de pesquisa em “Hermenêutica e estética da comunicação”, alcança 55,56%; e

na UFRJ, em que há uma linha denominada “Comunicação e sujeito”, atinge 14,51%. Possui baixas frequências na PUC-SP e USP e nenhuma na Umesp, UnB e Unicamp.

O quarto foco com maior valor, “Semiologia”, só é encontrado na USP (29,55%) e na UFRJ (12,90%), dois dos três programas com maior número de dissertações e teses. Também concentra-se mais nas dissertações (10,27%) do que nas teses (2,94%). Os demais focos, em ordem decrescente de ocorrência, e os respectivos programas em que mais aparecem, são: “Letras”, com 7,31% (sendo que na UFBA alcança 11,11% e na PUC-SP, onde há linha de pesquisa em Literatura, chega a 10,71%); “Artes”, com 6,72% (e com 27,78% na Unicamp, onde há linha de pesquisa em Artes); “Linguística”, com 5,14% (obtendo 33,33% na Umesp).

Analisando-se as disciplinas de interface agrupadas nas grandes áreas do conhecimento definidas pelo CNPq, identifica-se que, em relação às disciplinas da grande área “Linguística, Letras e Artes”, a maior quantidade de interfaces ocorre na Umesp (33,34%), Unicamp (27,28%) e PUC-SP (23,66%). Quanto à grande área “Ciências humanas”, também a maior incidência é da Umesp (66,66%), seguida da UnB (45,45%) e UFRJ (36,30%). O diálogo com as “Ciências sociais aplicadas” é maior na UnB (36,36%) e USP (12,5%), e, com as outras seis grandes áreas, na Unicamp (16,67%) e UFRJ (10,47%). Por fim, considerando-se as três disciplinas que foram acrescentadas às áreas definidas pelo CNPq (Semiótica, Psicanálise e Semiologia), encontram-se os maiores valores na UFBA (66,67%) e na PUC-SP (65,63%).

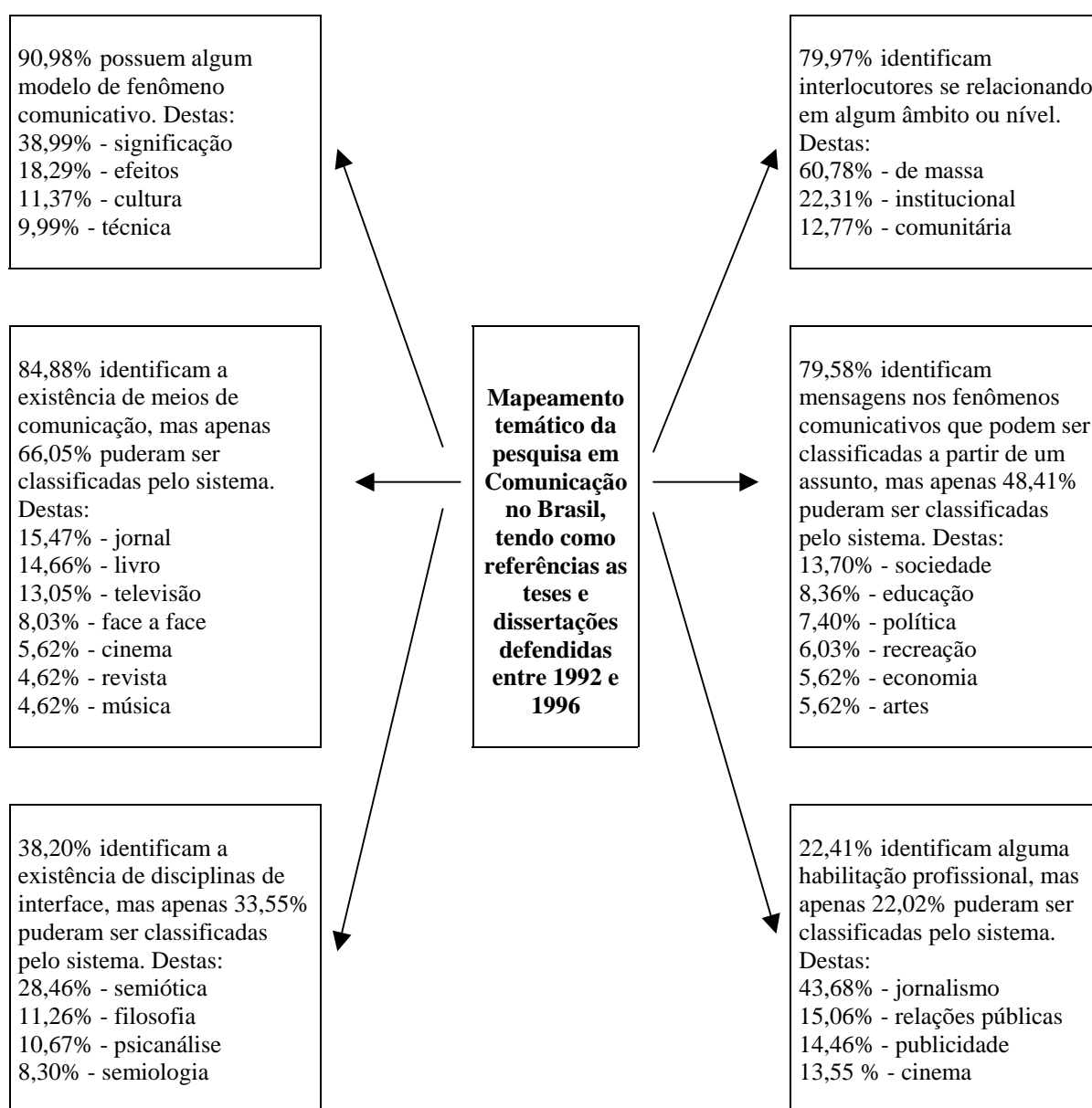
A última faceta se refere às habilitações profissionais e foi representada em apenas 22,02% dos casos. O foco que obteve o maior percentual é “jornalismo”, com 43,68%. Esse foco apresentou valores crescentes em todos os anos, menos em 1995 quando verificou-se uma grande queda, recuperando-se no ano seguinte. Suas maiores ocorrências são na UFBA, com 83,33%, UnB, com 60%, e Umesp, com 58,97%. Na USP, onde existe uma área de concentração e seis linhas de pesquisa em jornalismo, atingiu apenas 38,24%, pelo fato de existir, também, nesse programa, linhas de pesquisa relacionadas com as outras habilitações profissionais. Aliás, a USP é o único PPGCOM que possui linhas de pesquisa vinculadas ao fazer profissional na área de Comunicação.

Outros três focos vêm a seguir, com valores muito próximos. “Relações públicas” atingiu 15,06% dos casos de aplicação da faceta 6, ocorrendo contudo apenas na USP e na Umesp, e com acentuada redução ao longo dos anos desde 1993. “Publicidade e propaganda”, com 14,46% do total, mostrou-se presente em mais programas, chegando a obter 33,33% na

PUC-SP e registrando constante aumento de valor até 1995, caindo em 1996. E “cinema”, com 13,55%, teve maior variação em relação ao nível acadêmico dos documentos analisados: é representada em 15,79% das dissertações, mas apenas 4,54% das teses. Suas maiores incidências são na Unicamp (66,66%) e PUC-SP (33,34%).

Uma representação global dos resultados encontrados com a utilização do sistema facetado é realizada a seguir, na FIGURA 9:

FIGURA 9
Mapeamento temático da pesquisa em Comunicação no Brasil
proporcionado pelo uso do sistema de classificação facetado



NOTA: Os casos em que não foi possível a classificação pelo sistema referem-se às teses e dissertações que apresentam mais de dois focos de uma mesma faceta.

9.5. Comparação com outros mapeamentos

Ao longo desta tese, discutiu-se as possibilidades proporcionadas pela classificação facetada para o mapeamento temático de campos científicos. Como forma de identificar essas possibilidades, os resultados encontrados nos tópicos anteriores são a seguir confrontados com outros dois mapeamentos temáticos feitos em relação ao mesmo *corpus*, isto é, às mesmas 754 dissertações e teses defendidas entre 1992 e 1996 nos programas de pós-graduação em Comunicação brasileiros.

O primeiro mapeamento temático é o de Stumpf e Capparelli, que compôs uma lista de palavras-chave utilizando como base o índice temático da Intercom e do banco de dados da Compós, acrescentando outros termos durante o processo na medida em que se fazia necessário. Cada dissertação e tese foi representada por mais de um termo, levando a uma lista de quase duas centenas de termos. Na construção do mapeamento temático quantitativo da área, os autores apresentam apenas os 20 assuntos que obtiveram maior frequência, salientando que o sistema de classificação não se resume a esses 20 termos (STUMPF; CAPPARELLI, 2000, p. 243).

As conclusões e considerações finais dos autores são:

- a) “que os temas de estudo têm estreita vinculação com as linhas de pesquisa de cada curso” (Ibidem, p. 247);
- b) “que aqueles temas que criam interfaces com a Comunicação, como Semiótica, Literatura, Arte e Educação aparecem com prioridade” (Ibidem, p. 247);
- c) “não esperávamos que esta multidisciplinaridade suplantasse os temas tradicionais da Comunicação, como Jornalismo, Televisão, Telenovela, etc” (Ibidem, p. 247)
- d) “a produção discente dos programas de pós-graduação espelha as tendências da origem e das áreas de concentração dos programas” (Ibidem, p. 247), razão pela qual, na USP, predominam os temas jornalismo, televisão e comunicação organizacional, pois o programa se organiza conforme os departamentos; na PUC-SP e UFRJ, que se originaram de programas de pós-graduação em letras e/ou literatura, esses temas prevalecem; e na Unicamp, voltada para os multimeios, predominam assuntos voltados para a imagem e novas tecnologias;
- e) “que grande parte das previsões quanto à tendência dos temas que seriam objeto de estudo para a década de 90, feitas por Dencker (1997), se concretizaram, embora

algumas surpresas tenham aparecido” (Ibidem, p. 249). Entre essas previsões estão a permanência da predominância de jornalismo, comunicação organizacional e televisão;

f) “que a produção discente apresentou-se rica em termos quantitativos e diversificada em relação aos temas de estudo (...) novos assuntos vieram a se incorporar, mostrando um leque mais amplo de interesse dos programas de pós-graduação” (Ibidem, p. 249).

Já o mapeamento de Peruzzo tem como ponto de partida a constatação de que “o campo da Comunicação constitui-se de modo multifacetado” (PERUZZO, 2002, p. 52). A autora tem como objetivo apresentar um panorama dos objetos de pesquisa em Comunicação, e para tanto tem como proposta utilizar um conjunto de pesquisas realizadas no país, em vez de realizar apenas uma discussão teórica:

Consideramos que paralelamente às discussões sobre o campo científico, é oportuno conhecer o que realmente se pesquisa na área, para evitar elaborações, que embora brilhantes sob o ponto de vista do discurso acadêmico e de concepção de Comunicação, às vezes, podem estar descoladas do que vem sendo realizado concretamente no dia-a-dia da pesquisa (Ibidem, p. 52).

Para tanto, a autora se utiliza dos resumos das 754 teses e dissertações defendidas no Brasil entre 1992 e 1996, criando categorias temáticas com base apenas nos termos dos resumos e dos títulos. Descrevendo as dificuldades de realização do trabalho, comenta a autora:

As categorias permitem aproximações e não exatidão classificatória, até porque um trabalho, dependendo dos critérios adotados para classificação, ou do ângulo de quem observa, pode ser classificado em mais de uma categoria. Exemplos: trabalho analisando um telejornal poderia ser classificado em televisão ou em jornalismo. Um trabalho sobre rádio popular em comunidades poderia ser classificado tanto em “rádio” como em “comunicação popular alternativa”. (...) Nossa intenção, como já dissemos, é evidenciar “o quê” está sendo pesquisado e não “esconder” certas temáticas sob categorias por demais abrangentes” (PERUZZO, 2002, p. 55).

Peruzzo mostra-se consciente das limitações de um sistema que prevê apenas uma listagem de termos para a classificação de uma área multifacetada, e buscou, como solução, uma lista maior de assuntos de forma a identificar temáticas mais específicas, fiel a sua proposta de não “esconder” algumas temáticas. Contudo, a própria autora admite que a solução adotada não resolveu inteiramente o problema:

Reconhecemos que há uma quantidade excessiva de categorias, mas esclarecemos que optamos em não re-agrupá-las para não encobrir sob os esquemas classificatórios, aquelas temáticas correspondentes a conteúdos específicos, muitas vezes descoladas do campo da comunicação (Ibidem, p. 56).

Entre as conclusões da autora destacam-se:

- a) “há uma acentuada tendência na realização de estudos que estariam mais adequadamente acomodados em outras áreas do conhecimento” (Ibidem, p. 60), pois existem várias teses e dissertações que se localizam “na perspectiva de abordagem secundária à questão da comunicação, ou mesmo de colocá-la à margem, em detrimento do aprofundamento das temáticas no âmbito das supostas áreas de procedência dos autores” (Ibidem, p. 61). Como exemplos, a autora cita aqueles agrupados nas categorias “Sociologia”, “Filosofia”, “Arquitetura”, entre outros;
- b) “em última instância, verifica-se a existência de três tendências principais” (Ibidem, p. 62). São elas: temas relacionados aos meios de comunicação de massa, à cultura, à estética e às profissões de comunicação; estudos de fenômenos não propriamente na perspectiva comunicacional, mas sociológicos, filosóficos, educacionais, urbanísticos, etc.; e estudos que se localizam nas interfaces com as artes.

Os quadros que apresentam os resultados da contabilização de assuntos obtidos pelos dois trabalhos foram apresentados no capítulo 4. Contudo, optou-se aqui pela repetição dos resultados, apresentados, contudo, juntos, um ao lado do outro, na TABELA 41:

TABELA 41

Assuntos estudados nas teses e dissertações em comunicação no Brasil (1992-1996), segundo classificações adotadas por STUMPF; CAPPARELLI, e por PERUZZO

(Continua)

Stumpf e Capparelli	N		Peruzzo	N	
		%			%
Semiótica	100	13,2	Jornalismo	107	14,2
Literatura	77	10,2	Literatura	71	9,4
Televisão	62	8,2	Televisão	37	4,9
Jornalismo	60	8,0	Cultura	36	4,8
Arte	56	7,4	Estética	36	4,8
Discurso jornalístico	55	7,3	Publicidade/Propaganda	33	4,4
Educação	45	6,0	Relações Públicas	33	4,4

TABELA 41

Assuntos estudados nas teses e dissertações em comunicação no Brasil (1992-1996),
segundo classificações adotadas por STUMPF; CAPPARELLI, e por PERUZZO

(Continua)

Stumpf e Capparelli	N	%	Peruzzo	N	%
Novas tecnologias	45	6,0	Cinema	32	4,2
Cultura	41	5,4	Com. Popular/Alternativa	22	2,9
Cinema	39	5,2	Música	20	2,7
Imprensa	39	5,2	Meios/Tec. de com. na educação	20	2,7
Comunicação organizacional	36	4,8	Sociologia/Ciência Política	19	2,5
Imagem	36	4,8	Linguagem e Significação	18	2,4
Psicanálise	36	4,8	Filosofia	15	2,0
Narrativa	24	4,5	Pensadores/Jornalistas/Artistas	14	1,8
Música	33	4,4	Com., tecnologias e arte	14	1,8
Recepção	31	4,1	Educação	14	1,8
História	30	4,0	Fotografia	13	1,7
Filosofia	29	3,8	Inf. no capitalismo/Ind. Cultural	12	1,6
Linguagem	26	3,4	Rádio	12	1,6
			Arquitetura	12	1,6
			Editoração	12	1,6
			Vídeo	11	1,5
			Teatro	11	1,5
			Desenv. das tecnologias da com.	10	1,3
			Pintura/Xilogravura	10	1,3
			Marketing	10	1,3
			Psicanálise/Inconsciente	10	1,3
			Teorias e metodologias da com.	10	1,3
			Comunicação Científica	10	1,3
			Outros	10	1,3
			Comunicação e Saúde	9	1,2
			Corpo e Comunicação	8	1,0
			Comunicação Rural	5	0,7
			Dança	5	0,7
			Empresas/Instituições de com.	5	0,7
			Religiões e com. religiosa	4	0,5
			Humor	4	0,5

TABELA 41

Assuntos estudados nas teses e dissertações em comunicação no Brasil (1992-1996), segundo classificações adotadas por STUMPF; CAPPARELLI, e por PERUZZO

(Conclusão)

Stumpf e Capparelli	N	%	Peruzzo	N	%
			Futebol/Esporto	4	0,5
			Grafite	3	0,4
			Tradução	3	0,4
			Comunicação Grupal	2	0,3
			Política Cultural	2	0,3
			Transcodificação	2	0,3
			Cerâmica/Escultura	2	0,3
			Romantismo/Modernidade	2	0,3

FONTE: STUMPF; CAPPARELLI, 2000, p. 248 e PERUZZO, 2002, p. 56-60.

NOTA 1: A classificação de Stumpf e Capparelli permite a contagem de mais de um assunto para cada dissertação e tese, o que significa que o total é superior a 754. No caso da classificação de Peruzzo, para cada dissertação e tese foi contabilizado apenas um assunto.

NOTA 2: No original publicado consta erroneamente a frequência de Semiótica como 18,2%. A tabela acima corrige este erro.

Antes de se promover a comparação entre as duas classificações e o mapeamento produzido a partir do sistema facetado construído nesta tese, será feita uma comparação preliminar entre as duas apenas. As duas classificações apresentam uma série de semelhanças, mas também algumas diferenças muito significativas.

A maior diferença entre as duas se dá em relação ao assunto “semiótica”. Na classificação de Stumpf e Capparelli esse é o assunto mais frequente no conjunto das teses e dissertações, com 100 ocorrências, representando 13,26% do total (no texto publicado está registrado, erroneamente, 18,2%). Na classificação de Peruzzo simplesmente não consta esse assunto, o que significa que trabalhos classificados por Stumpf e Capparelli como “semiótica” foram classificados de maneiras diferentes por Peruzzo. Deduz-se que a maior parte foi classificada sob o termo “estética”, que alcança na classificação de Peruzzo a quinta posição, com 4,8%, e está ausente da classificação de Stumpf e Capparelli.

O termo com maior valor na classificação de Peruzzo é “jornalismo”, com 14,2%. Esse termo é apenas o quarto para Stumpf e Capparelli, com 8%, porque está disperso em outros dois assuntos, “discurso jornalístico”, com 7,3%, e “imprensa”, com 5,2%. Caso os autores tivessem optado, como Peruzzo, pelo agrupamento dos três, “jornalismo” atingiria 20,5%,

alcançando com folga a primeira colocação, como de fato alcançou na classificação de Peruzzo.

Na classificação de Peruzzo, “publicidade e propaganda” e “relações públicas” empatam na sexta posição, com 4,4% cada uma. Os dois termos sequer constam entre os 20 mais freqüentes na classificação de Stumpf e Capparelli. Outros termos com muita relevância na classificação de Peruzzo e que não estão presentes entre os 20 termos da classificação de Stumpf e Capparelli são “comunicação popular” (nono na classificação de Peruzzo, com 2,9%), “sociologia” (décimo segundo, com 2,5%), “pensadores, jornalistas e artistas” (décimo quinto, com 1,8%), “fotografia” (décimo oitavo, com 1,7%) e “rádio”, “indústria cultural”, “arquitetura” e “editoração”, todos na décima nona posição, empatados, com 1,6%.

Por outro lado, há termos que atingiram valores relevantes na classificação de Stumpf e Capparelli mas não repetem o desempenho na de Peruzzo. Além do caso já citado de “semiótica”, também há o de “comunicação organizacional” e “imagem” (ambos em décimo segundo, com 4,8% cada um), “narrativa” (décimo quinto, com 4,5%) e “recepção” (décimo sétimo, com 4,1%).

No conjunto das semelhanças entre as duas classificações, a mais importante é o fato de o segundo e o terceiro assuntos mais freqüentes nas duas classificações coincidirem, embora com percentuais diferentes. “Literatura” é o segundo assunto mais freqüente nas teses e dissertações para ambos, com 10,2% no mapeamento de Stumpf e Capparelli e 9,4% no de Peruzzo. “Televisão”, que vem logo a seguir, atinge 8,2% (Stumpf e Capparelli) e 4,9% (Peruzzo).

Outros termos que alcançam resultados relativamente próximos, com as respectivas posições e valores no mapeamento de Stumpf e Capparelli e de Peruzzo, são: “cinema” (décimo, 5,2%; oitavo, 4,2%), “música” (décimo sexto, 4,4%; décimo, 2,7%), “linguagem” (vigésimo, 3,4%; décimo terceiro, 2,4%, como “linguagem e significação”), “psicanálise” (décimo quarto, 4,8%; vigésimo oitavo, 1,3%) e “filosofia” (décimo nono, 3,8%; décimo quarto, 2,0%). O termo “educação” (sétimo, com 6%, para Stumpf e Capparelli) atinge percentual semelhante caso se some os termos “meios/tecnologias de comunicação na educação”, com 2,7%, e “educação”, com 1,8%, na classificação de Peruzzo.

Uma vez feita a comparação entre os dois sistemas, procede-se a seguir a uma comparação entre os dois mapeamentos e os resultados alcançados com a aplicação do sistema facetado. Comparar o sistema facetado construído nesta tese com as classificações dos

autores citados acima pode parecer, num primeiro momento, uma proposta inadequada, na medida em que os autores dos dois mapeamentos não se propõem a construir um sistema de classificação da área de Comunicação. Stumpf e Capparelli têm como objetivo apenas levantar um panorama dos assuntos mais freqüentes nas teses e dissertações, o que constitui apenas uma parte de seu amplo trabalho de análise da produção científica brasileira em Comunicação. Peruzzo chega a referir-se a seu trabalho como um “despretensioso levantamento” (PERUZZO, 2002, p. 64) realizado para apresentação e debate no II Seminário Interprogramas da Compós. Desta feita, pode-se dizer que ambos cumprem os objetivos propostos, e o trabalho a que esta tese se dedicou não consiste em uma tentativa de invalidação dos resultados alcançados, mas uma soma, uma contribuição com resultados diferentes a partir da utilização de um outro caminho.

No sentido explicitado acima, a primeira grande diferença entre os resultados encontrados com a aplicação do sistema facetado e os outros dois mapeamentos é a inclusão da multidimensionalidade do campo da Comunicação (constatada por Peruzzo e por Stumpf e Capparelli) na formação das categorias.

Ao apresentar os termos que constituem os assuntos da área de Comunicação dispostos em facetas, o sistema classificatório construído nesta tese evidencia de antemão, e de maneira inequívoca, a relação que cada termo possui com o assunto geral que está sendo classificado (no caso, Comunicação). Isso faz com que não ocorra qualquer tipo de dúvida quanto ao significado que um termo específico possui em sua utilização no sistema.

Nos casos em que não existe essa definição prévia, o sistema permite compreensões dúbias. É o caso do termo “cultura” presente tanto no mapeamento de Stumpf e Capparelli quanto no de Peruzzo. Apenas a designação do termo não diz do sentido com que ele está sendo tomado no sistema: se é uma concepção do modelo de comunicação como cultura, se é algo que é comunicado entre os interlocutores (os meios de comunicação “transmitindo” cultura) ou se é uma área de interface com a comunicação – como dá a entender a expressão “comunicação e cultura”, que aliás nomeia o programa de pós-graduação da UFBA.

Essa indefinição mostra-se particularmente grave no momento de se comparar o percentual atingido por um assunto com outros. O sistema não explicita com que valores devem ser comparados os valores atingidos pelas teses e dissertações cujo assunto é “cultura”. Afinal, utilizando-se a terminologia aristotélica, a espécie “cultura” não guarda exclusividade com outras “espécies”, como por exemplo “jornalismo” ou “televisão”. O termo “jornalismo”

pode ser comparado com outras habilitações profissionais. O termo “televisão” pode ser comparado com outros meios de comunicação. Mas o termo “cultura” não possui uma inserção evidente em algum tipo de classe do “gênero” comunicação.

Esse tipo de questão pode levar a uma interpretação errônea do conjunto geral dos dados. Como a aplicação do sistema facetado evidenciou, “educação” é, na quase totalidade das vezes, assunto da área de Comunicação na condição de assunto das mensagens trocadas entre os interlocutores – são teses e dissertações que estudam fenômenos comunicativos em instituições educacionais ou a dimensão comunicativa de processos de ensino e aprendizagem. Em poucos casos ocorre a aproximação com a Educação enquanto disciplina científica, com a qual se estaria promovendo uma interface ou um movimento interdisciplinar. O termo “educação”, do ponto de vista da classificação temática da área de Comunicação, portanto, está próximo de termos como “política”, “sociedade” e “economia”, e é um erro colocá-lo ao lado de “Filosofia”, “Semiótica” ou “Psicanálise”, que são disciplinas com as quais a Comunicação compartilha teorias, conceitos e métodos que são utilizados nas teses e dissertações.

O termo “estética”, presente na classificação de Peruzzo, consiste em outro exemplo do mesmo problema. O sistema não evidencia a natureza do relacionamento desse termo com a área de Comunicação, inviabilizando que se saiba se as teses e dissertações consideradas como tendo por assunto “estética” recorrem à Estética enquanto disciplina acadêmica ou se são estudos sobre a dimensão estética dos fenômenos comunicativos (normalmente dos conteúdos ou dos produtos comunicativos).

A lista de exemplos pode se prolongar, incluindo ainda aqueles termos cuja definição para o próprio campo é ambígua (como “cinema”, que se refere a uma habilitação profissional e a um meio de comunicação; e “imprensa”, que muitas vezes é tomado como sinônimo de jornalismo, tendo validade para as práticas jornalísticas nos vários meios ou suportes, e outras vezes como sinônimo de “jornalismo impresso” ou mesmo apenas o meio “jornal”). Esse é portanto um primeiro ganho que o sistema facetado proporciona: não só há uma explicitação da multidimensionalidade que caracteriza o campo, como se evidencia as dimensões que o compõem, evitando a mistura dos termos que estão em dimensões diferentes, mas considerando-os na análise, na medida em que não se privilegia apenas uma das dimensões. Nesse sentido, o sistema facetado atende a uma necessidade da área, detectada por um dos pesquisadores que se dedicam à reflexão epistemológica da Comunicação, que constata a existência de “um número grande de alternativas de definição

do objeto” (LIMA, 2001, p. 21), com a possibilidade de o campo vir a se tornar tão diverso que avance para um estado de incompatibilidade, e conclui: “Daí por que acreditamos que uma das principais tarefas do momento é a organização do campo, isto é, fazer a ‘limpeza do terreno’ ” (Ibidem, p. 24).

Um efeito particular desse fato é a possibilidade de correção de determinadas distorções encontradas em sistemas que apenas listam os assuntos do campo sem identificar os tipos de relacionamento que possuem com a temática principal. Volta-se aqui, como exemplo, ao já citado caso das cadeiras. Num conjunto qualquer, a informação de que 20% das cadeiras são azuis deve necessariamente conter a informação de que 80% das cadeiras são de outra cor, sob pena de tornar as informações inexatas. Se as demais informações se referem a outras dimensões das cadeiras que não a cor (por exemplo, que 30% delas são grandes), não se pode ter confiança nas informações expostas.

Portanto, um sistema que aponta que uma quantidade determinada das teses e dissertações tem por assunto “jornalismo” (no caso, para Peruzzo, 14,2%), essa informação deveria também significar a quantidade de trabalhos que não têm por assunto o “jornalismo” (no caso, 85,8%). Nos dois mapeamentos analisados isso não acontece, pois é possível que se tenha o assunto jornalismo nas teses e dissertações classificadas como “televisão”, “linguagem”, “imagem” e mesmo “Psicanálise”.

Não pode haver termo de comparação entre categorias ou espécies obtidas a partir de critérios de divisão diferentes, pois, se as categorias não são mutuamente excludentes, é possível a inclusão de uma tese ou dissertação tanto numa como noutra classe.

Ao mesmo tempo em que considera e explicita as dimensões que compõem a área de Comunicação (e alerta para o fato de existirem outras dimensões além das seis escolhidas para a formação das facetas), o sistema facetado também permite a identificação do peso que cada uma das dimensões possui na totalidade do campo, através da indicação da quantidade de casos em que cada faceta se aplica.

Essa informação pode revelar, por exemplo, o peso que a formação de interfaces possui em relação à totalidade de teses e dissertações, garantindo uma informação mais confiável sobre o quanto a área recorre a outras disciplinas e campos científicos do que a simples constatação das frequências obtidas por termos que representam disciplinas científicas – na medida, mais uma vez, em que vários termos classificados por outras dimensões, como pelos meios de comunicação ou pelas profissões, poderiam deixar de ser contabilizados como movimento de interface.

Outro exemplo claro de informação obtida com a aplicação de um sistema facetado é a do peso que a dimensão profissional possui na pesquisa em Comunicação de forma geral. Estabelecer esse peso com base na informação de quantas vezes a faceta “profissões” se aplica é mais adequado e exato do que utilizar a soma das frequências obtidas pelos termos “jornalismo”, “publicidade e propaganda”, “relações públicas”, “editoração”, “radialismo” e “cinema” – com o agravante do já citado caso de “cinema” que designa ao mesmo tempo a profissão e o meio, e “radialismo” que nem chega a constar dos dois mapeamentos pois há apenas a menção aos meios “rádio” e “televisão”.

Por fim, outra questão que representa um efetivo ganho proporcionado pela aplicação do sistema facetado diz respeito à frequência obtida por cada assunto – ou, para utilizar os termos do sistema, por cada foco. Pois, na medida em que cada dissertação ou tese é contabilizada seis vezes pelo sistema (uma vez para cada faceta), cada foco tem 100% de chance de ser representado. Por exemplo, o foco “comunicação comunitária” pode ser considerado como assunto de todas as dissertações, na faceta “âmbito relacional”, sempre que estiver presente. Nos sistemas de Stumpf e Capparelli e de Peruzzo isso não acontece, pois é possível que um trabalho que poderia ser classificado como “comunicação comunitária” acabe tendo sido contabilizado como sendo sobre “rádio” ou “cultura”. O sistema facetado pode realmente evitar que aconteça aquilo que Peruzzo tentou impedir: que certas temáticas fiquem “escondidas” sob outras.

Como forma de avaliar as possibilidades abertas pela utilização do sistema facetado em relação aos outros dois mapeamentos, seguem-se vários tópicos que representam diferenças de resultados obtidas por focos e facetas específicas:

- a) Stumpf e Capparelli concluem, em seu mapeamento, que o forte das temáticas das teses e dissertações são as interfaces com outras áreas de conhecimento, apontando como exemplos os altos valores obtidos por Semiótica, Literatura, Arte e Educação. Contudo, a aplicação do sistema facetado mostrou que nem sempre esses assuntos representam outras disciplinas com as quais a Comunicação faz interface. Em diversos casos há estudos que são, do ponto de vista da construção teórica, totalmente da área de Comunicação, sendo “arte” ou “educação” a temática das mensagens presentes nos fenômenos comunicativos estudados, com a mesma natureza de temáticas como “saúde”, “esportes” ou “política”. No caso de “Literatura”, percebe-se problema semelhante, mas por outra razão: muitas vezes são estudados livros, o que leva a uma

classificação na área de “Literatura”; contudo, nem toda análise de livro utiliza-se da “Literatura” como área de interface, sendo o assunto “livro” indicador de um meio de comunicação, da mesma natureza de “televisão” ou “cinema”.

- b) Peruzzo também conclui que a ocorrência de interfaces com outras áreas é muito forte, com problemáticas formuladas em outros campos. Seus exemplos, contudo, misturam disciplinas científicas, como “Sociologia” e “Filosofia”, com áreas como “Dança” e “Futebol” que muitas vezes constituem assuntos das mensagens dos fenômenos comunicativos. Ao mesmo tempo, na classificação da autora, o termo “Semiótica”, com incidência tão decisiva nas teses e dissertações, simplesmente desaparece. O movimento de interface com essa área não é contabilizado, prevalecendo outro tipo de classificação.
- c) Outra conclusão importante de Peruzzo é que predominam os temas ligados à “comunicação de massa”, “cultura”, “estética” e “profissões”. Com isso, a autora mistura uma série de assuntos de naturezas diferentes. Seu sistema não permite identificar quais são os assuntos ligados a “comunicação de massa”, de forma a determinar sua frequência. Presume-se que estejam sendo contabilizados todos aqueles sob as classificações de “jornalismo”, “televisão” e “literatura”, o que não constitui um critério adequado, pois jornalismo e televisão, por exemplo, nem sempre se referem a fenômenos de comunicação de massa, podendo ocorrer nos âmbitos organizacional ou comunitário.
- d) A “comunicação de massa” não aparece em nenhuma das duas classificações, embora os autores ressaltem sua importância. Curiosamente, o que ocorre é que Stumpf e Capparelli não identificam “comunicação comunitária, popular ou alternativa”, tema importante na classificação de Peruzzo, e esta não identifica “comunicação organizacional”, com boa ocorrência na dos dois primeiros autores. O que permite supor que grande parte das teses e dissertações sobre “comunicação comunitária” tenham sido classificadas, por Stumpf e Capparelli, a partir de outros critérios (pelos meios, talvez) enquanto os trabalhos sobre “comunicação organizacional” não foram considerados como tais por Peruzzo, tendo sido provavelmente classificados do ponto de vista das habilitações profissionais, sobretudo “relações públicas”.
- e) O termo “cultura”, já citado anteriormente, atinge valor relevante nas duas classificações, mas é difícil determinar sua especificidade em relação aos demais termos. Afinal, estudos sobre “jornalismo” ou sobre “televisão” podem ser

classificados como “cultura”, pois os dois sistemas não especificam se o termo se refere a uma construção teórica particular do campo da Comunicação, uma área de interface ou o assunto das mensagens presentes no fenômeno comunicativo. Caso se queira comparar o resultado obtido por “cultura” com outro de natureza similar, isto é, que guarde com a Comunicação o mesmo tipo de relação, haverá uma grande dificuldade pela ocorrência de poucos termos e ausência de clareza quanto às suas inter-relações – no de Stumpf e Capparelli, apenas “imagem” e “linguagem”; no de Peruzzo, “informação no capitalismo/poder dos MCM/indústria cultural”, “linguagem e significação” e “estética”.

- f) No trabalho de Stumpf e Capparelli há apenas uma habilitação profissional, “jornalismo” – que aparece, contudo, sob três termos diferentes: “jornalismo”, “imprensa” e “discurso jornalístico”. “Publicidade” e “relações públicas”, que obtiveram grande frequência no trabalho de Peruzzo, não estão listadas, de forma a se imaginar que as teses e dissertações que tratam dessas duas habilitações profissionais foram classificadas por Stumpf e Capparelli a partir de um outro tipo de critério. De toda forma, caso se queira uma visão geral de como as habilitações profissionais estão representadas no conjunto dos documentos analisados, ocorre novo tipo de dificuldade, pois as habilitações profissionais “radialismo” e “cinema” não estão representadas enquanto tais, tanto que nunca são citadas quando os textos avaliam a presença das profissões.
- g) Diversos termos ligados à dimensão simbólica da Comunicação, como “imagem”, “linguagem”, “significação”, “narrativa” e “estética” encontram-se espalhados nos dois mapeamentos, sendo que as fronteiras que os separam nem sempre podem ser visualizadas de forma nítida.
- h) A identificação de assuntos que estão fora do campo da Comunicação e que não constituem disciplinas de interface (sendo, na maior parte dos casos, o assunto das mensagens dos fenômenos comunicativos) é desconsiderada na classificação de Stumpf e Capparelli. Na de Peruzzo eles ocorrem (“religiões”, “saúde”, “comunicação científica”), atingindo porém valores muito baixos, provavelmente por terem sido classificados, na maior parte dos casos, a partir de um outro critério.
- i) A classificação das teses e dissertações tendo como critério os meios de comunicação mostrou-se frequente nos dois mapeamentos. Stumpf e Capparelli agrupam muitos trabalhos nos assuntos “televisão”, “cinema” e “imprensa”, e Peruzzo apresenta vários

meios, tais como “televisão”, “cinema”, “fotografia”, “rádio”, “vídeo”, “teatro”, “pintura” e outros. Ainda assim, é possível que uma parte considerável de trabalhos que poderiam ter sido classificados por estes meios tenha sido contabilizada em assuntos como “recepção”, “comunicação popular”, ou mesmo termos que designam disciplinas de interface ou referentes à dimensão simbólica da comunicação.

O conjunto de observações levantadas acima apresenta algumas das questões que o sistema facetado procurou solucionar, a partir da explicitação das relações entre os termos e a área de conhecimento (no caso, a Comunicação) e do agrupamento dos termos exatamente pelo tipo de relação que guardam com a Comunicação, e separados dos demais na contabilização das frequências. Seguindo o raciocínio de Peruzzo, de que um sistema classificatório pode “esconder” certas temáticas e privilegiar outras, segue abaixo um conjunto de dados evidenciados pelo sistema facetado que os outros dois mapeamentos não permitiram observar:

- a) A importância que os estudos voltados para a dimensão simbólica da comunicação (que estudam os fenômenos de produção de sentidos, de significação) possuem em relação aos outros tipos de estudo na área, inclusive aqueles classificados como “cultura”, que passa a ser compreendida assim como uma modalidade específica de estudo dos fenômenos comunicativos. Além disso, outros modelos de comunicação que ficaram “escondidos” nas classificações de Peruzzo e de Stumpf e Capparelli, como os estudos sobre “efeitos e funções”, “técnica”, “interação” e “ideologia” (este último apenas no caso de Stumpf e Capparelli), evidenciam-se no sistema facetado, podendo ser comparados com os outros dois já citados.
- b) A real dimensão dos estudos sobre “comunicação de massa” aparece no sistema facetado, na medida em que são confrontados com aqueles que não o são. Além disso, as outras modalidades evidenciam-se, tanto “comunicação institucional ou organizacional” (ausente do sistema de Peruzzo) como “comunicação comunitária ou popular” (ausente da listagem de Stumpf e Capparelli).
- c) A consideração específica das frequências dos meios de comunicação estudados permite a verificação da frequência de alguns meios não listados por Stumpf e Capparelli e por Peruzzo, como “livro” e “comunicação face a face”. Estes dois meios atingem, inclusive, percentuais muito importantes, alcançando a segunda e a quarta posições. O termo “jornal” passa a se referir especificamente aos estudos relativos a este meio, não confundido com o termo “jornalismo”, do qual não é sinônimo. Com

isso, o sistema facetado permite destacar os estudos sobre “jornal”, “televisão”, “rádio” ou “cinema” daqueles que tratam das habilitações profissionais “jornalismo”, “radialismo” e “cinema”.

- d) A identificação de assuntos externos ao campo da Comunicação mas que constituem assuntos das mensagens presentes nos fenômenos comunicativos permite a identificação de áreas em que mais se estudam fenômenos de comunicação, tais como “sociedade”, “educação”, “política”, “entretenimento e esportes”, “economia” e “artes”, permitindo a comparação de incidência destas sem as confundir com áreas de interface. Essa faceta permite ainda visualizar a importância das temáticas sociais e políticas nas teses e dissertações, importância essa “escondida” nos dois mapeamentos analisados – ausente dos 20 termos mais frequentes em Stumpf e Capparelli e apenas a décima-segunda posição (e somadas, “Sociologia” e “Ciência política”) em Peruzzo.
- e) Ao mesmo tempo, permite-se a identificação das disciplinas com as quais a Comunicação efetivamente realiza interfaces, isto é, com as quais compartilha teorias, conceitos, autores ou métodos. “Sociologia”, “Ciência política” e “Educação” diminuem sua frequência neste caso, e cresce o percentual de outras como “Semiótica”, “Filosofia” e “Psicanálise”, que passam a ter uma relevância maior como assuntos das teses e dissertações em Comunicação.
- f) Por fim, tem-se uma visão geral sobre a incidência dos trabalhos sobre as habilitações, permitindo que estudos sobre “radialismo”, “cinema” e mesmo “editoração”, do ponto de vista do fazer profissional, deixem de ficar “escondidos”, podendo ser comparados com “jornalismo”, “relações públicas” e “publicidade”. A habilitação “radialismo” sequer é representada por algum termo nas duas classificações, sendo representada em todos os casos a partir dos meios “rádio” e “televisão”.

A identificação destes casos específicos mostra que a aplicação do sistema facetado permite uma visão diferente das temáticas mais estudadas nas teses e dissertações, com algumas variações significativas de valores de alguns assuntos.

10. Conclusão

Jorge Luis Borges publicou em 1952 um livro chamado *Otras inquisiciones*, no qual há um texto intitulado *El idioma analítico de John Wilkins*. Nesse texto, o escritor argentino se refere a uma certa enciclopédia chinesa intitulada *Emporio celestial de conocimientos benévolos*. Sobre ela, escreve o autor:

Em sus remotas páginas está escrito que los animales se dividen em (a) pertencentes al Emperador, (b) embalsamados, (c) amaestrados, (d) lechones, (e) sirenas, (f) fabulosos, (g) perros sueltos, (h) incluidos en esta clasificación, (i) que se agitan como locos, (j) innumerables, (k) dibujados com um pincel finísimo de pelo de camelo, (l) etcétera, (m) que acaban de romper el jarrón, (n) que de lejos parecen moscas (BORGES, 1989, p. 86)⁸.

A classificação promovida por esta enciclopédia, junto com outras destacadas ao longo do texto, como a de John Wilkins e a do Instituto Bibliográfico de Bruxelas, mostram que “no hay clasificación del universo que no sea arbitraria y conjetural. La razón es muy simple: no sabemos qué cosa es el universo” (Ibidem, p. 86)⁹.

A fábula de Borges é citada por diferentes autores em diferentes contextos. Foucault, por exemplo, a utiliza como epígrafe em *As palavras e as coisas*. Burke, em seu *Uma história social do conhecimento*, conclui que ela “mostra vivamente a arbitrariedade manifesta de qualquer sistema de categorias quando visto de fora” (BURKE, 2003, p. 79).

Esta tese se propôs a construir um sistema de classificação para a área de Comunicação. Não é um esforço inédito. Pelo contrário, o campo da Comunicação possui diversos trabalhos que tentam organizar internamente a área, discutir suas clivagens e divisões, seus limites e fronteiras. Muitos desses trabalhos foram feitos por pesquisadores de renome, com experiência de décadas na pesquisa e docência em Comunicação. Também muitos trabalhos foram feitos em colaboração, com a participação de pesquisadores de diferentes

⁸ Tradução do autor: “Em suas remotas páginas está escrito que os animais se dividem em (a) pertencentes ao Imperador, (b) embalsamados, (c) domesticados, (d) leitões, (e) sereias, (f) fabulosos, (g) cães vadios, (h) aqueles incluídos nesta classificação, (i) que se agitam como loucos, (j) inumeráveis, (k) desenhados com um pincel finíssimo de pêlo de camelo, (l) etcétera, (m) que acabam de quebrar o jarro, (n) que de longe parecem moscas”.

⁹ Tradução do autor: “não há classificação do universo que não seja arbitrária e conjetural. A razão é muito simples: não sabemos que coisa é o universo”.

instituições e pontos de vista, no contexto de associações e grupos de pesquisa como a Intercom e a Compós.

Nesse sentido, pode parecer pretensioso construir um sistema de classificação em vista da existência de outros, e principalmente a partir da crítica a eles, considerando-se, com Borges, que qualquer sistema é arbitrário e, com Burke, que, visto de fora, qualquer sistema classificatório parece incoerente.

Ao mesmo tempo, contudo, esta tese se propõe a utilizar a contribuição da Teoria da classificação, parte da Ciência da informação, na construção de um sistema classificatório. Mesmo considerando o fato de todas as classificações terem um grau de arbitrariedade e serem ainda sociais e históricas, portanto parciais e produzidas a partir de determinado contexto e ponto de vista, pensa-se que um sistema construído com o aporte de elementos da Teoria da classificação pode representar uma importante contribuição, pois:

The historical continuum that emerged as what is today known as information science is a tangled skein of many intertwining threads. Over the centuries the scholar has needed to organize the records of the human intellectual adventure, or to evolve theories of such organization that would contribute to the effectiveness of his access to its contents (SHERA; CLEVELAND, 1977, p. 249)¹⁰.

Afinal, se existe um ramo do conhecimento científico voltado para a construção de teorias específicas sobre a forma de organização do conhecimento, é muito adequado se pensar que esse ramo tem muito a contribuir para a construção de melhores sistemas de classificação, que podem vir a se somar aos esforços de organização de um campo específico que são feitos pelos próprios pesquisadores daquele campo.

A utilização de um sistema facetado, no caso, é ainda inédito na área de Comunicação. É nesse sentido que a proposta de pesquisa desta tese nasce da crítica aos trabalhos precedentes. Não uma crítica no sentido da desconstrução, da negação da validade e dos resultados obtidos pelos sistemas de classificação anteriores. Mas uma crítica no sentido de propor um caminho alternativo, um método diferente para, chegando a resultados também diferentes, possibilitar uma nova leitura que acrescente elementos aos trabalhos de

¹⁰ Tradução de Eduardo W. Dias: “O *continuum* histórico que resultou no que hoje é conhecido como ciência da informação é um emaranhado confuso de muitas linhagens que se entrelaçam. Ao longo dos séculos, estudiosos têm sentido a necessidade de organizar os registros da aventura intelectual humana, ou elaborar teorias sobre essa organização que pudessem contribuir para a eficácia no acesso ao conteúdo desses registros”.

sistematização do campo já realizados. É esse o espírito de toda a tese, que, espera-se, tenha sido adequadamente apontado pela epígrafe escolhida, uma citação de Schopenhauer. Paralelamente, cabe enfatizar que essa tese não representa uma reflexão epistemológica sobre o campo, sobre seus objetos de pesquisa e fundamentos científicos. Antes, assemelha-se ao trabalho de um bibliotecário que precisa organizar um conjunto de documentos, e precisa pensar a melhor forma de fazer isso. Mas não deixa de poder ser uma contribuição para a reflexão epistemológica da área, fornecendo elementos e aspectos que podem e devem ser considerados por aqueles que se dedicam ao estudo dos fundamentos do campo. Portanto esta tese busca se inserir no conjunto de trabalhos que vêm sendo feitos nesse sentido:

Uma das marcas distintivas dos atuais estudos de comunicação é o crescimento das análises auto-reflexivas, ou seja, críticas da própria área de pesquisa. E elas não só são úteis mas também indispensáveis, pois traduzem a reflexão de uma ciência sobre si própria, a qual aclara seu campo de atuação, seus procedimentos, o valor de seus trabalhos e o âmbito de suas possibilidades (LOPES; FRANÇA, 2003, p. 10).

Ainda que, como aponta uma das autoras citadas acima, esse esforço de auto-reflexão ainda seja pouco significativo ante o conjunto da produção científica da área. A autora desenvolve duas questões, uma das quais é citada a seguir:

A primeira delas diz respeito a uma certa negligência e até mesmo um certo ostracismo no tratamento dos fundamentos teóricos de nossa área; uma “quase falta de nobreza” na discussão do objeto da comunicação, das suas bases teóricas e metodológicas (FRANÇA, 2002, p. 13).

Portanto, esta tese não pretende ser mais do que é: um trabalho em Ciência da informação, aplicado à área de Comunicação. E, embora o objetivo tenha sido a proposição de um modelo para o mapeamento temático quantitativo da área, não se pode deixar de ressaltar outro aspecto em que o sistema criado pode ser útil: o próprio acesso, as possibilidades de recuperação da informação.

Durante o trabalho de coleta de dados, foi possível visitar todas as bibliotecas das instituições que sediam os programas de pós-graduação em Comunicação, e consultar diretamente as dissertações e teses analisadas. Foi possível constatar a riqueza do material, a diversidade e a qualidade da pesquisa que vem sendo feita nos PPGCOMs brasileiros.

Grande parte desse material acaba por não ser utilizado como referencial de pesquisa para trabalhos posteriores por uma série de razões: falta de divulgação, falta de acesso aos documentos, dificuldade de intercâmbio entre as bibliotecas. Outra razão é a multidimensionalidade do campo, pois muitas vezes a forma de classificação de uma tese ou dissertação por um assunto pode inviabilizar seu acesso a determinado usuário. Como a área não possui um consenso sobre suas divisões internas e dimensões, é possível que se procure por um assunto e não se encontrem documentos sobre esse assunto apenas porque os critérios de classificação de quem busca a informação não são os mesmo do sistema específico em que o documento registrou entrada.

Alguns dos resultados encontrados com a aplicação do sistema facetado mostram que as várias dimensões que atravessam a área se misturam, mas que é possível a construção de um sistema que evidencie essas dimensões. Um sistema de informação em que os documentos fossem organizados por um sistema facetado poderia permitir a busca por diferentes facetas, e assim um usuário que estivesse buscando apenas determinado modelo de comunicação, ou apenas determinado meio, ou ainda apenas determinada habilitação profissional, teria uma facilidade muito maior em encontrar os documentos que procura.

Naturalmente essa é uma questão muito mais ampla do que o escopo desta tese, e envolve uma série de questões que ultrapassam a lógica de classificação do campo – abarcando, entre outras, as particularidades de cada biblioteca e sistema de informação, os *softwares* utilizados, as linguagens de indexação adotadas, entre outros. Contudo, esta tese aponta para a viabilidade de trabalhos futuros nesta direção, tendo como referência a manifesta intenção do Portcom de produzir um tesouro da área.

Outras sugestões de trabalhos futuros incluem a aplicação do sistema facetado junto às demais teses e dissertações em Comunicação defendidas no país, desde a década de 1970, e após o ano de 1996, quando passam a existir programas no Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraná e Pernambuco, representam diversas outras possibilidades de estudo da Comunicação. Também podem revelar muitos resultados interessantes aplicações do sistema facetado junto a outros tipos de documentos, particularmente junto aos periódicos científicos da área (revelando as diferenças entre eles, inclusive), livros (que representam o tipo de publicação mais adotado pelos pesquisadores sênior do campo) e trabalhos apresentados em congressos (principalmente uma comparação entre os trabalhos apresentados na Intercom e os da Compós, por exemplo).

Também outros esforços de construção de sistemas de classificação, facetados ou não, para a área, podem revelar novas dimensões e aspectos. O sistema construído nesta tese não é definitivo, naturalmente, e a existência de outras dimensões possíveis de serem utilizadas como facetas, ou de focos que podem ser desdobrados em outros focos, sugerem a pertinência da realização de novos estudos nesta direção.

Para terminar, é conveniente retomar as duas dinâmicas do conhecimento apresentadas por França, descritas logo no início desta tese: a abertura para o mundo e a cristalização ou enquadramento. O conhecimento científico é resultado do equilíbrio destas duas dinâmicas, e, da mesma forma, o trabalho de sistematização da área de Comunicação deve buscar esse equilíbrio: deve-se pensar na adoção de determinados mapeamentos, para embasar a reflexão sobre a área e o desenvolvimento de toda a pesquisa; mas também deve-se pensar constantemente na revisão e no aperfeiçoamento dos mapeamentos produzidos, de forma a se avançar na reflexão sobre os critérios classificatórios do campo da Comunicação. Afinal, “as categorias do pensamento humano jamais são fixadas de uma forma definitiva; elas se fazem, se desfazem, se refazem permanentemente; mudam conforme os lugares e as épocas” (DURKHEIM, 1996, p. XXII).

ABSTRACT

The objective is the construction of a faceted classification system for the quantitative themes of scientific production in the field of Communication. For this purpose, general theoretical questions are initially discussed: science and the attempts at classification of scientific knowledge; aspects of the theory of classification, and, within it, of the theory of faceted classification; Communication as a scientific discipline. Three methods were used for the construction of the faceted system: a faceted analysis with terms taken from documents of the field; a study of works and classifications of general and specific references in the field; an analysis of Communication theory manuals. After this, the construction of the system begins, with the definitions of the facets and the foci. The facets defined are: a model of communicative phenomenon; relational breadth or scope; means, supports, vehicles or media; subjects of messages exchanged by interlocutors; scientific disciplines with which Communication interfaces; professional training. As a form of test, the system is applied to a set of 754 theses and dissertations, defended from 1992 to 1996 in the postgraduate programs in Communication in Brazil, comparing the results with two other studies that map themes using the same *corpus*, the study of Stumpf and Capparelli, published in 2000, and that of Peruzzo, published in 2002. The main results found are: a) The faceted system allows the identification of the percentage of different models of Communication and comparison between them. The focus “signification” has the highest frequency (38.99%), followed by “effects/functions” (18.29%), “culture” (11.37%) and “technique” (9.99%); b) The real dimension of the studies on “mass communication” appears in the system, with 60.78%, to the extent that they are confronted with those that are not, like “institutional communication” (22.31%) and “community communication” (12.77%); c) The construction of specific facet for the media allows the identification of the most studied media, “newspaper” (15.47%) and “book” (14.66%) in the separate form of the terms “journalism” and “literature”, indicating their real presence in the studies and

allowing a comparison with other media. The three foci with the highest frequency, which follow, are: “television” (13.05%), “face to face communication” (whose inclusion was possible beginning with the faceted system, 8.03%) and “film” (5.62%); d) The identification of the subjects that are external to Communication but constitute subjects of the messages present in the communicative phenomena allow the comparison between terms that keep the same type of relation with the Communication field. The highest frequencies are: “processes and social groups” (13.70%), “education” (8.36%), “politics” (7.40%), “recreational and performative arts” (including sports and radio and TV programming, 6.03%) and “economics” (including union questions, 5.62%); e) The faceted system allows also the frequencies related to the disciplines with which Communication interfaces, and their values, to be compared only among themselves. The highest values found are: “semiotics” (28.46%), “philosophy” (11.26%), “psychoanalysis” (10.67%) and “semiology” (8.30%). The terms of this group are not confused with those of the former group, since they maintain a different type of relation with Communication; f) There is a general view on the incidence of studies related to professional training, allow for studies on “broadcasting”, “film” and “editing” to be counted. The focus “journalism” has the highest value (43.68%), followed by “public relations” (15.06%) and “publicity and advertising” (14.46%). Finally, the set of results is analyzed, indicating the limits and possibilities of a faceted system for the quantitative thematic mapping of a scientific discipline.

Referências

- AITCHISON, Jean; GILCHRIST, Alan. **Manual para construção de tesauros**. Rio de Janeiro: BNG/Brasilart, 1979.
- ALBAGLI, Sarita. Divulgação científica: informação científica para a cidadania? **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 396-404, set./dez. 1996.
- ALBRECHTSEN, Hanne; HJORLAND, Birger. Understandings of language and cognition: implications for classification research. **Advances in classification research**. New Jersey: ASIS Monograph Series, v. 5, 1996.
- ALBRECHTSEN, Hanne; JACOB, Elin. Classification systems as boundary objects in diverse information ecologies. **Advances in classification research**. New Jersey: ASIS Monograph Series, v. 8, nov. 1997.
- ALFONSO-GOLDFARB, Ana Maria. **O que é história da ciência**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- ALMEIDA, Mauro. **Dicionário técnico da comunicação**. Belo Horizonte: Ed. do autor, 1987.
- ALVARENGA, Lúcia. **A institucionalização da pesquisa educacional no Brasil**. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 1996 (tese de doutorado).
- ALVARENGA, Lúcia. Bibliometria e arqueologia do saber de Michel Foucault: traços de identidade teórico-metodológica. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n.3, p. 253-261, set./dez. 1998.
- ALVES, Rubem. **Filosofia da ciência: introdução ao jogo e suas regras**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- ANDERY, Maria Amália Pie Abib et al. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. Rio de Janeiro: Garamond; São Paulo: Educ, 2004.
- ANDREWS, D.J. **As teorias do cinema: uma introdução**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- ARANHA, M.L.; MARTINS, M.H. **Filosofando: introdução à filosofia**. São Paulo: Moderna, 1993.
- ARAÚJO, Vânia Maria Rodrigues Hermes. **Sistemas de recuperação da informação: nova abordagem teórico-conceitual**. Tese (Doutorado em Comunicação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994, p. 84-122.
- ARISTÓTELES. Categorias. In: AZCÁRATE, Patricio (org). **Obras completas de Aristóteles**. Buenos Aires: Anaconda. 1947, Tomo II, p. 335-394.
- ARKADER, Rebecca. A pesquisa científica em gerência de operações no Brasil. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 70-80, jan./mar. 2003.
- ASSUNÇÃO, Jandira. Projeto de um sistema de classificação bibliográfica analítico-sintético (ou facetado) para a indexação e recuperação de informações em biologia. Rio de Janeiro: IBBD/UFRJ, 1972 (dissertação, mestrado em Ciência da Informação).
- ATTALAH, Paul. **Théories de la communication: sens, sujets, savoirs**. Québec: télé-université, 2000.
- BARBOSA, Alice. **Teoria e prática dos sistemas de classificação bibliográfica**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1969.
- BARBOSA, Alice Príncipe. Classificações facetadas. **Ciência da informação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 73-81, 1972.

- BARILLI, Renato. **Curso de estética**. Lisboa: Estampa, 1994.
- BARROS FILHO, Clóvis de. **Ética na comunicação**: da informação ao receptor. São Paulo: Moderna, 1995.
- BARROS, Antonio; DUARTE, Jorge; MARTINEZ, Regina (orgs). **Comunicação**: discursos, práticas e tendências. São Paulo: Rideel; Brasília: Uniceub, 2001.
- BEAUD, Michel. **Arte da tese**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- BEGHTOL, Claire. Domain analysis, literary warrant and consensus: the case of fiction studies. **Journal of the American Society for Information Science**, Maryland, v. 46, n. 1, 1995, p. 30-44.
- BEGHTOL, Claire. Mapping sentences and classification schedules as methods of displaying facets. **Advances in classification research**. New Jersey: ASIS Monograph Series, v. 6, oct. 1998.
- BELTRÃO, Luiz. **Folkcomunicação**: um estudo dos agentes e dos meios populares de informação de fatos e expressão de idéias. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.
- BELTRÃO, Luiz. **Teoria geral da comunicação**. Brasília: Thesaurus, 1982.
- BELTRÃO, Luiz; QUIRINO, Newton. **Subsídios para uma teoria da comunicação de massa**. São Paulo: Summus, 1986.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BIRDWHISTELL, Ray. Cinese e comunicação. In: CARPENTER, Edmund; McLUHAN, Marshall (orgs). **Revolução na comunicação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971, p. 76-86.
- BONIN, J. Projeções e apropriações do pensamento de Martín-Barbero em revistas brasileiras de comunicação. In: MELO, J.M. (org). **Comunicação, cultura, medições**: o percurso intelectual de Jesús Martín-Barbero. São Bernardo do Campo: UMESP, 1999, p. 169-185.
- BORDENAVE, Juan. **Além dos meios e mensagens**: introdução à comunicação como processo, tecnologia, sistema e ciência. Petrópolis: Vozes, 1986.
- BORGES, Jorge Luis. El idioma analítico de John Wilkins. In: BORGES, Jorge Luis. **Obras completas**. Barcelona: Emecé Editores, 1989, Tomo II, p. 84-87.
- BORGMAN, Christine; FURNER, Jonathan. Scholarly communication and bibliometrics. **Annual Review of Information Science and Technology**. New Jersey, v. 36, p. 3-72, 2002.
- BOUGNOUX, Daniel (org). **Sciences de l'information et de la communication**: textes essentiels. Paris: Larousse, 1993.
- BOUGNOUX, Daniel. **Introdução às ciências da informação e da comunicação**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- BOUGNOUX, Daniel. **Introdução às ciências da comunicação**. Bauru: Edusc, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org). **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.
- BRAGA, José Luiz. Constituição do campo da comunicação. In: FAUSTO NETO, Antônio; PRADO, José Luiz; PORTO, Sérgio. **Campo da comunicação**: caracterização, problematizações e perspectivas. João Pessoa: Ed. UFPB, 2001, p. 11-39.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Ensino Superior. Resolução CNE/CES 16, de 13 de março de 2002. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/sesu/ftp/resolucoes/1602ComSocial.doc>. Acesso em 29 de junho de 2004.
- BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia**: de Gutenberg à internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

- BUFREM, Leilah Santiago. **Linhas e tendências metodológicas na produção acadêmica discente do mestrado em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – Universidade Federal do Rio de Janeiro (1972-1995)**. Curitiba: UFPR, 1996 (tese para concurso de professor titular).
- BUONANNO, M. In: LOPES, M.I.V.; BUONANNO, M. (orgs). **Comunicação no plural: estudos de comunicação no Brasil e na Itália**. São Paulo: Intercom/Educ, 2000.
- BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. **Linguagem documentária: teorias que fundamentam sua elaboração**. Niterói: Ed. da UFF, 2001.
- CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. **A organização de unidades de conhecimento em hiperdocumentos**. Niterói: UFF, 2002 (tese de doutorado).
- CAPPARELLI, Sérgio. A pesquisa em comunicação: avaliação e perspectivas – CNPq. **Intercom – Revista Brasileira de Comunicação**, São Paulo, v. XIII, n. 62/63, 1990, p. 5-45.
- CAPPARELLI, Sérgio. Pós-graduação em comunicação e regionalização. **Intercom – Revista Brasileira de Comunicação**, São Paulo, v. XIX, n. 2, 1996, p. 23-34, jul./dez. 1996.
- CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. São Paulo: Cultrix, 1987.
- CARDOSO, Ana Maria Pereira. Pós-Modernidade e informação: conceitos complementares? **Perspectivas em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 63-79, jan./jul. 1996.
- CARDOSO, Ana Maria Pereira. Retomando possibilidades conceituais: uma contribuição à sistematização do campo da informação social. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**. Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 107-114, jul./dez. 1994.
- CATÁLOGO do Banco de Teses. Brasília: Grupo Técnico do Convênio MEC/CNPq, 1976.
- CAVALCANTI, Cordélia. **Indexação & tesouro: metodologia & técnica**. Brasília: Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 1978.
- CAVALCANTI, Ilce G. M. **Padrões de citação em comunicação: análise das dissertações apresentadas à ECO/UFRJ**. Rio de Janeiro: IBICT/UFRJ, 1989 (dissertação de mestrado).
- CAZENEUVE, Jean (org). **Guia alfabético das comunicações de massa**. Lisboa: Edições 70, 1976.
- CHALMERS, Alan. **A fabricação da ciência**. São Paulo: Unesp, 1994.
- CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1981a.
- CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Moderna, 1981b.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1996.
- CINTRA, Ana Maria et al. **Para entender as linguagens documentárias**. São Paulo: Pólis, 2002.
- Classificação Decimal Universal: Edição-padrão internacional em língua portuguesa**. Brasília: MCT: CNPq: Ibict, 1997
- COHN, Gabriel (org). **Comunicação e indústria cultural**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1987.
- COMPÓS – Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. **Estatuto, programas, grupos de trabalho**. Belo Horizonte: Compós, 1999.

- COOPER, Randolph; BLAIR, David; PAO, Miranda. Communicating MIS research: a citation study of journal influence. **Information processing & management**. New York, v. 29, n. 1, p. 113-127, 1993.
- COSTA, Antonio Firmino. Classificações sociais. **Leitura**. Lisboa, v. 3, n. 2, p. 65-75, out. 1997/abr. 1998.
- CRESPO, Antônio. **Estatística fácil**. São Paulo: Saraiva, 1996.
- CROSSEN, Cynthia. **O fundo falso das pesquisas**. Rio de Janeiro: Revan, 1996.
- CROWLEY, David; MITCHELL, David (orgs). **Communication theory today**. Stanford: Sanford University Press, 1994.
- CUNHA, Murilo Bastos. **Para saber mais: fontes de informação em ciência e tecnologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2001.
- DAHLBERG, Ingetraut. Teoria do conceito. **Ciência da informação**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 101-107, jul./dez. 1978.
- DANCE, Frank (org). **Teoria da comunicação humana**. São Paulo: Cultrix, 1973.
- DANCE, Frank. Para uma teoria da comunicação humana. In: DANCE, Frank (org). **Teoria da comunicação humana**. São Paulo: Cultrix, 1973, p. 364-390.
- DAVINSON, Donald. **Theses and dissertations as information sources**. London: Clive Bingley, 1977.
- DAVISON, Keith. **Theory of classification: an examination guidebook**. London: Clive Bingley, 1966.
- DEBRAY, Régis. **Manifestos midiológicos**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- DeFLEUR, Melvin; BALL-ROKEACH, Sandra. **Teorias da comunicação de massa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. São Paulo: Atlas, 1985.
- DESSAUER, John. **Tudo sobre a publicação de livros**. São Paulo: Mosaico: Edusp, 1979.
- DEUS, Jorge Dias de (org). **A crítica da ciência: sociologia e ideologia da ciência**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- Dewey Decimal Classification and relative index**. Albany, NY: Forest Press, 1996.
- DIAS, Eduardo José Wense. Biblioteconomia e ciência da informação: natureza e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 5, n. especial, p. 11-15, jan./jun. 2000.
- DIAS, Eduardo José Wense. O específico da Ciência da Informação. In: AQUINO, Mirian (org). **O campo da ciência da informação: gênese, conexões e especificidades**. João Pessoa: Ed. Universitária, 2002, p. 87-99.
- DIMBLEBY, R.; BURTON, G. **Mais do que palavras: uma introdução à teoria da comunicação**. São Paulo: Summus, 1990.
- DIRETRIZES Curriculares para a Área de Comunicação Social e suas Habilitações. In: BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES 492/2001, p. 14-21. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/sesu/ftp/pareceres/4920/FHGSCCLBAM.doc>. Acesso em 29 de junho de 2004.
- DIRETRIZES curriculares para a área de Comunicação Social e suas habilitações. In: BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES 492/2001. Publicado em: Diário Oficial da União, Brasília, 09 jul. 2001, seção 1, p. 50.

- DIZARD JR., Wilson. **A nova mídia**: a comunicação de massa na era da informação. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- DODEBEI, Vera Lúcia. **Tesouro**: linguagem de representação da memória documentária. Niterói: Intexto; Rio de Janeiro: Interciência, 2002.
- DORIA, Francisco; DORIA, Pedro. **Comunicação**: dos fundamentos à internet. Rio de Janeiro: Revan, 1999.
- DURKHEIM, Émile. **As formas elementares de vida religiosa**: o sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- EASTAN, Caroline; CARTER, Robin. **Advances in classification research**. New Jersey: ASIS Monograph Series, v. 6, oct. 1998, p. 71-79.
- ELKIS, Hélio. Fatores de impacto de publicações psiquiátricas e produtividade científica. **Revista Brasileira de Psiquiatria**. São Paulo, v. 21, n. 4, dez 1999.
- ENCICLOPÉDIA Mirador Internacional. São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1986, v. 4.
- ENTEL, Alicia. **Teorias de la comunicación**: cuadros de época y pasiones de sujetos. Buenos Aires: Fundación Universidad a Distancia "Hernandarias", 1995.
- ENZENSBERGER, Hans Magnus. **Elementos para uma teoria dos meios de comunicação**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.
- ESCARPIT, Robert. **Teoría general de la información y de la comunicación**. Barcelona: Icaria, 1977.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina; RÜDIGER, Francisco. Pesquisa em comunicação no Rio Grande do Sul: notas para sua avaliação e ordenamento. **Revista Famecos**. Porto Alegre: Edipucrs, n. 4, p. 77-94, maio 1996.
- FARO, José Salvador. **A universidade fora de si**: a Intercom e a organização dos estudos de comunicação no Brasil. São Paulo: Intercom, 1992.
- FAUSTO NETO, Antônio; PRADO, José Luiz; PORTO, Sérgio. **Campo da comunicação**: caracterização, problematizações e perspectivas. João Pessoa: Ed. UFPB, 2001.
- FEDERICO, Maria Elvira Bonavita. **História da comunicação**: rádio e TV no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1982.
- FERNANDÉZ-MONTES, Jesús. Comunicação. In: VILLA, Mariano Moreno (org). **Dicionário de pensamento contemporâneo**. São Paulo: Paulus, 2000, p. 119-121.
- FERREIRA, Delson. **Manual de sociologia**. São Paulo: Atlas, 2001.
- FIGUEIREDO, Nice. **Metodologias para a promoção do uso da informação**: técnicas aplicadas especialmente em bibliotecas universitárias e especializadas. São Paulo: Nobel, 1990.
- FIGUEIREDO, Nice. **Tópicos modernos em Bibliometria**. Brasília: Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 1977.
- FISKE, John. **Introduction to communication studies**. Londres: routledge, 1990.
- FONSECA, Edson Nery da (org). **Bibliometria**: teoria e prática. São Paulo: Cultrix, Ed. da USP, 1986.
- FORESTI, Nórís. **Estudo da contribuição das revistas brasileiras de biblioteconomia e ciência da informação enquanto fonte de referência para a pesquisa**. Brasília: Depto. de Biblioteconomia da UnB, 1989 (dissertação de mestrado).
- FOSKETT, A.C. **A abordagem temática da informação**. São Paulo: Polígono, 1973.

- FOSKETT, A.C. **The subject approach to information**. London: C. Bingley, 1996.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Petrópolis: Vozes, 1972.
- FOUREZ, Gérard. **A construção das ciências: introdução à filosofia e à ética das ciências**. São Paulo: Unesp, 1995.
- FRADE, Pedro Miguel. Comunicação. In: CARRILHO, Manuel Maria (org). **Dicionário do pensamento contemporâneo**. Lisboa: Dom Quixote, 1991.
- FRANÇA, Vera Regina Veiga. Teoria(s) da comunicação: busca de identidade e de caminhos. **Rev. Esc. Biblioteconomia UFMG**, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 138-152, jul./dez. 1994.
- FRANÇA, Vera Regina Veiga. **Jornalismo e vida social: a história amena de um jornal mineiro**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- FRANÇA, Vera Regina Veiga. O objeto da comunicação/a comunicação como objeto. In: HOHLFELDT, Antônio; MARTINO, Luiz; FRANÇA, Vera (orgs). **Teorias da comunicação: escolas, conceitos, tendências**. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 39-60.
- FRANÇA, Vera Regina Veiga. Paradigmas da comunicação: conhecer o quê? In: MOTTA, Luiz Gonzaga et al. (orgs). **Estratégias e culturas da comunicação**. Brasília: Ed. da UnB, 2002, p. 13-29.
- FRANK, Lawrence. Comunicação tátil. In: CARPENTER, Edmund; McLUHAN, Marshall (orgs). **Revolução na comunicação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971, p. 21-29.
- FROTA, Maria Guiomar. A delimitação das unidades de análise em ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n.31, p. 262-267, set./dez. 1998.
- GARGUREVICH, Juan. A pesquisa em comunicação social no Peru. In: MELO, José Marques de (org). **Teoria e pesquisa em comunicação: panorama latino-americano**. São Paulo: Cortez/Intercom; Brasília: CNPq, 1983.
- GOMES, Maria Yeda. A produção científica em biblioteconomia e ciência da informação no Brasil: tendências temáticas e metodológicas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia, 2003. 1 CD-ROM.
- GOMES, Paulo Emílio de Sales. **Cinema: trajetória no subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- GOMES, Pedro G. **Tópicos de teoria da comunicação**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1997.
- GOMES, Wilson. O estranho caso de certos discursos epistemológicos que visitam a área de Comunicação. In: LOPES, Maria Immacolata Vassalo de (org). **Epistemologia da comunicação**. São Paulo: Loyola, 2003, p. 313-329.
- GONÇALVES, Francisca dos Santos. **Interdisciplinaridade e construção coletiva do conhecimento: concepção pedagógica desafiadora**. São Paulo: Faculdade de Educação/USP, 1991 (Trabalho final apresentado à disciplina “Ensino de ciências humanas - história, geografia e sociologia”).
- GONTIJO, Silvana. **O mundo em comunicação**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Metodologia de pesquisa no campo da Ciência da Informação. **DataGramZero - Revista de Ciência da Informação**. Campinas, v.1, n.6, dez. 2000.
- GRESSLER, Lori Alice. **Introdução à pesquisa: projetos e relatórios**. São Paulo: Loyola, 2003.
- GUINCHAT, C.; MENOU, M. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação**. Brasília: IBICT, 1994.

- HALL, Edward. **A dimensão oculta**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- HART, Michael. **As 100 maiores personalidades da história**: uma classificação das pessoas que mais influenciaram a história. Rio de Janeiro: Difel, 2003.
- HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- HJORLAND, Birger. Domain analysis in information science. **Journal of documentation**, v. 58, n. 4, 2002, p. 122-162.
- HOCHMAN, Gilberto. A ciência entre a comunidade e o mercado: leituras de Kuhn, Bourdieu, Latour e Knorr-Cetina. In: PORTOCARRERO, Vera (org). **Filosofia, história e sociologia das ciências**: abordagens contemporâneas. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.
- HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz; FRANÇA, Vera Veiga (orgs). **Teorias da comunicação**: conceitos, escolas e tendências. Petrópolis: Vozes, 2001.
- HOHLFELDT, Antônio. As origens antigas: a comunicação e as civilizações. In: HOHLFELDT, Antônio; MARTINO, Luiz; FRANÇA, Vera (orgs). **Teorias da comunicação**: escolas, conceitos, tendências. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 61-98.
- HUCK, Schuyler. **Reading statistics and research**. New York: Longman, 2000.
- HYMES, Dell. A antropologia da comunicação. In: DANCE, Frank (org). **Teoria da comunicação humana**. São Paulo: Cultrix, 1973, p. 09-56.
- INÁCIO FILHO, Geraldo. **A monografia na universidade**. Campinas: Papyrus, 1995.
- INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Duas décadas e meia de história. **Revista Brasileira de Comunicação – Edição Especial: Intercom 25 anos**, São Paulo, setembro de 2002.
- INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Lista dos Grupos de Trabalho. **Revista Brasileira de Comunicação**, São Paulo, v. XX, n.2, jul/dez 1997.
- INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. **Quem é quem na pesquisa em comunicação**: Brasil, 1982/1983. São Paulo: Intercom, 1983.
- JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1971.
- JARVELIN, K.; VAKKARI, P. Content analysis of research articles in library and information science. **Library and Information Science Research**, v. 12, p. 395-421, 1990.
- JARVELIN, K.; VAKKARI, P. The evolution of library and information science 1965-1985: a content analysis of journal articles. **Information Processing & Management**, v. 29, n. 1, p. 129-144, 1993.
- JOHNSON, Allan. **Dicionário de sociologia**: guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- KATZ, Chaim; DORIA, Francisco; LIMA, Luiz Costa. **Dicionário crítico de comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.
- KNORR-CETINA, K. **The manufacture knowledge**: an essay on the constructivist and contextual nature of science. Oxford: Pergason Press, 1982.
- KRAGH, Helge. **Introducción a la historia de la ciencia**. Barcelona: Editorial Crítica, 1989.
- KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- KUNSCH, Margarida. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada**. São Paulo: Summus, 1986.
- KUNSCH, Margarida. **Relações públicas e modernidade**: novos paradigmas da comunicação organizacional. São Paulo: Summus, 1997.

- KUNSCH, Margarida Maria Krohling. A interdisciplinaridade nos estudos e no ensino de comunicação: aspectos da realidade brasileira. In: LOPES, M.I.; FRAU-MEIGS, D.; SANTOS, M.S.T. (orgs). **Comunicação e informação: identidades e fronteiras**. São Paulo: Intercom; Recife: Bagaço, 2000, p. 195-205.
- KUNSCH, Margarida Maria Krohling; DENCKER, Ada de Freitas (orgs). **Produção científica brasileira em comunicação na década de 80: análises, tendências e perspectivas**. São Paulo: Portcom-Intercom, ECA-USP, CNPq-Finep, 1997.
- KWASNIK, Barbara. Classification structures. **Advances in classification research**. New Jersey: ASIS Monograph Series, v. 8, 1998, p. 99-101.
- LABORIT, Henri. **Deus não joga dados**. São Paulo: Trajetória Cultural, 1988.
- LACEY, Hugh. **Valores e atividade científica**. São Paulo: Discurso Editorial, 1998.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1986.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Sociologia geral**. São Paulo: Atlas, 1999.
- LANCASTER, F.W. **Indexação e resumos: teoria e prática**. Brasília: Briquet de Lemos, 1993.
- LANGRIDGE, Derek. **Classificação: abordagem para estudantes de biblioteconomia**. Rio de Janeiro: Interciência, 1977.
- LARA, Tiago Adão. **Caminhos da razão no Ocidente: a filosofia ocidental, do Renascimento aos nossos dias**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- LATOUR, Bruno. **A vida de laboratório: a produção dos fatos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.
- LATOUR, Bruno. **Ciência em ação**. São Paulo: Unesp, 1987.
- LAZAR, Judith. **Sociologie de la communication de masse**. Paris: Armand Colin, 1991.
- LEAL, Ricardo et al. Perfil da pesquisa em finanças no Brasil. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 91-104, jan./mar. 2003.
- LEITE, J. A. **Metodologia de elaboração de teses**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1978.
- LENTINO, Noêmia. **Classificação Decimal Universal: seu desenvolvimento, sua atualização**. São Paulo: Folco Masucci, 1967.
- LÉVY, Pierre; AUTHIER, Michel. **As árvores de conhecimentos**. São Paulo: Escuta, 1995.
- Library of Congress Subject Headings**. Washington, D.C.: Cataloging distribution Service, Library of Congress, 1988 – 11th edition.
- LIMA, Luiz Costa (org). **Teoria da cultura de massa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- LIMA, Venício. Repensando a(s) teoria(s) da comunicação: notas para um debate. In: MELO, J.M. (org). **Teoria e pesquisa em comunicação: panorama latino-americano**. São Paulo: Cortez : Intercom; Brasília: CNPq, 1983, p. 85-99.
- LIMA, Venício. Breve roteiro introdutório ao campo de estudo da comunicação social no Brasil. In: **Mídia: teoria e política**. São Paulo: Perseu Abramo, 2001, p. 21-53.
- LITTLEJOHN, Stephen. **Fundamentos teóricos da comunicação humana**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- LOPES, M.I.; BRAGA, J.L. SAMAIN, E. Proposta de atualização da categorização do campo da comunicação em subáreas. In: FAUSTO NETO, Antônio; PRADO, José Luiz; PORTO, Sérgio. **Campo da comunicação: caracterização, problematizações e perspectivas**. João Pessoa: Ed. UFPB, 2001, p. 91-108.

- LOPES, Maria Immacolata Vassalo de; FRANÇA, Vera Regina Veiga. Apresentação. In: LOPES, Maria Immacolata Vassalo de (org). **Epistemologia da comunicação**. São Paulo: Loyola, 2003.
- LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. **Pesquisa em comunicação**: formulação de um modelo metodológico. São Paulo: Loyola, 1990.
- LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. O campo da comunicação: institucionalização e transdisciplinarização. In: LOPES, M.I.; FRAU-MEIGS, D.; SANTOS, M.S.T. (orgs). **Comunicação e informação**: identidades e fronteiras. São Paulo: Intercom; Recife: Bagaço, 2000a, p. 41-56.
- LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. A institucionalização dos estudos de comunicação no Brasil. In: LOPES, M.I.V.; BUONANNO, M. (orgs). **Comunicação no plural**: estudos de comunicação no Brasil e na Itália. São Paulo: Intercom/Educ, 2000b, p. 49-65.
- LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. **A pesquisa de comunicação vista através do estudo bibliométrico de teses e dissertações**. In: XXVI CONGRESSO Brasileiro de Ciências da Comunicação. Belo Horizonte, 02 a 06 de setembro de 2003.
- MAGALHÃES, Aluísio. **Editoração hoje**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1981.
- MALANGA, Eugênio. **Publicidade**: uma introdução. São Paulo: Atlas, 1977.
- MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- MARRIS, Paul; THORNHAM, Sue (orgs). **Media studies**: a reader. New York: N.Y. University Press, 2000.
- MARTINO, Luiz. De qual comunicação estamos falando? In: HOHLFELDT, Antônio; MARTINO, Luiz; FRANÇA, Vera (orgs). **Teorias da comunicação**: escolas, conceitos, tendências. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 11-26.
- MASLOW, A. As necessidades de conhecimento e o seu condicionamento pela mente e pela coragem. In: DEUS, Jorge Dias de (org). **A crítica da ciência**: sociologia e ideologia da ciência. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 206-218.
- MATTELART, Armand. **Comunicação-mundo**: história das idéias e das estratégias. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MATTELART, Armand. **A invenção da comunicação**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.
- MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. **História das teorias da comunicação**. São Paulo: Loyola, 1999.
- McLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 2000.
- McQUAIL, Denis. **Introducción a la teoría de la comunicación de masas**. Buenos Aires: Paidós, 1992.
- MEADOWS, Arthur Jack. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.
- MELLO, Paula Maria Abrantes. A citação bibliográfica no contexto da comunicação: um estudo exploratório na área de botânica. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 25, n. 3, p. 387-395, set./dez. 1996.
- MELO, José Marques de. **Comunicação social**: teoria e pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1971.
- MELO, José Marques de. Poder, universidade e escolas de comunicação. In: MELO, J.M.; FADUL, A.; SILVA, C.E.L. (orgs). **Ideologia e poder no ensino de comunicação**. São Paulo: Cortez: Intercom, 1979, p. 31-49.
- MELO, José Marques de. **Comunicação**: direito à informação. Campinas: Papyrus, 1986.

- MELO, José Marques de. Panorama brasileiro da pesquisa em comunicação. In: **Comunicação: direito à informação**. Campinas: Papirus, 1986, p. 111-128.
- MELO, José Marques de. **Comunicação e modernidade: o ensino e a pesquisa nas escolas de comunicação**. São Paulo: Loyola, 1991.
- MELO, José Marques de. Modernidade ou anacronismo? Dilema do ensino de comunicação nos anos 90. In: KUNSCH, Margarida (org). **O ensino de comunicação: análises, tendências e perspectivas**. São Paulo: Abecom, ECA/USP, 1992, p. 60-69.
- MELO, José Marques de. **Teoria da comunicação: paradigmas latino-americanos**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- MELO, José Marques de. Identidade do campo da comunicação: estratégias para sair do gueto acadêmico. In: BARROS, Antonio; DUARTE, Jorge; MARTINEZ, Regina (orgs). **Comunicação: discursos, práticas e tendências**. São Paulo: Rideel; Brasília: Uniceub, 2001.
- MELO, José Marques de. **História do pensamento comunicacional: cenários e personagens**. São Paulo: Paulus, 2003.
- MELO, José Marques de. Midiologia brasileira: o resgate das fontes paradigmáticas. In: LOPES, Maria Immacolata Vassalo de (org). **Epistemologia da comunicação**. São Paulo: Loyola, 2003, p. 105-119.
- MENDES, Edilze Bonavita. **Visão panorâmica dos principais sistemas de classificação bibliográfica**. Campinas, 1995.
- MENEZES, Eduardo. Fundamentos sociológicos de comunicação. In: SÁ, Adísia (org). **Fundamentos científicos da comunicação**. Petrópolis: Vozes, 1973, p. 145-205.
- MERTON, Robert King. Os imperativos institucionais da ciência. In: DEUS, J. D. (org). **A crítica da ciência: sociologia e ideologia da ciência**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 37-52.
- MIÈGE, Bernard. **O pensamento comunicacional**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MIRANDA, Dely; PEREIRA, Maria de Nazaré. O periódico científico como veículo de comunicação: uma revisão de literatura. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 25, n. 3, p. 375-382, set./dez. 1996.
- MONTALVO, Luís Alejandro Maya. **Sistema de classificação facetada para café**. Rio de Janeiro: Ibict, 1983 (dissertação, mestrado em Ciência da Informação).
- MONTEIRO, Silvana. Uma reflexão filosófica sobre o conceito de forma e sua relação com a organização do conhecimento no ciberespaço. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia, 2003. 1 CD-ROM.
- MORAGAS SPÀ, Miguel de. **Teorías de la comunicación**. Barcelona: Gustavo Gili, 1985.
- MOREIRA, Roberto. **Teoria da comunicação: ideologia e utopia**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- MORIN, Edgar. **O método II: a vida da vida**. Porto Alegre: Sulina, 2001.
- MORIN, Edgar. **O método III: o conhecimento do conhecimento**. Lisboa: Publ. Europa-America, 1987.
- MORIN, Edgar; LE MOIGNE, Jean-Louis. **A inteligência da complexidade**. São Paulo: Peirópolis, 2000, p. 199-213.
- MORTENSEN, C.D. (org). **Teoria da comunicação: textos básicos**. São Paulo: Mosaico, 1980.

MOSTAFA, Solange; MÁXIMO, Luís Fernando. A produção científica da Anped e da Intercom no GT da Educação e Comunicação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 232 n. 1, p. 96-101, jan./abr. 2003.

MOURA, Cláudia Peixoto de. **O curso de comunicação social no Brasil: do currículo mínimo às novas diretrizes curriculares**. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.

MUELLER, Suzana. O impacto das tecnologias de informação na geração do artigo científico: tópicos para estudo. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 23, n. 3, p. 309-317, set./dez. 1994.

MUELLER, Suzana; CAMPELLO, Bernadete; DIAS, Eduardo José. Disseminação da pesquisa em ciência da informação e biblioteconomia no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 337-351, set./dez. 1996.

MUELLER, Suzana; PASSOS, Edilenice (orgs). **Comunicação científica**. Brasília: Depto. de Ciência da Informação da UnB, 2000.

MUELLER, Suzana; PECEGUEIRO, Cláudia. O periódico *Ciência da Informação* na década de 90: um retrato da área refletido em seus artigos. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 30, n. 2, p. 47-63, maio/ago. 2001.

MULLER, Mary Stela. **Estudo das variáveis biblioteconômicas influentes na produtividade de professores universitários**. Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia da UFMG, 1984 (dissertação de mestrado).

NAVES, Madalena Martins. Estudo dos fatores interferentes no processo de análise de assunto. **Perspectivas em ciência da informação**. Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 189-203, jul./dez. 2001.

NEELAMEGHAN, A. S.R. Ranganathan's general theory of knowledge classification in designing, indexing, and retrieving from specialised databases. **Library Science with a slant to Documentation and Information Studies**, v. 34, n. 1, 1997, paper A, p. 03-53.

NORONHA, Daisy Pires. Análise das citações das dissertações de mestrado e teses de doutorado em saúde pública (1990-1994): estudo exploratório. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 1, p. 66-75, jan./abr. 1998.

NOVA ENCICLOPÉDIA BARSA. Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1997, v.4.

NUZZI, Erasmo. 40 anos de ensino do jornalismo no Brasil: relato histórico. In: KUNSCH, Margarida (org). **O ensino de comunicação: análises, tendências e perspectivas**. São Paulo: Abecom, ECA/USP, 1992, p. 20-39.

O'SULLIVAN, Tim et al (orgs). **Conceitos-chave em estudos de comunicação e cultura**. Piracicaba: Ed. Unimep, 2001.

OLIVEIRA, Margarida Pinto. **Estudo bibliométrico da literatura brasileira de esquistossomose**. Rio de Janeiro: IBICT/UFRJ, 1975 (dissertação de mestrado).

OLIVEIRA, Marlene. **A investigação científica na Ciência da Informação: análise da pesquisa financiada pelo CNPq**. Brasília: UnB, 1998 (tese de doutorado).

OLIVEIRA, Valdir. **Impasses e desafios no ensino de comunicação social**. Belo Horizonte: Depto. de Comunicação da FAFICH/UFMG, 1992 (tese para concurso de professor titular).

OMNÈS, Roland. **Filosofia da ciência contemporânea**. São Paulo: Unesp, 1996,.

PASTORE, John. **A história das comunicações: da luz de lanterna ao telstar**. São Paulo: Cultrix, 1965.

PEREIRA, José Haroldo. **Curso básico de teoria da comunicação**. Rio de Janeiro: UniverCidade, 2001.

PEREIRA, Manuel; WAINBERG, Jacques. O estado da arte da pesquisa em jornalismo no Brasil: 1983-1997. **Revista Famecos**. Porto Alegre: Edipucrs, n. 12, p. 14-22, jun. 2000.

- PERUZZO, Cicilia. Em busca dos objetos de pesquisa em comunicação no Brasil. In: WEBER, Maria Helena; BENTZ, Ione; HOHLFELDT, Antonio. **Tensões e objetos da pesquisa em comunicação**. Porto Alegre: Sulina, 2002.
- PFROMM NETTO, Samuel. **Comunicação de massa**: natureza, modelos, imagens; contribuição para o estudo da psicologia da comunicação de massa. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1972.
- PIEIDADE, Maria Antonietta. **Introdução à teoria da classificação**. Rio de Janeiro: Interciência, 1977.
- PIEIDADE, Maria Antonietta. **Introdução programada às 17ª e 18ª edições da Classificação Decimal de Dewey**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1975.
- PINHO, José Benedito. **Publicidade e vendas na internet**: técnicas e estratégias. São Paulo: Summus, 2000.
- PINTO, Julio. **1,2,3 da semiótica**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1995.
- POLISTCHUK, Ilana; TRINTA, Aluizio Ramos. **Teorias da comunicação**: o pensamento e a prática da comunicação social. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- PORTOCARRERO, Vera (org). **Filosofia, história e sociologia das ciências I**: abordagens contemporâneas. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.
- PRICE, Derek de Solla. **A ciência desde a Babilônia**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976b.
- PRICE, Derek de Solla. **O desenvolvimento da ciência**: análise histórica, filosófica, sociológica e econômica. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1976a.
- QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Lígia; OLIVEIRA, Márcia. **Um toque de clássicos**: Durkheim, Marx e Weber. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1996.
- RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo Guimarães. **Dicionário de comunicação**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- RAEPER, William; SMITH, Linda. **Introdução ao estudo das idéias**: religião e filosofia no passado e no presente. São Paulo: Loyola, 2001.
- RAMOS, Mauro Gonçalves. Modelos de comunicação e divulgação científicas: uma revisão de perspectivas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 23, n. 3, p. 340-348, set./dez. 1994.
- RAMOS, Murilo César. Da comunicação às comunicações: uma contribuição ao debate conceitual. In: LOPES, M.I.V.; FRAU-MEIGS, D.; SANTOS, M.S.T. (orgs). **Comunicação e informação**: identidades e fronteiras. São Paulo: Intercom; Recife: Bagaço, 2000, p. 229-241.
- RANGANATHAN, S.R. **Colon classification**: basic classification. Bombay: Asia Publishing House, 1960.
- RANGANATHAN, S.R. **Documentation and its facets**. London: Asia Publishing House, 1963.
- RANGANATHAN, S.R. **Prolegomena to library classification**. London: Asia Publishing House, 1967.
- RAO, I.K. Ravichandra. **Métodos quantitativos em biblioteconomia e ciência da informação**. Brasília: Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 1986.
- REA, Louis; PARKER, Richard. Metodologia de pesquisa: do planejamento à execução. São Paulo: Pioneira, 2000.
- RECTOR, Mônica; TRINTA, Aluizio. **Comunicação não-verbal**: a gestualidade brasileira. Petrópolis: Vozes, 1985.
- REGO, Francisco G. Torquato do. **Jornalismo empresarial**. São Paulo: Summus, 1984.

RIBEIRO, Lavina Madeira. O processo de institucionalização do jornalismo no Brasil (1808-1964). In: BARROS, Antonio; DUARTE, Jorge; MARTINEZ, Regina (orgs). **Comunicação: discursos, práticas e tendências**. São Paulo: Rideel; Brasília: Uniceub, 2001.

RIBEIRO, Lavina. **Contribuições ao estudo institucional da comunicação**. Teresina: Ed. UFPI, 1996.

RICCIO, Edson; SAKATA, Marici; CARASTAN, Jacira. A pesquisa contábil nas universidades brasileiras – 1962/1994. Disponível em: www.tecsi.fea.usp.br/riccio/artigos. Acesso em: 06 out. 2004.

RIVIER, Alexis. Construção de linguagens de indexação: aspectos teóricos. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 56-99, jan./jun. 1992.

ROBREDO, Jaime; CUNHA, Murilo. Aplicação de técnicas infométricas para identificar a abrangência do léxico básico que caracteriza os processos de indexação e recuperação da informação. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 27, n. 1, p. 11-27, jan./abr. 1998.

ROBREDO, Jaime. **Da ciência da informação revisitada aos sistemas humanos de informação**. Brasília: Thesaurus; SSRR Informações, 2003.

ROCHA, Everardo. **A sociedade do sonho: comunicação, cultura e consumo**. Rio de Janeiro: Mauad, 1995.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **As técnicas da comunicação e da informação**. Lisboa: Presença, 1999.

RODRIGUES, Maria da Paz. **Estudo das citações constantes das dissertações de mestrado em ciência da informação do IBICT/UFRJ**. Rio de Janeiro: IBICT/UFRJ, 1981 (dissertação de mestrado).

ROSA, Malvina Vianna. **Classificação facetada em odontologia**. Rio de Janeiro: IBBD/UFRJ, 1972 (dissertação, mestrado em Ciência da Informação).

ROSSI, Paolo. **O nascimento da ciência moderna na Europa**. Bauru: Edusc, 2001.

RÜDIGER, Francisco. A trajetória da comunicação como campo do conhecimento científico. In: **Ética & comunicação - FIAM**, São Paulo, n. 1, p. 17-27, jan./jul. 2000.

RÜDIGER, Francisco. **Introdução à teoria da comunicação: problemas, correntes e autores**. São Paulo: Edicon, 1998.

SÁ, Adísia (org). **Fundamentos científicos da comunicação**. Petrópolis: Vozes, 1973.

SAMPAIO, Mário Ferraz. **História do rádio e da televisão no Brasil e no mundo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

SAMPAIO, Walter. **Jornalismo audiovisual: rádio, TV e cinema**. Petrópolis: Vozes, 1971.

SANTAELLA, Lúcia. **Comunicação & pesquisa: projetos para mestrado e doutorado**. São Paulo: Hacker, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Afrontamento, 1996.

SANTOS, Ieda Conceição. Projeto de classificação facetada para ginecologia. Rio de Janeiro: IBICT/UFRJ, 1979 (dissertação, mestrado em Ciência da Informação).

SANTOS, Izequias Estevam. **Textos selecionados de métodos e técnicas da pesquisa científica**. Rio de Janeiro: Impetus, 2000.

SANTOS, Reinaldo. **Vade-mécum da comunicação**. Rio de Janeiro: Edições Trabalhistas, 1979.

SANTOS, Roberto Elísio dos. **As teorias da comunicação: da fala à internet**. São Paulo: Paulinas, 2003.

- SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral**. São Paulo: Cultrix, 1975.
- SCHRAMM, Wilbur (org). **Panorama da comunicação coletiva**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- SERRES, Michel (org). **Éléments d'histoire des sciences**. Paris: Bordas, 1989.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**: diretrizes para o trabalho didático-científico na universidade. São Paulo: Cortez, 1980.
- SFEZ, Lucien. **Crítica da comunicação**. São Paulo: Loyola, 1994.
- SHERA, Jesse; EGAN, Margaret. **Catálogo sistemático**: princípios básicos e utilização. Brasília: Ed. UnB, 1969.
- SHERA, Jesse; CLEVELAND, Donald. History and foundations of Information Science. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 12, 1977, p. 249-275.
- SILVA, Carlos Eduardo Lins da. A política educacional brasileira e os currículos de comunicação. In: MELO, J.M.; FADUL, A.; SILVA, C.E.L. (orgs). **Ideologia e poder no ensino de comunicação**. São Paulo: Cortez: Intercom, 1979, p. 19-30.
- SILVA, Edna Lúcia. A construção do conhecimento científico: o processo, a atividade e a comunicação científica em um laboratório de pesquisa. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 109-125, jul./dez. 2002.
- SOUSA, Jorge Pedro. **As notícias e seus efeitos**: as “teorias” do jornalismo e dos efeitos sociais dos *media* jornalísticos. Coimbra: Minerva, 2000.
- SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos *media***. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2003.
- SOUZA, Rosali et al. **Organização e representação do conhecimento em ciência no Brasil**: as seções de comunicações apresentadas às reuniões anuais da SBPC no período 1956-2001. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia, 2003. 1 CD-ROM.
- SPEZIALI, P. Classification of the sciences. **Dictionary of the history of ideas**. New York: Scribners, 1973, p. 462-467.
- STEPHENS, Mitchell. **História das comunicações**: do tantã ao satélite. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.
- STRAUBHAAR, Joseph; LaROSE, Robert. **Comunicação, mídia e tecnologia**. SP: Pioneira Thomson Learning, 2004.
- STUMPF, Ida. Passado e futuro das revistas científicas. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 25, n. 3, p. 383-386, set./dez. 1996.
- STUMPF, Ida; CAPPARELLI, Sérgio (orgs). **Teses e dissertações em Comunicação no Brasil (1992-1996)**: resumos. Porto Alegre: PPGCOM/UFRGS, 1998.
- STUMPF, Ida; CAPPARELLI, Sérgio. Produção discente dos programas de pós-graduação em Comunicação (1992-1996). **Revista de Biblioteconomia & Comunicação**, Porto Alegre, v. 8, p. 241-250, jan./dez. 2000.
- STUMPF, Ida; CAPPARELLI, Sérgio (orgs). **Teses e dissertações em Comunicação no Brasil (1992-1996)**: resumos. Porto Alegre: PPGCOM/UFRGS, 2001.

- STUMPF, Ida; CAPPARELLI, Sérgio. **Catálogo de revistas acadêmicas em comunicação**. Porto Alegre: UFRGS, 2001.
- SVENONIUS, Elaine. **Classification theory**. Los Angeles, 1985, mimeo.
- TAKAHASHI, Tadao (org). **Sociedade da informação no Brasil: Livro Verde**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.
- TARGINO, Maria das Graças. **Comunicação científica: o artigo de periódico nas atividades de ensino e pesquisa do docente universitário brasileiro na pós-graduação**. Brasília: UnB, 1998 (tese de doutorado).
- TARGINO, Maria das Graças; MAGALHÃES, Laerte. **Projetos experimentais no ensino de comunicação**. Teresina: Ed. do autor, 1993.
- TEIXEIRA, S.K. **Temáticas das dissertações defendidas no curso de mestrado em Biblioteconomia e Documentação da Universidade de Brasília**. Brasília: UnB, 1997 (dissertação de mestrado).
- THOMPSON, James. **Anatomia da comunicação**. Rio de Janeiro: Bloch, 1973.
- THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- TOLEDO, Geraldo; OVALLE, Ivo. **Estatística básica**. São Paulo: Atlas, 1995.
- TOMPKINS, Charles et al. **Concepts of communication: interpersonal, intrapersonal and mathematical**. New York: John Wiley and sons, 1971.
- TONELLI, Maria José et al. Produção acadêmica em recursos humanos no Brasil: 1991-2000. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 105-122, jan./mar. 2003.
- TRAQUINA, N. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2001.
- TURNER, Graeme. **Cinema como prática social**. São Paulo: Summus, 1997.
- UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organisation. **UNESCO Thesaurus: A Structured List of Descriptors for Indexing and Retrieving Literature in the Fields of Education, Science, Social and Human Science, Culture, Communication and Information**. Paris: UNESCO Publishing, 1995. Disponível em: <http://www.ulcc.ac.uk/unesco/thesaurus.htm>. Acesso em: 16.07.2004.
- URBIZAGÁSTEGUI ALVARADO, Rubén. A bibliometria no Brasil. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 13, n. 2, p. 91-105, jul./dez. 1984.
- VANZ, Samile. **A produção discente em comunicação no Brasil: análise das citações das dissertações defendidas no PPGCOM-UFRGS**. In: XXV CONGRESSO Brasileiro de Ciências da Comunicação. Salvador, 01 a 05 de setembro de 2002.
- VANZ, Samile. **A bibliometria no Brasil: análise temática das publicações do periódico Ciência da Informação**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia, 2003. 1 CD-ROM.
- VANZ, Samile. **Estudos bibliométricos no campo da comunicação: instrumentos de administração de bibliotecas e centros de informação**. Trabalho apresentado no XXVI CONGRESSO Brasileiro de Ciências da Comunicação. Belo Horizonte, 02 a 06 set. 2003.
- VICKERY, Brian Campbell. **Faceted classification: a guide to the construction and use of special schemes**. London: Aslib, 1960.

VICKERY, Brian Campbell. **Classificação e indexação nas ciências**. Rio de Janeiro: BNG/Brasilart, 1980.

VIEIRA, Francisco. Narciso sem espelho: a publicação brasileira em marketing. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 81-90, jan./mar. 2003.

WEBER, Maria Helena; BENTZ, Ione; HOHLFELDT, Antonio. **Tensões e objetos da pesquisa em comunicação**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

WEIL, Pierre; TOMPAKOW, Roland. **O corpo fala**: a linguagem silenciosa da comunicação não-verbal. Petrópolis: Vozes, 1973.

WERSIG, Gernot. Information science: the study of postmodern knowledge usage. **Information processing & management**. New York, v. 29, n. 02, march 1993, p. 229-239.

WHITE, Howard; McCAIN, Katherine. Visualization of literatures. In: WILLIAMS, Martha (ed). **Annual review of information science and technology**. New Jersey: ASIS, 1997, v. 32.

WITTER, Geraldina Porto (org). **Produção científica**. Campinas: Átomo, 1997.

WITTER, Geraldina Porto; PÉCORA, Gláucia Maria. Temática das dissertações e teses em Biblioteconomia e Ciência da Informação no Brasil (1970-1992). In: WITTER, Geraldina Porto (org). **Produção científica**. Campinas: Átomo, 1997.

WOLF, Mauro. **Los efectos sociales de los media**. Barcelona: Paidós, 1994.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 1995.

ZAMBONI, Lilian Márcia. **Cientistas, jornalistas e a divulgação da ciência**. Campinas: Autores Associados, 2001.